PLANO DE PAISAGEM
DAS
TERRAS DE COURA

Relatório de Caracterização das Subunidades

3ª FASE – DIAGNÓSTICO DA PAISAGEM

Versão de Trabalho – Abril 2017

Elaborado por:

CEAA/ESAP

Financiado por:

Apresentação

O presente relatório, elaborado no âmbito da 3ª fase do Plano de Paisagem das Terras de Coura, inventaria e diagnostica as características e define o perfil das subunidades identificadas, no que se refere fundamentalmente aos traços distintivos das mesmas. A paisagem é, aqui, identificada, tendo, também, em consideração, os valores específicos que lhe são atribuídos pela população.

Índice

Capítulo 1 – Introdução 11
Capitulo 2 – Os Contributos da Participação Pública 13
2.1 - A paisagem vista pelas crianças 13
2.2 - A cartografia da participação pública 21
Capítulo 3 - Evolução e estado actual 23
Capítulo 4 – Diagnóstico da paisagem 75
4.1 – Análise SWOT global 76
4.2 - Fichas das subunidades de paisagem 80
I – SERRAS DO LOUSADO E FORMIGOSO 81
II – VÁRZEA DO COURA E RIBEIRA DA CODECEIRA 93
III – MONTES DE TRAVANCA 115
IV – ENCOSTAS SUL DO VALE DO COURA 126
V – ENCOSTAS NORTE DO VALE DO COURA 142
VI – GRANITOS DE S. SILVESTRE 167
VII – MONTES DA BOALHOSA E PLANALTO DE LAMAS 181
VIII – LAMEIROS DO COURA 200
IX – VILA DE PAREDES DE COURA 220
X – ENCOSTAS DA SERRA DO CORNO DE BICO 233
Capítulo 5 – Valor Paisagístico e Análise Multifuncional 247
Capítulo 6 - Conclusões 256
Bibliografia 257
Equipa técnica 266
Anexo 1 – Relatório da Análise do Processo de Povoamento e Evolução da Paisagem
Anexo 2 – Cartografia temática

Índice de Figuras

Figura 1 - Resultado espacial da participação pública 22
Figura 2 - Área provável de ocupação Pré-Histórica - Floresta derrubada cortada e queimada 25
Figura 3 - Transecto da ocupação Pré-histórica 26
Figura 4 - Área provável de ocupação Proto-Histórica - Agricultura pós floresta 29
Figura 5 - Transecto da Ocupação Proto-histórica 30
Figura 6 - Área provável de ocupação Romana - Agricultura na Romanização 35
Figura 7 - Transecto da Ocupação Romana 36
Figura 8 - Distribuição actual do efectivo pecuário 49
Figura 9 - Esboço da Vegetação Natural Potencial de Paredes de Coura 62
Figura 10 - Uso actual do solo em Paredes de Coura 63
Figura 11 - Subunidades de Paisagem das Terras de Coura e Distribuição dos Transectos (I = Início, F = Final) 64
Figura 12 - Transecto I da Vegetação Actual e Potencial na Parte W (Termófila) das Terras de Coura 69
Figura 13 - Transecto II da Vegetação Actual e Potencial Norte-Sul das Terras de Coura 70
Figura 14 - Transecto III da Vegetação Actual e Potencial Corno do Bico-Várzea-Lamas 71
Figura 15 - Subunidades de Paisagem de Paredes de Coura 76
Figura 16 - Implantação do percurso viário A3 na subunidade de paisagem 1 | Serras do Lousado e Formigoso 88
Figura 17 - Visibilidades a partir da rede viária – subunidade de paisagem 1 | Serras do Lousado e Formigoso 89
Figura 18 - Panorâmica sobre a Subunidade de paisagem 1 | Serras do Lousado e Formigoso 89
Figura 19 - Vista da subunidade de paisagem 1 - Serras do Lousado e Formigoso (em segundo plano) a partir da subunidade 2 | Várzea do Coura e Ribeira da Codeceira 90
Figura 20 - Vista da EN301 (subunidade de paisagem 2 - Várzea do Coura e Ribeira da Codeceira) para a A3 (subunidade de paisagem 1 - Serras do Lousado e Formigoso) 90
Figura 21 - Vista dentro da subunidade de paisagem 1 - Serras do Lousado e Formigoso. Destaca-se o impacte visual da A3 e o depósito de escombreiras ao longo da EN301 91
Figura 22 - Visibilidades a partir da rede viária – subunidade de paisagem 2 | Várzea do Coura e ribeira da Codeceira 106
Figura 23 - A habitação na meia encosta; O milho, as pastagens e a ramada nas várzeas do Coura. EN 201. Subunidade de paisagem 2 | Várzea do Coura e Ribeira da Codeceira 107
Figura 24 - A influência da vegetação ao longo do percurso da EN 301 (Outeiro - Caselhos). O seu papel na percepção das vistas 107
Figura 25 - Subunidade de paisagem 2 | Várzea do Coura e Ribeira da Codeceira 108
Figura 26 - Galeria ripícola do rio Coura. Várzea aluvionar 109
Figura 27 - Igreja de São Pedro de Rubiães 109
Figura 28 - O muro de pedra seca. O espigueiro 109
Figura 29 - O impacte das estruturas eléctricas 110
Figura 30 - Visibilidades a partir dos percursos pedestres – subunidade de paisagem 2 | Várzea do Coura e ribeira da Codeceira 110
Figura 31 - Visibilidades a partir dos parques de merendas – subunidade de paisagem 2 | Várzea do Coura e ribeira da Codeceira 112
Figura 32 - A vegetação ao longo do percurso viário 122
Figura 33 - Visibilidades a partir da rede viária – subunidade de paisagem 3 | Montes da Travanca 122
Figura 34 - Visibilidades a partir dos percursos pedestres – subunidade de paisagem 3 | Montes da Travanca 123
Figura 35 - Subunidade de paisagem 3 | Montes da Travanca 124
Figura 36 - Visibilidades a partir da rede viária – subunidade de paisagem 4 | Encostas Sul do Vale do Coura 135
Figura 37 - EM514 – Perspectiva de Tarrio para os lameiros de Jacinde 136
Figura 38 - A composição da paisagem. Perspectiva a partir da EM514 136
Figura 39 - Ponte sobre a ribeira das Poldras, afluente do rio Coura 136
Figura 40 - Subunidade de paisagem 4 Encostas Sul do Vale do Coura 137
Figura 41 - Visibilidades a partir dos percursos pedestres – subunidade de paisagem 4 | Encostas Sul do Vale do Coura 138
Figura 42 - Visibilidades a partir dos parques de merendas – subunidade de paisagem 4 | Encostas Sul do Vale do Coura 139
Figura 43 - Subunidade de paisagem 5 Encostas Norte do Vale do Coura 155

Figura 44 - Visibilidades a partir da rede viária – subunidade de paisagem 5 | Encostas Norte do Vale do Coura 156
Figura 45 - Exemplo do papel da vegetação na minimização do impacte visual das unidades empresariais. Entre o Eido e Formariz 157
Figura 46 - Lugar de Venade 159
Figura 47 - Lugar de Porreiras 159
Figura 48 - A qualidade paisagística e cultural dos espigueiros de Porreiras, Aldeia de Portugal 160
Figura 49 - Visibilidades a partir dos percursos pedestres – subunidade de paisagem 5 | Encostas Norte do Vale do Coura 161
Figura 50 - Visibilidades a partir do parque de merenda – subunidade de paisagem 5 | Encostas Norte do Vale do Coura 162
Figura 51 - Visibilidades a partir dos miradouros – subunidade de paisagem 5 | Encostas Norte do Vale do Coura 162
Figura 52 - Sinalética a indicar a Eira Comunitária de Porreiras 163
Figura 53 - Caminhos ao longo do percurso da Chã da Burra 164
Figura 54 - Visibilidades a partir da rede viária – subunidade de paisagem 6 | Granitos de S. Silvestre 175
Figura 55 - Subunidade de paisagem 6 | Granitos de S. Silvestre. Relação com as subunidades de paisagem adjacentes 176
Figura 56 - Via panorâmica – EM509 – Monte de S. Silvestre 177
Figura 57 - Parque eólico do Picoto–S. Silvestre 177
Figura 58 - Paisagem dominada por matos. Os garranos no Monte de S. Silvestre 177
Figura 59 - Visibilidades a partir dos parques de merendas – subunidade de paisagem 6 | Granitos de S. Silvestre 178
Figura 60 - Visibilidades a partir dos percursos pedestres – subunidade de paisagem 6 | Granitos de S. Silvestre 179
Figura 61 - Visibilidades a partir da rede viária – subunidade de paisagem 7 | Montes da Boulhosa e Planalto de Lamas 191
Figura 62 - Subunidade de paisagem 7 | Montes da Boulhosa e Planalto de Lamas 192
Figura 63 - Visibilidades a partir dos percursos pedestres – subunidade de paisagem 7 | Montes da Boulhosa e Planalto de Lamas 193
Figura 64 - Trilho do Vale Escuro. Diversidade cromática e textural da vegetação autóctone 195
Figura 65 - Visibilidades a partir dos parques de merendas – subunidade de paisagem 7 | Montes da Boulhosa e Planalto de Lamas 196
Figura 66 - Visibilidades a partir dos miradouros – subunidade de paisagem 7 | Montes da Boulhosa e Planalto de Lamas 197
Figura 67 - Subunidade de paisagem 8 | Lameiros do Coura 212
Figura 68 - Visibilidades a partir da rede viária – subunidade de paisagem 8 | Lameiros do Coura 213
Figura 69 - Visibilidades a partir dos percursos pedestres – subunidade de paisagem 8 | Lameiros do Coura 215
Figura 70 - Visibilidades a partir dos parques de merendas – subunidade de paisagem 8 | Lameiros do Coura 217
Figura 71 - Visibilidades a partir dos miradouros – subunidade de paisagem 8 | Lameiros do Coura 217
Figura 72 - Visibilidades a partir da rede viária – subunidade de paisagem 9 | Vila de Paredes de Coura 228
Figura 73 - Perspectiva sobre a vila de Paredes de Coura 229
Figura 74 - Subunidade 9 | Vila de Paredes de Coura 229
Figura 75 - Praia Fluvial do Tabuão durante o Festival Paredes de Coura 230
Figura 76 - Visibilidades a partir dos percursos pedestres – subunidade de paisagem 9 | Vila de Paredes de Coura 230
Figura 77 - Visibilidades a partir do parque de merendas - subunidade de paisagem 9 | Vila de Paredes de Coura 231
Figura 78 - Visibilidades a partir dos percursos pedestres – subunidade de paisagem 10 | Encostas da Serra de Corno de Bico 241
Figura 79 - Subunidade de paisagem 10 | Encostas da Serra de Corno de Bico 242
Figura 80 - Carvalhal do Corno de Bico 243
Figura 81 - Visibilidades a partir dos parques de merendas – subunidade de paisagem 10 | Encostas da Serra de Corno de Bico 244
Figura 82 - Visibilidades a partir dos miradouros – subunidade de paisagem 10 | Encostas da Serra de Corno de Bico 245

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Vegetação Actual Dominante e Potencial nas Subunidades de Paisagem 64

Tabela 2 - Legenda dos Transectos (perfis) I, II, e III da Vegetação Actual e Potencial 72
Tabela 3 - Valoração dos elementos das subunidades de paisagem pela população 248
Tabela 4 - Valoração das subunidades por critério 249
Tabela 5 - Valoração das subunidades por critério - grelha 252
Tabela 6 – Aplicação da valoração das subunidades por critério (actual) 253
Tabela 7 - Aplicação da valoração das subunidades por critério (potencial) 254

Índice de Fotografias

Foto 1 - Material cartográfico disponibilizado nas sessões de participação pública 21
Foto 2 - Exemplo de sessão de participação pública 21
Foto 3 - Sobreiro do monte de Santa Rita (2º plano) 86
Foto 4 - Extracção de resina 120
Foto 5 - Avelanal no vale do Borzendes 146
Foto 6 - Tonalidades do Monte de São Silvestre 174
Foto 7 - Colónia Agrícola de Lamas, Monte Barreiros 194
Foto 8 - Centro de Educação e Interpretação Ambiental na Colónia Agrícola de Chã de Lamas 194
Foto 9 - Colónia Agrícola de Lamas, Monte Barreiros 194
Foto 10 - Perspectiva sobre a paisagem do Monte da Boulhosa 195
Foto 11 - Casa-pátio de Gonte 205
Foto 12 - Gado em pastagem 209
Foto 13 - Lameiros do Coura 214
Foto 14 - EM520 – Perspectiva de Gaviães para a subunidade Encosta da Serra de Corno de Bico 241
Foto 15 - Percurso pedestre ladeado por bétulas, carvalhos e faias no Corno de Bico 243
Foto 16 - Elevada amplitude e profundidade visual para Rendufe, Ponte de Lima 243

Índice de Ilustrações

Ilustração 1 - Exemplos de desenhos do primeiro grupo 15
Ilustração 2 - Exemplos de desenhos do segundo grupo 16

Capítulo 1 – Introdução

O Plano de Paisagem das Terras de Coura tem como enquadramento a Convenção Europeia da Paisagem (CEP, 2000) e pretende operacionalizar a estratégia nacional para a paisagem, conforme preconizado na Política Nacional da Arquitectura e da Paisagem (PNAP), aprovada em Julho de 2015. Nesse pressuposto, a fase a que o presente relatório diz respeito inicia-se com a participação da população, na avaliação referente à identificação das subunidades de paisagem, definidas na fase anterior.

Deste modo, partindo da identificação das características da paisagem, nomeadamente das suas particularidades objectivas, como sejam as geográficas, históricas, patrimoniais e ecológicas - às quais se vieram juntar, ainda, nesta fase, as fitossociológicas e as geomorfológicas - e subjectivas, formadas, estas, pelo conjunto das opiniões da população, procedeu-se à redefinição pontual dos limites, assim como à renomeação, das dez subunidades de paisagem. Integra ainda este relatório o Anexo I - Processo de Povoamento e Evolução da Paisagem, que procede à analise e conhecimento das diferentes formas de organização social, no passado e as suas repercussões no domínio das paisagens locais.

Constituem, ainda, objectivos da presente fase, a definição da identidade e do carácter das referidas subunidades, efectuada através da caracterização de cada uma delas. Pretende obter-se um conhecimento detalhado das mesmas, através da identificação da totalidade dos recursos da paisagem actual e da explicação das causas dessa configuração, considerando que as suas características identitárias resultam, quer da acção de factores naturais e humanos, quer das inter-relações estabelecidas entre eles. Para tanto, são referidos os fundamentos naturais e o processo histórico que deu origem à paisagem actual, tendo em vista a compreensão das dinâmicas presentes, através do estudo da sequência evolutiva da paisagem (desde a pré-história, até à projecção daquela que poderá vir a gerar-se futuramente), e da descrição dos resultados obtidos para cada uma das subunidades estabelecidas.

Capitulo 2 – Os Contributos da Participação Pública

Atendendo a que a participação pública, nos termos da metodologia adoptada, ocupa um lugar central no presente Plano de Paisagem, considerou-se, em sintonia com a autarquia, que seria importante envolver na sua elaboração – e sob diversas formas –, toda a população do concelho. Foram, assim, equacionadas e promovidas diferentes tipos de participação, de modo a permitir que todos os escalões etários da população pudessem contribuir, activamente, para este desiderato.

Para começar, foram realizadas diversas sessões de sensibilização e auscultação da população, subjugadas ao tema da Paisagem local, logrando alcançar uma maior familiarização da população courense com o conceito de paisagem.

As sessões, que decorreram na Casa do Conhecimento, tiveram lugar em diferentes dias, conforme destinadas, especificamente, aos eleitos locais, aos promotores locais de alojamento turístico, às organizações locais ligadas ao lazer e desporto, a entidades diversas e a personalidades locais. Foram realizadas duas sessões, respectivamente, na EPRAMI (Escola Profissional do Alto Minho Interior) e na Escola Secundária, envolvendo, nesta última, duas turmas. Considerando que seria interessante incluir, também, a participação dos mais novos, foram, para tanto, convidadas as crianças do Jardim de Infância da Escola Básica de Paredes de Coura e as crianças que participaram no ATL, realizado no CEIA (Centro de Educação e Interpretação Ambiental da Paisagem Protegida do Corno de Bico), durante o período de férias escolares da Páscoa de 2017.

Os resultados desta participação pública são apresentados, de seguida, nos pontos 2.1. e 2.2.

2.1 - A paisagem vista pelas crianças

Os desenhos apresentados são o resultado das actividades desenvolvidas no ATL, realizado no CEIA e no jardim-de-infância, da Escola Básica de Paredes de Coura, com crianças com idades compreendidas entre os 3 e 8 anos.

Foi proposto às crianças que desenhassem a paisagem de Paredes de Coura.

São apresentados, de seguida, alguns desses desenhos: no primeiro grupo, o tema preferencial parece ser o festival de música de Paredes de Coura, enquanto no segundo predominam, claramente, as paisagens rurais ou naturais.

A diferença verificada entre os dois grupos poderá ser explicada, pela maneira como a proposta feita às crianças foi formulada: ao primeiro grupo foi pedido que desenhassem sobre "*o que representa Paredes de Coura*", não tendo sido feita referência directa ao conceito de paisagem ou similar. Ao segundo grupo, diferentemente, sugeriu-se, simplesmente, que fizessem um desenho sobre "*a paisagem de Paredes de Coura*".

No primeiro grupo de desenhos, parece evidente a importância que o Festival de música assume, na imagem interna que as crianças têm do concelho de Paredes de Coura. Tal facto pode ser explicado, não só pela longevidade do Festival, mas também pela dimensão que ele assume: desde o número de visitantes, até ao impacte económico e, muito em particular, pela cobertura mediática, razões que o tornam, muito provavelmente, na iniciativa mais emblemática do concelho, nos últimos anos.

Ilustração 1 - Exemplos de desenhos do primeiro grupo

No segundo grupo de desenhos, a temática é sobretudo o espaço rural e a natureza, resultando num conjunto de desenhos mais diversificado.

Ilustração 2 - Exemplos de desenhos do segundo grupo

Maria Pereira
7 ANOS

No seu conjunto podem observar-se vários elementos recorrentes: as casas isoladas (uma delas com pormenores em granito), por vezes associadas a vedações; as árvores isoladas com diferentes formas, de entre as quais sobressaem as árvores de fruto; o rio, os seus peixes e a vegetação de bordadura e, ainda, a presença de animais domésticos como a ovelha, o coelho, o porco e o cão (?).

No que concerne ao relevo, observa-se uma utilização de formas, sobretudo onduladas, aparecendo representados, em alguns desenhos, afloramentos rochosos ou penedos, isolados e encimados por miradouros. Para além dos animais domésticos, são individualizadas diferentes aves (uma das quais aparenta ser uma coruja), esquilos e, talvez, uma raposa.

É de destacar a ausência de certos elementos, seja de conjuntos de casas - ou mesmo da paisagem urbana da Vila de Paredes de Coura -, seja, também, de espaços/montes arborizados, de bosques ou florestas.

Os desenhos fazem alusão, também, a actividades agrícolas (árvores de fruto, animais domésticos, etc.) e de ócio (as pessoas desenhadas parecem estar numa atitude de

passeio ou de contemplação e apreciação da paisagem), identificando-se miradouros e baloiços.

A escolha das cores utilizadas também parece não variar: os verdes são, na sua maioria, de tons fortes e vivos, correspondendo à vegetação típica do Minho.

Os desenhos reflectem, não só, a percepção que as crianças têm da paisagem, resultado das suas experiências e memórias mas, também, a ideia que nelas é invocada, pela própria palavra (conceito) «*paisagem»*. A grande maioria associa a *paisagem* a um conjunto de elementos naturais e rurais, que se aproxima da sua realidade. É notório, porém, que, para elas, o conceito corresponde à noção de natureza e de espaços abertos. Realce-se, a propósito, o facto de a paisagem desenhada não corresponder a uma paisagem particularmente edificada, ao mesmo tempo que as actividades referenciadas se circunscrevem a um contexto rural ou de lazer.

Em conclusão, é de assinalar o facto de cada um dos grupos ter respondido, de forma diferente, em função das propostas, também elas diferentes, que lhes foram colocadas.

A pergunta: "*o que representa Paredes de Coura*?" evoca às crianças imagens significativamente diferentes, do que o convite a desenhar "*a paisagem de Paredes de Coura*". A primeira leva-as a identificar a paisagem local com uma actividade, realizada uma única vez no ano - e não dedicada às crianças -, mas com forte marca do (e no) concelho; o segundo, transporta-as para imagens que integram a sua vivência do dia-a-dia, ou seja, uma realidade mais próxima do ambiente que as circunda.

Na posse destes dados, justifica-se continuar as acções de sensibilização - e de participação - dos níveis etários mais jovens da população, visando que a paisagem e os conceitos a ela associados sejam percebidos, enquanto valor ecológico e recurso endógeno, integrante do carácter e da identidade deste território.

2.2 - A cartografia da participação pública

Conforme já anteriormente referido, nesta fase foram, igualmente, realizadas sessões de participação pública direccionadas para outros públicos-alvo. Nas sessões com os jovens adolescentes, foi-lhes pedido que assinalassem, nos diferentes mapas impressos (ortofotomapa, carta militar e cartografia de base), as áreas de passivo ambiental, paisagístico ou património devoluto, que conheciam e, por outro lado, as áreas que mais valorizam na subunidade de paisagem em que vivem, quer se tratasse de valores edificados, paisagísticos, ou outros. Foram, também, convidados a fazer eventuais alterações e/ou correções, aos limites das subunidades de paisagem e respectivas denominações, tendo em conta o seu conhecimento e identidade territorial.

O método foi repetido, com os demais públicos-alvo, a saber: associações locais, juntas e assembleias de freguesia e funcionário da autarquia.

Foto 1 - Material cartográfico disponibilizado nas sessões de participação pública

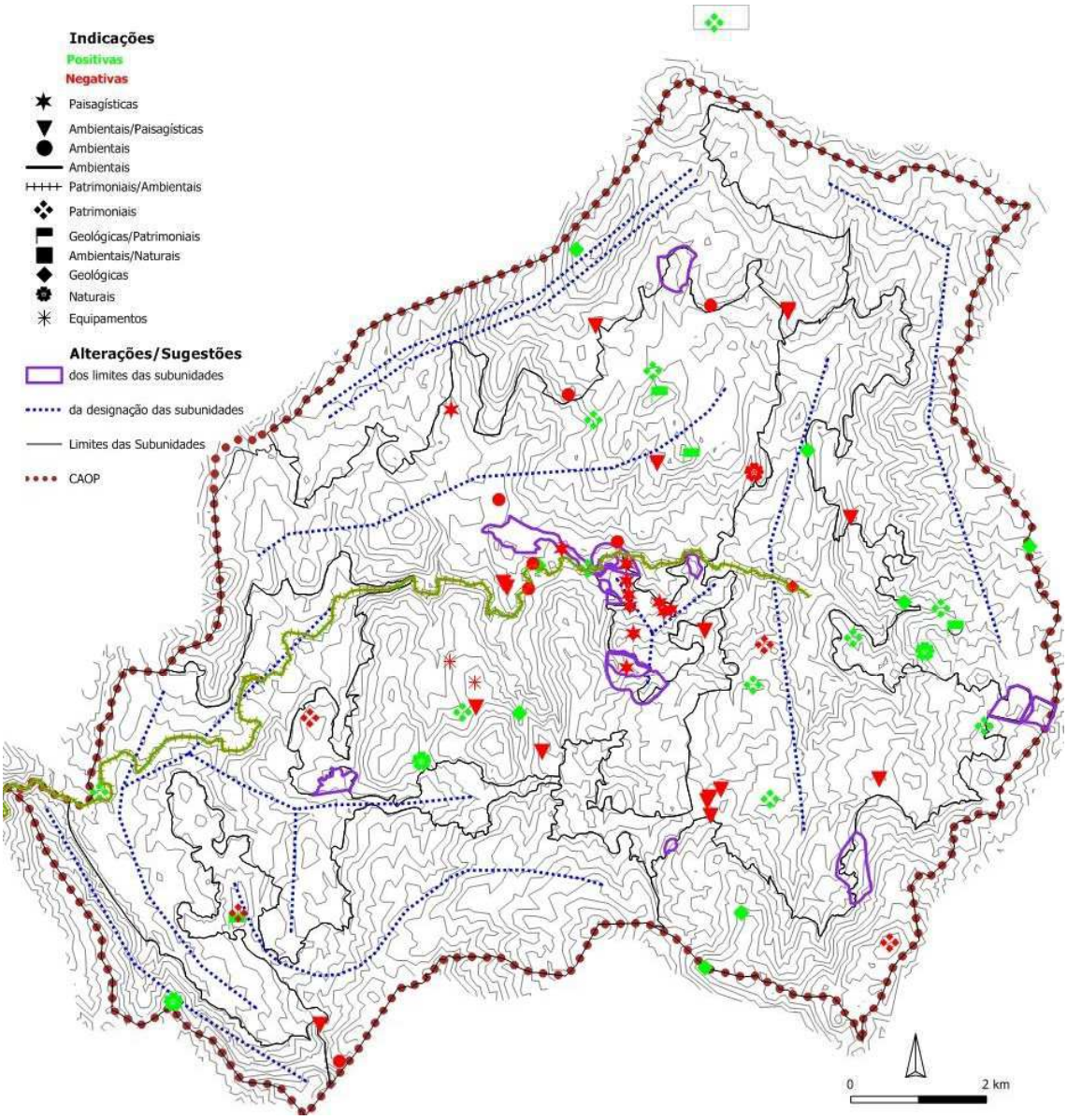
Foto 2 - Exemplo de sessão de participação pública

Nas reuniões com a participação dos agentes de turismo, dos técnicos das autarquias locais e dos técnicos das diferentes entidades públicas e privadas, as questões colocadas foram as mesmas, apesar de com o âmbito alargado a toda a área do município. Por essa razão, recorreu-se ao software *Google Earth,* de modo a permitir que os participantes (geo)localizassem as suas sugestões de forma mais precisa: propor, por exemplo, alterações de limites às subunidades de paisagem.

Aos participantes adultos foi, ainda, pedido, que ajudassem na localização de um conjunto de topónimos antigos, já caídos em desuso, e idóneos a apoiar o conhecimento evolutivo, da ocupação urbana do território.

Todas as contribuições da população foram, em fase posterior, vertidas no mapa que abaixo se apresenta. Nele podem observar-se todas as contribuições recolhidas, quer sejam sugestões de alterações dos limites das subunidades, quer das designações das mesmas. Nele são, ainda, reproduzidas as indicações, positivas ou negativas, dos valores patrimoniais, geológicos, naturais, ambientais ou paisagísticos, identificados na participação pública.

Figura 1 - Resultado espacial da participação pública



Capítulo 3 - Evolução e estado actual

O estado das paisagens courenses decorre de uma longa evolução, dos fenómenos naturais e antrópicos ou, melhor dizendo, da coevolução desse sistema dinâmico, gerador de impactos, mais ou menos perceptíveis e com maiores ou menores consequências no território.

No sentido de identificar e compreender tais fenómenos, foram efectuados estudos globais sobre o território, aptos a servir para, posteriormente, enquadrarem os detalhes e pormenores, da caracterização de cada subunidade de paisagem.

O surgimento da agricultura constitui um passo essencial no desenvolvimento da humanidade. Os historiadores afirmam que, no Neolítico, o homem passou da recolecção (caça, pesca e vegetais (frutos e sementes)) para as actividades agrícolas e pecuárias, tendo sido o trigo e a cevada as primeiras plantas a serem cultivadas. Assim, "*o estudo da evolução da paisagem é também, o estudo da sua história humana e social e dos ecossistemas naturais e humanizados que suportam e determinam a sua expressão visual*"[1].

Desde que se tornou agricultor, o homem passou a alimentar-se, cada vez menos, dos materiais orgânicos retirados das espécies selvagens e, inversamente, cada vez mais, das matérias orgânicas obtidas através das espécies domésticas. Estas, por si criadas, foram, paulatinamente, sofrendo alterações, dando origem a uma multiplicidade de novas e variadas espécies, específicas dos novos ecossistemas cultivados.

A agricultura, cultivo da terra e de todos os trabalhos relacionados com o tratamento do solo, sementeira, plantação de vegetais e criação de animais, destinava-se (como se destina, ainda hoje), à produção quer de alimentos, quer de fibras. A agricultura implica a transformação do ambiente, para satisfazer as necessidades do homem; porém, é a capacidade para, mais do que usar, potenciar o seu uso transformando, que distingue o ser humano dos restantes seres vivos.

---

[1] Leonel FADIGAS (2011). *Fundamentos Ambientais do Ordenamento do Território e da Paisagem*. Lisboa: Sílabo, 2ª Edição.

Se o homem abandonasse todos os ecossistemas cultivados do planeta, estes retornariam, rapidamente, a um estado de natureza próximo daquele em que se encontravam há 10 mil anos atrás; ainda que neles perdurassem, por mais ou menos tempo, as marcas da sua passagem[2]. As plantas cultivadas e os animais domésticos dariam lugar a uma vegetação e fauna selvagens, infinitamente mais poderosas do que as actuais e, mais de nove décimos da população humana pereceria, pois, nesse jardim do Éden, a simples predação (caça, pesca e colheita) não permitiria alimentar mais do que meio milhão de homens[3].

Há 30 000 anos, comunidades nómadas movimentavam-se pelas cumeadas, contornando os pauis - onde dominava a selva com os seus animais bravios-, construindo, nas colinas, pequenos assentamentos. Foram os grandes incêndios, de origem natural ou humana, que abriram caminho às primeiras tentativas de práticas agrícolas, as quais podemos considerar serem ainda uma agricultura incipiente.

[2] Alan WEISMAN (2008), *O Mundo sem Nós.* Cruz Quebrada: Oficina do Livro, 2ª Edição.
[3] Marcel MAZOYER e Laurence ROUDART (2001), *História das agriculturas no mundo. Do Neolítico à Crise Contemporânea*. Lisboa: Instituto PIAGET.

Figura 2 - Área provável de ocupação Pré-Histórica - Floresta derrubada cortada e queimada

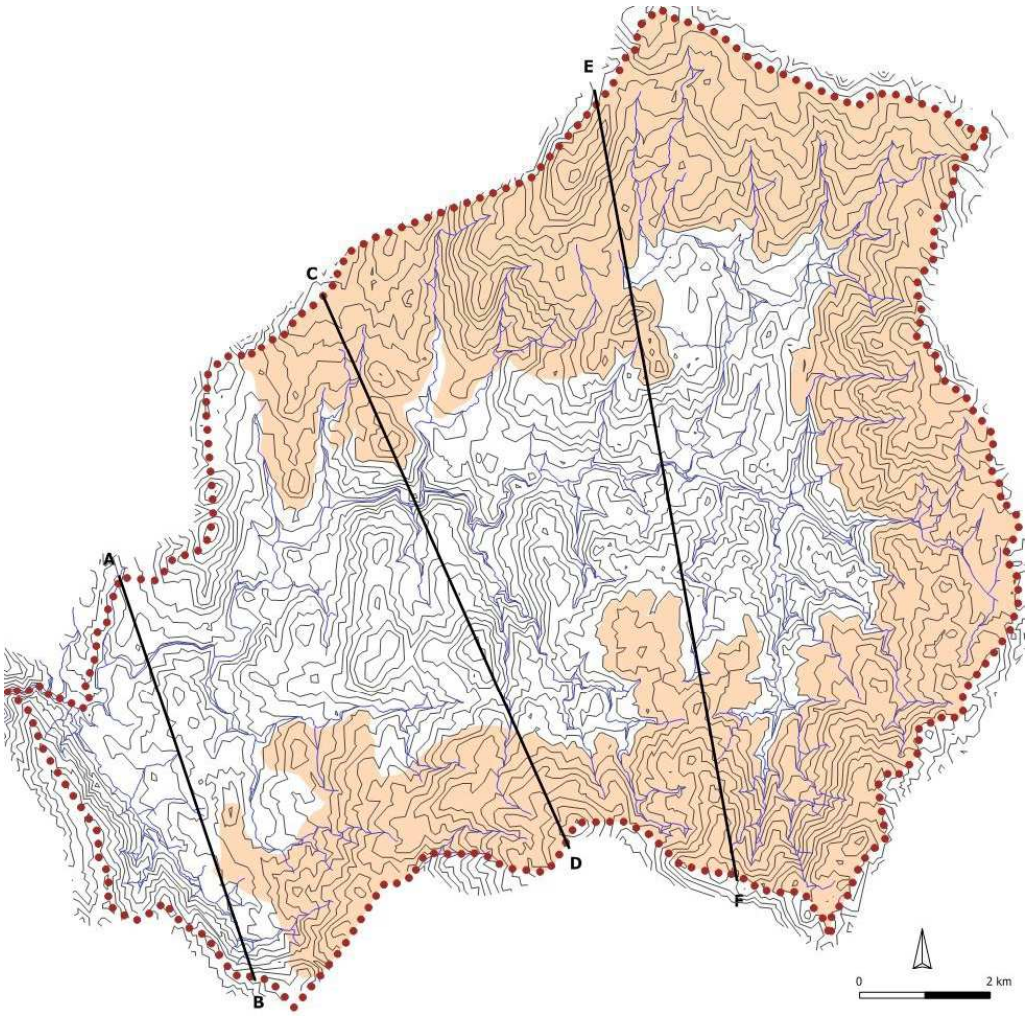


Figura 3 - Transecto da ocupação Pré-histórica

A agricultura nasce com a passagem do sistema de recolecção para um sistema de produção regular quando, no Neolítico,[4] são descobertos os mistérios da multiplicação das plantas. A domesticação dos animais e o seu pastoreio, por sua vez, tanto no espaço mediterrânico, como no do ocidente Ibérico (atlântico), é um fenómeno concomitante e inseparável do primeiro, na medida em que, na época a que nos referimos, só é possível agricultar o solo, com o transporte de sementes, nos lugares pisados e estrumados pelos rebanhos dos povos nómadas.

Na evolução da agricultura do Neolítico[5], quanto a cereais, o trigo globoso (*Fagopyrum esculentum*), o trigo anão (*Triticum monococcum*) e a cevada de seis ordens (*Hexasthicum hordeu*) foram substituídas por novos cultivares de trigos moles, pelo milho- painço (*Pennisetum* spp.) e pelas cevadas (*Hordeum spp*), cujas sementes tinham sido transportadas pelos nómadas norte-africanos, através do estreito que serve de porta ao mediterrânio.

No Norte de Portugal, os cômoros situados na meia encosta das montanhas, dominando a selva e os cursos dos rios e ribeiros torrenciais, passaram a ser os locais de sedentarização das comunidades, que os ocuparam e neles edificaram os primeiros povoados.

O pastoreio deixava na paisagem a marca humanizada dos espaços, pisados e queimados, nas encostas e cumeadas, formando um sistema de cultura, em terras de floresta abatida-queimada e mantendo preservada a selva das terras baixas, onde se acoitavam as feras.

As clareiras na floresta clímax formavam campos abertos, de cultura cerealífera itinerante, mas deixavam os homens dos povoados na dependência dos níveis de fertilidade dos solos que, ao fim de muitos ciclos ininterruptos de culturas, diminuíam drasticamente.

---

[4] Eugénio de Castro CALDAS (1998), *A Agricultura na História de Portugal*. Lisboa: E.P.N., Lda., p. 33.
[5] Jacques CAUVIN (1997). *Nascimento das Divindades, Nascimento da Agricultura*. Lisboa: Instituto PIAGET.

O abandono, à natureza, da terra esgotada, correspondia à técnica que, mais tarde, se viria a transformar no *pousio*: período, findo o qual, a terra é de novo cultivada. Quando este repouso não obedece a qualquer regra, acaba por dar origem a incultos, ou seja, a campos cobertos de matos. Isto acontece quando a duração do pousio é tão curta (seis a sete anos) que a vegetação herbácea se torna predominante, fazendo com que as culturas fiquem em rotação com um baldio ervoso que, não podendo ser arroteado por abate-queima, dá origem a um sistema pós-florestal. Alterações deste tipo ocorrem, quando o crescimento da população, na busca de mais alimento, começa a exercer demasiada pressão sobre os solos, repetindo as culturas com demasiada frequência, impedindo, desse modo, que se desenvolva o processo de arborização.

Em Paredes de Coura, a prática do pousio foi usada até perto do final do século XX, na Boalhosa e em Vascões, nos solos mais pobres, normalmente ocupados com centeio e explorados, nos anos de pousio, como pastagem natural.

É também durante o Neolítico, com a sedentarização, que as sociedades pré-históricas despertam para o culto dos mortos, cujos corpos deixam de ficar abandonados ao longo do percurso nómada. E, na esteia desse fenómeno, surgem novos elementos da paisagem: os monumentos megalíticos[6] tumulares, antas e mamoas, dos quais há registo de vários exemplares no território de Paredes de Coura.

[6] Fátima Matos SILVA (2015), *Montes, Pedras e Gente. A ocupação proto-histórica do vale superior do Coura.* Santo Tirso: Idioteque.

Figura 4 - Área provável de ocupação Proto-Histórica - Agricultura pós floresta

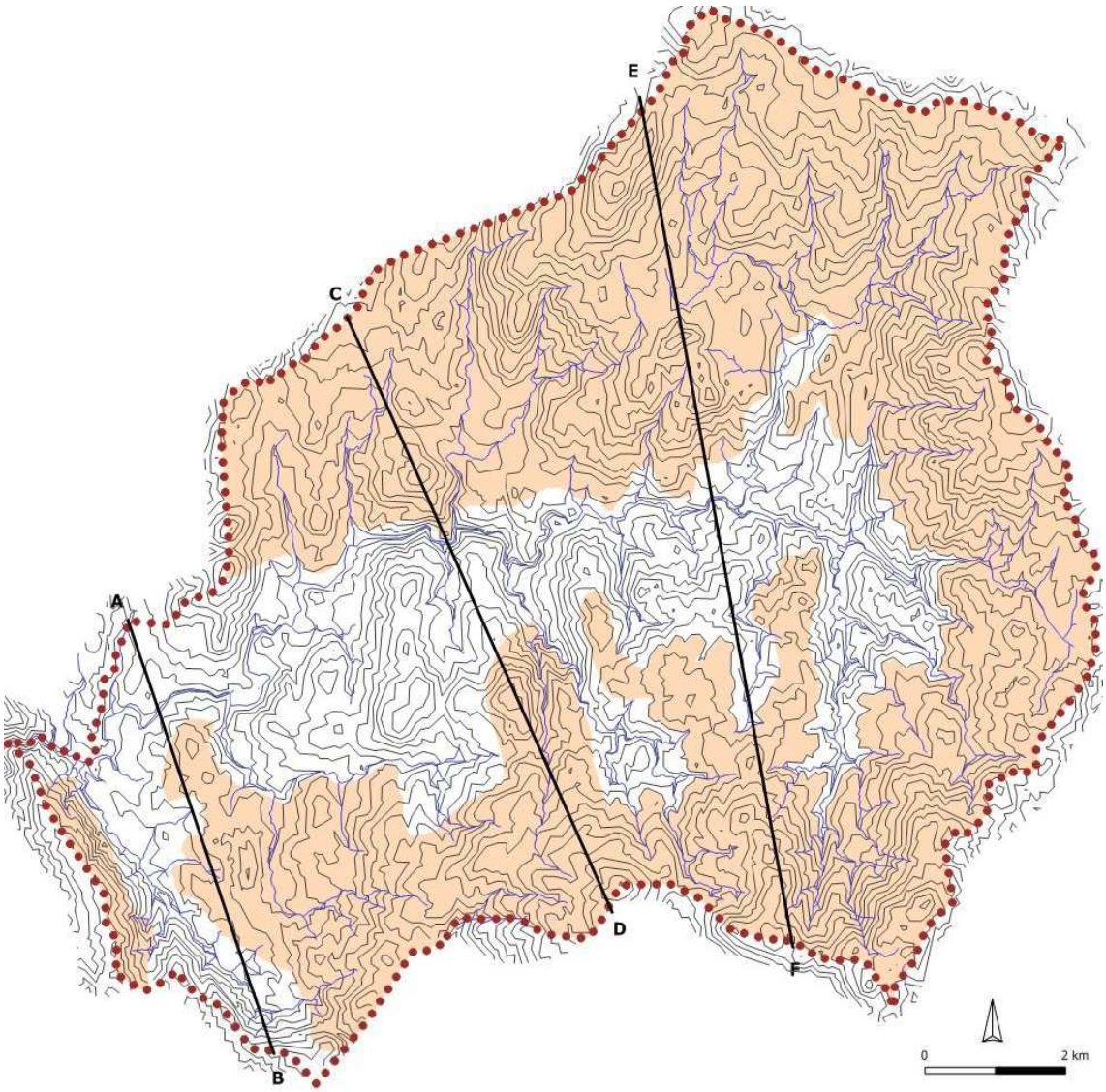


Figura 5 - Transecto da Ocupação Proto-histórica

A cevada (*Hordeum vulgare*) e o trigo (*Triticum spp.*), os dois cereais que no início da actividade agrária estão sempre associados, são as plantas pioneiras na terra agricultada. A cevada é mais precoce e, além de ter sido utilizada, directamente, na alimentação animal, foi, também, usada para fazer pão e, depois de fermentada, cerveja. No entanto, no mundo ocidental mediterrânico, seria o trigo o cereal que se viria a tornar a base do pão. É também no Neolítico, que são domesticados os animais que darão origem ao "gado doméstico": suínos, bovinos, ovinos e caprinos.

No decurso deste longo período, a agricultura vai progredir, simultaneamente, através da escolha das plantas que vegetam em condições naturais e que passam a ser cultivadas; da domesticação de animais selvagens e, ainda, da invenção e contínuo aperfeiçoamento de ferramentas. É possível que a mobilização da terra, para fazer cama às sementes, tenha começado a ser feita com um simples pau aguçado, riscando a terra, provavelmente, sob as cinzas de uma queimada.

Entre as ferramentas iniciais estão a enxada e o arado - primeiro de tração humana e, depois, animal: (...) "*nas lutas tribais os vencidos não teriam qualquer préstimo, pelo que se lhe reservava a morte, com eventual prática de canibalismo. O arado valorizou o "vencido" transformando-o naturalmente em "escravo", o que deu depois motivo a toda a espécie de servidões. O arado está na origem da escravatura*"[7].

Por influência Grega, chegam a este território espécies, entre outras, como a figueira, a amoreira e o loureiro. São, também, os Gregos, que lançam as raízes dos sistemas institucionais ligados à propriedade, não só da terra, mas também do Homem, através da escravatura. O progressivo crescimento populacional foi aumentando a dimensão dos locais povoados, surgindo comunidades de camponeses proprietários que, em simultâneo, fazem a exploração pastoril dos baldios.

As práticas agrícolas na Idade do Ferro

Com as invasões das tribos indo-europeias (celtas), que a partir de 1.200 a.C. começaram a chegar a Europa Ocidental, chegam a esta região, a couve, os nabos e

[7] Eugénio de Castro CALDAS (1998), *A Agricultura na História de Portugal*. Lisboa: E.P.N., Lda., p. 29.

o linho. Na verdade, foram estes povos, com a introdução das suas diferentes práticas agrícolas, que deram ao nosso território, a primeira configuração geográfica de região.

A norte do Douro, o agrupamento galaico consolidou o solar da denominada "cultura castreja", ampliando o *habitat* já iniciado nos cômoros, mediante a construção dos "Castros" e Citânias, muitas das quais foram, em Paredes de Coura, fortemente muralhadas[8].

Os habitantes organizavam-se em grupos hierarquizados, desde a família às *gentilitas*, idênticas ao *clan*. Estas, dentro do mesmo *gens*, formavam as tribos, que praticavam a exploração agro-pastoril, nas zonas de altitude e meia encosta das montanhas, deixando particamente intactos os vales, cobertos de pântanos e densas florestas[9].

Com o desenvolvimento destas actividades, a paisagem agrária transforma-se totalmente, passando a incluir culturas arbustivas e árvores, em parcelas demarcadas no espaço cerealífero anterior, junto dos povoados. A separação das terras de sementeira e da terra de plantação é, aliás, um elemento decisivo na caracterização do novo sistema agrícola, resultante do abandono da itinerância agrícola e concomitante passagem à sedentariedade.

Contudo, nem todas as matérias orgânicas produzidas são consumíveis. Fracções importantes da matéria orgânica, proveniente das plantas e dos animais domésticos, são subprodutos (restos de culturas, dejectos animais, etc.) de difícil utilização, até que o homem descobriu o seu efeito fertilizante ao espalhá-lo nas hortas e pomares. A fertilização, estende-se, mais tarde, a todas as culturas e, por consequência, geram-se novas dinâmicas: a criação de gado pastoril, para ser levado ao pasto e fertilizar a terra e a cultura atrelada ligeira, com recurso ao arado de tração animal.

Nessa época, mesmo no norte, as culturas não se apresentavam, ainda, especializadas em regadio e sequeiro, o clima é que ordenava a rega de recurso. Porém, há técnicas de regadio engenhosas e eficazes, como a que terá sido

---

[8] Fátima Matos SILVA (2015), *Montes, Pedras e Gente. A ocupação proto-histórica do vale superior do Coura.* Santo Tirso: Idioteque, p. 47.
[9] Eugénio de Castro CALDAS (1998), *A Agricultura na História de Portugal*. Lisboa: E.P.N., Lda., p. 33.

introduzida na Península Ibérica pelos Cartagineses cerca de 500 a.C. que, no verão, conduzia para os “lameiros", em regos, a água das nascentes, com o objectivo de obter a forragem que complementasse as pastagens secas.

O povoamento rural disperso acompanha sempre o regadio, mas toda a horta tem também a sua cidade[10.] Não poderá excluir-se a hipótese de a mesma água servir, no inverno, para a “rega de lima", que defende as plantas contra os estragos do frio. Eram de regadio - indispensável no clima mediterrânico, de verão seco - os linhares, que situados junto de nascentes, asseguravam a colheita da maravilhosa planta do linho, e representam a primeira cultura industrial.

Nas áreas montanhosas do interior, a norte do Douro, o solo era pobre. Sendo certo que, muito mais do que hoje, a irregularidade do clima influía no sucesso das colheitas, face à incipiência das técnicas de mobilização do solo, a fome era frequente nos lares desprovidos de bons celeiros.

Os romanos introduzem uma reforma estrutural da posse e uso da terra, a qual terá profundas e notórias consequências na paisagem. Até então, a terra encontrava-se parcelada na mão de camponeses mas, era possuída, também, e em grande parte, por chefias tribais, estando generalizado o uso comunitário, com o pastoreio e a agricultura itinerantes. A reforma romana consolidou a propriedade privada[11], em especial nas *Villae*, cujo fundamento jurídico era o da propriedade privada plena, que, pela primeira vez na história, assegurava os direitos de alguém possuir, com exclusão de outrem, de fruir e de dispor, de abandonar e de destruir, os bens apropriados. No entanto, o direito romano não se aplicava a todo o território, coexistindo áreas rurais onde se mantinham os direitos comunitários, sob a forma de livre pastoreio ou de baldio, cujos rastos ainda chegaram ao século XIX.

Para instalar as *villae* romanas foi necessário abater a selva e sanear os pântanos, por meio de obras de drenagem nunca antes realizadas. As populações foram obrigadas a abandonar os Castros e as Citânias, para garantia da segurança dos militares, baixando às *Villae* na condição de servis impostas pelos *dominus*. Outra alternativa

---

[10] Idem.
[11] GAIO (2010), *Instituições. Direito Privado Romano*. Lisboa: FCG.

seria a de procurarem refúgio, nas montanhas, em defesa da liberdade tradicional do pastoreio e da agricultura céltica.

A presença dos romanos foi decisiva na transformação da agricultura. É notável, do ponto de vista técnico, que o desenvolvimento da cultura cerealífera tenha decorrido, em simultâneo, de acções no domínio da cultura de forragens, do alargamento da cultura de aveias e da introdução do tremoço, do fenacho e da ervilhaca. A pecuária terá abandonado, em parte, o sistema pastoril extensivo, adoptando técnicas intensivas nas terras húmidas, abrindo uma nova perspectiva na prática da fertilização dos solos e, nas hortas e pomares, nos arredores das *Villae*, a cultura de legumes e hortaliças foi melhorada com a introdução de inúmeras espécies: o feijão-frade, o pepino, o melão, a alface, o alho-porro, os espargos, a acelga, a cenoura, o rabanete, a salsa, a mostarda, os coentros, os cominhos, a segurelha, a manjerona e a alcachofra.

A viticultura, neste período, atinge grande incremento, a par do crescimento de uma grande variedade de fruteiras.

Os romanos, com esta panóplia de inovações, completaram a destruição da floresta primitiva, iniciada no Neolítico e que resistira ao fogo nas terras baixas, recobrindo os pântanos e as margens dos rios (figura 7). Em contrapartida, porém, os romanos introduziram novas plantas florestais, como o plátano ou bordo, e outras de grande valor alimentar como o castanheiro e a nogueira. A instalação de soutos, feita com cultivares mais produtivas do que o castanheiro autóctone, encontrou lugares privilegiados e elevou a castanha a alimento de grande importância na dieta das populações, ao longo de séculos.

Figura 6 - Área provável de ocupação Romana - Agricultura na Romanização

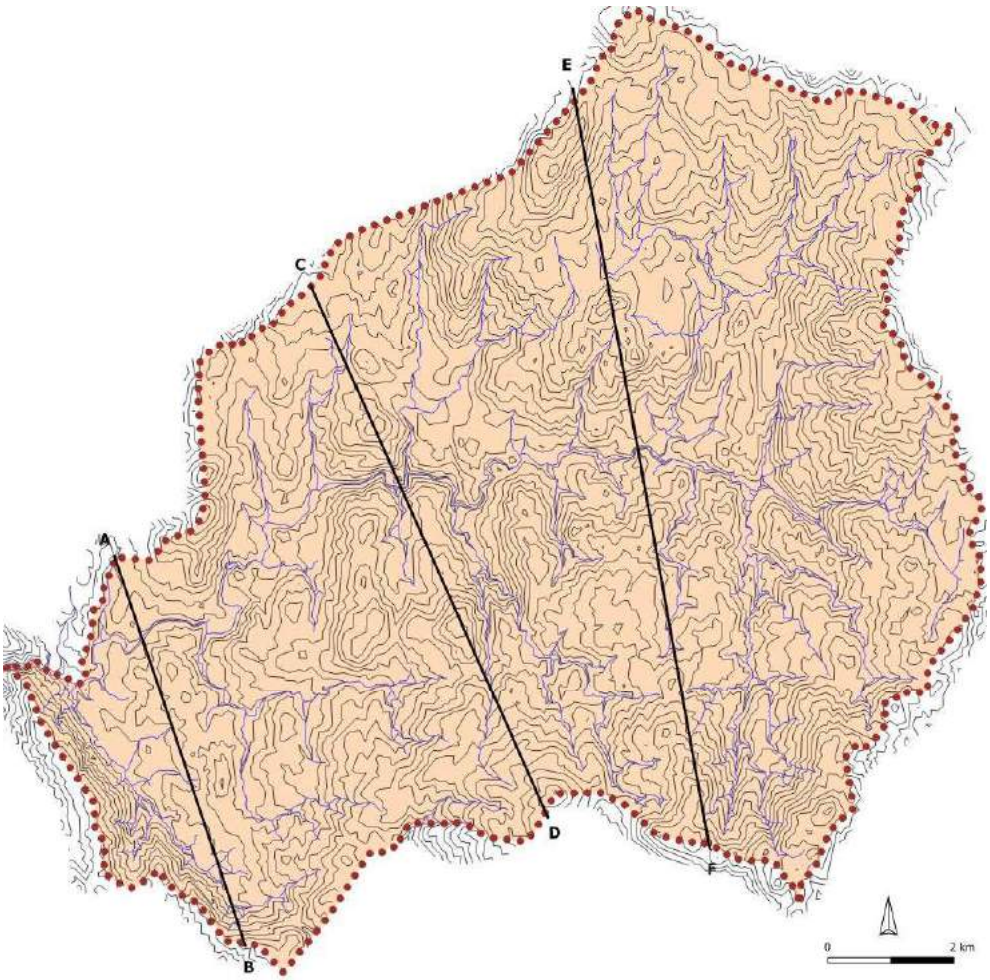


Figura 7 - Transecto da Ocupação Romana

A desflorestação das terras marginais dos cursos de água atraiu as populações indígenas, que baixaram dos cômoros para aproveitarem os fertilíssimos solos aluvionares e coluvionares. Estes solos, formados ao longo de milhares de anos, a partir da meteorização da rocha e o arrastamento, pela água da chuva e pela gravidade, de massas sólidas, que se foram sedimentando e ficaram retidas pelas raízes e folhagem da vegetação das zonas mais baixas, possibilitavam, agora, o crescimento de prados e novas áreas de cultura.

As culturas de regadio

Será também nesta época que se começa a aproveitar a condução da água, armazenando-a em poças e conduzindo-a por canais, ao longo das curvas de nível, para humedecer o solo cultivado, dando origem a dispositivos semelhantes aos lameiros.

O ecossistema pós-florestal dos cômoros terá ficado mais abandonado, dando origem a matagais usados para a pastorícia e, mais tarde, para a recolha de matos para a cama dos animais estabulados, reforçando a produção de estrumes.

Destacamos uma curiosa nota, escrita por Vieira[12], no final do século XIX: "*nos terrenos bravios semeia-se giesta, durante meia dúzia de anos a sua rama (molima) é cortada e empregada como estrume vegetal; depois, como a planta está cansada, arrancam o brejão ou raízes, e queimam os resíduos. Nesse terreno assim calcinado, forma-se, com cinzas, uma bouça nova. O molima é pelos lavradores considerado um bom adubo para as terras fundas*".

O potencial edáfico natural, em Paredes de Coura, pelo predomínio de solos delgados, naturalmente pobres em bases e matéria orgânica, com reacção ácida a muito ácida, é baixo. Contudo, este baixo potencial edáfico foi, todavia, sendo contrariado, ao longo de muitos séculos, pelas gentes da região, que foram fabricando o seu próprio solo (construção de socalcos, estrumações intensivas, condução das águas abundantes, etc.), conseguindo estender a cultura a zonas que, naturalmente, não tinham qualquer

[12] José Augusto VIEIRA (1989). *O Minho Pitoresco*. Valença: Rotary Club de Valença, Tomo I, (1ª edição, 1886), p.134.

aptidão agrícola: "*os agricultores são também produtores de solos*"[13]. Constituem excepção, a este sistema, as pequenas manchas aluvionares, associadas aos leitos dos rios e ribeiras.

As técnicas romanas de elevação e condução de águas em conduta fechada, usadas nos centros urbanos, em balneários, jardins e hortas, permite-nos pensar que existissem processos similares na agricultura. É crível, portanto, a existência de regadio agrícola nesta época, particularmente num território tão rico de mananciais de água como Paredes de Coura. É também defensável, que tenha sido nessa altura, que se iniciou a construção de muros, que possibilitaram a existência de solos mais fundos e menos sujeitos ao arrastamento, provocado pela água da chuva ou da rega; trabalho que terá sido feito, desde então e continuado durante séculos, até à actualidade.

As estruturas agrárias foram tão fortemente implantadas, que muitas parcelas mantiveram, até à actualidade, os nomes, os limites e idênticas características funcionais. *Desbravar terras* é uma expressão romana e, certas áreas florestais continuam a ser chamadas *bouças* ou *montados*. Junto das *Villae*, formou-se a cortinha, o quintal e a horta. Nas margens dos rios foi feita a limpeza das várzeas, que serviram de pastagem, uma vez que eram inservíveis para a produção cerealífera, a qual requeria terrenos com certa secura, onde o arado trabalhava facilmente. Para esse efeito, eram demarcadas as agras, no chão das encostas, na planura dos outeiros e nas parcelas enxutas dos vales. Com área mais pequena, estruturavam-se as leiras e courelas. Tais parcelas eram entregues a agricultores que, de diversas situações sociais, as cuidavam. Com perfeito senso ecológico eram demarcados os pomares, as vinhas, os olivais e os soutos.

Em todo o território nacional, a calçada romana assegurava a circulação e, sólidas pontes ligavam as margens dos rios, franqueados ao trânsito e às mercadorias. A via XIX era a calçada romana da época do imperador Augusto[14] que ligava *Bracara Augusta* (Braga), Ponte de Lima, *Tude* (Tui), *Turoqua* (Pontevedra), *Aquis Celenis*

---

[13] José PORTELA (1993). *Dois contributos para um livro branco sobre a agricultura e o meio rural*. Lisboa: Ministério da Agricultura, p. 142.
[14] Em latim: *Gaius Lulius Caesar Octavianus Augustus*; Roma, 23 de setembro de 63 a.C. – Nuvlana, 19 de agosto de 14) foi o fundador do Império Romano e seu primeiro imperador, governando de 27 a.C. até sua morte em 14 d.C.

(Caldas de Reis), Iria, *Martiae*, *Lucus Augusti* (Lugo) e *Asturica Augusta* (Astorga), correspondendo, em grande parte, ao hoje denominado "Caminho Português de Santiago", que atravessa Paredes de Coura, entrando na Portela de Romarigães, passando por Rubiães e Cossourado e seguindo por Fontoura para Valença e Tui.

Com a união política operada pelos Visigodos, a vida económica e social encontrou renovadas dificuldades. Tinha terminado o predomínio da influência urbana, que marcou a presença romana e teve como centro motor a cidade. Os neo-godos, sem dúvida rústicos, agrupavam-se segundo famílias, que viriam a dar origem à nobreza medieval que, igualmente rústica, tanto empunhava a espada como o arado.

A agricultura, nesta época, não poderia representar mais do que a possível adopção da tecnologia romana em estruturas desligadas do mercantilismo externo que abastecera o Império, e voltando simplesmente à subsistência regional. As culturas dominantes eram os cereais de sequeiro. O regadio não ia para além das necessidades de manutenção do efectivo pecuário e das pequenas hortas familiares.

Sampaio[15] descreve-nos o quadro: "*Nos vales fundos os terrenos abundantes de águas, eram cultivadas as ervagens, dando-se uma ou mais parcelas a cada casal. Lá estavam os pratis, pascuis padulibus, os pardos ou lameiros, as pastagens ou pauis, que alimentavam o gado, sobretudo na força do estio quando as ervas amadurecem e secam nos montes; não só os prados naturais, mas os preparados artificialmente pela sementeira de erva e a distribuição de água por condutas – ductibus aquarum. Nesse tempo as terras húmidas não serviam para outra produção, exigindo os cereais terras enxutas; aquelas porém não eram de pouca monta. Por isso as fontes e todas as correntes foram cuidadosamente aproveitadas como aquas cursiles uel incursites-fontes aquis aquarum, repetem-se constantemente, percebe-se que o conhecimento desta riqueza era tradicional e sobre ela exercia-se, conforme a jurisprudência romana, um direito de propriedade análogo ao da terra – illo (agro) concedo cum sua aquade aqua leuita que ipso agro inrigat*".

[15] Alberto SAMPAIO (1988). *Estudos Históricos e Económicos I. As Vilas do Norte de Portugal*. Editora Vega.

O Reino Visigodo, que acabara por unificar o espaço peninsular, começava a ser ameaçado pela presença de um novo poder, islamo-árabe. O domínio árabe durou em Portugal mais de cinco séculos. Acabado o domínio político, e após tão longa permanência no território, subsistiu muito do mundo árabe, na cultura e na civilização cristã da Península. Não obstante o estado de guerra quási permanente entre as duas raças, as influências mútuas foram grandes.

As ferramentas agrícolas sofrem, neste período, uma grande evolução. O arado deixa de, simplesmente, riscar a terra, para passar a revolvê-la. Por influência germânica tinha também sido introduzida a carreta e a tração pesada e a debulha dos cereais, a mangual ou malho. Essas, e outras ferramentas agrícolas significativas, acabariam por receber (e manter) a designação genérica, árabe, de alfaias. As técnicas de rega fom melhoradas e o recurso a poços e o uso de noras permitiu tornar a área de regadio, mais extensa.

As plantas cultivadas que figuram com evidência no "Libro De Agricultura"[16], do séc. XII, são as seguintes: tamareira, figueira, pessegueiro, romãzeira, ameixoeira, pereira, cerejeira, amendoeira, nogueira, damasco, macieira, oliveira, castanheiro, cidreira, laranjeira, trigo, cevada, centeio, aveia, milho pinço, arroz, lentilha, ervilha, feijão, fava, chícharo, tremoço, linho, cânhamo, algodão, alfena, cebola, açafrão, nabos, cenouras, rabanetes, alhos, alho-porro, pimenta negra, ruiva, dormideira, pepino, melão, meloa, cabaça, abóbora, cominhos, mastruço, anis, rosa, manjericão, goivo, narciso, crisântemo. Tratam-se de culturas provenientes de "berço" europeu, norte-africano e do médio oriente. De entre elas, as que têm, em Paredes de Coura, boas condições climatéricas para vegetar, são ainda hoje, aí cultivadas.

Uma cultura a destacar é a da oliveira. De grande importância para os romanos, para a obtenção do azeite - sendo o mais afamado o da Hispânia -, esta cultura conheceu, naturalmente, grande expansão no nosso território, durante a sua ocupação; mas foi também acarinhada e mantida no reinado visigótico. O azeite conquistou, também, os árabes, que mantiveram a sua produção.

---

[16] "*Libro De Agricultura*", de Abu Zacaria Yahia que nasceu e viveu em Sevilha no século XII.

Paredes de Coura, com um clima mais atlântico, não tem as melhores condições para a cultura[17] da oliveira, pelo que os povoamentos eram de baixa densidade.[18] São muitos, contudo, os exemplares de oliveiras que chegaram aos nossos dias, particularmente nos adros da igrejas, as quais se destinavam a produzir azeite para o templo.

O reino lusitano, reconhecido pelo Papa em 1179 e reconquistado, paulatinamente, pelos cristãos aos "mouros", estendia-se ao longo de toda a orla marítima. Durante o seu processo de crescimento, Portugal confrontou inimigos a sul, a leste e a norte; tendo, o alargamento do território, caminhado, sempre, a par com o desenvolvimento das comunidades urbanas e camponesas armadas.

Em 1179 são subscritos os primeiros forais que legalizam e reforçam a propriedade vilã[19] por "direito de herdamento". A propriedade dos herdadores era enriquecida pelo trabalho dos peões proprietários e de sua família ou por homens que povoavam as herdades como parceiros ou como trabalhadores e mancebos. O rei onerava com o imposto predial da jogada à terra dos peões hereditários. D. Afonso atribuía forais de povoamento a novas terras, cuja defesa procurava consolidar, fundava Mosteiros e concedia terras e castelos à Ordem dos Templários, a sul do Douro, nas fronteiras difíceis. As Famílias que apoiaram D. Afonso Henriques foram honradas com a concessão de terras defendidas por Castelos, dos quais alguns dificilmente se identificam actualmente. É o caso do Castelo de Fraião que, como afirma Alves,[20] se localizaria no alto da furna, em terras de Boivão, concelho de Valença, mas que nem sempre foi assim, porquanto a antiquíssima documentação medieval e quinhentista prova, de forma indesmentível, que esta fortificação pertenceu ao concelho de Coura durante muitos séculos, e que desta forma presidia aos destinos do concelho de

---

[17] Mariano FEIO (1991). *Clima e Agricultura. Exigências Climáticas e Potencialidades agrícolas do nosso Clima.* Lisboa: MAPA.
[18] Orlando RIBEIRO (1991). *Opúsculos Geográficos. Vol. IV – O Mundo Rural*. Lisboa: FCG, p. 145.
[19] Na Idade Média, o homem livre, do povo, dotado de bens de um determinado valor (estabelecido pelos monarcas), que prestava serviço militar (fossado) a cavalo. Tinha diversos privilégios: estava dispensado de pagar jugada; como o do infanção, o seu juramento tinha valor de prova em julgamentos; e outros, que eram variáveis. No século XIII, a obrigação de fossado foi substituída pelo pagamento de um imposto. Os cavaleiros-vilãos eram os homens-bons dos concelhos, a sua classe dirigente, representando o povo nas Cortes. Só a partir da revolução de 1383-1385 foram cedendo protagonismo aos representantes dos ofícios.
[20] Jofre de Lima Monteiro ALVES (2015). *Foral Manuelino da Terra de Coura. V Centenário de um documento histórico*. Paredes de Coura: Junta de Freguesia de Padornelo, pp. 74.

Coura, Julgado de Fraião e Couto de Sanfins, que pertencia ao Mosteiro de Sanfins de Friestas[21].

O modelo nortenho de organização social do espaço de que de seguida se fala, corresponde, mais concretamente, à região que, prolongando as características da Galiza - que o Rio Minho não consegue separar, nem geográfica nem culturalmente -, se estende até às terras de Santa Maria, batendo, a leste, nos contrafortes do sistema Galaico-Duriense. Apesar dos altos valores da pluviosidade que a unificam, ela não se apresenta, no entanto, perfeitamente homogénea. O interior, caracterizado pela proximidade das montanhas, é menos favorável à fixação dos homens, quando comparado com o litoral e, em particular, com a área de colinas e terras chãs, abundantemente regadas pela água de numerosos cursos de água, que formam o seu sistema nervoso central. Esta é, também, entre os séculos XI e XIII, a área da maior concentração populacional.

Oliveira Martins[22], citando Dantas Pereira, numa nota sobre alguns fragmentos da legislação e cultura de El-Rei D, Dinis, esboça o modo como, sob o ponto de vista da colonização procediam os nossos Reis: "*No Minho dividiam os terrenos em casais distribuídos a grupos de dez, vinte ou trinta povoadores, pagando de ordinário cada casal o seu foro em cereais, galinhas e dinheiro. A cada casal de lavoura correspondia uma porção de bravio para romper e outra para pastos e estrumes vegetais. Morrendo o colono, todos os terrenos lavrados entravam em partilha, sendo cada um dos herdeiros obrigado a pagar ao foreiro encabeçado, ou principal, o seu quinhão de foro. As terras incultas revertiam directo para o Senhor, a Coroa, o Concelho, ou outra*."

No Minho, o normal progresso da população, resultante dos limites naturais da procriação, era ampliado pela imigração; com tal êxito que, no reinado de D. Manuel, se tornava já necessário impedir que se rompessem mais maninhos, porque a falta de matos e charnecas era sensível.

---

[21] O Mosteiro de Sanfins de Friestas era masculino e pertencia à Ordem de São Bento. Foi fundado provavelmente no fim do século XI. A primeira menção documentada data do tempo de D. Teresa, 1112-1128, talvez já segundo a Regra de São Bento. Situado no lugar de Friestas, freguesia de Gondomil e Sanfins, concelho de Valença, teve carta de couto concedida por D. Teresa, que tendo sido perdida, foi renovada por D. Afonso Henriques, em 1134.

[22] Oliveira MARTINS (1994) Fomento Rural e Emigração. Lisboa: Guimarães Editores, 3ª Edição. p 24-25.

A evolução do povoamento é a expressão das relações entre o homem e a terra. Resulta, por um lado, de condições naturais e, por outro, da forma de colonização, modos de vida e sistemas de exploração. O povoamento, como tudo o que é humano, evoluciona com certa independência das influências físicas, que permanecem sensivelmente idênticas,[23] ao longo desse processo.

Ao atentar na repartição do tipo de povoamento, em Paredes de Coura, como na generalidade do Minho, não deixará de se notar uma certa correlação com os factores naturais: relevo, clima, vegetação, etc. Neste concelho, existe um povoamento disseminado, de lugares e lugarejos, de casas juntas e de casas esparsas, com alguns casais e quintas de permeio.

A evolução do povoamento neste período é patente, nos esforços desenvolvidos pela igreja e pelo rei, através da realização de censos e inquirições. Em Paredes de Coura, o povoamento tinha-se adensado, progressivamente, desde a romanização e chegaram até nós registos e vestígios que permitiram elaborar o cartograma nº 4 que apresentamos de seguida.

Para alimentar o crescente número de bocas, resultante do acréscimo populacional, a região Entre Douro e Minho dispunha de recursos consideráveis, consistiam, não tanto na tão propalada fertilidade da terra, quanto na abundância de mão-de-obra disponível para o seu cultivo. A disponibilidade de braços para trabalhar, numa economia com baixos níveis de tecnologia como a medieval era, na verdade, um recurso essencial, senão mesmo o mais importante, para aumentar a produção agrícola, e assim sustentar o crescimento demográfico.

Numa região dominada ainda por uma economia de autoconsumo, os trabalhos agrícolas formam o centro do processo produtivo. Nesta época, a charrua acrescenta-se ao arado. O solo mobilizado pelo arado passou a ser talhado em leivas volteadas pela charrua, recém-inventada na Europa. O progresso foi enorme e a perfeição e o rendimento do trabalho aratório influenciou a forma dos campos, favorecendo o sentido longitudinal. O milho-miúdo, o trigo, o centeio, a cevada e a aveia, cultivados em regime de sequeiro ou de regadio, aparecem em Paredes de Coura associados à

[23] Orlando RIBEIRO (1991). Opúsculos Geográficos. Vol. IV – O Mundo Rural. Lisboa: FCG.

vinha, ao linho e aos produtos hortícolas. Estamos no domínio claro de uma policultura de feição, por vezes intensiva, mas que parece, no entanto, respeitar as condições do terreno.

Era este o modelo dominante de ocupação dos campos cultivados, a que os romanos chamavam *ager*. Para além das culturas indicadas, pelos lugares mais altos ou pouco próprios à cultura cerealífera, entendia-se o *saltus*, matas de carvalhos e castanheiros, pastos que alimentavam uma pecuária florescente, de gado miúdo destinado à alimentação mas, também, de animais de preço. Nestes últimos incluem-se os bovinos de raça barrosã,[24] reservados às tarefas de tração, em especial do arado; os garranos[25], cavalos de pequeno porte reservados ao transporte de pessoas, tração de carroças e alguns trabalhos agrícolas; e os híbridos estéreis, mulas ou muares, animais rústicos adaptados ao trabalho de tração e carga, obtidos pelo cruzamento de jumentos (*Equus africanus asinus*) com cavalos (*Equus caballus*), que podem ser asneiros ou eguariços, conforme a mãe seja burra ou égua, respectivamente.

A melhoria das condições alimentares levou a que a população se multiplicasse por três ou quatro, na Idade Média. A alimentação, mais abundante, era também de melhor qualidade. O pão permanecia como alimento base e os cereais, como o centeio e o trigo, continuam no centro das necessidades alimentares.

As feiras são muito antigas, sendo a de Ponde do Lima uma das mais antigas e que, naturalmente, muito terá beneficiado Paredes de Coura até à criação da sua própria feira. Paredes de Coura também terá beneficiado da sua proximidade com a rota comercial que nos séculos XIII a XV percorriam o litoral, a partir do Porto e a antiga via romana de Braga a Santiago de Compostela, onde se realizavam importantes feiras. Nesta época, os mercadores do Porto dominavam comercialmente a região norte e animavam o maior centro de construção naval do século XIV[26]. De tudo isto vai beneficiando Paredes de Coura pela sua localização geográfica, próxima do eixo atlântico que liga o norte de Portugal e a Galiza.

---

[24] Adelino GOUVEIA; José Vieira LEITE e Rui DANTAS (Coord.) (2001). *Raça Barrosã*. Braga: AMIBA.
[25] GOUVEIA, Adelino; LEITE, José Vieira e Rui DANTAS (Coord.) (2000). *Os Milénios do Garrano*. Vieira do Minho: ACERG.
[26] António Borges COELHO (1993). *Mercadores portugueses nos séculos XIV a XV. In Portugal no Mundo, Vol. I, Albuquerque, Luís (Coord.).* Lisboa: Edição das Selecções do Reader's Digest. S.A., p. 72-88.

Nos finais do século XIII, uma crise de fome assolou toda a europa - como refere Marques[27]: 38 anos de escassez (1355 a 1441), com uma média de um ano de escassez por cada 2,2 de abundância - tendo-se-lhe seguido a mortífera catástrofe epidémica da Peste Negra. Em Portugal foram particularmente afectadas as cidades, os mosteiros e as zonas rurais densamente povoadas.

O impulso de crescimento que vinha caracterizando a demografia europeia desde o século XI estava travado, e por muito tempo – em muitas regiões, os níveis populacionais só voltaram a atingir o nível do século XIII, no século XVIII. Às crises alimentares e epidémicas viria ainda juntar-se a guerra dos cem anos[28].

A queda global da produção ficaria a dever-se não só à sucessão de anos maus mas, também, a um movimento geral de abandono das terras cultivadas associadas ao cabeça do casal e que, por isso, sofreu deserção idêntica àquela que vitimou as casas, transformando-as em pardieiros. Do colapso demográfico resultaram heranças inesperadas, originando novos-ricos que procuravam vidas mais fáceis, o que originou o despovoamento rural. Estruturas agrárias tradicionais ficaram desfeitas, assistindo-se ao termo da servidão da gleba por falta de servos. Muitos destes campos, deixados incultos, são invadidos pelo gado, cuja criação assume, durante esta fase, cada vez maior importância. Por essa altura, a tentativa de recuperar a actividade agrícola, pelo menos em parte, assentou no plantio de vinha[29]. Afonso IV, por seu turno, lutou contra o flagelo procurando impor, através das Leis do trabalho, um regresso aos campos abandonados. Mas a expressão máxima dessas medidas encontramo-la na Lei das Sesmarias, implementada com D. Fernando, a partir de 1375. E com este monarca, de personalidade e acção até hoje ainda muito pouco estudada, se caminhou para a primeira grande crise portuguesa[30].

---

[27] A.H. Oliveira Marques MARQUES (1978). *Introdução à História da Agricultura em Portugal. A Questão Cerealífera durante a Idade Média.* Lisboa: Cosmos, 3ª Edição, p.257.
[28] Hermenegildo FERNANDES (1997). "Sociedade e economia nos campos – séculos XII a XIV" *in* História de Portugal – Vol. III, Medina, João (Org.). Amadora: Clube Internacional do Livro, p. 221.
[29] Aurélio de OLIVEIRA (2007). *Os Vinhos em Portugal (1300-1820). Um sector de secesso na agricultura bloqueada do Antigo Regime*. Douro 22, pp. 255-270.
[30] Manuela MENDONÇA (2006). *Introdução à História Medieval de Portugal*. OPSIS - Revista do NIESC, Vol. 6.

A Lei das Sesmarias surge, quando a divisão pela presúria e a apropriação pelo cultivo deixaram de garantir, eficientemente, a colonização nos territórios ocupados e a ordem social começou a ser posta em causa por tal sistema. A generalidade dos forais que fundavam os concelhos passou a atribuir aos povos, o direito de repartir pelos moradores as terras incultas, parceladas em sesmos (demarcadas por seis "homens bons" do concelho), com a condição expressa de serem cultivadas no tempo acordado. Por isso, a partilha da terra em sesmos, utilizada no repovoamento de Portugal, foi sendo feita em paralelo com o desenvolvimento do regime municipal, e é o reflexo da progressiva organização do país, intimamente ligada ao desenvolvimento dos grémios municipais, ao povoamento e à economia agrária.

A propósito de quanto ficou dito acerca da mão-de-obra agrícola, não será despiciente deixar aqui registo de alguns aspectos, que serão determinantes na relação do homem com a terra e, naturalmente, na ocupação do território e na paisagem que daí resulta.

Do século XVI ao século XIX, o desenvolvimento dos sistemas agrários sem pousio permitiu duplicar a produção e produtividade dos trabalhos agrícolas. Esta revolução agrícola, a primeira dos tempos modernos, permitiu, ao mesmo tempo, um aumento importante da população, uma melhoria significativa da alimentação, um desenvolvimento sem precedentes das actividades industriais, minerais e comerciais e uma urbanização de grande amplitude.

D. Manuel, para garantir uma maior unidade nacional e eliminar os problemas resultantes da má ou incorrecta leitura dos velhos forais, que redundava em desigualdades, abusos e muitas queixas do povo, dá início à reforma dos forais. Paredes de Coura recebe o Foral Manuelino ou Foral novo em 13 de abril de 1515[31]. O propósito desta reforma, porém, foi mais longe e regulou matérias importantes como a normalização de pesos e medidas, o que muito beneficiou o comércio.

O despertar da uma agronomia portuguesa

[31] Jofre de Lima Monteiro ALVES (2015). *Foral Manuelino da Terra de Coura*. V Centenário de um documento histórico. Paredes de Coura: Junta de Freguesia de Padornelo.

No período inicial dos descobrimentos, os Estudos Gerais fundados por D. Dinis, estão longe de se poder chamar estudos agronómicos. A agronomia, no sentido moderno do termo, nasce em Portugal, apenas no século XIX. No acto do nascimento faz-se, naturalmente, herdeira de um conjunto de conhecimentos que lhe é legado pelos séculos anteriores, mas que rápida e cabalmente submeterá ao crivo da crítica: a agronomia portuguesa oitocentista tem a marca da novidade, não da tradição[32].

O cereal e a farinha

"*Os campos imprimiam o traço mais vigoroso da paisagem agrária portuguesa*"[33]. Se o pão o vinho e o azeite formam a trilogia de alimentos na bacia do mediterrâneo, aos cereais que constituem a base tradicional da exploração agrícola em Paredes de Coura cabe, por direito, o primeiro lugar. Os cereais acompanharam por toda a parte as instalações humanas: nos vales, nas encostas e nas montanhas.

Na Idade Média, foram usados pães de mistura com farinhas de trigo, centeio, cevada e milho-alvo. Até ao século XVI cultivavam-se cereais de inverno ou de pragana: trigo, centeio, cevada e aveia e de verão: milho-alvo ou painço, todos de sequeiro, em terrenos capazes de serem preparados pelo arado. Os fundos e húmidos vales eram ocupados com ervagens, prados ou lameiros, reservados para pasto.

Nas guerras da restauração, Paredes de Coura foi escolhido como centro de operações contra os Galegos[34]. Nela estacionaram reservas e a ela recolhiam as tropas depois das sortidas, não tendo sido necessário virem de fora géneros alimentares. Foi a este episódio que o concelho ficou a dever a denominação de "celeiro do Alto Minho". O mesmo autor refere, numa outra passagem: «*o magnifico leite usado nas afamadas "papas de Coura" (...) feitas com "milho-miúdo" e oferecidas como mimo às pessoas das suas relações*.»[35]

---

[32] Maria Carlos RADICH (1996). *Agronomia no Portugal Oitocentista*. Uma discreta desordem. Oeiras: Celta.
[33] Orlando RIBEIRO (1998). Portugal *O Mediterrâneo e o Atlântico*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 7ª Edição, pp. 60.
[34] José Augusto VIEIRA (1989). *O Minho Pitoresco*. (1ª edição, 1886). Valença: Rotary Club de Valença, Tomo I, pp134.
[35] Idem, p. 138.

O trigo, que também se cultiva em Paredes de Coura desde a antiguidade, foi sempre o rei dos cereais e cedo passou a ser farinado e transformado em pão, tornando-se a base alimentar dos povos. A sua produção local, no entanto, como na generalidade das outras regiões, não era uniforme, dependendo da fertilidade dos solos, uma vez que, de todos os cereais, o trigo é o mais exigente.

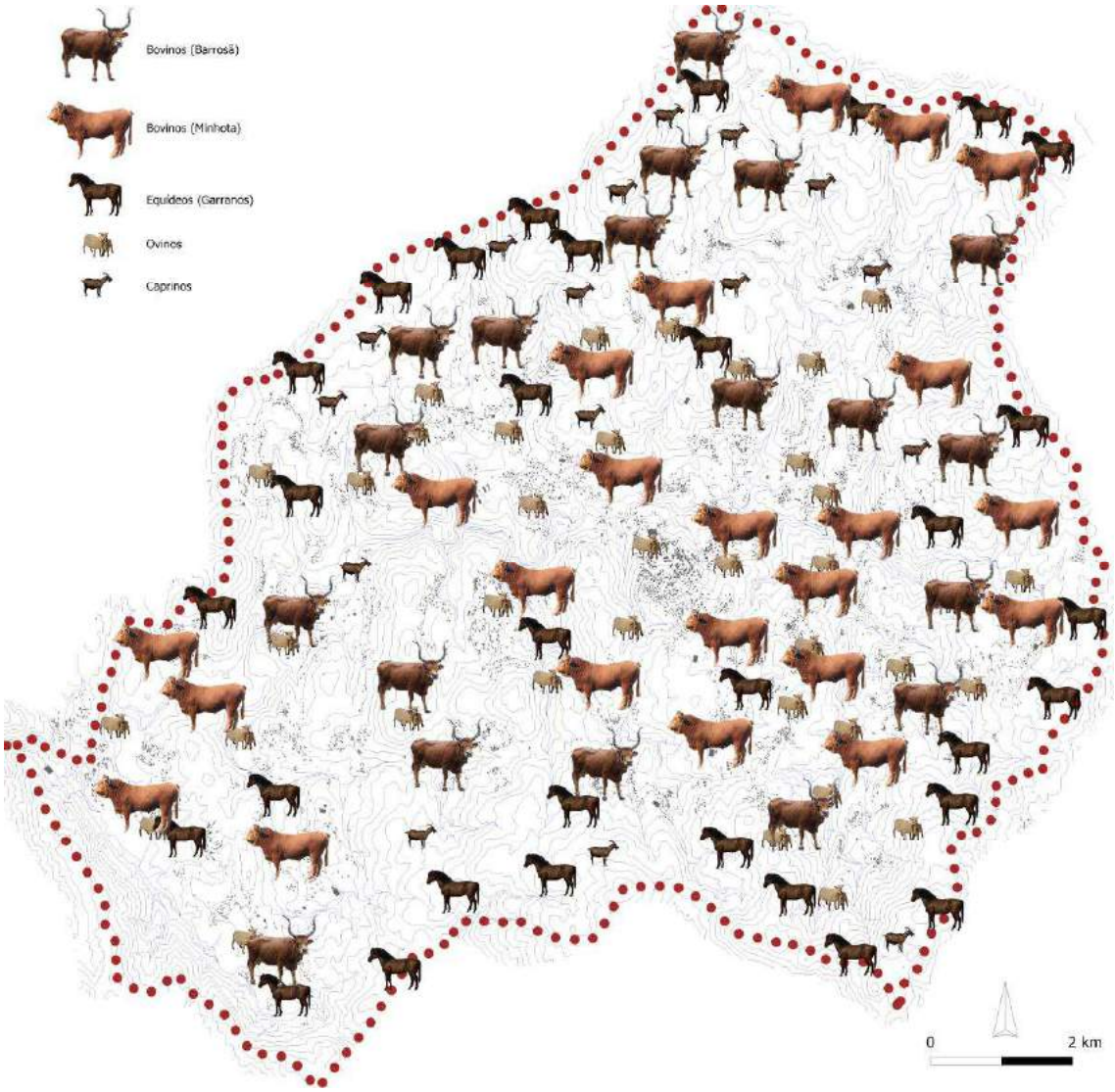
A importância dos cereais - mas, sobretudo, do trigo - era tal, que o Rei, o Clero e a Nobreza faziam as cobranças em trigo ou mesmo outros cereais. De posse dos cereais, os senhorios laicos ou eclesiásticos passaram a interessar-se pelo valor acrescentado que obtinham com a sua transformação tecnológica, instalando moinhos e azenhas, fomentando a tendência monopolista, que havia de generalizar-se com o desenvolvimento do processo industrial da moagem. Paredes de Coura, com os seus ricos mananciais de água corrente apresenta um elevado número de moinhos, alguns deles em interessantes carreiras.

As técnicas agrícolas e as culturas

A agricultura em Paredes de Coura, no início do século XX, compreendia a cultura de milhão, batata, centeio, feijão, linho e vinha[36]. É natural que as áreas agricultadas moldem mosaicos paisagísticos, de acordo com os ritmos das operações culturais e das necessidades de granjeios destas culturas, a par da actividade pecuária em regime de pastoreio, que sempre se manteve ao longo dos tempos, variando as espécies em função da disponibilidade de alimento, isto é, cabras nos territórios mais pobres com matos e declives acentuados e ovelhas nas áreas de restolho, decorrentes das culturas cerealíferas aí realizadas e dos pousios (pastagens naturais) que aí se regeneram anualmente. Transversalmente, os bovinos aproveitavam as pastagens sobre coberto, dos montados que foram sobrevivendo à acção humana, nomeadamente sobre as manchas de carvalhal. A criação de porcos sofreu graves problemas sanitários com o aparecimento da “peste suína” que obrigou à estabulação dos animais, com consequente redução do efectivo.

[36] Narcizo C. Alves da CUNHA (1909). *No Alto Minho. Paredes de Coura*. CM Paredes de Coura (Fac.) (2001).

Figura 8 - Distribuição actual do efectivo pecuário



As técnicas agrícolas

Em 1840, inaugurou-se a era das adubações químicas, pondo cobro a ideias do passado que admitiam que as plantas se alimentavam, principalmente, de substâncias orgânicas. Embora a disseminação deste conhecimento tenha demorado longas décadas, alterou a actividade agrícola: deixou de haver a necessidade de produzir estrumes e diminuiu, acentuadamente, a recolha de matos. Em Paredes de Coura, em meados do século XIX "*as terras eram beneficiadas com dozes de adubo de curral:*

hoje pelo menos em algumas freguesias, já não se aduba tanto, como demonstra o facto de haver montados tão povoados de tojo, que é necessário lançar-lhe fogo"[37].

É também durante o século XIX que a protecção das plantas assume grande importância. A explicar esse facto, estão o avanço dos conhecimentos científicos e o aparecimento de pragas e doenças (ao tempo designadas moléstias), com grande impacte na produção agrícola, pela variedade de culturas atacadas e diversidade de agentes causadores.

A intensificação da actividade agrícola e o reconhecimento da importância da água levou a melhorias e aperfeiçoamento nos sistemas de rega e, no final do século XIX, surgem os primeiros motores e máquinas agrícolas. Em Paredes de Coura, porém, a mecanização da agricultura terá ocorrido bem mais tarde, já em pleno século XX.

A cultura do milhão, da batata e da vinha

O declínio da castanha, por doença das árvores, foi compensado com a introdução do milhão (*Zea mays*) e da batata (*Solanum tuberosum*), culturas de regadio, oriundas das Américas, importantes suplementos da alimentação. A introdução do milhão tornou necessária a construção de eiras de pedra e instalações de secagem arejadas, mas ao abrigo das intempéries e dos roedores, os espigueiros e canastros,[38] que se incorporaram na paisagem rural como um dos elementos mais característicos[39]. Embora os espigueiros sejam anteriores, provavelmente de origem sueva, eles devem a sua generalização ao milhão. O crescimento da produção, por sua vez, aumentou a necessidade de estrumar e, para tanto, havia que estabular os animais e fazer boas camas, o que implicava roçar mais mato, trabalho que não olhava a distâncias ou dificuldades.

Todas estas novidades alteraram a vida do agricultor, obrigado a fazer mais cortes e a recolher o gado todos os dias. As casas de lavoura tiveram, também, de crescer, para

---

[37] Narcizo C. Alves da CUNHA (1909). *No Alto Minho. Paredes de Coura*. CM Paredes de Coura (Fac.) (2001).
[38] Jorge DIAS, Ernesto Veiga de OLIVEIRA e Fernando GALHANO (1994). *Espigueiros Portugueses. Sistemas Primitivos de Secagem e Armazenagem de Produtos Agrícolas.* Lisboa: Publicações D. Quixote.
[39] Orlando RIBEIRO (1991). *Opúsculos Geográficos*. Volume IV - O Mundo Rural. Lisboa: FCG, p. 202 - 205.

responder às novas necessidades de acomodação: de pessoas, animais, alfaias e produtos agrícolas.

O regime comunitário a que a utilização da água de rega está, frequentemente, sujeita, ainda hoje, nos regadios tradicionais, tão numerosos em Paredes de Coura, faz supor uma remota ascendência pré-romana, por ser contrária ao individualismo agrário que o direito romano favorecia. Como culturas sachadas na primavera/verão, o milhão e a batata tornaram mais pertinente a necessidade de organizar a distribuição da água. Quando a água que escorria das vertentes e córregos não chegava, havia que a explorar, furando a terra com minas que melhoravam o brotar do importante líquido.

O milhão[40] era quatro vezes mais produtivo e não exigia pousio como o trigo. Era cultivado todos os anos e tinha exigências de temperatura e humidade no período primavera-outono, o que obrigou a mobilizar os recursos hídricos de forma intensiva, a reorganizar a sucessão de culturas na rotação e a fazer consociação de culturas (milhão x feijão x abóbora).

No caso da batata, embora o tubérculo fosse conhecido desde o século XVI, era pouco cultivada e, apenas, para a alimentação animal. De forma significativa, a sua cultura só ocorre no último cartel do século XVIII, quando, com as fomes de 1770 e 1771, lhe é reconhecido valor alimentar. Em 1870, ainda era vista como “alimento forçado” da maioria do povo. No século XX, porém, a batata rapidamente conquistou lugar seguro na dieta dos portugueses e Paredes de Coura viria a tornar-se um dos seus principais centros de produção no país.

Milhão e batata são duas culturas sachadas de primavera e verão, com necessidades semelhantes, em solos que beneficiam de boas fertilizações, especialmente estrumações e que podem ser feitas, sucessivamente, nos mesmos solos - porque não esgotam o solo e exigem granjeios - deixando o solo beneficiado para a cultura seguinte.

[40] J.M. Vaz OLIVEIRA (1984). O Milho. Lisboa: Livraria Clássica Editora, Colecção Técnica Agrária nº 20.

A cultura da vinha (*Vitis vinífera*) que durante o século XIX se tinha tornado desinteressante, devido à grave propagação de doenças como o míldio (que também ataca a batata) e o oídio, acabou por ganhar alento quando a fitopatologia descobriu como vencê-las: mediante a pulverização com calda bordalesa e a torpilhacão com enxofre, respectivamente. A cultura da vinha, como adiante se verá, vai ter grande importância na definição da paisagem em toda a região do Minho, incluso na de Paredes de Coura.

A silvicultura

O desenvolvimento da arborização dos montes de Paredes de Coura, defendido no início do séc. XX, traduz uma necessidade inadiável, dadas as condições climáticas, a frescura dos solos e a orografia[41]. O autor citado propõe a plantação de espécies como a nogueira negra (*Juglans nigra*), o castanheiro-da-índia (*Aesculus hippocastanum*), a paulowia imperial (*Paulownia tomentosa*), os choupos (*Populus alba*), os plátanos (*Acer pseudoplatanus*) e os castanheiros (*Castanea sativa*) e avança, também, com detalhes técnicos, sugerindo que se semeie penisco em quadrado ou ao covacho, nas zonas mais acidentadas.

Com a criação do ensino superior agrícola e florestal, em 1864; a publicação do *Relatório da Arborização Geral de País*, em 1867; e o relatório das *Condições Florestais de Portugal*, de Barros Gomes, em 1876, entre outros, e a reformulação dos serviços técnicos e administrativos, os Serviços Florestais do Estado assumiram uma capacidade de intervenção, que seria decisiva na política florestal portuguesa dos séculos XIX e XX. Em Paredes de Coura, concelho com uma área significativa de baldios, os Serviços Florestais marcariam forte presença durante grande parte do século XX[42].

A pressão exercida sobre o território pelas populações em crescimento, conduziu ao aumento dos arroteamentos e queimadas na busca de novos solos, aptos para o apascentamento dos gados e expansão de culturas, e estas, a uma progressiva

[41] Narcizo C. Alves da CUNHA (1909). No Alto Minho. Paredes de Coura. CM Paredes de Coura (Fac.) (2001).
[42] Anexo D - PNDFCI (2006). Resolução Conselho de Ministros nº 65/2006, de 26 de maio.

desflorestação. É um fenómeno intermitente. Em consequência da desflorestação, para além da rarefacção das madeiras e das lenhas, crescem os fenómenos de erosão dos solos e assoreamento dos rios, mediante o arrastamento de carga sólida que, quando levada para a costa, origina uma orla costeira dunar sujeita à influência dos ventos.

O desenvolvimento da silvicultura, ao surgir como resposta à procura de madeira de qualidade, necessária ao país para diferentes usos, irá conferir estabilidade ecológica aos territórios e aproveitar áreas que, embora sem aptidão agrícola são, com frequência, objecto de conflito de interesses entre os criadores de gado e os agricultores[43].

A fartura de solos conquistados ao inculto e à floresta, fez crescer o efectivo pecuário, pois, aumentou o alimento disponível. Pela mesma razão, também a população irá aumentar, permitindo que Portugal recupere, no século XVIII, o nível populacional que atingira no século XIII[44].

Uma vez aqui chegados, impõe-se falar dos fluxos migratórios[45], um dos fenómenos que maior influência exerceu sobre as nossas estruturas familiares, seja como factor de mudança, de adaptação e/ou reforço ou de continuidade e conservação. A partir de 1500, no seguimento dos descobrimentos, os movimentos migratórios foram uma constante em Portugal; porém, não só pela necessidade de povoar os novos territórios mas, também, pela escassez de recursos que exigia, para desta terra arrancar proveito suficiente, um esforço apenas compatível com a mão-de-obra escrava.

A pressão social e demográfica sobre a terra daria origem, desde meados mas, sobretudo, finais do século XIX, a novos fluxos migratórios, os quais se acentuariam, em função de determinados factores conjunturais, internos e externos. A nível interno, com as perseguições absolutistas, primeiro e, mais tarde, com a crise da filoxera na

---

[43] António Monteiro ALVES, João Santos PEREIRA e Alexandre Vaz CORREIA (2012). *Silvicultura. A gestão dos Ecossistemas Florestais*. Lisboa: FCG.
[44] Kenneth F. KIPLE v(2008). *Uma História Saborosa do Mundo. Dez Milénios de Globalização Alimentar*. Cruz Quebrada: Casa das Letras.
[45] Manuel Carlos SILVA (1998). *Resistir e Adaptar-se. Constrangimentos e estratégias Camponesas no Noroeste de Portugal*. Porto: Edições Afrontamento, p. 279-318.

agricultura portuguesa; e, externamente, com a necessidade por parte do Brasil, de compensar o défice de mão-de-obra, resultante da abolição da escravatura, em 1888.

Entre 1855 e 1973 sairiam do país mais de quatro milhões de indivíduos, cerca de três vírgula um milhões de forma legal, dos quais 40% pertencentes às populações rurais, sobretudo camponesa e artesanal; e, mais de um milhão, de forma ilegal - «a salto» -, sobretudo no período de 1966 a 1973[46].

Olhando para a grandeza destes números torna-se interessante indagar sobre a procedência geográfica dos movimentos migratórios e a origem social dos seus actores, a nível distrital. Por exemplo, no período entre 1866 e 1889, isto é, em apenas 23 anos, o distrito de Viana do Castelo terá contribuído com 108 280 pessoas[47], num total nacional de 309 574, muitos dos quais seriam, com certeza, de Paredes de Coura, e, com certeza também, maioritariamente lavradores[48] (1094 lavradores e outros agentes agrícolas courenses com passaporte entre 1835 e 1900)[49].

Toda esta gente foi tendo destinos que variaram ao longo do tempo: primeiro o Brasil, depois a Europa e a América do Sul, a seguir a América do Norte e novamente a Europa, em especial a França e a Alemanha.

Tão grande sangria de gente teve forte impacte na agricultura e, como corolário deste, na paisagem, principalmente, aquando do seu retorno: o momento em que deram destino às poupanças. Todos, quase sem excepção, orientaram o aforro para a compra de terra, a reforma da casa (quando eram herdeiros de alguma) ou a construção de uma nova, ou a compra de gado.

Do século XX à actualidade

---

[46] Cit por Silva, Manuel CARLOS (1998). *Resistir e Adaptar-se. Constrangimentos e estratégias Camponesas no Noroeste de Portugal*. Porto: Edições Afrontamento, pp 279-318.
[47] Patrícia GOLDEY (1983*)*. "Migração e Relação de Produção. A terra e o trabalho numa aldeia do Minho: 1876-1976". *In* Análise Social, vol. XIX, 77-78-79, pp. 995-1023.
[48] Rui FEIJÓ (1992). *Liberalismo e Transformação Social*. Lisboa: Fragmentos.
[49] Henrique RODRIGUES, "Geografia da população emigrante do Noroeste de Portugal no século XIX - uma abordagem às actividades profissionais." In Actas do IV Congresso Histórico de Guimarães - *Do Absolutismo ao Liberalismo*., vol. IV. Câmara Municipal de Guimarães, 2009.

Nos primeiros anos do século XX assiste-se a uma forte pressão demográfica e a grandes dificuldades em conseguir produzir o necessário para alimentar a população: uma e outras acentuando-se mutuamente. O regime cerealífero[50] continuava a ser um problema e nem as novas plantas conseguiram pôr-lhe fim.

A política agro-florestal do Estado Novo, definida nos anos 50, constava de um minucioso programa de reforma agrária[51], no qual se previa o emparcelamento das pequenas propriedades a norte, a instalação de colonos e o concomitante desenvolvimento do regadio, através de obras hidráulicas de monta. Tinha-se por certo que grande parte do nosso solo não possuía aptidão agrícola, mas sim florestal, pelo que, todas as parcelas que se revelassem aptas para o efeito, deveriam ser, convenientemente arborizadas. Estávamos, decorrido mais de meio século, a tentar implementar o projecto de fomento rural e emigração de Oliveira Martins[52], de 1887 e a operacionalização quer dos Serviços Florestais[53], criados em 1886, quer do Regime Florestal[54], instituído em 1901.

O excesso de produção de vinho e a escassez de cereal, que se arrastavam desde fins do século XIX, agravados pela manutenção das práticas ancestrais nos territórios de montanha, como o uso do fogo e a pastorícia excessiva, culminaram em graves problemas de erosão e de torrencialidade[55] aos quais se seguiria uma intensa actividade de correcção torrencial[56].

É este conjunto de acontecimentos que acabará por impor as regras que vão mudar o sentido da evolução da paisagem, ao longo de todo o século XX.

---

[50] Manuel de LUCENA (1991). "Salazar, a "fórmula" da agricultura portuguesa e a intervenção estatal no sector primário". *In* Análise Social, Vol. XXVI (110), pp 97-206.
[51] Luciano AMARAL (1994). "Portugal e o passado: política agrária, grupos de pressão e evolução da agricultura portuguesa durante o Estado Novo (1950 - 1973)". *In* Análise Social, Vol. XXIX (128), pp 889-906.
[52] Martins, Oliveira (1994) Fomento Rural e Emigração. Lisboa: Guimarães Editores, 3ª Edição (1ª Edição 1956). pp 24-25.
[53] Plano de Organização dos Serviços Florestais - Decreto de 25 de Novembro de 1886.
[54] Instruções para o Regime Florestal nos Terrenos e Matas dos Particulares – Decreto de 11 de Julho de 1905.
[55] Filipe Theotonio Pereira Xavier de BASTO (1943). *Torrencialidade. Significado de Torrente*. Lisboa: Direcção Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas, Vol, X – Tomo I, pp 33-47.
[56] Eduardo de Campos ANDRADA (1982). *80 Anos de Actividade na Correcção Torrencial – Hidráulica Florestal – (1901-1980).* Lisboa: Direcção-Geral das Florestas.

Em meados da década de trinta é proibida a cultura contínua de vinha, libertando as várzeas para a produção de cereais. Num território como Paredes de Coura, esta medida tem um impacte moderado uma vez que a vinha[57] apenas era cultivada numa pequena faixa abaixo da cota 500[58], acabou por influenciar a criação de um novo mosaico nas bordaduras das parcelas, nos caminhos e ribeiros cobertos de vinha, libertando a restante área para outras culturas. Ainda nos anos trinta do século XX, através da Junta de Colonização Interna, o Estado avança com o inventário dos Baldios, na busca de áreas que possam ser usadas para a produção de alimentos e implementa medidas de fomento florestal[59].

Em relação aos solos, a maior parte da área do concelho é ocupada sobretudo por regossolos e antrossolos, mas também alguns fluvissolos e cambissolos (provenientes quer de rochas eruptivas, quer de xistos), aparecendo ainda solos do grupo *Rankers*, associados às cotas mais elevadas. São solos de textura ligeira ou mediana, permeáveis e facilmente trabalháveis.

Em 1936 é criada a Junta de Colonização Interna, especialmente vocacionada para zelar pelo aproveitamento dos baldios, através de obras de colonização[60]. Com a execução dos Planos de Fomento, Paredes de Coura torna-se palco de alterações relevantes. É instalada a Colónia Agrícola da Boalhosa (ocupada em 1957), em Vascões e iniciada a produção de batata de semente, em Insalde e Porreiras, que apenas cessaria nos anos 90, em consequência das alterações climáticas. Primaveras mais quentes criam condições favoráveis ao aumento do número de gerações de afídios, antecipando o de início do seu período reprodutivo. Ora, sendo este insecto transmissor de vírus que desqualificam a "batata de semente" no mercado, acabou por desqualificar Paredes de Coura para esta produção. As restantes áreas, afectas ao regime florestal, foram objectos de intervenção dos Serviços Florestais com

---

[57] A denominação de Origem Controlada dos Vinhos Verdes foi criada na Carta de Lei de 18 de Setembro de 1908 onde se descreveram os limites, as características do que deve entender-se por vinho verde bem como a definição das formas de cultura e as castas.
[58] Limite aproximado da cota a partir da qual a videira tem dificuldade em vegetar em boas condições. O tipo de solo e a exposição podem elevar esta cota de referência o que não se verifica em Paredes de Coura.
[59] Adélia NUNES (2002-2004). *Uso do Solo em Portugal: Aspectos gerais da sua evolução*. Cadernos de Geografia, nº 21/23, 2002-2004. Coimbra: FLUC, pp 91-103.
[60] Jaime GRALHEIRO (2002). *Comentário à Nova Lei dos Baldios* (Lei nº 68/93, 4 de Setembro) Coimbra: Almedina, pp. 29-31.

arborizações[61], projecto aprovado em 1944, com recurso, predominantemente, a pinheiro bravo (*Pinus pinaster*)[62], na tentativa de iniciar um ciclo de produção de solo que viesse a permitir, mais tarde, a introdução de espécies mais exigentes.

Este período de investimentos na agricultura foi, também, acompanhado por uma introdução muito lenta[63], de meios mecanizados para a realização dos amanhos e dos granjeios[64]. E, a partir dos anos 60, começam a surgir os primeiros milhos híbridos (os HP,HB e HV) resultantes do investimento do Estado na investigação agrária, nos Serviços do Porto, Braga e Viseu.

Se em altitude se voltou a registar uma certa actividade cerealífera, a produção de batata, o pastoreio e a florestação, nas cotas mais baixas expandiam-se as culturas do milhão, do feijão, da abóbora e da vinha e, na meia encosta, mantinham-se os lameiros, laboriosamente limados com a abundante água que corre nas ribeiras. É neste cenário que, no final dos anos 50, é decretada a proibição da expansão de vinha, proibindo as novas plantações e obrigando ao corte dos híbridos e produtores directos (vulgarmente designados de videiras americanas ou morangueiras e jaqué), o que originou fortes conflitos com os agricultores; e iniciado o cadastro vitícola que se vai prolongou até aos anos 90.

Com a revolução do 25 de Abril de 1974 inicia-se um novo ciclo. Em 1976, os Baldios voltam a passar para o domínio comunal[65] e assiste-se a uma considerável desarborização, em consequência, sobretudo, dos fogos florestais que vão açulando, cada vez mais, a floresta courense.

A partir de 1986, com a entrada na Comunidade Económica Europeia (CEE) novas oportunidades são apresentadas aos proprietários e rendeiros, com os apoios dos fundos comunitários: a mecanização conhece um forte incremento; o gado de trabalho

---

[61] Maria Adelaide GERMANO (2004). *Regime Florestal. Um Século de Existência*. Lisboa: DGRF, 2ª Edição, p. 115.
[62] Ângelo Carvalho OLIVEIRA, João Santos PEREIRA e Alexandre Vaz CORREIA (2000). *A Silvicultura do Pinheiro Bravo*. Centro PINUS.
[63] Ernesto Veiga OLIVEIRA, Fernando GALHANO e Benjamim PEREIRA (1995). *Alfaias Agrícolas Portuguesas*. Lisboa: Publicações D. Quixote.
[64] Joaquim M.C. CERQUEIRA (1991). *Operações e Máquinas*. Lisboa: Clássica Editora, Nova Coleção Técnica Agrária nº 7.
[65] Decreto-lei nº 39/76 e Decreto-lei nº 40/76, ambos de 19 de Janeiro.

(predominantemente das raças autóctones Minhota e Barrosã) é substituído por vacas aleitantes, em regime de pastoreio livre subsidiado (mais vagueação porque não acompanhadas por pastor). Em 1990, é demarcada a bacia leiteira de Entre Douro e Minho e deixa de haver recolha de leite para pequenos produtores individuais; o gado de leite desaparece nas pequenas explorações.

Durante cerca de 25 anos muitos foram os regadios tradicionais sujeito a beneficiação com financiamento dos fundos comunitários. Estas beneficiações incidiram, fundamentalmente, nas captações de água e na adução, melhorando a eficiência na utilização da água na rega e no limar dos lameiros.

Generaliza-se, neste período, a utilização de milho hibrido e a produção de silagem. Intensifica-se e especializa-se a produção agrícola nas áreas mais planas das cotas mais baixas e, pontualmente, aprecem áreas de vinha reconvertida e contínua (a nova legislação não permite aumentar a área de vinha no país, mas permite usar os direitos de plantação existentes), ao mesmo tempo que se inicia um processo de destruição das ramadas, nas bordaduras das parcelas, por cima dos caminhos e das linhas de água. A mecanização vai destruindo muros e a necessidade de facilitar as operações culturais altera os sistemas de condução da vinha. Aparecem novas culturas como o Kiwi (*Actinidia deliciosa*) e o eucalipto (*Eucalyptus globulus*) começa a conquistar espaço, ao ponto de, com justeza, se poder afirmar que, se durante o Estado Novo ocorreu uma pinheirização, em democracia está a acontecer uma eucaliptização, à semelhança do que acontece, em geral, por todo o país.

Em contraponto, em 1999, o Município de Paredes de Coura cria a área de "Paisagem Protegida do Corno de Bico"[66], abrangendo as freguesias de Bico, Castanheira, Cristelo, Parada e Vascões, onde o carvalhal é a formação dominante e é considerado uma importante riqueza regional.

As características e evolução recente do Povoamento

A par do desenvolvimento da agricultura e da sua adequação às características de cada território, a ocupação humana também contribui para definir a paisagem

[66] Decreto Regulamentar nº 21/99, de 20 de Setembro.

courense. Assim, o povoamento no território de Paredes de Coura, seguindo a estrutura do povoamento minhoto: a disseminação de lugares, na proximidade das vias principais, apresenta, contudo - sobretudo a partir da evolução ocorrida durante o século XX -, uma unidade e coerência ímpares, decorrentes da orografia e morfologia do seu território.

A rede viária estruturante do território de Paredes de Coura, de origem muito antiga, constitui a base do povoamento e da sua evolução, ao longo do século XX. Remontando ao século XVIII, constata-se que Paredes de Coura era, então, atravessada por uma rede viária, com cruzamento central na vila de Paredes, que ligava Ponte de Lima a Valença e a Monção; Arcos de Valdevez a Valença e Ponte de Lima a Vila Nova de Cerveira. Estas vias estiveram na origem das Estradas Reais que, por sua vez, deram lugar às atuais Estradas Nacionais 201, 301 e 303: as estruturas viárias que, fruto do seu traçado, estão na base da equilibrada distribuição do povoamento deste território.

A evolução do povoamento urbano concelhio, durante o século XX, foi analisada, com base nas três edições da Carta Militar de Portugal, escala 1/25.000, série M 888, editadas, respectivamente, em 1953, 1997 e 2014.

Nas subunidades de paisagem localizadas nas cotas mais elevadas, sensivelmente a partir dos 600 metros, não existe povoamento urbano. Referimo-nos às subunidades 1, 3, 6 e 10. No que concerne à demais distribuição no relevo, constata-se que o povoamento urbano se situa, basicamente, até às cotas 200/300 m, a Oeste e até às cotas 500/600 m, a este do concelho.

O povoamento das Terras de Coura distribui-se por uma profusão de lugares, de maiores ou menores dimensões, que têm como estrutura urbana principal a Vila de Paredes de Coura. Esta Vila foi, até meados do século passado, o cruzamento viário das estradas nacionais EN 303 e 301, a partir do qual bifurcava, ainda, a EN 306, razão pela qual foi, durante muitos anos, conhecida por "*vila do risco ao meio"*.

Toda a sua estrutura urbana foi evoluindo a partir de duas frentes urbanas dessas estradas, o que explica o facto de a actual Vila estar assente num relevo difícil para a

circulação pedonal e acessibilidade a alguns equipamentos de utilização colectiva, e ter uma dimensão (que a destaca dos demais assentamentos urbanos do concelho), funcionalmente equilibrada, na qual se localizam os principais serviços públicos e estabelecimentos comerciais, que servem a comunidade e onde se realizam os principais eventos municipais.

A distribuição e dispersão do povoamento urbano, por todo o território municipal, é já um facto, em finais dos anos 40[67], constatando-se a implantação de lugares, quer na envolvente dos principais eixos viários, quer no interior do concelho. Estes lugares, ao longo do século XX, darão origem a novos arruamentos, que os vão ligando entre si, e lançando as bases da actual rede viária municipal.

A distribuição actual do povoamento, no território habitado, mantém o perfil das antigas estruturas, existentes em meados do século XX, sendo os lugares em grande número, mas de pequena dimensão. Os principais lugares das freguesias, estruturam-se nos vales, em propriedades agrícolas contíguas, como é visível nas subunidades 2 e 5, implantando-se aí as habitações, em contraponto com os lugares sitos na meia encosta ou em áreas de montanha, que se estruturam tendo por base habitações contíguas ou muito próximas, formando um pequeno núcleo. Esta distinta forma urbana, reflecte a diferente génese desses lugares, merecendo, ainda, destaque, os pequenos núcleos implantados em festos, na subunidade 8, mais concretamente, em Gaviães, Vilares, Vencemal, Covelo e Lizouros.

Anote-se, que existem, ainda, no território concelhio, localizados em diversas das subunidades de paisagem, vestígios de povoamento medieval (concentrado em pequenos núcleos) muito evidentes nas subunidades 4, 5, 8.

A evolução do povoamento, entre as décadas de 60 e 90, originou uma expansão urbana dos lugares, provocando, em diversos casos, a sua ligação. Com este fenómeno, adulterou-se a génese da morfologia da disseminação do povoamento minhoto para um povoamento, ainda que em proporções diminutas, urbano contínuo, ao longo de diversas estradas nacionais.

---

[67] Os trabalhos de Campo da Edição 1, da Carta Militar, foram realizados em 1949.

Como resultado dessa expansão urbana, ainda que mais ou menos equilibrada por todo o território, origina, verifica-se um aumento significativo dos lugares localizados em redor da Vila, ou seja, nas subunidades 4, 5 e 9. Esta expansão é, também, a responsável pela criação de novos lugares, localizados nas subunidades 2, 5, 8.

Por seu lado, a expansão efectuada desde o final dos anos 90 e o início do século XXI, continuando a tendência anterior de expansão ao longo dos principais eixos viários, aglutina alguns lugares de maiores dimensões, como é o caso da Vila de Paredes de Coura, na Subunidade 9. Nesta fase de expansão urbana, regista-se, na subunidade 8, um aumento significativo da edificação, que determinará, em alguns casos, a perda de identidade e do carácter do lugar. É, também, nesta fase, que se implantam as zonas industriais de Formariz e de Castanheira, localizadas, respectivamente, nas subunidades 5 e 8, que irão gerar um aumento significativo da edificação em seu redor.

A evolução do povoamento urbano, nos períodos referidos, encontra-se sistematizada na Planta da Evolução do Povoamento, anexa a este relatório.

Vegetação Actual e Potencial - Comparação de Perfis de Vegetação e Subunidades de Paisagem

O mapa de Vegetação Natural Potencial (VNP) é uma ferramenta importante para a gestão do território natural, não só em termos de conservação (planear os diferentes tipos de vegetação ou *habitats* a conservar ou promover), como também de plantação (de espécies nativas, sobretudo, mas também de outras com características ecológicas similares), com a finalidade de produção florestal ou agrícola, ou, simplesmente, para ornamentação.

O mapa da VNP será tanto mais fidedigno, quanto melhor se conhecerem a vegetação actual e as suas diferentes séries e geosséries. Apresenta-se, abaixo (figura 9), um esboço da vegetação natural potencial de Paredes de Coura, elaborado por aproximação. Por este motivo, as áreas e os limites territoriais são meramente

indicativos de cada série de vegetação. Efectivamente, a amostragem efectuada não correspondeu à observação, *in loco*, das características particulares de cada *habitat*.

Figura 9 - Esboço da Vegetação Natural Potencial de Paredes de Coura

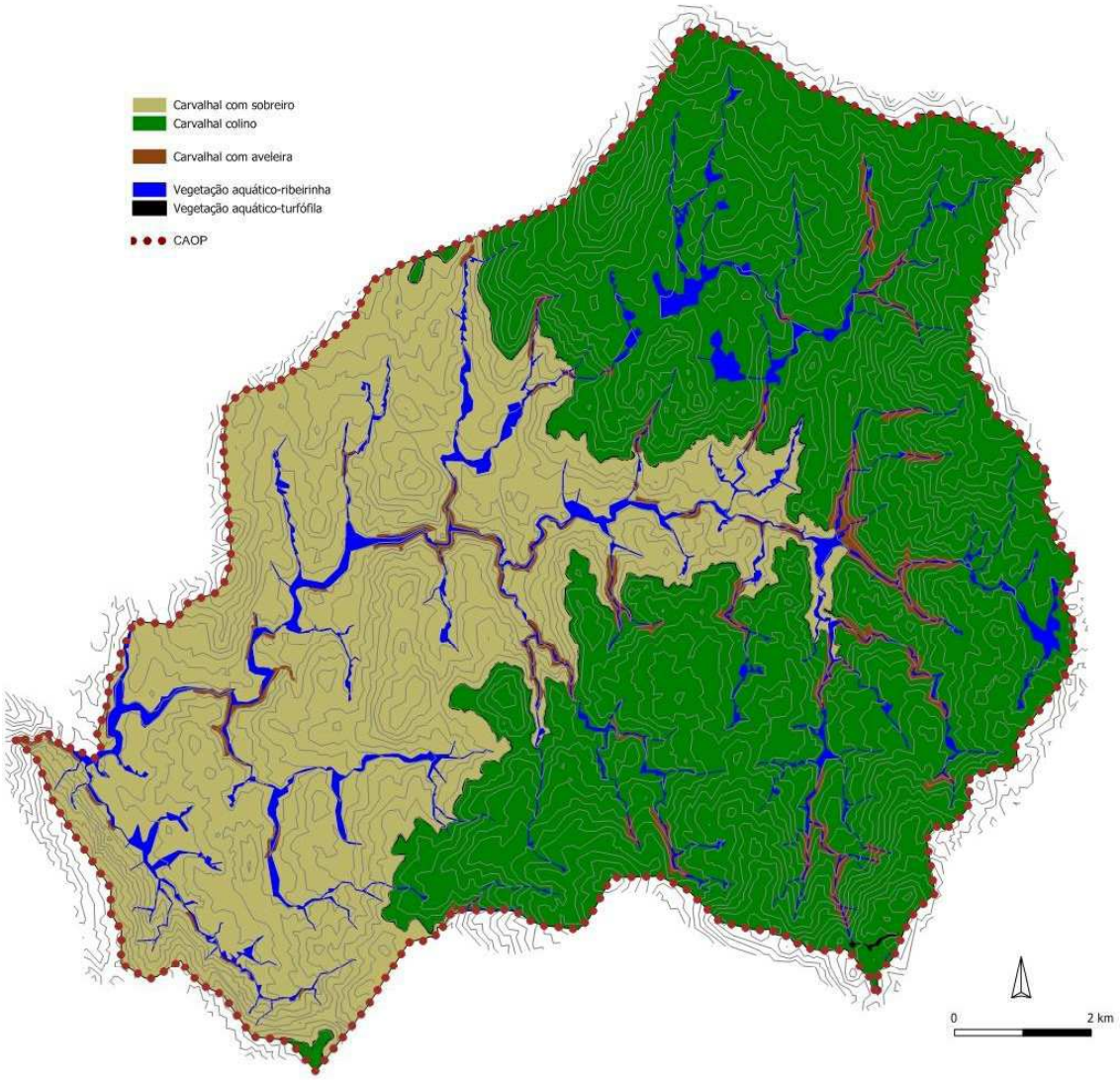
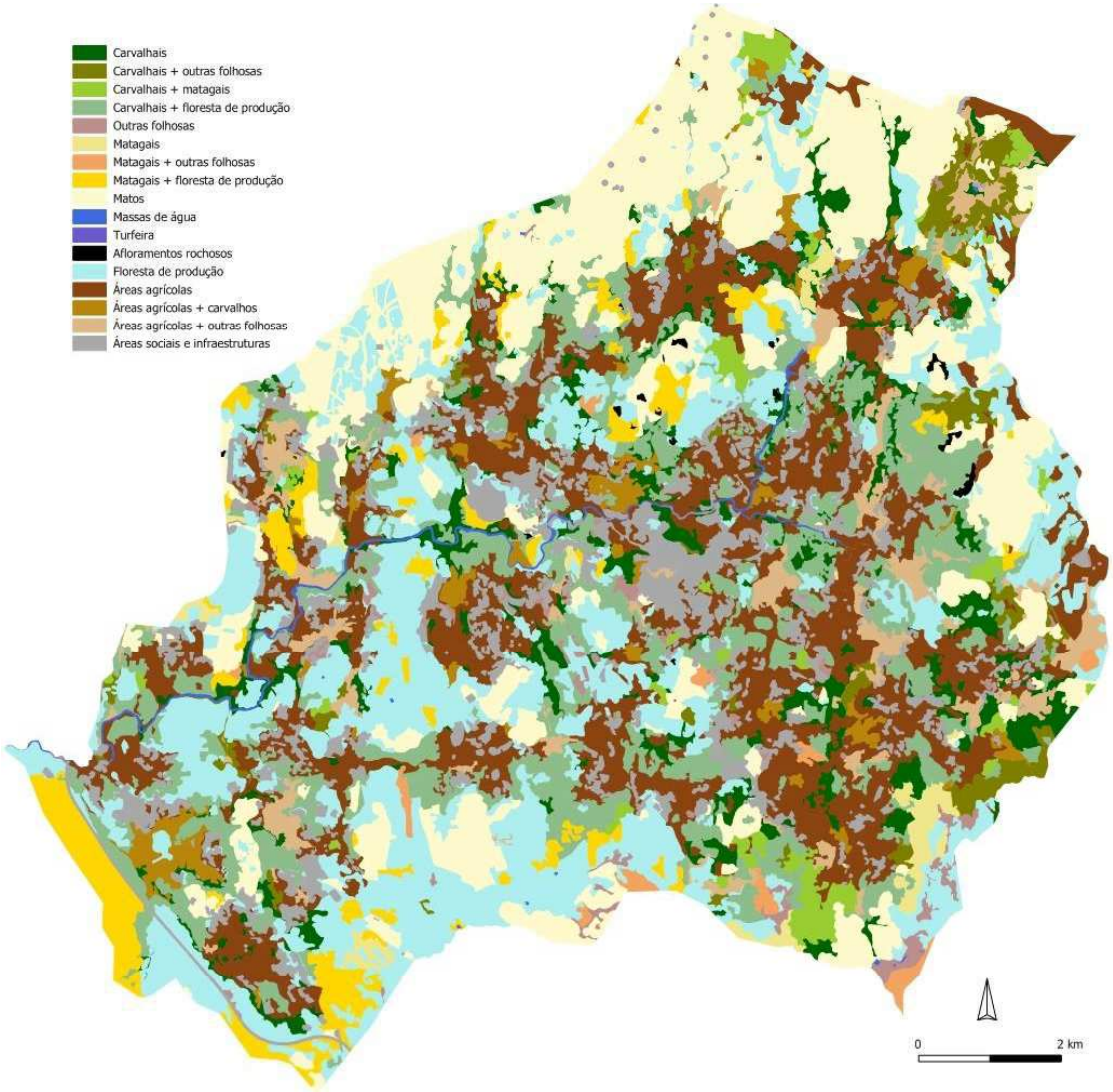


Figura 10 - Uso actual do solo em Paredes de Coura



Através do mapa de VNP, que resume a distribuição das séries e geosséries de vegetação presentes no território, torna-se mais simples obter outras ferramentas gráficas, como transectos (perfis) da vegetação (Figura 12 a 14). A estes perfis das séries de vegetação, podem contrapor-se os mosaicos da vegetação actual, permitindo uma comparação expedita entre a paisagem vegetal actual e a potencial (Figura 12 a 14). Na figura 11 apresenta-se a distribuição dos transectos pelas subunidades de paisagens (que estão numeradas na base do perfil) e, na tabela 1,o

resumo da vegetação, ou do solo, actuais e da vegetação natural potencial, em cada uma das subunidades de paisagem.

Figura 11 - Subunidades de Paisagem das Terras de Coura e Distribuição dos Transectos (I = Início, F = Final)

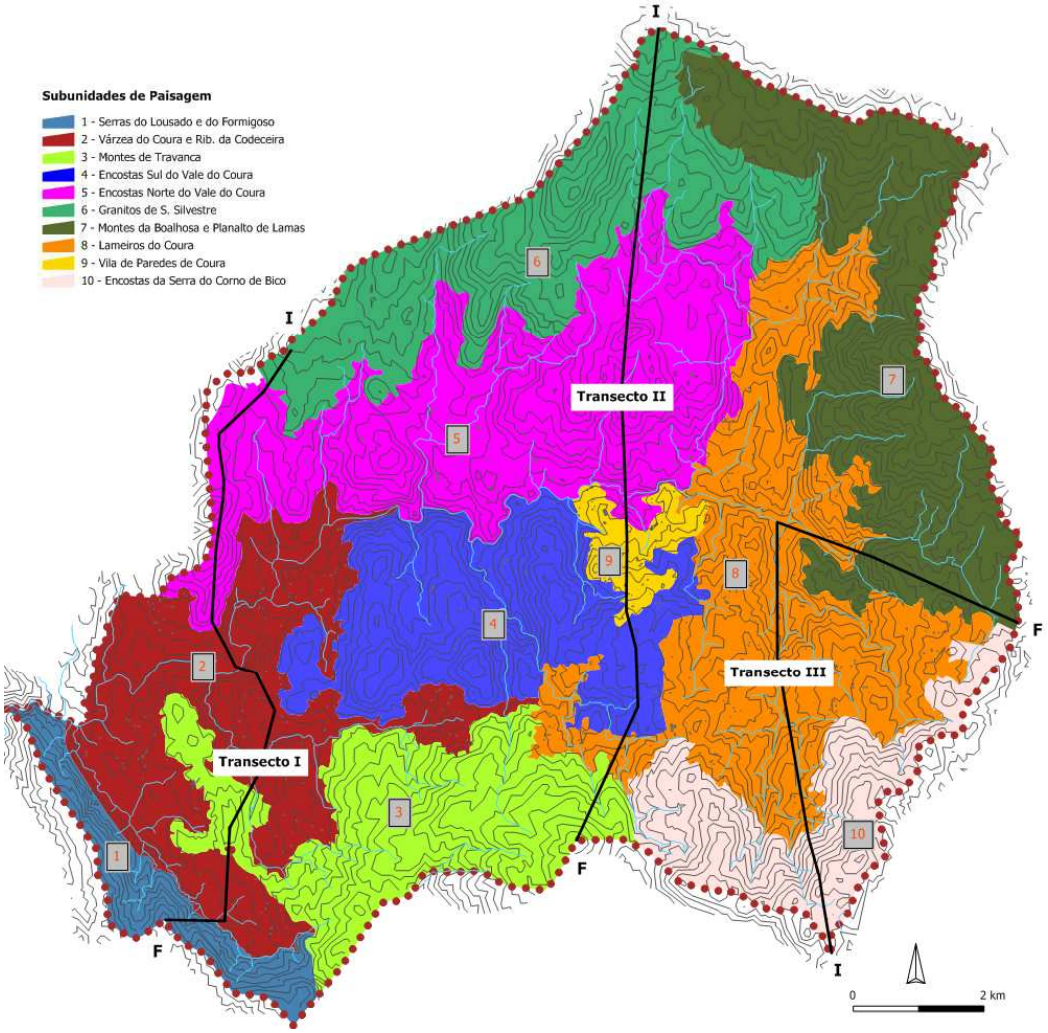


Tabela 1 - Vegetação Actual Dominante e Potencial nas Subunidades de Paisagem

N.º	Vegetação/Ocupação do Solo Actual Dominante	Vegetação Potencial (séries)	Transecto
1	Florestas de produção (39%), numa boa parte em mosaico, com matos altos (44%) (= 83%). Sobretudo pinhal, que ardeu quase por completo em 2016.	Carvalhal com sobreiro. Carvalhal com aveleira (apenas no sopé da encosta com solos profundos)	I (F = Final; SW)
2	Destacam-se as áreas agrícolas (32%) e a floresta de produção (15%), que surge também em mosaico, com carvalhais (15%). As áreas sociais são também significativas (14%).	Carvalhal com sobreiro. Vegetação aquático-ribeirinha. Carvalhal com aveleira (maior potencial nas encostas da área de confluência dos vales do Coura e Codeceira)	I (metade S)

3	Florestas de produção (49%), em grande parte resinosas, seguidas de matos (18%) e de mosaicos de carvalhais, com floresta de produção (16%).	Carvalhal com sobreiro + Carvalhal colino (acima dos 400 m!).	I (parte S); II (F, a S)
4	Florestas de produção (35%), que surgem, também, em mosaico, com carvalhais (18%). As áreas agrícolas ocupam 15% desta unidade.	Carvalhal com sobreiro. Carvalhal colino (acima dos 400 m!) Carvalhal com aveleira no sopé da encosta do Vale do Coura e nos vales do Poldras, Sequeirô e Fundão	II (parte S)
5	Mais diversificada, as áreas agrícolas representam 25% e as de floresta de produção 18%, à qual acresce mais 12%, em mosaico, com carvalhais. As áreas sociais correspondem a 11%.	Carvalhal com sobreiro. Carvalhal colino (provável acima dos 400 m; porém, dada a exposição a Sul, poderá não ocorrer). Vegetação aquático-ribeirinha. Carvalhal com aveleira no sopé da encosta do Vale do Coura e final do Borzendes, entre outros.	I (metade N); II (metade CN)
6	Matos (72%). A floresta de produção representa apenas 12%, à qual se soma mais 7%, associada a carvalhais.	Carvalhal com sobreiro + Carvalhal colino (provavelmente acima dos 400 m, porém, dada a exposição, poderá estar restringida ao extremo Norte da unidade).	I (I = Início; N); II (I e metade N)
7	Dominam os matos (30%) seguidos das florestas de produção: 18% + 13% em mosaico, com carvalhais, também com uma certa relevância, se lhe somarem as áreas em mosaico, com outras folhosas (15.6%). As áreas agrícolas representam 11%.	Carvalhal colino. Carvalhal com aveleira nos vales mais encaixados que limitam a unidade. Vegetação aquático-ribeirinha, sobretudo na Chã de Lamas.	III (F e parte E)
8	Unidade essencialmente agrícola: 50% + 9% com sebes de outras folhosas, sobretudo salgueiros, a que se associam várias povoações (13%). Os carvalhais (8%) e, em mosaico, com floresta de produção (11%), também têm alguma expressão.	Carvalhal colino. Carvalhal com sobreiro (abaixo dos 400 m, embora, na encosta Norte, seja provável encontrá-lo a maior altitude). Carvalhal com aveleira é a unidade, potencialmente, com maior área. Vegetação aquático-ribeirinha é a que se destaca na Várzea do Coura e na R.º da Codeceda.	II (a S); III (metade C)
9	Como era expectável, 67% são equipamentos sociais, numa vila ainda com matriz agrária (22%).	Carvalhal com sobreiro. Carvalhal colino acima dos 400 m de altitude (sem confirmação).	II (parte central)
10	Essencialmente florestal, onde se destacam os carvalhais (14%) e as florestas de produção (15%), que surgem também em mosaico (15%). Os carvalhais predominam, através dos mosaicos com matagais (9%) e outras folhosas (7%). Matos (12%) e matagais (11%) também têm expressão na paisagem.	Carvalhal colino. Vegetação aquático-turfófila. Carvalhal com aveleiras tem ocorrência provável no limite jusante das encostas.	III (I e parte S)

No transecto I (Figura 11), que se inicia a N no Monte do Carvalho (subunidade 6) e termina a S-SW no Alto de Santa Rita (subunidade 1) apresenta-se a situação actual

na parte mais termófila do município, onde a VNP mesófila corresponde ao carvalhal com sobreiro. A floresta de produção domina na metade N do transecto, onde se intercalam algumas povoações (e.g. Cossourado), com áreas agrícolas, áreas de mato. O rio Coura é o local onde a vegetação actual se aproxima mais da VNP, havendo apenas um pequeno pinhal, no fundo da encosta N do rio. Aqui, o complexo de geosséries aquático-ribeirinhas, para além do amial ribeirinho, possui um carvalhal com freixo, na estreita várzea N do rio. No sopé da encosta S há vestígios de um carvalhal com aveleira.

Na metade S do transecto, apresentam-se mais vestígios de carvalhais com sobreiro, em mosaico com floresta de produção, numa paisagem mais agrária, com excepção do *Couto do Ouro*, onde predominam os matos, e a parte final, já na Serra do Lousado, que é dominada por pinhal (ardido recentemente). Nos ribeiros assinalados surgem, ainda, bosques-galeria secundários de salgueiro (*Salix atrocinerea* Brot.) ("Outras folhosas", na figura 10) e, no sopé da encosta SW do Vale do Outeiral, há resquícios de um carvalhal com aveleira.

O transecto II (figura 13) percorre o centro do concelho de N (Alto de Lagoas - subunidade 6) a S (Monte de Travanca - subunidade 3). A VNP mesófila é, segundo o critério seguido, dominada pelo carvalhal colino, ficando o carvalhal com sobreiro restrito ao Vale do Coura, abaixo dos 400 m de altitude. No entanto, é bem provável que, na metade N (excepto a parte submontana do Alto das Lagoas), este carvalhal mais termófilo suba em altitude, dada a exposição da encosta N do Vale do Coura. Actualmente, dominam os matos, na serra a N de Porreiras e, nos limites das povoações rurais, com campos em redor, surgem carvalhais em mosaico, em conjunto com floresta de produção. Nos ribeiros, a VNP é composta por amial e, nas veigas de Porreiras, inclui também amiais palustres onde, actualmente, existem mosaicos de prados ou culturas agrícolas, principalmente, com salgueiros. Com a aproximação do Monte da Giesteira, entra-se numa área mais florestal, onde predominam os matos e os matagais, em mosaico com floresta de produção (degradada pelos incêndios). Ao entrar na parte terminal da vertente N, os carvalhais substituem os matagais, no mosaico com a floresta de produção. O fundo do vale, mais térmico, é dominado pela agricultura, que quase fez desaparecer as galerias de amial do rio Coura. Na vertente S, antes da Vila e arredores, com áreas agrícolas há, ainda, um pequeno carvalhal. A

S da Vila, área actualmente agricultada há potencial para carvalhal com aveleiras, (entre Justo e M1079).

A parte S do transecto (figura 13) é, sobretudo, paisagem florestal de produção, primeiro intercalada com restos de carvalhais, logo substituídos por matos, no "planalto" das Regadas e, na encosta S, por outras folhosas, sobretudo salgueiros, associados a pequenas linhas de água (subunidade 4). Posteriormente, na parte terminal S, no Monte da Travanca (subunidade 3), a floresta de produção é dominante, salvo o topo do monte, onde predomina o matagal. A excepção a esta paisagem é o Vale do "Regato de Travanca", com vestígios de carvalhal na encosta N e uma faixa de paisagem de socalcos, onde se localiza a aldeia de Penim (subunidade 8). Nos cursos de água a VNP é constituída por amiais, sendo muito provável (não se visitou esta área) que existam, sobretudo, salgueirais secundários. No sopé da encosta do "Regato de Lisouros", poderá haver potencial de carvalhal com aveleira, onde hoje é um pinhal.

O transecto III (figura 14) cinge-se à envolvência da Serra de Corno do Bico, iniciando-se a S, na antela da Cruz Vermelha (subunidade 10), seguindo para N até ao rio Coura, na Várzea (ao longo do Vale do Cavaleiros, na subunidade 8), para depois inflectir para E, pelo Vale do Reiriz e terminar na Chã de Lamas (subunidade 7).

A VNP mesófila corresponde, essencialmente, ao carvalhal colino, substituído pelo carvalhal termófilo na parte mais baixa, na envolvente da Várzea. O carvalhal com aveleira é a VNP dos sopés com solos profundos, nos diferentes vales e valeiros e a VNP aquático-ribeirinha corresponde, sobretudo, a amiais ribeirinhos. As excepções, a este último tipo de vegetação, são a *Lameira das Cebolas*, uma turfeira com alguma dimensão que ainda persiste, mas onde a entrada livre de gado ameaça, seriamente, a sustentabilidade da turfa; a Várzea (de Parada) e a Chã de Lamas, onde a VNP inclui, também e pelo menos, um amial palustre. Na Várzea, dos bosques palustres resiste apenas um pequeno núcleo com salgueiral secundário, sendo a restante área dominada por campos de cultivos e alguns pastos para ovelhas; ademais, o próprio amial ribeirinho encontra-se degradado e co-dominado por salgueiro. Em Chã de Lamas já não existem amiais, ainda assim, há salgueirais palustres com bidoeiro (ao que tudo indica apenas fruto de cultivo), dominando pastagens para vacas e cavalos.

O transecto III (figura 14) inicia-se em matagal ardido recentemente mas, no topo, aqui aplanado, da Serra do Corno do Bico, existem, hoje, bosques de outras folhosas cultivadas (sobretudo castinçal e algum bidoal) e núcleos de coníferas exóticas. A N da *Lameira das Cebolas,* inicia-se uma zona de mato (hoje, matagal de giesta e tojo-bravo), que domina a vertente quase por completo, até às imediações da aldeia de Vilares, onde surgem carvalhais, em mosaico com floresta de produção (limite da subunidade 10). Para N, a paisagem é, predominantemente, agrária, com socalcos e a aldeia de Vencemal, onde se intercalam alguns bosquetes de carvalho e outras folhosas (correspondem sobretudo a salgueiros nos ribeiros). A jusante da estrada N303, encaixa-se o Vale dos Cavaleiros, onde ainda há carvalhais com outras folhosas. Na Várzea, *cf. acima referido,* só há uma estreita galeria ribeirinha, dominada sobretudo por salgueiro, estando, a restante área, coberta por campos agrícolas.

No Vale de Reiriz, no início da encosta, a paisagem é algo semelhante mas, ao entrar no território da subunidade 7, surgem mosaicos de carvalhal, com povoamentos florestais e, até ao Monte do Vale Mourinho, dominam os matos. Alcançando este alto o padrão, praticamente, repete-se e, no cabeço (a N do miradouro de Vascões), a paisagem é de matos. A Chã de Lamas, já referida, termina num eucaliptal, que ardeu em 2016.

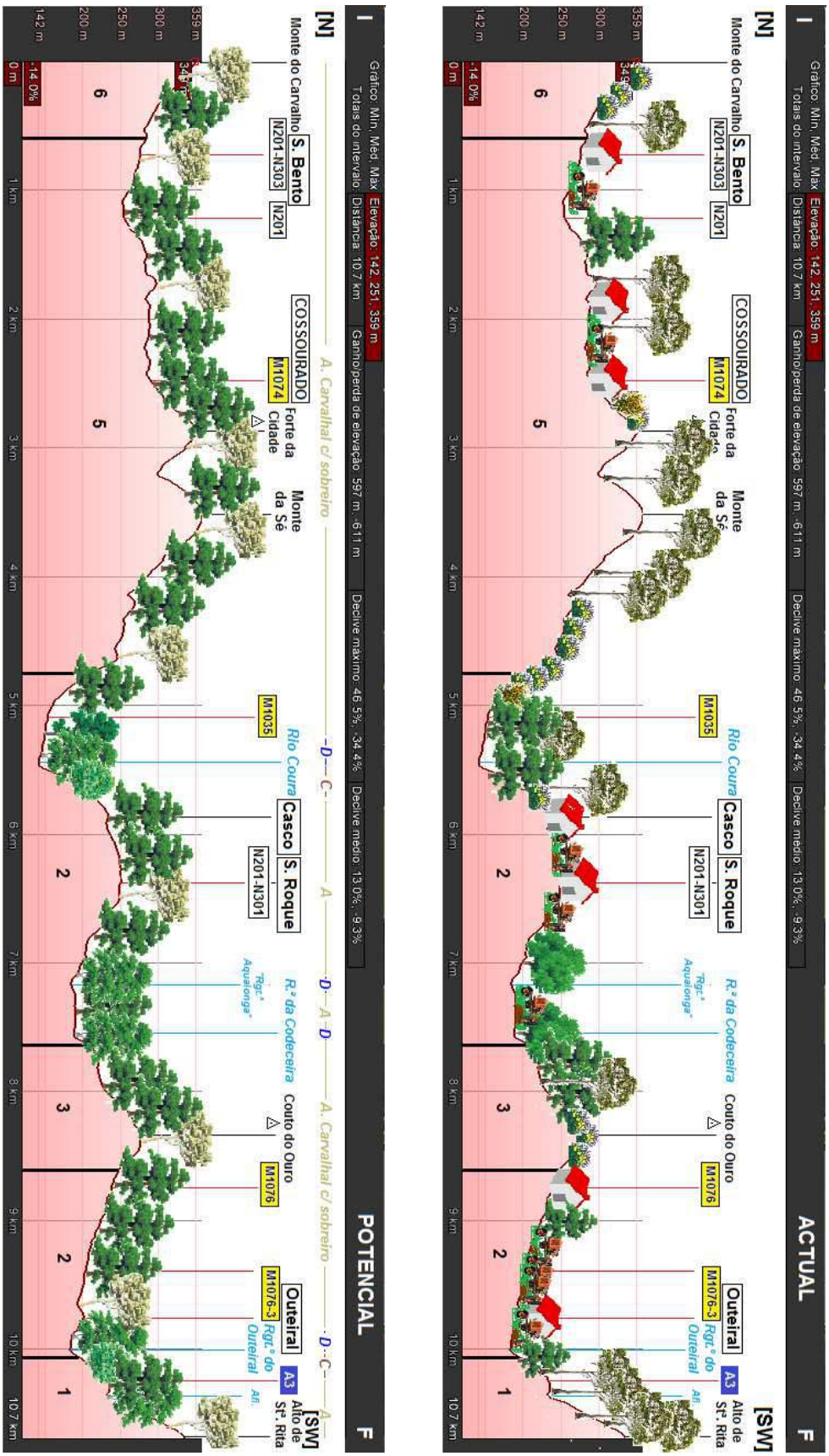


Figura 12 - Transecto I da Vegetação Actual e Potencial na Parte W (Termófila) das Terras de Coura

(base: perfil de elevação do Google Earth)

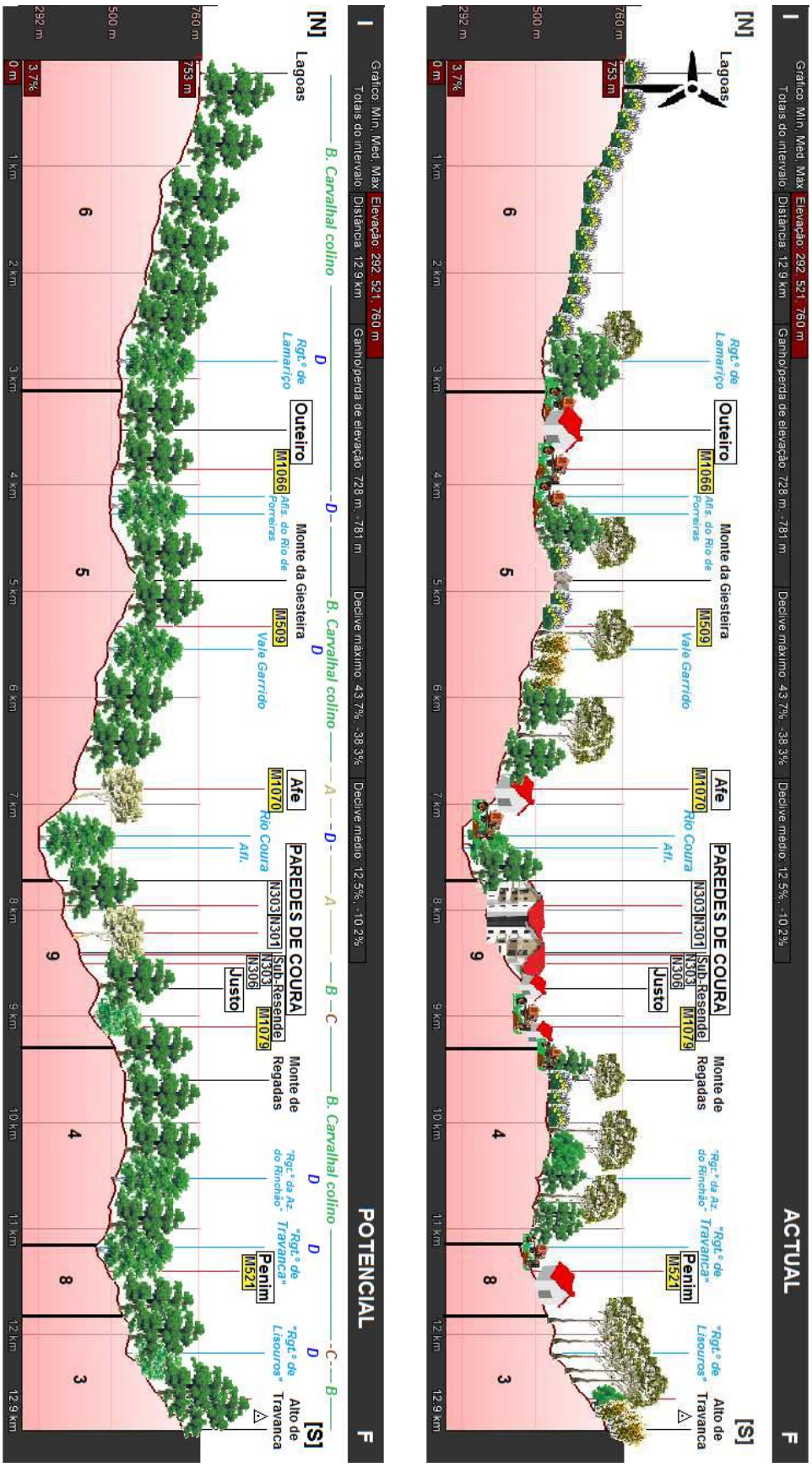


Figura 13 - Transecto II da Vegetação Actual e Potencial Norte-Sul das Terras de Coura

(base: perfil de elevação do Google Earth)

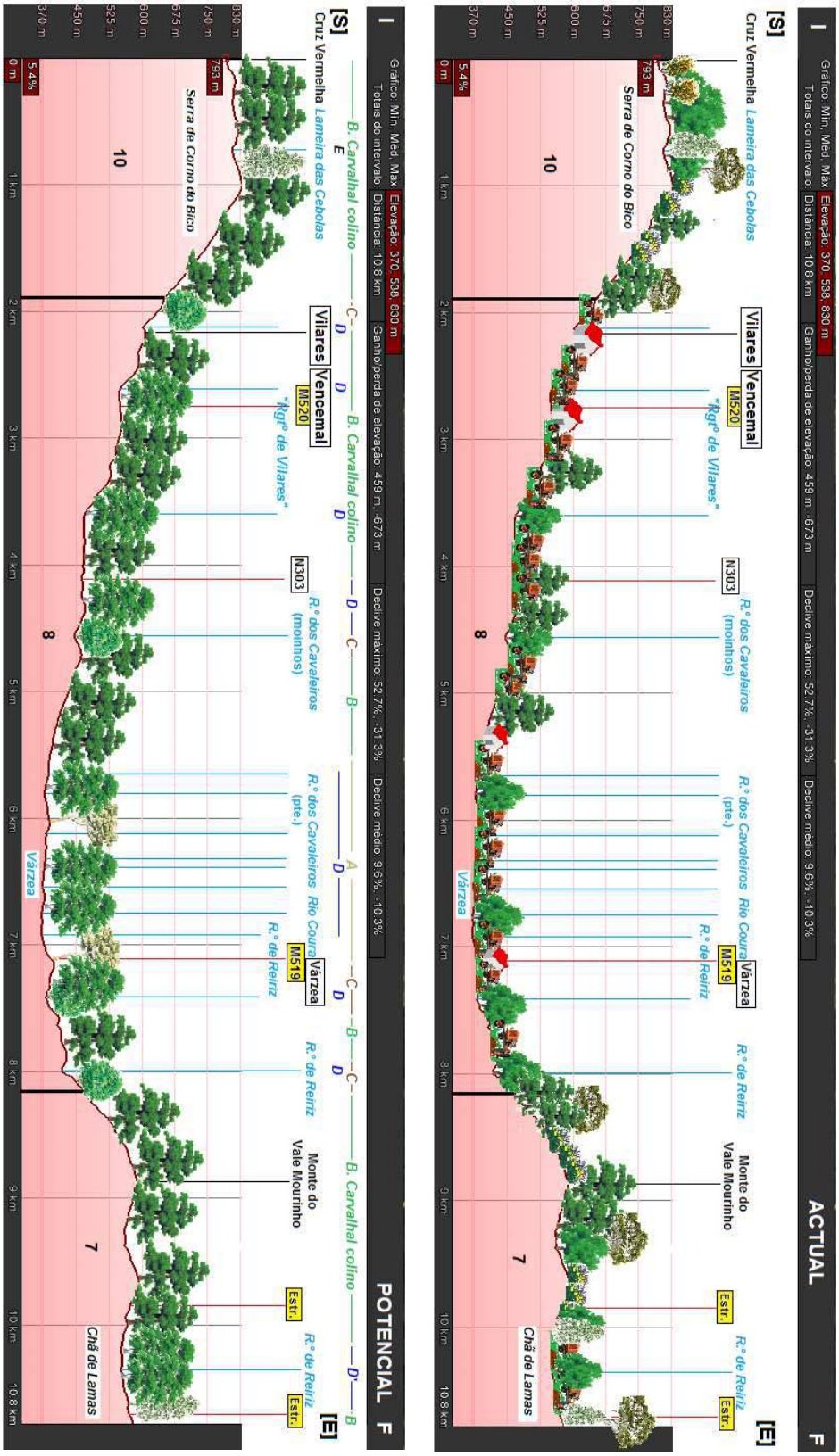


Figura 14 - Transecto III da Vegetação Actual e Potencial Corno do Bico-Várzea-Lamas

(base: perfil de elevação do Google Earth)

Tabela 2 - Legenda dos Transectos (perfis) I, II, e III da Vegetação Actual e Potencial

Ícones	Vegetação Natural Potencial	**Vegetação Actual** (ícones muito juntos indica que se trata de um mosaico)
	A. Série do carvalhal com sobreiro	-
	B. Série do carvalhal colino	Carvalhais
	C. Carvalhal com aveleira	-
	D. Complexo de geosséries aquático-ribeirinhas (Amiais)	Amiais
	D. Complexo de geosséries aquático-ribeirinhas (Carvalhal aluvial com freixo no rio Coura)	-
	E. Complexo de geosséries aquático-turfófilas e ribeirinhas (Lameira das Cebolas e Chã de Lamas [D*])	Bidoeiros, Lameira das Cebolas e Chã de Lamas
	-	Florestas de Produção
	-	Outras folhosas (sobretudo salgueirais e/ou salgueiral-amial)
	-	Matagais
	-	Matos
	-	Afloramentos rochosos
	-	Áreas agrícolas
	-	Áreas sociais (e aerogeradores)

Do ponto de vista da paisagem verificamos, apesar das condições físico geográficas de Paredes de Coura, que o território se tem afirmado como essencialmente agrícola, com forte componente e potencial florestal.

Por influência dos povos que passaram por este território, e contribuíram para a divulgação e aperfeiçoamento das técnicas de rega e introdução de novas culturas agrícolas, a superfície cultivada do concelho foi sofrendo constantes alterações, à medida que se adequava a tais inovações, tendo em vista novas explorações

O coberto florestal reflecte também essas influências e acções, sendo a cobertura florestal actual muito diferente, quer da do passado mais ou menos distante, quer da do potencial apresentado. Subsistem, ainda assim, algumas áreas dominadas por espécies arbóreas que conferem a Paredes de Coura, uma riqueza florística e faunística relevantes no contexto regional.

Foram as mutações no uso dos solos e no coberto vegetal, mais visíveis de há um século para cá, que provocaram rápidas transformações na paisagem rural de Paredes de Coura. A essas aceleradas modificações ficaram a dever-se parte da descaracterização funcional e das alterações na identidade cultural e territorial, as quais podem vir a comprometer o modelo perspectivado para o desenvolvimento sustentável do concelho, na medida em que delas resultaram uma multiplicidade de problemas complexos, para os quais não se vislumbram soluções fáceis.

Capítulo 4 – Diagnóstico da paisagem

As dez subunidades de paisagem do território de Paredes de Coura, identificadas na fase anterior deste Plano de Paisagem, e conforme referido na introdução do presente documento, foram postas à apreciação pública, de modo a que a população pudesse avaliar a identificação das mesmas, participando na elaboração da sua versão definitiva.

Dessa participação pública, resultaram as seguintes novas designações finais, das dez subunidades de paisagem pré-definidas:

Subunidade 1 – Serras do Lousado e do Formigoso;

Subunidade 2 – Várzea do Coura e Ribª da Codeceira;

Subunidade 3 – Montes de Travanca;

Subunidade 4 – Encostas Sul do Vale do Coura;

Subunidade 5 – Encostas Norte do Vale do Coura;

Subunidade 6 – Granitos de S. Silvestre;

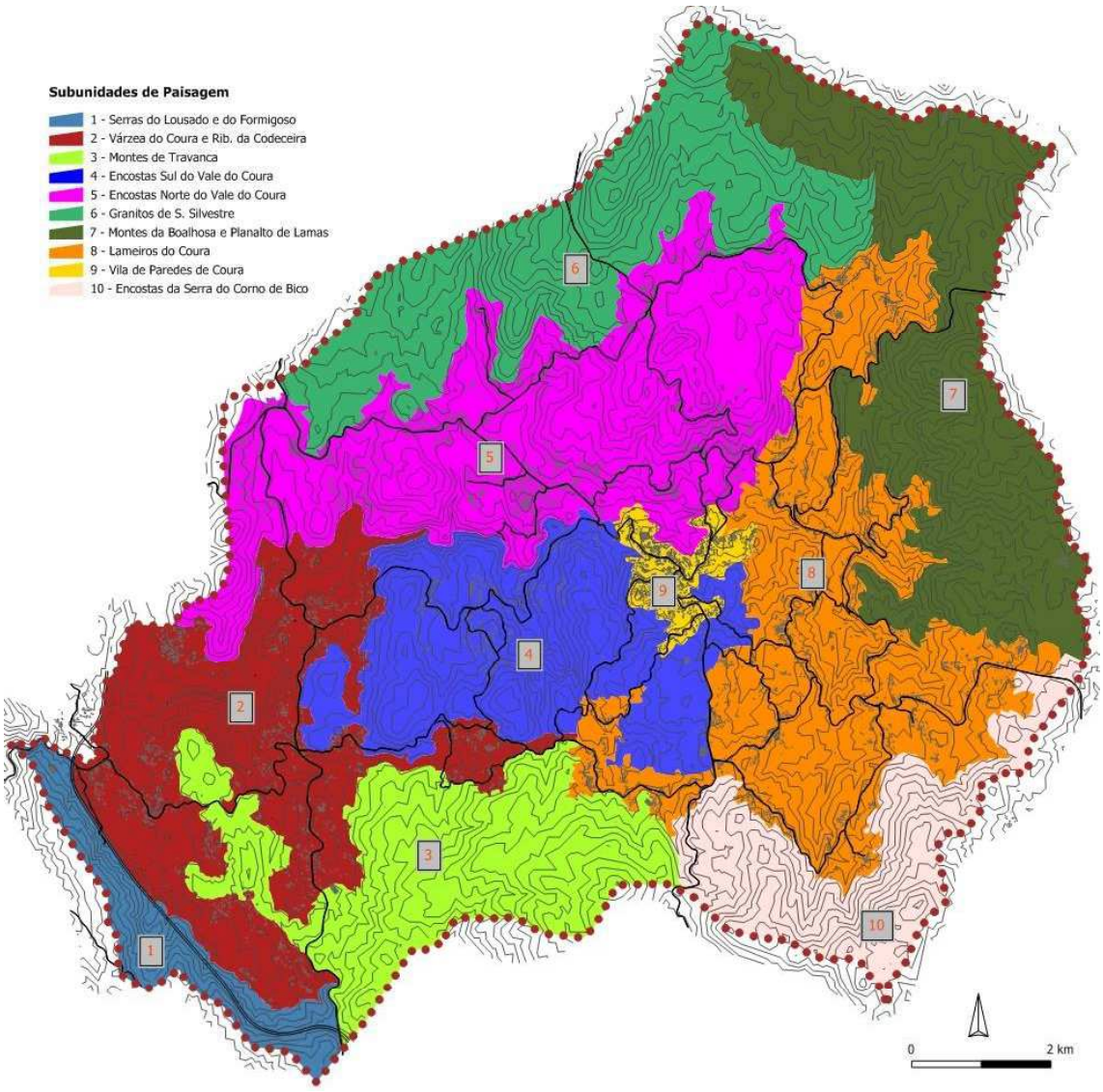
Subunidade 7 – Montes da Boalhosa e Planalto de Lamas;

Subunidade 8 – Lameiros do Coura;

Subunidade 9 – Vila de Paredes de Coura;

Subunidade 10 – Encostas da Serra do Corno de Bico.

Figura 15 - Subunidades de Paisagem de Paredes de Coura



4.1 – Análise SWOT global

As informações recolhidas, na fase anterior deste Plano de Paisagem, relativas às diferentes componentes da paisagem de Paredes de Coura: naturais, históricas, culturais e económicas, permitiram à equipa técnica, realizar uma avaliação da

paisagem global do concelho, ora apresentada sob a forma de matriz SWOT[68]. Esta avaliação resulta da pesquisa feita nas várias deslocações ao terreno, da recolha bibliográfica específica, sobre o concelho e da recolha das opiniões fundamentadas, obtidas em reuniões técnicas, ou em entrevistas de um grupo local de "*experts*" que nos deu a sua visão profissional e pessoal do território.

Esta avaliação não estaria completa, porém, sem a ponderação dos resultados, obtidos através do 2º inquérito feito à população local, no decorrer desta fase do Plano de Paisagem, acerca do estado actual da Paisagem de Paredes de Coura. Só então, se considerou estarem reunidos todos os elementos necessários, à elaboração do diagnóstico estratégico, com base no qual poderão ser propostas as medidas mais eficazes, quer de superação das debilidades, quer de potenciação, das paisagens locais do território deste concelho.

Factores Internos – Pontos Fortes
- Existência de paisagens diversificadas;
- Percepção positiva da paisagem pela população;
- Existência de vários pontos de observação da paisagem;
- Existência de áreas/percursos de elevada exposição visual;
- Existência de bons trilhos e miradouros;
- Existência de trilhos de pastoreio com potencial para exploração turística;
- O abandono agrícola tem favorecido o surgimento de vegetação espontânea (zonas húmidas);
- Surgimento de vegetação espontânea (zonas húmidas), favorecido pelo abandono agrícola;
- Ocorrência de diversidade de comunidades vegetais;
- Equilíbrio entre a utilização humana do solo e a existência de vegetação natural;
- Existência de *habitats*, com potencial idêntico ou superior, aos integrados na Rede Natura 2000;
- Existência de árvores monumentais, dispersas pelo concelho;
- Manutenção da vegetação ribeirinha em alguns troços da rede hidrográfica local;
- Alto valor faunístico;
- Existência de um corredor natural (rio coura), dotado de praias fluviais;
- Forte relação de identidade da população, com o rio Coura;
- Recursos geológicos significativos;
- Baixo nível de exploração dos recursos geológicos;
- Algum valor estético na geodiversidade existente;
- Elevada densidade e distribuição homogénea, da rede hidrográfica;
- Existência de diversidade de valores culturais (classificados e não classificados);
- Multiplicidade de vestígios/indícios arqueológicos, transversais a um amplo período cronológico;

[68] SWOT é a sigla inglesa dos termos *Strengths* (forças), *Weaknesses* (fraquezas), *Opportunities* (oportunidades) e *Threates* (ameaças), que consiste em uma ferramenta de análise muito utilizada no âmbito do desenvolvimento territorial.

- Manutenção das infra-estruturas viárias antigas, patenteada pelas pontes;
- Preservação da maior parte da toponímia de origem medieval;
- Abundância e diversidade de património etnográfico;
- Utilização do modo tradicional, na construção dos novos espigueiros;
- Manutenção da autenticidade de alguns muros e divisórias da propriedade;
- Existência de um vasto património cultural**,** com possibilidade de reabilitação, para fins pedagógicos e turísticos;
- Produtos agrícolas e artesanais locais/regionais;
- Capacidade de alojamento turístico em espaço rural no concelho;
- Existência de uma ZIF com abrangência municipal (com gestão da Ass. Prod. Vale do Minho);
- Elevado potencial agrícola para cereais de pragana;
- Elevado potencial para produção de carne em regime extensivo;
- Existência de equipamentos para a educação ambiental (CEIA);
- Existência de espaços adequados para as actividades económicas;
- Sensibilidade política**, a** nível municipal, relativamente à paisagem.

Factores Internos – Pontos Fracos

- Envelhecimento populacional e regressão demográfica generalizada;
- Concentração populacional no principal núcleo municipal, que pode levar ao abandono de áreas agrícolas;
- Fragmentação paisagística e territorial, causada pela dispersão habitacional, provocando disseminação do povoamento;
- Surgimento de novas construções isoladas, em meio agrícola/florestal;
- Degradação do património, em razão do abandono dos lugares isolados;
- Descaracterização e abandono de maior parte das unidades de armazenamento agrícola (espigueiros), e extinção dos canastros de verga (a última referência conhecida remonta à década de 90, do século passado;
- Descaracterização e abandono da maior parte das unidades de transformação agrícola e florestal (moinhos, azenhas e serrações);
- Mau estado de conservação de alguns edifícios, com valor arquitectónico e simbólico**,** para as populações locais;
- Núcleos/aldeias/aglomerados**,** com interesse histórico/paisagístico, em ruina ou descaracterizados;
- Descaracterização dos vestígios mais antigos, ao longo de eixos viários actuais;
- Falta de balização de percursos pedestres/viários, facilitando o pisoteio e degradação da vegetação, em especial, e da geodiversidade, em geral;
- Desadequação das técnicas de poda das árvores, em espaço público;
- Avanço de infestantes lenhosas;
- Inexistência de um inventário florístico e faunístico abrangente;
- Abandono das antigas práticas agrícolas locais;
- Dispersão de chorumes por parte de diversas vacarias;
- Ausência de redimensionamento das explorações agro-pecuárias;
- Má sinalização (insuficiente) do património local;
- Diminutas acções de divulgação do património arqueológico e construído;
- Sinalética deficitária em alguns percursos pedestres;
- Mau estado de conservação da sinalética;
- Mau estado das mesas de leitura da paisagem;
- Falta de qualidade estética de algum mobiliário urbano (*e.g.* paragens de autocarro, contentores do lixo etc.);
- Má integração na paisagem, dos *rails* de protecção das várias estradas locais;
- Impacte visual dos espaços de actividades económicas (falta de enquadramento paisagístico da *Transcoura*, *Salutis*, *Zona Industrial de Formariz*, *armazéns vários*, etc);
- Surgimento de pequenas áreas de deposição de lixo;

- Diminutas acções de educação ambiental para adultos;
- Dificuldade de financiamento para a protecção do património local.

Factores Externos - Oportunidades

- Baixa densidade populacional;
- Valorização pela pop*ulação dos espaços naturais;*
- Aumento da procura de actividades ligadas à natureza *(treking,* BTT, caminhadas*, geocaching, trails,* observação de aves, etc.);
- Contexto geográfico da bacia do rio Coura, facilitador de uma intervenção no âmbito da fitotecnia (contra espécies invasoras);
- Grande procura dos "Caminhos de Santiago" e da Via Romana, o que poderá potenciar a divulgação de outros sítios/vestígios com valor histórico e arqueológico**,** dinamizando o turismo local e regional;
- Grande procura da Aldeia do Bico**,** integrada nas Aldeias de Portugal, podendo potenciar outras áreas de interesse do património cultural;
- Aumento da procura turística pela geodiversidade (visitação);
- Reformulação das políticas florestais (a decorrer);
- Aposta no aproveitamento da biomassa;
- Regresso ao "mundo rural" por parte de alguma população urbana;
- Aumento da procura dos "produtos da terra" (bio, DOP, outros);
- Certificação ambiental no sector turístico (*e.g.*: *Biosphere* hotel);
- Proximidade ao Parque Nacional do Gerês, potenciando as visitas da rede de espaços protegidos;
- Realização de festivais e outros eventos temáticos**,** regionais e nacionais**,** como factor de divulgação da paisagem courense;
- Acolhimento de acções propostas pelo PDM;
- Existência de financiamentos da EU (ex.: PDR2020).

Factores Externos - Ameaças

- "Eucaliptização" generalizada, com influência na geodiversidade, solos, vegetação e consequente descaracterização da paisagem;
- Risco de incêndio elevado, em alguns locais do concelho;
- Incêndios com grande influência na paisagem;
- Aumento do período (meses) propício aos incêndios florestais;
- Politica florestal nacional inexistente/deficitária/ineficaz;
- Inexistência do cadastro rústico;
- Disponibilidade de maquinaria pesada para as actividades agro-silvícolas;
- Abandono de práticas ancestrais de silvicultura e agricultura;
- Falta de orientação para a recuperação do património edificado;
- Falta de estudos e orientação para a conservação, preservação e restauro do património etnográfico (moinhos, azenhas, serrações, espigueiros e pisão);
- Ausência de estudos que permitam elaborar projectos de conservação e**,** possivelmente**,** restauro**,** do sistema de regadio (poças, fontes e levadas), do parcelamento rural antigo (muros de pedra seca) e dos caminhos antigos de acesso a campos e floresta.
- Escassa sinalização do património arquitectónico, arqueológico e etnográfico;
- Aumento da pressão urbanística e consequente infra-estruturação do território;
- Impacto da futura ligação à zona industrial: variante à EN 303;

- Área afecta ao Festival de Paredes de Coura, que recai sobre a área da ocorrência da espécie endémica rara, *Narcissus Cyclamineus;*
- Aumento da pressão sobre os recursos hídricos;
- Intensificação das actividades de recreio e lazer;
- Iliteracia cultural, com falta de preocupação pela temática da paisagem;
- Ineficácia na operacionalização da Política Nacional da Arquitectura e da Paisagem;
- Ocorrência das Alterações climáticas.

4.2 - Fichas das subunidades de paisagem

São, de seguida e de forma sequencial, apresentadas cada uma das fichas elaboradas, relativas às dez subunidades de paisagem, com a respectiva identificação numérica, a designação que lhe foi atribuída e a sua localização relativa, no concelho de Paredes de Coura. São, igualmente, referenciadas as áreas respectivas, a população nelas residente em 2011 (com base na BGRI2011, do Instituto Nacional de Estatística) e as freguesias por elas abrangidas, no todo ou em parte. Por fim, cada uma das fichas é ilustrada com uma fotografia representativa e um extracto da planta hipsométrica, com os limites da subunidade de paisagem em apreço.

Cada ficha de subunidade de paisagem integra, ainda: uma descrição da organização e dinâmica actual da paisagem; da correspondente evolução histórica e dos principais valores presentes nessa paisagem, nomeadamente, os valores naturais e ecológicos, os valores produtivos, os valores culturais, simbólicos e de habitação e, ainda, os valores estéticos.

Em cada subunidade foram também identificadas as principais estradas e pontos de observação e fruição da paisagem (quando existentes) e aqueles que permitem uma leitura dos seus aspectos identitários e mais característico.

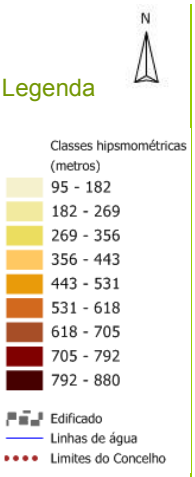
Cada ficha termina com uma avaliação da paisagem, na qual, recorrendo à análise SWOT, se apontam quais os pontos fortes e os pontos fracos, oportunidades e ameaças, com influência directa e indirecta na paisagem da subunidade correspondente.

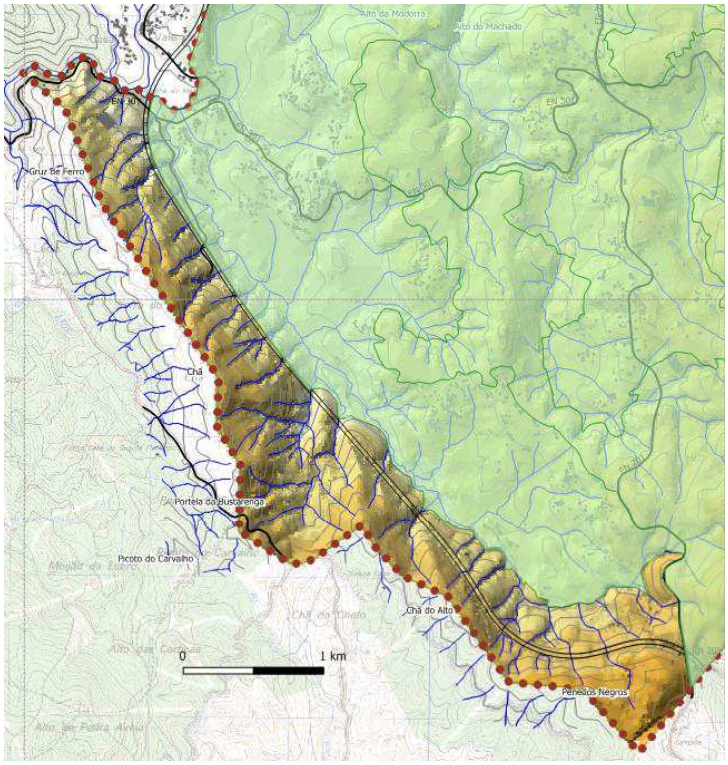
I – SERRAS DO LOUSADO E FORMIGOSO

Área = 407 ha
População Residente em 2011 = Sem pop.

Freguesias abrangidas = Freguesia de Coura; Freguesia de Romarigães.

Legenda





Traços distintivos – Elementos individualizadores e caracterizadores do perfil e identidade

- Encosta NE da Serra do Lousado, com declives acentuados. Caracteriza-se por pequenos relevos consecutivos, de natureza xistenta, orientados na direção NO/SE, variando as cotas entre os 200 m e os 500 m;
- Com uma rede hidrográfica densa, temporária e superficial, engloba parte do corredor ecológico do rio Coura e as suas cabeceiras;
- Predomina a floresta de produção, os matos e incultos e os afloramentos rochosos;
- A subunidade integra, quase na sua totalidade, o baldio.
- Ocorrência cíclica de incêndios florestais (períodos de dez anos);
- Ocupação incipiente na Idade do Ferro, época em que se inicia a antropização da paisagem;
- A partir da Idade Moderna, o homem ocupa este território com edificações de apoio à atividade agrícola, constituindo estes vestígios, o património etnográfico atual;
- O corredor da auto-estrada A3 limita parcialmente a subunidade;
- Sem habitantes;
- No limite do concelho, que coincide com a linha de cumeada, estabelece-se uma relação visual com a Serra de Arga;

Organização e dinâmica actual da paisagem

A denominada «Serras do Lousado e do Formigoso», pequena subunidade de paisagem, que se estende, sobretudo, para os concelhos vizinhos de Vila Nova de Cerveira e Ponte de Lima, corresponde às encostas nordeste, dos pequenos relevos consecutivos que lhe dão nome, localizados, sensivelmente, a sudoeste do concelho. Desenvolve-se entre as cotas de 200 m, junto ao rio Coura, e de 500 m, próximo dos Penedos Negros, a sudoeste do concelho.

No que diz respeito às unidades geomorfológicas, esta subunidade é constituída por um único sector, onde predominam os declives acentuados. Relativamente à geodiversidade local, observam-se três áreas (*hotspots*), nas quais o índice de geodiversidade é muito elevado, localizadas, no sector SE, entre o Castro da Bustarenga e a Codeçosa e, no sector NO, a jusante do lugar de Ribeirinho.

O solo não apresenta aptidão agrícola mas, a aptidão florestal, pode classificar-se entre marginal e boa, sendo dominada por afloramentos rochosos e regossolos úmbricos. Os usos do solo são sobretudo florestais, com predomínio de pinheiros e alguns eucaliptos, existindo, ainda, a estes associados, pequenas áreas com carvalhais. As áreas agrícolas são, praticamente, inexistentes. É, ainda, definidor do perfil desta área, a implantação, no sentido norte-sul, da auto-estrada A3.

Na paisagem vegetal natural dominam os matos, de entre os quais se destacam os urzais-tojais e o tojo-gatunho (*Ulex micranthus Lange*) – este último constitui um endemismo luso-galaico. Sendo ambos exclusivos de solos esqueléticos xistosos, em territórios próximos do litoral, são uma etapa de degradação avançada do carvalhal com o sobreiro (termocolino). No sopé das encostas, com solos profundos, haverá potencial para carvalhal com aveleira, nomeadamente no vale do rio Coura, no limite norte da subunidade.

Nesta subunidade não existe qualquer tipo de povoamento urbano, razão pela qual, não foi contabilizada qualquer população residente, pelo menos desde o ano de 1991. As edificações existentes são: a Capela de Santa Rita e Santa Cristina, alguns moinhos e os vestígios do povoado fortificado da Portela da Bustarenga.

A construção da auto-estrada A3, no final da década de noventa, veio alterar esta paisagem, com a realização de terraplanagens, aterros, taludes, trincheiras e viadutos. Estes, apesar de terem sido realizados com o devido acompanhamento ambiental, entrepuseram-se com obstáculo, à ligação natural entre a Serra do Lousado e a várzea da ribeira da Codeceira, constituindo, enquanto tal, uma intrusão visual na paisagem existente.

- Evolução histórica da paisagem

A presença humana nesta subunidade só está documentada, a partir da Idade do Ferro, de cuja época existem, identificados, dois povoados fortificados. Estas comunidades, conforme já ficou dito, em outro lugar, ocupavam colinas e esporões, situados entre os 200m e os 350m, usando um sistema defensivo que podia compreender, duas ou três, linhas de muralha. Estes povoados, que apresentam sinais evidentes de romanização terão, neste período, marcado a paisagem como lugares destacados dos restantes elementos paisagísticos.

Após o abandono destes povoados, no início da romanização, esta subunidade não terá tido ocupação humana, até à Idade Moderna.

Paralelamente ao incremento da agricultura, a partir da Idade Moderna, surgiram edificações destinadas a unidades de transformação - moinhos de rodízio-, essenciais para o processamento de cereais. Os moinhos de rodízio, que ainda hoje marcam a paisagem ao longo do Regato do Outeiral, constituem a última fase de ocupação humana desta subunidade.

Pela proximidade da ribeira da Codeceira e orientação dominante a norte/nordeste, é natural que esta subunidade apenas tenha sofrido alguma desarborização com a chegada dos romanos ou mesmo, que tenha mantido o coberto arbóreo ao longo do tempo, dada a sua reduzida aptidão agrícola e boa aptidão florestal.

O declive e a espessura dos solos são, nesta subunidade, os aspectos que limitam o tipo de vegetação existente. Contudo, a cota inferior a 500m, a abundante rede hidrográfica - parte da qual temporária- permite um bom desenvolvimento de espécies

como o pinheiro bravo (*Pinus pinaster*), o sobreiro (*Quercus suber*) e mesmo o carvalho (*Quercus spp.*) e ainda arbustos como o medronheiro (*Arbutus unedo*), o azevinho (*Ilex aquifolium*) e a giesta (*Cytisus sp.*), especialmente nos locais onde o solo é mais profundo, como se pode constatar no terreno, mesmo após o incêndio que percorreu esta área em 2016.

- Valores na paisagem – Principais Valores Presentes

1. Valores naturais e ecológicos

Esta área, que abarca o troço final do rio Coura e o seu corredor ecológico no concelho, é dominada por cabeceiras de linhas de água **-** bastante numerosas, ainda que temporárias **-**, mas com marcas profundas no solo, que alimentam o regato do Outeiral, afluente directo do rio Coura. São ainda significativas, nesse troço final, as áreas com risco de cheias e, em grande parte desta subunidade paisagística, as áreas com risco de erosão, atenuado, porém, pela cobertura florestal do solo.

A subunidade apresenta um índice de geodiversidade elevado, nomeadamente no sector sudeste, entre o Povoado fortificado da Portela da Bustarenga e o lugar da Codeçosa e**,** a noroeste**,** a jusante do lugar de Ribeirinho.

Anota-se a presença dos endemismos urzais-tojais e de tojo-gatunho. Em 1920, são indicadas pelo Padre Lourenço Pereira, espécies nativas raras no noroeste atlântico: *e.g*. o rosmaninho (*Lavandula stoechas* L.) ou a murta *Myrtus communis* L. Refira-se ainda a existência de uma árvore notável**:** o sobreiro de Sta. Rita.

2. Valores produtivos

A área está afecta**,** na sua quase totalidade**,** ao regime florestal, sendo**,** por isso**,** o principal uso económico**,** a exploração da floresta, composta, essencialmente**,** por pinheiros e alguns eucaliptos. Não obstante, a totalidade desta paisagem tem, também, potencial para a exploração dos recursos geológicos (substâncias como o Qz, Feld, Li, W, Sn, Au, Ag, Nb e Ta).

Integra uma zona de caça associativa, apresentando boas condições para essa actividade, onde é abundante o coelho, o pombo, a raposa, etc.; constituindo um *habitat* óptimo para outras espécies cinegéticas.

3. Valores culturais, simbólicos e de habitação

Foto 3 - Sobreiro do monte de Santa Rita (2º plano)

Nesta subunidade, no que respeita à edificação, apenas existem moinhos e capelas. No lugar do Monte de Santa Rita, onde se implanta uma capela com o mesmo nome, realiza-se, no mês de julho, a romaria de Santa Rita e Santa Cristina. Aí se localiza, também, um sobreiro que, marcando o lugar e a paisagem, representa um valor identitário para a população de S. Martinho de Coura e de Romarigães.

O topónimo "Penedos Negros" é reflexo do valor cultural dado a um elemento da geodiversidade, constituindo as linhas de festo aqui existentes a parte sudeste das "paredes" que envolvem o Coura.

Tendo em conta a escassa presença humana nesta subunidade, deveremos realçar, ainda assim, o Povoado fortificado da Portela da Bustarenga e o Povoado (?) Fortificado de Lousado, que marcam o território durante a Idade do Ferro, até ao início da romanização.

Como marco histórico-cultural, integrando o património etnográfico, os "moinhos de rodizio á pela" demonstram que o milho deverá ter tido um papel muito importante para a agricultura e, consequentemente, para a subsistência das populações.

A capela de Santa Cristina e o Castro da Bustarenga simbolizam a apropriação de áreas de montanha pelo homem. E, se a primeira reflecte as manifestações religiosas

da Idade Moderna, o segundo representa o modelo de povoamento característico da Idade do Ferro.

A Portela Grande, sendo a porta de entrada no concelho de Paredes de Coura, após dura subida desde Ponte de Lima, reveste um enorme valor simbólico, posto que constitui uma passagem secular, integrante do caminho de Santiago de Compostela.

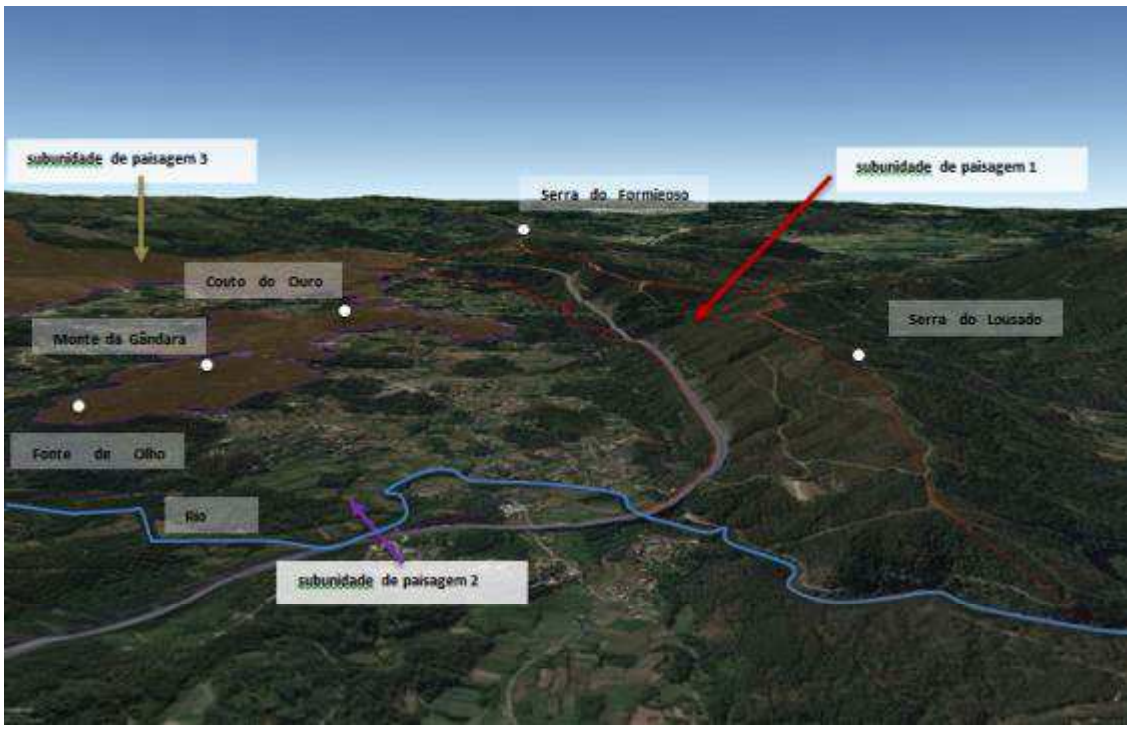
4. Valores estéticos

Em termos estéticos, esta paisagem é dominada pela linha de cumeada, que delimita o concelho na vertente sudoeste, e pela encosta voltada a nordeste, com os seus acentuados declives, a qual estabelece uma relação visual com a imponente Serra de Agra, localizada a ocidente. O coberto vegetal, dominado pelo pinhal, atribui-lhe uma monotonia cromática, alternada, na Primavera, com pequenas áreas de amarelo-rosado, proveniente da floração dos urzais-tojais, de grande potencial ornamental ou, pelo impacto negro, decorrente dos incêndios que regularmente o assola. A presença da auto-estrada constitui, também, uma marca forte na paisagem, servindo, em simultâneo, como linha aproximada de fronteira, com a subunidade adjacente.

- Principais estradas e pontos de observação e fruição da paisagem

Esta subunidade contempla apenas um percurso viário linear, de alta velocidade - a auto-estrada A3 -, que estabelece a ligação entre o Porto e Valença. Localizada na encosta NE da Serra do Lousado, implantada a meia encosta, é, globalmente, um eixo viário que se destaca pela ocupação florestal e pelo traçado em cotas elevadas (figura 17).

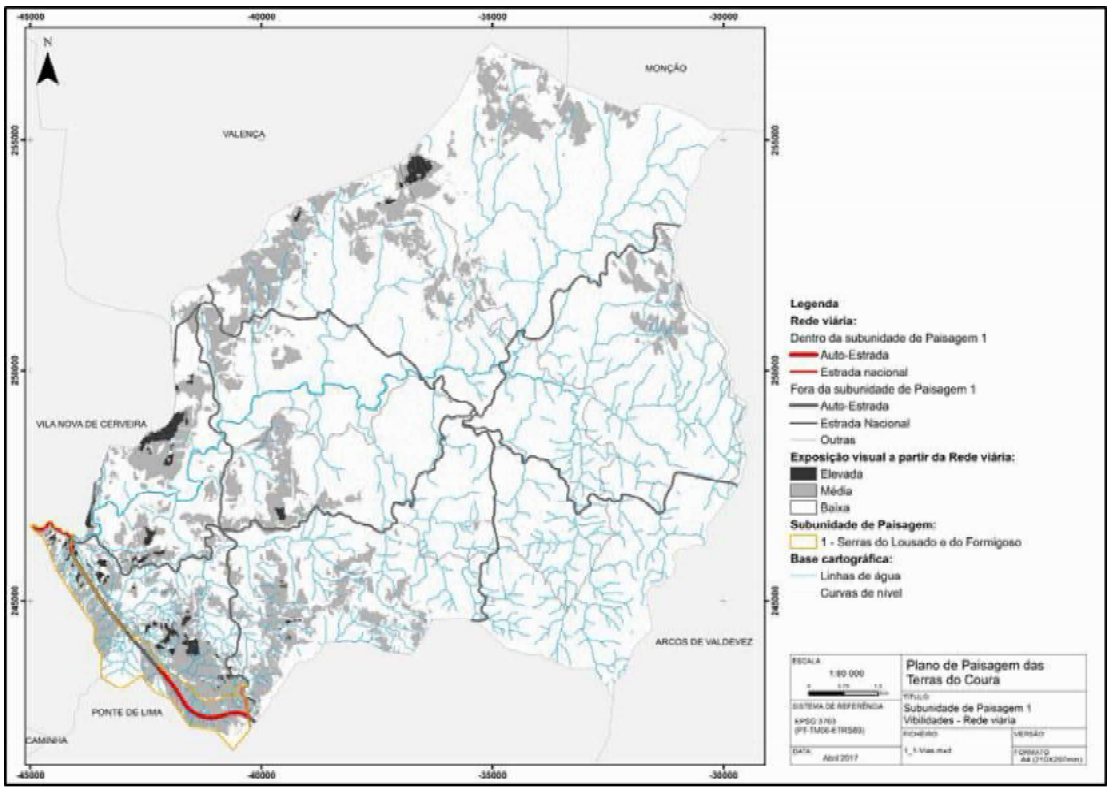
Figura 16 - Implantação do percurso viário A3 na subunidade de paisagem 1 | Serras do Lousado e Formigoso



Fonte: Google earth, tratamento próprio

Esta subunidade apresenta uma relação visual com outras subunidades de paisagem, nomeadamente a 2 - Várzea do Coura e Ribeira da Codeceira, 3 - Montes de Travanca, 4 - Encostas Sul do Vale do Coura, 5 - Encostas Norte do Vale do Coura, 6 - Granitos de S. Silvestre e 7- Montes da Boalhosa e Planalto de Lamas.

Figura 17 - Visibilidades a partir da rede viária – subunidade de paisagem 1 | Serras do Lousado e Formigoso



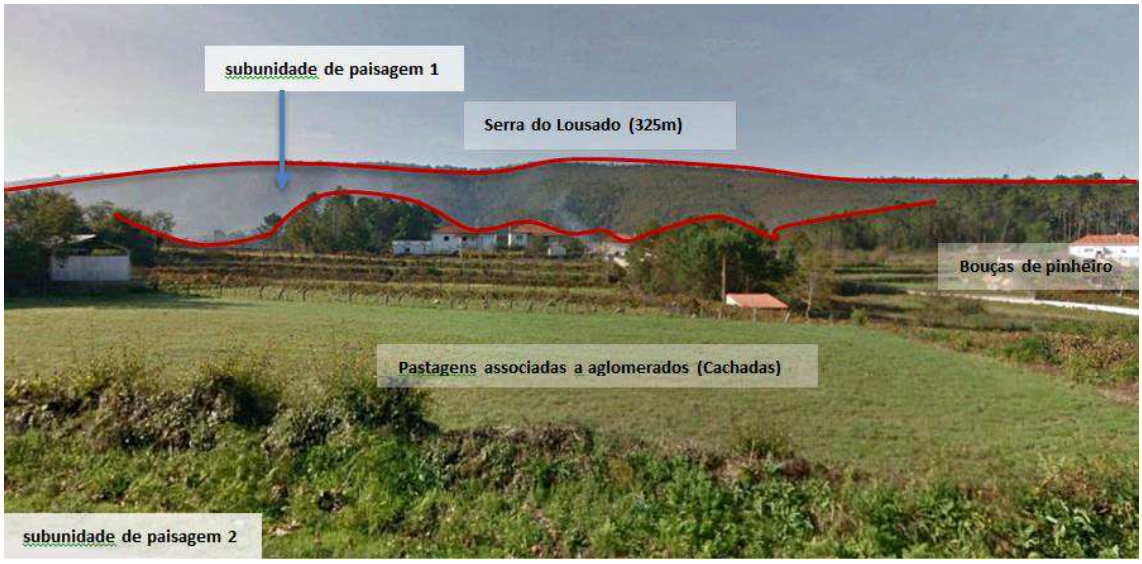
Esta relação visual com as outras subunidades permite a percepção de uma grande diversidade de paisagens, com diferentes usos e ocupações do território, no qual é possível observar-se uma infinita sucessão das zonas de cumeada. À medida que se percorre esta via, a abrangência visual sobre as restantes subunidades de paisagem vai surgindo e, a alternância entre o vale e as zonas elevadas, permite a visualização de uma grande diversidade de elementos morfológicos, a diferentes distâncias, bem como a observação da alternância do mosaico de usos de solo: agrícola, florestal e habitacional.

Figura 18 - Panorâmica sobre a Subunidade de paisagem 1 | Serras do Lousado e Formigoso

Fonte: Google earth, tratamento próprio

A partir da subunidade 2 – Várzea do Coura e Ribeira da Codeceira – a perspectiva sobre a subunidade de paisagem 1 e o percurso automóvel em questão, ora é completamente imperceptível (figura 19), ora tem um impacte visual significativo para quem circula na mesma (figura 20 e 21).

Figura 19 - Vista da subunidade de paisagem 1 - Serras do Lousado e Formigoso (em segundo plano) a partir da subunidade 2 | Várzea do Coura e Ribeira da Codeceira

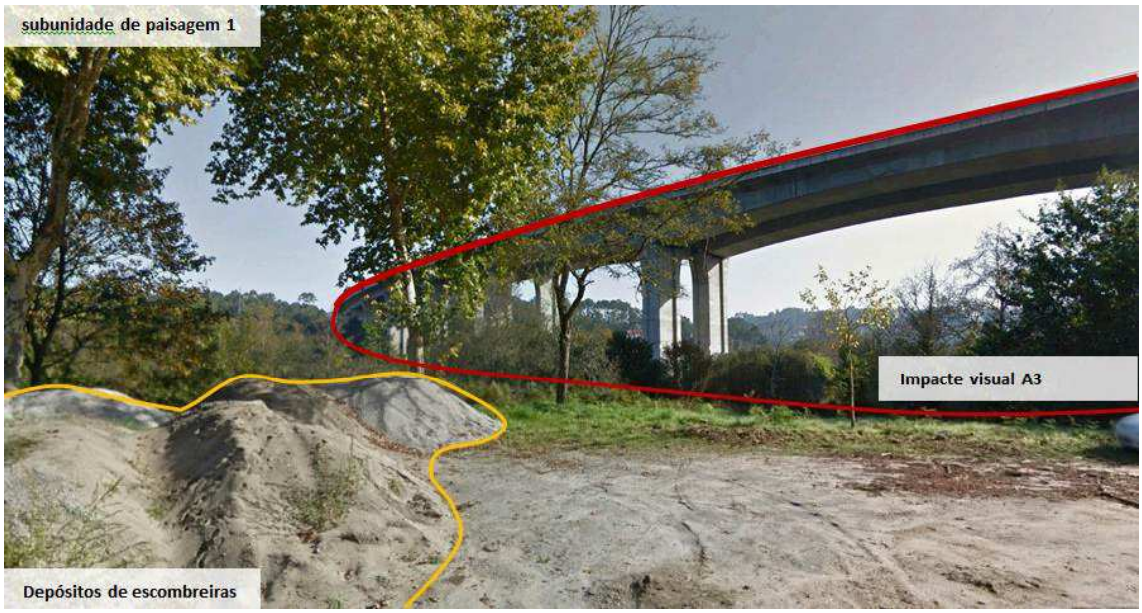


Fonte: Google earth, tratamento próprio

Figura 20 - Vista da EN301 (subunidade de paisagem 2 - Várzea do Coura e Ribeira da Codeceira) para a A3 (subunidade de paisagem 1 - Serras do Lousado e Formigoso)

Fonte: Google earth, tratamento próprio

Figura 21 - Vista dentro da subunidade de paisagem 1 - Serras do Lousado e Formigoso. Destaca-se o impacte visual da A3 e o depósito de escombreiras ao longo da EN301



Fonte: Google earth, tratamento próprio

Dada a velocidade à qual se circula na via em questão, a observação pormenorizada de valores da paisagem, quer no interior da subunidade, quer nas subunidades circundantes, é muito reduzida.

Os equipamentos existentes de fruição da paisagem são, nesta subunidade, o Parque de Merendas da Capela do Pisco e o miradouro na Capela de Santa Rita, localizada na Serra do Lousado.

- Avaliação da paisagem (Análise SWOT)

Factores Internos – Pontos Fortes
- Existência de vários pontos de observação da paisagem, e.g., o Miradouro de Santa Rita;
- Área de lazer com mesas de merendas e plataforma de observação;
- Existência de geodiversidade com valor estético;
- Manutenção da paisagem rural antiga, definida pelo parcelamento e estruturas de pedra seca;
- Existência de algum património natural, etnográfico, religioso e arqueológico.

Factores Internos – Pontos Fracos
- Má sinalização dos acessos à Capela e Miradouro de Santa Rita;
- Ausência de painéis informativos sobre a paisagem observada;
- Falta de sinalética na A3, com referência aos valores paisagísticos de Paredes de Coura;
- Florestação de cumeadas, com recursos a lavras florestais;
- Produção florestal intensiva;

- Incêndios recorrentes;
- Densidade de giestais e codeçais como resultado da falta de gestão florestal;
- Avanço de infestantes lenhosas;
- Sinalética deficitária (confusa) de acesso ao ponto de observação de Santa Rita;
- Mau estado de conservação da sinalética;
- Inexistência de mesas de leitura da paisagem no ponto de observação de Santa Rita;
- Falta de qualidade estética de algum mobiliário urbano;
- Inexistência de balização de percursos para veículos motores, nos acessos aos pontos mais elevados;
- Surgimento de pequenas áreas de deposição de lixo.

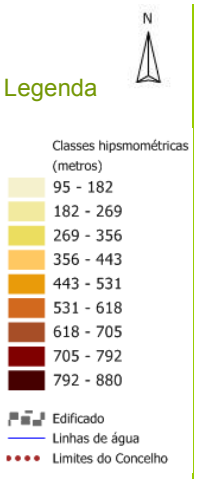
Factores Externos - Oportunidades
- Aumento da procura de actividades ligadas à natureza (*treking*, BTT, caminhadas, *geocaching*, *trails*, observação de aves, etc.); - Contexto geográfico da bacia do rio Coura, *facilitador de* uma intervenção no âmbito da fitotecnia (contra espécies invasoras); - Aumento da procura turística pela geodiversidade (visitação); - Reformulação das políticas florestais (a decorrer); - Aposta no aproveitamento da biomassa.

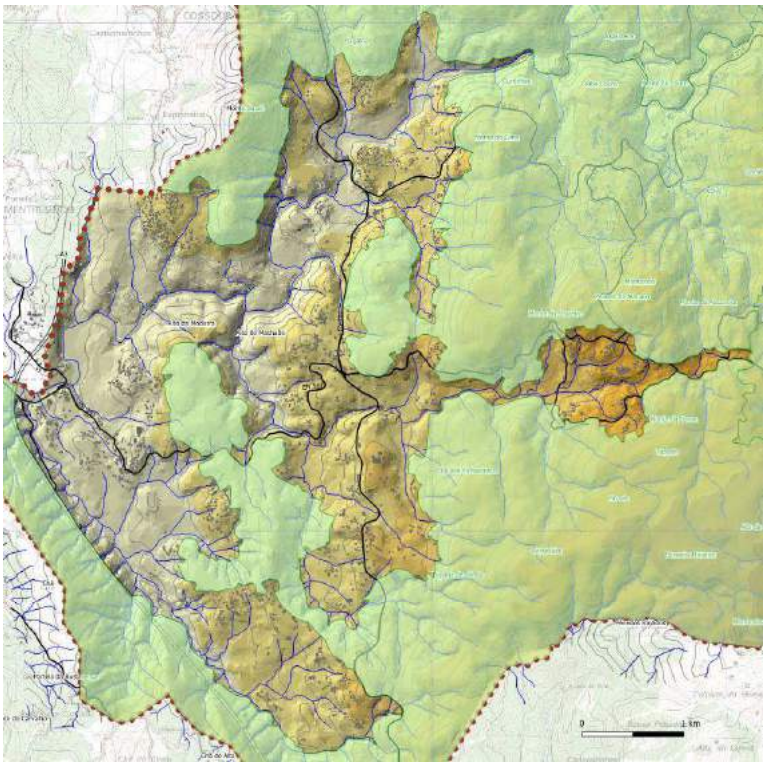
Factores Externos - Ameaças
- "Eucaliptização" generalizada, com influência na geodiversidade, solos e vegetação; - Risco de incêndio; - Incêndios com grande influência na paisagem; - Aumento do período (meses) propício aos incêndios florestais; - Disponibilidade de maquinaria pesada para as actividades agro-silvícolas; - Abandono de práticas ancestrais de silvicultura e agricultura; - Intensificação das actividades de recreio e lazer; - Alterações climáticas.

II – VÁRZEA DO COURA E RIBEIRA DA CODECEIRA

Área = 1707 ha
População Residente em 2011 = 1695 hab.
Freguesias abrangidas = Freguesia de Agualonga; Freguesia de Cossourado; Freguesia de Coura; Freguesia de Cunha; Freguesia de Ferreira; Freguesia de Romarigães; Freguesia de Rubiães;

Legenda





Traços distintivos – Elementos individualizadores e caracterizadores do perfil e identidade

- Esta subunidade ocupa cotas inferiores a 300 m de altitude, com um relevo ondulado predominantemente agrícola, alternada com bouças de pinheiros e folhosas e diversos aglomerados populacionais;
- Caracteriza-se por ser um vale, no qual se localizam algumas das áreas com melhor potencial agrícola do concelho;
- Elevado nivel de geodiversidade;
- É uma das unidades onde a vegetação ribeirinha se destaca na paisagem;
- Subunidade muito povoada, por pequenos lugares e núcleos habitacionais dispersos;
- Presença de inúmeros vestígios da ocupação romana, de entre os quais se evidencia a Via XIX e a Ponte de Peorada, ambas reutilizadas em períodos posteriores;
- O Caminho (medieval) de Santiago atravessa esta subunidade de Norte para Sul;
- A Igreja de Rubiães e a necrópole a ela associada, bem como os elementos da antiga igreja de Cunha, vincam a ocupação e o povoamento medieval;
- Preservação de lugares de origem medieval onde se identificaram algumas habitações cuja origem remonta a essa época;
- As estruturas do povoamento do século XVI ao XIX ainda estão bem preservadas.

Organização e dinâmica actuais da paisagem

Constituída por uma paisagem essencialmente agrária, a subunidade 2, de dimensão média, é dominada pelo vale aberto do troço final do rio Coura, em ambas as margens e, na margem esquerda, pela ribeira da Codeceira, seu afluente. É nesta subunidade de paisagem que se localizam algumas das áreas com melhor potencial agrícola do município, alternadas com bouças e alguns aglomerados populacionais. Ocupa cotas inferiores a 300 metros de altitude e inclui grande parte do troço final do rio Coura, no concelho.

Em termos geomorfológicos esta subunidade é constituída por dois sectores. No sector oeste-este (Ribeirinho/Veiga do Monte) predominam os declives intermédios e suaves. No sector O-NE-SE predominam os fundos planos (Coura) e os declives intermédios. O substrato geológico é composto sobretudo pelo complexo xisto-migmático que ocupa uma área considerável, mas também o granito alcalino de grão médio, e numa pequena extensão a este da subunidade, o granito calco-alcalino porfiróide de grão grosseiro.

A carta da geodiversidade informa-nos da existência de quatro *hotspots*, onde o índice de geodiversidade é muito elevado, próximos dos lugares Veiga do Monte, Monte da Sé/Santeiro, Alto do Machado/Monte da Gândara e Costa. Destaca-se, ainda, o alvéolo do rio Coura em Rubiães, junto à ponte romana, que constitui uma geoforma fluvial, resultante de um processo de erosão diferencial, e origina uma pequena depressão com orientação NE/SO, aproveitada pela população local para fins agrícolas e pastoris[69].

Predominam os antrossolos (cumúlicos dístricos) e, com menor área, os regossolos (úmbricos e dísticos). É nesta subunidade que se concentra a maior área, ainda que fragmentada, de fluvissolos (dístricos médios), derivados de depósitos aluvionares sujeitos a inundações cíclicas, localizados a baixa altitude, nas margens do rio Coura. Pelas razões acima expostas, apresenta uma enorme área de solos com elevada aptidão para uso agrícola, correspondente a 25% da totalidade dos solos, com essas características, existentes no concelho e, ainda, áreas de solos com aptidão

[69] Cfr. Sérgio BASTOS - Guião Interpretativo da Geologia do Caminho de Santiago (2012).

moderada, localizadas próximo do regato do Outeiral, na ribeira da Codeceira e do rio Coura.

São também importantes, nesta subunidade, as áreas de máxima infiltração, que favorecem a infiltração gravitacional das águas, alimentando os aquíferos locais.

Os principais usos do solo são agrícolas, com clara predominância das culturas anuais. As áreas urbanas e as áreas afectadas à floresta de produção, com pinheiros e eucaliptos, pontuadas por alguns carvalhos, apresentam um peso secundário.

Nesta paisagem existem, ainda, muitos vestígios da recuperação dos bosques secundários de salgueiro (*Salix atrocinerea* Brot.), quer ripícolas, quer, sobretudo, paludosos, fruto do abandono de áreas anteriormente cultivadas. No rio Coura, num percurso interessante entre a Ponte Nova de Castro e a Ponte dos Caniços, mantêm-se preservados os bosques potenciais de amial ripícola e, no vale do Outeiral, foram identificados, restos de amiais paludosos. Nas várzeas mais enxutas, é potencial a existência de um bosque tempori-higrófilo, nos dias de hoje, muito raro, a nível nacional, de carvalhal com freixo. Os carvalhais que ainda restam enquadram-se em duas séries de vegetação diferentes: os mesófilos com sobreiro e, nas encostas com sopés profundos, o carvalhal com aveleira, como é visível na confluência dos vales do Coura e da ribª da Codeceira.

De povoamento muito antigo e disseminado, são muitos os lugares existentes, nesta subunidade, coexistindo dois tipos de estruturas urbanas: umas, disseminadas em núcleos alargados que aglutinam as habitações e os seus quintais e, outras, de configuração linear, que se estendem ao longo das estradas e caminhos. As habitações antigas, maioritariamente de dois pisos e construídas em granito, encontram-se bem conservadas. Nas décadas de 70 e 80, do século passado, as habitações foram construídas em alvenaria de tijolo, rebocadas e pintadas ou revestidas por azulejos, havendo exemplares visíveis um pouco por toda a subunidade.

Existem, nesta subunidade, alguns núcleos com grande concentração populacional, no contexto municipal, nomeadamente no eixo de Vilares-Nogueira-Chão-Cachada

(Rubiães), Ribeirinho-Lamas-Cachada (Coura) e Roçadas-Monte-Lameirinha-Trulhe (Agualonga); todos eles estruturados ao longo da EN201, EN301 e ER301. Fora dos principais eixos viários, destaca-se o povoamento localizado junto do eixo viário Souto-Antas-Castanhal, evidenciando uma tendência mais recente, para a dispersão do edificado ao longo das vias infraestruturadas.

Os períodos de maior dinâmica urbanística do território podem sistematizar-se em três; correspondendo o primeiro período aos anos 40 e 50, em pleno Estado Novo; o segundo período, aos anos 70 e 80, corolário da capacidade económica adquirida pelos emigrantes e o terceiro período, resultante da adesão ao Euro, já no século XXI.

As tipologias habitacionais existentes, reflectindo cada uma dessas épocas, podem ser sistematizadas do seguinte modo: casas com implantação em «L», de diversas dimensões, anteriores ao Estado Novo; casas rectangulares anteriores, que mantiveram a mesma tipologia nos anos 40 e 50 e no período da emigração, mas com materiais de revestimento diferente, e as habitações mais recentes, de maiores dimensões, por vezes apenas com um piso e traços contemporâneos, muitas vezes com retorno à utilização dos materiais da região, como o granito e a madeira. Algumas das antigas e produtivas casas de lavoura, designadas como *Casas Grandes*, deram origem a projectos de turismo rural, reabilitando os edifícios e adequando-os a novos usos de recreio e lazer.

Actualmente, esta subunidade conta com uma população residente de 1695 habitantes, correspondente a uma densidade populacional de 99 habitantes por km^2, superior à verificada nas demais subunidades concelhias. A população com mais de 65 anos, cifra-se nos 546 habitantes, enquanto a população com idade inferior a 15 anos totaliza apenas 170 residentes, conferindo-lhe um índice de envelhecimento de 321%, superior à média concelhia, fixada em 219%. O escalão etário compreendido entre os 25 e os 64 anos, com 918 residentes, é o predominante, em 2011. A população activa encontra-se empregada, sobretudo, no sector terciário, ainda que o sector secundário apresente valores muito próximos do anterior: na ordem dos 44% e 49%.

A população residente distribui-se por 1322 edifícios, na razão de 77 edifícios por hectare, números que tornam esta subunidade na segunda mais edificada do concelho e na terceira com maior número de edifícios por área. Dos edifícios existentes, a maioria foi construída entre 1961 e 1970 (esta dinâmica de construção habitacional destaca-a das demais subunidades concelhias, à época)**;** 10% são construídos em alvenaria de granito e cerca de 12% estão devolutos.

- Evolução histórica da paisagem

Situada em zona de baixa aluvionar, corresponde a solos com boa aptidão agrícola. Atenta a abundância de água, é provável que, em eras remotas, tenha estado coberta por extenso bosque atlântico e manchas paludosas.

Nesta subunidade de paisagem há vestígios de ocupação humana, mais ou menos contínua, desde a fase final da Pré-história até à actualidade. Os primeiros indícios de monumentalização da paisagem: monumentos sob *tumuli* correspondem, aliás, aos rituais da morte, das primeiras comunidades a ocuparem este território, durante o neolítico/calcolítico. É, porém, no decorrer da Idade do Ferro, que surgem os primeiros vestígios de ocupação permanente, com o património arqueológico do Povoado fortificado de Tarrio de Cima, em Rubiães.

No período romano assiste-se à estruturação e apropriação territorial na área abrangida por esta subunidade, com a construção de infra-estruturas viárias, acompanhadas, essencialmente, de modelos de povoamento ligados à exploração agrícola e florestal. A Via XIX e a Ponte de Peorada integravam uma importante via que ligava *Bracara Augusta* (Braga) a *Lucis Augusti* (Lugo).

A importância desta via está patente, desde logo, nos inúmeros marcos miliários, presentes ao longo do seu traçado (alguns dos quais estão, nesta subunidade, aproveitados para fins utilitários diversos) que nos indicam a data da sua construção, (século I d.C.) e das sucessivas reparações de que foi alvo (entre o século II e IV). Os casais rurais romanos, identificados nesta subunidade, deixam perceber os modelos de povoamento ligados à exploração agrícola e florestal.

Com a romanização foram introduzidas as técnicas agronómicas que permitiram arrotear e drenar estes solos, transformando a paisagem até aí existente.

Durante a Idade Média o povoamento intensifica-se e começam a desenvolver-se, não apenas pequenos lugares/aldeias - que potenciaram um povoamento disperso, como no lugar de Antas, Gandera, Costa, Ramalhal, entre outros -; mas também a construção de edifícios religiosos, necrópoles e vias de circulação. Estas últimas, com destaque para a antiga via XIX, facilitavam a circulação de bens e pessoas, dinamizando a ocupação do território e potenciando, no caso concreto desta subunidade, a construção de novos troços e pontes, a partir do aproveitamento de partes do seu traçado original.

A Igreja e a Necrópole de Rubiães, juntamente com o Caminho de Santiago, deixam, por sua vez, perceber a importância da religião na administração do território, durante este período.

Até à Idade Média nesta área terão sido semeados trigo e milho painço e sido produzida forragem, em abundância. Alimentada por uma extensa rede de canais, com tomadas de água nas ribeiras, a partir de açudes de galgamento, a quase totalidade desta subunidade de paisagem constitui uma mancha de regadio, propícia a culturas sachadas de primavera/verão, como o milhão, (*Zea mays*), no passado consociado com feijão (*Phaseolus vulgaris*) e abóboras de várias espécies (*Cucurbita sp*), que tanta importância tiveram na alimentação da população, do século XVI até à actualidade.

Remontam ao período central da Idade Média, século XIII, os dezassete lugares de origem medieval, nesta subunidade, que ainda subsistem, *e.g.:* Costa e Fonte de Olho em Coura, Antas e Casal em Rubiães, Paço e Costa em Cunha, Morgado e Lamas em Agualonga.

Foi nestes núcleos e nas suas imediações, que se identificaram algumas estruturas habitacionais, tais como as *casas-sobradadas* e *casas-térreas*, de vocação agrícola, que poderão ter origem medieval. Estes antigos núcleos rurais, parcialmente

preservados até aos nossos dias, são reveladores da0s várias vertentes da exploração do território, neste período, sendo as agrícola e florestal as mais significativas.

A partir do século XVI regista-se, no concelho, um aumento demográfico significativo, que se traduziu no alargamento dos núcleos populacionais anteriores e expansão do povoamento para outras áreas.

A apropriação e afirmação definitiva do território só acontecerá a partir da Idade Moderna, testemunhando-o algumas estruturas urbanas presentes na subunidade em apreço. Os lugares que ainda hoje preservam as habitações rurais, o parcelamento da terra, os edifícios religiosos, os solares e os paços, caracterizam a hierarquização do povoamento deste período. São evidentes as estruturas habitacionais com clara vocação agrícola, as *casas-pátio* e as *casas-sobradadas*, as unidades de transformação e armazenagem de produtos agrícolas e as habitações na posse da nobreza e dos grandes proprietários, detentores de grandes parcelas de terra.

As serrações ou serrações e moinhos, também marcam de forma indelével, este território; não pela sua quantidade, mas pelo seu estado de preservação e qualidade, sendo a serração moinho, localizado na Ponte Nova da EN201, em Rubiães (SM7), o seu exemplar mais bem preservado.

As pontes de S. Martinho, Caniços, Ponte Nova do Crasto e Ponte do Arrieiro configuram a nova rede viária que veio dinamizar esta subunidade. A Casa Grande de Romarigães, o Paço de Antas e a Capela de S. Bartolomeu exemplificam a vitalidade económica e social desta área concelhia, a partir do início da Época Moderna, podendo o incremento da agricultura estar na base desta vitalidade, uma vez que foi nesta altura que se deu, definitivamente, a apropriação do espaço, factor indissociável do anterior.

A proliferação dos espaços de culto, neste período, evidenciam, de forma clara, a preocupação em levar a fé - e os representantes da Igreja -, a todos os lugares. Registam-se, não só a construção de capelas públicas, de que é exemplo a Capela de S. Roque em Rubiães, como a de capelas 0privadas, muitas destas, sob

administração e integradas nas casas senhoriais, como a capela da Senhora do Amparo, na Casa Grande de Romarigães.

Os inúmeros valores etnográficos presentes nesta subunidade demonstram a evolução da actividade agrícola, durante este período, em torno da enorme importância da água. De facto, a variedade de unidades de transformação e armazenagem dos produtos agrícolas, evidenciam práticas de agricultura intensiva, com preponderância do milho, as quais explicam a quantidade de espigueiros que ladeiam as casas. Os espigueiros, tal como em toda a área de estudo, são totalmente em madeira ou com estrutura em granito e ripado em madeira, marca comum desta paisagem. O único pisão identificado em toda a área de estudo localiza-se nesta subunidade (Pisão de Rubiães).

Próximo, também das habitações localizam-se as hortas, onde a produção de batata (*Solanum tuberosum*), para alimentação humana, desempenha um papel fundamental, desde o início do século XX. Nestas leiras era - e, ainda, é - frequente encontrar bordaduras de carvalhos (*Quercus robur*), castanheiros (C*astanea sativa*) e, ainda, nas áreas com maior humidade, loureiros (*Laurus nobilis*), ou sabugueiros (*Sambucus nigra*). As linhas de água aparecem frequentemente bordejadas por bandas ripícolas, compostas por amieiros (*Alnus glutinosa*), freixos (*Fraxinus sp*) e salgueiros (*Salix atrocinerea*), entre outras espécies.

Com a mecanização, iniciada nos anos 50 do século passado, também a cultura do milhão se passou a fazer estreme, com sementeira em linha, para grão ou silagem, de acordo com a necessidade do agricultor.

No passado recente, as parcelas agrícolas eram bordejadas por ramadas ou outros sistemas de armação, por vezes com tutores vivos, para a condução da vinha. Contudo, as alterações normativas que ocorreram ao longo do século XX, a mecanização das operações de amanho do solo e granjeio das culturas, a par da alteração dos padrões de qualidade do vinho, reduziu e, em alguns casos, fez desaparecer, a cultura da vinha em bordadura. Este facto alterou e modificou a paisagem típica das manchas agrícolas, tradicionalmente, ocupadas, com milho ou

batata e forragem, para os efectivos bovinos e ovinos, agora estabulados junto da habitação do agricultor.

Com a diminuição do interesse pela actividade agrícola e consequente falta de manutenção do sistema de rega - que também serve de sistema de drenagem -, começam a aparecer algumas manchas paludosas com vegetação arbórea, com predominância do amieiro e de amiais.

Nas manchas mais altas predomina o carvalhal, denso ou esparso, com pastagem sob coberto, num uso que aparenta ser secular, e ainda manchas de pinhal.

O efectivo pecuário terá variado, desde a romanização, entre bovinos de trabalho-carne (com as raças Minhota e Barrosã), evoluindo, mais tarde, para bovinos de trabalho-leite-carne com as "Turinas", e, especializando-se, no final do século XX, em Bovinos-leite, com animais importados da Holanda e do Canadá. Nos anos 90 do século XX, com a delimitação da bacia leiteira do Entre Douro e Minho, que não incluía Paredes de Coura, a produção de leite ficou reduzida a unidades pontuais com alguma dimensão e dotadas de ordenha mecânica própria.

Os pequenos ruminantes mais comuns nesta subunidade foram, e são, ainda, as ovelhas, associadas ao restolho dos cereais e à produção de forragem ou pastagem. A criação doméstica de porcos, muito comum até finais do século XX, como fonte fundamental de carne e gordura animal, também sofreu forte declínio, sendo, actualmente, quase inexistente.

Apesar de esta ser uma área em franca regressão demográfica - de 2174 habitantes em 1991, passou para 1840 em 2001 e 1695 em 2011 -, do ponto de vista da urbanização, basicamente a partir do final dos anos 40, assinala-se um constante aumento da construção de edifícios para habitação, dando origem a um tipo de lugares, tendencialmente dispersos ao longo dos principais eixos viários e caminhos. Foi assim que, nos anos 90, em torno dos núcleos existentes nos anos 40, se aglutinam ou expandem novos lugares, de áreas de edificações dispersas. Nas duas últimas décadas, a construção de vias de ligação entre lugares, foi contribuindo para a alteração da sua morfologia e inserção no solo rural.

Por outro lado, foi, também, nas duas últimas décadas, que começou a assistir-se à reabilitação das habitações devolutas ou em ruínas, construídas de modo tradicional, em alvenaria de granito e estruturas de madeira. Diferentemente, as novas construções, com implantações maiores, têm muitas vezes apenas um piso, um fenómeno novo, bem visível ao longo da EN301 e da EN201.

- Valores na paisagem – Principais Valores Presentes

1. Valores naturais e ecológicos

Do ponto de vista dos recursos ecológicos, esta área integra uma grande extensão de solos afectos à Reserva Agrícola Nacional.

É de realçar a importância do corredor ecológico do rio Coura, enquanto espaço linear de comunicação, reprodução, alimentação, refúgio, etc., de espécies da flora e da fauna, autóctone e alóctone.

Destaca-se a existência de *habitats* de conservação prioritária para a Rede Natura 2000, nomeadamente os bosques ripários de amieiros (91E0*), tendo-se detectado *Narcissus cyclamineus* DC. no rio Coura, a jusante da Ponte Nova de Castro.

Ao nível da geodiversidade é de relevar a existência de quatro *hotspots*, próximas dos lugares de Veiga do Monte, Monte da Sé/Santeiro, Alto do Machado/Monte da Gândara e Costa. De referir ainda o alvéolo do rio Coura em Rubiães.

2. Valores produtivos

Tal como referido anteriormente, esta é uma área de grande aptidão agrícola**,** com solos fundos, frescos e férteis, sem limitações para a generalidade dos cultivos e pontilhada por manchas de carvalhal, pequenos pomares e hortas. Apresenta elevado potencial para a produção de forragem e para a criação animal, bovinos (em regimes intensivo e semi-intensivo), ovelhas, porcos, coelhos e galinhas, normalmente para

autoconsumo ou para o mercado local, sendo uma das subunidades onde o efectivo pecuário é mais numeroso. É, ainda, de anotar, nesta subunidade, a existência de colmeias.

A metade poente desta subunidade paisagística encontra-se afectada a áreas de potencial de exploração dos recursos geológicos, nomeadamente de recursos minerais como W, Sn, Au, Ag, Nb e Ta.

3. Valores culturais, simbólicos e de habitação

A Via XIX de ligação de Braga a Lugo, os diversos marcos miliários e a Ponte de Peorada, que possibilitava a transposição do rio Coura, constituem, nesta subunidade, os indícios mais significativos de época romana e que assumem, ainda hoje, um papel importante na identidade desta área. Também o caminho de Santiago e a Ponte de Agualonga, que faz a transposição sobre a Ribeira de Codeceira, marcam a paisagem actual, possibilitando a circulação de peregrinos a Santiago. Ao longo do caminho de Santiago observamos, ainda, a necrópole e a Igreja de Rubiães, que constituem dois marcos bem preservados do século XIII.

Lugares de origem medieval, como o Lugar de Antas, Gandera, Costa, Ramalhal, entre outros, ainda preservam a toponímia originária e os núcleos habitacionais mais antigos, provavelmente consentâneos com este período, definidos por casas-sobradadas e casas-térreas.

Da vitalidade da Idade Moderna, neste território, são exemplos o Paço de Antas, a Casa do Outeiro e a Casa do Amparo, esta última de grande valor simbólico neste território, actualmente conhecida como Casa Grande de Romarigães, imortalizada por Aquilino Ribeiro, no seu romance homónimo.

Os topónimos “Cascalhal”, “Poça da Lavandeira”, “Poça do Mono”, “Alto” e “Agualonga” são reflexo do valor cultural dado a vários elementos da geodiversidade locais.

Os antigos e seculares caminhos pedonais, de ligação entre lugares, para as igrejas e locais de comércio, têm vindo a perder a sua marca na paisagem, devido à motorização, ao avanço da vegetação, ao derrube de taludes ou muros, ao encerramento com cancelas e vedações privadas, etc.. Não obstante, é notório que persistem, ainda, na memória colectiva dos habitantes locais.

4. Valores estéticos

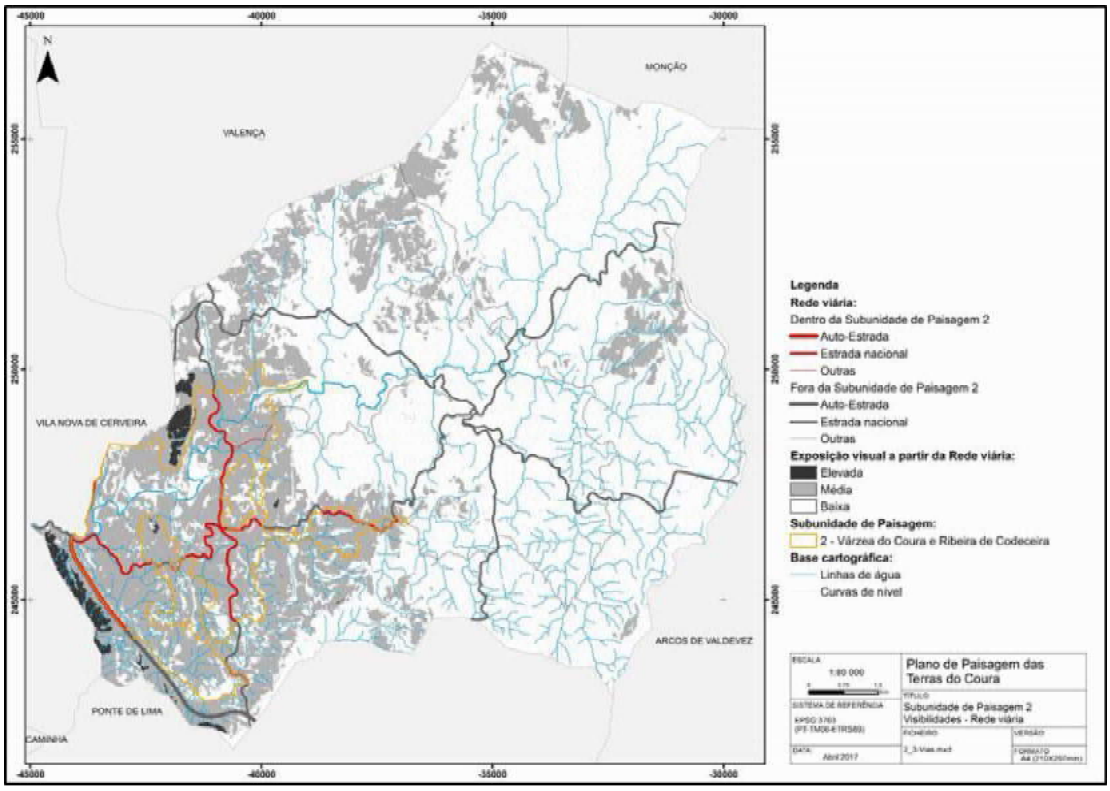
Mosaico de campos agrícolas de formas irregulares, delimitados por sebes vivas de arbustos e algumas árvores e/ou por muros de pedra miúda, recolhidas nas proximidades, pontuado por pequenos ruminantes, conferem a esta paisagem uma aparência bucólica. Contribuem, igualmente, para a beleza desta subunidade, o pontuar da paisagem com algumas espécies arbóreas menos comuns, como os exemplares de pinheiros mansos (*Pinus pinea)* ou a rara araucária do Brasil (*Araucaria angustifolia)* que pontua o Vale de Rubiães.

Também o recorte das serras envolventes, pontuadas por caos de blocos graníticos e a marca da torre da Igreja de Agualonga, constituem dois exemplares de valores estéticos desta subunidade. Por fim, as margens do rio Coura, que a percorrem, transformam-na numa área bucólica, de contemplação e de inspiração artística.

- Principais estradas e pontos de observação e fruição da paisagem

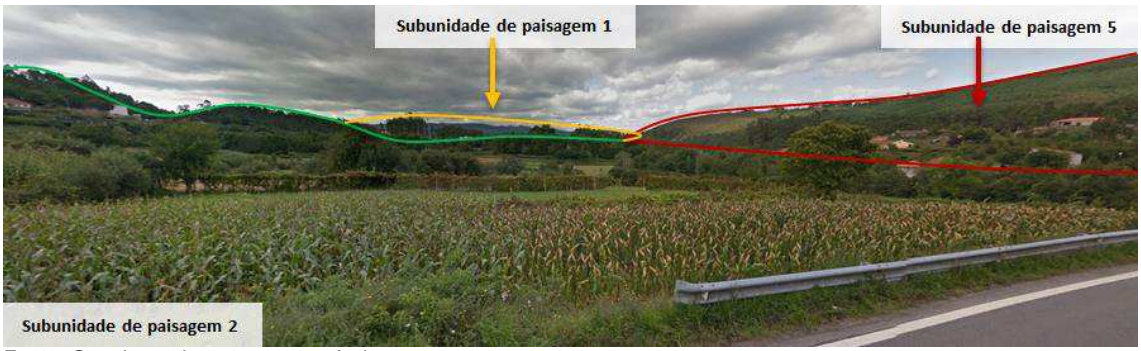
A subunidade 2 apresenta**,** como principais percursos automóveis**,** a EN/ER301 e a EN201**,** que se cruzam no lugar de S. Roque, na freguesia de Rubiães. Na figura seguinte são apresentadas as visibilidades, a partir da rede viária identificada na fase anterior.

Figura 22 - Visibilidades a partir da rede viária – subunidade de paisagem 2 | Várzea do Coura e ribeira da Codeceira



Quem percorre estas vias, contempla uma paisagem fundamentalmente agrícola, onde predominam as culturas temporárias de sequeiro, na qual a ramada de bordadura, os muros de pedra seca e os espigueiros tradicionais, contribuem para o deleite e o enriquecimento da experiência de quem as percorre. As bouças de pinheiro bravo alternam com as folhosas, das quais algumas constituem manchas expressivas de vegetação autóctone, e ocupam as zonas de meia encosta desta subunidade de paisagem, formando, com o carácter do vale do rio Coura e da ribeira da Codeceira, um conjunto de imagens diversas e de elevada qualidade cénica (figura 23).

Figura 23 - A habitação na meia encosta; O milho, as pastagens e a ramada nas várzeas do Coura. EN 201. Subunidade de paisagem 2 | Várzea do Coura e Ribeira da Codeceira



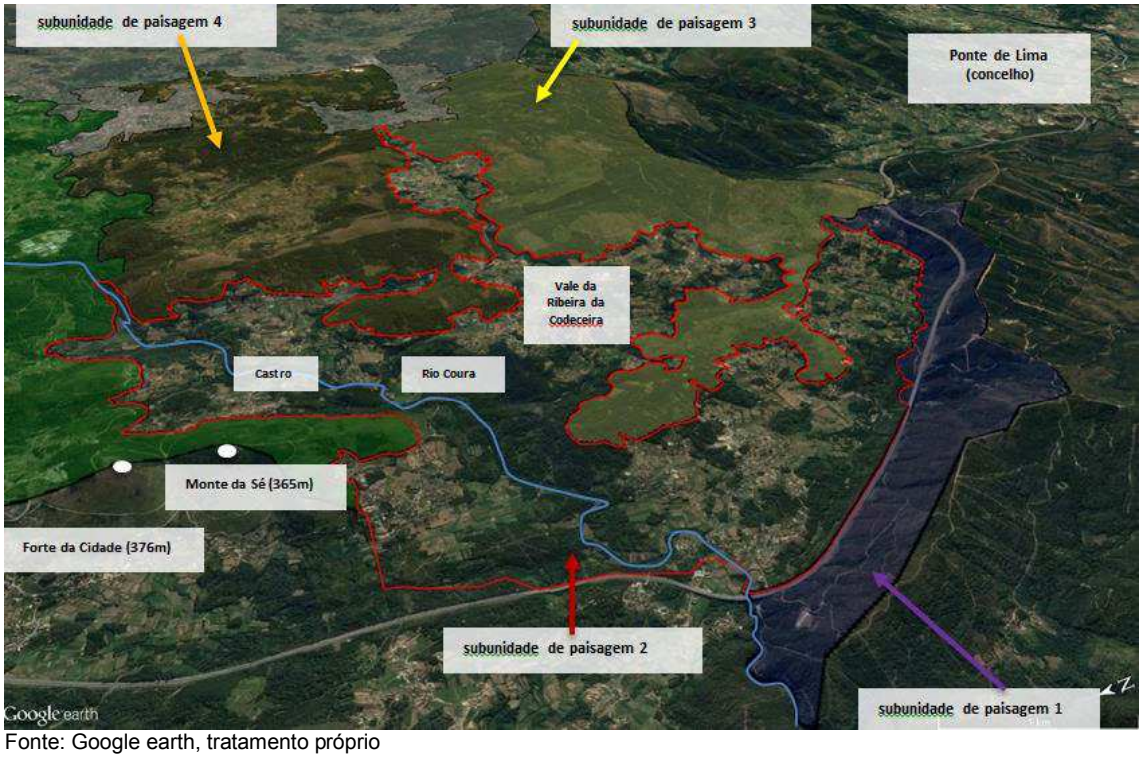
Fonte: Google earth, tratamento próprio

A vegetação, que ora ladeia o percurso, ora desaparece, contribui para aumentar a diversidade da experiência e para criar diferentes oportunidades de expansão visual (figura 24). A contemplação da paisagem é enriquecida pelas ligações visuais, estabelecidas com outras subunidades de paisagem, tais como a subunidade de paisagem 1 (Serras do Lousada e do Formigoso), 3 (Montes de Travanca), 4 (Encostas Sul do Vale do Coura), 5 (Encostas Norte do Vale do Coura) e 6 (Granitos de S. Silvestre), conforme se pode observar na figura 30.

Figura 24 - A influência da vegetação ao longo do percurso da EN 301 (Outeiro - Caselhos). O seu papel na percepção das vistas

Fonte: Google earth, tratamento próprio

Figura 25 - Subunidade de paisagem 2 | Várzea do Coura e Ribeira da Codeceira



Fonte: Google earth, tratamento próprio

Quem percorre a EN201, partindo de Cossourado, tem a oportunidade de contemplar a galeria ripícola, bem desenvolvida, do rio Coura (figura 26), com predominância de freixos e amieiros, cuja alternância de cores e texturas, a par da ocupação agrícola e humana contribui, ao longo do percurso, para elevar a qualidade estética desta subunidade de paisagem. Destacam-se, ainda, os elementos patrimoniais, como por exemplo a Igreja de S. Pedro de Rubiães (figura 27) ou os muros de pedra seca (figura 28) enquanto elementos construídos, valorizadores do percurso. Ao nível da subunidade, importa anotar que, alguns apoios agrícolas, a instalação da rede eléctrica e a substituição de espigueiros tradicionais, por outras construções de muito

baixa qualidade, acabam por se evidenciar como dissonâncias paisagísticas, roubando beleza ao cenário. (figura 29).

Figura 26 - Galeria ripícola do rio Coura. Várzea aluvionar

Fonte: Google earth, tratamento próprio

Figura 27 - Igreja de São Pedro de Rubiães

Fonte: Google earth, tratamento próprio

Figura 28 - O muro de pedra seca. O espigueiro

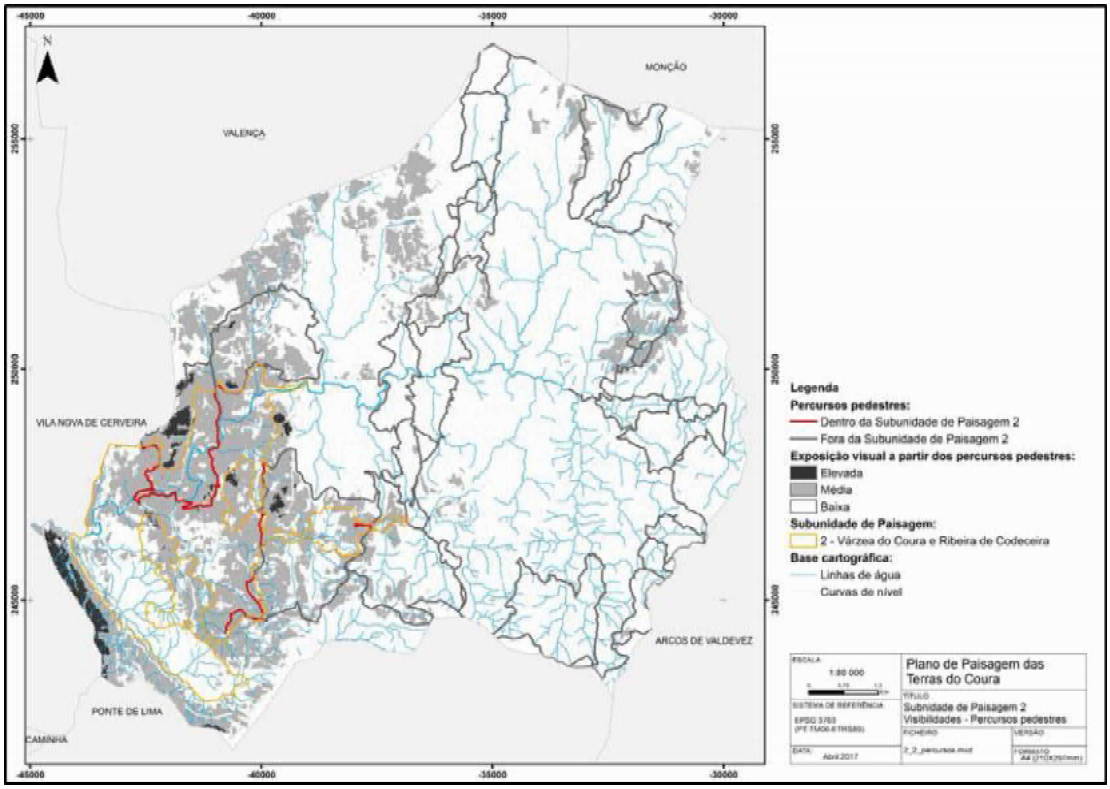
Fonte: Google earth, tratamento próprio

Figura 29 - O impacte das estruturas eléctricas

Fonte: Google earth, tratamento próprio

Outra forma de conhecer esta subunidade de paisagem, é através dos percursos pedestres existentes, que a cruzam: o PR02 «Trilho Chã da Burra», o PR07 «Trilho Aquilino», o PR08 «Trilho dos Miliários» e o PR09 «Trilho dos Combatentes». Dos troços destes quatro percursos, que atravessam, em um ou outro ponto, esta subunidade, destacam-se, pela diversidade de paisagens e de valores naturais ou arquitectónicos que se podem observar e contemplar e pela média exposição visual que apresentam, o PR07 - «Trilho Aquilino» e o PR08 - «Trilho dos Miliários».

Figura 30 - Visibilidades a partir dos percursos pedestres – subunidade de paisagem 2 | Várzea do Coura e ribeira da Codeceira

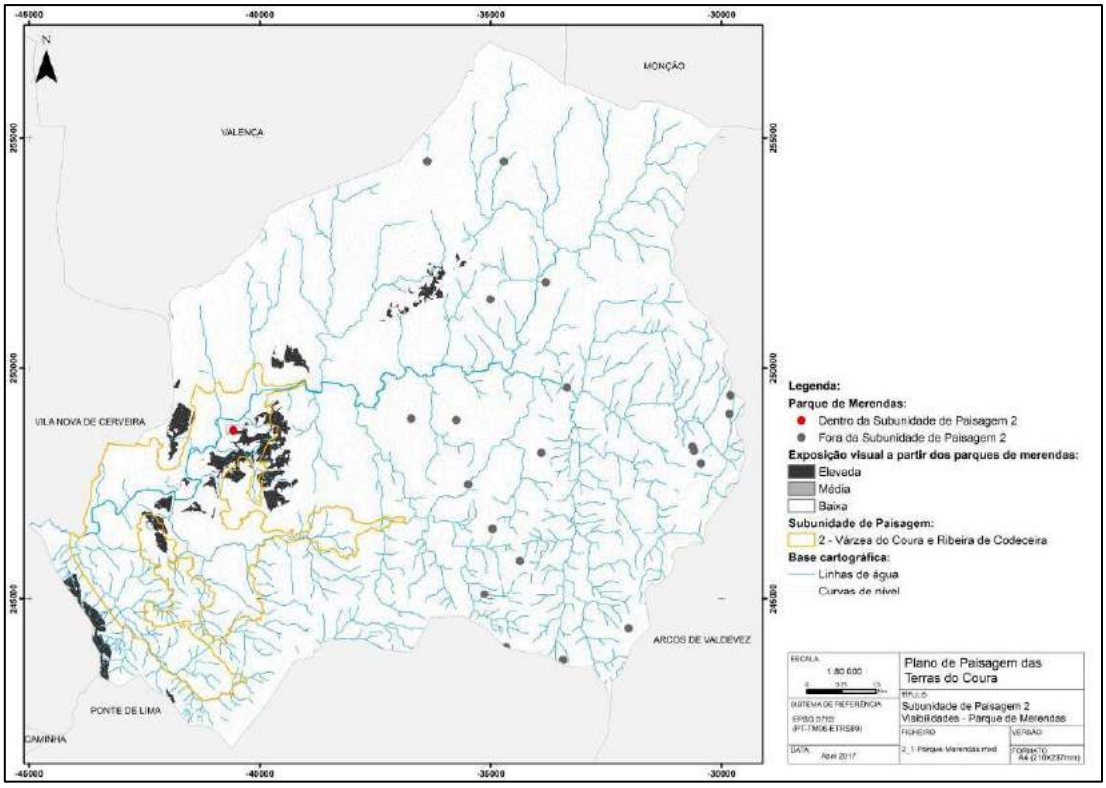


Na subunidade 2, o PR07 - «Trilho Aquilino», inicia-se na Casa Grande, onde Aquilino Ribeiro viveu e segue em direcção ao lugar de Boavista, onde a presença dos moinhos contribui para o enriquecimento e leitura da bela paisagem agrícola. A sua composição parcelar e sequencial, articulada com os afluentes da ribeira de Codeceira, contribuem para uma percepção favorável da estrutura desta paisagem. Entre Breia (Agualonga), Carvalhido e Trulhe, os muros, os moinhos, as árvores e os arbustos, complementam e enriquecem a composição de cada lameiro. Destaca-se, ainda, neste trilho, a existência de uma mata de carvalhos, cedros e pseudotsugas. O trilho encontra-se inoperacional nos troços florestais e há uma generalizada falta de sinalética ao longo do seu curso.

No que diz respeito ao PR08 - «Trilho dos Miliários», parte do lugar de Antas, onde é possível observarem-se os marcos miliários, da via militar romana XIX. É no momento em que o trilho acompanha o percurso do rio Coura, ao longo da galeria ripícola, ladeada por campos agrícolas nos quais os canais de água vão servindo a sua função, que o observador pode contemplar a parte do percurso com maior interesse paisagístico e qualidade cénica. Após o atravessamento da ponte dos Caniços, podem ver-se a Igreja Românica de Rubiães, bem como a Ponte Romano-Medieval, cuja paisagem envolvente (mata e lameiros) nos transportam para uma ruralidade bucólica. A vivência dos percursos de água que se vão descobrindo, dos elementos vegetais e arquitectónicos que com eles se combinam e do próprio rio, relembram-nos, por vezes quase com êxtase, que estamos na presença de uma paisagem viva e produtiva. Importa, ainda, lembrar aqui, que parte deste trilho é coincidente com o Caminho de Santiago. O trilho encontra-se inoperacional nos troços florestais e há uma generalizada falta de sinalética ao longo do seu curso.

Na freguesia de Rubiães, no lugar de Chão, existe um parque de merendas no Jardim do Largo da Chão, localizado à cota dos 200 metros, a partir do qual se pode contemplar a paisagem agrícola e florestal circundante. Como se constata na figura seguinte, este local, embora não permita observar, senão uma pequena área, tem uma elevada exposição das áreas contempladas, em especial sobre os lameiros de um afluente do rio Coura e sobre o Monte da Costa, Monte de Cima (ambos pertencentes à subunidade 4) e sobre o Monte da Sé (subunidade 5).

Figura 31 - Visibilidades a partir dos parques de merendas – subunidade de paisagem 2 | Várzea do Coura e ribeira da Codeceira



- Avaliação da paisagem (Análise SWOT)

Factores Internos – Pontos Fortes
- Paisagens diversificadas com valores naturais, patrimoniais e paisagísticos que permitem a criação de percursos pedestre novos (ligação entre Romarigães, Veiga do Monte, Sabariz, Ribeirinho, caniços e Antas); - Existência de vários pontos de observação da paisagem; - Existência de áreas/percursos de elevada exposição visual; - Existência de *habitats* com potencial idêntico ou superior aos integrados na rede natura 2000; - Manutenção da vegetação ribeirinha em alguns troços da rede hidrográfica local; - Existência de um corredor natural (rio coura); - Existência de geodiversidade, conferindo valor estético à paisagem; - Elevada densidade e distribuição homogénea da rede hidrográfica; - Multiplicidade de vestígios/indícios arqueológicos transversais a um amplo período cronológico; - Conservação do traçado da Via XIX e do Caminho de Santiago; - Existência de vestígios/ indícios arqueológicos conotados com rituais de morte da fase final da Pré-história; - Preservação de alguns núcleos históricos; - Preservação de algumas habitações de provável origem medieval; - Preservação de alguns exemplares de casas-pátio e casas-sobradadas, integráveis na Idade Moderna e Contemporânea;

- Abundância e diversidade de património etnográfico (alguns muros e divisórias da propriedade);
- Preservação da maior parte da toponímia de origem medieval;
- Continuidade das técnicas tradicionais na construção dos espigueiros actuais;
- Existência de um vasto património com possibilidade de recuperação para fins turísticos;
- Produtos agrícolas e artesanais locais/regionais;
- Elevado potencial agrícola para cereais de pragana;
- Elevado potencial para produção de carne em regime extensivo;
- Existência de praias fluviais;
- Relação forte de identidade da população com o rio Coura.

Factores Internos – Pontos Fracos
- Surgimento de novas construções isoladas em meio agrícola; - Descaracterização e abandono de maior parte das unidades de transformação agrícola e florestal (moinhos, serrações e pisão); - Núcleos/aldeias/aglomerados com interesse histórico/paisagístico em ruina ou descaracterizados; - Descaracterização dos vestígios mais antigos ao longo de eixos viários actuais; - Avanço de infestantes lenhosas; - Abandono das antigas práticas agrícolas locais; - Ausência de redimensionamento das explorações agro-pecuárias; - Descaracterização dos apoios agrícolas (materiais utilizados), sem qualidade arquitectónica; - Má sinalização (insuficiente) do património local; - Sinalética deficitária em alguns percursos pedestres; - Mau estado de conservação da sinalética; - Falta de qualidade estética de algum mobiliário urbano (ex.: paragens de autocarro, contentores do lixo etc.; - Má integração na paisagem dos *rails* de protecção das várias estradas locais; - Surgimento de pequenas áreas de deposição de lixo; - Ausência de Miradouros que possibilitem a leitura da Paisagem; - Falta de painéis informativos sobre a estrutura e dinâmica da paisagem.

Factores Externos - Oportunidades
- Valorização do Caminho de Santiago, enquanto elementos de valorização à escala regional; - Aumento da procura de actividades ligadas à natureza (*treking*, BTT, caminhadas, *geocaching*, *trails*, observação de aves, etc.); - Contexto geográfico da bacia do rio Coura, que facilita uma intervenção no âmbito da fitotecnia (contra espécies invasoras); - Grande procura dos "Caminhos de Santiago" e via romana, que poderá potenciar a divulgação de outros sítios/vestígios, com valor histórico e arqueológico, dinamizando o turismo local e regional;; - Aumento da procura turística pela geodiversidade (visitação); - Aumento da procura pelos "produtos da terra" (bio, DOP, outros); - Certificação ambiental no sector turístico (ex.: *Biosphere* hotel).

Factores Externos - Ameaças
- Disponibilidade de maquinaria pesada para as actividades agro-silvícolas; - Incêndios com grande influência na paisagem; - Abandono de práticas ancestrais de silvicultura e agricultura; - Falta de orientação para a recuperação do património edificado; - Escassa sinalização do património arquitectónico, arqueológico e etnográfico; - Dinâmica urbanística e consequente infra-estruturação do território; - Aumento da pressão sobre os recursos hídricos; - Intensificação das actividades de recreio e lazer; - Ocorrência de Alterações climáticas.

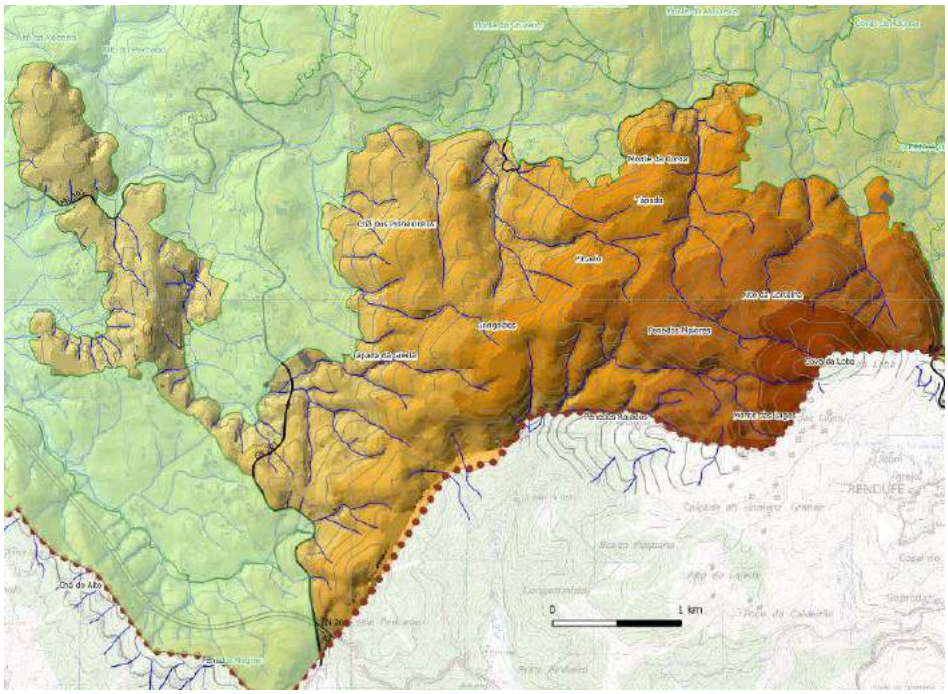
III – MONTES DE TRAVANCA

Área = 1321 ha
População Residente em 2011 = 15 hab.
Freguesias abrangidas = Freguesia de Agualonga; Freguesia de Coura; Freguesia de Cunha; Freguesia de Romarigães; Freguesia de Rubiães.

Legenda

Classes hipsmométricas (metros)
- 95 - 182
- 182 - 269
- 269 - 356
- 356 - 443
- 443 - 531
- 531 - 618
- 618 - 705
- 705 - 792
- 792 - 880

Edificado
Linhas de água
Limites do Concelho



Traços distintivos – Elementos individualizadores e caracterizadores do perfil e identidade

- Tem uma variação altimétrica entre os 200m e os 700m, numa área de serra com afloramentos rochosos;
- Concentra grande parte da área concelhia dedicada à floresta de produção, sobretudo pinheiros e eucaliptos, que coexistem com extensas áreas de matos;
- Delimita a bacia hidrográfica do rio Coura, nela ocorrendo importantes cabeceiras de linhas de água;
- Nas cotas mais altas dominam os baldios;
- A primeira ocupação humana remonta à Pré-história recente;
- Inúmeros valores etnográficos da Idade Moderna e Contemporânea;
- Muito escassa ocupação humana

Organização e dinâmica actuais da paisagem

Esta subunidade, de paisagem serrana, com uma média dimensão, apresenta uma variação altimétrica entre os 200m e os 700m, onde se concentra grande parte da área concelhia de floresta de produção, sobretudo pinheiros e eucaliptos, que coexistem com abundantes áreas de matos. Nesta subunidade, que delimita a bacia hidrográfica do rio Coura, existem importantes cabeceiras de linhas de água, das quais resulta uma densa rede hidrográfica, temporária ou permanente, conforme os casos, e superficial.

A sua litologia é caracterizada pela alternância do complexo xisto-migmático, com o granito alcalino de grão médio - predominante nas cotas inferiores- e pela existência de filões de microdiorito quartzífero. A área designada por Monte da Coroa é constituída por granitos calco-alcalinos porfiróide de grão grosseiro. Em termos geomorfológicos, esta subunidade é composta por dois sectores: um a noroeste, onde predominam os declives intermédios e os topos aplanados e um outro situado no centro-este, onde predominam declives, de acentuados a intermédios, com vários níveis de topos aplanados.

Relativamente à geodiversidade, foram identificadas quatro áreas, classificadas como *hotspots*, próximas dos lugares de Azenha do Ribeiro, Gongolães, Lisouros e Alto da Cortelha. De entre os sectores com menor índice de geodiversidade destacam-se as áreas próximas dos lugares de Agualonga e Penedos Maiores.

A terra para uso agrícola é praticamente inexistente, dominando os solos pouco férteis, de materiais não consolidados e maioritariamente úmbricos, que alternam com afloramentos rochosos. A aptidão do solo é essencialmente florestal, marginal nas cotas superiores e moderada a elevada, nas cotas inferiores.

O solo é ocupado por extensas áreas de pinheiro bravo, que cobrem 34% do total do território da subunidade, ocupando a floresta mista de pinheiro bravo e eucalipto, bem como a vegetação arbustiva baixa, cerca de 15% cada, desse mesmo território. A proximidade do sector sudoeste do corredor de luz, resultante da implantação da auto-estrada A3, tem facilitado a disseminação de espécies exóticas como a austrália (*Acacia melanoxylon*), a acácia mimosa (*Acacia podalyriifolia*) e a háquea picante

(*Hakea sericea*), entre outras. Os fogos florestais, na medida em que deixam o solo descoberto com a presença de um enorme banco de sementes, têm contribuído para potenciar a disseminação destas infestantes.

Apesar de se encontrarem ainda alguns carvalhos, a mancha de carvalhal "puro" é, aqui, a mais baixa de todas as subunidades de paisagem do concelho, correspondendo apenas a 2% da existência total de carvalhos em Paredes de Coura. Potencialmente, o carvalhal termocolino com sobreiro será substituído pela série do carvalhal colino (*i.e.* sem elementos mais termófilos) nas áreas de maior altitude. No que concerne à demais vegetação arbórea, dominam os povoamentos de exóticas sem valor ecológico.

Uma vez que o povoamento humano é residual e constituído por edifícios isolados, a densidade populacional é muito baixa: em 2011 havia registo de 15 residentes, com idades compreendidas entre os 25 a 64 anos, ocupando parte dos 10 edifícios existentes, localizados nas áreas de transição para as subunidades vizinhas. Estes parcos edifícios datam, basicamente, da década de 1961 a 1970, tendo 10% sido construídos em alvenaria de granito.

- Evolução histórica da paisagem

Na antiguidade, a ocupação dominante terá passado pelo bosque atlântico, entretanto abatido e queimado, para a produção de clareiras, destinadas à pastagem e à sementeira de cereais (trigo nas cotas mais baixas e aveia, cevada e centeio nas mais altas). O uso sistémico do fogo, em ciclos cada vez mais curtos, terá provocado o desaparecimento, quase total, da vegetação arbórea original onde predominariam os carvalhos, o sobreiro, o castanheiro e, nas bolsas com solo um pouco mais profundo, junto às linhas de água, os choupos (*Populus sp.*) e as bétulas (*Betula pubescens*), entre outras espécies.

A presença humana, dos tempos mais remotos, deixou marcas evidentes nesta paisagem, de entre as quais se destacam três monumentos megalíticos, no Picão, na Portela e na Portela Pequena, implantadas entre os 400m e os 500 m de altitude, alguns dos quais podem datar do calcolítico.

Da Idade do Ferro existem três assentamentos: o Povoado da Cidade Murada, o Povoado de Romarigães e o do Alto da Madorra, sendo o primeiro um povoamento em altitude e os outros dois, povoamentos em zonas de vale. O povoado de Romarigães é distinto de todos os outros povoados da área de estudo, pelo sistema defensivo que apresenta, com um torreão implantado na área mais elevada.

Com a romanização, nas cotas mais elevadas, onde o solo já estaria muito delgado, na sequência de séculos de erosão, e a capacidade de retenção de água muito diminuída, a paisagem evoluiu para a pastagem permanente, alternada com matos e afloramentos rochosos.

Só voltarão a encontrar-se vestígios de ocupação humana nesta subunidade, a partir do século XVIII, época de que são datadas as estruturas de moagem, que ladeiam pequenos cursos de água e, de entre as quais, se destaca um moinho de cubo, pelo seu bom estado de conservação, localizado em Romarigães, nas proximidades da EN 201 (M175).

Durante quase dois mil anos, estas áreas foram fundamentais para produção de matos, então imprescindíveis, para a preparação da cama dos animais e a produção de estrume. Este, por sua vez, esteve na base da melhoria da fertilidade dos solos das várzeas adjacentes, utilizados para a produção de cereais, trigo e milho painço até à Idade Média e, milhão e batata, até à actualidade. O gado que percorre esta subunidade, é composto, sobretudo, por vacas e garranos, em regime de vagueação; porém, o coberto arbóreo actual torna as pastagens pouco interessantes para a produção pecuária.

As áreas com boa aptidão florestal acabaram por ser arborizadas com pinheiro bravo (*Pinus pinaster*), em meados do século XX, e com eucaliptos (*Eucalyptus globulus*), a partir de 1976, após o retorno dos baldios à gestão das comunidades locais.

- Valores na paisagem – Principais Valores Presentes

1. Valores naturais e ecológicos

Os valores naturais, identificados nesta subunidade, correspondem a um parte da linha do festo principal, que delimita a metade sul do concelho, dominada por importantes e extensas cabeceiras de linhas de água e às quatro áreas de elevada geodiversidade, classificadas como *hotspots*, nos lugares de Azenha do Ribeiro, Gongolães, Lisouros e Alto da Cortelha.

2. Valores produtivos

Nesta subunidade predomina a aptidão florestal, sendo a sua exploração, a actividade económica mais representativa na área. A grande extensão de pinhal permitiu, recentemente, um incremento significativo da actividade extractiva de resina, dando emprego à população vizinha desta subunidade (cerca de 20 pessoas), sobretudo das freguesias de Cunha e de Agualonga. Com uma produção de cerca de 60 mil bicas de resina, esta actividade potencia a redução do risco de incêndios florestais, na medida que a presença dos resineiros funciona como dissuasora de eventuais actos de piromania.

Foto 4 - Extracção de resina

Avistam-se, nesta subunidade, algumas colmeias, quer nas áreas agrícolas quer no pinhal, mas em número muito inferior ao do seu potencial de produção.

Com uma zona de caça que abarca a totalidade desta paisagem, integra uma área com fortes potencialidades cinegéticas. As espécies presentes são, genericamente, as mesmas que podemos encontrar em todo o concelho, como o coelho (abundante), o

pombo bravo (frequente), a perdiz (frequente), a raposa (frequente) e, ainda, animais silvestres de caça maior, como o javali (frequente) e o corço. Constitui um excelente *habitat* para estas duas últimas espécies, bem como para o tordo, a rola e o pombo.

As áreas envolventes do Couto do Ouro e da Travanca têm potencial de exploração dos recursos geológicos, razão pela qual se encontram afectadas a essa categoria, no PDM de Paredes de Coura.

3. Valores culturais, simbólicos e de habitação

Para além dos parcos vestígios megalíticos e do Povoado da Idade do Ferro, conhecido como Cidade Murada, são os inúmeros moinhos de rodizio à pela, muito comuns em toda a área de estudo, que marcam este território.

Os topónimos “Alto da Cidade”, “Alto da Cortelha”, “Couto de Ouro”, “Vale”, “Portela”, “Chã” e “Penedos Maiores” são reflexo do valor cultural e estético dado a vários elementos da geodiversidade local. Anote-se, a propósito, que o topónimo “Penedo da Cidade” foi identificado durante uma das sessões de participação pública, facto que demonstra o valor identitário destes elementos geológicos. Os limites mais elevados desta subunidade correspondem às “paredes”, que envolvem a parte da metade sul da bacia hidrográfica do rio coura.

Enquanto elementos simbólicos a destacar nesta subunidade, são de realçar, ainda, os antigos caminhos dos pastores, que, apesar de terem vindo a perder a sua marca na paisagem, persistem na memória das populações que deles se serviam.

4. Valores estéticos

Os valores estéticos a anotar, nesta subunidade de paisagem, correspondem aos blocos de caos graníticos, presentes no limite sul e ao manto verde, criado pela extensa ocupação florestal.

- Principais estradas e pontos de observação e fruição da paisagem

Esta subunidade de paisagem não apresenta percursos, viários ou pedestres, cuja qualidade cénica seja relevante. Há uma predominância de áreas florestais de pinheiros e eucaliptos, alternadas com áreas de matos e de afloramentos rochosos, mas, globalmente, apresentem uma média exposição visual (figura 33 e 34). Além de ser atravessada por um troço da EN201 é, também, cruzada pelos PT07 - «Trilho Aquilino», PR09 - «Trilho dos Combatentes» e GR17 - «Travessia Alto Coura», os quais, no entanto, se apresentam inoperacionais na maior parte dos respectivos percursos.

Figura 32 - A vegetação ao longo do percurso viário

Fonte: Google earth, tratamento próprio

Figura 33 - Visibilidades a partir da rede viária – subunidade de paisagem 3 | Montes da Travanca

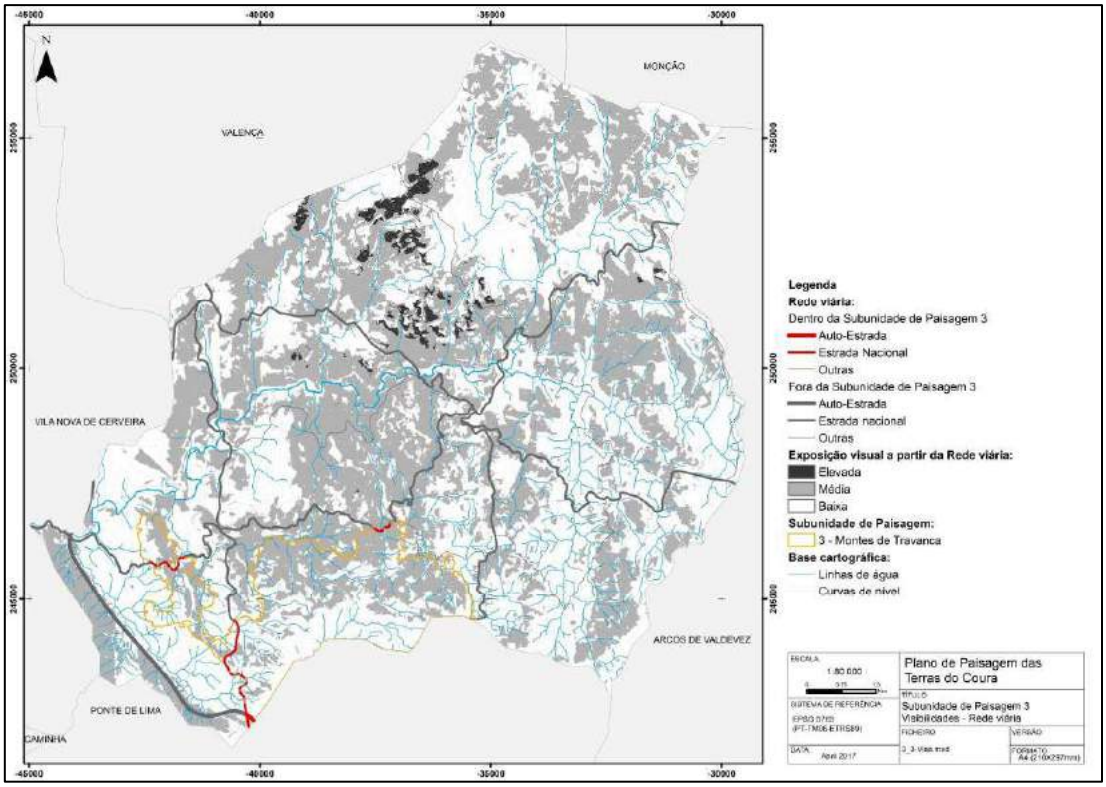
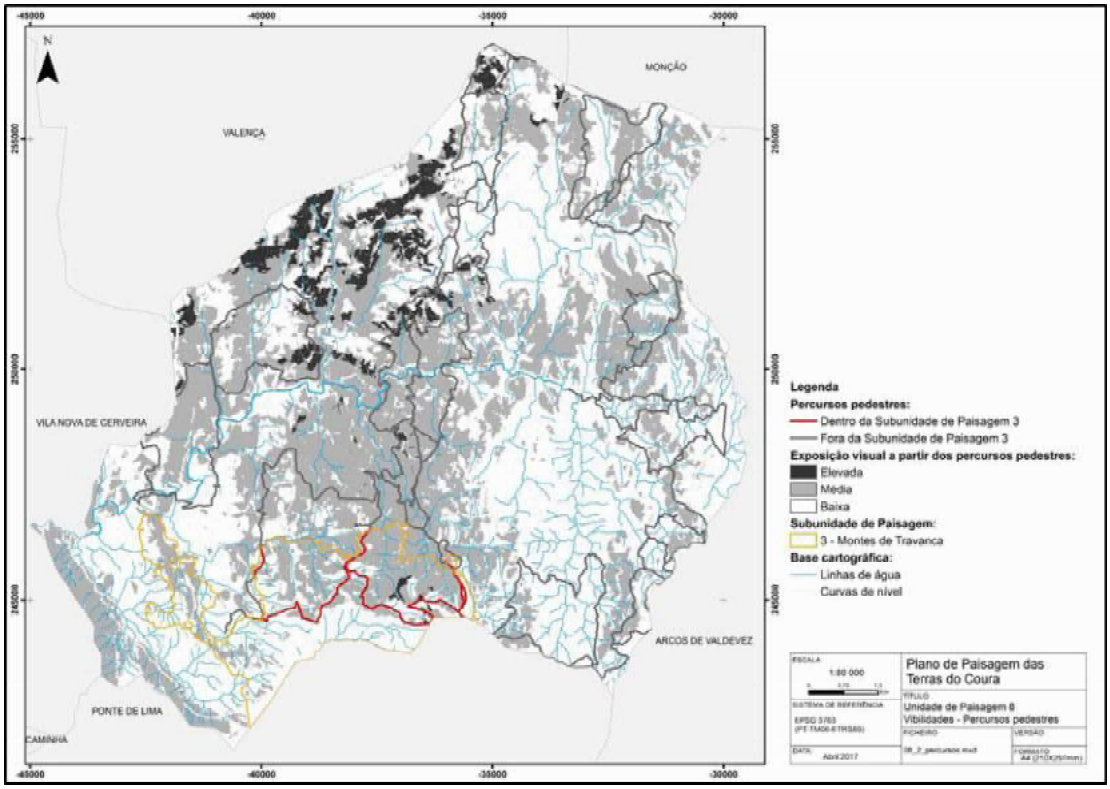
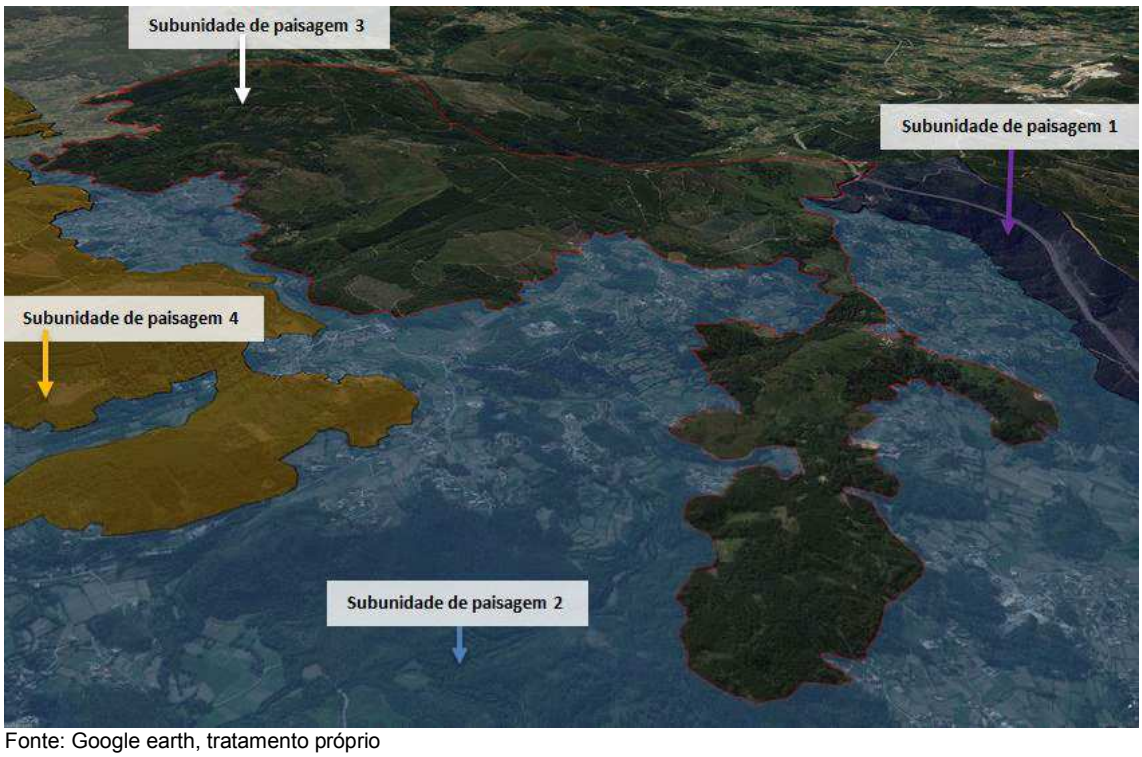


Figura 34 - Visibilidades a partir dos percursos pedestres – subunidade de paisagem 3 | Montes da Travanca



Face ao relevo pronunciado, esta subunidade apresenta relação visual com todas as outras subunidades de paisagem, excepto a subunidade 9 (Vila de Paredes de Coura). Com elevada expressão orográfica no território concelhio, e uma enorme presença visual, é manifesta a necessidade de se criarem equipamentos de apoio à contemplação da paisagem.

Figura 35 - Subunidade de paisagem 3 | Montes da Travanca



Fonte: Google earth, tratamento próprio

- Avaliação da paisagem (Análise SWOT)

Factores Internos – Pontos Fortes
- Recursos geológicos significativos; - Baixo nível de exploração dos recursos geológicos; - Elevada densidade e distribuição homogénea da rede hidrográfica; - Aposta na apicultura, ainda que incipiente; - Existência de vestígios/indícios arqueológicos conotados com rituais de morte da Pré-história recente; - Manutenção, em algumas zonas, da paisagem rural antiga, definida pelo parcelamento e estruturas de pedra seca; - Vestígios arqueológicos, referentes ao povoamento na Idade do Ferro, relativamente bem preservados; - Conservação do traçado da Via XIX e do Caminho de Santiago; - Existência de trilhos pedestres.

Factores Internos – Pontos Fracos
- Florestação de cumeadas, com recursos a lavras florestais; - Produção florestal intensiva; - Densidade de giestais e codeçais como resultado da falta de gestão; - Falta de balização de percursos pedestres/viários, facilitando o pisoteio e degradação da vegetação e geodiversidade; - Avanço de infestantes lenhosas; - Falta de Miradouros de Leitura da Paisagem; - Insuficiência na manutenção dos trilhos, impossibilitando, por vezes, o seu percurso; - Mau estado de conservação da sinalética;

- Surgimento de pequenas áreas de deposição de lixo;
- Descaracterização e abandono de maior parte das unidades de transformação agrícola (moinhos);
- Falta de preservação dos valores culturais existentes.

Factores Externos - Oportunidades
- Aumento da procura de actividades ligadas à natureza (*treking*, BTT, caminhadas, *geocaching*, *trails*, observação de aves, etc.); - Contexto geográfico da bacia do rio Coura, facilita uma intervenção no âmbito da fitotecnia (contra espécies invasoras); - Reformulação das políticas florestais (a decorrer); - Aposta no aproveitamento da biomassa; - Aumento da procura de "produtos da terra" (bio, DOP, outros).

Factores Externos - Ameaças
- "Eucaliptização" generalizada, com influência na geodiversidade, solos e vegetação; - Risco de incêndio; - Incêndios com grande influência na paisagem; - Aumento do período (meses) propício aos incêndios florestais; - Disponibilidade de maquinaria pesada para as actividades agro-silvícolas; - Abandono de práticas ancestrais de silvicultura e agricultura; - Aumento da pressão sobre os recursos hídricos; - Intensificação das actividades de recreio e lazer; - Ocorrência de alterações climáticas.

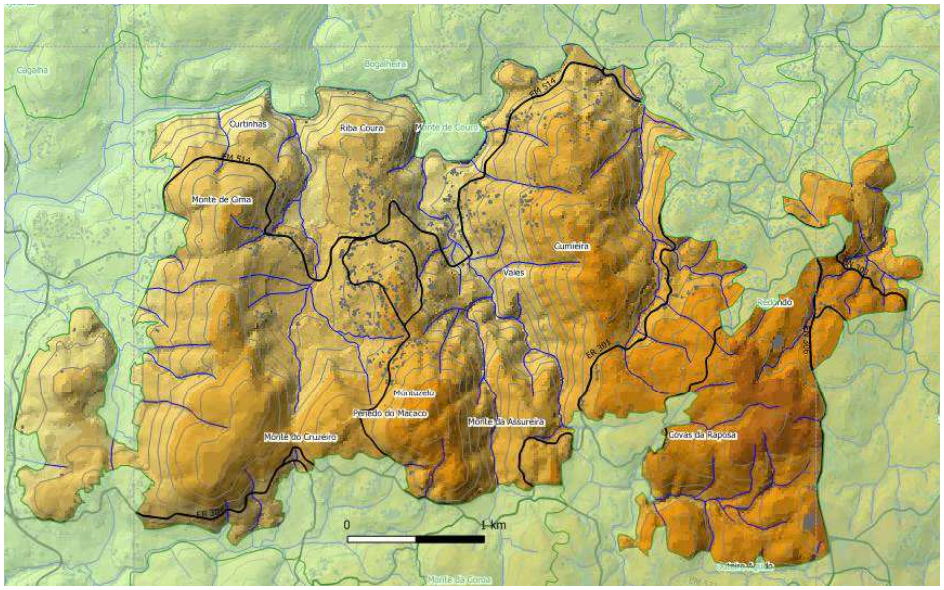
IV – ENCOSTAS SUL DO VALE DO COURA

Área = 1452 ha
População Residente em 2011 = 527 hab.
Freguesias abrangidas = Freguesia de Agualonga; Freguesia de Castanheira; Freguesia de Cunha; Freguesia de Formariz; Freguesia de Infesta; Freguesia de Paredes de Coura, Freguesia de Resende; Freguesia de Rubiães.

Legenda

Classes hipsmométricas (metros)
- 95 - 182
- 182 - 269
- 269 - 356
- 356 - 443
- 443 - 531
- 531 - 618
- 618 - 705
- 705 - 792
- 792 - 880

Edificado
Linhas de água
Limites do Concelho



Traços distintivos – Elementos individualizadores e caracterizadores do perfil e identidade

- As encostas desenvolvem-se entre cotas próximas dos 200 m, junto ao rio Coura, e perto dos 600 m de altitude, em algumas cumeeiras;
- Paisagem com um relevo ondulado, em função das linhas de festo, com orientação transversal ao rio Coura.
- Encostas graníticas e de xisto, onde predominam os campos agrícolas (15%) e as áreas florestais de produção são dominantes (35%, acrescidos de 18%, em mosaico com carvalhal);
- Grande ocorrência de incêndios florestais;
- Com ocupação humana permanente desde o calcolítico até à actualidade, não apresenta, porém, vestígios muito significativos, de qualquer das épocas;
- Apesar de ser mais expressivas do que na Idade Média, as estruturas do povoamento do século XVIII/XIX também são pouco significativas;
- A ocupação humana concentra-se em lugares, situados na envolvente das EM 514 e 1072, numa área central da subunidade;
- Os valores etnográficos concentram-se nas imediações dos lugares e ao longo da Ribeira das Poldras;

Organização e dinâmica actuais da paisagem

Esta subunidade, de média dimensão, insere-se totalmente nos limites do concelho. Caracteriza-se pela sua sequência de serras, com orientação norte/sul, de baixa altitude (entre os 300m e os 500 m), alternadas com vales, que drenam esta área na direcção da margem esquerda do rio Coura.

O substrato geológico é caracterizado, essencialmente, por rochas ígneas, sendo a sua metade oriental constituída por granito calco-alcalino porfiróide de grão grosseiro. A metade ocidental é alternada por granito alcalino de grão médio, granodioritos e pelo complexo xisto-migmático, em áreas que vão, desde as cotas mais elevadas do Monte da Costa, em Rubiães, até Tarrio e Jancide e entre Roriz e Freixoeiro, em Infesta. É constituída por dois sectores diferenciados, em termos geomorfológicos: um sector, a este (Regadas), onde predominam os declives intermédios; e um outro, no centro-Oeste, onde predominam os declives acentuados, no sentido Norte/Sul, seguidos de declives intermédios e topos aplanados e fundos planos, também com orientação norte/sul.

No que respeita à geodiversidade, são de assinalar três locais de elevado valor (*hotspots):* em redor dos lugares de Curtinhas, Tarrio e a oeste do lugar de Justo. Representando áreas com um índice de geodiversidade reduzido a muito reduzido, encontram-se as áreas na envolvente do Monte da Costa, de Montuzelo, Monte de Cima e Maceira/Maiados.

Aqui os solos agrícolas são, essencialmente, antrossolos (cumúlicos dístricos), os regossolos (dísticos ou úmbricos órticos) aparecem em muito menor quantidade, existindo, ainda, pequenas áreas de fluvissolos dístricos médios, numa área reduzida, a nordeste da subunidade, junto ao rio Coura. Estes tipos de solo têm uma aptidão elevada para a agricultura, apresentando a restante área da subunidade, solos com aptidão agrícola, entre marginal e moderada. Os solos sem aptidão agrícola apresentam uma aptidão florestal, que varia de marginal, no cabeço da Mourela e parte do Penedo do Macaco, a moderada e elevada, no restante território.

Os usos do solo alternam entre as culturas anuais, nos fundos dos vales das linhas de água, perpendiculares ao rio Coura e junto aos aglomerados populacionais e as áreas florestais, nas vertentes e topos das elevações, onde predominam os pinhais e eucaliptais. As áreas urbanas correspondem, nesta subunidade, sensivelmente, a 6% da ocupação do solo.

Enquanto paisagem silvo-agrária, o que resta dos bosques naturais encontra-se, sobretudo, em mosaicos, que alternam com floresta de produção. Ainda assim, com o abandono de certas áreas, alguns vales viram aumentar a área de carvalhal (a COS 2007 refere 7,6% de área de carvalhal nesta subunidade). Nesta subunidade é possível, aliás, a ocorrência as três séries de carvalhais definidas neste Plano de Paisagem, para o território concelhio: para Oeste e nas cotas mais baixas, o carvalhal com sobreiro; para o interior e nas cotas mais elevadas é possível, teoricamente, um carvalhal colino e nos sopés das encostas, nomeadamente, do vale do Coura e nos vales do Poldras, Sequeirô e Fundão há, ainda, claras condições para a associação do carvalhal com a aveleira.

Os principais lugares habitacionais distribuem-se ao longo das EM 514 e 1072, que ligam a vila de Paredes de Coura a Tarrio, e de um eixo perpendicular secundário, de Jancide a Roriz, na EM 514. Os lugares existentes distribuem-se por cotas variadas e são compostos, sobretudo, por habitações agrícolas dispersas, como é visível em Balsa, Freixoeiro, Roriz e Tarrio. O povoamento urbano expandiu-se, ainda, para a periferia da vila e da EN 306, provocando uma frente urbanizada, quase contínua, por diversos lugares novos.

As habitações mais antigas, maioritariamente de dois pisos e origens diversas, distribuem-se pelas três tipologias dominantes no concelho: a habitação rectangular, a habitação em «L» com frente de rua e a habitação em «L» curto. São, na sua maioria, de granito e têm, como base, antigos assentos de lavoura.

Com uma densidade populacional inferior à média registada no concelho, abaixo dos 40 hab/km^2, residiam nesta subunidade, em 2011, 527 indivíduos - mais 21 do que em 2001, o que revela uma população estabilizada. No que concerne aos níveis etários, à data, estavam contabilizados 158 residentes com mais de 65 anos, enquanto a

população com menos de 15 anos totalizava, apenas, 67 indivíduos, calculando-se um índice de envelhecimento de 235%. A classe etária entre os 25 e os 64 anos é a mais representativa, com 253 residentes, dos quais, 60% trabalha no sector terciário e 35%, no sector secundário.

A densidade do edificado é de 26,4 edifícios por hectare, perfazendo um total de 383 edifícios. Construídos, maioritariamente, na década de 80 do século XX, 40% deles apresentam estrutura em alvenaria de granito.

Os núcleos populacionais concentram-se sobretudo na proximidade da EM 514, de Pereirada a Tarrio, e num eixo perpendicular secundário, de Jancide a Roriz, com tendência a expandir-se, na última década, ao longo da EN 306, na periferia sul da Vila de Paredes de Coura.

- Evolução histórica da paisagem

Apesar dos elementos estruturais do povoamento serem relativamente escassos, esta subunidade foi ocupada, de forma contínua, desde o calcolítico até aos nossos dias.

Os vestígios do calcolítico resumem-se aos restos de cultura material de Montuzelo 1, não tendo sido identificada nenhuma estrutura habitacional dessa época. Da Idade do Bronze, pelo contrário, há registos de ocupação humana, que se terá estendido até ao Povoado de Montuzelo 2, formando uma extensa área de ocupação.

Para além de Montuzelo, o povoamento da Idade do Bronze, nesta subunidade, ter-se-á verificado em mais três locais: Vales, Assureira e Irijó. As informações acerca destes povoados são escassas, quer quanto à sua estrutura, quer quanto à organização, sendo certo, porém, que se manterão ocupados até ao final da Idade do Ferro. A continuidade da ocupação destes locais durante a Idade do Ferro, onde a cultura material pressupõe uma ocupação mais intensiva e duradoura, é, aliás, manifesta.

Apesar de Montuzelo 2 apresentar sinais evidentes de romanização, na transição da era, os vestígios/indícios de ocupação romana, em fases posteriores, são bastante

ténues e, como tal, insuficientes para caracterizar o modelo de povoamento desta subunidade durante o período romano.

No seguimento da ocupação humana na área da subunidade 3, nas cotas mais elevadas, correspondentes às cumeadas, como já anteriormente referido, tais zonas terão sido transformadas em bosque abatido/queimado, pastagem e produção de cereais. Com a romanização a quase totalidade deste espaço terá sido desarborizada, para permitir a cerealicultura de trigo, aveia, cevada e centeio.

Na Idade Média, nas zonas mais planas, com abundância de água e solos menos erodidos, foi-se estabelecendo um mosaico de usos agrícolas e florestais.

Os vestígios da ocupação humana na Idade Média são residuais, resumindo-se a um lugar de origem medieval (lugar das Quintãs – Infesta) e duas casas-térreas de provável origem medieval em Roriz. São, também, escassos, os valores toponímicos e os indícios de povoamento. Acresce que, apesar de haver registo de um aumento generalizado de população e de núcleos habitacionais no território em estudo, durante a Idade Moderna e Contemporânea, os vestígios referentes a este período são, igualmente, parcos.

Os quatro lugares do século XVII que ainda subsistem - Tarrio, Roriz, Pereiros e Pereirada -, possuem algumas casas-pátio e casa sobradadas que mantêm a sua traça rural antiga, até ao século XIX. A esta arquitectura civil juntam-se algumas construções de cariz religioso, de entre as quais são de destacar a Capela de Nossa Senhora da Conceição e a Igreja Paroquial de Infesta, e ainda as duas pontes: a das Poldras e a da Balsa. A rede viária terá sido renovada, reutilizando algumas vias mais antigas, rasgando novos traçados e construindo novas pontes.

As unidades de transformação e armazenagem de produtos agrícolas na Idade Moderna e Contemporânea englobam: espigueiros, moinhos, serrações simples e serrações que albergam sistemas de moagem.

O povoamento desta subunidade, maioritariamente disperso, foi-se aglutinando em redor dos lugares mais povoados, como sejam: Roriz, Freixoeiro, Balsa e Tarrio. O

lugar de Jancide, um dos lugares mais antigos, apresenta características de núcleo compacto. O povoamento destes lugares, ao longo das últimas seis décadas, foi-se agregando e expandindo, ao longo das vias de comunicação, entre alguns lugares, outrora separados. Verifica-se uma expansão recente a Sul da Vila de Paredes de Coura, na envolvente da EN 306, com implantação de moradias isoladas, de um só piso. As novas edificações destinam-se a habitação e apresentam, regra geral, maior área de implantação do que as das décadas anteriores.

O mosaico agrícola e florestal que chega à actualidade é composto por alguns povoamentos puros, de folhosas do bosque atlântico (carvalho, sobreiro, aveleiras, amieiros, etc.), e por floresta de produção, com povoamentos mistos de pinheiro bravo e eucalipto. Nas áreas de folhosas contamos com pastagem, sob coberto, sempre que a densidade arbórea permite que o substrato herbáceo se desenvolva. Nos últimos anos a área ocupada por eucalipto tem crescido significativamente.

O efectivo pecuário sofreu alteração, não no que toca às espécies, mas sim à função por elas exercidas. Os bovinos de «trabalho-carne» passaram a bovinos de «trabalho-leite», predominando, hoje em dia, os animais para produção de carne. As ovelhas mantêm-se em quase todas as casas agrícolas.

Nas áreas agricultadas, predominam as culturas temporárias como as arvenses, de primavera verão (milhão e batata) e os ferrejos (mistura de gramíneas), para alimentação do efectivo bovino, ovino e um ou outro equídeo. Estas culturas forrageiras permitem, também, a produção de algum feno, que serve de complemento alimentar para os animais, durante o inverno.

- Valores na paisagem – Principais Valores Presentes

1. Valores naturais e ecológicos

Os principais valores naturais, desta subunidade, dizem respeito ao rio Coura e aos seus afluentes, sendo, igualmente importantes, as áreas de máxima infiltração, ainda que diminutas, localizadas junto ao rio Coura e ao ribeiro de Bruzendes.

As linhas de água, alternadas pelas áreas florestais em relevos ondulados, que atravessam, transversalmente, esta paisagem, constituem potenciais áreas de conectividade ecológica e paisagística, entre as áreas mais montanhosas, a sul, e o vale do rio Coura, a norte.

No limite norte, do corredor ecológico que acompanha o rio Coura, destacam-se, em termos de vegetação, os carvalhais e amiais - especialmente, no segmento encaixado entre a freguesia de Infesta e as freguesias vizinhas - e os vestígios de carvalhal com aveleira. O extremo oriental da subunidade está incluído, na Rede Natura 2000 – SIC Corno do Bico, numa pequena área que inclui o mosaico de *habitat*s agro-florestais.

No que se refere à geodiversidade, constituem recursos relevantes, os três *hotspots*, localizados em redor dos lugares de Curtinhas, Tarrio e a oeste do lugar de Justo.

As águas do ribeiro das Poldras, depois de serpentarem por entre um denso arvoredo, caem sobre um conjunto de blocos graníticos, dando origem à Cascata das Lages Altas, importante valor da paisagem local.

2. Valores produtivos

Com predomínio de solos com aptidão florestal, esta subunidade tem, ainda assim, uma significativa mancha agrícola, com elevada aptidão para a produção de milhão e de forragem. Contudo, apesar de não apresentar limitações de água disponível, a exposição solar a que está sujeita, nem sempre é muito favorável às culturas agrícolas. A produção de forragem suporta o efectivo pecuário, onde predominam os bovinos e ovinos.

3. Valores culturais, simbólicos e de habitação

Os valores culturais desta subunidade correspondem aos vestígios do povoamento humano ao longo da ocupação deste território. Destacam-se, da era do Calcolítico, o Povoado de Montuzelo 1 e 2, assim como os povoados de Vales, da Assureira e de Irijó, ocupados até ao final da Idade do Bronze. De relevo são, ainda, os edifícios

religiosos, nomeadamente, a Igreja Paroquial de Infesta e a Capela de Nossa Senhora da Conceição.

Ao nível cultural, sobressaem, ainda, na paisagem, as pontes das Poldras e da Balsa, e os moinhos, serrações e serrações que albergam sistemas de moagem, que ocupam, essencialmente, as imediações da ribeira das Poldras, e que demonstram a pujança agrícola e de exploração da floresta que outrora aqui existente. Este edificado, juntamente com os espigueiros que subsistem, constituem um valioso património etnográfico.

Como contributos da participação pública no presente Plano, foi identificada a cascata das Lages Altas, a qual, juntamente com os topónimos "Monte", "Penedo do Macaco" e "Cumieira" reflectem o valor cultural dado pela população, em diferentes épocas, a determinados elementos da geodiversidade, que permanecem como elementos identitários do local.

Os caminhos públicos vicinais, de ligação entre lugares, às igrejas e locais de comércio, têm vindo a perder a sua marca na paisagem, quer com a motorização, quer com o avanço da vegetação, o derrube de taludes ou muros, o encerramento com cancelas e vedações, etc.. Porém, persistem, ainda, na memória colectiva dos habitantes locais, coincidindo alguns dos seus troços destes com os percursos pedestres que atravessam este território.

4. Valores estéticos

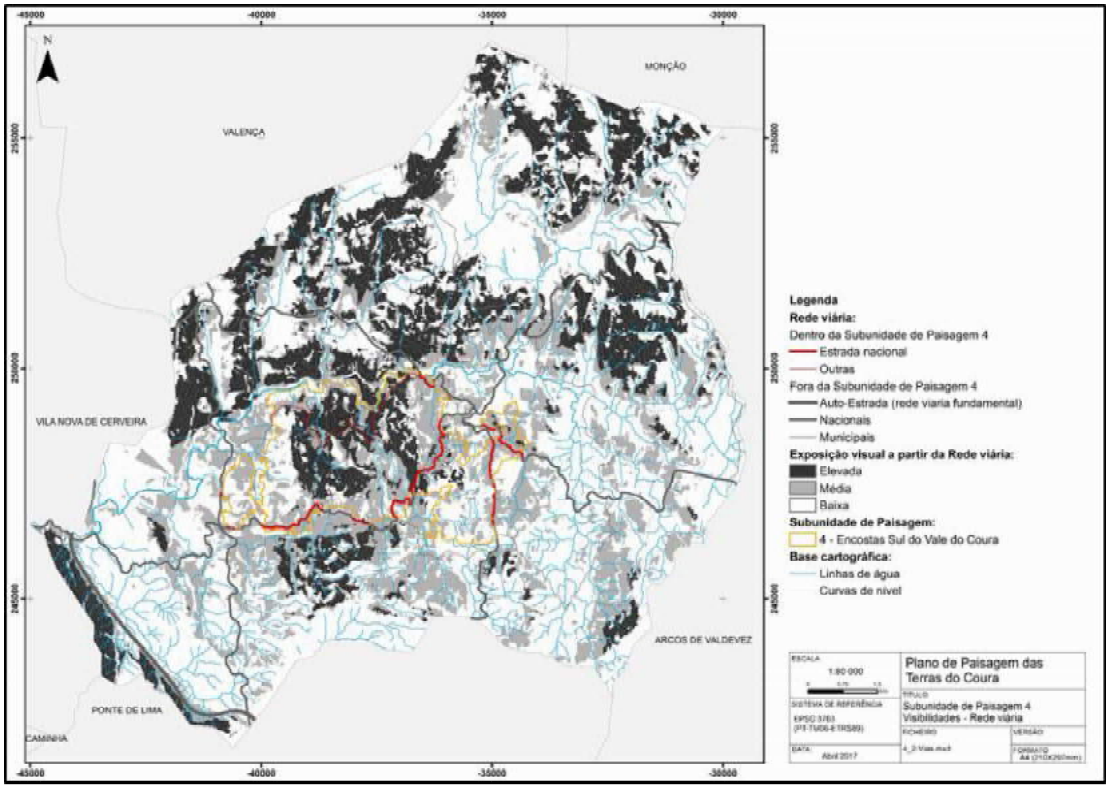
As características do relevo, nesta subunidade, apresentam um ondulado e uma estrutura agrícola de elevado valor cénico. De valor estético relevante são, ainda, os pequenos bosquetes e matas florestadas, que serpenteiam o território.

De destacar, também, pela sua qualidade cénica, o PR 14 – «Trilho das Lages» ao longo do rio Coura, onde é visível uma impressionante cascata e a Poça do Vale.

- Principais estradas e pontos de observação e fruição da paisagem

Nesta subunidade existem vários troços de percursos viários, de elevada exposição visual (figura 36).

Figura 36 - Visibilidades a partir da rede viária – subunidade de paisagem 4 | Encostas Sul do Vale do Coura



O percurso viário que apresenta maior qualidade cénica é o da EM514. Este trajecto viário, no qual a presença humana é praticamente constante, atravessa uma área que varia entre as leiras agricultadas, as matas de eucalipto, de pinheiro bravo e de folhosas, numa alternância de elementos que confere ritmo à paisagem e torna o percurso atraente. É uma paisagem diversa, onde a armação do terreno é, talvez, a característica que lhe confere maior qualidade e ordem. Os lugares, as matas ribeirinhas, os campos em socalcos, a vinha em bordadura e as matas nas áreas de maior declive contribuem, no seu conjunto, para uma composição paisagística de elevado interesse (figura 37, 38 e 39).

Figura 37 - EM514 – Perspectiva de Tarrio para os lameiros de Jacinde

Fonte: Google earth, tratamento próprio

Figura 38 - A composição da paisagem. Perspectiva a partir da EM514

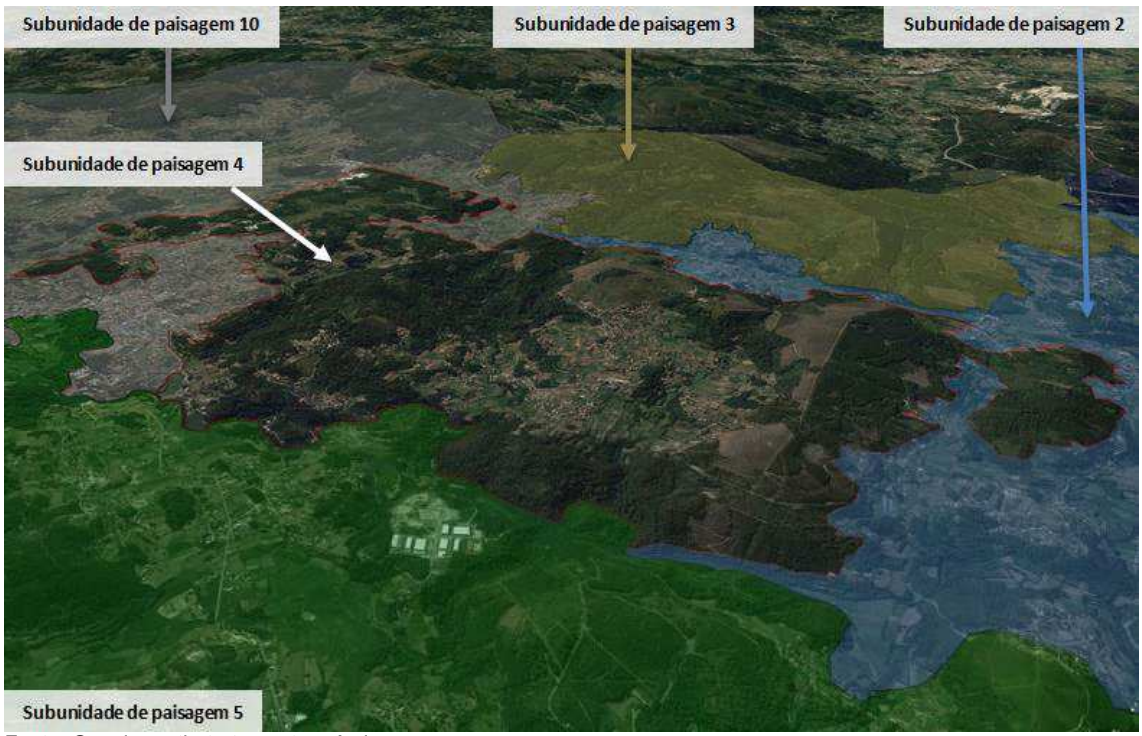
Fonte: Google earth, tratamento próprio

Figura 39 - Ponte sobre a ribeira das Poldras, afluente do rio Coura

Fonte: Google earth, tratamento próprio

Graças à sua orografia, esta subunidade apresenta uma relação visual com as subunidades de paisagem 1 (Serras do Lousado e do Formigoso), 5 (Encostas Norte do Vale do Coura), 6 (Granitos de S. Silvestre), 7 (Montes da Boalhosa e Planalto de Lamas) e 8 (Lameiros do Coura).

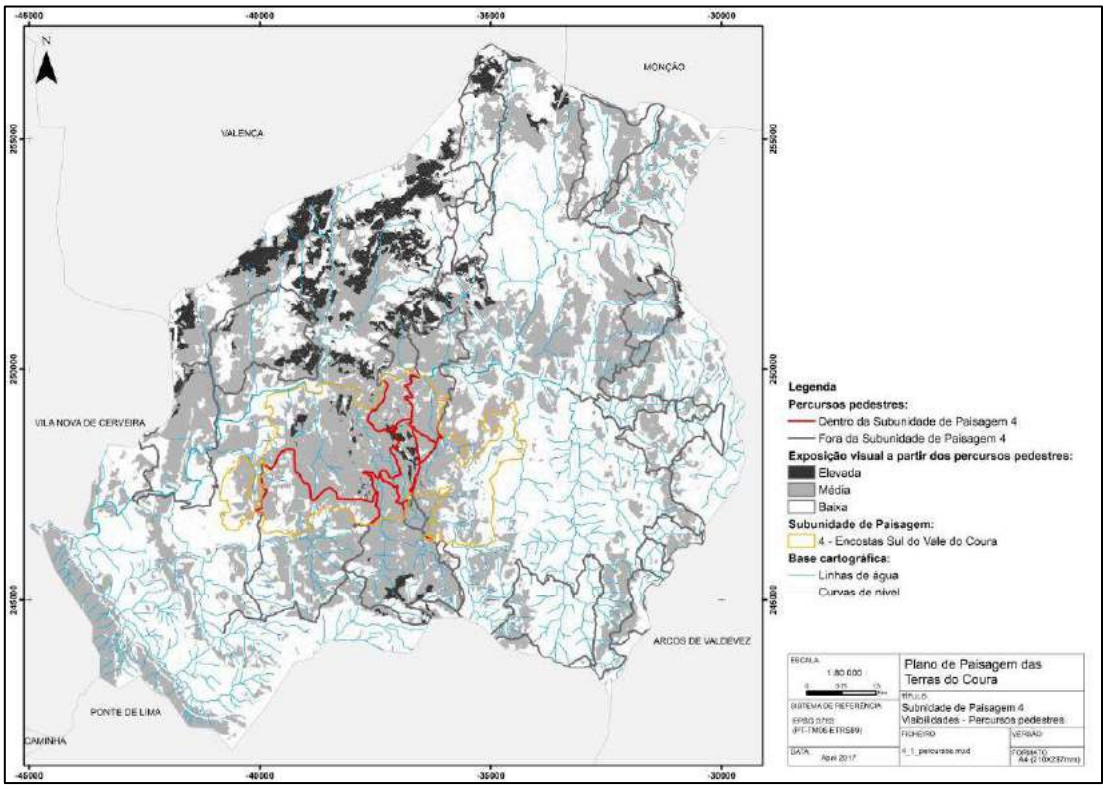
Figura 40 - Subunidade de paisagem 4 Encostas Sul do Vale do Coura



Fonte: Google earth, tratamento próprio

Dos percursos pedestres, aqueles que apresentam maior qualidade cénica são o PR14 - «Trilho das Lages Altas» e o PR15 - «Trilho das Garças» Qualquer deles apresenta média exposição visual, destacando-se, porém, as áreas com elevada exposição visual da encosta de S. Silvestre, na subunidade 6 (figura 41).

Figura 41 - Visibilidades a partir dos percursos pedestres – subunidade de paisagem 4 | Encostas Sul do Vale do Coura

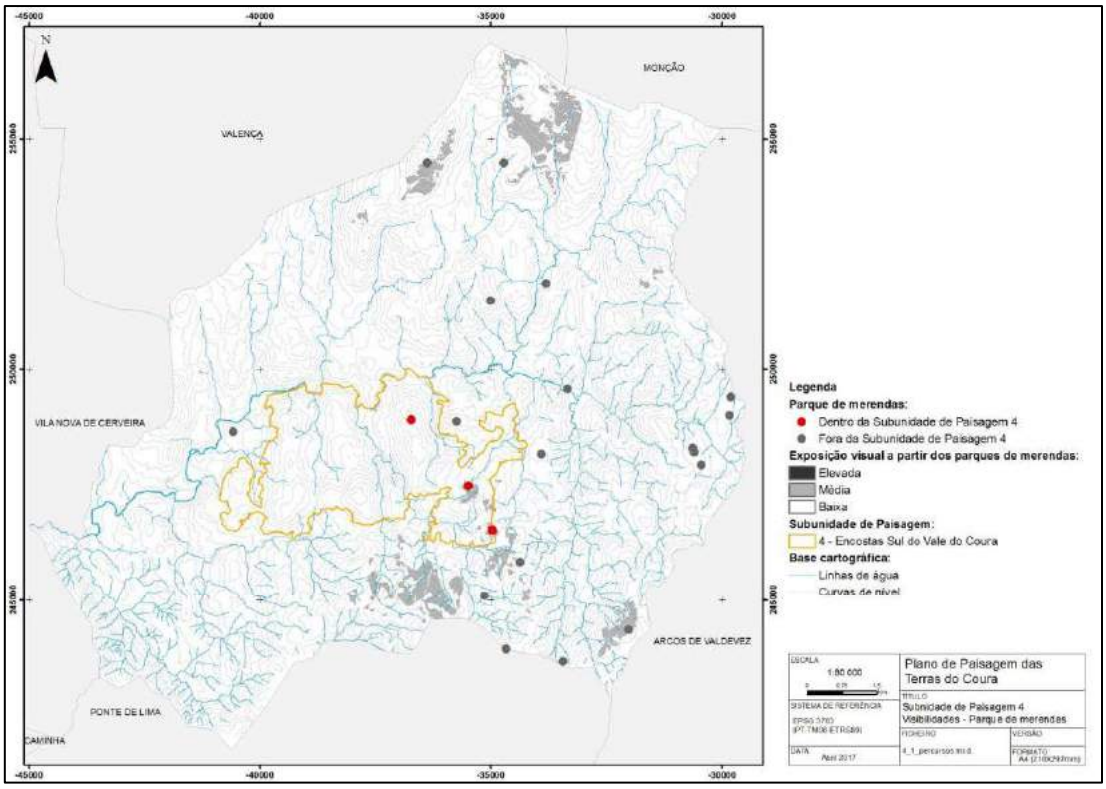


O PR14 - «Trilho das Lages Altas» é um percurso circular, que atravessa uma zona cujo uso do solo é, principalmente, florestal (pinheiro e folhosas) Pelo seu valor paisagístico, destacam-se a Poça do Vale e as Lajes d'Água d'Alto; neste último local pode-se observar uma impressionante cascata. A manutenção destes percursos é, contudo, bastante deficiente.

O PR15 - «Trilho das Garças», é de destacar pela sua diversidade paisagística, apresentando diferentes padrões da paisagem, ao longo do seu percurso: ribeirinho, florestal, agrícola e humano. O percurso inicia-se no rio Coura, onde se podem contemplar múltiplos moinhos. Entre Couro e Pereiros (freguesia de Infesta) o percurso é, sobretudo, agrário; enquanto que, entre Pereiros e a Vila de Paredes de Coura, se torna, basicamente florestal, associado às áreas mais declivosas da subunidade de paisagem, no qual, praticamente, é inexistente a ocupação humana. Ambos os trilhos referidos se sobrepõem, em parte, atravessando, qualquer deles, o Parque de Merendas da Nossa Senhora de Irijó.

Para além deste, existem mais dois parques de merendas na subunidade de paisagem em questão: o da Castanheira e o de Regadas. Os três parques de merendas abrangem uma pequena área em termos visuais, tendo as áreas observadas uma média exposição (Monte de S. Silvestre – subunidade 6 e Monte da Travanca – subunidade 3) (figura 42). É de evidenciar a necessidade destes espaços serem melhorados ao nível do seu enquadramento paisagístico.

Figura 42 - Visibilidades a partir dos parques de merendas – subunidade de paisagem 4 | Encostas Sul do Vale do Coura



- Avaliação da paisagem (Análise SWOT)

Factores Internos – Pontos Fortes
- Existência de vários pontos para usufruto e contemplação da paisagem;
- Existência de áreas/percursos de elevada exposição visual;
- O abandono agrícola tem favorecido a vegetação espontânea (zonas húmidas);
- Manutenção da vegetação ribeirinha em alguns troços da rede hidrográfica local;
- Existência de um corredor natural (rio coura);
- Elevada densidade e distribuição homogénea da rede hidrográfica;
- Diversidade do património cultural classificado e não classificado;
- Multiplicidade de vestígios/indícios arqueológicos, transversais a um amplo período cronológico;
- Preservação de algumas habitações de origem medieval;

- Preservação dos tipos de habitação de arquitectura vernacular;
- Abundância e diversidade de património etnográfico;
- Conservação de toponímia de origem medieval;
- Manutenção\da autenticidade de alguns muros e divisórias da propriedade;
- Acessos antigos às parcelas agrícolas e áreas de exploração florestal, relativamente bem preservados;
- Existência de um vasto património com possibilidade de recuperação para fins turísticos;
- Produtos agrícolas e artesanais locais/regionais;
- Elevado potencial agrícola para cereais de pragana;
- Elevado potencial para produção de carne em regime extensivo;
- Relação forte de identidade da população com o rio Coura.

Factores Internos – Pontos Fracos

- Fragmentação paisagística e territorial causada pela dispersão habitacional, provocando dispersão do povoamento;
- Surgimento de novas construções isoladas em meio agrícola;
- Degradação do património com o abandono dos lugares isolados;
- Descaracterização e abandono de maior parte das unidades de armazenamento agrícola (espigueiros) e extinção de canastros de verga: a última referência conhecida é da década de 90 do século passado;
- Descaracterização e abandono de maior parte das unidades de transformação agrícola e florestal (moinhos, azenhas e serrações);
- Núcleos/aldeias/aglomerados com interesse histórico/paisagístico, em ruina ou descaracterizados;
- Descaracterização dos vestígios mais antigos, ao longo de eixos viários actuais;
- Florestação de cumeadas, com recursos a lavras florestais;
- Produção florestal intensiva;
- Densidade de giestais e codeçais como resultado da falta de gestão;
- Falta de balização de percursos pedestres/viários, facilitando o pisoteio e degradação da vegetação e geodiversidade;
- Avanço de infestantes lenhosas;
- Má sinalização (insuficiente) do património local;
- Mau estado de conservação da sinalética;
- Falta de sinalética a indicar os trilhos existentes;
- Trilhos inacessíveis por falta de manutenção;
- Falta de painéis informativos sobre a estrutura e dinâmica da paisagem;
- Falta de qualidade estética de algum mobiliário urbano (*e.g.,* paragens de autocarro, contentores do lixo etc.;
- Má integração na paisagem dos *rails* de protecção das várias estradas locais;
- Surgimento de pequenas áreas de deposição de lixo.

Factores Externos - Oportunidades

- Aumento da procura de actividades ligadas à natureza (*treking*, BTT, caminhadas, *geocaching*, *trails*, observação de aves, etc.);
- Contexto geográfico da bacia do rio Coura, que facilita uma intervenção no âmbito da fitotecnia (contra espécies invasoras);
- Aumento da procura turística pela geodiversidade (visitação);
- Reformulação das políticas florestais (a decorrer);
- Aposta no aproveitamento da biomassa;
- Regresso ao “mundo rural” por parte de alguma população urbana;
- Aumento da procura de “produtos da terra” (bio, DOP, outros);
- Certificação ambiental no sector turístico (ex.: *Biosphere* hotel).

Factores Externos - Ameaças
- “Eucaliptização” generalizada, com influência na geodiversidade, solos e vegetação; - Risco de incêndio; - Incêndios com grande influência na paisagem; - Aumento do período (meses) propício aos incêndios florestais; - Disponibilidade de maquinaria pesada para as actividades agro-silvícolas; - Abandono de práticas ancestrais de silvicultura e agricultura; - Falta de orientação para a recuperação do património edificado; - Escassa sinalização do património arquitectónico, arqueológico e etnográfico; - Dinâmica urbanística e consequente infra-estruturação do território; - Aumento da pressão sobre os recursos hídricos; - Intensificação das actividades de recreio e lazer; - Alterações climáticas.

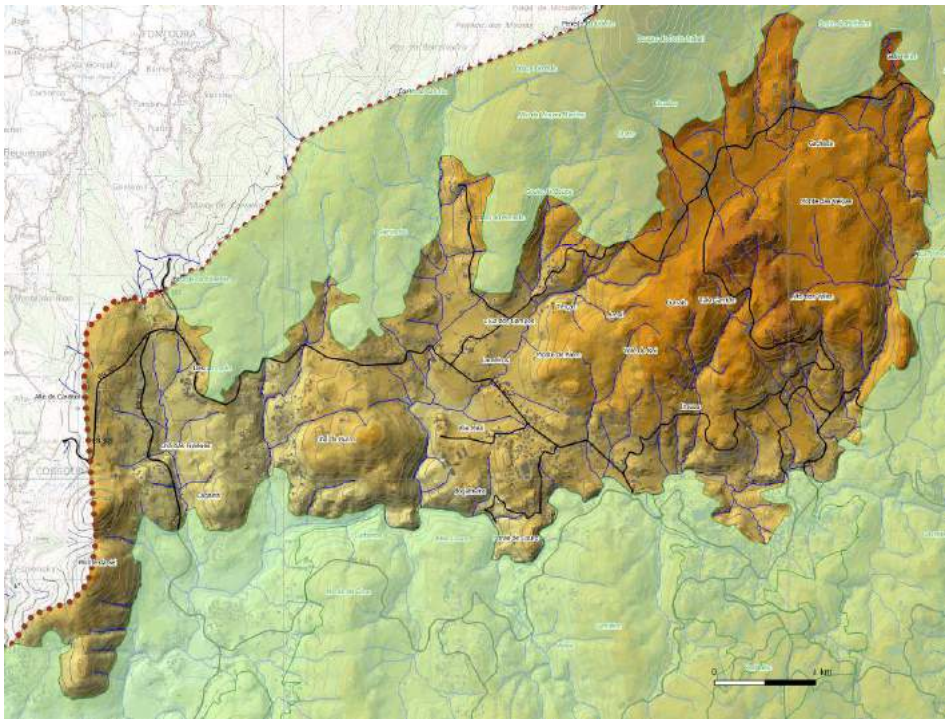
V – ENCOSTAS NORTE DO VALE DO COURA

Área = 2339 ha
População Residente em 2011 = 1779 hab.
Freguesias abrangidas = Freguesia de Cossourado; Freguesia de Ferreira; Freguesia de Formariz; Freguesia de Insalde; Freguesia de Linhares; Freguesia de Mozelos; Freguesia de Padornelo; Freguesia de Paredes de Coura; Freguesia de Porreiras; Freguesia de Rubiães.

Legenda

Classes hipsmométricas (metros)
- 95 - 182
- 182 - 269
- 269 - 356
- 356 - 443
- 443 - 531
- 531 - 618
- 618 - 705
- 705 - 792
- 792 - 880

Edificado
Linhas de água
Limites do Concelho



Traços distintivos – Elementos individualizadores e caracterizadores do perfil e identidade

- Subunidade com características de vale aberto e extenso, variando as encostas do rio Coura entre os 200 m e os 600 m de altitude;
- Elevado nível de geodiversidade;
- Apresenta uma rede hidrográfica pouco densa, temporária e superficial, com excepção do rio Coura, que é permanente, e dos seus principais afluentes: Borzendes e Pantanha;
- Integra uma importante área da RN2000, assim como o corredor ecológico do rio Coura;
- Subunidade com a maior ocorrência de espécies vegetais invasoras
- Povoamento romano polarizado e disseminado, por toda subunidade;
- Conserva estruturas do novo modelo de povoamento da Idade Média, um conjunto de três necrópoles medievais e parte do traçado do caminho de Santiago;
- Incremento do povoamento na Idade Moderna, subsistindo, ainda, lugares e estruturas habitacionais dessa época;
- Conjunto etnográfico bem preservado; quantitativa e qualitativamente, dos núcleos rurais conservados;
- Integra as freguesias mais populosas do concelho e com maior dinâmica urbana.

Organização e dinâmica actuais da paisagem

Correspondendo à subunidade mais extensa no concelho, apresenta características de vales abertos e extensos, tributários da margem norte do rio Coura, variando as suas encostas entre os 200m e os 600m de altitude. Predominantemente agrícola e florestal, nas cotas mais elevadas, tem uma ocupação populacional considerável, assente num povoamento tendencialmente disperso.

Do ponto de vista da litologia, às pequenas, mas longas, área do complexo xisto-migmático (que se estendem de nordeste, até ao centro da subunidade de paisagem), juntam-se, sobretudo, o granito calco-alcalino porfiróide de grão grosseiro (a nascente) e alcalino de grão médio (a poente) e, ainda, pequenas áreas de granodiorito e granito gnaissico. A cortar, transversalmente, a área, na sua extremidade este, encontram-se significativos filões de quartzo.

No que diz respeito à geomorfologia, no sector oeste (tendo Formariz como limite) ocorrem, maioritariamente, declives acentuados e intermédios, destacando-se os vales de fundo plano e os topos aplanados, com orientação norte/sul. No sector central, predominam os declives suaves e fundos planos (Entre o Eido). No sector centro-este, predominam os declives, de acentuados a intermédios, com uma série de topos aplanados; enquanto no sector nordeste, predominam os fundos planos e os declives suaves.

Em termos pedológicos predominam os antrossolos (cumúlicos dístricos), que coexistem, mas em muito menor quantidade, com os regossolos (dístricos e úmbricos órticos), os cambissolos (dístricos crómicos e húmico-úmbricos pardacentos), os leptossolos (também dístricos) e, ainda, uma área com fluvissolos dístricos médios, localizada junto ao rio Coura, que vai da Ponte Nova, em Mozelos, à Boavista, em Formariz. A aptidão agrícola é, essencialmente, de moderada a elevada, representando 27% deste último tipo de solos, no contexto municipal. A aptidão florestal é, sobretudo, moderada, com áreas dispersas de aptidão elevada e aptidão marginal, esta última, com particular incidência, em alguns topos mais desfavoráveis.

No geral, esta é a subunidade com o índice de geodiversidade mais elevado, podendo, no sector oriental, observar-se três *hotspots*: em Vilarinho, nas Angústias e em Padornelo. Assinalam-se, ainda, três *hotspots* no sector oriental: em Chã das Figueiras, na Bogalheira e em Corredoura/Vale. Pelo contrário, em todo o sector central desta subunidade, o índice de geodiversidade varia entre o reduzido e o muito reduzido.

Estas características reflectem-se nos usos do solo, cuja ocupação se reparte do seguinte modo: as áreas agrícolas, nos solos mais favoráveis, onde predominado as culturas anuais, cobrem 22% do solo; a restante área é ocupada por floresta de produção: sobretudo o pinheiro bravo, em povoamentos puros ou mistos com outras espécies, e equipamento urbano, o qual corresponde a 11% da área da subunidade.

A existência actual de bosques ribeirinhos e manchas de pastagem, associados às manchas agrícolas, à medida que vão sendo abandonadas, logo são ocupadas pela vegetação ripícola do bosque atlântico, onde dominam o amieiro e o salgueiro, com carvalhos e demais endemismos.

A vinha aparece nas bordaduras em ramada ou latadas baixas. Os desníveis são vencidos com muros de suporte, geralmente, de alvenaria de pedra seca e com altura variável. Frequentemente, as parcelas apresentam árvores nas bordaduras, de forma mais ou menos esparsa.

O efectivo pecuário é composto por bovinos, ovinos e alguns caprinos, para além dos habituais animais para autoconsumo como porcos, coelhos e galinhas, destacando-se esta subunidade como uma das que, na área concelhia, apresenta maior efectivo pecuário de todas as espécies.

Paisagem agro-florestal com muitos lugares dispersos pelo território, apresenta uma boa representatividade de carvalhais e bosques ribeirinhos, estes em recuperação, após o abandono de determinadas actividades agrícolas (*e.g*. várzeas paludosas a montante de Siguelos, em Ferreira, e a jusante, na confluência deste Ribeiro das Corredouras com o Ribeiro de Borzendes; noroeste da Sra. das Angústias, entre outros). Curiosamente, a parte nordeste desta subunidade, na várzea do vale do rio de

Porreiras, onde se observa um mosaico interessante de bosques ribeirinhos com prados e cultivos, não está incluída no SIC Corno de Bico. O carvalhal termocolino parece ser a série dominante, mas existem exemplos de carvalhal com aveleiras, no fundo das encostas, nomeadamente, no vale do Coura e Borzendes.

Foto 5 - Avelanal no vale do Borzendes

A RN2000 que tem, aqui, uma expressão considerável, localizada a nascente desta subunidade, representa 21,3% do total do SIC. Os mosaicos de *habitat*s aqui presentes, incluem os rios colinos (*habitat* prioritário), os matos colinos em granitos e em xistos com os seus respectivos *habitat*s de tojais galaico-portugueses não litorais e urzais-estevais mediterrânicos, assim como o mosaico agro-florestal. O Plano Sectorial da Rede Natura 2000 aponta parte desta área (em Formariz), como local de ocorrência da espécie ameaçada *Bryoerythrophyllum Campylocarpum*, (apesar de, desde 1923, não haver registo de avistamento de nenhum exemplar) e, ainda, a ocorrência da *Festuca summilusitana,* na envolvente do vértice geodésico do alto da Giesteira, e a confirmada ocorrência, do já referido *narciso bravo*, no rio Coura.

Na sequência dos trabalhos de campo, destaca-se ainda a singularidade do vale encaixado entre o rio Coura e o ribeiro de Borzendes, onde se confirmou a presença do *Narcissus cyclamineus* DC., nos *habitat*s ribeirinhos. A subpopulação da freguesia

de Porreiras, «onde ocorre o maior efectivo populacional de entre todas as populações conhecidas em Portugal»[70], não está incluída nos limites do SIC do Corno do Bico.

Sendo a terceira subunidade mais populosa do concelho, com 1779 residentes, apresenta uma densidade populacional de 76 hab/km^2, superior à média concelhia. O maior número dos residentes pertence ao grupo etário, situado entre os 25 e os 64 anos; contudo, os habitantes com mais de 65 anos são em número muito superior aos habitantes com idade inferior a 15 anos, o que se traduz num índice de envelhecimentos de 273%. Da população em idade activa, 55% trabalha no sector terciário e, não obstante, apenas 7% trabalhar no sector primário, esta percentagem representa um valor elevado no contexto das outras subunidades de paisagem. De referir que se regista, pelo menos desde 1991, uma regressão demográfica nesta circunscrição.

O povoamento desta subunidade reflecte a sua riqueza agrícola, atentas as características e dimensões das propriedades agrícolas que constituem os lugares principais. E, se é um facto que apresenta diversos lugares com características de edificação dispersa, certo é também que nela se localizam o maior número de núcleos rurais compactos, como o são Reirigo, Venade, Cabo, Pecene, Siguelos ou Vilarinho. Os lugares principais organizaram-se, via de regra, em torno dos principais eixos viários, como sejam a EN303 e a EM1066.

As habitações reflectem a primazia da actividade agrícola, quer pela sua grande dimensão, quer pela tipologia dominante. Predominam as habitações de implantação rectangular, construídas em alvenaria de granito, com dois pisos e apoios agrícolas anexos, com dimensão significativa. Esta situação está, particularmente bem representada, em Ferreira e Formariz. Por seu lado, Mozelos, com diversos lugares de formação anterior ao século passado, apresenta, de uma forma geral, uma fisionomia mais moderna, uma vez que predominam as habitações contemporâneas, construídas entre finais do século passado e o início deste século.

[70] De acordo com João HONRADO, *et alli*. (2010). *Conservação de Narcissus cyclamineus DC. na Bacia do Rio Coura.* Câmara Municipal de Paredes de Coura.

O número de edifícios, em 2011, cifrava-se em 1294, correspondendo a uma densidade de 55 edifícios por hectare e, apesar de, maioritariamente, edificados na década de 1980, as estruturas em alvenaria de granito eram pouco significativas. Os edifícios construídos antes de 1919 têm, no entanto, um peso considerável no contexto concelhio. De acordo com os dados estatísticos os alojamentos vagos rondam os 106.

A população e o edificado concentram-se, sobretudo, no eixo viário EN303, entre Mantelães-Carvalhas-Madorra, no eixo Pecene-São Bento da Porta Aberta-Cossourado e, ainda, em Venade de Cima, na EM1065. Fora dos principais eixos, destacam-se Eiró (Linhares), Val (Ferreira), Barreiro (Formariz) e Afe (Mozelos).

- Evolução histórica da paisagem

Subunidade de transição entre a 2 e a 8, a subunidade 5 diferencia-se, contudo, das anteriores, pela cota e pela orografia, correspondendo ao troço médio do rio Coura, na margem direita. Na antiguidade, teria ficado parcialmente coberta pelo bosque atlântico, onde a humidade do solo tornou difícil a queima. A desarborização terá ocorrido, provavelmente, no período da romanização.

Os indícios mais antigos de ocupação humana nesta subunidade de paisagem resumem-se a alguns utensílios líticos, enquadráveis no Paleolítico, não tendo sido identificado qualquer local de povoamento dessa época. Foram identificados outros indícios de ocupação humana na zona - machados de pedra polida - mas de uma época mais tardia, correspondentes a um período indeterminado da Pré-história recente.

Os primeiros vestígios, relativamente consistentes, com o povoamento deste território, remontam à Idade do Bronze, indiciando a existência de um povoado, com Castelo, e por um conjunto de machados de talão a ele estarão associados. Não obstante, apenas em plena Idade do Ferro foram encontrados elementos mais seguros de povoamento. Coexistem no território três modalidades de povoamento distintas: o povoamento de topo acima dos 350m, de que são exemplo os povoados de

Cossourado e Giesteira; os povoamentos de meia encosta, entre os 200m e os 350m e os povoados de vale, abaixo dos 200m, como Cidade, Bruzendes e Castelo.

Ao longo do tempo, o Homem terá começado a armar socalcos e a conduzir a água, para garantir a rega de lima, elevando a capacidade de produzir forragem no inverno, potenciando a exposição predominante a sul mas também, facilitando a descarga da água da chuva, arrastada pelos ventos das correntes marítimas. Longitudinalmente, a norte, esta subunidade corresponde à mancha de desarborização, que antecedeu a romanização deste território, sendo natural que tenha beneficiado das inovações agronómicas introduzidas nessa época, antes de os fenómenos erosivos se terem agravado.

Os indícios de ocupação romana nos Povoados da Giesteira e de Bruzendes, não revelam a hierarquização do povoamento romano nesta subunidade, ao contrário do que sucede no assentamento tipo *villae* – a *villa* romana de Sigoelos -, e nos inúmeros casais disseminados pela franja norte desta circunscrição geográfica. Neste quadro do povoamento romano, a Via XIX ocupa um lugar de destaque, bem como, em Cossourado, a *mutatio* a ela associada, que terá potenciado a circulação de pessoas e bens, essenciais a este tipo de ocupação rural romana.

As sepulturas antropomórficas de Cossourado, Formariz e Giesteira, em conjunto com o traçado do Caminho de Santiago, que reaproveitou o traçado da via romana XIX, exemplificam o novo modelo de povoamento que aqui terá surgido, durante a Idade Média.

Os inúmeros lugares de origem medieval (Pecene, Vila Meã, Eiró, Vilarinho, Cruz e Afe, entre outros) e os núcleos de provável origem medieval, integrando casa-térreas e casas-sobradadas, caracterizam uma paisagem ruralizada, cuja identidade foi preservada. Neste panorama, centrado no povoamento, é ainda de relevar o papel preponderante que a Ponte de Mantelães terá desempenhado, na articulação deste território.

O impulso demográfico da Idade Moderna, resultante do aumento da população verificado a partir do século XVI, ainda permanece em muitos núcleos rurais que

mantiveram, desde então, um índice de povoamento considerável, que ajuda a conservar e preservar os traços da ruralidade característicos dos séculos XVIII e XIX. Este crescimento populacional levou, na época, à difusão das estruturas viárias, das quais a Ponte da Peideira é o único dos exemplares que subsiste, bem preservado, até à actualidade. A arquitectura religiosa, que não poderia deixar de estar, também, directamente associada ao fenómeno de crescimento destes núcleos rurais, evidencia, como seria de esperar, um número considerável de edifícios consagrados ao culto.

Os núcleos setecentistas de Pecene e Eiró e os edifícios da Idade Moderna/Contemporânea em Venade, Cabo e Além, demonstram o incremento do povoamento neste período. Da mesma forma, Venade, Cabo e Além, mantêm desde então, um índice de povoamento considerável, que ajudou a preservar estes traços da ruralidade, característicos do século XVIII e XIX: excelentes exemplares de casas-pátio e sobradadas, típicas dos núcleos rurais mais antigos, às quais se juntam belos exemplares solarengos, como é o caso do Paço de Afe, Paço de Ferreira e a Casa do Viscone de Mozelos, constituindo, todos eles, importantes marcas patrimoniais no território.

Para além destes exemplos de arquitectura civil, encontramos outros exemplares que bem caracterizam este período, na arquitectura religiosa, com merecido destaque para a Capela de S. Bento, belo edifício do século XVII, em Coussorado.

Conforme atrás se deixou dito, esta subunidade, intensamente povoada desde há muitos séculos, mantém núcleos históricos representativos de diversas épocas, seja ao nível da sua estrutura urbana, seja ao nível dos exemplares de arquitectura. São disso exemplo: Pecene, Siguelos, Vale, Vilamende, Cidade e Reirigo. Os núcleos mais recentes, correspondentes a loteamentos urbanos, surgiram entre os finais dos anos 80, do século passado, e os anos 10 deste século, junto das EN 303 e EN 201, em Cossourado e em Linhares. Mais recentemente, ainda, os diversos lugares da freguesia de Mozelos, devido à proximidade da vila foram sendo muito procurados, gerando aglutinações entre lugares e provocando uma dispersão ao longo das vias. Muitas destas habitações correspondem a segunda habitação.

A eira comunitária de Porreiras é, sem dúvida, o exemplo mais significativo da utilização comum do território, por parte dos locais. A eira, os espigueiros e tulhas mantêm a sua estrutura, mas não podemos deixar de lhes juntar os inúmeros moinhos e serrações de madeira, disseminadas ao longo do rio Coura, da ribeira das Porreiras e de outros cursos de água. De assinalar, ainda, que os espigueiros de madeira e os espigueiros em granito e ripado de madeira, circundam as habitações, em quase toda a mancha do povoamento.

- Valores na paisagem – Principais Valores Presentes

1. Valores naturais e ecológicos

Os solos que integram a Reserva Agrícola Nacional cumprem diversas funções, tais como a regulação do ciclo da água, o suporte da biodiversidade e a manutenção da autossuficiência agrícola.

O corredor ecológico constituído pelo rio Coura e pelas suas margens, neste caso a esquerda, assume-se como um valor natural e ecológico, com funções de protecção, conservação e promoção, de comunidades da fauna e flora, autóctone e alóctone, destacando-se também o vale encaixado entre o rio Coura e o ribeiro de Borzendes.

Os restantes valores naturais desta subunidade, correspondem aos mosaicos de *habitat*s que incluem os rios colinos**;** os matos colinos em granitos e em xistos, com os seus respectivos *habitat*s**,** de tojais galaico-portugueses não litorais e urzais-estevais mediterrânicos[71].

Ao nível da geodiversidade observam-se seis *hotspots* distribuídos pelos locais de Vilarinho, Angústias, Padornelo, Chã das Figueiras, Bogalheira e Corredoura/Vale.

2. Valores produtivos

Área de grande aptidão agrícola**,** com solos fundos, frescos e férteis, sem limitações para a generalidade dos cultivos é pontilhada por manchas de carvalhal, pequenos

[71] Plano Sectorial da Rede Natura 2000

pomares e hortas. De elevado potencial para a produção de forragem e para a criação animal de bovinos, ovelhas, algumas cabras e porcos, apresenta vocação para a criação animal de carne, tanto em regime extensivo como semi-intensivo.

Implantam-se nesta subunidade atividades económicas muito importantes para o concelho. Desde logo, é aqui que está sediado o maior espaço de actividades económicas do município: a sede da transportadora nacional *Transcoura,* à qual se junta a unidade de produção da água mineral *Salutis,* que beneficia da existência de uma importante nascente de água mineral natural (*Grichões*), que, tendo um aproveitamento comercial centenário, é uma das marcas locais mais conhecidas.

Partes desta subunidade apresentam, ainda, um potencial cinegético, quer de caça maior quer de caça menor, constituindo um *habitat* óptimo para a escassa perdiz e para as frequentes rola, pomba, tordo, galinhola e codorniz.

3. Valores culturais, simbólicos e de habitação

Destacam-se como valores culturais o povoado de Cossourado, da Idade do Ferro; a *Villa* Romana de Sigoelos e os inúmeros casais disseminados pela franja norte desta subunidade, bem como a Via Romana XIX e a *mutatio*, em Cossourado, a ela associada.

O caminho de Santiago constitui uma das principais vias de peregrinação a Santiago e, tal como a via romana, potenciou, em outras épocas, a circulação de pessoas e bens. São, ambas, uma das marcas patrimoniais do concelho.

Os lugares de origem medieval de Pecene, Vila Meã, Eiró, Vilarinho, Cruz e Afe, caracterizam uma paisagem ruralizada, com uma identidade bem consolidada.

Os núcleos setecentistas de Pecene, Eiró, Venade, Cabo e Além com excelentes exemplares de casas-pátio e sobradadas, características dos núcleos rurais mais antigos, como é o caso do Paço de Afe, Paço de Ferreira e a Casa do Visconde de Mozelos, constituem, igualmente, valores culturais importantes neste território.

Dos edifícios de arquitectura religiosa, ao nível da simbologia local, assinalam-se a Capela de S. Bento, em Coussorado e a Capela da Pena, locais onde ocorriam das romarias mais importantes no concelho.

A eira comunitária de Porreiras, bem como os inúmeros moinhos e as serrações de madeira, constituem um conjunto etnográfico marcante nesta paisagem.

Existem nesta subunidade, um conjunto significativo de topónimos que demonstram o valor cultural que é dado a elementos da geodiversidade local, como sejam**:** "Monte da Sé", "Monte do Além", "Monte das Veigas", "Chã", "Portelinha", "Vale do Rei" e "Alto dos Vales" e, ainda, outros dois, identificados, em contexto de participação pública: "Penedo da Aparição" e a "Pia dos 4 Abades".

Os antigos (por vezes seculares) caminhos pedonais de ligação entre lugares, para as igrejas, para as vendas ou para as leiras agrícolas, apesar de, também aqui, terem vindo a perder a sua marca na paisagem - com o avanço da vegetação, o derrube de taludes ou muros, o encerramento com cancelas e vedações, etc.-, continuam a persistir na memória colectiva dos habitantes locais e, nesta subunidade, em concreto, foram, em parte, aproveitados para a criação de percursos pedestres oficiais.

As tradições orais, associadas a alguns valores patrimoniais, demonstram uma forte vinculação religiosa das populações locais e deixam bem patente o seu forte valor simbólico. Exemplo típico desta valorização simbólica é a lenda associada à Capela de S. Bento, que conta que a imagem do santo padroeiro, sairia do altar, durante a noite, aparecendo, pela manhã, no alto de uma árvore, nas imediações do templo. O facto, que se repetiu durante alguns dias, começou a atrair multidões a Cossourado, onde, dizia-se, a população achava que o santo estaria zangado, por haver tão pouca luz na Igreja onde tinha que permanecer tanto tempo fechado. Por essa razão, foi construída uma porta gradeada que, mantendo o templo mais iluminado e arejado, permitia, também, às pessoas que por ali passassem, ver o interior da capela e a imagem do santo. Esta solução encontrada pela população resultou já que a partir deste dia o santo nunca mais saiu do templo.

4. Valores estéticos

As áreas mais elevadas desta subunidade apresentam grandes extensões de afloramentos rochosos, pontuadas por caos de blocos graníticos, que se vão desprendendo dos blocos maiores e espalhando pelas encostas abaixo, como se, «rolassem», através delas. Os mais imponentes ou característicos, são identificados pelas populações, que os designa pelos nomes que lhes atribuiu.

As margens do rio Coura e as dos seus afluentes destacam-se, esteticamente, pelo seu coberto arbustivo e arbóreo, valorizando este território, e atraindo para a sua fruição, um grande número de pessoas.

O edifício do antigo Sanatório, pela sua visibilidade e implantação, destaca-se na paisagem como valor patrimonial e simbólico deste território.

Constitui, também, valor estético desta subunidade, o mosaico da paisagem agrícola, na qual se incluem as habitações e as parcelas cultivadas.

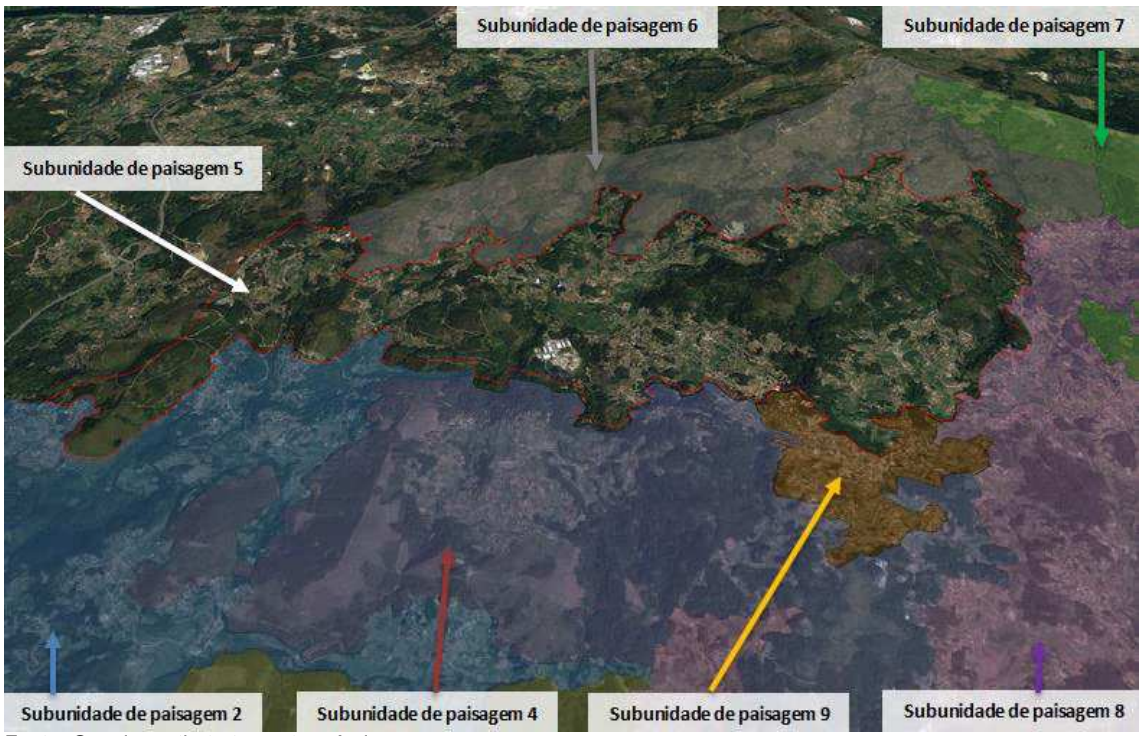
- Principais estradas e pontos de observação e fruição da paisagem

Esta subunidade de paisagem corresponde a uma zona de vale, aberto e extenso, no qual se assinalam algumas elevações: Monte da Sé – 376 metros; Chã da Burra – 366 metros; Currais – 53 metros; Giesteira – 603 metros e Monte das Veigas – 511 metros.

Graças às suas características topográficas, a subunidade apresenta relação visual com as subunidades de paisagem 2 (Várzea do Coura e Ribeira de Codeceira), 3 (Serras do Lousado e do Formigoso), 4 (Encostas Sul do Vale do Coura), 6 (Granitos de S. Silvestre), 7 (Montes da Boalhosa e Planalto de Lamas), 8 (Lameiros do Coura), 9 (Vila de Paredes de Coura) e 10 (Encosta da Serra de Corno de Bico) (figura 43).

Uma vez que permite a observação e contemplação de vários valores da paisagem no seu interior, esta subunidade tem elevada diversidade visual.

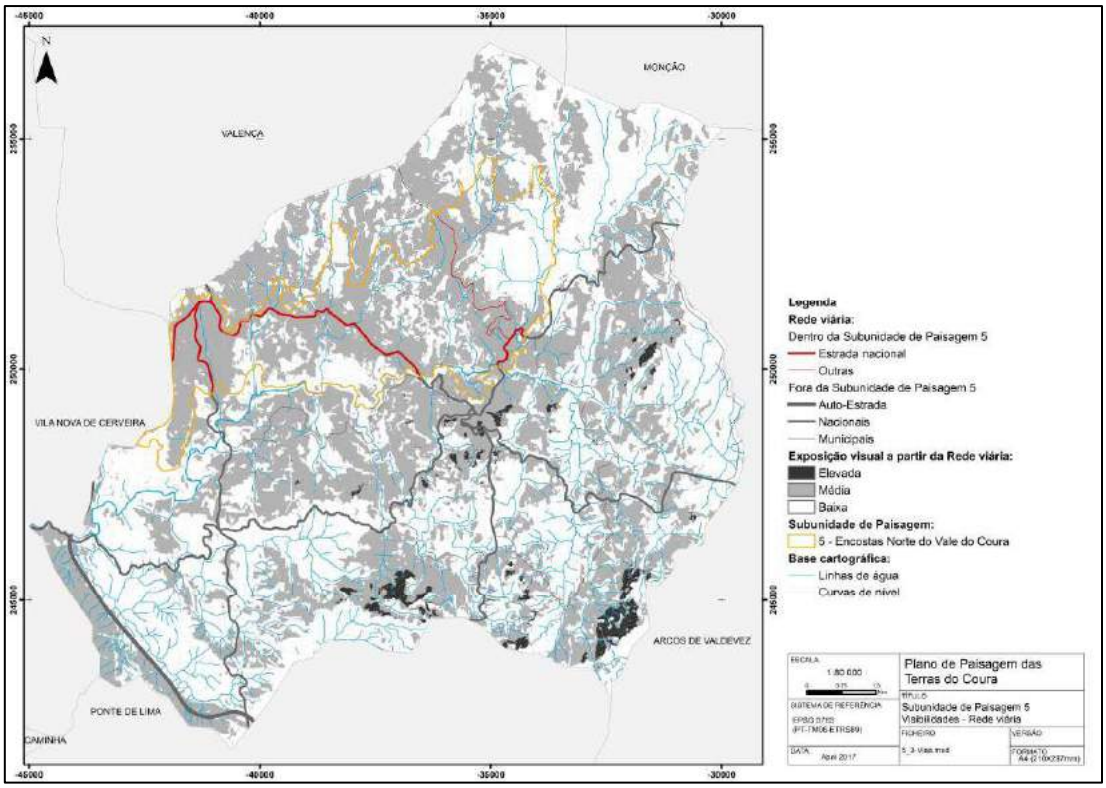
Figura 43 - Subunidade de paisagem 5 Encostas Norte do Vale do Coura



Fonte: Google earth, tratamento próprio

Dos vários troços viários que intersectam a subunidade os mais relevantes são a EN303 e a EM1065 (figura 44). Ambos apresentam média exposição visual e uma elevada qualidade cénica.

Figura 44 - Visibilidades a partir da rede viária – subunidade de paisagem 5 | Encostas Norte do Vale do Coura



Em termos paisagísticos, o percurso da EN303 é um dos percursos mais interessantes que atravessam o concelho de Paredes de Coura, uma vez que intersecta duas das subunidades mais ricas, em termos de ocupação natural e humana: **a** presente subunidade e a subunidade 8 - Lameiros do Coura. É, também, um dos percursos mais utilizados nesta subunidade, uma vez que permite a ligação aos concelhos vizinhos, à Autoestrada, ao centro do concelho e à Vila, atravessando diversas das freguesias mais populosas de Paredes de Coura.

Nesta subunidade é bastante diversificada a paisagem que se pode observar, a partir do troço deste percurso, que vai desde os terrenos férteis do vale do rio Coura, à variada ocupação florestal, incluindo matos, eucaliptais e florestas de folhosas, passando pela ocupação humana, ao longo da via. Embora, globalmente, o carácter desta paisagem seja bastante similar, o seu mosaico é bastante diverso graças às áreas de ocupação humana, onde há uma clara articulação entre o edificado (com tendência para a dispersão), os campos abertos e os socalcos, com padrão agrícola e florestal, nas áreas de maior declive. É, ainda, possível observar, ao longo deste

percurso, algumas unidades industriais, nas quais o enquadramento paisagístico, deveria ser trabalhado, *e.g.,* através da implantação de cortinas arbóreas, que minimizassem o impacto negativo que têm, actualmente, na qualidade cénica do percurso (figura 45).

Figura 45 - Exemplo do papel da vegetação na minimização do impacte visual das unidades empresariais. Entre o Eido e Formariz

Fonte: Google earth, tratamento próprio

Outro percurso viário que, nesta subunidade, merece destaque, é o da EM1065, que permite o seu atravessamento, SW e NE, entre Eiró e Porreiras. Deste percurso é observável, basicamente, o padrão de paisagem, acima descrito. Contudo, este evidencia uma presença humana de maior valor antropológico e arquitectónico, uma vez que é composta por aldeias mais antigas e preservadas, onde a presença dos muros de pedra, cruzeiros, espigueiros, moinhos e, até, uma eira comunitária, são bastante visíveis. Destacam-se, de entre elas, as de Venade e Porreiras (figura 46, 47 e 48), aldeias vernaculares de montanha, pela sua qualidade arquitectónica e integração paisagística. Porreiras é, ademais, integrada na Rede das Aldeias de Portugal.

Figura 46 - Lugar de Venade

Fonte: Eduardo Cequeira http://static.panoramio.com/photos/large/67141826.jpg

Figura 47 - Lugar de Porreiras

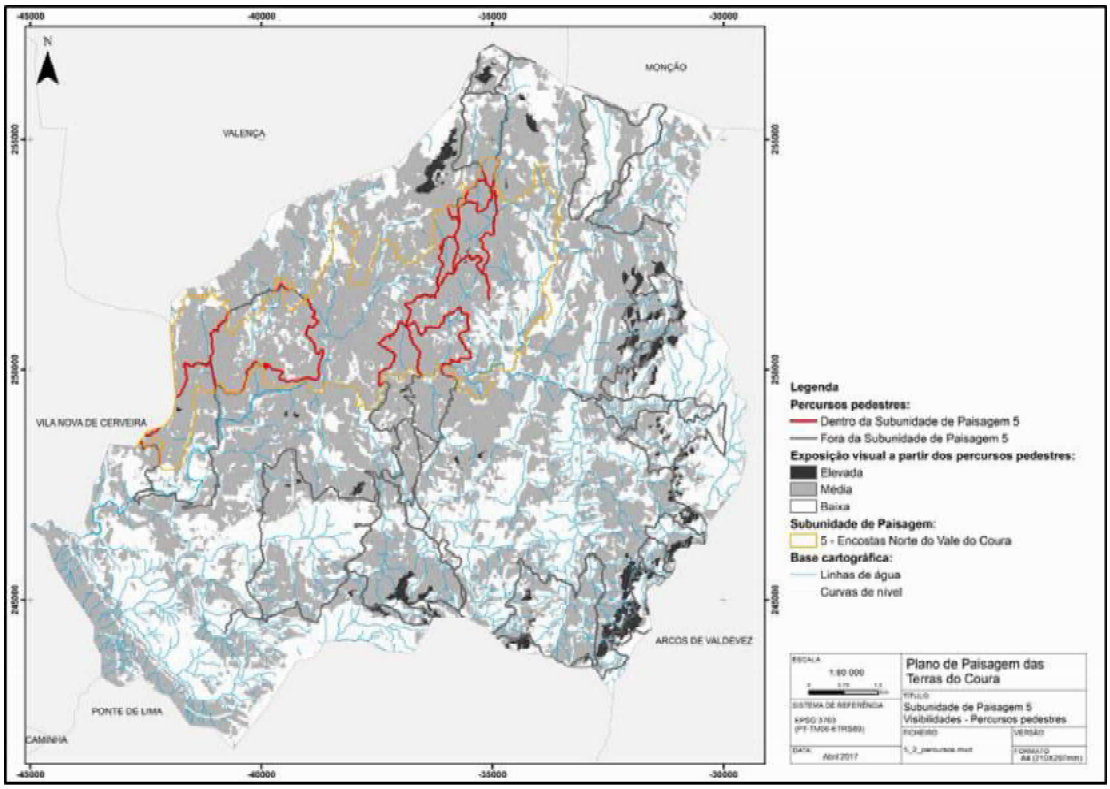
Fonte: Eduardo Cequeira http://static.panoramio.com/photos/large/67141835.jpg

Figura 48 - A qualidade paisagística e cultural dos espigueiros de Porreiras, Aldeia de Portugal

Fonte: http://www.aldeiasportugal.pt/sobre/8/

Outra forma de se conhecer e vivenciar esta subunidade de paisagem é fazendo os seus percursos pedestres. Dos vários que a atravessam, destaca-se o PR11 - «Trilho das Pias dos Quatro Abades» e o PR12 - «Trilho Chã da Burra». Esta subunidade de paisagem apresenta uma alta/média amplitude visual, facilmente constatável, através da figura 49.

Figura 49 - Visibilidades a partir dos percursos pedestres – subunidade de paisagem 5 | Encostas Norte do Vale do Coura



O PR11 - «Trilhos das Pias dos Quatro Abades», inicia-se na Capela de Nossa Senhora da Pena, onde se localiza um miradouro associado a um Parque de Merendas. Neste local, que se situa, aproximadamente, à cota de 550 metros, é possível apreciar uma ampla vista sobre o vale do rio Coura, de elevada qualidade cénica.

Figura 50 - Visibilidades a partir do parque de merenda – subunidade de paisagem 5 | Encostas Norte do Vale do Coura

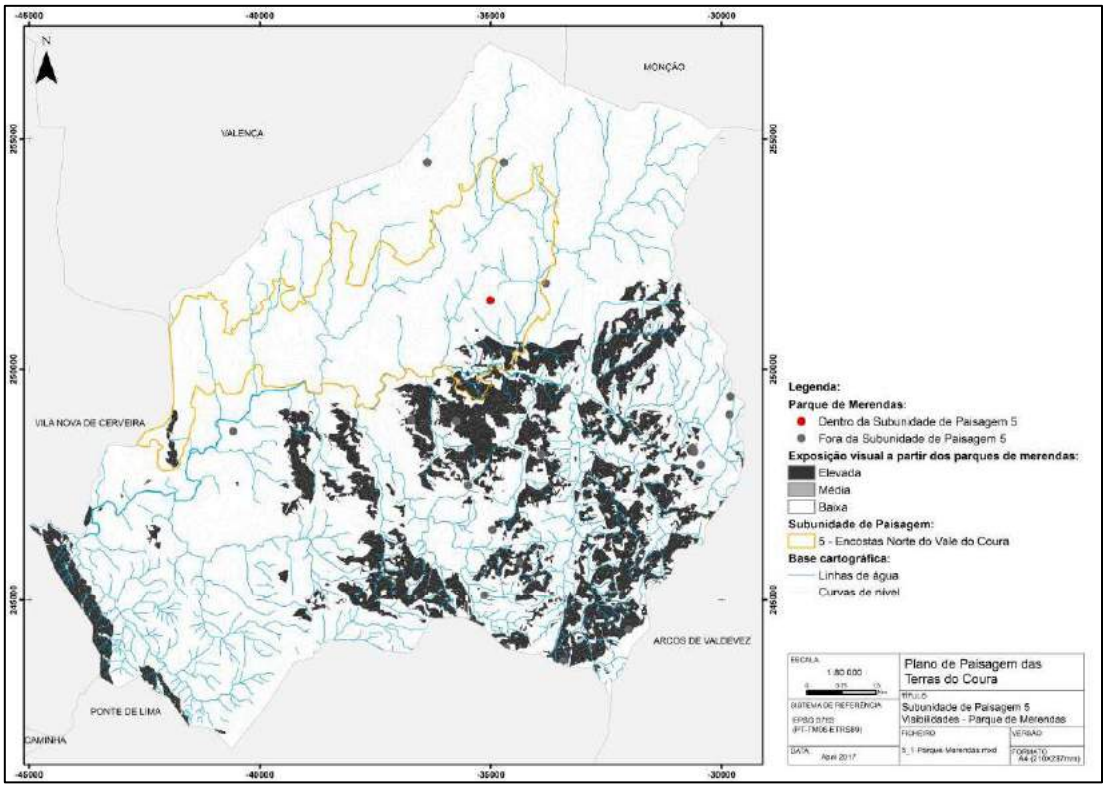
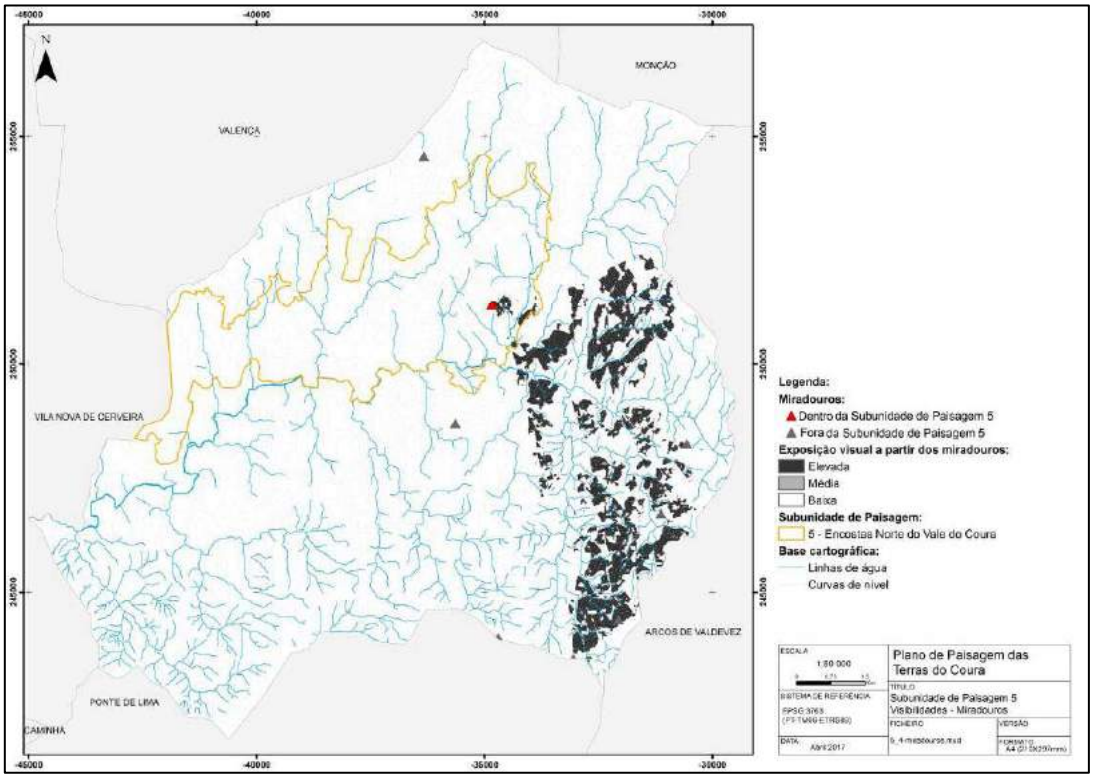


Figura 51 - Visibilidades a partir dos miradouros – subunidade de paisagem 5 | Encostas Norte do Vale do Coura



No Monte da Giesteira, situado a 603 metros de altitude, podem observar-se o Povoado Fortificado da Giesteira e a *Pia dos Quatro Abades*[72]. O percurso continua em direcção ao lugar de Venade, ao longo do qual se vai descendo, até à cota dos 500 metros, ao mesmo tempo que se transita, de uma área de matos, para uma mata de carvalhos e, posteriormente, de campos agrícolas abertos, ladeados por muros de pedra solta. De destacar, ainda, a visita ao centro do lugar de Porreiras, onde se pode contemplar a eira comunitária e os espigueiros de pedra que, naturalmente, se evidenciam na paisagem envolvente. O percurso apresenta algumas fragilidades ao nível da sinalização e da manutenção, urgindo apostar na sua reabilitação.

Figura 52 - Sinalética a indicar a Eira Comunitária de Porreiras

Fonte: http://www.aldeiasportugal.pt/sobre/8/#.WTKirWjytPY

O PR12 - «Trilho Chã da Burra», encontra-se, actualmente, inoperacional. É fundamental que este trilho seja reabilitado, de modo a poder ser utilizado, tanto mais que é através dele que se podem alcançar as áreas de planaltos da Chã da Burra. Estas, por sua vez, são ladeadas, ora por vinhas e sebes de salgueiros, ora por muros, onde o contraste com as bouças de pinheiro bravo, ou com as bouças de pinheiro bravo com orlas de folhosas ou extensas áreas de matos criando uma tão grande diversidade paisagística, que confere a este trilho um inegável valor cénico.

[72] Esta refere-se a "duas concavidades abertas em duas rochas que delimitam os territórios" (CM Paredes de Coura, 2017) das freguesias de U.F. Formariz e Ferreira, Mozelos e Padornelo.

Figura 53 - Caminhos ao longo do percurso da Chã da Burra

Fonte: http://mw2.google.com/mw-panoramio/photos/medium/8504093.jpg

- Avaliação da paisagem (Análise SWOT)

Factores Internos – Pontos Fortes
- Paisagens diversificadas; - Existência de vários pontos de observação da paisagem; - Existência de trilhos de elevada exposição visual; - Existência de trilhos, parques de merendas e miradouros, que permitem o usufruto e a contemplação; - Existência de trilhos de pastoreio com potencial para exploração turística; - O abandono agrícola tem favorecido a vegetação espontânea (zonas húmidas); - Diversidade de comunidades vegetais; - Existência de *habitats,* com potencial idêntico ou superior, aos integrados na rede natura 2000; - Manutenção da vegetação ribeirinha em alguns troços da rede hidrográfica local; - Existência de um corredor ecológico (rio coura); - Valor estético da geodiversidade; - Elevada densidade e distribuição homogénea da rede hidrográfica; - Diversidade do património cultural classificado e não classificado; - Multiplicidade de vestígios/indícios arqueológicos, transversais a um amplo período cronológico; - Conservação do traçado da Via XIX e do Caminho de Santiago; - Preservação de alguns núcleos históricos; - Preservação de algumas habitações de provável origem medieval; - Preservação de alguns exemplares, de casas-pátio e casas-sobradadas, integráveis na Idade Moderna e Contemporânea; - Abundância e diversidade do património etnográfico; - Preservação de maior parte da toponímia de origem medieval; - Em algumas zonas observa-se a manutenção da paisagem rural antiga, definida pelo parcelamento e estruturas de pedra seca; - Acessos antigos às parcelas agrícolas e áreas de exploração florestal, relativamente bem preservados; - Existência de um vasto património com possibilidade de recuperação para fins turísticos; - Aumento da capacidade de alojamento turístico em espaço rural no concelho;

- Elevado potencial agrícola para cereais de pragana;
- Elevado potencial para produção de carne em regime extensivo;
- Relação forte de identidade, de parte da população, com o rio Coura;
- Existência de espaços adequados às actividades económicas;
- Elevada qualidade cénica da paisagem.

Factores Internos – Pontos Fracos
- Fragmentação paisagística e territorial, causada pela dispersão habitacional, provocando dispersão do povoamento; - Surgimento de novas construções isoladas em meio agrícola; - Degradação do património, com o abandono dos lugares isolados; - Descaracterização e abandono de maior parte das unidades de armazenamento agrícola (espigueiros) e extinção de canastros de verga, sendo a última referência conhecida, da década de 90 do século passado; - Descaracterização e abandono de maior parte das unidades de transformação agrícola e florestal (moinhos, azenhas e serrações); - Mau estado de conservação de alguns edifícios, com valor arquitectónico e simbólico para as populações locais; - Núcleos/aldeias/aglomerados com interesse histórico/paisagístico em ruina ou descaracterizados; - Descaracterização dos vestígios mais antigos ao longo de eixos viários actuais; - Densidade de giestais e codeçais como resultado da falta de gestão; - Desadequação das técnicas de poda das árvores em espaço público; - Avanço de infestantes lenhosas; - Abandono das antigas práticas agrícolas locais; - Dispersão de chorumes por parte de diversas vacarias; - Ausência de redimensionamento das explorações agro-pecuárias; - Descaracterização dos apoios agrícolas (materiais utilizados); - Má sinalização (insuficiente) do património local; - Sinalética deficitária em alguns percursos pedestres; - Trilho inoperacional por falta de manutenção; - Mau estado de conservação da sinalética; - Falta de painéis informativos sobre a estrutura e dinâmica da paisagem; - Falta de qualidade estética de algum mobiliário urbano (*e.g.*: paragens de autocarro, contentores do lixo etc.; - Má integração na paisagem dos *rails* de protecção das várias estradas locais; - Impacto visual da zona industrial (falta de enquadramento paisagístico); - Surgimento de pequenas áreas de deposição de lixo.

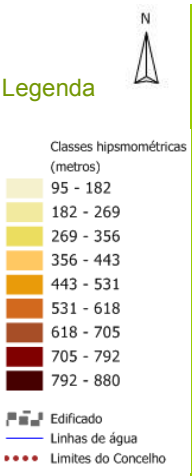
Factores Externos - Oportunidades
- Aumento da procura de actividades ligadas à natureza (*treking*, BTT, caminhadas, *geocaching*, *trails*, observação de aves, etc.); - Contexto geográfico da bacia do rio Coura, que facilita uma intervenção no âmbito da fitotecnia (contra espécies invasoras); - Grande procura dos "Caminhos de Santiago" e via romana, o que poderá potenciar a divulgação de outros sítios/vestígios, com valor histórico e arqueológico, dinamizando o turismo local e regional; - Aumento da procura turística pela geodiversidade (visitação); - Regresso ao "mundo rural" por parte de alguma população urbana; - Aumento da procura de "produtos da terra" (bio, DOP, outros); - Certificação ambiental no sector turístico (ex.: *Biosphere* hotel).

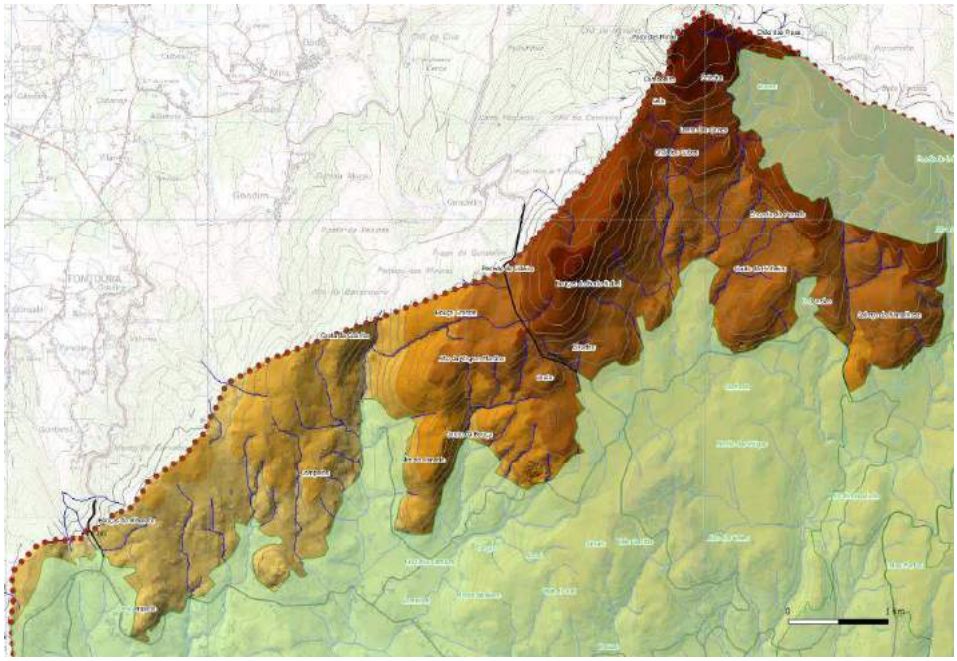
Factores Externos - Ameaças
- Incêndios com grande influência na paisagem; - Abandono de práticas ancestrais de silvicultura e agricultura; - Falta de orientação para a recuperação do património edificado; - Escassa sinalização do património arquitectónico, arqueológico e etnográfico; - Dinâmica urbanística e consequente infra-estruturação do território; - Impacto da futura ligação à zona industrial; - Área com ocorrência da espécie endémica rara *Narcissus Cyclamineus;* - Aumento da pressão sobre os recursos hídricos; - Intensificação das actividades de recreio e lazer; - Alterações climáticas.

VI – GRANITOS DE S. SILVESTRE

Área = 1537 ha
População Residente em 2011 = 8 hab.
Freguesias abrangidas = Freguesia de Cossourado; Freguesia de Ferreira; Freguesia de Formariz; Freguesia de Insalde; Freguesia de Linhares; Freguesia de Porreiras.

Legenda





Traços distintivos – Elementos individualizadores e caracterizadores do perfil e identidade

- Relevo de montanha, desenvolve-se entre as cotas de 300m a 800m, constituindo o limite Oeste da bacia hidrográfica do rio Coura e o limite do concelho, nas serras de S. Silvestre;
- Importantes cabeceiras das linhas de água, afluentes norte do rio Coura;
- Os afloramentos rochosos e os matos e incultos são característicos desta paisagem de altitude;
- A floresta de produção encontra-se em franca expansão;
- A sua envolvente é dominada pelas encostas onduladas, agrícolas e florestais, onde predominam os baldios;
- O subparque eólico do Picoto–S. Silvestre, domina a linha de cumeada, atravessando os concelhos de Paredes de Coura e Valença;
- Grande ocorrência de incêndios florestais;
- Visibilidade territorial de 360º;
- Cultura material do Paleolítico;
- Grande densidade de ocupação na Pré-história recente, materializada pelos inúmeros monumentos sob *tumuli*;
- Destaca-se o Povoado da Madorra, povoamento da Idade do Ferro,
- Apropriação de zonas de montanha na Idade Moderna, aqui presente através da construção da Capela de S. Silvestre;
- Sem ocupação humana.

Organização e dinâmica actuais da paisagem

Com uma dimensão média, esta subunidade paisagística é caracterizada pela verticalidade do seu relevo e por uma extensa área de afloramentos rochosos, correspondente a um relevo de montanha, que atinge os 800 metros de altitude, oferecendo excelentes linhas panorâmicas, sob grande parte do concelho.

Constituído, essencialmente, por rochas magmáticas, destacam-se no sector Oeste desta paisagem, o granito gnaissico (Gnaisse de Gandra), no sector central, o granodiorito e os granitos alcalinos de grão médio e no sector oriental, onde existe também uma pequena área xistosa, no Cabeço da Ramalhosa, que integra a formação do complexo xisto-migmático. Relativamente às rochas filonianas, são de referir os filões de quartzo, no sector oriental. Em termos geomorfológicos, esta subunidade é constituída por dois sectores: a sudoeste, predominam os declives intermédios e os topos aplanados e no centro-noroeste, predominam os declives de acentuados a intermédios. Os declives suaves ocupam uma área residual, onde se encontram, também, vários níveis de aplanamento.

Tratando-se da subunidade com o índice de geodiversidade mais reduzido, não se observam áreas com um índice de geodiversidade muito elevado, existindo apenas algumas áreas, de pequena dimensão, onde o índice de geodiversidade é médio ou elevado, tendo, a grande maioria da área desta subunidade uma geodiversidade muito reduzida a reduzida.

O solo com aptidão agrícola é praticamente inexistente, e cinge-se a pequenas áreas de regossolos e antrossolos, com aptidão moderada a elevada, junto dos cursos de água. Do ponto de vista da ocupação do solo, para além dos afloramentos rochosos, predomina a vegetação arbustiva baixa, sendo as áreas residenciais e florestais praticamente inexistentes, apesar destas últimas, se terem expandido, recentemente, fruto da plantação de pinheiros e eucaliptos, em determinadas áreas com aptidão florestal moderada.

A população residente (8 habitantes) é praticamente nula, tal como o número de edifícios (sensivelmente o mesmo), ademais, de construção relativamente recente.

Nesta paisagem de charneca serrana dominam os matos de substrato granítico. Apesar de ter sido uma das áreas que viu destruída, por completo, a sua vegetação, no recente incêndio florestal de 2016, aqui domina o urzal-tojal, destacando-se a carrasca (*Erica umbellata* Loefl. ex L.,), o tojo-molar (*Ulex minor* Roth), a carqueija (*Pterospartum tridentatum* subsp. *cantabricum* (Spach) Talavera & P.E.Gibbs e outras espécies, da série do carvalhal termófilo com sobreiro, nas cotas mais baixas. No topo da serra surgem outras espécies, indicadoras do carvalhal colino. As manchas de carvalhal são muito reduzidas, sendo a terceira subunidade com menor área de carvalhal "puro" (3%).

Associada a esta vegetação, o efectivo pecuário aqui dominante são as cabras da raça bravia, em pastoreio de percurso e alguns bovinos, criados em regime extensivo, que vagueiam pela serra.

- Evolução histórica da paisagem

Durante os períodos interglaciários, os primeiros caçadores hominídeos do Paleolítico terão ocupado esta subunidade. No entanto, existe registo de um único vestígio documentado desta ocupação: um *biface,* que foi encontrado na Pedreira da Corredoura.

As práticas de bosque abatido/queimado que é provável que aqui tenham acontecido, terão tido maior impacto erosivo, mercê da exposição a sul da área, batida pela chuva intensa no inverno e fustigada, frequentemente, pelo vento. A perda de solo e da fertilidade do remanescente, ao longo dos séculos, é visível, não só nos afloramentos rochosos de granito como, também, no facto de a vegetação dominante ser o urzal-tojal: indicadores seguros da incapacidade de subsistência de espécies mais exigentes. Esporadicamente, aparecem alguns carvalhos e sobreiros e alguns giestais, o que indicia a existência de algumas manchas de solo com aptidão florestal. No limite norte da subunidade, cotas próximas dos 800m, limitam a ocorrência de pinheiro bravo.

Durante o Neolítico/Calcolítico, a paisagem é monumentalizada com a construção de diversos monumentos megalíticos, isolados, ou agrupados em pequenos núcleos e que, ainda hoje, têm bastante impacto na paisagem local. Apesar da expressividade destas construções de cariz funerário, não foram, até hoje, identificadas quaisquer estruturas/assentamentos de povoamento coevos.

As construções megalíticas desta subunidade terão, certamente, desempenhado um importante papel na época em que foram levantadas, inclusive, enquanto marcos paisagísticos, função que, como se disse, conservam até hoje. Conferem-lhes este estatuto, a proeminência dos locais onde estão implantadas e o número significativo destas construções: em Centieira, Descampado, Monte do Carvalho, Couto da Pinheira, Porto Rabel, Monte de S. Silvestre, Fonte Cavada, Chão de Porreiras, Sela, Chã de Pipas e Malho.

O primeiro indício inequívoco de povoamento - com marcas -, neste território, remonta à Idade do Ferro, com o Povoado da Madorra, numa elevação de 350 m e que não possui continuidade nos períodos precedentes. Só voltam a existir vestígios de ocupação humana nesta subunidade, na Idade Moderna.

Tudo leva a crer que, no período da romanização, este território estaria desprovido de vegetação arbórea, tendo sido utilizado para pastoreio intenso, até ao século XX.

É, apenas no decorrer do século XVIII, que esta área volta a ser alvo de ocupação, sendo a construção da Capela de S. Silvestre, o mais forte indicador da (re)apropriação destes espaços serranos.

Os serviços florestais (sob regime florestal), nos anos 50 do século XX, trouxeram a tentativa de arborização com pinheiro bravo, enquanto espécie pioneira. Com capacidade de regenerar a partir dos 5 ou 6 anos[73], o objectivo foi o de produzir solo no período de uma ou duas revoluções[74]. Este esforço de florestação viria a ser interrompido, primeiro, pelo 25 de Abril de 1974, data a partir da qual os baldios foram devolvidos às comunidades e, depois, com a entrada num ciclo cada vez mais curto de

[73] Os pinhões dos jovens pinheiros são semente viável por volta dos 5 ou 6 anos ou, até, um pouco antes.
[74] Período de revolução, ou seja, o tempo necessário para a produção de madeira que, no caso do pinheiro bravo, corresponde a um período de 35 a 40 anos.

fogos, que acabou por impedir a regeneração natural do solo, interromper o ciclo de meteorização da rocha mãe e a acumulação de manta morta que se havia, entretanto começado a criar.

- Valores na paisagem – Principais Valores Presentes

1. Valores naturais e ecológicos

O Monte de S. Silvestre, na área que abarca parte da linha do festo principal, delimita a metade norte do concelho. Esta área, dominada por importantes e extensas cabeceiras de linhas de água, que seguem o seu caminho, para sul, em direcção ao rio Coura, e menores áreas com risco de erosão, integram, ambas, a REN.

As linhas de água, alternadas pelas áreas florestais que atravessam, transversalmente, esta paisagem, constituem potenciais áreas de conectividade ecológica e paisagística, entre as áreas mais montanhosas, a norte, e o vale do rio Coura, a sul.

Tratando-se da subunidade com o índice de geodiversidade mais reduzido, registam-se, apenas, algumas áreas, muito pequenas, com índice médio ou elevado.

Ainda assim, importa destacar as pequenas formas que foram sendo criadas pela acção da natureza que, ao desgastar os blocos de granito, foi moldando pequenas rochas, de forma mais ou menos circular, e que têm forte presença na paisagem agreste, desta subunidade.

2. Valores produtivos

Com baixo a moderado potencial para a produção florestal, apresenta boas condições para a produção de carne de raças autóctones,[75] em regime extensivo (cabras e vacas). A incorrecta gestão do pastoreio e as cargas animais inadequadas, a par dos fogos florestais, são os grandes responsáveis pela degradação deste espaço de charneca serrana.

[75] As raças bovinas Barrosã e Minhota têm DOP e o Cabrito das Terras Altas do Minho tem IGP.

Esta subunidade apresenta, como outras, grandes potencialidade cinegéticas, na quase totalidade da sua extensão, com elevada presença de animais silvestres de caça maior (javali e corço) e caça menor como a raposa, o coelho, o pombo bravo e a perdiz.

O sector nordeste apresenta uma extensa área com potencial para exploração de recursos geológicos, importante recurso natural. Localiza-se, também aqui, o Sub parque Eólico Picoto-São Silvestre, com dez aerogeradores, os quais procuram tirar partido das excelentes condições endógenas, que esta área apresenta, para a exploração da energia eólica, não obstante serem actividades com um impacte ambiental a ter em consideração.

3. Valores culturais, simbólicos e de habitação

De entre as diversas construções megalíticas desta subunidade destacam-se as de Centieira, Descampado, Monte do Carvalho, Couto da Pinheira, Porto Rabel, Monte de S. Silvestre, Fonte Cavada, Chão de Porreiras, Sela, Chã de Pipas e Malho.

Destaca-se, como único povoamento da Idade do Ferro, o Povoado da Madorra.

É na Idade Moderna que se dá, novamente, a apropriação dos montes, pelas populações dos vales, sacralizando espaços, até então dominados por medos e superstições, *maxime,* com a construção da Capela de S. Silvestre.

Os antigos e seculares caminhos pedonais, aqui, sobretudo, os caminhos dos pastores, têm vindo a perder a sua marca na paisagem, ainda que persistam na memória dos pastores ou descendentes, que deles se serviam.

A atribuição de topónimos, que remetem para a geodiversidade, como: “Alto da Virgem”, “Alto do Penedo”, “Chã dos Cubos”, “Lama das Covas”, "Encosta do Penedo” e “Pedra Bolideira”, são o reflexo de um sentimento de identidade local com esse património. O nome, inicialmente definido neste Plano de Paisagem, para esta subunidade: “Granitos de Porreiras”, viria a ser alterado para “Granitos de S.

Silvestre", de acordo com as opiniões trazidas pela participação pública. A mudança de denominação veio, assim, validar a reconhecida importância cultural dos granitos e da própria serra de S. Silvestre, enquanto elemento estruturante da paisagem. Anote-se, ainda, que a serra de S. Silvestre abrange toda esta área que, geograficamente, corresponde à "parede" norte de Coura.

4. Valores estéticos

Os matos têm potencial estético muito significativo nesta subunidade, dominando aqui espécies de coloração amarela (giestas) e rosada (urze). Os afloramentos rochosos, que surgem em alguns pontos notáveis da paisagem, confundem-se com os povoamentos fortificados, também eles abundantes nestas localizações, contribuindo, no seu conjunto, para a valorização cénica da paisagem.

Foto 6 - Tonalidades do Monte de São Silvestre

Esta subunidade tem uma forma tridimensional imponente, com uma linha de cumeada bem distinta e prolongada, interrompida pelos aerogeradores, o que, aliado ao facto de ter pouca cobertura vegetal, e pela existência de caos de blocos graníticos, lhe dão uma tonalidade acinzentada, tocada pela tonalidade azul e ou branca do céu.

- Principais estradas e pontos de observação e fruição da paisagem

Esta subunidade de paisagem caracteriza-se pelo relevo de montanha, onde os afloramentos rochosos e os matos predominam, excepto nas linhas de talvegues, local onde as florestas de pinheiro e de folhosas se evidenciam. Devido às suas condições topográficas, não existe ocupação humana, o que justifica que apenas se assinale um percurso viário, com cerca de 2 km de extensão: a EM509. No global, a subunidade apresenta alta amplitude visual, possibilitando uma visibilidade territorial de 360º, a

partir da linha de festo, podendo ainda ser observada a partir de todas as restantes subunidades de paisagem (figura 54).

Figura 54 - Visibilidades a partir da rede viária – subunidade de paisagem 6 | Granitos de S. Silvestre

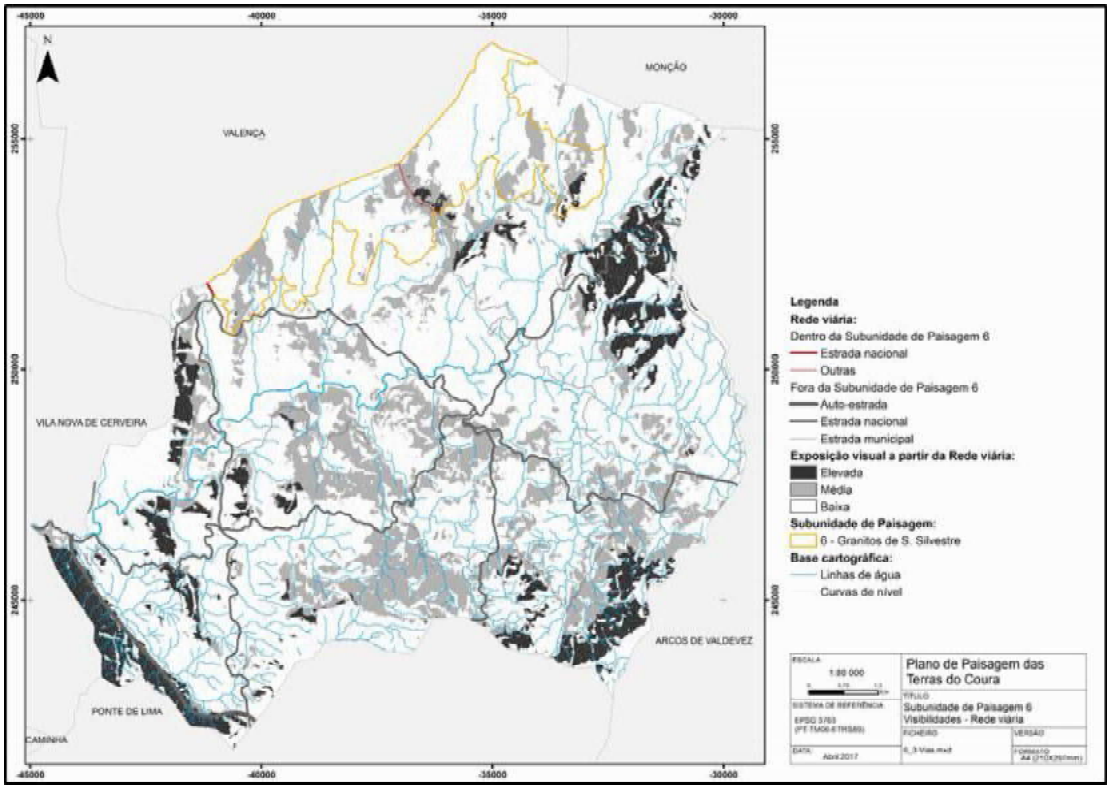
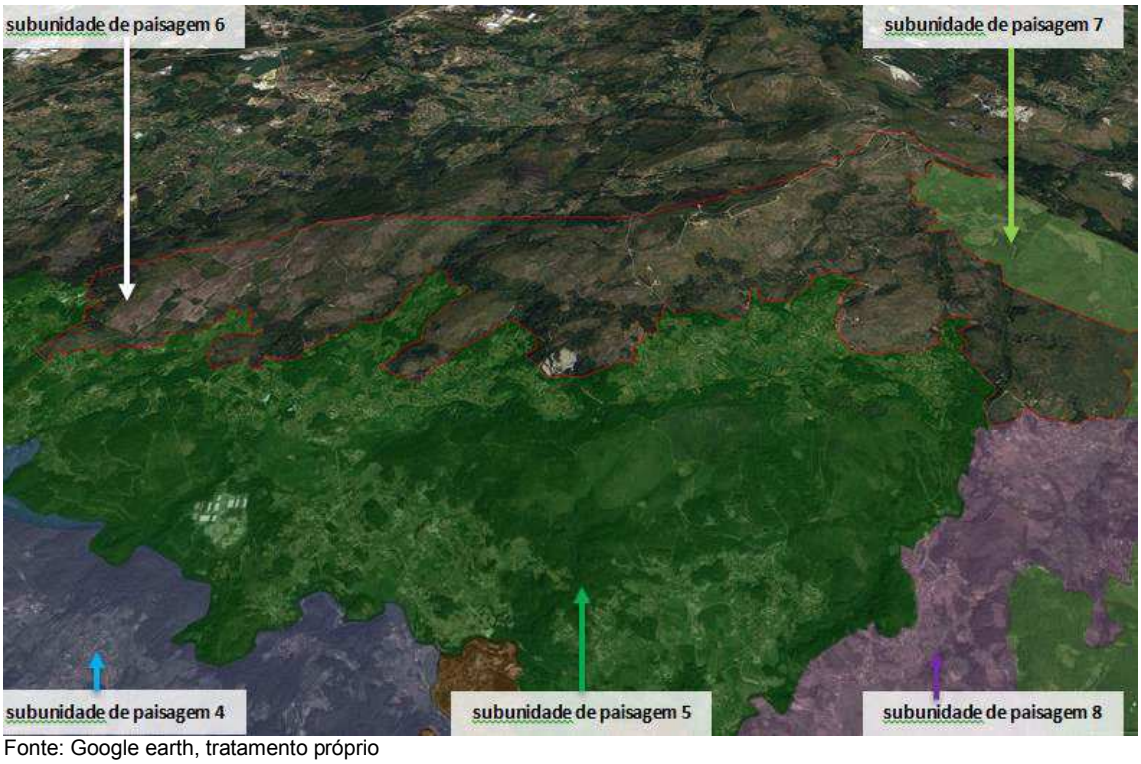


Figura 55 - Subunidade de paisagem 6 | Granitos de S. Silvestre. Relação com as subunidades de paisagem adjacentes



Fonte: Google earth, tratamento próprio

A EM509 caracteriza-se por ser um percurso de altitude, de curta extensão (cerca de 2km), com um significativo carácter remoto, cuja única evidência de intervenção humana se deve à instalação do parque eólico do Picoto – S. Silvestre (figura 57).

Situado ao longo da linha de cumeada, atravessa os concelhos de Paredes de Coura e Valença. A sua instalação diminui bastante a sensação remota e natural da paisagem presente, bem como diminuem a escala do Monte de S. Silvestre. Apesar disto, a elevada altitude em que esta via se insere permite uma maior expansão visual em relação aos restantes percursos, previamente indicados nas demais subunidades de paisagem, onde os matos e os afloramentos rochosos, nos quais os cavalos selvagens pastam, nos remetem novamente para um local longínquo no tempo.

Figura 56 - Via panorâmica – EM509 – Monte de S. Silvestre

Fonte: Google earth, tratamento próprio

Figura 57 - Parque eólico do Picoto–S. Silvestre

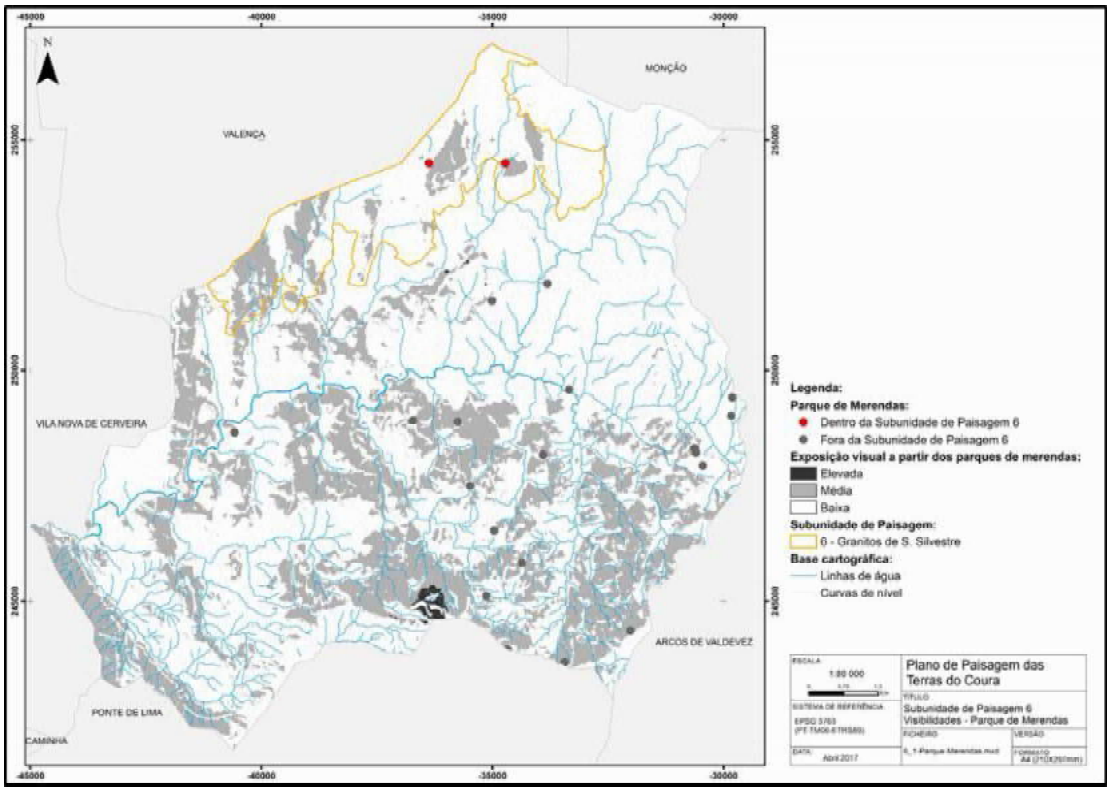
Fonte: Google earth, tratamento próprio

Figura 58 - Paisagem dominada por matos. Os garranos no Monte de S. Silvestre

Fonte: Eduardo Cequeira http://static.panoramio.com/photos/large/83010994.jpg

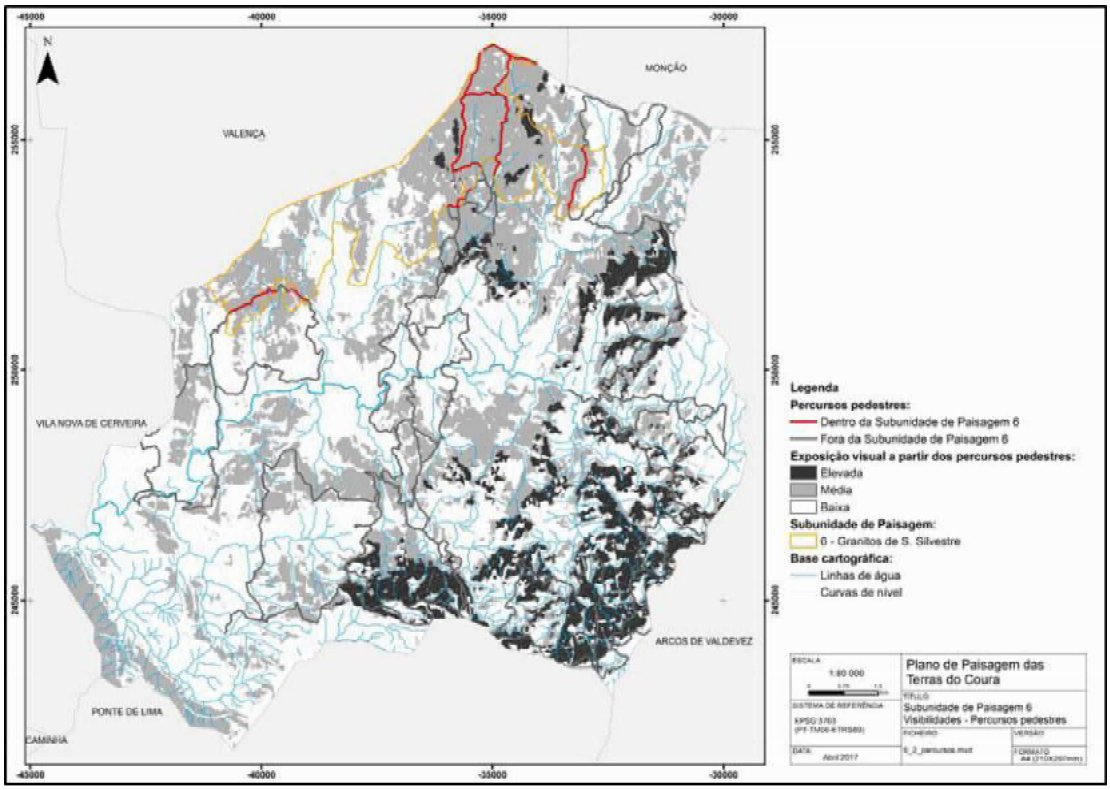
Associado a este percurso, é possível fazer-se um pequeno desvio e aceder ao miradouro de S. Silvestre, situado à cota de 736 metros, junto ao qual há um parque de merendas, com elevada exposição visual que convida à sua permanência no local. Existe ainda outro parque de merendas – Couto da Pinheira –, o qual oferece interessantes perspectivas visuais, sobre a paisagem das Terras do Coura, mas que, tal como o anterior, necessita de uma intervenção paisagística que melhore as suas condições de estadia e recreio.

Figura 59 - Visibilidades a partir dos parques de merendas – subunidade de paisagem 6 | Granitos de S. Silvestre



Esta subunidade é dotada, ainda, dos percursos pedestres PR10 - «Trilho do Pastor», PR11 - «Trilho Pias dos 4 Abades», PR12 - «Trilho Chã da Burra», PR16 - «Trilho da Boualhosa» e GR17 - «Travessia do Alto Coura» (figura 60). Destes, pelo seu interesse cénico e vistas panorâmicas, destaca-se o PR10 – «Trilho do Pastor» que, actualmente, se encontra inoperacional. Neste percurso, é possível observar os vales do rio Minho e do rio Coura, a partir do marco geodésico, localizado a 782 metros de altitude.

Figura 60 - Visibilidades a partir dos percursos pedestres – subunidade de paisagem 6 | Granitos de S. Silvestre



- Avaliação da paisagem (Análise SWOT)

Factores Internos – Pontos Fortes
- Existência de vários pontos de observação da paisagem, como miradouros, parques de merendas ou percursos viários; - Existência de áreas/percursos de elevada exposição visual; - Existência de bons trilhos e miradouros; - Existência de caminhos florestais, que possibilitam a criação de um percurso em toda a extensão, permitindo a leitura das subunidades adjacentes; - Existência de trilhos de pastoreio com potencial para exploração turística; - Manutenção da vegetação ribeirinha em alguns troços da rede hidrográfica local; - Valor estético da geodiversidade; - Existência de vestígios/indícios arqueológicos, conotados com rituais de enterramento da Pré-história recente e um povoado da Idade do Ferro; - Em algumas zonas mantem-se a paisagem rural antiga, definida pelo parcelamento e estruturas de pedra seca; - Elevado potencial para produção de carne, em regime extensivo.

Factores Internos – Pontos Fracos
- Florestação de cumeadas, com recursos a lavras florestais; - Densidade de giestais e codeçais como resultado da falta de gestão; - Avanço de infestantes lenhosas; - Descaracterização dos apoios agrícolas (materiais utilizados); - Má sinalização (insuficiente) do património local; - Falta de sinalética a indicar os trilhos existentes; - Falta de qualidade dos parques de merendas existentes; - Sinalética deficitária em alguns percursos pedestres; - Mau estado de conservação da sinalética; - Trilhos inacessíveis por falta de manutenção; - Mau estado das mesas de leitura da paisagem; - Falta de painéis informativos sobre a estrutura e dinâmica da paisagem; - Falta de qualidade estética de algum mobiliário urbano (*e.g.*: paragens de autocarro, contentores do lixo etc.; - Má integração na paisagem dos *rails* de protecção das várias estradas locais.

Factores Externos - Oportunidades
- Aumento da procura de actividades ligadas à natureza (*treking*, BTT, caminhadas, *geocaching*, *trails*, observação de aves, etc.); - Contexto geográfico da bacia do rio Coura, que facilita uma intervenção no âmbito da fitotecnia (contra espécies invasoras); - Aumento da procura turística da geodiversidade (visitação); - Aumento da procura de “produtos da terra” (bio, DOP, outros).

Factores Externos - Ameaças
- Risco de incêndio; - Incêndios com grande influência na paisagem; - Aumento do período (meses) propício aos incêndios florestais; - Disponibilidade de maquinaria pesada para as actividades agro-silvícolas; - Escassa sinalização do património arqueológico; - Aumento da pressão sobre os recursos hídricos; - Intensificação das actividades de recreio e lazer; - Ocorrência de Alterações climáticas.

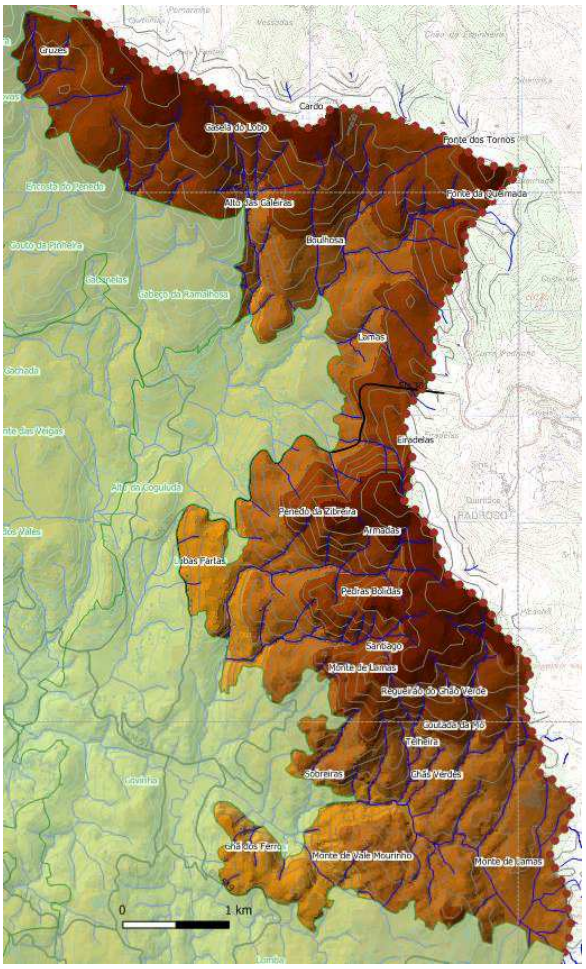
VII – MONTES DA BOALHOSA E PLANALTO DE LAMAS

Área = 1818 ha
População Residente em 2011 = 72 hab.
Freguesias abrangidas = Freguesia de Insalde; Freguesia de Padornelo; Freguesia de Parada; Freguesia de Porreiras; Freguesia de Vascões.

Legenda

Classes hipsmométricas (metros)
- 95 - 182
- 182 - 269
- 269 - 356
- 356 - 443
- 443 - 531
- 531 - 618
- 618 - 705
- 705 - 792
- 792 - 880

Edificado
Linhas de água
Limites do Concelho



Traços distintivos – Elementos individualizadores e caracterizadores do perfil e identidade

- Subunidade de altitude elevada, desenvolvida entre os 500m e os 800m de altitude, constituindo o limite este da bacia hidrográfica do rio Coura e o limite do concelho, nos montes da Boulhosa e Monte Barreiros, em Arcos de Valdevez;
- Apresenta uma rede hidrográfica pouco densa, permanente e superficial, que corresponde às cabeceiras orientais do rio Coura;
- Os afloramentos rochosos, os matos e a floresta de produção são característicos desta paisagem de altitude, onde proliferam as plantações de eucaliptos;
- A dimensão dos baldios é expressiva, indiciando a plantação de espécies de produção;
- A agricultura tem alguma expressão nos planaltos com "lameiros".
- O carvalhal constitui um mosaico, quer com as plantações florestais, quer com outras folhosas.
- Integra percursos e trilhos com paisagens de elevado valor cénico.
- Integra uma pequena área da RN2000, fundamentalmente com *habitats* do mosaico agro-florestal e matos e vegetação pioneira;
- Grande ocorrência de incêndios florestais;
- Ocupação intensa durante a Pré-história recente;
- Ocupação humana residual e local de implantação da Colónia Agrícola de Vascões e do CEIA;

Organização e dinâmica actuais da paisagem

Esta paisagem caracteriza-se por ser uma área planáltica, cujas cotas variam entre os 500 e os 800 metros, correspondendo às cabeceiras orientais do rio Coura onde, para além das áreas incultas e florestais, se destaca a subsistência de pequenas áreas agrícolas de montanha. No contexto das várias subunidades, esta apresenta uma dimensão média.

Em termos litológicos, distinguem-se, nesta subunidade, diferentes conjuntos de áreas. A noroeste da subunidade, com início no ribeiro dos Grilos e fim aproximado no regueiro do Fojo, domina o complexo xisto-migmático, que se repete, numa pequena área, na proximidade de vale Escuro e numa mancha considerável, que se estende desde o sul das Pedras Bolidas até ao Monte de Lamas, a sul da colónia agrícola. A restante área é dominada, a norte, pelos granodioritos e, a sul, pelo granito calco-alcalino porfiróide de grão grosseiro. Toda a área é pontuada por filões pegmatitos, aplito-pegmatitos e de quartzo.

Relativamente à análise geomorfológica, no sector norte-centro predominam os declives acentuados, correspondendo os topos aplanados, aos limites concelhios. A sul, predominam os declives intermédios e acentuados e, na parte mais oriental (Lamas) ocorrem declives suaves e fundos aplanados.

Em termos de geodiversidade, destacam-se dois *hotspots*, que ocorrem na Telheira, um e, em Lamas, outro. As áreas com menor índice de geodiversidade são as que se localizam na proximidade de Cruzes/Casela do Lobo.

Aqui, os solos agrícolas são dominados pelos regossolos (dístricos ou úmbricos, ambos órticos) e pelos antrossolos (cumúlicos dístricos), que conferem uma aptidão agrícola, normalmente moderada, mas, também elevada, em determinadas áreas da subunidade. A aptidão florestal é, sobretudo, moderada, nas cotas inferiores e marginal, nas cotas superiores.

A ocupação do solo é, sobretudo, de vegetação arbustiva baixa, aparecendo algumas áreas afectas a culturas anuais e algumas áreas florestais com carvalhos e pinheiros.

É uma paisagem serrana com charneca (xistosa e granítica) e florestal (uma boa parte de produção intensiva recente), mas onde persistem carvalhais e outros bosques nativos, em mosaico. É uma área da série de carvalhal colino e, na Chã de Lamas, destacam-se os bosques ribeirinhos e vegetação aquática pontual.

Parte do seu limite centro/sul coincide com o Sítio da Rede Natura 2000 – Corno do Bico, numa área com 828 hectares, o que equivale a 18% do Sitio, incluindo mosaicos de *habitat*s de rios colinos (prioritário), matos e vegetação pioneira (tojais, urzais, etc.), mosaico agro-florestal e mosaico serial colino, com os seus carvalhais. O Plano Sectorial da Rede Natura 2000 refere, também, a ocorrência da espécie *Bruchia vogesiaca*, nas proximidades do lugar das Cortinhas.

A metade sul desta subunidade, encontra-se, desde a sua criação em 1999[76], ainda afecta à Paisagem Protegida do Corno de Bico e, como tal classificada, devido à sua riqueza biofísica e paisagística, tendo sido as regras de protecção, ordenamento e gestão[77], inicialmente constantes do respectivo estudo do Plano de Ordenamento, integradas no regulamento do PDM de Paredes de Coura. O estudo do plano de gestão individualizou um conjunto de paisagens homogéneas, comunidades de paisagem: os Campos de Sobreiras, os Campos de Vascões e o Monte de Lamas as quais, no contexto do presente documento (Plano de Paisagem), se incluem nesta subunidade.

O núcleo urbano existente – Colónia Agrícola de Vascões - mantém a sua estrutura habitacional original, com diminuição da população residente e, actualmente, com grande parte das habitações desocupadas. As habitações apresentam-se muito descaracterizadas, tendo sido adaptadas pelos residentes, ao modo de vida actual. O exterior dos logradouros foi, igualmente, sendo ocupado com pequenos anexos, construídos em alvenaria de tijolo, tal como os muros que limitam as habitações.

O Centro de Interpretação e Educação Ambiental (CEIA) é um equipamento de utilização colectiva, construído em 2007 e inserido na Paisagem Protegida do Corno

[76] Através do Decreto Regulamentar n.º 21/99, de 20 de setembro.
[77] Estudos do Plano de Ordenamento da Paisagem Protegida do Corno de Bico ERENA/CMPC/ICNB, 2008, datado de Novembro 2008, mas sem eficácia legal.

de Bico; dá apoio às actividades que aí se promovem e atrai um conjunto diversificado, de visitantes interessados na temática ambiental. O objectivo da autarquia, para este local, é promover uma variedade de equipamentos - de que o futuro centro de BTT é exemplo -, que o transformem em ponto de encontro das actividades de recreio e lazer na natureza.

A subunidade conta, actualmente, com uma população de 72 pessoas, concentradas na Colónia Agrícola de Vascões, ou isoladas em habitações dispersas, com uma densidade populacional de 4 hab/km^2, registando-se perda de população desde o início do século XX. A população activa reparte-se, sobretudo, pelos sectores secundário e terciário.

Os 56 edifícios registados em 2011, correspondem, a uma densidade construtiva muito baixa - 3 edifícios por hectare -, concentrados em dois núcleos excêntricos às principais vias, um nas imediações da Cooperativa da Boulhosa e, outro, na *supra* referida Colónia de Vascões. A grande maioria dos edifícios - 30, para ser mais exacto -, foram construídos entre 1946 e 1960, a época correspondente à instalação da colónia agrícola de Vascões e incluem os edifícios habitacionais e os edifícios complementares, destinados a equipamentos de utilização colectiva, como a escola primária, o forno e as oficinas ou armazéns dos produtos agrícolas.

- Evolução histórica da paisagem

Esta subunidade acompanha a linha de festo e prolonga-se por chãs e áreas aplanadas, em contraponto com outras áreas declivosas, no limite sul. O sistema de bosque abatido/queimado da antiguidade, terá feito desaparecer o teixo (*Taxus baccata*) que é pouco resistente ao fogo, mas permitiu o desenvolvimento do sistema pós floresta, de cultura de cereais, pousio e criação de gado bovino, caprino e ovino, com pastagens de secadal ou instalação de lameiros com rega de lima.

As primeiras comunidades a habitar esta subunidade, apropriando-se do território de modo mais ou menos permanente, terão construído um *habitat* na Boulhosa, deixando-nos restos da sua cultura material, representações simbólicas e locais de

enterramento, que nos revelam a forma das estruturas de assentamento, as manifestações de hierarquização social e de rituais de enterramento.

Os conjuntos de estruturas megalíticas dispersas pela Chã de Lamas, Armada, Monte Cardio e Oural das Éguas, constituem os melhores exemplos da referida materialização ocorrida nesta época.

No período da romanização, tudo leva a crer, que continuado a ser usada a técnica de bosque abatido e queimado, para a produção de pastagem e cereais de pragana**,** principalmente centeio, atendendo à altitude. Com a deslocação da população para zonas de cota inferior**,** como forma de garantir o cultivo dos terrenos mais húmidos, que vinham sendo desflorestados, é natural que tenha havido alguma regeneração do bosque nativo, onde predominariam as espécies ripícolas como salgueiros, choupos, freixos, bétulas, etc..

Durante a Idade Média, surgem indícios de reocupação deste território. Uma ténue ocupação, que se materializa na identificação da toponímia de um lugar de origem medieval, não possuindo, no entanto, qualquer evidência de estruturação, pelo que, é provável que tenha sido uma tentativa de expansão do povoamento, mal sucedida. A edificação da Capela de S. Tiago, que poderá remontar a essa época, demonstra que a apropriação de zonas de montanha deverá ter tido início neste período, prolongando-se até aos dias de hoje.

A construção de unidades de transformação, a partir da Idade Moderna, virão demonstrar, a reocupação inequívoca e definitiva deste território. Os moinhos e as serrações, dispostas ao longo das linhas de água, na proximidade do vale, e a colónia agrícola de meados do século XX, caracterizam o povoamento actual.

Nos anos 50 do século XX, no âmbito da colonização interna realizada em Portugal, boa parte desta subunidade foi utilizada para a produção de “batata de semente”, aproveitando-se, assim, as condições de frescura do clima, a boa fertilidade e a disponibilidade de água no solo, até ao final da primavera. A qualidade dos solos da Chã de Lamas foi determinante na escolha deste local, para a implantação da colónia agrícola, orientada para a produção bata, de centeio e produção de gado bovino e

ovino, aproveitando todo o potencial produtivo, do solo agrícola e da serra envolvente. Assim se tirava o máximo partido dos restolhos e das pastagens, permanentes ou temporárias, muitas vezes fertilizadas a rabo de ovelha.

Do ponto de vista da ocupação urbana, esta subunidade apenas foi habitada a partir de 1957, ano de início da ocupação humana da referida colónia de Vascões. O declínio da ocupação ocorre, fundamentalmente, nos anos 80, altura a partir da qual foi votada ao abandono, até ser criada a Paisagem Protegida do Corno de Bico, em 1999.

No início dos anos 90, a produção da batata de semente perdeu interesse, face ao aumento da temperatura na primavera, que tornou impossível controlar os afídios, que são vectores de vírus e desvalorizam os tubérculos para plantações de primeiro ano. Desde então, boa parte da área passou a ser usada para a criação de gado em pastoreio directo. As áreas abandonadas estão ocupadas por carvalhal e matos, com manchas de giestal.

A partir da década de 90, a autarquia iniciou um processo de dinamização desse território, potenciando o seu desenvolvimento e fruição pela população residente e pelos visitantes. É, assim, construído, em 2007, no local previsto para a Capela e o Posto Médico da Colónia, o Centro de Interpretação Ambiental do Corno de Bico. Com a introdução desta componente de recreio e lazer, deu-se uma viragem na utilização e no conhecimento deste território, quer por parte dos courenses, quer por parte dos visitantes. Actualmente, os poucos habitantes que aí residem são, salvo raras excepções, descendentes dos colonos, factor que ajuda a manter viva a memória e a identidade da comunidade.

- Valores na paisagem – Principais Valores Presentes

1. Valores naturais e ecológicos

Como valores naturais e ecológicos desta subunidade, apontam-se: os 16,6% de solos que, em virtude das suas características, têm boa adequação para a prática agrícola,

estando classificados como RAN; as áreas afectas à REN, nomeadamente as áreas com risco de erosão e as cabeceiras das linhas de água, a oriente.

Na metade centro/sul da subunidade, destacam-se os mosaicos de *habitat*s de rios colinos (prioritário), matos e vegetação pioneira (tojais, urzais, etc.); o mosaico agro-florestal e o mosaico serial colino com os seus carvalhais; assim como a espécie *Bruchia vogesiaca*, localizada[78] no lugar das Cortinhas[79].

Com valor ecológico, estão identificadas, ainda, as sebes ribeirinhas de Chã de Lamas (e Lagoa da Salgueirinha), o Curro Pedrinho, a Boulhosa, e as sebes/bosquetes de carvalhais**,** a norte de Insalde.

A área da subunidade, que integra a Paisagem Protegida do Corno de Bico, apresenta um conjunto de características biofísicas e paisagísticas, que deram lugar à classificação de um conjunto de paisagens homogéneas**,** de entre as quais sobressaem os Campos de Sobreiras, os Campos de Vascões e o Monte de Lamas[80].

Em termos de geodiversidade, destacam-se os *hotspots* da Telheira e de Lamas.

2. Valores produtivos

Dotada de um solo de aptidão agrícola, com algumas limitações, esta subunidade pode vir a ser direccionada para a criação de pastagens, aptas a sustentar bovinos de raças autóctones, como acontece no território da antiga cooperativa da Boualhosa; e permitir a instalação de compartimentação e abrigo, com bosquetes de sebes vivas, diminuindo a exposição do solo à erosão e impedindo a produção de biomassa, que acaba consumida pelos recorrentes incêndios, que tudo destroem.

Integra, na metade norte, uma zona de caça associativa, com elevada presença de animais silvestres de caça maior (javali e corço) e, também, de caça menor, como o coelho, o pombo bravo, e a perdiz.

---

[78] Pelo Plano Setorial da Rede Natura 2000, ICNF.
[79] No Sitio da Rede Natura 2000 – Corno do Bico.
[80] Estudos do Plano de Ordenamento da Paisagem Protegida do Corno de Bico ERENA/CMPC/ICNB, 2008.

Os recursos geológicos têm, aqui, também potencial explorativo, nomeadamente, na envolvente da Chã de Lamas.

Ainda que de forma indirecta, a existência do CEIA e a constante promoção pela Autarquia, de atividades ligadas à natureza e à promoção ambiental desta Subunidade, potenciam, através da atracção de visitantes a este território, o aparecimento de diferentes atividades económicas na população residente, nas subunidades vizinhas, como sejam o alojamento turístico e a restauração.

3. Valores culturais, simbólicos e de habitação

Os conjuntos de estruturas megalíticas, dispersas pela Chã de Lamas, Armada, Monte Cardio e Oural das Éguas, bem como os moinhos e serrações, marcam a ocupação territorial de forma muito ténue, constituindo, ainda assim, elementos patrimoniais que importa valorizar.

As tradições orais populares, que subsistem até hoje, referem, a partir da Idade Moderna, a capela de S. Tiago como sendo um convento da Ordem dos Templários, sendo frequentemente afirmado pelos populares, que o local onde está a capela seria um convento de padres.

Os antigos e seculares caminhos pedonais, aqui, sobretudo, coincidentes com os caminhos dos pastores, têm vindo a perder a sua marca na paisagem, ainda que persistam na memória dos pastores (e seus descendentes), que deles ainda se serviram.

Os topónimos “Penedos da Zibreira”, “Vale Escuro”, “Pedras Bolidas”, “Chãs Verdes” e “Chã”, são elementos e valores identitários locais, que nos remetem para a geomorfologia da área. No âmbito da participação pública, foram ainda apontados a “Fonte de Pedra” e o “Penedo do Lobo”, para além de uma referência dos residentes às minas aqui existentes. Toda esta área oriental do concelho é reconhecida como ponto de origem, de muitas das linhas de água, que alimentam a metade montante do rio Coura, reflectindo-se esta abundância de água nos topónimos aqui existentes.

O núcleo da Colónia Agrícola de Vascões constituiu um conjunto construído, emblemático da arquitectura moderna (regionalista) do Estado Novo, importante para a cultura local e simbólico da comunidade agrícola aí residente. Os assentamentos projectados e construídos, pela Junta de Colonização Interna (JCI), foram os únicos aglomerados urbanos, programados de raiz, enquanto lugar destinado a uma vida autossuficiência, da comunidade aí instalada. Foram assim, projectados com equipamentos de utilização colectiva, como a Escola primária, a Casa do Professor, o forno comunitário, o Posto Médico e a Capela (os dois últimos não chegaram a ser construídos).

4. Valores estéticos

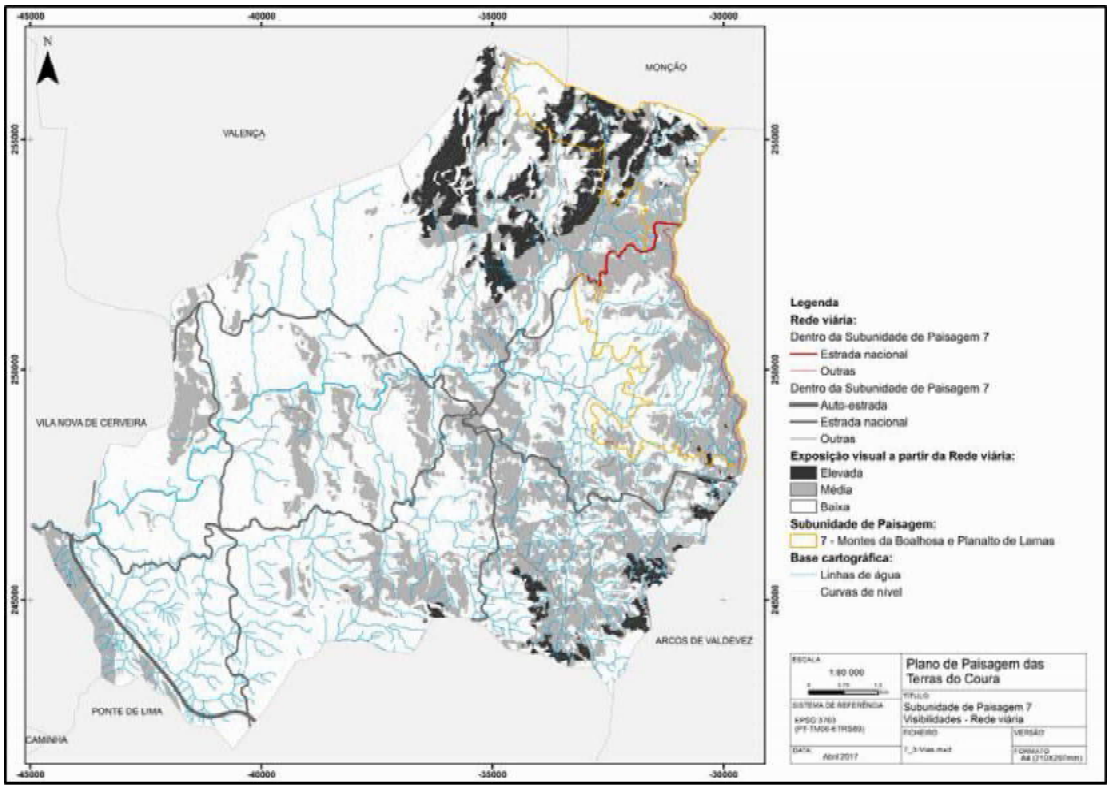
A forma urbana da Colónia Agrícola de Vascões, destaca-se da morfologia dos restantes lugares deste território e deixa na paisagem uma harmoniosa marca urbana, que constitui um valor estético a preservar e reabilitar, no seu conjunto.

O edifício do Centro de Interpretação Ambiental – CEIA, integrado na Colónia Agrícola constitui, do ponto de vista da arquitectura contemporânea, um valor que preserva o ambiente natural envolvente.

- Principais estradas e pontos de observação e fruição da paisagem

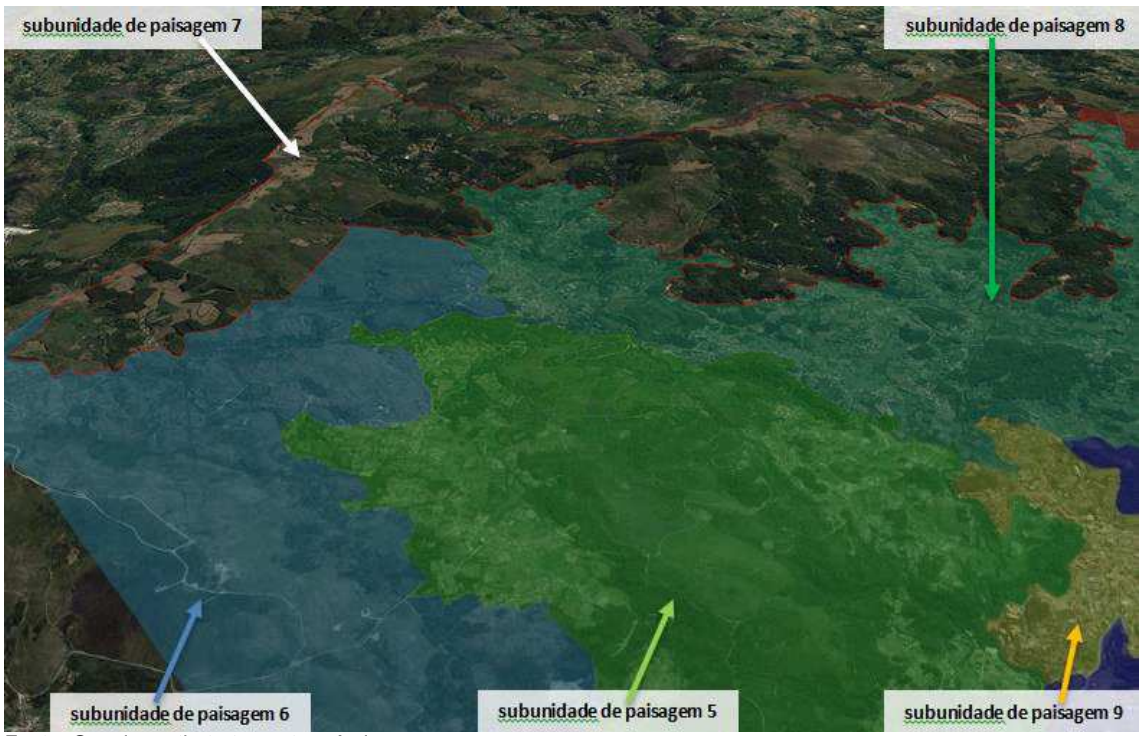
O percurso viário com maior interesse paisagístico nesta subunidade, corresponde àquele que, com início, no cruzamento da EN303, segue na direcção à Colónia Agrícola de Chã de Lamas (Vascões) e, desta, continua até à Cooperativa Agrícola da Boulhosa. Este percurso é paralelo aos limites administrativos, entre os concelhos de Paredes de Coura e Arcos de Valdevez e apresenta, globalmente, uma exposição visual, de alta a média (figura 61).

Figura 61 - Visibilidades a partir da rede viária – subunidade de paisagem 7 | Montes da Boulhosa e Planalto de Lamas



Esta subunidade de paisagem apresenta relação visual com todas as demais, podendo ser observada a partir de qualquer uma delas. Além disso, destaca-se pela elevada diversidade visual e paisagística, nela podendo ser observados inúmeros valores da paisagem.

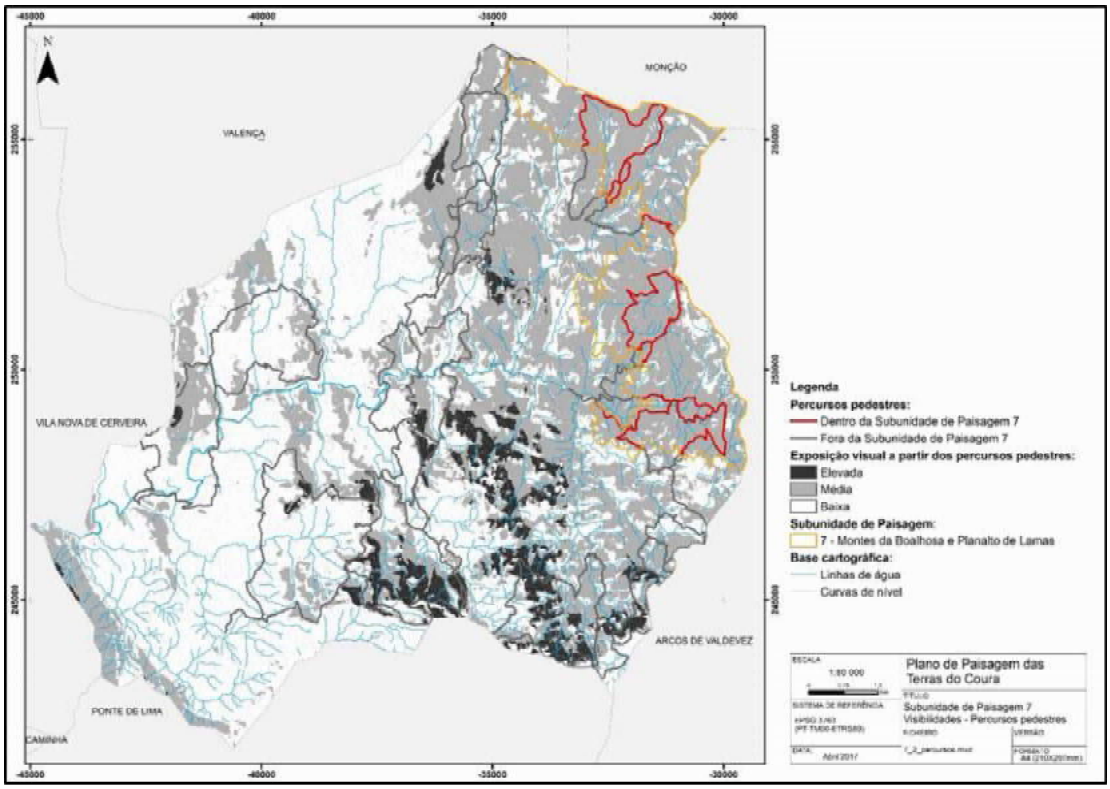
Figura 62 - Subunidade de paisagem 7 | Montes da Boulhosa e Planalto de Lamas



Fonte: Google earth, tratamento próprio

Outra forma de contemplar esta paisagem é através dos seus percursos pedestres que, nesta subunidade, são três: o PR06 - «Trilho Megalítico», o PR13 - «Trilho Vale Escuro», e o PR16 - «Trilho da Boulhosa» e, qualquer deles, de grande abrangência visual e elevada qualidade cénica.

Figura 63 - Visibilidades a partir dos percursos pedestres – subunidade de paisagem 7 | Montes da Boulhosa e Planalto de Lamas



O PR06 - «Trilho Megalítico» de Vascões permite-nos contemplar a paisagem de montanha de Bico. Ao longo do percurso podem observar-se fantásticas bouças de *Quercus robur*, que alternam com áreas de matos densos ou de vegetação herbácea natural, diversidade esta que contribui para um elevado valor cénico do percurso. Na proximidade da Colónia Agrícola**,** predominam vastas áreas de culturas agrícolas de sequeiro. Aqui, para além dos elementos naturais e arquitectónicos**,** que contribuem para a riqueza do percurso, destaca-se o Núcleo Megalítico de Chã de Lamas. Este trilho apresenta moderada deficiência ao nível da sinalética e da manutenção, devendo ser alvo de intervenção.

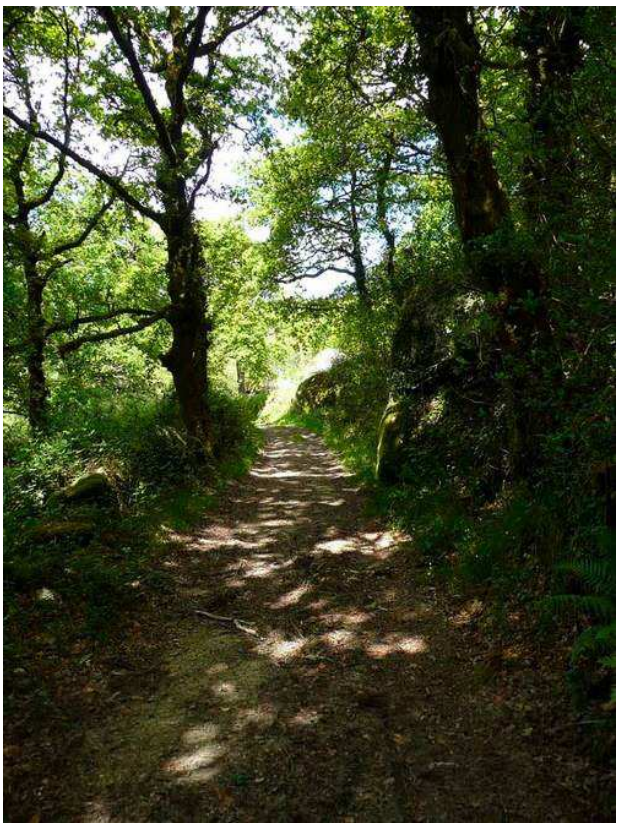
Foto 7 - Colónia Agrícola de Lamas, Monte Barreiros

Foto 8 - Centro de Educação e Interpretação Ambiental na Colónia Agrícola de Chã de Lamas

Foto 9 - Colónia Agrícola de Lamas, Monte Barreiros

O PR13 - «Trilho Vale Escuro», destaca-se pelas vistas panorâmicas, a partir do monte de S. Tiago, onde se localiza o santuário com o mesmo nome, de onde se pode observar grande parte da paisagem de Paredes de Coura. Neste percurso podem, ainda, contemplar-se áreas de grande riqueza florística, a partir do marco geodésico do Vale Escuro (767 metros): "*Deste ponto, podemos observar os pequenos bosques de folhosas autóctones que vão compartimentando os campos de cultivo e as áreas de pastagem, criando um atractivo mosaico rural*" (CM Paredes de Coura, 2017). Estamos na presença de uma paisagem de elevado valor cénico, cuja contemplação deve ser acompanhada de pontos de observação, a criar, com painéis de leitura e explicação do carácter da mesma. Presentemente, este trilho, de elevada beleza, está inoperacional, devendo ser proposta a sua requalificação e concomitante divulgação, junto dos habitantes e visitantes de Paredes de Coura.

Figura 64 - Trilho do Vale Escuro. Diversidade cromática e textural da vegetação autóctone



Fonte: https://pt.wikiloc.com/wikiloc/imgServer.do?id=274889

O PR 16 - «Trilho da Boulhosa», tal como o anterior, encontra-se em estado inoperacional, devendo propor-se a sua requalificação, tanto mais que estamos perante um percurso de elevado valor cénico. Este trilho permite-nos percorrer a zona mais elevada da Serra da Boulhosa e admirar o mosaico desta paisagem, onde a pastagem de montanha, os bosques de carvalho e a ocupação humana, representada pela Colónia Agrícola de Vascões, nos transportam para uma paisagem bucólica e arrebatadora.

Foto 10 - Perspectiva sobre a paisagem do Monte da Boulhosa

Dos miradouros e parques de merendas existentes, destaca-se o do Alto do Castro, tanto pela sua elevada exposição visual, quanto pela abrangência sobre a paisagem de Paredes de Coura. Alerta-se para a necessidade de serem criados pontos de contemplação e usufruto da paisagem, no Monte de Lamas.

Figura 65 - Visibilidades a partir dos parques de merendas – subunidade de paisagem 7 | Montes da Boulhosa e Planalto de Lamas

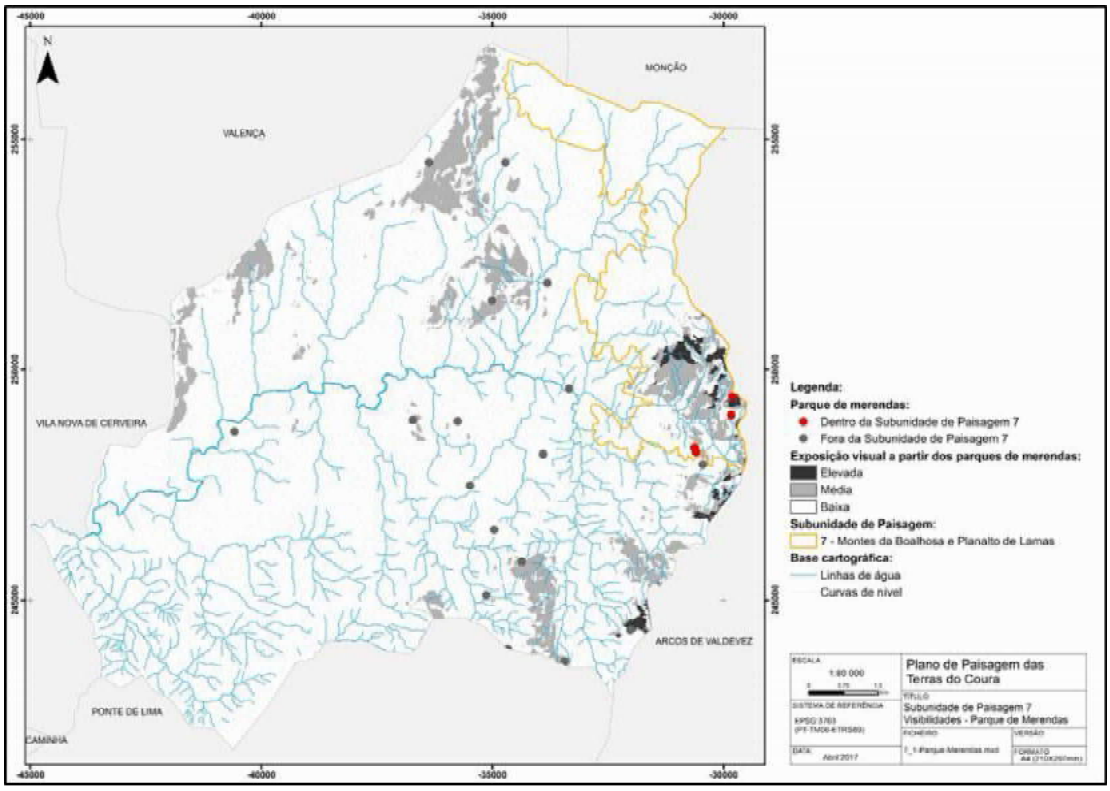
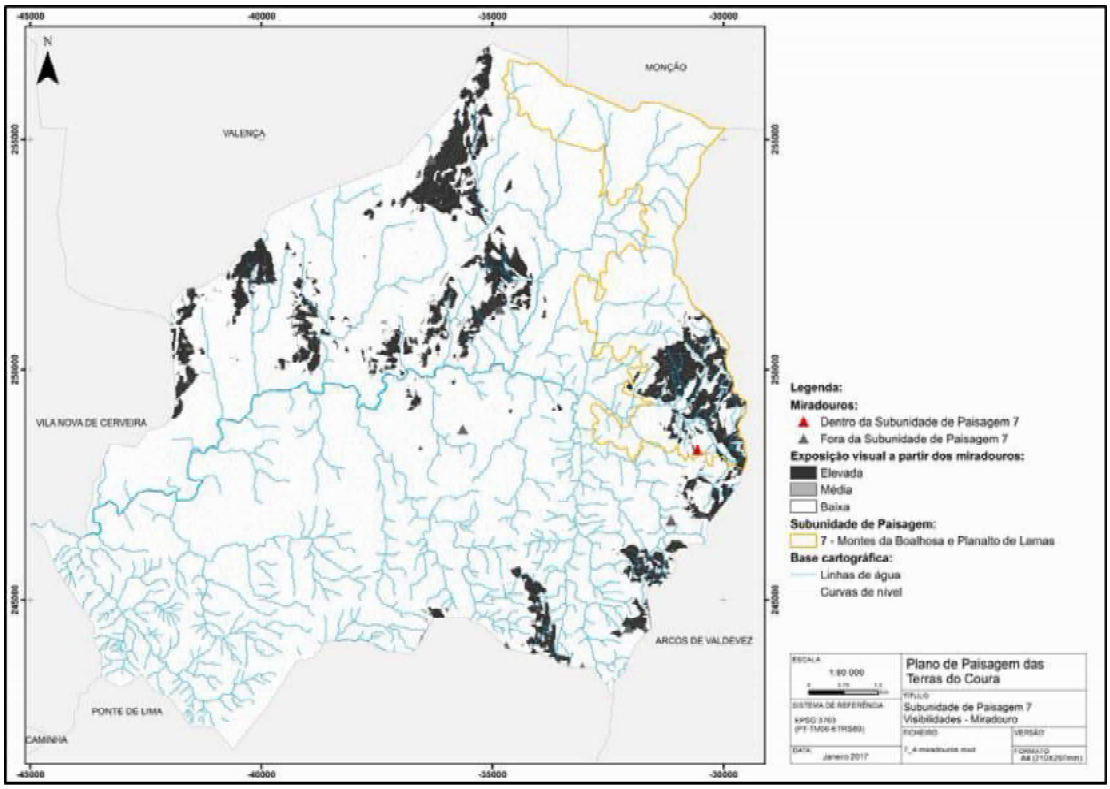


Figura 66 - Visibilidades a partir dos miradouros – subunidade de paisagem 7 | Montes da Boulhosa e Planalto de Lamas



- Avaliação da paisagem (Análise SWOT)

Factores Internos – Pontos Fortes
- Existência de biodiversidade; - Existência de vários pontos de observação da paisagem; - Existência de áreas/percursos de elevada exposição visual; - Existência de percursos viários, trilhos, miradouros e parques de merendas, que permitem o seu usufruto e contemplação; - O abandono agrícola tem favorecido a vegetação espontânea (zonas húmidas); - Diversidade de comunidades vegetais; - Existência de *habitats* com potencial, idêntico ou superior, aos integrados na rede natura 2000; - Manutenção da vegetação ribeirinha em alguns troços da rede hidrográfica local; - Alto valor faunístico; - Valor estético da geodiversidade; - Existência de pontos com potencial para a criação de novos miradouros; - Elevada densidade e distribuição homogénea da rede hidrográfica; - Existência de vestígios/indícios arqueológicos**,** conotados com rituais de enterramento da Pré-história recente; - Manutenção, em algumas zonas, da paisagem rural antiga, definida pelo parcelamento e estruturas de pedra seca; - Potencial para aumento da capacidade de alojamento turístico, nomeadamente através da reabilitação de habitações na Colónia Agrícola de Vascões; - Elevado potencial agrícola para cereais de pragana; - Elevado potencial para produção de carne, em regime extensivo; - Existência de equipamentos para a educação ambiental e divulgação pedagógica do património natural (CEIA).

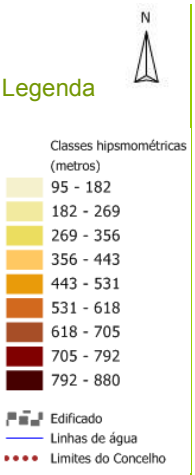
Factores Internos – Pontos Fracos
- Florestação de cumeadas, com recursos a lavras florestais; - Falta de gestão da Paisagem Protegida do Corno de Bico; - Densidade elevada de giestais e codeçais como resultado da falta de gestão; - Pisoteio e pastoreio, em áreas sensíveis de ocorrência das turfeiras e outras espécies da flora local; - Avanço de infestantes lenhosas; - Ausência de redimensionamento das explorações agro-pecuárias; - Descaracterização dos apoios agrícolas (materiais utilizados); - Descaracterização e abandono de maior parte das unidades de transformação agrícola (moinhos); - Sinalética deficitária em alguns percursos pedestres; - Falta de sinalética a indicar os trilhos existentes; - Mau estado de conservação da sinalética; - Trilhos inacessíveis ou com insuficiente manutenção; - Mau estado das mesas de leitura da paisagem; - Falta de painéis informativos sobre a estrutura e dinâmica da paisagem; - Falta de qualidade estética de algum mobiliário urbano (*e.g.*: paragens de autocarro, contentores do lixo etc.; - Má integração na paisagem dos *rails* de protecção das várias estradas locais; - Surgimento de pequenas áreas de deposição de lixo.

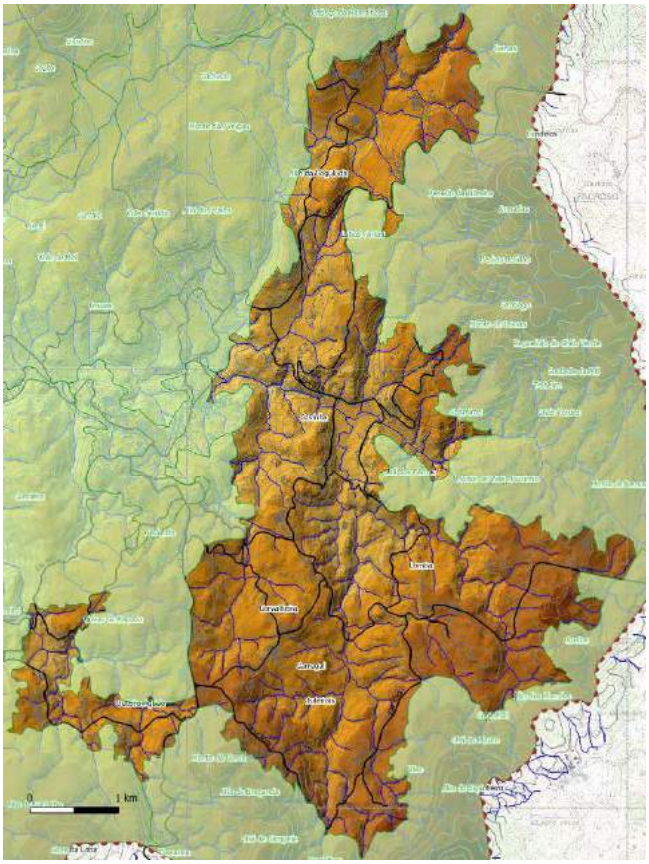
Factores Externos - Oportunidades
- Aumento da procura de actividades ligadas à natureza (*treking*, BTT, caminhadas, *geocaching*, *trails*, observação de aves, etc.); - Contexto geográfico da bacia do rio Coura, que facilita uma intervenção no âmbito da fitotecnia (contra espécies invasoras); - Aumento da procura turística de geodiversidade (visitação); - Reformulação das políticas florestais (a decorrer); - Aposta no aproveitamento da biomassa; - Regresso ao "mundo rural" por parte de alguma população urbana; - Aumento da procura de "produtos da terra" (bio, DOP, outros); - Certificação ambiental no sector turístico (ex.: *Biosphere* hotel).

Factores Externos - Ameaças
- Incêndios com grande influência na paisagem; - Disponibilidade de maquinaria pesada para as actividades agro-silvícolas; - Abandono de práticas ancestrais de silvicultura e agricultura; - Escassa sinalização do património arquitectónico, arqueológico e etnográfico; - Aumento da pressão sobre os recursos hídricos; - Intensificação das actividades de recreio e lazer; - Ocorrência de Alterações climáticas.

VIII – LAMEIROS DO COURA

Área = 2172 ha
População Residente em 2011 = 3031 hab.
Freguesias abrangidas = Freguesia de Bico; Freguesia de Castanheira; Freguesia de Cristelo; Freguesia de Cunha; Freguesia de Insalde; Freguesia de Padornelo; Freguesia de Parada; Freguesia de Paredes de Coura; Freguesia de Resende; Freguesia de Vascões.





Traços distintivos – Elementos individualizadores e caracterizadores do perfil e identidade

- Relevo de encostas armadas que se desenvolvem entre as cotas de 300m e 600m;
- Subunidade caracterizada pelo típico mosaico agro-florestal, bosques de folhosas, campos agrícolas, prados e pastagens, distribuídos pelo relevo ondulado;
- Alguma ocorrência de espécies invasoras;
- Sistemas agrícolas culturais e parcelares complexos;
- Rede hidrográfica densa e superficial, de carácter permanente/temporário;
- A abundância de água permite a utilização da rega-de-lima e da criação de um sistema complexo de poças articuladas entre si;
- Elevado valor cénico da paisagem;
- Conserva elementos estruturais e traços de identidade territorial de época medieval;
- Intensificação e fixação do povoamento durante a Idade Moderna e Contemporânea;
- Inúmeros valores etnográficos;
- Povoamento atual nucleado por diversos lugares, com implantação contígua às principais vias de comunicação;
- A ocupação humana mantém vestígios de povoamento de montanha, constituído por pequenos lugares ou casais, que se implantam muito próximos uns dos outros.

Organização e dinâmica actuais da paisagem

Esta subunidade é caracterizada por um típico mosaico agro-florestal, constituído por bosques de folhosas, campos agrícolas, prados e pastagens, distribuídos pelo relevo ondulado, elementos que lhe conferem uma singular heterogeneidade paisagística. É a maior subunidade do concelho, no qual ocupa uma extensão, a este, no sentido norte/sul. Localiza-se entre os 300m e 600m de altitude, num relevo de encostas armadas, com uma rede hidrográfica densa e superficial, de carácter permanente/temporário que confere aos solos, aptidão agrícola. Do ponto de vista da ocupação humana, mantém vestígios mais ou menos inalterados, de um tipo de povoamento de montanha, constituído por pequenos lugares ou casais, que se implantam muito próximos uns dos outros.

A geologia desta subunidade encontra-se bem demarcada, constituindo duas zonas distintas. O extremo norte, até Rebordães, é caracterizado pelo complexo xisto-migmático e a restante área é dominada pelos granitos calco-alcalino porfiróide de grão grosseiro. Do ponto de vista geomorfológico, o sector norte é muito heterogéneo, incluindo todas as tipologias de unidades geomorfológicas. No sector sul, dividido pela várzea do Coura, predominam os declives intermédios, seguindo-se os declives acentuados, os fundos planos e os topos aplanados.

No que se refere à geodiversidade, nesta subunidade ocorre apenas um *hotspot*, no sector de Cristelo /Bico. Trata-se de uma das subunidades com um dos menores índices de geodiversidade.

Nesta paisagem ocorrem, predominantemente, antrossolos (cumúlicos dístricos), havendo algumas áreas com regossolos (junto ao rio dos Cavaleiros e ao rio Coura), e cambissolos (húmico-úmbricos pardacentos). Estes solos agrícolas apresentam uma aptidão, que vai de moderada a elevada, sendo, no contexto concelhio, a subunidade cujos solos com este tipo de aptidão, têm o peso mais significativo.

Os usos do solo são, em grande parte, agrícolas, ocupados, maioritariamente, por culturas anuais. As áreas urbanas têm um peso considerável, ainda que secundário.

Numa paisagem agrária de lameiros, em socalco, esta é a subunidade com maior potencial para carvalhal com aveleira, mas que, actualmente, apenas resiste em encostas declivosas, que não foram cultivadas ou já foram abandonadas há algumas décadas (*e.g.* moinhos do rio dos Cavaleiros). A série de carvalhal dominante é a do carvalhal colino, sendo que, nas cotas mais baixas e na encosta norte do vale do Coura, parece haver condições ambientais para carvalhal com sobreiro. Os bosques ripícolas recuperam, nomeadamente os salgueirais e, também, o amial. Um bom exemplo de amial palustre em recuperação é o que existe na várzea do Aqueduto da Codeceda.

É a subunidade paisagística com maior número de residentes, na ordem dos 3031, mesmo que em regressão desde 1991, e com uma densidade populacional de 139,5 hab/km^2, a segunda mais elevada do concelho. Tem um índice de envelhecimento de 210%, com predomínio do grupo etário dos 25 aos 64 anos, o qual contabiliza 1565 indivíduos. Metade desta população encontra-se empregada no sector terciário e, apenas 7,7% no sector primário.

A população residente encontra-se alojada em 1830 edifícios, tendo, grande parte deles, sido construídos entre a década de 70 e a de 80. Contudo, esta é a subunidade com maior peso absoluto de novos edifícios, construídos entre 1981 e 2011, o que lhe confere uma densidade actual de 84,2 edifícios por hectare: o segundo mais elevado do concelho. Não ultrapassa os 5% a percentagem de edifícios construídos com estrutura em alvenaria de granito, perfazendo 9%, o conjunto de alojamentos vagos na subunidade.

Este edificado e respectivos residentes concentram-se (com tendência recente para a dispersão) ao longo de cinco dos eixos viários principais: a EM520, a EN306, a EN301, a EM519 e a EN303, respectivamente, em Chavião; Corredoura-Sumil; Angústias-Paradelhas-Cimo; Vila-Bazanca; Tojais-Valinha; Portela-Corelo-Barreiro e Penegate-Veiga. Existem outros núcleos fora destas vias, com peso significativo, nomeadamente, Covelo (Castanheira) e Sobreiro (Padornelo).

- Evolução histórica da paisagem

A ocupação humana desta subunidade é relativamente antiga, com evidências que a atestam desde o Paleolítico, ainda que se resumam a achados de cultura material isolados - os bifaces do lugar de Mó -, não havendo vestígios relacionados com qualquer modelo de povoamento.

O mesmo acontece para o período do neolítico/calcolítico, onde é apenas a cultura material, nomeadamente a estela insculturada da Boulhosa (Casal), que atesta a ocupação deste período; não havendo, também aqui, qualquer indício de povoamento. A estela deverá relacionar-se com os diversos monumentos megalíticos que proliferam na área de estudo.

Durante a Proto-história, surgem os primeiros indícios de povoamento desta subunidade, materializados no Povoado fortificado do Castelinho, com registos que atestam uma ocupação contínua, desde a Idade do Bronze até, pelo menos, ao início da época romana. Os machados de talão em bronze, que surgiram nas imediações do Castelo e nas Cabeludas, confirmam a ocupação humana durante este período, sendo que os machados de Castelinho poderão estar intimamente ligados ao povoado com o mesmo nome.

Durante a Idade do Ferro, e de acordo com os dados arqueológicos existentes, é provável que tenham sido aí implantados, dois novos povoados: na Chela e em Cristelo, ambos com sinais evidentes de romanização, tal como sucede em Castelinho.

O novo modelo de povoamento, operado em período romano, está patente nos casais rurais, os quais evidenciam a exploração agrícola e florestal do território. As duas epígrafes, encontradas em Cristelo e Lisouros, atestam as práticas religiosas deste período.

A administração do território, no período tardo antigo, seria de cariz religioso, onde as paróquias suévicas desempenharam um papel importante.

Dos momentos finais do período romano e de transição para a Idade Média, restam-nos a toponímia de uma antiga paróquia Suévica (Corelo) e vestígios de dois templos e respectivas necrópoles, nas imediações da Igreja de Santa Marinha e da Igreja do Bico.

O período central da Idade Média é caracterizado pelos inúmeros núcleos populacionais e lugares, que integram vários edifícios de provável origem medieval, casa-pátio de Gonte, casas-térreas e casas-sobradadas. Os lugares são os elementos que melhor traduzem a apropriação do território neste período, conservando os traços rurais antigos, de entre os quais sobressaem os lugares da Pena, Chavião, Espadanal e Penim.

Foto 11 - Casa-pátio de Gonte

A partir do início da Idade Moderna há um grande aumento demográfico, conforme atesta, o aumento do número de habitações, casas-sobradadas e casas-pátio, nos lugares de origem medieval. De salientar que as habitações pré-existentes, não perdem a sua identidade medieval, apenas sofrendo alterações na volumetria, de forma a responder às novas necessidades dos camponeses.

Alguns casais medievais terão dado origem a novos lugares durante este período (século XVI), como é o caso de Chavião ou Esteve. Algumas divisões administrativas, perdurariam até aos nossos dias, como o lugar do Espadanal que, desde o século XIII era um território destacado de Cristelo, situado entre as freguesias do Bico e

Castanheira. Merecedoras de destaque são a Casa de Gonte, dada a importância que manteve no período medieval (foi reformulada no século XVI), a Quinta de Vermoim e a Casa de Santa Ana da Seara, que definem as propriedades de homens da nobreza local, as quais marcaram a paisagem durante este período. Num passado mais próximo, já na Idade Contemporânea, releva o lugar de Penim que conserva, ainda hoje, alguns dos traços identitários dos séculos XVIII e XIX. De forma mais impressiva, a arquitectura religiosa reflecte, também, a fixação de identidade territorial desse período, através das inúmeras capelas, públicas e privadas, de entre as quais se destaca a Capela de *Ecce Homo* e as igrejas do Bico, Castanheira e Parada.

A evolução populacional conduziu à intensificação da agricultura, e a introdução do milho grosso teve um papel preponderante no desenvolvimento da produção alimentar. Como corolário, proliferaram as unidades de transformação, como os moinhos, azenhas e serrações e as unidades de armazenamento, *maxime* os espigueiros. Aumentaram o número de moinhos de rodízio à pela, bordejando os cursos de água, principais e secundários e os espigueiros de madeira e de estrutura em granito com ripado em madeira, nas imediações das habitações.

Esta área, de lameiros em socalcos, está no limite superior da mancha de solos agrícolas, que começa na várzea do rio Coura (subunidade 2). Terá permanecido coberta por bosque atlântico**,** até à época romana**,** altura em que a inovação técnica permitiu a produção de forragem no frio invernal**,** com recurso à utilização da rega de lima, como regulador térmico. Os declives foram sendo, progressivamente, atenuados, com a construção de socalcos, estabilizados nos limites, por muros de alvenaria de pedra seca, excelentes construções para reter a massa sólida, chegada por via coluvial ou que ali foi sendo depositada conjuntamente com abundantes estrumações.

O maciço dominante é, sem dúvida, o carvalhal com aveleira. Nos sítios onde a estrutura do solo torna mais difícil a drenagem ou o lameiro é abandonado, logo se instala o amieiro, o salgueiro e outras espécies típicas do bosque paludoso.

Nas zonas de cota inferior, mais aplanadas, em que é possível controlar o estado de humidade do solo, foram sendo cultivados cereais como o milho painço e o trigo, tendo, a partir do século XVIII, passado a ser cultivado o milhão, nas variedades de

ciclo mais curto e, por isso, menos produtivo, numa sucessão de culturas semelhante às que se faziam nas subunidades 2 e 5. Por vezes o milhão era semeado de restivo, isto é, realizava-se uma cultura de cereal de outono/inverno, trigo ou aveia, ou mesmo centeio e, após a colheita desta cultura, eram abertos regos com o arado, no topo dos camalhões ou mesmo no rego do camalhão, e era semeado milhão, no campo coberto de restolho.

A sucessão de culturas arvenses de primavera/verão (milhão), consociadas, ou não, com outras culturas (feijão e abóbora) e seguida de um ferrejo, foi prática de rotação anual nestes solos, até à introdução da mecanização, no final do século XX.

Este tipo de produção agrícola é utilizada em autoconsumo ou abastece o mercado local, servindo, frequentemente, para melhorar a produção animal (bovinos e ovinos).

A criação de porcos, que até ao início do século XX se fazia, habitualmente, com varas de animais em regime extensivo nos carvalhais, terminou, com o aparecimento da peste suína, que obrigou à estabulação dos porcos e reduziu a produção à necessidade de cada casa agrícola, tendo quase desaparecido na actualidade.

- Valores na paisagem – Principais Valores Presentes

1. Valores naturais e ecológicos

Nesta paisagem, os valores naturais integram algumas áreas afectadas à REN, como as áreas com risco de erosão (áreas que não sofreram alteração na morfologia do terreno, pela acção do homem, e.g. a criação de socalcos) e as áreas classificadas como de máxima infiltração, que favorecem a alimentação dos aquíferos - que têm um peso considerável nesta subunidade -, localizadas, essencialmente, na área de junção do troço inicial do rio Coura com os seus afluentes, sobretudo com o rio dos Cavaleiros.

Os solos agrícolas, recurso fundamental para a sobrevivência das populações, têm, aqui, uma extensão considerável - correspondente a 31,3% do total concelhio - encontrando-se protegida pelo regime da RAN.

Toda a área centro e sul desta subunidade, encontra-se afectada ao corredor ecológico do rio Coura e do seu principal afluente, o rio dos Cavaleiros.

Esta é a subunidade com mais área integrada na Rede Natura 2000, em Paredes de Coura (1835 ha), com um peso de 40% do total dessa área, e que se estende de sul para norte, aproximadamente, até Rebordães. Inclui os *habitats* dos rios de média dimensão, com águas oligotróficas e galeria ripícola, *habitat*s de matos e vegetação pioneira, sobre granitos do piso colino, mosaicos ricos em vegetação pratense e florestal e, ainda, bosques de carvalhos. O Plano Sectorial da Rede Natura 2000 aponta a ocorrência da *Bruchia vogesiaca* e da *Veronica micrantha,* nos lugares de Arroteia (Insalde) e Vencemal, respectivamente e do *Narcissus cyclamineus*, nas linhas de água afluentes do rio dos Cavaleiros.

Parte da área referida anteriormente encontra-se, também, classificada como Paisagem Protegida do Corno de Bico que, no seu plano de ordenamento e gestão, a definiu como um conjunto de unidades paisagísticas de mosaicos agro-florestais, formados pelas paisagens dos Campos de Parada, Campos de Vascões, Campos de Eiras e Campos de Chavião e, ainda, as áreas florestais denominadas de Matas de Coutos e Matas de Cristelo.

Importa ainda destacar ao nível da vegetação, o amial palustre no Aqueduto da Codeceda, o aveleiral nos moinhos dos Cavaleiros - onde se pode encontrar a rara (a nível nacional) *aleluia* (*Oxalis acetosella* L.) -, e o amial ripícola, na cascata de Casaldalte (rio Coura). Nestes dois últimos locais é de destacar, também, a presença de *Saxifraga spathularis* Brot., entre outros.

Sendo esta uma subunidade paisagística com um dos menores índices de geodiversidade, nela ocorre, unicamente, um *hotspot*, no sector de Cristelo/Bico.

2. Valores produtivos

A par da subunidade 2 e 5, esta corresponde à subunidade com mais solos agrícolas, tendo elevada aptidão para o desenvolvimento de carvalhos que, aqui, formam um frondoso bosque.

Foto 12 - Gado em pastagem

Tem um elevado potencial para a produção de forragem, que incentiva à criação animal de bovinos, ovelhas, algumas cabras e porcos. A vocação da criação animal é direccionada para a produção de carne, em regime extensivo ou semi-intensivo. Esta subunidade apresenta, também, potencial para o crescimento do número de colmeias, beneficiando da variedade de espécies de flora existente nas proximidades, com reflexo na qualidade do mel local.

3. Valores culturais, simbólicos e de habitação

O Povoado fortificado do Castelinho personifica o início do povoamento desta subunidade na Idade do Bronze, com as epígrafes votivas de Cristelo e Lisouros, a constituírem os primeiros indícios de manifestações religiosas do período romano.

A Ponte dos Cavaleiros, os cachorros da Igreja Paroquial de Cunha e da antiga igreja de Parada, constituem os vestígios mais evidentes da Idade Média, aos quais se podem juntar os vários edifícios, de provável origem medieval: casas-pátio, casas-térreas e casas-sobradadas, elementos patrimoniais de inegável valor cultural.

O lugar da Pena, Chavião, Espadanal e Penim são aqueles que melhor preservam a sua ruralidade antiga. É, também, neste lugares, que os edifícios rurais do século XVIII

e XIX se apresentam em melhor estado de conservação, constituindo marcas incontornáveis, do passado, nesta paisagem.

É a partir da Idade Moderna, que as casas da nobreza local e de gente com posses reflectem melhor a hierarquização social desse período, com destaque para as já anteriormente referidas: Casa de Gonte (reformulada no século XVI), Quinta de Vermoin e Casa de Santa Ana da Seara; todas elas elemento central das propriedades que marcaram a paisagem rural durante este período.

Os edifícios religiosos espelham, também, a prosperidade económica durante os séculos XVIII e XIX, período durante o qual foram edificadas inúmeras capelas e reformuladas e construídas variadas igrejas. A substituição da antiga igreja de Parada reflecte, sobremaneira, a necessidade existente, à época, da aproximação dos locais de culto aos centros povoados; razão pela qual foi construída nova igreja, mais próxima do núcleo que albergava mais população.

Os inúmeros moinhos e espigueiros que proliferam na área, não só evidenciam o elevado nível de produção agrícola de Época Moderna e Contemporânea, como constituem edificações com valor etnográfico. Merecem particular destaque, de entre eles, o complexo de moinhos de Casaldate, com três séculos de existência e ao qual pertence um dos últimos moinhos em actividade regular no concelho.

Os topónimos “Alto das Coguludas”, “Portelas”, “Várzea” e “Covinha” são elementos identitários locais, aos quais se veio juntar, durante a fase de participação pública, "a laje", designativo de uma pedra/rocha, onde várias gerações da população local brincaram, usando-a como se de um escorrega se tratasse.

A implantação da Capela de S. Sebastião é, igualmente, reflexo do significado dada pela população ao longo dos séculos ao ambiente físico.

Do ponto de vista sociológico**,** as narrativas que se constroem sobre determinado monumento ou local**,** são essenciais para o conhecimento da história regional. A tradição oral é veiculada por um grupo de pessoas, ao longo de várias gerações, que permite (ou ajuda a), reconhecer um testemunho ou monumento, já ausente. Esta

forma de construção da história é, particularmente evidente, nos núcleos de povoamento mais antigos, das áreas de Insalde, Castanheira e Vascões, onde as pessoas ainda referem o Castelo de Fraião - do qual já não existem evidências físicas -, como monumento relevante nas suas memórias. O castelo situava-se na vizinha freguesia de Boivão (Valença), contudo, eram as populações destas freguesias de Coura que mais contribuíam com trabalhos, alimentos, madeira e homens para a sua defesa, em caso de ataque, durante os anos centrais da Idade Média. Essa tradição, passada de geração em geração, promoveu um forte sentido de pertença e valor simbólico nestas populações, deste marco paisagístico, mantendo-o presente até aos dias de hoje.

Segundo a tradição oral a construção da Ponte dos Cavaleiros, terá sido originada por um incidente com Dª. Leonor. Diz-se que, num passeio de D. Garcia e sua esposa, Dª. Leonor, o casal teve de atravessar o rio que, aqui, não possuía qualquer travessia. Ora, um movimento mais repentino da montada da senhora, levou-a a perder um sapato; facto que tanto bastou, para que o seu abastado marido ordenasse, a todos os cavaleiros que viviam na sua propriedade, que ali construíssem, a expensas suas, uma ponte que, por esse motivo, ficou a ser conhecida, até hoje, por Ponte dos Cavaleiros.

Os antigos e seculares caminhos de interesse rural, como os caminhos que eram utilizados pelos pastores, têm vindo a perder a sua marca na paisagem com o desaparecimento dessa actividade, persistindo, apenas, na memória colectiva de quem os usava e/ou nas dos seus descendentes.

Os muros de pedra seca que servem para delimitar propriedades, ou para suporte de taludes, são elementos que ajudam a manter vivos alguns traços da paisagem rural antiga.

4. Valores estéticos

Esteticamente**,** esta subunidade destaca-se das outras, pela representatividade do seu mosaico agrícola, constituído por pequenos campos de cultivo ou pastagens, ladeados por sebes vivas, conhecidos por *Campo-Fechado* ou *Bocage*, que apresentam formas

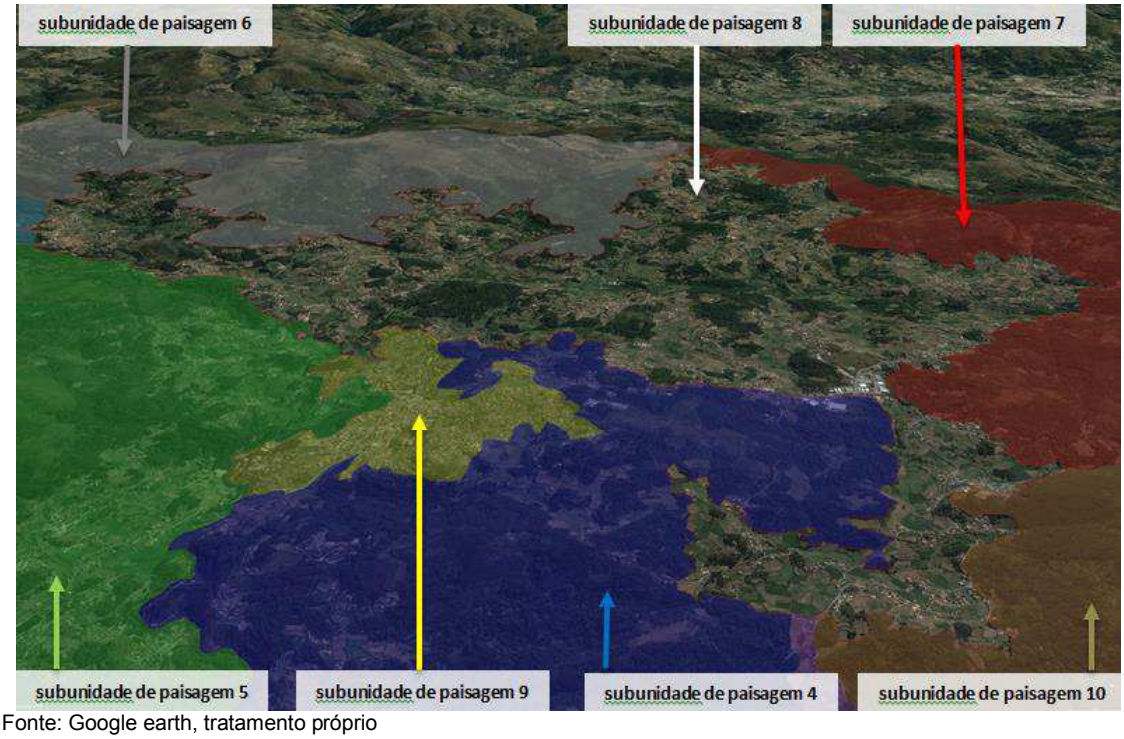
irregulares e são delimitados por linhas de arbustos e algumas árvores. Com eles coexistem outros campos murados, numa composição que transforma esta paisagem numa fonte de inspiração artística.

Com valor estético merecedor de destaque são, ainda, de referir: a igreja de Bico e a paisagem agrícola envolvente e o ecossistema ribeirinho, muito valorizado pelos residentes, que assumem ter grande interesse na recuperação de uma zona, para construção de uma área de recreio fluvial (Covinha).

- Principais estradas e pontos de observação e fruição da paisagem

Nesta subunidade, os percursos viários com maior qualidade cénica são a EN 303, a EM 519 e a EM 520. Globalmente, apresenta uma amplitude visual média/alta e é uma das subunidades de paisagem com maior qualidade paisagística. Tem relação visual com todas as restantes subunidades, excepto com as subunidades 1 (Serras do Lousado e do Formigoso) e 2 (Várzea do Coura e Ribeira de Codeceira).

Figura 67 - Subunidade de paisagem 8 | Lameiros do Coura



Fonte: Google earth, tratamento próprio

De um modo geral, os percursos viários apresentam média/alta exposição visual, possibilitando ao visitante, desfrutar de uma ampla da paisagem das Terras de Coura.

Figura 68 - Visibilidades a partir da rede viária – subunidade de paisagem 8 | Lameiros do Coura

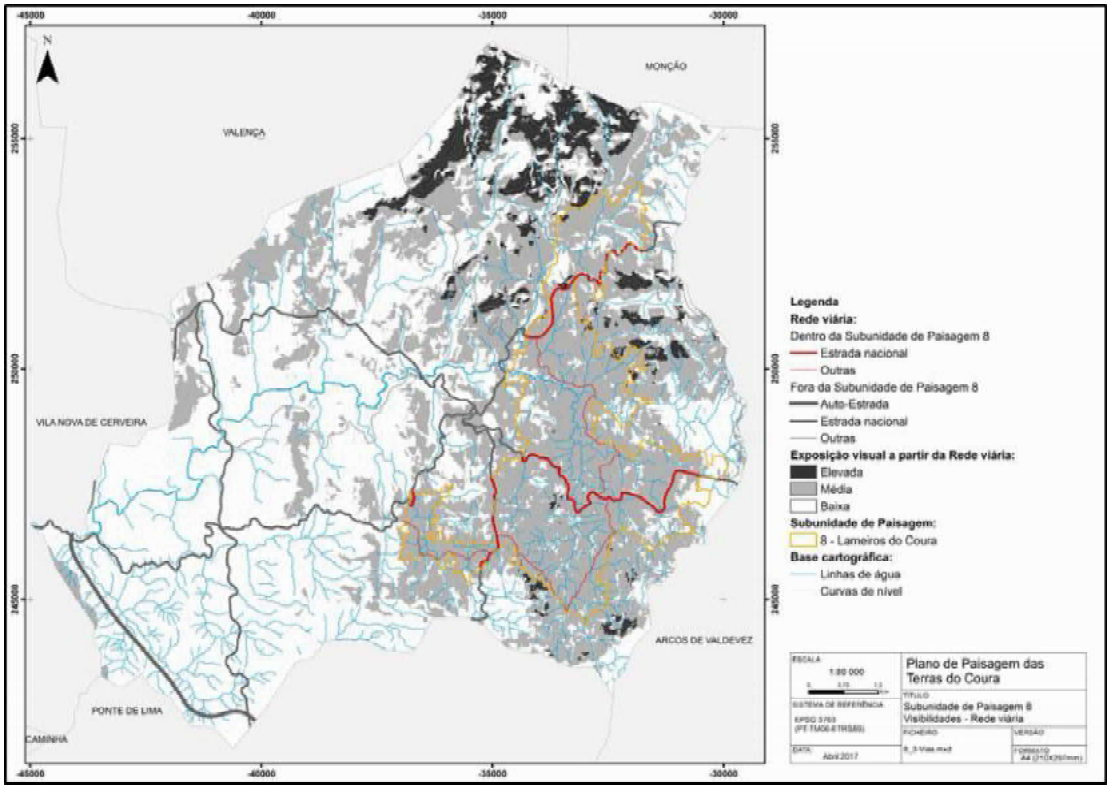


Foto 13 - Lameiros do Coura

A EN 303 estabelece a ligação entre a Vila de Paredes de Coura e Arcos de Valdevez, passando por Bico e Vascões. Este percurso desenvolve-se, maioritariamente, na meia encosta e caracteriza-se por um padrão agroflorestal, com campos delineados por muros de pedra seca, onde a rega de lima é uma presença constante. Os lameiros, nos quais as bouças de folhosas vão pontuando o percurso, criam uma morfologia de paisagem de elevado valor cénico e distinta das restantes subunidades de paisagem. A variação cromática sazonal da vegetação existente contribui para uma diversidade cromática, que confere elevada diversidade a este percurso.

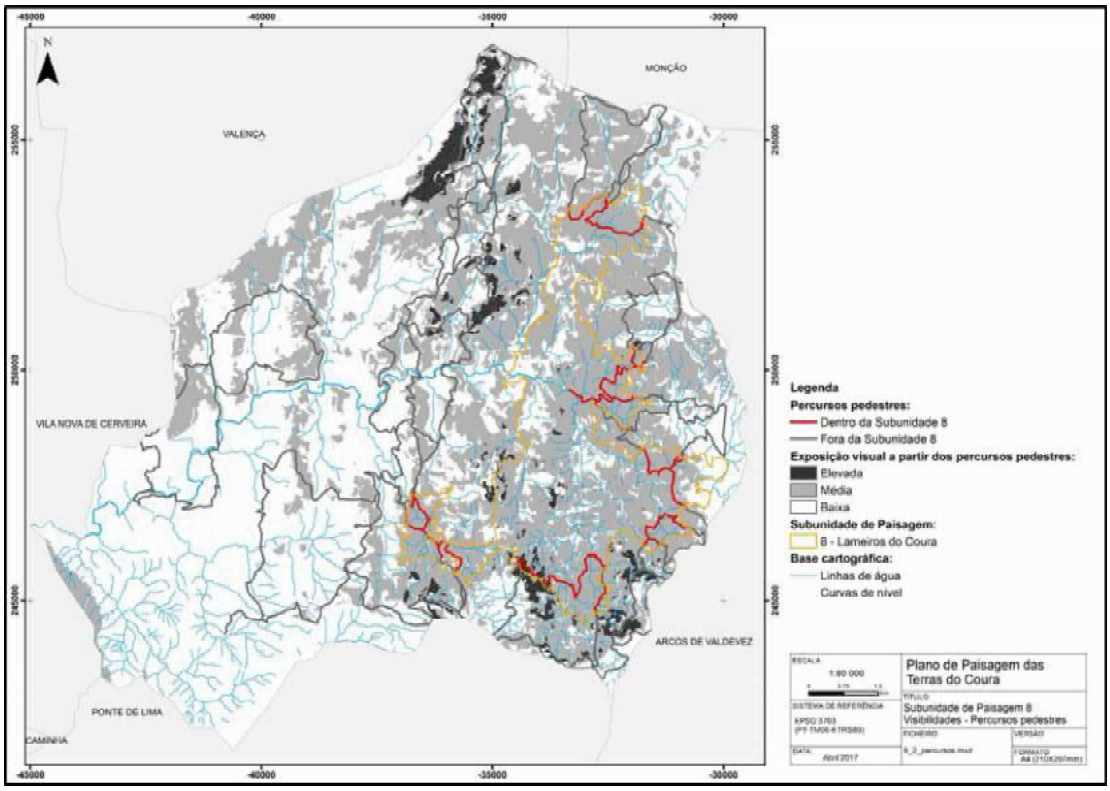
Os edifícios de habitação localizam-se em pequenos lugares, implantados a meia-encosta, ficando as zonas mais planas reservadas para os campos agrícolas, nos quais os maciços arbóreos pontuam. As matas ribeirinhas surgem ao longo das principais ribeiras existentes, que drenam para o rio Coura.

A EM 519 e a EM 520 atravessam a subunidade, praticamente, em toda a sua extensão, estabelecendo a ligação entre Chavião e Bico (EM520) e entre Bico e Bazanca (EM519). Tal como no trilho anterior, quem percorre estas vias, pode observar os lameiros com rega de lima, os lugares implantados de forma articulada com o relevo e massas arbóreas de vegetação autóctone, a completarem um mosaico de grande valor cénico.

As EM1080, EM1081, EM1067 e EM1066-1 permitem uma contemplação a um ritmo mais lento, facilitando, como tal, um contacto mais directo com a população local. A zona apresenta elevado potencial, para a criação de um percurso pedestre, que possibilite a circulação em toda a extensão da subunidade de paisagem.

Quanto aos percursos pedestres, aqueles que possibilitam uma experiência mais rica são o PR02 - «Trilho Alto dos Morrões», o PR04 - «Varanda do Coura» e o PR05 - «Trilho dos Moinhos». Qualquer deles apresenta uma exposição visual média/elevada.

Figura 69 - Visibilidades a partir dos percursos pedestres – subunidade de paisagem 8 | Lameiros do Coura



Na presente subunidade, o PR02 - «Trilho Alto dos Morrões», permite a contemplação dos lugares existentes, como a Giesteira e Túmio, e do mosaico agro-florestal, atrás descrito, no qual as leiras de rega de lima muradas vão alternando com as bouças de folhosa. O percurso termina quando se inicia o carvalhal do Corno de Bico, que faz parte integrante da subunidade de paisagem 10 – Encostas da Serra de Corno de Bico.

O PR04 - «Varanda do Coura» tem início no lugar de Chavião e permite a contemplação da paisagem agrícola envolvente. A paisagem de cultivo em redor do lugar "é substituída por áreas de matos que vão dando espaço ao bosque de folhosas que caracteriza a Paisagem Protegida do Corno de Bico" (CM Paredes de Coura, 2017). Após o percurso na zona de altitude da subunidade 10, este trilho permite, ainda, a observação dos lugares de Vilares, Seara, Vencemal e Gaviães. A

aproximação a este último lugar é de excepcional beleza, uma vez que a sua implantação de festo, está em perfeita harmonia com a paisagem.

O PR05 - «Trilho dos Moinhos», que se inicia na subunidade 10, percorre o trajecto das ribeiras de Reiriz e do rio de Cavaleiros que, juntos, formam o rio Coura e permite a observação dos velhos moinhos que, outrora, moíam o milho, planta que tinha, por sua vez, um dos papéis principais na estruturação desta paisagem. É um percurso que se distingue pela articulação permanente entre os perfis ribeirinho e agrícola e onde os espaços cultivados, entrançados com as águas para regas e moagens, nos conduzem a memória, deixando-nos maravilhados, nas lembranças de outros tempos.

Na subunidade de paisagem existem ainda cinco parques de merendas (Senhora das Angústias, Chavião, Vascões, Casaldate e Castanheira) e um miradouro (Giesteira), que apresentam uma exposição visual média/alta e permitem desfrutar de um espaço ao ar livre, sobrevalorizado pela beleza da paisagem. Há boas condições para a criação de novos locais de miradouro, idóneos para uma maior compreensão dos sistemas presentes. Os parques de merendas necessitam de melhoramentos, que aumentem a sua capacidade de fruição.

Figura 70 - Visibilidades a partir dos parques de merendas – subunidade de paisagem 8 | Lameiros do Coura

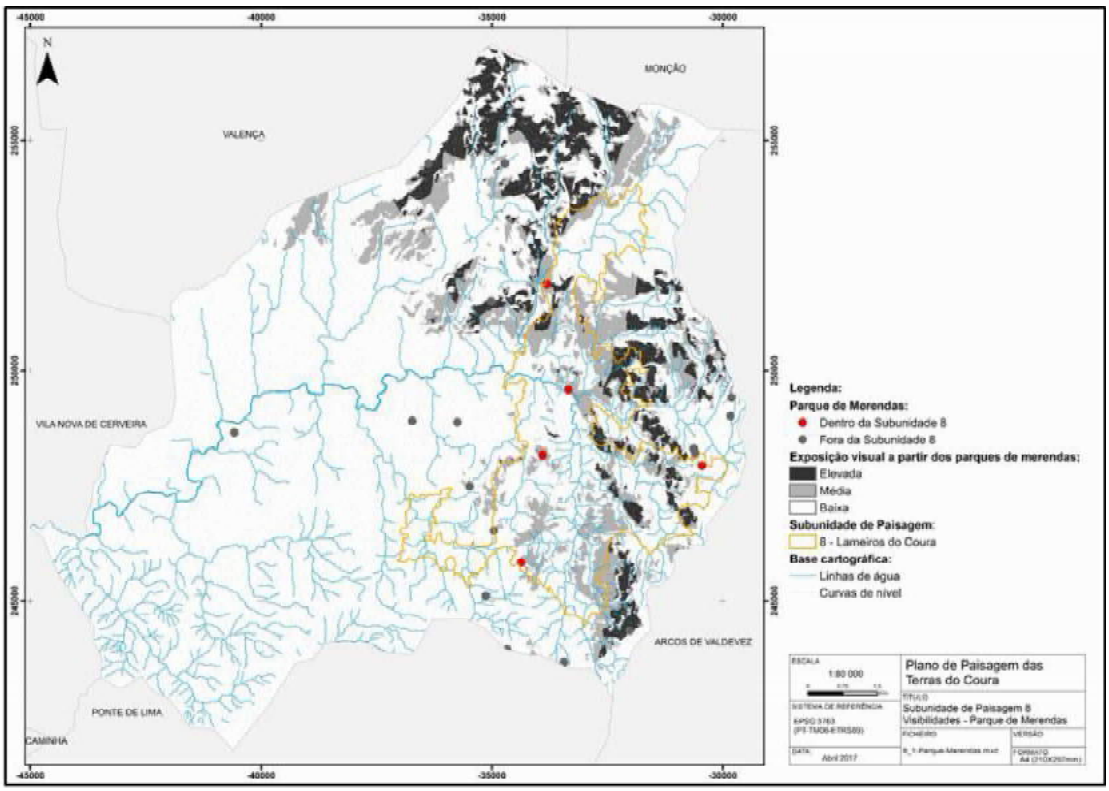
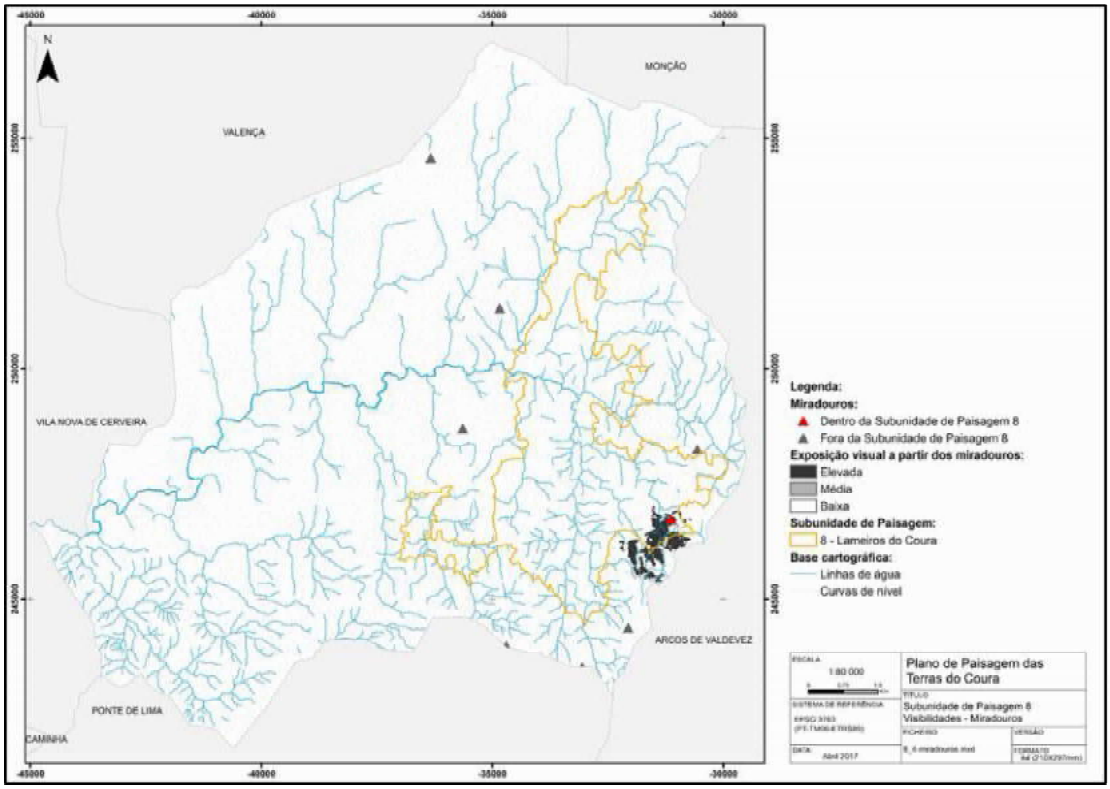


Figura 71 - Visibilidades a partir dos miradouros – subunidade de paisagem 8 | Lameiros do Coura



- Avaliação da paisagem (Análise SWOT)

Factores Internos – Pontos Fortes
- Paisagens diversificadas, com elevado valor cénico; - Existência de percursos, trilhos e miradouros e de parques de merendas, que permitem o seu usufruto e contemplação; - Existência de diversos (novos) locais com potencial para observação da paisagem; - Existência de vias municipais com potencial para a criação de novos percursos pedestres; - Existência de trilhos de pastoreio com potencial para exploração turística; - O abandono agrícola tem favorecido a vegetação espontânea (zonas húmidas); - Diversidade de comunidades vegetais; - Existência de *habitats* com potencial, idêntico ou superior, aos integrados na rede natura 2000; - Manutenção da vegetação ribeirinha, em alguns troços da rede hidrográfica local; - Existência de um corredor natural (rio coura); - Valor estético da geodiversidade; - Elevada densidade e distribuição homogénea da rede hidrográfica; - Diversidade do património cultural classificado e não classificado; - Multiplicidade de vestígios/indícios arqueológicos, transversais a um amplo período cronológico; - Preservação de alguns núcleos históricos; - Preservação de algumas habitações de provável origem medieval; - Preservação de alguns exemplares de casas-pátio e casas-sobradadas integráveis na Idade Moderna e Contemporânea; - Manutenção das infra-estruturas viárias antigas, *maxime,* através das pontes; - Abundância e diversidade de património etnográfico; - Continuidade das técnicas tradicionais na construção dos espigueiros actuais; - A manutenção, em algumas zonas, da paisagem rural antiga, definida pelo parcelamento e estruturas de pedra seca; - Acessos antigos às parcelas agrícolas e áreas de exploração florestal relativamente bem preservados; - Preservação de maior parte da toponímia de origem medieval; - Existência de um vasto património com possibilidade de recuperação com fins turísticos; - Elevado potencial agrícola para cereais de pragana; - Elevado potencial para produção de carne, em regime extensivo.

Factores Internos – Pontos Fracos
- Fragmentação paisagística e territorial causada pela dispersão habitacional, provocando dispersão do povoamento; - Surgimento de novas construções isoladas, em meio agrícola; - Degradação do património com o abandono dos lugares isolados; - Aldeia do Bico (Aldeia de Portugal) descaracterizada; - Descaracterização e abandono de maior parte das unidades de armazenamento agrícola (espigueiros) e extinção de canastros de verga, sendo a última referência conhecida da década de 90, do século passado; - Descaracterização e abandono de maior parte das unidades de transformação agrícola e florestal (moinhos, azenha e serrações); - Mau estado de conservação de alguns edifícios, com valor arquitectónico e simbólico, para as populações locais; - Núcleos/aldeias/aglomerados com interesse histórico/paisagístico em ruina ou descaracterizados; - Descaracterização dos vestígios mais remotos, ao longo de eixos viários mais antigos; - Falta de gestão da Paisagem Protegida do Corno de Bico; - Desadequação das técnicas de poda das árvores em espaço público;

- Avanço de infestantes lenhosas;
- Abandono das antigas práticas agrícolas locais;
- Dispersão de chorumes por parte de diversas vacarias;
- Ausência de redimensionamento das explorações agro-pecuárias;
- Descaracterização dos apoios agrícolas (materiais utilizados);
- Má sinalização (insuficiente) do património local;
- Mau estado de conservação da sinalética;
- Falta de miradouros para leitura da paisagem;
- Falta de painéis informativos sobre a estrutura e dinâmica da paisagem;
- Falta de qualidade estética de algum mobiliário urbano (*e.g.*: paragens de autocarro, contentores do lixo etc.;
- Má integração na paisagem dos *rails* de protecção das várias estradas locais;
- Impacto visual da zona industrial (falta de enquadramento paisagístico);
- Surgimento de pequenas áreas de deposição de lixo.

Factores Externos - Oportunidades
- Aumento da procura de actividades ligadas à natureza (*treking*, BTT, caminhadas, *geocaching*, *trails*, observação de aves, etc.); - Contexto geográfico da bacia do rio Coura, que facilita uma intervenção no âmbito da fitotecnia (contra espécies invasoras); - Aumento da procura turística de geodiversidade (visitação); - Grande procura pela Aldeia do Bico, integrada nas Aldeias de Portugal, podendo potenciar outras áreas de interesse do património cultural; - Regresso ao "mundo rural" por parte de alguma população urbana; - Aumento da procura de "produtos da terra" (bio, DOP, outros); - Certificação ambiental no sector turístico (*e.g.*: *Biosphere* hotel).

Factores Externos - Ameaças
- Incêndios com grande influência na paisagem; - Disponibilidade de maquinaria pesada para as actividades agro-silvícolas; - Abandono de práticas ancestrais de silvicultura e agricultura; - Falta de orientação para a recuperação do património edificado; - Escassa sinalização do património arquitectónico, arqueológico e etnográfico; - Dinâmica urbanística e consequente infra-estruturação do território; - Aumento da pressão sobre os recursos hídricos; - Intensificação das actividades de recreio e lazer; - Ocorrência de Alterações climáticas.

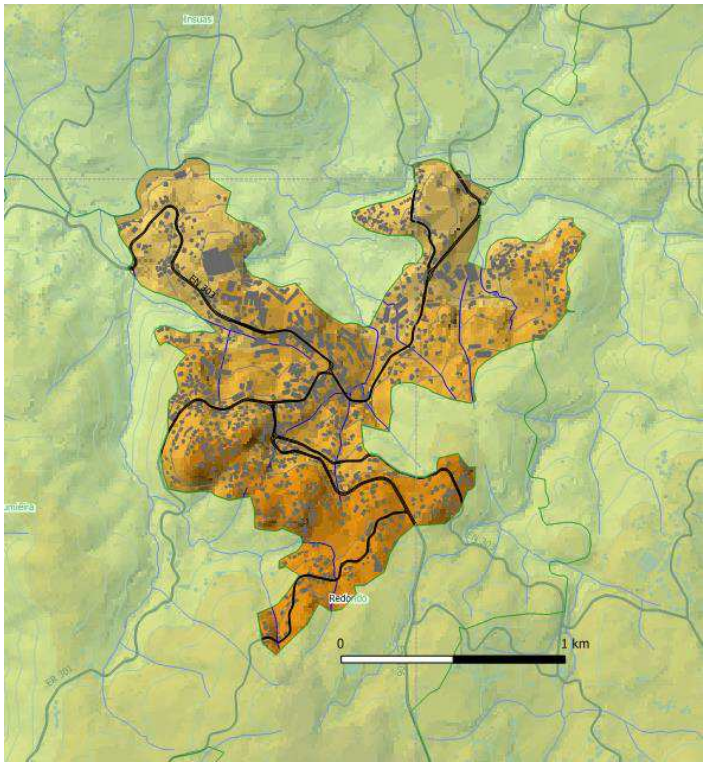
IX – VILA DE PAREDES DE COURA

Área = 203 ha
População Residente em 2011 = 2061 hab.
Freguesias abrangidas = Freguesia de Formariz; Freguesia de Padornelo; Freguesia de Paredes de Coura; Freguesia de Resende.

Legenda

Classes hipsmométricas (metros)
- 95 - 182
- 182 - 269
- 269 - 356
- 356 - 443
- 443 - 531
- 531 - 618
- 618 - 705
- 705 - 792
- 792 - 880

Edificado
Linhas de água
Limites do Concelho



Traços distintivos – Elementos individualizadores e caracterizadores do perfil e identidade

- Desenvolve-se numa área planáltica entre as cotas de 300m e 500m;
- Paisagem urbana com algumas pequenas cumeeiras, dotada de miradouros com domínio visual sobre a vila e a sua envolvente;
- A vila é banhada pelo rio Coura, integrando o seu corredor ecológico, assim como a RN 2000;
- Subunidade de pequena dimensão que ocupa uma posição geográfica central no território Courense;
- A vila para além das habitações oitocentista do seu núcleo central, integra também as quintas setecentistas/oitocentistas envolventes do núcleo mais urbano;
- Alguma ocorrência de espécies invasoras;
- Localizam-se nesta subunidade as maiores unidades comerciais e de serviços, do concelho, assim como os principais equipamentos de utilização colectiva da comunidade local.

Organização e dinâmica actuais da paisagem

Esta pequena subunidade de paisagem ocupa o espaço central do concelho, apresentando características próprias e distintivas, dado o seu carácter, essencialmente urbano, uma vez que inclui a vila de Paredes de Coura. Desenvolve-se numa área planáltica, entre cotas com 300m e 500m, com algumas pequenas cumeeiras, dominantes sobre a paisagem urbana, onde o rio Coura assume grande importância.

A sua geologia resume-se à existência de áreas do domínio granítico, nomeadamente calco-alcalino porfiróide de grão grosseiro. Em termos geomorfológicos esta subunidade é constituída por um único sector, onde predominam os declives intermédios, localizando-se a vila de Paredes de Coura nas áreas de topos aplanados.

Os seus solos derivam, essencialmente, da acção humana – antrossolos (cumúlicos dístricos) –, tendo sido alterados profundamente, ao longo do tempo, de forma a melhorar a sua produtividade. Existem, ainda, alguns regossolos, cambissolos e fluvissolos (junto ao Coura), mas sem expressão, apresentando uma aptidão para a agricultura essencialmente elevada, moderada em alguma áreas, ou mesmo nula, nas zonas integrantes dos afloramentos rochosos existentes.

Ao nível da geodiversidade, ocorre nesta subunidade, uma área (*hotspot*) onde o índice de geodiversidade é muito elevado, localizada a oeste do lugar de Justo; e uma área com um índice de geodiversidade médio a elevado, a este da vila de Paredes de Coura. A vila, em si mesma, está implantada numa área com um índice de geodiversidade muito reduzido, a reduzido.

O uso do solo é essencialmente urbano, ainda que subsistam algumas áreas agrícolas, para além das hortas. A sede do concelho é o único aglomerado de características urbanas, cuja tendência, devido à dinâmica demográfica verificada, tende a reforçar essa vocação, bem como o seu papel polarizador no território concelhio.

O núcleo da Vila de Paredes de Coura, com uma estrutura urbana centrada no cruzamento da EN301 com a EN303, apresenta-se, actualmente, do ponto de vista morfológico como uma unidade urbana recente. O centro concentra os edifícios de equipamentos de utilização colectiva, tais como os Paços do Concelho, os CTT, as Finanças ou o Arquivo Municipal, mantendo, ainda assim, a sua função habitacional. A vila, de pequena dimensão, apresenta alguma dificuldade de circulação em torno da mancha de ocupação e, de acessibilidade aos equipamentos colectivos, localizados numa coroa periférica, devido à sua difícil orografia, com cotas muito variadas. Localizam-se, no centro da vila, outros equipamentos e serviços, que conferem a esta área uma centralidade, que a torna uma atracção à escala municipal, quer pela necessidade de utilização dos serviços, quer pela ocorrência de eventos de referência no concelho, tais como a feira quinzenal e inúmeros eventos culturais. Os edifícios mais recentes correspondem a conjuntos residenciais de habitação colectiva, variando, maioritariamente, entre os 3 e os 5 pisos.

O núcleo urbano oitocentista, fundamentalmente habitacional, ainda preserva a traça original, em conjunto com alguns edifícios religiosos, mantendo o carácter urbano deste período, numa área muito circunscrita. Deste núcleo, salientam-se: a Casa Grande e a sua capela, do início da Época Moderna; a antiga cadeia de Paredes de Coura e o edifício dos Paços do Concelho, ambos datados dos finais do século XIX, e os edifícios de frente urbana na Rua Conselheiro Miguel Dantas. Nas imediações do centro urbano destacamos a Casa do Paço e algumas quintas dos séculos XVIII e XIX. Todo este património, quer individualmente quer em conjunto, tem um inestimável valor, que importa preservar, de forma a manter a memória local.

Nesta paisagem urbanizada, de matriz historicamente agrária, existem, ainda assim, 3% de área de "carvalhais (puros)", sendo a subunidade com maior área absoluta desta espécie é, também, a mais urbana de entre todas elas. A série do carvalhal a implantar, com potencial de sucessão progressiva será, sobretudo, a termocolina com sobreiro.

Esta área concentra a população urbana do concelho sendo, de longe, a subunidade mais densamente povoada; perfazendo, em 2011, 2061 residentes, com uma densidade aproximada, de 1015 hab/km^2. A sua população é maioritariamente adulta,

do grupo etário dos 25 aos 64 anos (1092); a população com menos de 15 anos e com mais de 65 anos conta, respectivamente, com 310 e 420 indivíduos residentes, o que corresponde a um índice de envelhecimento de 135,5%. A grande maioria da população activa trabalha no sector terciário (cerca de 72%) e 26% no sector secundário.

A construção de novos edifícios tem vindo a crescer progressivamente, contabilizando-se 810 em 2011, o que corresponde a uma densidade de 400 edifícios por hectare: a maior do conjunto das 10 subunidades. De anotar, por fim, que 11% dos alojamentos existentes se encontram vagos. A este fenómeno não será alheio o fenómeno da emigração e do investimento realizado pelos emigrantes, na aquisição de património imobiliário.

A área urbana da vila de Paredes de Coura integra, ainda, outros núcleos populacionais como Santa, Lamamã, Codeceda, Codeçal, Cotaleira, Entre o Eido, Espinheira, Felgueiras, Juste e Sub Resende.

- Evolução histórica da paisagem

Localizada a uma cota relativamente baixa, a área da Vila de Paredes de Coura terá sido desarborizada no período da ocupação romana e tido uma ocupação e uso similares aos da subunidade 5 e 8.

Esta subunidade, que engloba a Vila de Paredes de Coura, sede de concelho e áreas limítrofes, não conservou a sua identidade dos tempos mais antigos: apesar de subsistirem indícios de ocupação, desde a época romana, os elementos que prevalecem são os da ocupação de finais do século XIX.

Os elementos etnográficos, que ainda atestam a prática agrícola nas imediações do centro urbano da vila, são constituídos por espigueiros e um moinho.

A produção e utilização dos animais domésticos é também semelhante à das subunidades 2, 5 e 8, tendo evoluído ao longo do tempo, do trabalho para o leite e, deste, para a produção de carne.

Actualmente, o uso dominante do solo é o urbano, continuando a existir práticas agrícolas, especialmente em hortas e pequenos pomares, envolventes das habitações e nos limites das propriedades com maiores dimensões. O carvalhal marca presença quer a cotas mais elevadas quer junto ao rio Coura. Está associado às espécies ripícolas que bordejam o rio Coura e algumas linhas de água secundárias.

O crescimento do núcleo urbano de Paredes de Coura, a partir do último quartel do século XIX, deve-se ao incremento da rede viária concelhia e à sua própria situação geográfica. Praticamente todos os itinerários principais, que rasgam o concelho e que constituem, ainda hoje, as vias de comunicação principais, foram executados nesse período, criando uma malha viária de estrutura radial, que tem como ponto de passagem obrigatório a vila de Paredes de Coura. O actual núcleo urbano, sede de concelho estruturou-se, fundamentalmente, a partir dos anos cinquenta do século XX, tendo por base o atravessamento das EN303 e EN301 e dos pequenos e diversos lugares que se localizavam na sua envolvente próxima.

Na década de 50, os edifícios, fundamentalmente habitacionais, com algum comércio e alguns equipamentos colectivos, foram sendo construídos, junto às referidas estradas ou em pequenos lugares habitacionais na sua envolvente. As habitações no centro do núcleo eram constituídas, fundamentalmente, por edifícios unifamiliares, de frente urbana, com dois pisos e construídas em granito. Nos núcleos exteriores, as habitações eram muito rudimentares e insalubres, com um ou dos pisos, construídas em granito e madeira e muito pouco conforto. O piso térreo, quando existente, destinava-se aos animais.

A década de 70 (e tomando por referência o período entre 1919 e 2011) foi a época durante a qual mais se construiu em Paredes de Coura, logo seguida de década de 80, altura a partir da qual a construção civil foi diminuindo progressivamente. De entre os materiais de construção, então mais utilizados, tem lugar de destaque o betão armado.

No final dos anos 80 e durante os anos 90, a vila cresce e urbaniza-se, tendo a antiga estrada nacional 303 dado origem à rua principal: central e pedonal. A urbanização e

consolidação da malha urbana faz-se, fundamentalmente, através da construção de edifícios habitacionais colectivos, de diversos equipamentos de utilização colectiva, destinados a garantir o acesso da população local à protecção social, ao ensino, à cultura e ao desporto, entre outros.

Demograficamente, esta é a única subunidade, de entre toda as identificadas no concelho, que apresenta um crescimento populacional constante, pelo menos, desde 1991.

- Valores na paisagem – Principais Valores Presentes

1. Valores naturais e ecológicos

Toda a subunidade se encontra incluída no corredor ecológico do rio Coura, onde, do ponto de vista da vegetação, importa destacar a existência de algumas áreas de carvalhal (vegetação ribeirinha) e, ainda, dois carvalhais de maior extensão, localizados muito próximos das subunidades vizinhas.

Apesar do seu carácter urbano, a metade oriental desta subunidade está classificada como Rede Natura 2000, com a presença do *habitat* prioritário “rios colinos”, os “matos colinos em granitos” e o mosaico “agro-florestal de prados e carvalhais”.

Com índice de geodiversidade elevado, há a registar, apenas um local, a oeste do lugar de Justo.

2. Valores produtivos

Enquanto nível principal do sistema urbano do Município, naturalmente é a Vila de Paredes de Coura que alberga os edifícios destinados, às funções básicas da comunidade. É nela que se localizam as escolas, o centro de saúde, as finanças e muitos outros equipamentos de utilização colectiva que, conjuntamente com os principais espaços comerciais e de serviços, servem a população de todo o concelho.

Para além da existência de atividades de comércio e serviços, com capacidade de gerar rendimento, também as actividades culturais são um importante factor de atracção de visitantes. Estes, em conjunto com os residentes, conferem à vila uma vitalidade económica, social e cultural de assinalar e que se destaca, pela sua qualidade, no conjunto dos municípios do Alto Minho. As actividades desenvolvem-se, quer em diversos equipamentos de utilização colectiva como o Centro Cultural, o Museu Regional ou a Casa do Conhecimento mas, também, no Espaço Público, de que são exemplo o "Mundo ao Contrário" ou o Festival de Música de Paredes de Coura.

3. Valores culturais, simbólicos e de habitação

Do núcleo urbano oitocentista salienta-se a Casa Grande e a sua capela, do início da Época Moderna; os Paços do Concelho e a antiga cadeia de Paredes de Coura, ambos datados dos finais do século XIX; assim como o conjunto da frente urbana da Rua Conselheiro Miguel Dantas.

O centro da vila (antigo jardim público), funciona como ponto central de encontro e de acontecimento das principais manifestações populares.

A Praia do Taboão, o Centro Cultural e o Museu Regional, constituem exemplos de valores culturais da população que cumprem diversos e enriquecedores papéis na vida da comunidade.

O rio Coura constitui um valor simbólico pois é (e sempre foi) palco de inúmeras manifestações populares, *maxime* o Festival de Musica de Paredes de Coura; a sua utilização é, porém, distribuída pelo ano todo, fundamentalmente como área de recreio e lazer.

4. Valores estéticos

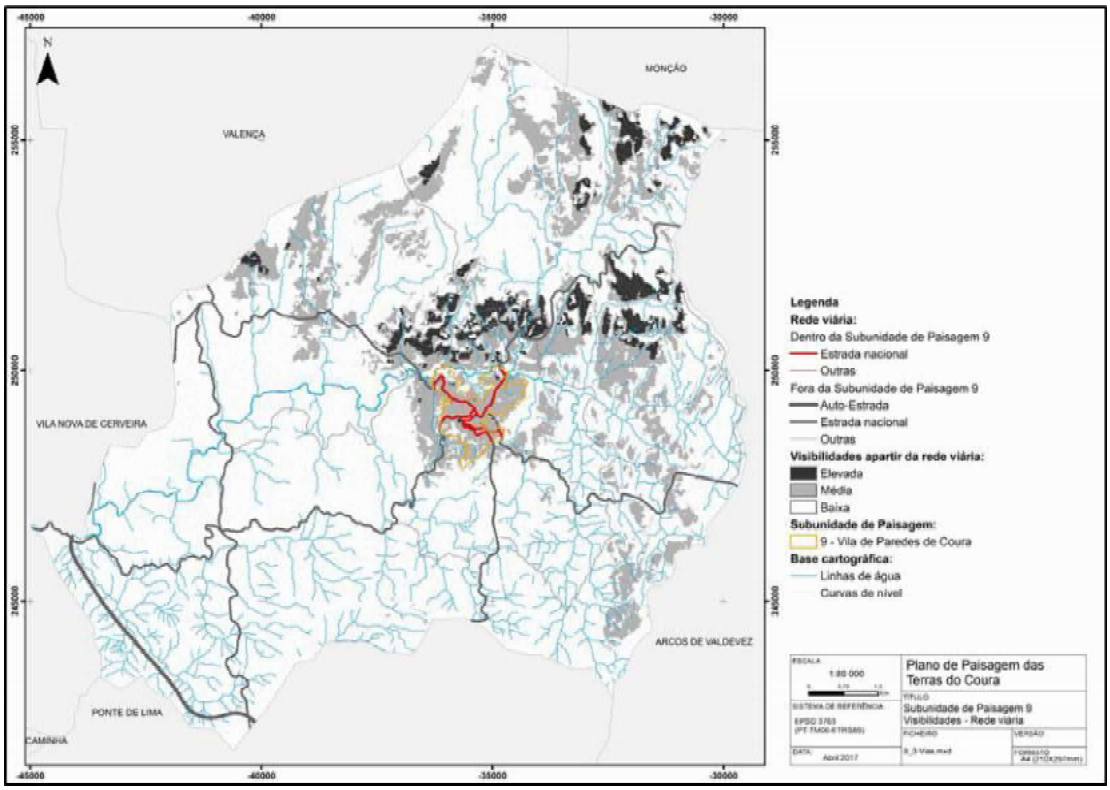
O maciço granítico denominado "Penedos das Vistas", permite uma observação da paisagem urbana, caracterizada pela harmonia do edificado da vila, intercalada por

campos agrícolas e bosquetes de carvalho que, em conjunto, lhe conferem um valor cénico aprazível.

- Principais estradas e pontos de observação e fruição da paisagem

A subunidade 9 - «Vila de Paredes de Coura» destaca-se pelo seu carácter urbano. No interior desta subunidade destacam-se os percursos viários EN 301 e EN303: porque permitem o seu atravessamento e a ligação às subunidades circundantes, mas, também, porque permitem a contemplação dos principais valores arquitectónicos e naturais existentes.

Figura 72 - Visibilidades a partir da rede viária – subunidade de paisagem 9 | Vila de Paredes de Coura



Quem percorre a EN301 e EN303, facilmente percepciona que, o núcleo central da Vila se desenvolveu ao longo destas duas vias. Este percurso permite a observação da Praia Fluvial do Tabuão e dos principais equipamentos de utilização colectiva e valores patrimoniais existentes. A Rua Conselheiro Miguel Dantas é a principal rua de Paredes de Coura - hoje em dia, pedonal -, onde continuam a situar-se os edifícios

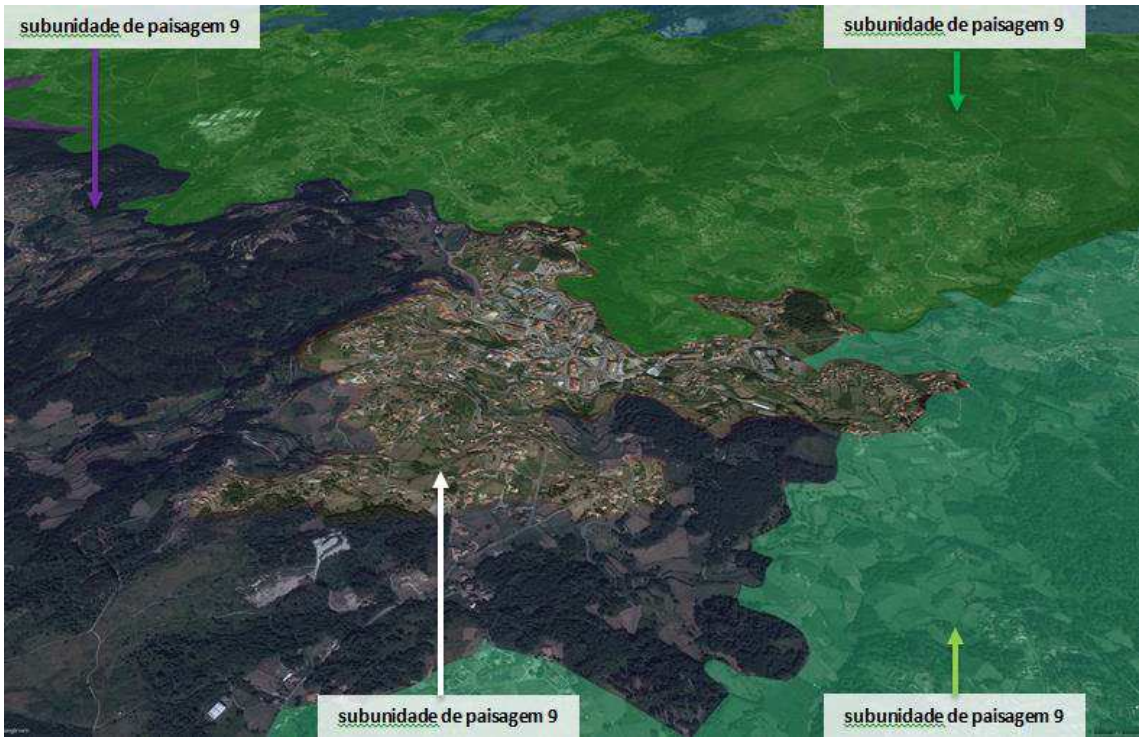
que acolhem os equipamentos de utilização colectiva e as principais atividades comerciais e de serviços.

Figura 73 - Perspectiva sobre a vila de Paredes de Coura

Fonte: Eduardo Cequeira
http://static.panoramio.com/photos/large/67141788.jpg

Devido à sua localização numa área planáltica, entre as cotas 300m e 500m, a subunidade apresenta relação visual com todas as restantes subunidades, excepto com a subunidade 1 (Serras do Lousado e do Formigoso), a subunidade 2 (Várzea do Coura e Ribeira de Codeceira) e a subunidade 10 (Encostas da Serra do Corno de Bico).

Figura 74 - Subunidade 9 | Vila de Paredes de Coura



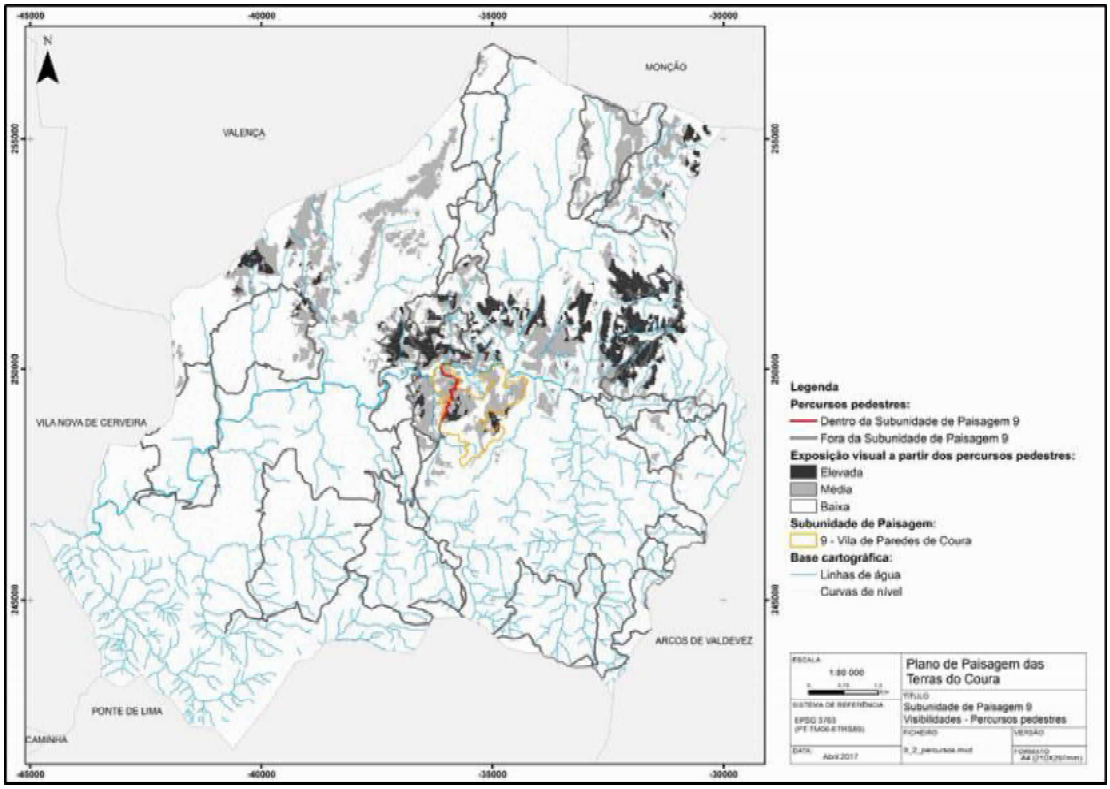
Fonte: Google earth, tratamento próprio

Desta subunidade faz parte, apenas um troço do percurso pedestre PR15 «Trilho das Garças», do qual se destaca a passagem pela Praia do Fluvial do Tabuão. É notória a falta de trilhos que possibilitem a visitação dos valores patrimoniais existentes na Vila de Paredes de Coura.

Figura 75 - Praia Fluvial do Tabuão durante o Festival Paredes de Coura

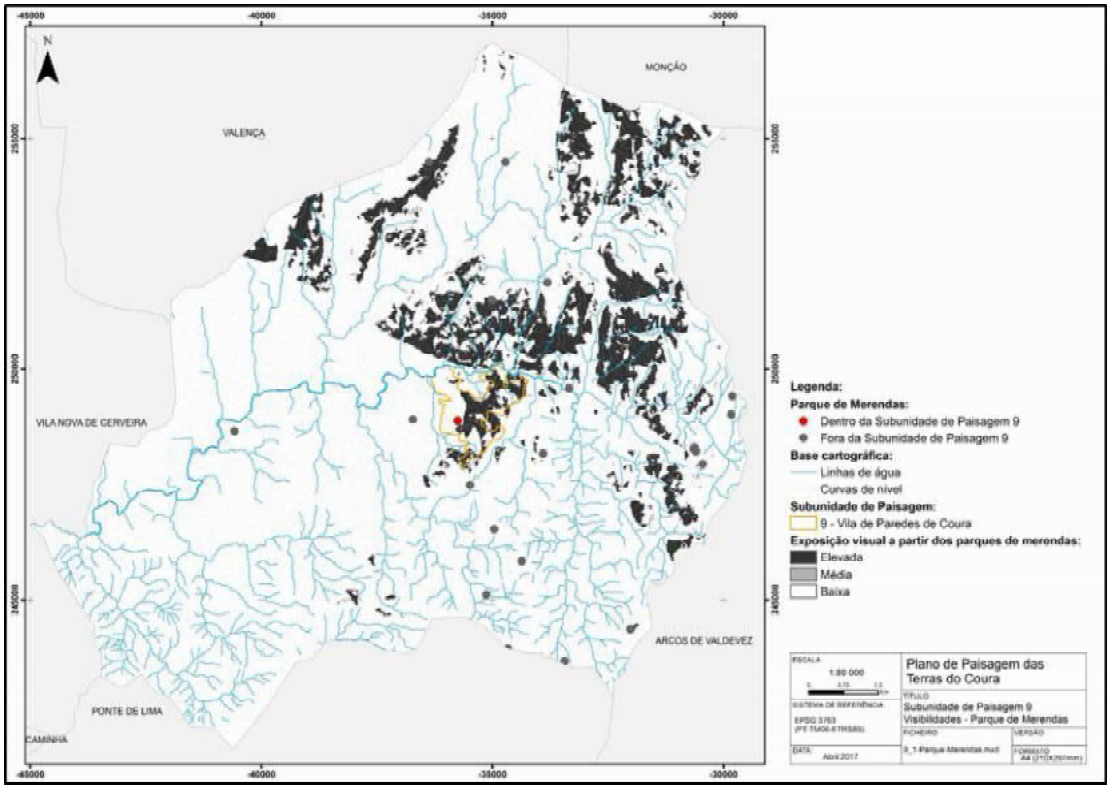
Fonte: Hugo Lima. http://www.wavmagazine.net/wp-content/uploads/2014/09/vdfpdc2014_copyright_hugo-lima-031.jpg

Figura 76 - Visibilidades a partir dos percursos pedestres – subunidade de paisagem 9 | Vila de Paredes de Coura



No interior da subunidade de paisagem, localiza-se o Parque de Merendas da Sequeira e o miradouro do Penedo das Vistas, o qual possibilita uma ampla exposição visual e abrangência territorial sobre a área circundante.

Figura 77 - Visibilidades a partir do parque de merendas - subunidade de paisagem 9 | Vila de Paredes de Coura



- Avaliação da paisagem (Análise SWOT)

Factores Internos – Pontos Fortes
- Variação populacional positiva;
- Paisagens diversificadas;
- Existência de vários pontos de observação da paisagem;
- Existência de áreas/percursos de elevada exposição visual;
- Existência de valores naturais e arquitectónicos que permitem a criação de um trilho urbano;
- Existência de pontos de observação da paisagem envolvente (miradouros);
- Existência de bons trilhos e miradouros;
- Envolvente da sede de concelho com um carvalhal e um amial (junto ao rio Coura) autóctones;
- Manutenção da vegetação ribeirinha em alguns troços da rede hidrográfica local;
- Existência de um corredor natural (rio coura);
- Centro urbano da vila de Paredes, dos séculos XVIII/XIX, bem preservado;
- Existência de um vasto património com possibilidade de recuperação para fins turísticos;

- Existência de equipamentos culturais;
- Existência de praias fluviais;
- Relação forte de identidade da população com o rio Coura;
- Existência de espaços adequados às actividades económicas.

Factores Internos – Pontos Fracos
- Desadequação das técnicas de poda das árvores em espaço público; - Falta de miradouros com painéis de leitura da paisagem urbana e envolvente; - Abandono das antigas práticas agrícolas locais; - Descaracterização e abandono de maior parte das unidades de armazenamento agrícola (espigueiros) e extinção de canastros de verga, sendo a última referência conhecida da década de 90, do século passado; - Descaracterização e abandono de maior parte das unidades de transformação agrícola (moinho); - Mau estado de conservação de alguns edifícios, com valor arquitectónico e simbólico, para as populações locais; - Má sinalização (insuficiente) do património local; - Falta de qualidade estética de algum mobiliário urbano (*e.g.*.: paragens de autocarro, contentores do lixo etc.; - Má integração na paisagem dos *rails* de protecção das várias estradas locais.

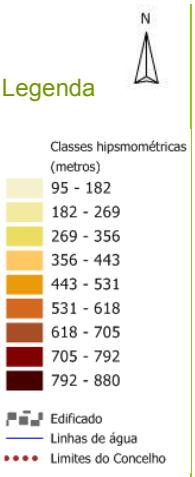
Factores Externos - Oportunidades
- Aumento da procura de actividades ligadas à natureza (*treking*, BTT, caminhadas, *geocaching*, *trails*, observação de aves, etc.); - Centro urbano da vila de Paredes, dos séculos XVIII/XIX, bem conservado; - Aumento da procura turística da geodiversidade (visitação); - Regresso ao “mundo rural” por parte de alguma população urbana; - Aumento da procura de “produtos da terra” (bio, DOP, outros); - Certificação ambiental no sector turístico (*e.g.*: *Biosphere* hotel); - Realização de festivais e outros eventos temáticos, regionais e nacionais, como factor de divulgação da paisagem courense.

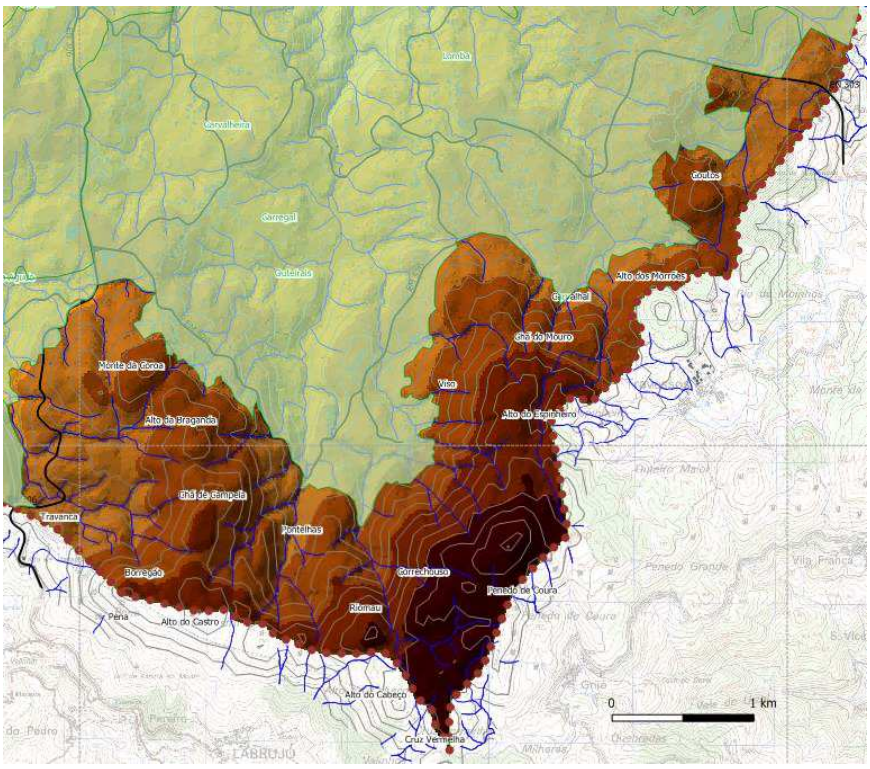
Factores Externos - Ameaças
- Incêndios com grande influência na paisagem; - Falta de orientação para a recuperação do património edificado; - Escassa sinalização do património arquitectónico, arqueológico e etnográfico; - Dinâmica urbanística e consequente infra-estruturação do território; - A área afectada ao Festival de Paredes de Coura recai sobre a área da ocorrência da espécie endémica rara *Narcissus Cyclamineus;* - Aumento da pressão sobre os recursos hídricos; - Intensificação das actividades de recreio e lazer; - Ocorrência de Alterações climáticas.

X – ENCOSTAS DA SERRA DO CORNO DE BICO

Área = 837 ha
População Residente em 2011 = 10 hab.
Freguesias abrangidas = Freguesia de Bico; Freguesia de Castanheira; Freguesia de Cristelo.

Legenda





Traços distintivos – Elementos individualizadores e caracterizadores do perfil e identidade

- Área montanhosa granítica, constituí uma área com elevado valor ecológico, destacando-se os bosques de carvalho alvarinho;
- Atinge o ponto mais alto das Terras de Coura no Corno de Bico, com 875 m de altitude;
- Integra a RN 2000 e a Paisagem Protegida do Corno de Bico;
- Constitui a cabeceira de três importantes linhas de água;
- Elevada expressão visual e valor cénico dos cumes e ribanceiras com "Caos" de Blocos graníticos;
- Existência de florestas puras de folhosas (em parte de produção) e matos densos;
- A sua envolvente é dominada pelas encostas onduladas, agrícolas e florestais, onde predomina os baldios;
- Alguma ocorrência de pequenos incêndios florestais;
- Primeira ocupação humana desta subunidade é durante a Pré-história recente;
- Subunidade com elevado valor cénico;
- Sem ocupação humana.

Organização e dinâmica actuais da paisagem

As Encostas da Serra do Corno de Bico compreendem, na sua parte nascente, o sítio da Rede Natura 2000 “Corno de Bico”, que atinge os 875m de altitude. Constituí uma área de pequena dimensão, com elevado valor ecológico e paisagístico, destacando-se os carvalhais (carvalho-alvarinho) associados ao azevinho. Sendo uma área montanhosa granítica, cabeceira de importantes linhas de água é nos seus cumes e ribanceiras pontuada por blocos graníticos, - “caos de blocos”-, que apresentam elevada expressão visual e cénica.

Em termos geomorfológicos, esta subunidade é constituída por dois sectores, predominando, a noroeste, os declives intermédios, seguidos pelos declives suaves e acentuados e topos aplanados, com menor expressão. No sector sul, predominam os declives acentuados, seguindo-se os declives intermédios e topos aplanados, com vários níveis de aplanamento. O substrato geológico é composto pelo granito calco-alcalino porfiróide de grão grosseiro, tocando apenas na metade ocidental com uma área de xistos.

Nesta subunidade de paisagem, observa-se uma área (*hotspot*) onde o índice de geodiversidade é muito elevado, localizado a oeste do lugar de Travanca e alguns núcleos, no sector oeste, onde se observa um índice de geodiversidade médio a elevado, sendo o sector este o menos geodiverso.

Nas poucas áreas com aptidão agrícola, essencialmente junto a algumas linhas de água, predominam os antrossolos (cumúlicos dístricos) e ainda alguns regossolos dístricos (órticos) e úmbricos (lépticos e órticos). Essas áreas correspondem a solos com aptidão agrícola moderada, apresentando grande parte do restante solo uma aptidão florestal moderada, em cotas inferiores, e marginal na restante área, intercalando com área de afloramentos rochosos.

Os usos dos solos são essencialmente florestais, com predomínio de folhosas, entre elas o carvalho, e vegetação arbustiva baixa e alta.

Esta paisagem que se caracteriza pelo seu relevo montanhoso, é uma paisagem essencialmente florestal, por vezes com predomínio de matagais. Integra a série do carvalhal colino, encontrando-se ainda carvalhais interessantes. Destaca-se também a vegetação aquático-turfosa, ainda que degradada, da Lameira das Cebolas e outras de menor expressão. Uma boa parte da floresta é, no entanto, fruto de plantação, nomeadamente com espécies exóticas, sobretudo de folhosas, mas também de resinosas, algumas das quais se encontram e naturalizadas e poderão constituir uma ameaça de invasão (*e.g*. cipreste-bastardo, *Chamaecyparis lawsoniana* (A.Murray bis) Parl).

Com uma população que não vai além de uma dezena de residentes, sobretudo com mais de 65 anos, e com o mesmo número de edifícios, localizando-se em áreas de transição para outras subunidades vizinhas, apresenta naturalmente uma densidade populacional reduzida, na ordem dos 1,2 hab/km^2, sendo os seus edifícios datados de antes de 1945, dois quais, mais de metade se encontram vagos.

- Evolução histórica da paisagem

Em termos agro-florestais, esta área terá seguido a tendência de áreas semelhantes no concelho, partindo do bosque abatido/queimado, para o sistema agrário pós-florestação, com produção de cereais e criação animal em regime de pastoreio. Contudo, as depressões a cotas elevadas levaram à deposição de material vegetal originando vegetação aquática-turfosa, actualmente bastante degradada.

Ao contrário das áreas agrícolas dos vales, a única mancha significativa de ocupação humana é assinalada por alguns monumentos megalíticos, implantados em zonas de cumeada e chãs. Do povoamento deste período, provavelmente durante o Neolítico/Calcolítico, não são conhecidos quaisquer evidências que nos permitam reconhecer a modalidade e tipo de assentamentos deste período.

Com a romanização, é provável que esta área tenha sido usada para a produção de cereais, mas de forma limitada, dado o nível de humidade do solo. A partir da Idade Média e até ao século XX, o solo foi, invariavelmente, usado para a floresta e o pastoreio.

A topografia desta subunidade terá condicionado o seu povoamento, apenas surgindo novos indícios de ocupação, ao longo dos séculos XVIII e XIX, com a construção de alguns moinhos nas zonas mais próximas do vale e junto a cursos de água.

Em meados do século XX, com a implementação do fomento florestal, a área foi arborizada e introduzidas algumas espécies exóticas, como o cipreste-bastardo (*Chamaecyparis lawsoniana*). Estas árvores são, frequentemente, usada na compartimentação de zonas, tendo em vista a prevenção dos fogos florestais, uma vez que criam mantas mortas muito compactas que ardem muito lentamente, sendo idóneas para retardar a progressão do fogo, desde que o povoamento tenha a dimensão adequada.

O gado, que desde a antiguidade percorre este território, é, predominantemente, composto por vacas de raças autóctones e garranos, em regime de vagueação, e algumas ovelhas, mantidas na proximidade das habitações, onde a vegetação herbácea é de melhor qualidade.

O facto de a ocupação deste território ter evoluído de modo natural, permitiu a criação de um ecossistema riquíssimo e, em seu nome, da Paisagem Protegida do Corno de Bico que, com as suas "florestas, os matos baixos, os matos altos, os lameiros, os cursos de água e os bosques ripícolas (…), o clima particular (de invernos muito frios e húmidos contrapostos a verões muito quentes e secos) dota esta área de uma biodiversidade notável, contando no global com 430 espécies vegetais, 188 espécies de animais vertebrados e 74 espécies de fungos, algumas destas com diferentes graus de endemismo e rareza"[81]. Nos estudos do plano de ordenamento e gestão realizados para esta paisagem protegida, foram identificadas cinco unidades de paisagem homogéneas que se cruzam com esta subunidade, nomeadamente, as Encostas de Travanca, Encostas de Vilares, Mata Corno do Bico, Mata de Coutos e Monte de Lamas.

Esta área integra, ainda, a Rede Natura 2000, rede comunitária que aponta a serra do Corno de Bico como área de ocorrência da espécie *Festuca summilusitana*.

[81] http://www.cornodebico.pt/portal/.

- Valores na paisagem – Principais Valores Presentes

1. Valores naturais e ecológicos

Esta área abarca parte da restante linha do festo principal, que delimita a metade sul e oriental do concelho, e é dominada por importantes e extensas cabeceiras de linhas de água, que dão origem a três dos principais cursos de água minhotos: o Coura, o Labruja e o Vez e imponentes áreas com risco de erosão, afectadas aos sistema da REN, porquanto são considerados valores naturais e ecológicos.

Este é o território onde começa o corredor ecológico do rio Coura, importante área linear de valor natural, que segue até ao rio Minho, e a este se junta. Nele começa, também, o troço intermédio de um corredor ecológico montanhoso, que liga a Serra de Arga**,** a ocidente**,** com a Serra do Gerês**,** a oriente.

Praticamente toda a área se encontra classificada como Rede Natura 2000, ainda que, o total do Sítio represente, aproximadamente, 17%. Destacam-se as já referidas turfeiras colinas, como *habitat* prioritário; os mosaicos seriais colinos, com regeneração de carvalhal e os matos com vegetação pioneira e rupícola, sobre granitos do piso colino.

A Paisagem Protegida do Corno de Bico, integrada na Rede Nacional de Áreas Protegidas, constitui um valor natural regional, nela se destacando a turfeira da Lameira das Cebolas e os carvalhais que a pontuam.

Nesta subunidade, existe apenas uma área, localizada a Oeste do lugar de Travanca, onde o índice de geodiversidade é muito elevado *(hotspot)*.

2. Valores produtivos

A zona apresenta algum potencial para a produção de forragem, com moderada a boa aptidão florestal.

A produção animal faz-se, essencialmente, em regime extensivo e os efectivos são compostos por bovinos, ovinos, caprinos e equídeos. As cabras aparecem associadas aos matos, enquanto as ovelhas e as vacas se associam ao restolho dos cereais e à produção de pastagens naturais e forragens diversas.

Esta área, que integra a região (Alto Minho) com mais potencialidades para a prática cinegética, apresenta elevada presença de animais silvestres de caça maior e caça menor, integrando toda a sua extensão, uma área de caça associativa.

No que respeita à actividade apícola, e na medida em que beneficia da existência de vegetação arbustiva propícia, *v.g.* as diferentes espécies de ericas, esta subunidade tem potencial para aumentar a número de colmeias. Contudo, recentemente, registam-se algumas dificuldades provocadas por agentes externos, como parasitas e espécies predadoras.

3. Valores culturais, simbólicos e de habitação

Ao nível do património, são de destacar os monumentos megalíticos que ocupam a linha de cumeada, denominada Corno de Bico e a Chã de Campela, aos quais se juntam os moinhos de rodizio á pela, tipologicamente idênticos aos demais moinhos identificados no resto do concelho.

Os antigos e seculares trilhos, muitos deles abertos por pastores, têm vindo a perder a sua marca na paisagem, ainda que persistam na memória dos pastores, ou descendentes, que deles se serviam.

As linhas de cumeada que aqui ocorrem, remetem para as “paredes” do Coura, o que, aliado aos topónimos “Chã do Mouro”, “Chã de Campela”, “Alto do Espinheiro”, “Rio Mau” e “Monte da Coroa”, reflectem o valor dado às formas de relevo desta subunidade.

Os Combates da Travanca, enquanto lenda que consagrou o dia de São Lourenço como feriado municipal (10 de Agosto), relembram a vitória portuguesa sobre as

tropas castelhanas em 1662, efeméride que, ano após ano, continua a ser festejada com grande solenidade.

4. Valores estéticos

Do ponto de vista visual, o ciclo biológico da vegetação (sazonalidade) traduz-se numa sucessiva variação de cores, texturas e formas, ao longo do ano, atribuindo a esta subunidade uma elevada qualidade paisagística.

De realçar aqui são, também, as formas de relevo, geralmente conhecidas por caos de blocos, que resultam do processo de meteorização do granito que, ao longo de milhões de anos, vão adquirindo um aspecto rolado ou outras formas curiosas.

- Principais estradas e pontos de observação e fruição da paisagem

Esta subunidade, uma vez que integra a paisagem protegida do Corno de Bico, caracteriza-se pelo seu elevado valor paisagístico e ecológico. Estamos perante uma paisagem de altitude, sem ocupação humana, onde relevam os percursos pedestres. Contudo, é também de salientar o interesse do pequeno troço da EN 306, que liga Paredes de Coura a Rendufe, em Ponte de Lima, e que atravessa esta subunidade: constitui um dos pontos de entrada na área protegida do Corno de Bico e apresenta características de estrada de montanha, excelente via de observação e fruição da paisagem.

Outro dos pontos de entrada nesta subunidade é a EN303, que liga o concelho dos Arcos de Valdevez à vila de Paredes de Coura, permitindo, igualmente, a fruição da diversidade paisagística desta subunidade.

Destaca-se ainda a existência de inúmeros caminhos florestais, acessíveis através de veículos de tração nas quatro rodas, mas que não são contemplados na metodologia da presente análise (ver Relatório de Análise Paisagística – 2ª Fase).

Foto 14 - EM520 – Perspectiva de Gaviães para a subunidade Encosta da Serra de Corno de Bico

No que concerne aos percursos pedestres, destacam-se, nesta subunidade, o PR01 - «Corno de Bico», o PR02 - «Alto dos Morrões» e o PR04 - «Varanda do Coura». Globalmente, todos eles apresentam alta/média exposição visual. Esta subunidade apresenta relação visual com todas as restantes subunidades, à excepção da subunidade 1 (Serras do Lousado e do Formigoso) e da subunidade 2 (Várzea do Coura e Ribeira de Codeceira).

Figura 78 - Visibilidades a partir dos percursos pedestres – subunidade de paisagem 10 | Encostas da Serra de Corno de Bico

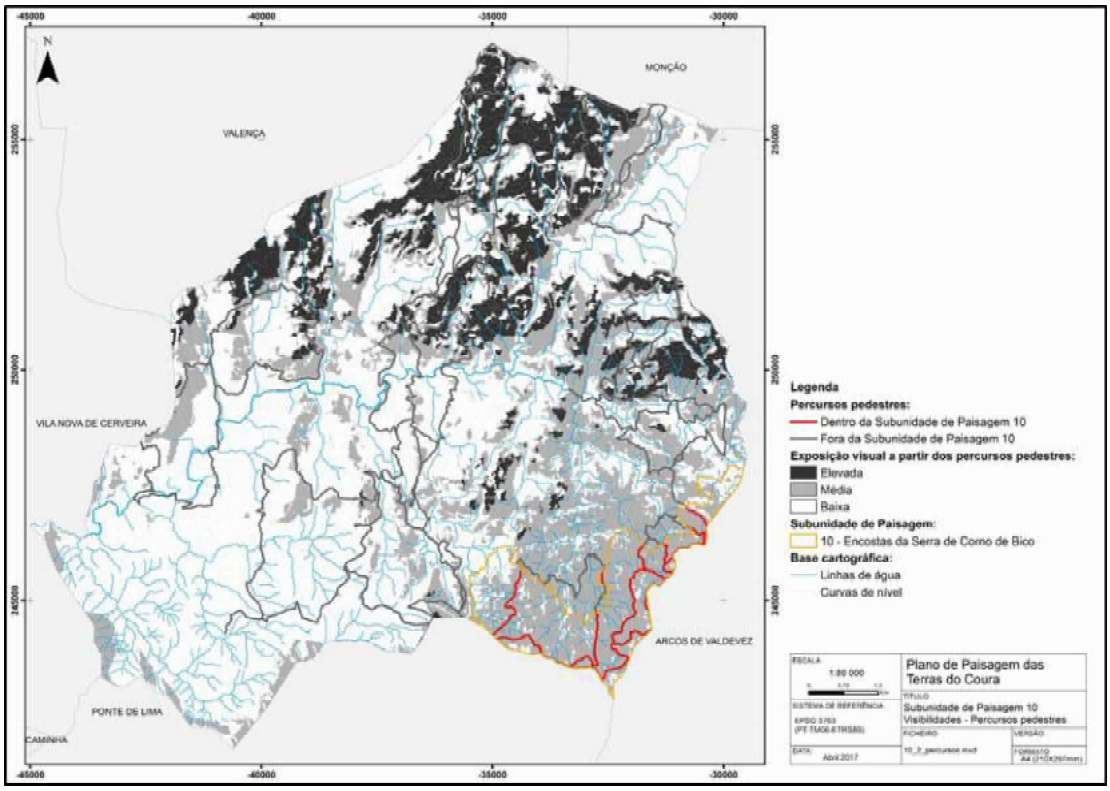
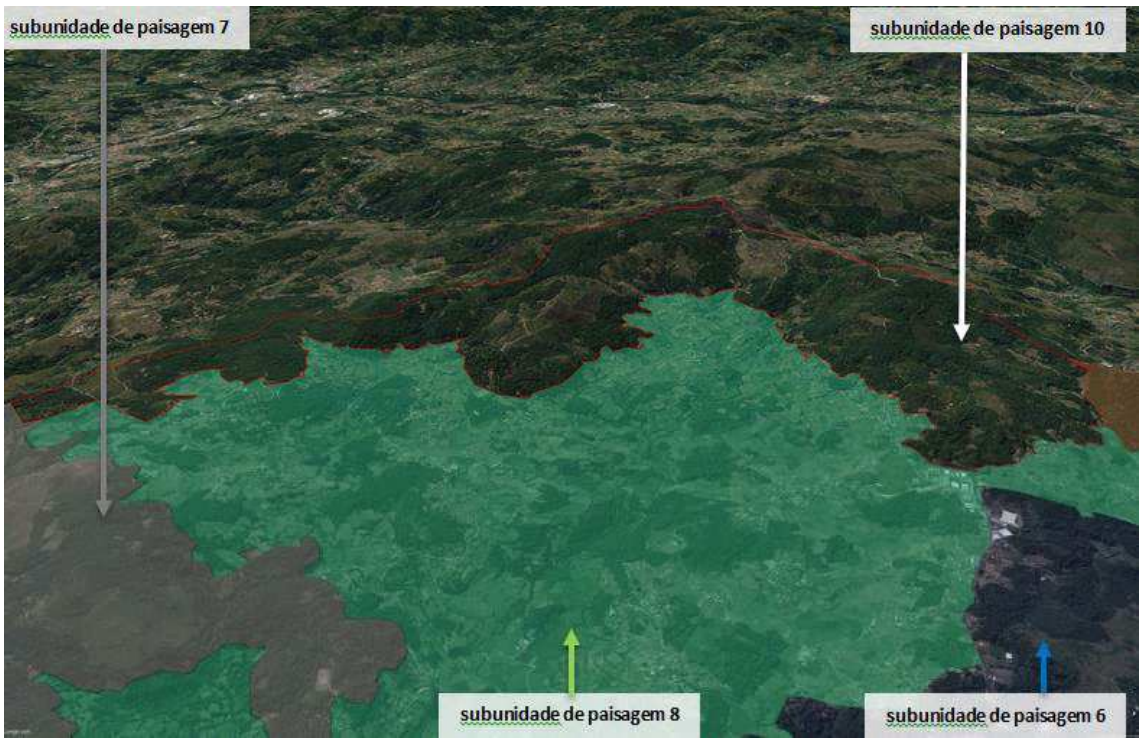


Figura 79 - Subunidade de paisagem 10 | Encostas da Serra de Corno de Bico



Fonte: Google earth, tratamento próprio

O PR01 - «Corno de Bico» permite percorrer a floresta do Corno de Bico, um exemplar único na região, da associação florística do carvalho-alvarinho (*Quercus robur*). É um percurso de elevado valor cénico e com enorme diversidade de espécies arbóreas, arbustivas, herbáceas e faunísticas. O percurso possibilita, ainda, a observação da paisagem envolvente a partir do Alto do Espinheiro, localizado à cota de 883 metros, e a partir do qual, é possível admirar-se, também, o vale do rio Coura, do rio Vez e do rio Lima. A paisagem, resultante do conjunto de linhas, formas, texturas e odores, aqui presentes, provoca um forte impacto em quem quer que a percorra.

Figura 80 - Carvalhal do Corno de Bico

Fonte:http://eevm.pt/images/stories/fotos/alto-minho_ordenamento-territorio/ordenamento-territorio/areas_protegidas/corno_do_bico/c.3.2.2_corno_do_bico_panoram_01.jpg

O PR02 - «Alto dos Morrões» e o PR04 - «Varanda do Coura», destacam-se, na presente subunidade, por permitirem a observação, sob diferentes perspectivas, do carvalhal do Corno de Bico. Este último, graças às elevadas altitudes, possibilita impressionantes vistas sobre a paisagem regional envolvente: a Serra d'Arga (a sudoeste), o Monte Espinho, onde se localiza o Bom Jesus do Monte (a sudeste), as Serras da Peneda e do Soajo (a nascente) e as montanhas da Galiza (a norte). Propiciam, ainda, uma excelente oportunidade para contemplar a paisagem das Terras de Coura, onde o destaque vai para o relevo e o serpenteante rio Coura , que moldam toda a paisagem.

Foto 15 - Percurso pedestre ladeado por bétulas, carvalhos e faias no Corno de Bico

Foto 16 - Elevada amplitude e profundidade visual para Rendufe, Ponte de Lima

Nesta subunidade, existem quatro parques de merendas (localizados, respectivamente, na EN 306, no Corno de Bico, no Penedo do Rebolinho e na Chã do Bento). Os três últimos têm estruturas para miradouro, apresentando uma ampla

exposição visual, que permite a contemplação da paisagem e dos seus valores, numa área territorial muito abrangente.

Figura 81 - Visibilidades a partir dos parques de merendas – subunidade de paisagem 10 | Encostas da Serra de Corno de Bico

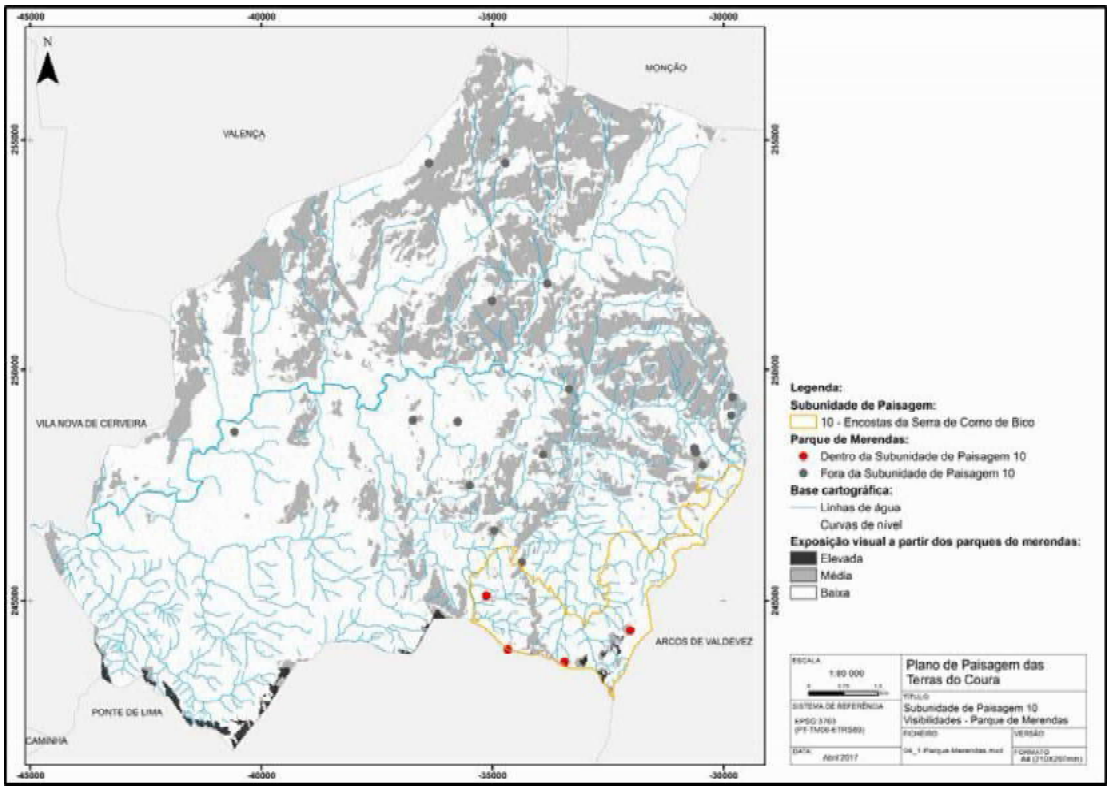
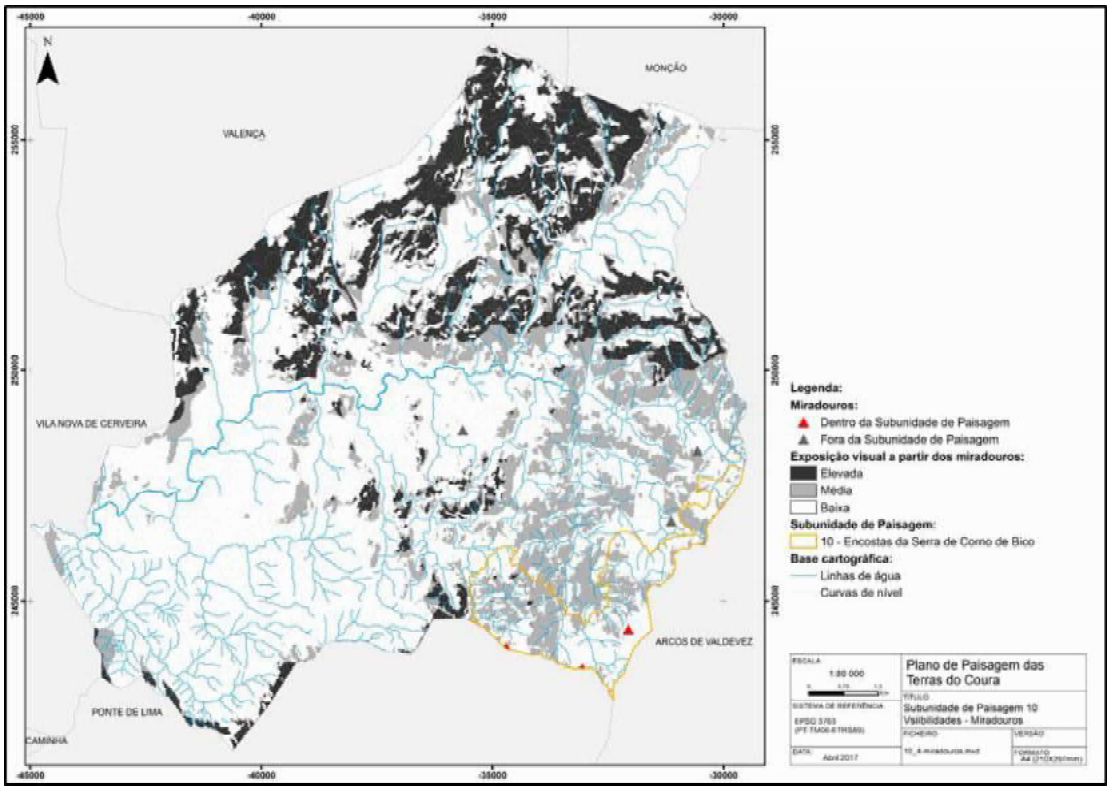


Figura 82 - Visibilidades a partir dos miradouros – subunidade de paisagem 10 | Encostas da Serra de Corno de Bico



- Avaliação da paisagem (Análise SWOT)

Factores Internos – Pontos Fortes
- Paisagens diversificadas;
- Existência de vários pontos de observação da paisagem;
- Existência de áreas/percursos de elevada exposição visual;
- Existência de bons trilhos e miradouros;
- Existência de trilhos de pastoreio com potencial para exploração turística;
- Diversidade de comunidades vegetais;
- Existência de *habitats* com potencial, idêntico ou superior, aos integrados na rede natura 2000;
- Manutenção da vegetação ribeirinha, em alguns troços da rede hidrográfica local;
- Alto valor faunístico;
- Valor estético da geodiversidade;
- Elevada densidade e distribuição homogénea da rede hidrográfica;
- Existência de vestígios/indícios arqueológicos, conotados com rituais de enterramento da Pré-história recente;
- Conservação de toponímia de origem medieval.

Factores Internos – Pontos Fracos
- Falta de gestão da Paisagem Protegida do Corno de Bico;
- Densidade de giestais e codessais como resultado da falta de gestão;
- Pisoteio e pastoreio pelo gado, de áreas sensíveis, de ocorrência das turfeiras e outras espécies da flora local;

- Falta de balização de percursos pedestres/viários, facilitando o pisoteio e degradação da vegetação e geodiversidade;
- Avanço de infestantes lenhosas;
- Abandono das antigas práticas agrícolas locais;
- Sinalética deficitária em alguns percursos pedestres;
- Mau estado de conservação da sinalética;
- Descaracterização e abandono de maior parte das unidades de transformação agrícola (moinhos);
- Mau estado das mesas de leitura da paisagem;
- Surgimento de pequenas áreas de deposição de lixo.

Factores Externos - Oportunidades
- Aumento da procura de actividades ligadas à natureza (*treking*, BTT, caminhadas, *geocaching*, *trails*, observação de aves, etc.); - Contexto geográfico da bacia do rio Coura, que facilita uma intervenção no âmbito da fitotecnia (contra espécies invasoras); - Aumento da procura turística da geodiversidade (visitação); - Reformulação das políticas florestais (a decorrer); - Aposta no aproveitamento da biomassa; - Aumento da procura de "produtos da terra" (bio, DOP, outros); - Realização de festivais e outros eventos temáticos, regionais e nacionais, como factor de divulgação da paisagem courense.

Factores Externos - Ameaças
- Risco de incêndio; - Incêndios com grande influência na paisagem; - Aumento do período (meses) propício aos incêndios florestais; - Disponibilidade de maquinaria pesada para as actividades agro-silvícolas; - Abandono de práticas ancestrais de silvicultura e agricultura; - Aumento da pressão sobre os recursos hídricos; - Intensificação das actividades de recreio e lazer; - Ocorrência de Alterações climáticas.

Capítulo 5 – Valor Paisagístico e Análise Multifuncional

As subunidades de paisagem assumem, um grau de homogeneidade e coerência, que permite que lhes sejam atribuídas características identitárias diferenciadas do restante território. Para melhor compreender e sistematizar as particularidades de cada subunidade de paisagem, assim como o seu valor paisagístico e funcional, optou a equipa pela realização neste capítulo, de três abordagens que analisam e resumem os aspectos referidos, e que se baseiam, para além da participação publica, numa revisão bibliográfica efectuada sobre a metodologia e boas praticas desenvolvidas em diversos grupos nacionais e internacionais que se debruçam sobre esta temática e que foram aqui adaptadas.

As dez subunidades de paisagem do território de Paredes de Coura, identificadas na fase anterior deste Plano de Paisagem, e conforme referido na introdução do presente documento, foram postas à apreciação pública, de modo a que a população pudesse avaliar a identificação das mesmas, participando na elaboração da sua versão definitiva.

Valorização das subunidades paisagísticas pela população

A realização de inquéritos à população, contou com questões que permitissem aos inquiridos manifestar quais os elementos que mais valor atribuem à “sua” subunidade paisagística.

A sistematização desses dados permitiu construir a tabela seguinte, onde é possível ver quais foram esses elementos, destacando-se os valores culturais e simbólicos na subunidade 1, os recursos hídricos na subunidade 2, 6 e 8, os bosques de folhosas na subunidade 3 e 10, os espaços agrícolas na subunidade 4, o núcleo urbano central quer na subunidade 5 quer na 9, e os lameiros e pastagens na subunidade 7.

Tabela 3 - Valoração dos elementos das subunidades de paisagem pela população

SUBUNIDADES DE PAISAGEM	Elementos
I – Serras do Lousado e Formigoso	1 – Valores culturais e simbólicos 2 – Património histórico e etnográfico 3 – Caminhos tradicionais 4 – Pontos de observação da paisagem 5 – Áreas incultas
II – Várzea do Coura e Ribeira da Codeceira	1 – Recursos Hídricos 2 – Património histórico e etnográfico 3 – Valores culturais e simbólicos 4 – Caminhos tradicionais 5 – Espaços agrícolas
III – Montes de Travanca	1 – Bosques de folhosas 2 – Floresta de produção 3 – Valores culturais e simbólicos 4 – Caminhos tradicionais 5 – Recursos Hídricos
IV – Encostas Sul do Vale do Coura	1 – Espaços agrícolas 2 – Lameiros e pastagens 3 – Bosques de folhosas 4 – Património histórico e etnográfico 5 – Valores culturais e simbólicos
V – Encostas Norte do Vale do Coura	1 – Núcleo urbano central 2 – Património histórico e etnográfico 3 – Recursos Hídricos 4 – Valores culturais e simbólicos 5 – Caminhos tradicionais
VI – Granitos de S. Silvestre	1 – Recursos Hídricos 2 – Bosques de folhosas 3 – Caminhos tradicionais 4 – Espaços agrícolas 5 – Áreas incultas
VII – Montes da Boalhosa e Planalto de Lamas	1 – Lameiros e pastagens 2 – Compartimentação dos campos 3 – Bosques de folhosas 4 – Valores culturais e simbólicos 5 – Áreas incultas
VIII – Lameiros do Coura	1 – Recursos Hídricos 2 – Espaços agrícolas 3 – Lameiros e pastagens 4 – Bosques de folhosas 5 – Áreas incultas
IX – Vila de Paredes de Coura	1 – Núcleo urbano central 2 – Valores culturais e simbólicos 3 – Património histórico e etnográfico 4 – Recursos Hídricos 5 – Pontos de observação da paisagem
X – Encostas da Serra do Corno de Bico	1 – Bosques de folhosas 2 – Recursos Hídricos 3 – Espaços agrícolas 4 – Património histórico e etnográfico 5 – Valores culturais e simbólicos

Numa segunda análise procedeu-se a uma valorização paisagística das subunidades de paisagem efectuada pela equipa técnica.

Valor paisagístico das subunidades de paisagem

Pretende-se, com a presente análise, sintetizar e quantificar, o valor paisagístico das dez subunidades, usando os critérios do carácter e do valor cénico da paisagem. Esta quantificação/valoração permitirá pôr em evidência, de acordo com o seu maior ou menor valor paisagístico, a estratégia específica a seguir em cada subunidade, orientado complementarmente a acção, seja ela de protecção, de ordenamento ou gestão.

Critérios de avaliação:

Carácter (Fraco – 1; Razoável - 2; Significativa - 3; Muita - 4)
Parâmetro que traduz a presença de património cultural e características humanizadas da paisagem. Evidencia a interdependência das actividades humanas e a paisagem construída.

Valor Cénico (Fraco – 1; Razoável - 2; Significativa - 3; Muita - 4)
Parâmetro que traduz o valor estético e visual da subunidade. Tem em consideração a harmonia das paisagens, e valor visual intrínseco, padecendo este critério de uma valoração mais subjectiva, natural neste tipo de análise.

Tabela 4 - Valoração das subunidades por critério

SUBUNIDADES DE PAISAGEM	CRITÉRIOS		TOTAL
	Carácter	Valor Cénico	
I – Serras do Lousado e Formigoso	2	2	4
II – Várzea do Coura e Ribeira da Codeceira	3	**4**	**7**
III – Montes de Travanca	1	2	3
IV – Encostas Sul do Vale do Coura	3	3	6
V – Encostas Norte do Vale do Coura	**4**	3	**7**
VI – Granitos de S. Silvestre	2	3	5
VII – Montes da Boalhosa e Planalto de Lamas	3	3	6
VIII – Lameiros do Coura	**4**	**4**	**8**
IX – Vila de Paredes de Coura	3	3	6
X – Encostas da Serra do Corno de Bico	2	4	6

Deste modo, são mais valoradas as subunidades com maior presença de património cultural e que, transmitam ao mesmo tempo, uma certa harmonia, ou interdependência das actividades humanas e da paisagem construída conferindo-lhes um valor cénico superior, destacando-se as subunidades paisagísticas onde o mosaico agro-florestal está marcadamente presente no território, nomeadamente as subunidades 2, 5 e sobretudo a 8.

A terceira apreciação prende-se com a análise multifuncional das subunidades paisagísticas. Para o efeito seguimos a metodologia prevista no documento publicado pela DGOTDU (2011) "A paisagem na revisão dos PDM - Orientações para a implementação da Convenção Europeia da Paisagem no âmbito municipal", assim como diversos estudos nacionais e internacionais, dos quais se destacam os trabalhos de Pinto-Correia, Cancela d'Abreu e De Groot.

Análise Multifuncional

Ao conceito de multifuncionalidade da paisagem está subjacente a ideia que a paisagem exerce uma serie de funções distintas, interligadas, e com diferentes intensidades na estruturação do território, surgindo como um paradigma em relação às novas funções que o solo rústico deve considerar, num contexto de complementaridade da atividade agro-florestal enquanto função produtiva, onde outras funções não produtivas emergem e transformam o ordenamento e gestão da paisagem.

Essas funções podem ser ecológicas, de *habitat*, de produção, de suporte e informativas, podendo ainda ser divididas em função do seu valor em termos ecológicos, socioculturais e económicos, possibilitando também uma avaliação em função dos bens e serviços prestados pela paisagem, ou seja valorando os serviços prestados pelos ecossistemas.

Esta abordagem à multifuncionalidade da paisagem das Terras de Coura, procura, como objectivo, definir objectivos de qualidade paisagística para cada subunidade, constituindo-se assim como uma etapa complementar do diagnóstico realizado ao território de Paredes de Coura e às suas (subunidades) paisagens.

Assim, as componentes analisadas contribuíram também, no seu conjunto, para a realização do diagnóstico prospectivo, baseado também na seleção dos elementos identitários da paisagem, no estudo da multifuncionalidade da paisagem actual e potencial.

A análise da multifuncionalidade da paisagem das Terras de Coura teve como suporte a identificação de **5 funções principais** e de **19 sub-funções**, que correspondem à real ocupação do território (do solo) local, analisada e caracterizada nas fases anteriores do plano de paisagem.

A função ecológica caracteriza-se pela capacidade do ecossistema em fornecer as condições prévias para a regulação das outras funções, mantendo o sistema saudável; a função de *habitat* fornece suporte para o refúgio e reprodução de espécies de fauna e flora; a função produtiva refere-se aos processos naturais de conversão de matéria-prima em recursos para uso humano, sobretudo alimento e fibras; a função de suporte refere-se à conversão permanente do ecossistema num tipo de uso diferente e que sirva de suporte às actividades humanas; a função informativa diz respeito à possibilidade que os ecossistemas naturais oferecem para que o Homem se desenvolva em termos espirituais, cognitivos e sensitivos.

Tabela 5 - Valoração das subunidades por critério - grelha

FUNÇÃO	SUB-FUNÇÃO		OBJECTIVOS
ECOLÓGICA	Regulação da Qualidade do Ar		Manutenção dos processos ecológicos essências e dos sistemas de suporte à vida
	Regulação Climática		
	Regulação Hídrica		
	Retenção do Solo		
	Formação do Solo		
	Ciclo de Nutrientes		
	Polinização		
HABITAT	Fauna		Garantir áreas adequadas à vida, reprodução e desenvolvimento de espécies animais e vegetais nativas
	Flora		
	Fungos		
PRODUTIVA	Alimentos	Agricultura, Pecuária e Aquacultura	Garantir a produção de alimentos, fibras e o aproveitamento de outros recursos naturais
		Pescas e Alimentos Silvestres	
	Fibras	Silvicultura	
		Recursos Genéticos	
		Produtos Bioquímicos	
	Recursos Geológicos e Energéticos		
SUPORTE	Espaço habitacional		Possibilitar o desenvolvimento das actividades humanas
	Infraestruturas		
	Espaços de Atividades Económicas (setor II e III)		
INFORMATIVA	Valores recreativos		Aumentar o conhecimento do território, nos espaços com uma utilização de recreio e ecoturismo
	Valores científicos e pedagógicos		
	Valores simbólicos		

Tendo por base a grelha anteriormente definida, realizámos a análise comparativa das funções e sub-funções em cada uma das subunidades de paisagem, onde se procedeu à atribuição de uma escala de valores, resultando nas tabelas seguintes, sendo a primeira referente à actualidade, ou seja as funções presentes (ou não) actualmente na subunidade, a segunda referente às funções e sub-funções que potencialmente poderiam e deveriam ser desempenhadas nas subunidades.

Funções e sub-funções dominantes das Subunidades de Paisagem das Terras de Coura (actual)

Tabela 6 – Aplicação da valoração das subunidades por critério (actual)

FUNÇÃO	SUB-FUNÇÕES		SUBUNIDADES											% do total poss. (22)
			1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Σ	
ECOLÓGICA	Qualidade do Ar		2	1	2	2	1	1	2	1	1	2	15	75
	Regulação Climática		2	2	2	2	2	1	2	2	1	2	18	90
	Regulação Hídrica		1	2	2	2	2	1	2	2	1	2	17	85
	Retenção do Solo		2	1	2	2	1	0	2	2	1	2	15	75
	Formação do Solo		1	2	1	2	2	0	2	2	1	2	15	75
	Ciclo de Nutrientes		2	1	2	1	1	1	2	2	0	2	14	70
	Polinização		1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	9	45
HABITAT	Fauna		1	2	2	2	2	2	2	2	1	2	18	90
	Flora		1	1	0	2	2	1	2	2	1	2	14	70
	Fungos		1	0	2	1	1	-1	2	2	1	2	11	55
PRODUTIVA	Alimentos	Agricultura, Pecuária e Aquacultura	-2	2	0	2	2	1	1	2	0	1	9	45
		Pescas e Alimentos Silvestres	0	1	-1	1	1	-2	1	1	1	1	4	20
	Fibras	Silvicultura	2	0	2	1	1	0	2	0	-1	2	9	45
		Recursos Genéticos	0	1	0	1	2	1	2	2	1	2	12	60
		Produtos Bioquímicos	0	1	1	1	1	1	1	1	0	1	8	40
	Recursos Geológicos e Energéticos		2	1	1	0	1	2	0	0	-2	-2	3	15
SUPORTE	Espaço habitacional		-2	1	-2	1	1	-2	-1	1	2	-2	-3	-15
	Infraestruturas		1	1	-1	1	1	0	-1	1	2	-2	3	15
	Atividades Económ. (set II e III)		-2	-1	-2	-1	0	-2	-1	0	1	-2	-10	-50
INFORMATIVA	Valores recreativos		1	1	-1	1	1	1	1	1	1	2	9	45
	Valores científicos		0	1	-1	1	2	1	2	2	1	2	11	55
	Valores simbólicos		1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	9	45
Σ			15	23	12	27	29	9	27	30	15	23	210	
% da Σ total possível (44)			34	52	27	61	66	20	61	68	34	52		

- 2 – A função é inexistente na Subunidade de Paisagem

- 1 – A função existe muito pouco na Subunidade de Paisagem

0 – A função existe mas não tem significado na Subunidade de Paisagem

1 – A função tem significado na Subunidade de Paisagem embora existam outras funções mais relevantes

2 – A função tem muito significado na Subunidade de Paisagem

A leitura da tabela anterior permite verificar que as subunidades com maior grau de multifuncionalidade são as subunidades 5 e 8. A subunidade com menor grau de multifuncionalidade corresponde aos Montes de Travanca.

As funções ecológicas de regulação climática de *habitat* para a fauna são as mais representativas, sendo as menos representativas as funções de suporte para o espaço habitacional e sobretudo das actividades económicas (set. II e III).

Funções e sub-funções dominantes das Subunidades de Paisagem das Terras de Coura (potencial)

Tabela 7 - Aplicação da valoração das subunidades por critério (potencial)

FUNÇÃO	SUB-FUNÇÕES		SUBUNIDADES											% do total poss. (22)	Δ %
			1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Σ		
ECOLÓGICA	Qualidade do Ar		2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	20	100	25
	Regulação Climática		2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	20	100	10
	Regulação Hídrica		2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	20	100	15
	Retenção do Solo		2	2	2	2	2	1	2	2	1	2	18	90	15
	Formação do Solo		2	2	2	2	2	1	2	2	1	2	18	90	15
	Ciclo de Nutrientes		2	2	2	2	2	2	2	2	1	2	19	95	25
	Polinização		2	2	2	2	2	2	2	2	0	2	18	90	45
HABITAT	Fauna		2	2	2	2	2	2	2	2	1	2	19	95	5
	Flora		2	2	2	2	2	2	2	2	1	2	19	95	25
	Fungos		2	1	2	2	2	0	2	2	1	2	16	80	25
PRODUTIVA	Alimentos	Agricultura, Pecuária e Aquacultura	0	2	1	2	2	1	2	2	1	2	15	75	30
		Pescas e Alimentos Silvestres	1	2	1	2	2	1	2	2	1	2	16	80	60
	Fibras	Silvicultura	2	1	2	1	1	1	1	1	0	1	11	55	10
		Recursos Genéticos	1	1	1	1	2	1	2	2	1	2	14	70	10
		Produtos Bioquímicos	2	1	2	1	1	2	1	1	1	1	13	65	25
	Recursos Geológicos e Energéticos		2	1	1	1	1	2	1	1	1	0	11	55	40
SUPORTE	Espaço habitacional		0	1	0	1	1	0	0	1	2	0	6	30	45
	Infraestruturas		1	1	0	1	1	0	0	1	2	0	7	35	20
	Atividades Económ. (set II e III)		0	1	0	1	1	0	2	1	2	0	8	40	90
INFORMATIVA	Valores recreativos		1	1	1	1	1	1	2	2	1	2	13	65	20
	Valores científicos		1	2	1	2	2	1	2	2	1	2	16	80	25
	Valores simbólicos		1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	10	50	5
Σ			32	34	31	35	36	27	36	37	26	33	327	1635	
% da Σ total possível (44)			73	77	70	80	82	61	82	84	59	75			

0 – A função não existirá na Subunidade de Paisagem

1 – A função terá algum significado na Subunidade de Paisagem

2 – A função terá muito significado na Subunidade de Paisagem

A comparação da multifuncionalidade existente com a situação potencial, revela que grande parte das subunidades paisagísticas detêm já um grau elevado de multifuncionalidade, sobretudo no que diz respeita à função ecológica e de *habitat*. A função de suporte de produção é aquela que se encontra mais distante das potencialidades existentes nas subunidades de paisagem, lembrando questões por exemplo como a apicultura, a forragem, a produção de carne, em regime extensivo ou

semi-intensivo, os cogumelos, a resinagem etc., necessitando de ações de potenciação. A função informativa, nomeadamente a sub-função *valores científicos e pedagógicos* necessita de uma maior valorização de forma a aumentar o conhecimento do território e das paisagens, aumentando os seus valores recreativos.

Nas subunidades de paisagem que detêm funções de suporte, estas atingiram já a sua potencialidade máxima, necessitando unicamente de um melhor ordenamento, de forma a diminuir os impactes existentes sobre a paisagem, como sejam as barreiras visuais às actividades económicas, uma requalificação e valorização paisagística dos núcleos urbanos existentes, etc.

Esta análise da multifuncionalidade das subunidades, poderia ser ainda complementada pela análise do valor dos serviços dos ecossistemas nas suas diferentes dimensões, nomeadamente em termos biofísicos, socioculturais e económicos, mas que aqui não serão abordados em resultado do calendário dos trabalhos não o permitir.

"*A avaliação e a economia dos ecossistemas são hoje uma área prioritária no Compromisso para o Crescimento Verde adoptado em 2015 pelo Governo português e um objectivo de política inscrito na revisão da* ***Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade****, para além de ser parte integrante de outros instrumentos estratégicos e de política, sectoriais e transversais, como sejam as recentes revisões da Estratégia Nacional das Florestas e do Plano de Ação Nacional de Combate à Desertificação ou a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas*". (icnf.pt)

Capítulo 6 - Conclusões

Após a identificação das subunidades de paisagem, onde estiveram presentes critérios objectivos, tais como: a combinação das diversas componentes presentes no território, que se traduziram na litologia, altitude, formas de relevo, clima, organização do espaço, e evolução histórica; mas, também, critérios subjectivos como a percepção da paisagem, e as relações entre população e paisagem, o presente relatório faz um inventário e diagnóstico ao perfil dessas subunidades, no que se refere fundamentalmente aos traços distintivos das mesmas, tendo ainda em consideração, os valores específicos que lhes são atribuídos pela população.

A presente fase culmina com uma avaliação do valor paisagístico inerente a cada subunidade bem como uma análise multifuncional de cada uma delas.

Com esta sistematização das características e particularidades objectivas e subjectivas da paisagem courense, resultantes da opinião da população local, dos técnicos envolvidos e das políticas em vigor no país, da analise das oportunidades e ameaças de cada uma, estão lançadas as bases para a definição dos objetivos de qualidade paisagística e do respectivo programa de gestão, quer para a paisagem courense, em geral, quer para cada uma das suas dez subunidades.

Bibliografia

- AGROCONSULTORES; GEOMETRAL (1999). "*Carta de Solos e Carta de Aptidão da Terra para a Agricultura para o Entre Douro e Minho. Memórias*". Direcção Regional de Agricultura de Entre-Douro e Minho.
- ALVES, Jofre de Lima Monteiro (2015). "*Foral Manuelino da Terra de Coura. V Centenário de um documento histórico"*. Paredes de Coura: Junta de Freguesia de Padornelo.
- AMARAL, Luciano (1994). "*Portugal e o passado: política agrária, grupos de pressão e evolução da agricultura portuguesa durante o Estado Novo (1950 - 1973)*". In Análise Social, Vol. XXIX (128).
- AMIGO, J., IZCO, J., GUITIÁN, J., & ROMERO, M.I. (1998). "*Reinterpretación del Robledal Termófilo Galaico-Portugués: Rusco aculeati-Quercetum roboris*". Lazaroa, 19.
- ANDRADA, Eduardo de Campos (1982). "*80 Anos de Actividade na Correcção Torrencial – Hidráulica Florestal – (1901-1980)*". Direcção-Geral das Florestas, Lisboa.
- BASTO, Filipe Theotonio P. X. de (1943). "*Torrencialidade. Significado de Torrente*".Vol, X – Tomo I. Direcção Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas, Lisboa.
- BASTOS, Sérgio (2012). "*Guião Interpretativo da Geologia do Caminho de Santiago*"
- BRANDÃO, Maria José da C. (1998). "*Efemérides de Coura*" 3ª edição. Ed. Câmara Municipal de Paredes de Coura, Paredes de Coura.)
- BRILHA, J. (2005). "*Património Geológico e Geoconservação – A conservação da Natureza na sua vertente geológica*". Palimage Editores, Braga.
- CALDAS, Eugénio de Castro (1998). "*A Agricultura na História de Portugal"*. E.P.N., Lda., Lisboa.
- CANCELA D'ABREU, Alexandre; OLIVEIRA, Rosário (2008). "*Estudo da Paisagem de Óbidos: Relatório Final*". Universidade de Évora, Évora.
- CARCAVILLA, L.; LÓPEZ J.; DURÁN J. (2007). – "*Patrimonio geológico y geodiversidad: investigación, conservación, gestión y relación con los espacios naturales protegidos*". Cuadernos del Museo Geominero, IGME, Madrid. ISBN 978-84-7840-710-1.

- CAUVIN, Jacques (1997) "*Nascimento das Divindades, Nascimento da Agricultura"*. Lisboa: Instituto PIAGET.

- CERQUEIRA, Joaquim M.C. (1991). "*Operações e Máquinas*". Lisboa: Clássica Editora, Nova Coleção Técnica Agrária nº 7.

- CIBIO (Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos), (2007). "*O Plano Sectorial da Rede Natura 2000 e os Planos Directores Municipais no Vale do Minho*". CIBIO, Universidade do Porto, Porto.

- CLAUDIO, Mário (2013). "*Coura uma Fotobiografia*". Ed. Câmara Municipal de Paredes de Coura, Paredes de Coura.

- CMPC (Câmara Municipal de Paredes de Coura) (1987). *"Foral da Terra de Coura".* Câmara Municipal de Paredes de Coura, Paredes de Coura.

- CMPC (Câmara Municipal de Paredes de Coura) (1995). "*Plano Director Municipal de Paredes de Coura*". Câmara Municipal de Paredes de Coura, Paredes de Coura.

- CMPC (Câmara Municipal de Paredes de Coura) (2013). *"Aquilino Ribeiro em Terras de Coura.* Comemorações do Cinquentenário da Morte de Aquilino Ribeiro. Câmara Municipal de Paredes de Coura, Paredes de Coura.

- CMPC/GABINETE DE ARQUEOLOGIA E PATRIMÓNIO (1993/94). "*Cadernos de Arqueologia e Património 2/3".*Câmara Municipal de Paredes de Coura, Paredes de Coura.

- CMPC/GABINETE DE ARQUEOLOGIA E PATRIMÓNIO (1994). "Monografias - 2. *O Povoamento Proto-Histórico e a Romanização da Bacia Superior do Rio Coura: estudo, restauro e divulgação".* Câmara Municipal de Paredes de Coura, Paredes de Coura.

- CMPC/GABINETE DE ARQUEOLOGIA E PATRIMÓNIO (1995/97). "*Cadernos de Arqueologia e Património 4/6".*Câmara Municipal de Paredes de Coura, Paredes de Coura.

- COELHO, António Borges, (1993). "*Mercadores portugueses nos séculos XIV a XV".* In Portugal no Mundo, Vol. I, Albuquerque, Luís (Coord.). Lisboa: Edição das Selecções do Reader's Digest. S.A.

- COELHO, António Borges. (1993). "*Mercadores portugueses nos séculos XIV a XV*. *In* Portugal no Mundo, Vol. I, Albuquerque, Luís (Coord.). Lisboa: Edição das Selecções do Reader's Digest. S.A.

- CORREIA, A.V., OLIVEIRA, A.C., PEREIRA, J.S. (2000). "*A Silvicultura do Pinheiro Bravo*". Centro PINUS.

- CORREIA, A.V., OLIVEIRA, A.C., PEREIRA, J.S. (2012). "*Silvicultura. A gestão dos Ecossistemas Florestais*". Lisboa: FCG.

- CORREIA, Alberto (2003). "*Viajar com.... Aquilino Ribeiro."* Edições Caixotim.
- COSTA, J. E. Caldas da (Coment.) (1987). "*Foral da Terra de Coura – Leituras e Notas*". Câmara Municipal de Paredes de Coura, Paredes de Coura.
- COSTA, J.C., AGUIAR, C., CAPELO, J., LOUSÃ, M., & NETO, C. (1999). "*Biogeografia de Portugal Continental*". Quercetea, 0.
- CUNHA, Narcizo C. A. (1ª edição de 1909); ilustração de Bastos, Carlos, (Reedição de 2010). "*No Alto Minho. Paredes de Coura"*. Câmara Municipal de Paredes de Coura, Paredes de Coura.
- DANTAS, R. (Coord), GOUVEIA, A., LEITE, J.V. (2000). "*Os Milénios do Garrano.* Vieira do Minho: ACERG.
- DANTAS, R. (Coord), GOUVEIA, A., LEITE, J.V. (2001). "*Raça Barrosã*". Braga: AMIBA.
- DE GROOT, Rudolf (1992). "*Functions of Nature: Evaluation of Nature in Environmental Planning, Management and Decision Making*". Wolters Noordhoff BV, Groningen, The Netherlands.
- DE GROOT, Rudolf (2005). "*Function-analysis and valuation as a tool to assess land use conflicts in planning for sustainable, multi-functional landscapes*". In Landscape and Urban Planning 75 (2006). Wageningen University.
- DELGADO, Carlos (2013). "*Paisagens multifuncionais e alterações dos usos do solo no Noroeste de Portugal"*. Cadernos do Curso de Doutoramento em Geografia. FLUP, Porto.
- DEPARTAMENTO DE TERRITORIO Y SOSTENIBILIDAD (2015)."*Catálogo de Paisaje de les Comarques Centrals - Memòria I*". Generalitat de Catalunya. Catalunha.
- DIAS, Jorge, OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando; (1994). "*Espigueiros Portugueses. Sistemas Primitivos de Secagem e Armazenagem de Produtos Agrícolas".* Lisboa: Publicações D. Quixote.
- DIRECÇÃO-GERAL DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO URBANO (DGOTDU) (2011). "*A Paisagem na Revisão dos PDM – Orientações para a Implementação da Convenção Europeia da Paisagem no Âmbito Municipal*", Documentos de orientação DGOTDU 02/201, DGOTDU, Lisboa.
- DIRECÇÃO-GERAL DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO URBANO (DGOTDU) (2004). "*Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental*", Volume I, Coleção Estudos 10, DGOTDU, Lisboa.

- DIRECÇÃO-GERAL DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO URBANO (DGOTDU) (2004). "*Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental*", Volume II, Coleção Estudos 10, DGOTDU, Lisboa.

- ERENA (2008). "*Plano de Ordenamento e Gestão da Paisagem Protegida de Corno do Bico. 2ª Fase – Diagnóstico*". Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade.

- ERENA (2008). "*Plano de Ordenamento e Gestão da Paisagem Protegida de Corno do Bico. 1ª Fase – Caracterização. Parte1 Estudos de Base*". Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade.

- ESPÍRITO-SANTO, M.D., RODRÍGUEZ-GONZÁLEZ, P.M., & BINGRE, P. (2002). "*Amiais Paludosos de Portugal Continental*". Quercetea, 3.

- FADIGAS, Leonel (2011). "*Fundamentos Ambientais do Ordenamento do Território e da Paisagem*". Sílabo, 2ª Edição, Lisboa.

- FEIJÓ, RUI (1992). Liberalismo e Transformação Social. Lisboa: Fragmentos.

- FEIO, Mariano (1991). "*Clima e Agricultura. Exigências Climáticas e Potencialidades agrícolas do nosso Clima".* Lisboa: MAPA.

- FERNANDES, Hermenegildo (1997). "*Sociedade e economia nos campos – séculos XII a XIV*" in História de Portugal – Vol. III, Medina, João (Org.). Amadora: Clube Internacional do Livro.

- FONTELO, Eduarda (2007). "Plano de Acção da Colonia Agrícola de Chã de Lamas – Estratégia para a Salvaguarda da Paisagem". Setepés, Adriminho.

- FORTE, J. (2014). "*Avaliação quantitativa da geodiversidade: Desenvolvimento de instrumentos metodológicos com aplicação ao ordenamento do território*". Dissertação de Doutoramento. Universidade do Minho.

- GAIO (2010), "*Instituições. Direito Privado Romano*". Lisboa: FCG.

- GERMANO, Maria Adelaide (2004). "*Regime Florestal. Um Século de Existência".* Lisboa: DGRF, 2ª Edição.

- GONÇALVES, Carla (2013). "*Convenção Europeia da Paisagem e a revisão do Plano Diretor Municipal*". Dissertação de Mestrado. Universidade de Aveiro, Aveiro.

- GRALHEIRO, Jaime (2002). "*Comentário à Nova Lei dos Baldios"* (Lei nº 68/93, 4 de Setembro) Coimbra: Almedina.

- HONRADO J., ALONSO J., VIEIRA C., LOMBA Â., LEITÃO B., GOMES J., SOUSA M.P., ALVES P., & GONÇALVES S. (2010). "*Conservação de Narcissus cyclamineus DC. na Bacia do Rio Coura".* Câmara Municipal de Paredes de Coura.

- HONRADO, J. (2003). "*Flora e Vegetação do Parque Nacional da Peneda-Gerês*". PhD Thesis, Univ. do Porto, FCUP, Porto.

- HONRADO, J., ALVES, J., ALVES, H.N., & BARRETO CALDAS, F. (2004). "A *Vegetação do Alto Minho*". Quercetea, 5.

- HONRADO, J., ALVES, P., ALVES, H.N., & BARRETO CALDAS, F. (2002a). "*Ten New Syntaxa from the Miniensean Biogeographic Subsector (Northwestern Portugal)*". Silva Lusitana, 10.

- HONRADO, J., BARRETO CALDAS, F., PULGAR, Í., & ORTIZ, S. (2002b). "*Aspectos Geobotânicos do Parque Nacional da Peneda-Gerês*". Quercetea, 3.

- ICNB (Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade) (2006). "*Plano Sectorial da Rede Natura. Volume I – Relatório*". Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade. Lisboa.

- ICNB (Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade). (online). "*Ficha de Espécies. Plano Sectorial da Rede Natura 2000*". Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas.

- INE, (Instituto Nacional de Estatística) (1989/1999/2009). "*RGA - Recenseamento Geral Agrícola*". Instituto Nacional de Estatística. Lisboa.

- INE, (Instituto Nacional de Estatística) (2001). "*Censos 2001 - Região do Norte*". Instituto Nacional de Estatística. Lisboa.

- INE, (Instituto Nacional de Estatística). "*Censos 1981, 1991*- Resultados Definitivos – Região do Norte". Instituto Nacional de Estatística. Lisboa.

- INSTITUTO DE ESTUDOS DO TERRITÓRIO (2016). "*Catálogo das Paisaxes de Galicia*". Consellería do Medio Ambiente e Ordenación do Territorio, Xunta de Galicia. Galiza.

- INSTITUTO DE ESTUDOS DO TERRITÓRIO (2016). "*Catálogo paisaxístico da comarca de Deza – Memoria*". Consellería do Medio Ambiente e Ordenación do Territorio, Xunta de Galicia, Galiza.

- KIPLE, Kenneth F. (2008). "*Uma História Saborosa do Mundo. Dez Milénios de Globalização Alimentar".* Cruz Quebrada: Casa das Letras.

- LUCENA, Manuel (1991) "*Salazar, a "fórmula" da agricultura portuguesa e a intervenção estatal no sector primário*". *In* Análise Social, Vol. XXVI (110).

- MACHADO, A. (1920). "*Briófitas" Colhidas no Concelho de Paredes de Coura*". Boletim da Sociedade Broteriana, 28.

- MACHADO, Aquilino (2013). "*O território literário da Casa Grande de Romarigães".*

- MARQUES, A.H. Oliveira, (1978). "*Introdução à História da Agricultura em Portugal. A Questão Cerealífera durante a Idade Média".* Lisboa: Cosmos, 3ª Edição.

- MARTINS, Oliveira (1994). "*Fomento Rural e Emigração*". Guimarães Editores, 3ª Edição, Lisboa.

- MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence (2001). "*História das agriculturas no mundo. Do Neolítico à Crise Contemporânea".* Lisboa: Instituto PIAGET.

- MENDONÇA, Manuela (2006). "*Introdução à História Medieval de Portugal*". OPSIS - Revista do NIESC, Vol. 6.

- NETO, C., PEREIRA, E., REIS, E., COSTA, J.C., CAPELO, J., & HENRIQUES, C. (2008). "*Carta da Vegetação Natural Potencial de Caldas da Rainha*". Finisterra, 43.

- NUNES, Adélia (2002-2004). "*Uso do Solo em Portugal: Aspectos gerais da sua evolução*". Cadernos de Geografia, nº 21/23, 2002-2004. Coimbra: FLUC.

- OLIVEIRA, Aurélio (2007). "*Os Vinhos em Portugal (1300-1820). Um sector de secesso na agricultura bloqueada do Antigo Regime".* Douro 22.

- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando; PEREIRA, Benjamim (1983). "*Alfaias Agrícolas Portuguesas". Lisboa: Publicações D. Quixote.*

- OLIVEIRA, J.M. Vaz (1984). "*O Milho".* Lisboa: Livraria Clássica Editora, Colecção Técnica Agrária nº 20.

- OLIVEIRA, Martins (1994). "*Fomento Rural e Emigração*". Lisboa: Guimarães Editores, 3ª Edição (1ª Edição 1956).

- PACHECO, José A. (2012). "*Crónicas com Coura Dentro*". Ed. Azevinho. Paredes de Coura.

- PACHECO, José A. (2015). "*Tempos da Terra de Coyra*". Câmara Municipal de Paredes de Coura/Nova Veja, Paredes de Coura.

- PEREIRA, Benjamim; RODRIGUES, Joana; ALMEIDA, Aníbal (s\d). "*Evocações do Mundo Agrícola de Paredes de Coura*". Câmara Municipal de Paredes de Coura, Paredes de Coura.

- PEREIRA, C.L. (1920). "*A Flora do Concelho de Paredes de Coura*". Boletim da Sociedade Broteriana, 28.

- PINTO-CORREIA, Teresa (2007). "*Multifuncionalidade da paisagem rural: novos desafios à sua análise*". Inforgeo, Julho, Ed. Associação Portuguesa de Geógrafos.

- PINTO-CORREIA, Teresa (Coord.) (2006). "*Estudo sobre o Abandono em Portugal Continental. Análise das dinâmicas da ocupação do solo, do sector agrícola e da comunidade rural*. *Tipologia de áreas Rurais"*. Universidade de Évora, Évora.

- PORTELA, José (1993). "*Dois contributos para um livro branco sobre a agricultura e o meio rural*". Ministério da Agricultura, Lisboa.

- PORTELA-PEREIRA, E. (2013). "*Análise Geobotânica dos Bosques e Galerias Ripícolas da Bacia Hidrográfica do Tejo em Portugal*". PhD Thesis. Univ. de Lisboa, IGOT, Lisboa.

- RADICH, Maria Carlos (1996). "*Agronomia no Portugal Oitocentista*. Uma discreta desordem". Oeiras: Celta.

- RIBEIRO, Aquilino (1957). "*A Casa Grande de Romarigães*". Livraria Bertrand.

- RIBEIRO, Orlando (1991). "*Opúsculos Geográficos*". Vol. IV – O Mundo Rural. Lisboa: FCG.

- RIBEIRO, Orlando (1992). "*Geografia e Civilização*". Livros Horizonte, Lda., 2ª Edição, Lisboa.

- RIBEIRO, Orlando (1998). "*Portugal O Mediterrâneo e o Atlântico*". Livraria Sá da Costa, 7ª Edição, Lisboa.

- RIVAS-MARTÍNEZ, S., PENAS, A., DÍAZ GONZÁLEZ, T.E., DEL RIO, S., CANTÓ, P., HERRERO, L., PINTO-GOMES, C., & COSTA, J.C. (2014). "*Biogeography of Spain and Portugal*". Preliminary Typological Synopsis. International Journal of Geobotanical Research, 4.

- RODRIGUES, Henrique (2009). "*Geografia da população emigrante do Noroeste de Portugal no século XIX - uma abordagem às actividades profissionais*." Actas do IV Congresso Histórico de Guimarães - Do Absolutismo ao Liberalismo, vol. IV. Câmara Municipal de Guimarães.

- ROUGERIE, G. e BEROUTCHACHVILI, N.; (2001). "*Géosystèmes et Paysages. Bilan et Méthodes*". Ed. Armand Colin. Paris.

- SAMPAIO, Alberto (1988). "*Estudos Históricos e Económicos I. As Vilas do Norte de Portugal"*. Editora Vega.

- SAMPAIO, G. (1920). "*Líquenes" das Regiões de Paredes de Coura*". Boletim da Sociedade Broteriana, 28.

- SAMPAIO, Jorge P.; ROMÃO, Rui, L. (2007). "*A Sombra das Casas*". Câmara Municipal de Paredes de Coura, Paredes de Coura.

- SANTOS, Carlota M. F. (1999). "*Santiago de Romarigães, Comunidade Rural do Alto Minho: Sociedade e Demografia (1640-1872)*". Paredes de Coura:

Instituto de Ciências Sociais – Universidade do Minho/Câmara Municipal de Paredes de Coura.

- SERÉN, Maria do Carmo (2010). "*Deambulações no Tempo. Retórica de uma Memória de Paredes de Coura*". Câmara Municipal de Paredes de Coura, Paredes de Coura.

- SILVA, Carlos A. M. G.; ROMÃO, Rui L. (2007). "*Paredes de Coura nos Caminhos e Santiago*". Câmara Municipal de Paredes de Coura, Paredes de Coura.

- SILVA, Carlos A. M. G.; ROMÃO, Rui L. (2009). "*A Memória dos Templos*". Câmara Municipal de Paredes de Coura, Paredes de Coura.

- SILVA, Fátima M. (Coord.) (2007). "*Museu Regional de Paredes de Coura (catálogo) ".* Câmara Municipal de Paredes de Coura, Paredes de Coura.

- SILVA, M. Fátima M. (2015). "*Montes, Pedras e Gente – A Ocupação Proto-Histórica do Vale Superior do Coura".* Ed. Idioteque.

- SILVA, M. Fátima M.; SILVA Carlos A. M. G. (1998). "*O Povoado fortificado de Cossourado – Retractos de um Habitat da Idade do Ferro".* Câmara Municipal de Paredes de Coura, Paredes de Coura.

- SILVA, M. Fátima M.; SILVA, Carlos A. M. G. (2007). "*Carta Arqueológica de Paredes de Coura".* Câmara Municipal de Paredes de Coura, Paredes de Coura.

- SILVA, Manuel Carlos (1998). "*Resistir e Adaptar-se. Constrangimentos e estratégias Camponesas no Noroeste de Portugal".* Porto: Edições Afrontamento.

- SIMÕES, Maria Alexandra F. (2014). "*Os festivais de verão, o turismo em espaço rural e o desenvolvimento de territórios rurais: o caso de Paredes de Coura*". Dissertação de Mestrado, UMinho, Braga.

- STRAHLER, A. & STRAHLER, A. (2002). "*Physical Geography: Science and Systems of the Human Environment*". Second Edition. John Wiley & Sons, Inc.

- STRAHLER, A.N. (1957). "*Quantitative Analysis of Watershed Geomorphology*". Americ. Geophysical Union Transactions, 38.

- TELLES, Ribeiro. (2004). "*Pessoas e lugares, jornal de animação da rede portuguesa LEADER+*". II Série, Nº 16; Janeiro/Fevereiro.

- VARETA, Nicole; GALVÃO, Mª João (2010). "*A multifuncionalidade das paisagens rurais: uma ferramenta para o desenvolvimento*". Cadernos do Curso de Doutoramento em Geografia. FLUP, Porto.

- VASTUS, Gabinete de Projecto, Planeamento e Ambiente, Lda. (2004). "*Estudos de Caracterização do Território – PDM de Paredes de Coura"*. Câmara Municipal de Paredes de Coura, Paredes de Coura.

- VASTUS, Gabinete de Projecto, Planeamento e Ambiente, Lda. (2004). "*Linhas de Orientação Estratégicas - PDM de Paredes de Coura"*. Câmara Municipal de Paredes de Coura, Paredes de Coura.

- VIEIRA, José Augusto "*O Minho Pitoresco*". (1ª edição, 1886). Valença: Rotary Club de Valença, Tomo I.

- WEISMAN, Alan (2008). "*O Mundo sem Nós".* Cruz Quebrada: Oficina do Livro, 2ª Edição.

- ZOIDO, Florencio, *et al* (2013). "*Diccionario de Urbanismo. Geografía Urbana y Ordenación del Territorio".* Ediciones Cátedra. Grandes Temas. Madrid.

Equipa técnica

A equipa técnica é constituída por técnicos que integram as diversas entidades envolvidas, a saber:

Leiras do Carvalhal, Lda	
Coordenação Professora Doutora em Morfologia Urbana	Isabel Maria Matias
Geógrafo	Pascal de Moura Pereira
Arquitecta Paisagista Mestre em Planeamento Regional e Urbano	Carla Gonçalves
Engenheira Ambiental	Inês Costa
Arqueólogo	José Ribeiro
Geógrafo Doutor em Ciências, especialidade de Geologia	João Paulo Forte
Geobotânico Doutor em Geografia Física	Estevão Portela-Pereira
Revisão de texto	Maria José Fontelo Carranca
Valminho Florestal	
Presidente da Direcção Mestre em Desenvolvimento Local	Luís Alberto Brandão
Centro de Estudos Arnaldo Araújo	
Investigadora Responsável	Maria Helena Maia
Câmara Municipal de Paredes de Coura	
Chefe de Divisão Urbanismo e Ambiente/Arquitecta	Eduarda Fontelo Martins
Assistente Técnico - Desenhador	Paulo Jorge Caldas
Assistente Técnico – Técnico de Ambiente	Mário Pedro Sousa
Fiscal Municipal	José Manuel Sousa

Anexo 1 – Relatório da Análise do Processo de Povoamento e Evolução da Paisagem

Apresentação

O presente anexo é parte integrante do relatório "Análise das Subunidades de Paisagem", elaborado no âmbito da 3ª fase do Plano de Paisagem das Terras de Coura, inventaria e diagnostica as características e define o perfil das subunidades identificadas, no que se refere fundamentalmente aos traços distintivos das mesmas. A paisagem é, aqui, identificada, tendo, também, em consideração, os valores específicos que lhe são atribuídos pela população.

Índice

Capítulo 1 – Introdução 7

Capítulo 2 – Evolução do povoamento 11

2.1 - O povoamento Pré e Proto-histórico 11

2.2 - Romanização 28

2.3 - Idade Média 38

2.3.1 - Territorialidade local 44

2.3.2 - Modalidades de povoamento: Apropriação do espaço e população 58

2.3.3 - Organização do espaço agrário e propriedade 73

2.3.4 - A exploração da terra e do território 83

2.4 - Idade Moderna e Contemporânea 92

2.4.1 - A exploração da terra e do território 127

2.4.2 - Unidades de transformação, produção e armazenamento 131

3 - Bibliografia 143

Índice de Figuras

Figura 1 - Arqueossítios da Pré-história Antiga....12
Figura 2 - Localização dos arqueossítios da Pré-história Recente....15
Figura 3 - Anta do Moinho do Couto....16
Figura 4 - Localização dos arqueossítios da Idade do Bronze....19
Figura 5 - Localização dos arqueossítios da Idade do Ferro....23
Figura 6 - Localização dos arqueossítios de época Romana....32
Figura 7 - Cartografia da *Divisio Theodomiri* ou Paroquial Suevo, no entre Douro e Minho (in Fontes, 2009)....38
Figura 8 - Hipotético limite do julgado de Fraião sobre o mapa administrativo actual (*in* Andrade, A. A., 1994)....41
Figura 9 - Lugares de origem medieval identificados....49
Figura 10 - Igreja de Rubiães....52
Figura 11 - Cachorros integrados na actual Igreja de Cunha....53
Figura 12 - Possíveis cachorros integrados na estrutura da antiga Igreja de Parada....53
Figura 13 - Localização de arqueossítios da Idade Média....54
Figura 14 - Caminho de Santiago e pontes medievais....55
Figura 15 - Ponte Romana/Medieval de Peorada - Rubiães....56
Figura 16 - Ponte dos Cavaleiros....57
Figura 17 - Caminho dos Cavaleiros....57
Figura 18 - Quelha de Chão da Mó (Parada)....58
Figura 19 - Caminho do Fundo (Espadanal-Cristelo)....58
Figura 20 - Número de casais arrolados nas inquirições de D. Afonso III e D. Dinis....60
Figura 21 - Localização hipotética dos casais medievais....66
Figura 22 - Localização de Casas Antigas de provável origem medieval....69
Figura 23 - Casa-pátio antiga de provável origem medieval - Casa de Gonte (C20)....70
Figura 24 - Casa-sobradada antiga de provável origem medieval – Loureiro (C195)....72
Figura 25 - Casa-sobradada antiga de provável origem medieval – Esteve (C35)....72
Figura 26 - Casa-térrea antiga de provável origem medieval – Salgueirinho (C1)....72
Figura 27 - Casa-térrea antiga de provável origem medieval – Costa (C55)....72
Figura 28 - Ortofotomapa do núcleo antigo de Corelo (C15)....73
Figura 29 - Núcleo antigo do Souto (C66)....73
Figura 30 - Parcelas de cultivo em Esteve....75
Figura 31 - Parcelas de cultivo na Pena....75
Figura 32 - Ortofotomapa do Lugar da Pena (Origem Medieval) com as duas poças assinaladas....77
Figura 33 - Poça de baixo no Lugar da Pena....77
Figura 34 - Fonte da Pedra (Padornelo)....77
Figura 35 - Levada de Gonte....78
Figura 36 - Concelho de Coira e Fraião no século XVI....93
Figura 37 - Freguesias que constituíam o Concelho de Paredes de Coura em 1798 (Extracto do Mappa da Província D'entre Douro e Minho desenhado por Costodio Jozé Gomes de Villas-Boas)....94
Figura 38 - Localização dos lugares elencados nas Memórias Paroquiais de 1758....95
Figura 39 - Casas da Idade Moderna e Contemporânea....100
Figura 40 - Casa-Sobradada antiga (C122) - Formariz....101
Figura 41 - Casa-pátio setecentista (C236) - Cossourado....101
Figura 42 - Escadaria casa-sobradada antiga (C162) - Ferreira....102
Figura 43 - Escadaria e varanda casa-pátio antiga (C71) – S. Martinho de Coura....102
Figura 44 - Telhado de quatro águas casa-sobradada antiga (C99) - Vascões....102
Figura 45 - Cornija em granito casa-sobradada Setecentista (?) (C80) - Castanheira....102
Figura 46 - Chaminé casa–pátio Oitocentista (?) (C115) - Parada....103
Figura 47 - Chaminé casa – sobradada Oitocentista (?) (C117) - Parada....103
Figura 48 - Portal alpendrado casa–pátio antiga (C371) – Casa do Padre das Barrias/Infesta....103
Figura 49 - Portal casa–pátio antiga (C221) com construção no andar superior – Eiró....103
Figura 50 - Portal Casa–pátio Setecentista (C242) – Pecene....104
Figura 51 - Portal Casa–pátio Oitocentista (C225) – Eiró....104
Figura 52 - Paço de Antas (C64)....106
Figura 53 - Casa–sobradada de provável origem medieval (C383) – Paço de Afe....107
Figura 54 - Casa-sobradada de provável origem medieval (?) (C303) – Quinta de Mantelães....107
Figura 55 - Quinta de Mantelães (C302)....108
Figura 56 - Casa-sobradada de provável origem medieval (?) (C303) – Quinta de Mantelães....108
Figura 57 - Casa dos Anjos (C160)....109

Figura 58 - Casa do Paço (C197) 109
Figura 59 - Casa do Crasto 110
Figura 60 - Casa setecentista da Costa (C290) 110
Figura 61 - Casa do Conselheiro Miguel Dantas (C301) 111
Figura 62 - Casa de 1892 - Infesta (C378) 111
Figura 63 - Casa da Boavista (C312) 112
Figura 64 - Casa do Lugar de Cascalhal (C75) 112
Figura 65 - Antiga cadeia de Paredes de Coura 113
Figura 66 - Alminhas da Rua de Penim 115
Figura 67 - Capelas públicas da Idade Moderna e Contemporânea 118
Figura 68 - Igrejas da Idade Moderna e Contemporânea 120
Figura 69 - Igrejas de Rubiaez, Paredes, Parada, Bico e Formariz (Extracto da Carta Geographica da Provincia de Entre Douro Minho e Tras os Montes (…) desenhado por Jozeph Monteiro de Carvalho …) 122
Figura 70 - Principais vias, pontes, capelas e igrejas do Concelho de Paredes de Coura em 1794-1795 (Extracto do Mappa da Província D'entre Douro e Minho desenhado por Custódio Jozé Gomes de Villas-Boas) 123
Figura 71 - Pontes Idade Moderna e Contemporânea 126
Figura 72 - Distribuição dos moinhos, casas moinho, serrações, serrações moinho e pisão no concelho 132
Figura 73 - Moinho (M7) 134
Figura 74 - Rodízio moinho (M 110) 134
Figura 75 - Açude Ponte dos Cavaleiros 134
Figura 76 - Levada e moinho (M78) 135
Figura 77 - Moinho de cubo (M175) 135
Figura 78 - Serração e moinho (SM7) 136
Figura 79 - Pormenor da serra (SM14) 136
Figura 80 - Espigueiro com mós (E16) 138
Figura 81 - Espigueiro com mesas (E454) 138
Figura 82 - Espigueiro com estrutura em pedra (E652) 138
Figura 83 - Espigueiro totalmente em madeira (E712) 138
Figura 84 - Testeira em madeira trabalhada (E582) 139
Figura 85 - Espigueiro com cápeas (E643) 139
Figura 86 - Espigueiro com tijolos (E109) 139
Figura 87 - Eira Comunitária de Porreira (E684) a (E691) 140
Figura 88 - Eira e dois espigueiros (E683) a (E708). 140
Figura 89 - Distribuição dos espigueiros no concelho 141

Índice de Quadros

Quadro 1 - Rendas eclesiásticas de Paredes de Coura em 1320 51
Quadro 2 - Produtos pagos nas direituras das Inquirições de 1258 e na Inquirição de Cunha em 1263 ... 84
Quadro 3 - Referências a animais nas Inquirições de 1258 e na Inquirição de Cunha em 1263 87
Quadro 4 - Evolução do povoamento e da população entre 1527 e 1900 97
Quadro 5 - Lista dos prazos pertencentes ao Mosteiro de Ganfei entre o século XVII e XIX 114
Quadro 6 - Produtos agrícolas no concelho de Paredes de Coura mencionados no foral de 1515 e nas memórias paroquiais de 1758 128
Quadro 7 - Pecuária no concelho de Paredes de Coura mencionados no foral de 1515 e nas memórias paroquiais de 1758 130
Quadro 8 - Coberto vegetal do concelho nas memórias paroquiais de 1758 131
Quadro 9 - Moinhos, Casas Moinho, azenhas e Pisões nas Memorias Paroquiais de 1758 133

Capítulo 1 – Introdução

O estado das paisagens courenses decorre de uma longa evolução, dos fenómenos naturais e antrópicos ou, melhor dizendo, da coevolução desse sistema dinâmico, gerador de impactos, mais ou menos perceptíveis e com maiores ou menores consequências no território.

No sentido de identificar e compreender tais fenómenos, foram efectuados estudos globais sobre o território, no qual se inclui este, relativo ao processo de povoamento e evolução da paisagem, todos aptos a servir para, posteriormente, enquadrarem os detalhes e pormenores, da caracterização de cada subunidade de paisagem.

O conhecimento das diferentes formas de organização social, no passado e as suas repercussões no domínio das paisagens, constitui um dos principais temas de interesse nos estudos de evolução do território. O modo como os nossos antepassados organizaram os diferentes níveis de utilização do espaço (áreas habitadas, áreas de cultivo, fronteiras territoriais e demarcação simbólica de espaços); qual foi a componente dessa organização, devida a factores ambientais; qual o peso que nela tiveram as necessidades das comunidades humanas e quais as interacções que existiram, entre materialidades e ideologias, são questões fundamentais para o conhecimento da paisagem e da sua evolução. Para Godja[1], há que procurar saber como se processaram as mudanças - se estas foram formais ou sistémicas - e, ao mesmo tempo, tentar percepcionar de que forma a paisagem pode refletir as diversas estruturas sociais que as ocuparam.

O próprio conceito de paisagem foi evoluindo, ao longo do tempo. No mundo ocidental medieval, a paisagem definia uma determinada área, usada por uma comunidade agrária, em práticas do dia-a-dia. Mais tarde, a palavra passou a estar intimamente ligada à pintura, significando a reprodução de uma vista ou de uma região, quer fosse o tema pictórico principal ou, apenas, o fundo da tela. O conceito actual de paisagem surgiu no século XVII, quando passou a ser entendida como um aspeto de uma região, definindo: um território, que se estende até onde o nosso campo de visão pode

[1] Gojda M, (2004) Landscape Archaeology. I*n* Knowledge For Sustainable Development An Insight into the Encyclopedia of Life Support Systems, Volume I, (4), pp 723-741, UNESCO Publishing-Eolss Publishers: Oxford.

alcançar; nos termos do dicionário de Furetièr e que se aproxima, em muito, da noção do senso comum dos dias de hoje.[2] A abordagem histórica e arqueológica, da evolução da paisagem aqui apresentada, conquanto esteja circunscrita à área geográfica ocupada pelo atual concelho de Paredes de Coura, tem sempre presente que este, como qualquer outro território, nas dimensões física, ambiental e até humana, é insusceptível de ser limitado às suas fronteiras administrativas, posto que é parte integrante da realidade mais vasta e complexa de uma região.

O estudo da evolução da paisagem, com o intuito de identificar, relacionar e compreender, todos os traços das suas sucessivas mutações, ao longo do tempo, envolve um conjunto de técnicas e procedimentos que vão desde a prospecção de campo, análise de ortofotomapas, cartografia temática, toponímia, escavação arqueológica, consulta de arquivos documentais e estudo de modelos de análise espacial, até à implementação de um Sistema de Informação Geográfica (SIG).

O presente estudo baseou-se em trabalhos, publicados ou inéditos, de âmbito local e regional, relativos às várias temáticas nele envolvidas, nomeadamente, históricas e geográficas. Através deles, foi possível, *e.g.,* fazer a recolha de informação secundária, referente à existência de sítios arqueológicos. Interessaram-nos, particularmente, as publicações especializadas que incorporam catálogos e inventários de património arqueológico e arquitectónico[3] e os inventários institucionais de

---

[2] Ingold, T. (2011), Being Alive Essays on Movement, Knowledge and Description. Londres e Nova Iorque: Routledge.

[3] Almeida, C. A. B. (1996) Povoamento romano do litoral entre Cávado e Minho, Dissertação de Doutoramento (policopiado), Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.
Almeida, C.A.F. (1968) Vias Medievais de Entre Douro e Minho, Dissertação de Licenciatura (policopiada), Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.
Barroca, M. J. (2010-2011) Sepulturas escavadas na rocha de Entre Douro e Minho Portvgalia, Nova Série, vol. 31-32, Porto, DCTP-FLUP.
Carvalho, H.P.A. (2008) O povoamento romano na fachada ocidental do *Conventus Bracarensis*, Universidade do Minho: Braga, Tese Doutoramento apresentada ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, Braga.
Costa, A.C. (1866) Corografia Portugueza, I, 2ª ed., [1ª ed., Lisboa, 1706], Braga, p.213.
Cunha, N. C. A. (2010) No Alto Minho, Paredes de Coura, 2ª Edição, Câmara Municipal de Paredes de Coura, Paredes de Coura.
Fontes, L.O. (2009) O Período Suévico e Visigótico e o Papel da Igreja na Organização do Território, in Paulo Pereira (coord.) Minho. Traços de Identidade, Conselho Cultural da Universidade do Minho: Braga.
Oliveira, E.V., Galhano, F. e Pereira, B. (1994) Espigueiros Portugueses, Publicações Dom Quixote, Lisboa.
Pereira, B. (1990) Tecnologia Tradicional Portuguesa. Sistemas de Serração de Madeiras. (Etnologia-5), Instituto Nacional de Investigação Científica, Lisboa.
Sampaio, J. P. (2007) A sombra das casas, Câmara Municipal de Paredes de Coura, Paredes de Coura.
Silva, C. G. (2007) A Memória dos Templos, Câmara Municipal de Paredes de Coura, Paredes de Coura

património arqueológico e arquitectónico, como sejam o PDM de Paredes de Coura e o *site* do IGESPAR,I.P.- Endovélico.

No que às fontes documentais históricas diz respeito, foram feitas pesquisas no Arquivo Distrital de Braga e no Instituto Nacional dos Arquivos da Torre do Tombo. Beneficiámos da circunstância de a maior parte das fontes escritas[4] estarem já publicadas, o que facilitou, em muito, a sua consulta.

O trabalho de prospecção de campo foi direcionado para o edificado, presente nos inúmeros lugares, que compõem o atual concelho de Paredes de Coura. Foi, naturalmente, precedido e/ou complementado, pela recolha de toda a informação arqueológica, histórica e geográfica publicada e pelas múltiplas informações orais recolhidas. De entre estas, importa destacar as informações obtidas, através dos inquéritos de participação pública e da preciosa colaboração dos técnicos municipais - com particular destaque para Mário Pedro Sousa e José Manuel Sousa -, as quais nos

---

Silva, F. M. e Silva, C. A. M. G. (2007) Carta Arqueológica de Paredes de Coura. Câmara Municipal de Paredes de Coura.
Silva, F. M. (2015) Montes, Pedras e Gente – A ocupação Proto-histórica do Vale Superior do Coura. Idioteque.

[4] Almeida, F. (1971) História da Igreja em Portugal, (ed. prep. e dir. por Damião Peres), Livraria Civilização-Editora: Porto/Lisboa.
Capela, J. V. (2005) As freguesias do concelho de Paredes de Coura nas Memorias Paroquiais de 1758 – Alto Minho: Memoria, História e Património, Separata das Freguesias do distrito de Viana do Castelo nas Memorias Paroquiais de 1758, Câmara Municipal de Paredes de Coura.
Costa, J. E. C. (1987) Foral da Terra de Coura, Câmara Municipal de Paredes de Coura.
Azevedo, R. P. ed. lit. (1962) Documentos Medievais Portugueses, Documentos Régios Volume I (A.D. 1095-1185), Academia Portuguesa da História, Lisboa.
Dias, J. J. A., ed. lit. (2004a) Chancelarias Portuguesas: D. João I (1384-1385), vol. I, Tomo 1. Centro de Estudos Históricos. Univ. Nova de Lisboa, Lisboa.
Dias, J. J. A., ed. lit. (2005b) Chancelarias Portuguesas: D. João I (1385), vol. I, Tomo 2.. Centro de Estudos Históricos. Univ. Nova de Lisboa, Lisboa.
Dias, J. J. A., ed. lit. (2005c) Chancelarias Portuguesas: D. João I (1384-1388), vol. I, Tomo 3. Centro de Estudos Históricos. Univ. Nova de Lisboa, Lisboa.
Dias, J. J. A., ed. lit. (2005d) Chancelarias Portuguesas: D. João I, vol. II, Tomo 3. Centro de Estudos Históricos. Univ. Nova de Lisboa, Lisboa.
Dias, J. J. A., ed. lit. (2006e) Chancelarias Portuguesas: D. João I, vol. IV, Tomo 2. Centro de Estudos Históricos. Univ. Nova de Lisboa, Lisboa.
Dias, J. J. A., ed. lit. (1998f) Chancelarias Portuguesas: D. Duarte (1433-1438), Vol. I, Tomo 1. Centro de Estudos Históricos. Univ. Nova de Lisboa, Lisboa.
Freire, A. B. (1905) Povoação do Entre Doiro e Minho do XVI. Seculo, in Archivo Historico Portuguez, Vol. II. Calçada da Cabra, Lisboa.
Portugaliae Monumenta Historica. Inquisitiones, Volume III (= PMH.Inq. 1258).
Numeramento de 1527 (= Freire 1905).
Pizarro, J. A. S. (2010) Portugaliae Monumenta Historica. Nova Série. Volume IV/2 - Inquisitiones : Inquirições Gerais de D. Dinis de 1288, Sentenças de 1290 e Execuções de 1291, Lisboa.
Marques, A. H. O., ed. lit. (1984) *Chancelarias Portuguesas: D. Pedro I (1357-1367).* Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
Ventura, L. e Resende, A. O. (2006) Chancelaria de D. Afonso III: Livro 1. Vol. I. Coimbra.
Vieira, J. A. (1886-1887) O Minho Pitoresco. Livraria de António Maria Pereira, Lisboa, Vol. 1.

possibilitaram a identificação de toponímia já desaparecida, de capelas e valores enográficos de difícil acesso ou imperceptíveis no terreno.

A quase totalidade dos dados primários foram obtidos pela prospecção de superfície, no entanto, os dados do património etnográfico (moinhos, espigueiros e engenhos) tiveram de ser complementados com os dados de cartografia de base, da Câmara Municipal de Paredes de Coura e pela análise cartográfica 1/25000 do Concelho, uma vez que, grande parte deste património se encontra em zonas inacessíveis ou em grande estado de degradação e, como tal, indetectável na paisagem.

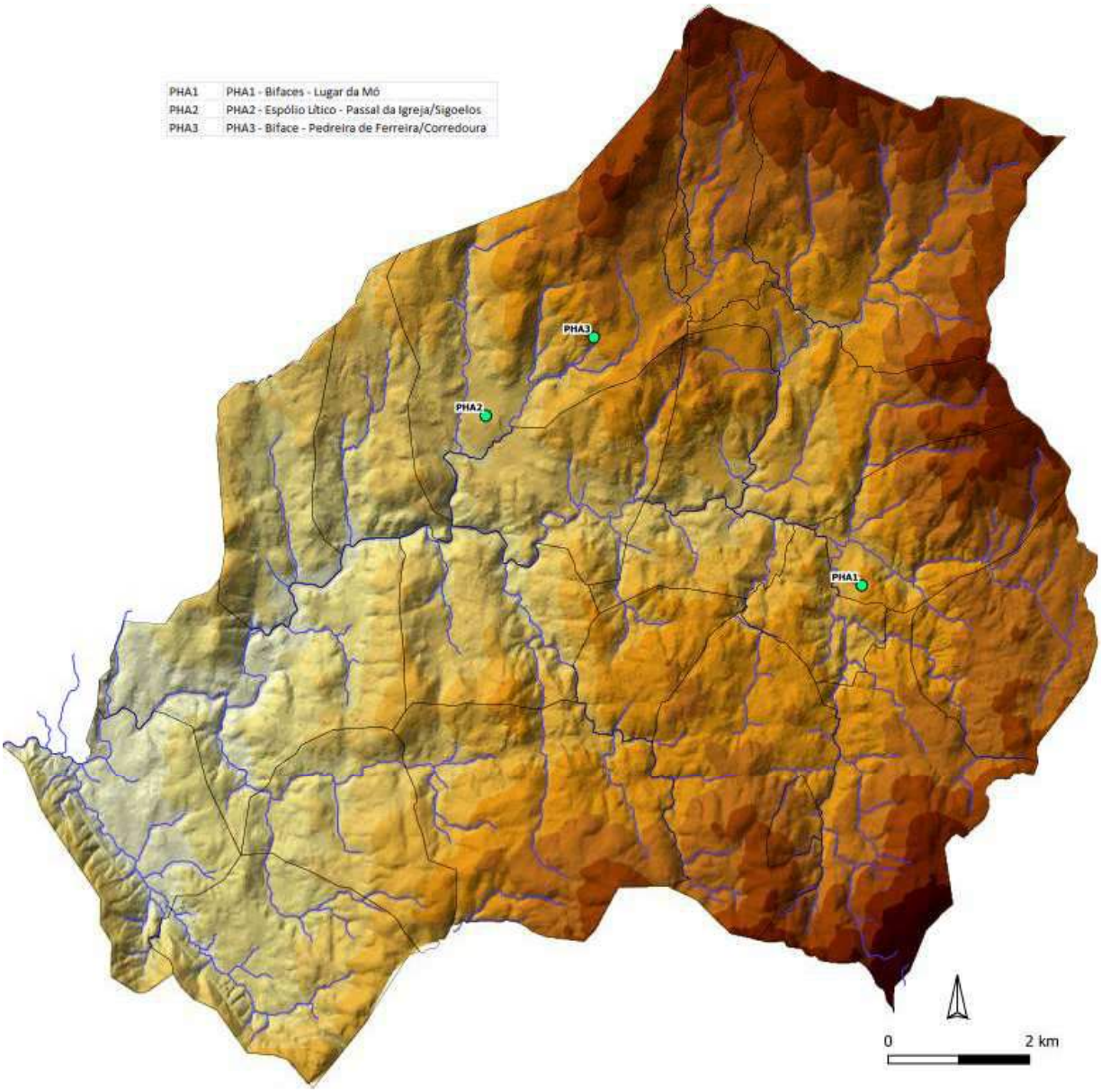
A análise efectuada neste relatório termina com o final do século XIX e princípios do século XX.

Capítulo 2 – Evolução do povoamento

2.1 - O povoamento Pré e Proto-histórico

As mais longínquas marcas do passado, no território concelhio, encontram-se no lugar de Mó, freguesia de Parada e nos lugares de Sigoelos e Pedreira da Corredoura, ambos na freguesia de Ferreira. Referimo-nos a vestígios do período mais antigo da Pré-história, o Paleolítico, compostos por vários utensílios líticos: bifaces, lascas e polidores. Este período abrange vários milhares de anos, e é reconhecido pela utensilagem de pedra lascada e pelas manifestações de arte rupestre, práticas ligadas a comunidades nómadas, que exploravam os recursos naturais e cuja sobrevivência assentava na recolecção de frutos silvestres, na caça e na pesca; os recursos hídricos tinham, ainda, grande importância, na obtenção de matéria-prima para a elaboração da utensilagem lítica.

Figura 1 - Arqueossítios da Pré-história Antiga



A matéria-prima utilizada na elaboração dos utensílios líticos, encontrados em Paredes de Coura e, até agora, identificados, atesta a importância dos recursos hídricos para as comunidades de então, uma vez que, dos catorze objetos recolhidos, todos são de quartzito de proveniência fluvial. Assim, os primeiros povos que ocuparem esta área geográfica terão privilegiado zonas na proximidade do rio Coura e das linhas de água que para ele afluem. Com exceção de Pedreira da Corredoura, que se localiza numa zona sobranceira ao rio, os outros dois são zonas de vale ou encosta muito suave, bem irrigados, situados a 300 e 463 m de altitude, respectivamente[5].

[5] Silva, M. de F. M. da; Silva, C. A. M. G. (2007), pp. 34-35,89, 98-105.

Para além destes instrumentos líticos, não foi registado qualquer indício ou vestígio de construção, que pudesse ter servido de abrigo a estas comunidades; o que pode ser explicado, pelo carácter perecível dos materiais, então, utilizados. No que concerne aos primeiros esboços de monumentalização da paisagem, estes estão patentes no fenómeno megalítico.

De uma forma geral, nas áreas montanhosas do noroeste português, os mais antigos testemunhos arqueológicos, da ocupação humana, recuam ao Neolítico (VIº - IVº milénios a.C.) e estão associados ao desenvolvimento dos sistemas produtores de economia agro-pastoril, que conduziram à progressiva sedentarização das populações, a qual, por seu turno, se foi incrementando até ao Calcolítico (IIIº milénio a.C.) e se consolidou, definitivamente, a partir de finais do IIIº milénio a.C. (Bronze Inicial)[6].

Relacionado com o processo de desenvolvimento destas economias produtoras, de base agro-pastoril, está o chamado "fenómeno megalítico", que a generalidade dos investigadores interpreta como uma expressão de monumentalização da paisagem[7], materializada em construções de arquitetura complexa e duradoura e, como tal, reveladoras de uma efetiva vinculação das comunidades, aos espaços onde se instalam.

Por outro lado, considerando que as construções megalíticas, na sua diversidade formal, estariam, predominantemente, ligadas a práticas funerárias, também elas diversas, ambas são reveladoras de uma organização social complexa que, para além de utilizar tais edificações a vários níveis de significação simbólica, as usavam, ademais, como instrumentos de territorialização e de construção da paisagem[8].

---

[6] Bettencourt, A.M.S. (2010). *La Edad del Bronce en el Noroeste de la Peninsula Ibérica: análisis a partir de las prácticas funerarias, Trabajos de Prehistoria,* 67, n. º 1, Consejo Superior de Investigaciones Científicas: Madrid, p.159.

[7] Jorge, V.O. e Jorge, S.O. (2000). A "monumentalização" das paisagens durante a pré-história: alguns contributos para um debate, Era Arqueologia, Edições Colibri e Era Arqueologia: Lisboa, pp. 106-107.

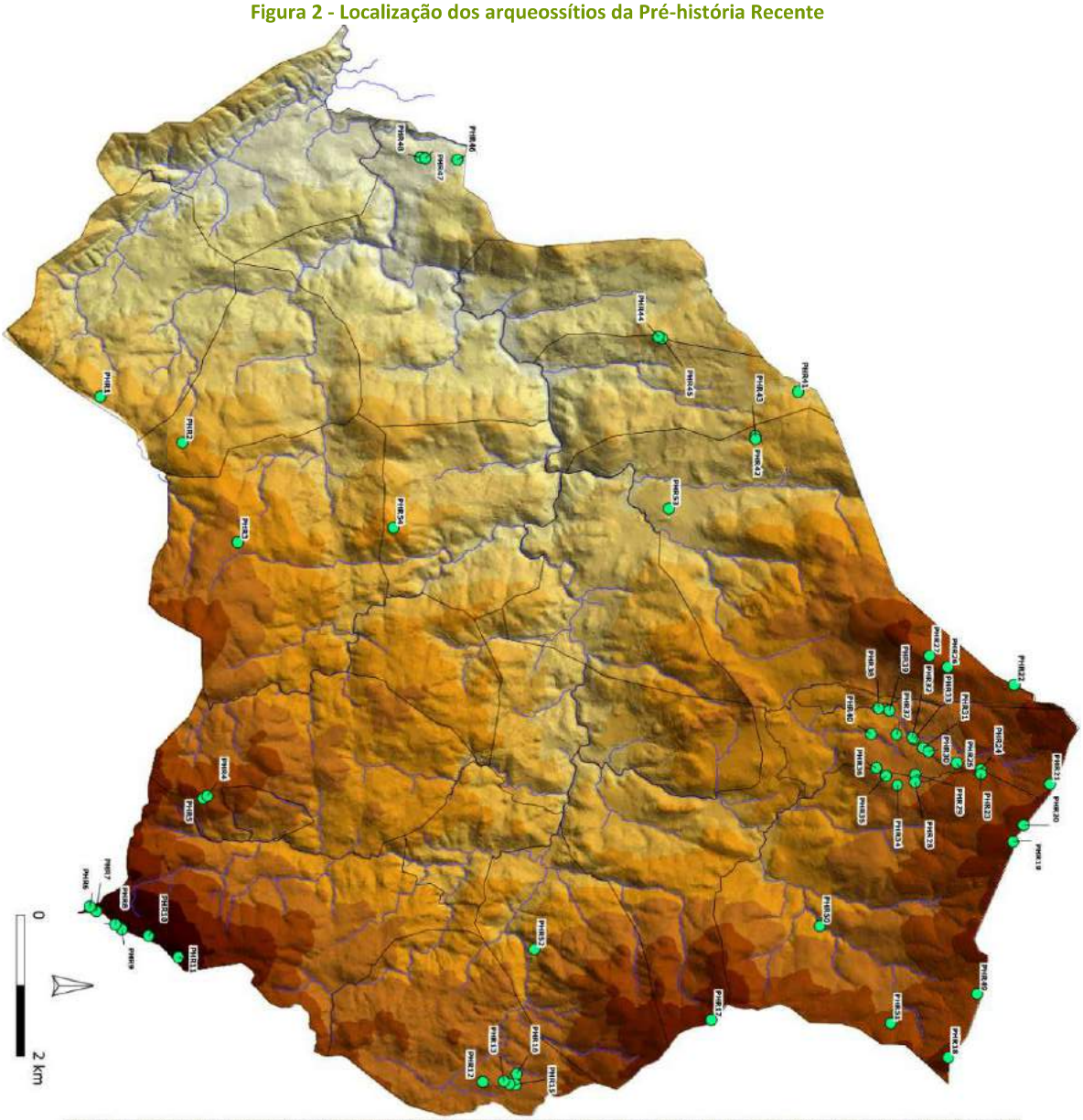
[8] Jorge, V.O. (2002). Megalitismo Europeu e Português: breves considerações históricas em jeito de balanço, in Arqueologia & História, n.º 54, [Actas das VI Jornadas da Associação dos Arqueólogos Portugueses. "Arqueologia 2000: Balanço de um Século de Investigação Arqueológica em Portugal", (25 a 27 Maio 2000)], Associação dos Arqueólogos Portugueses: Lisboa, pp.84-85.

O seu papel de marco sinalizador do território aparece referido, milhares de anos depois, nas inquirições de 1258, na descrição dos limites de uma herdade pertencente ao rei, na freguesia de Padornelo, onde se refere que o limite passava por: «(...) *o Monte de Sancto Jacobo, quomo parte per rial de Cova Martino ataens as laceiras, et inde des o rego da levada a suso ataens a mamoa de Ranadoyro, et inde como vai ao Couto de Padraoso* (...)»[9]. Sublinhamos que "mamoa" é o nome ainda hoje dado, em certas regiões, ao monumento megalítico chamado dólmen ou anta, com origem no latim vulgar *mamula*, "pequeno seio", que era o aspecto que oferecia o dólmen no seu estado original, coberto de terra e formando um pequeno relevo hemisférico no terreno. No caso concreto, desconhece-se a sua localização atual, apenas se sabendo que fica acima do monte de S. Tiago (Padornelo).

Estas primeiras construções humanas, no vale do Coura, poderão situar-se no Neolítico, altura em que se processa a domesticação da terra e dos animais. Na ausência de dados cronológicos mais fiáveis, é provável que a maior parte delas tenham sido feitas ao longo do IIIº milénio a.C. e meados do IIº milénio a.C., já no Calcolítico, outras havendo que se poderão datar do período de transição para a Idade do Bronze. De uma forma geral, é nos planaltos, a cotas superiores a 500 m, que iremos encontrar grande parte destes monumentos, como é o caso da Chã de Lamas, Corno do Bico, Boulhosa, Chã das Pipas e Chã dos Cubos. Dos sessenta e três monumentos, *sub tumuli,* que a bibliografia refere terem existido no concelho - contabilizadas cerca de duas dezenas, destruídos nas últimas décadas -, apenas sete se situam a uma altitude inferior aos 500 metros. De entre estes últimos, destaca-se o núcleo de três mamoas, em Antas, as únicas que se localizam numa zona de vale[10].

[9] PMH, inq., op. cit.,: p. 363.
[10] Silva, M. de F. M. da; Silva, C. A. M. G., op. cit., pp. 35, 37, 109-155.

Figura 2 - Localização dos arqueossítios da Pré-história Recente



PHR1 - Mamoa da Portela Pequena
PHR2 - Mamoa da Portela
PHR3 - Mamoa do Picão
PHR4 - Mamoa 1 Chã de Campela
PHR5 - Mamoa 2 Chã de Campela
PHR6 - Anteia da Cruz Vermelha - Corno do Bico
PHR7 - Mamoa 2 da Cruz Vermelha - Corno do Bico
PHR8 - Mamoa 1 Chã de Agueiros - Corno do Bico
PHR9 - Mamoa 2 Chã de Agueiros - Corno do Bico
PHR10 - Mamoa da Poça do Ramos - Corno do Bico
PHR11 - Mamoa da Chã do Gato - Corno do Bico
PHR12 - Mamoa 3 de Chã de Lamas/Anta do Couto do Riguetrinho
PHR13 - Mamoa 2 do Chã do Lamas
PHR14 - Mamoa 4 de Chã de Lamas
PHR15 - Mamoa 5 de Chã de Lamas
PHR16 - Mamoa 1 de Chã de Lamas
PHR17 - Mamoa das Armadas
PHR18 - Mamoas da Boulhosa
PHR19 - Mamoa 1 do Monte Cardio
PHR20 - Mamoa 2 do Monte Cardio
PHR21 - Mamoa do Chã de Pipas
PHR22 - Mamoa de Seia
PHR23 - Mamoa 1 do Ourai das Águas/Cruzes - Lamas Covas/Cruzes
PHR24 - Mamoa 2 do Ourai das Águas/Cruzes - Lamas Covas/Cruzes
PHR25 - Mamoa do Outeiro do Malho
PHR26 - Mamoa 1 de S. Silvestre
PHR27 - Mamoa 2 de S. Silvestre
PHR28 - Mamoa 1 de Chão de Porreiras
PHR29 - Mamoa 2 de Chão de Porreiras
PHR30 - Mamoa 3 de Chão de Porreiras
PHR31 - Mamoa 4 de Chão de Porreiras
PHR32 - Mamoa 1 de Fonte Cavada
PHR33 - Mamoa 2 de Fonte Cavada/Regueiro das Cruzes
PHR34 - Mamoa 1 do Couto da Pinheira
PHR35 - Mamoa 2 do Couto da Pinheira
PHR36 - Mamoa 3 do Couto da Pinheira
PHR37 - Mamoa do Alto do Moinho do Couto
PHR38 - Mamoa 1 de Porto Rabel/Picões
PHR39 - Mamoa 2 de Porto Rabel/Picões
PHR40 - Mamoa dos Agueiros
PHR41 - Mamoa 1/2/3 do Monte Carvalho
PHR42 - Mamoa 1 da Centieira
PHR43 - Mamoa 2 da Centieira
PHR44 - Mamoa 1 do Descampado
PHR45 - Mamoa 2 do Descampado
PHR46 - Mamoa 1 de Antas
PHR47 - Mamoa 2 de Antas
PHR48 - Mamoa 3 de Antas
PHR49 - Habitat da Boulhosa
PHR50 - Estela Insculturada da Boulhosa - Casal
PHR51 - Estela Menir da Boulhosa - Entre Fonte da Queimada e Fonte dos Torros
PHR52 - Machados de Pedra Polida - Proveniência desconhecida
PHR53 - Machados de Pedra Polida - Passal da Igreja/Sugeelos
PHR54 - Povoado Fortificado de Montuzelo 1

Estes monumentos situam-se, na sua maioria, nas proximidades do filão de microdiorito quartzífero que atravessa Paredes de Coura, importante fonte de matéria-prima para a sua edificação, a par do granito, o material de construção preferencial. A obtenção destas matérias-primas era mais facilitada junto dos cursos de água, em especial o granito, daí não ser de estranhar a presença de linhas de água e lagoas nas suas imediações. Contudo, convém salientar que o rio Coura, apesar de ser o principal curso de água, não exerceu qualquer influência na localização destes monumentos[11].

Figura 3 - Anta do Moinho do Couto

Por outro lado, com exceção do núcleo de Antas, que se localiza em solos com aptidão agrícola, todos os restantes monumentos se implantam em áreas com solos de aptidão florestal, a grande altitude, caracterizadas como zonas de maior erosão[12]. Apresentam-se agrupados em pequenas necrópoles, com dois a quatro monumentos, estando, aparentemente, os mais pequenos, localizados em torno dos que apresentam maior volumetria e monumentalidade. Apesar da sua localização privilegiada na paisagem, proporcionando uma boa visibilidade para as áreas ocupadas por outras necrópoles, é de registar que, a partir de cada um dos monumentos não é possível visualizar, de forma direta, nenhum outro.

As primeiras evidências arqueológicas de uma ocupação humana prolongada, do atual território de Paredes de Coura, remontam ao período entre o IIIº milénio e inícios do I milénio a.C.. As mais recentes sínteses, feitas acerca deste período e baseadas em estudos bem documentados, de algumas estações arqueológicas do Norte de Portugal, consideram ser o IIº milénio a.C., o período durante o qual, de modo diverso

[11] *Idem, pp* 38-39.
[12] *Idem, p*. 37.

e com maior ou menor intensidade, as comunidades humanas aqui começaram a desenvolver a atividade agropecuária[13]. Esta atividade gerou um movimento inovador, de intensificação socioeconómica, correspondente ao que costuma designar-se por *afirmação dos "sistemas produtores"*[14] e esteve associado a uma efetiva sedentarização das populações, ao aumento demográfico e expansão para zonas inexploradas, sobretudo as bordaduras de relevos de média altitude, ao longo de vias naturais de comunicação, conformando uma verdadeira "domesticação" da paisagem[15]. Como corolário, assiste-se à fundação de novos povoados e à, dela indissociável, remodelação de *habitats*, segundo uma estratégia de ocupação que busca, sobretudo, a proximidade dos solos com maior aptidão para a agricultura.[16]

Admite-se como provável que, a acompanhar este novo sistema socioeconómico, tenham surgido modos de diferenciação social e de valorização do indivíduo, que terão levado, por sua vez, ao aparecimento e posterior proliferação, de objetos de prestígio de uso individual; à generalização do enterramento individual; à manipulação dos cadáveres e ao aparecimento de estatuária antropomórfica[17].

Apesar da notoriedade dos monumentos megalíticos existentes no concelho, permanecem desconhecidos os povoados que, com eles, estiveram relacionados. Para além da recolha de alguns fragmentos de cerâmica campaniforme, no povoado fortificado de Montuzelo 1 e dos indícios de um *habitat*, encontrados na Boulhosa, numa zona planáltica - nas imediações de uma área, outrora ocupada por uma necrópole megalítica, onde foram recolhidas algumas cerâmicas manuais e alguns elementos líticos: mós de vaivém e um percutor -, pouco se conhece acerca dos povoados desta fase[18].

---

[13] Bettencourt, A. M. S. (2000) O vale do Cávado (Norte de Portugal) dos finais do III milénio aos meados do I milénio AC: sequências cronológico-culturais, in Actas 3.º Congresso de Arqueologia Peninsular, coordenação editorial geral de V.Oliveira Jorge), vol. I, ADECAP: Porto, pp.79-93
Jorge, S.O. (2000) Introdução: breve evolução da Pré-História Recente do Norte de Portugal (do VI.º ao II.ª milénio A.C.), in Actas 3.º Congresso de Arqueologia Peninsular, (coord. ed. V.O.Jorge), Vol. 4 (Pré-História Recente da Península Ibérica), (UTAD, Vila Real, Portugal – Setembro 1999), ADECAP: Porto, pp.7-12.
[14] *Idem,* pp 8-9.
[15] *Idem,* p.82.
[16] *Idem,* p. 80.
[17] *Idem,* pp.161-163.
[18] Silva, M. de F. M. da; Silva, C. A. M. G, op. cit., pp. 35 e 37. Poderá também consultar-se Correia, A. M. V. (2010) Estelas e estátuas-menires no Centro e Norte de Portugal e Sudoeste da Meseta Superior. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra.

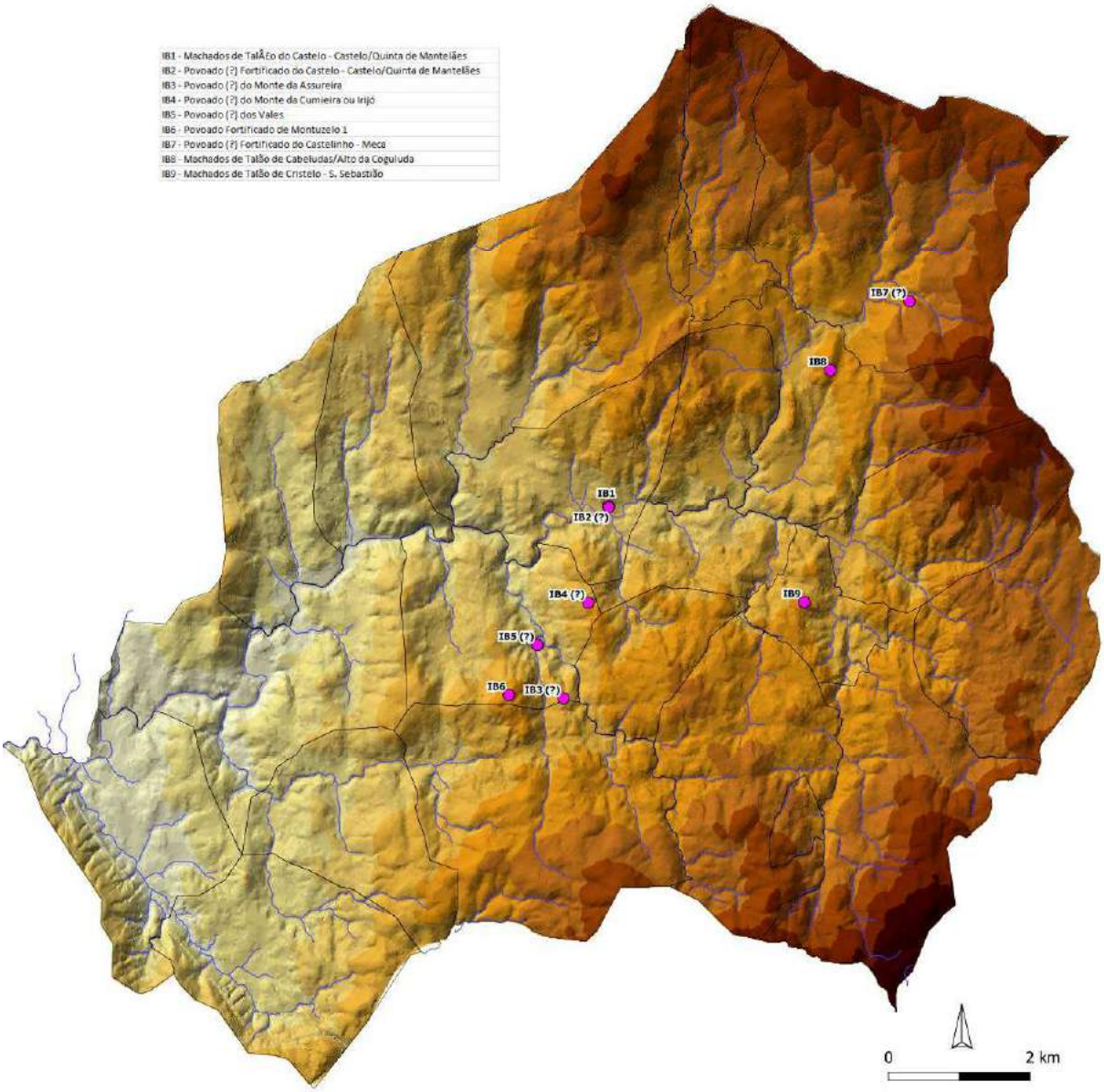
Na falta de evidências arqueológicas esclarecedoras, relativas a estruturas de habitação e dos elementos que as possam caracterizar, o conjunto de elementos acima referidos e as duas estelas recolhidas na Boulhosa parecem fazer parte do novo paradigma vigente deste período.

A estela recolhida no lugar do Casal (Boulhosa-Insalde) poderá enquadrar-se no período situado entre o Neolítico Final e a transição para o Calcolítico (entre o IVº milénio e o IIº milénio a.C.), enquanto a estátua menir, recolhida entre a Fonte da Queimada e a Fonte dos Tornos (Boulhosa-Insalde), se insere no período de transição entre o Calcolítico e o Bronze Inicial. Ambas aparecem em zonas próximas de necrópoles megalíticas[19].

Os conhecimentos acerca do povoamento do Bronze Final são, também, bastante escassos. A ocupação humana no território das Terras de Coura, durante este período, resume-se a um conjunto de achados descontextualizados, insuficientes para a caracterizar com mínimos de rigor aceitáveis.

[19] Silva, F. M., op. cit., pp. 36 – 37

Figura 4 - Localização dos arqueossítios da Idade do Bronze



Os vestígios mais significativos, da cultura material deste período, são compostos por vinte machados de talão, bifaces, com duplo anel, tradicionalmente enquadráveis no Bronze Final (atualmente só existem catorze), oriundos de três sítios distintos: Cabeludas, Monte do Castelo e Monte de S. Sebastião. Qualquer destes arqueossítios está localizado em zonas bem irrigadas, estando os dois últimos junto do rio Coura[20].

[20] *Idem:* p. 37.

Os machados apresentam características muito similares entre eles, enquadrando-se no grupo 29 (do tipo Minho e variantes) da tipologia de L. Monteagudo (1977), sendo machados de talão, tradicionalmente enquadráveis no Bronze Final. Contudo, autores há, como Ana Bettencourt (2001) e Armando C. Silva (1986), que os enquadram no Ferro Inicial. A presença deste conjunto de artefactos no concelho sugere-nos a existência de atividade metalúrgica em Paredes de Coura, apesar de não terem sido encontrados, até hoje, vestígios materiais da mesma. O único sítio que apresenta índicos de trabalho de metalurgia no concelho, apesar de bastante ténues, é em Cossourado, onde abunda a matéria-prima utilizada na elaboração deste tipo de machados. Para o fabrico destes artefactos, segundo o método de cera perdida, eram necessários moldes de barro, como o confirmam as rebarbas laterais, evidenciadas por algumas peças[21]. No entanto, apesar dos achados em apreço terem ocorrido na base de elevações, com evidência de ocupação humana em épocas diversas, segundo os dados atualmente disponíveis, não é garantido que tal ocupação tenha ocorrido ao longo da Idade do Bronze.

Tendo em conta a implantação do sítio e a descoberta dos machados em Cabeludas (Monte do Alto de Coaguluda ou Porta de Várzea), é de admitir a existência de um povoado aberto, apesar de, no local, não terem sido encontrados quaisquer outros vestígios deste período. Pelo contrário, no lugar do Castelo (Monte do Castelo), apesar da sua implantação aparentar um povoado de vale[22]., nada indica que ele tenha existido nesta época, uma vez que, para além dos três machados encontrados, não há qualquer outro vestígio deles coevo.

No povoado fortificado de Montuzelo 1, em Infesta, foram descobertas cerâmicas, também enquadráveis na Idade do Bronze e, nas suas imediações, no lugar de Cumieira ou Irijó, também em Infesta, foi identificado, num pequeno monte arredondado, um povoado semelhante ao da Coguluda. Na mesma freguesia, no Monte da Assureira, foi identificado um outro povoado; contudo, o seu estado de conservação e os materiais nele encontrado, permitem enquadrá-lo já no período de transição para o Ferro Inicial, tal como sucede com o povoado dos Vales, ainda em

[21] *Idem, ibidem.*
[22] *Idem,* pp.144.

Infesta[23]. Mais recentemente, foram recolhidas cerâmicas atribuídas à Idade do Bronze, no povoado fortificado da Pena, em Mozelos[24].

O Iº milénio a.C. intercala o Bronze Final e a Romanização, reconhecendo-se que a este período corresponde uma série de mutações, às quais aparecem associadas as sociedades que se integram na designada Idade do Ferro[25].

No quadro do Noroeste peninsular, as sociedades do Bronze Final, caracterizadas pelo seu elevado nível de organização económica e de complexificação social e pelo pioneirismo da construção de povoados fortificados, terão atingido o seu apogeu nos primeiros séculos do milénio. As evidências arqueológicas demonstram que estes povos viviam uma realidade complexa e plúrima: em povoados de dimensões variadas, fortificados uns, abertos outros; com produções cerâmicas diversas e características técnico-decorativas de influências distintas e de circulação inter-regional e uma metalurgia do bronze bem desenvolvida[26].

A generalidade dos investigadores reconhece, através dos registos arqueológicos do segundo quartel do milénio, entre os séculos VIII e VI a.C., incontornáveis sinais de mudança no modo de vida dos povos: desaparecem ou são, em muito, reduzidos os materiais de produção supra regional; a produção metalúrgica diminui e simplifica-se; regionalizam-se as produções cerâmicas e, ao mesmo tempo que desaparecem inúmeros povoados fortificados, outros monumentalizam-se[27].

O novo período que, então, se inicia, designado como Idade do Ferro I, é marcado por um processo de transição para sociedades progressivamente mais complexas, orientadas para a exploração preferencial dos recursos agrícolas dos vales e assentes em comunidades mais autónomas, de maior diversidade social, económica e cultural[28]. O apogeu desta, progressiva, complexificação das sociedades proto-históricas, ocorre,

---

[23] *Idem,* pp. 146.
[24] *Idem, ibidem.*
[25] Bettencourt, A. M. S., op. cit., pp.161-163.
[26] Bettencourt, A. M. Santos (2009). A Pré-História do Minho: do Neolítico à Idade do Bronze, in Paulo Pereira (coord.) Minho. Traços de Identidade, Conselho Cultural da Universidade do Minho: Braga, pp.90-92.
[27] *González Ruibal, A. (2008). Los Pueblos del Noroeste, in De Iberia a Hispania, (coord de Gracia Alonso, F.), Editorial Ariel: Barcelona, p.902.*
[28] Martins, M. (1990) O Povoamento Proto-histórico e a Romanização da bacia do curso médio do Cávado, (Cadernos de Arqueologia, Monografias 5), Braga, pp. 189-190.

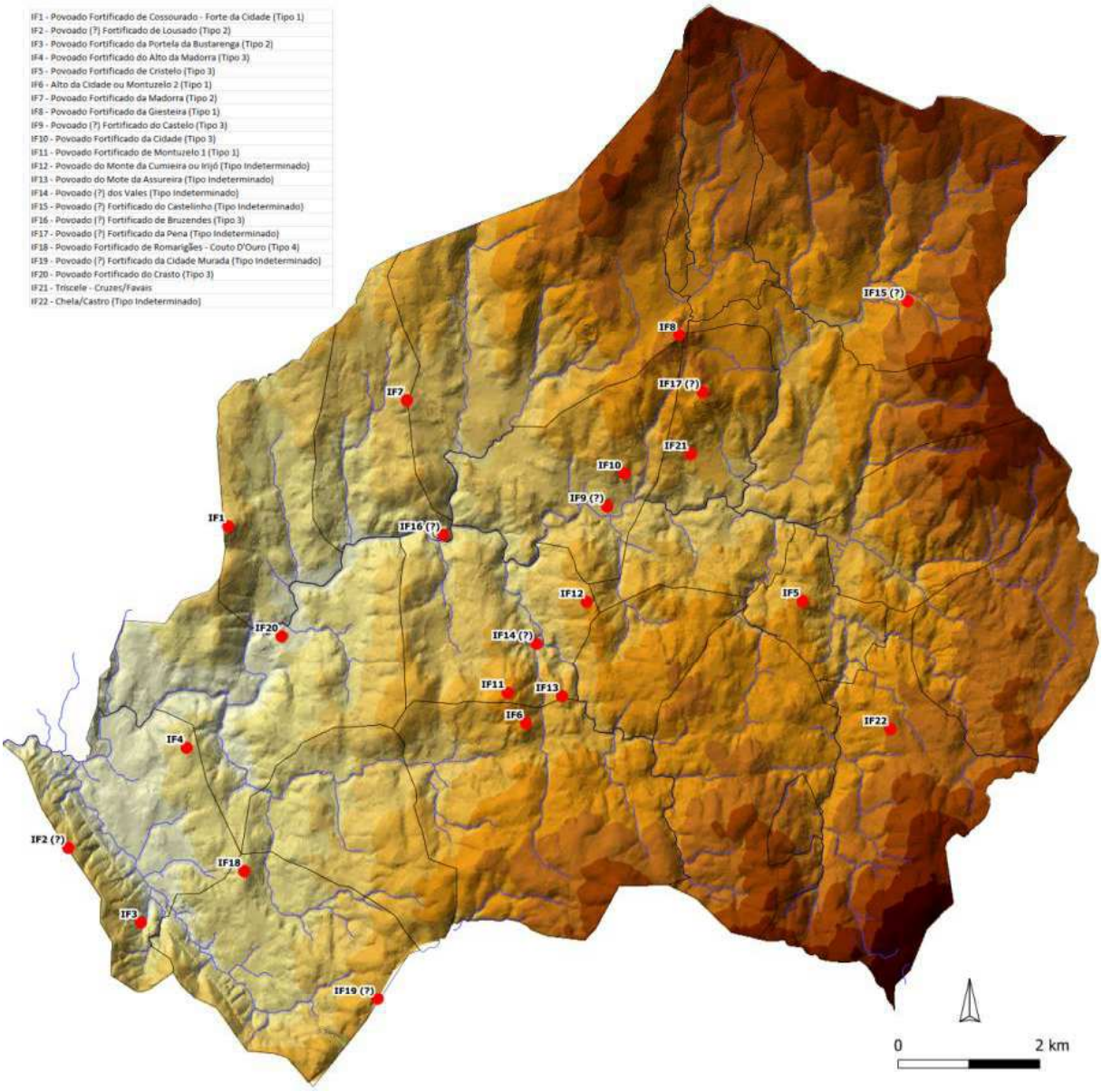
com significativas variações regionais, ao longo dos séculos V a II a.C., configurando um novo e distinto modelo de estruturação, ordenamento e organização territorial e social, que ficaria conhecido por Idade do Ferro II[29].

As circunscrições étnico-territoriais da época, com expressão geográfica relevante: *castella* (correspondentes aos povoados), *populi* ou *civitate,* [30] revelam novas formas de percepção do meio, que trouxeram consigo uma crescente modelação dos espaços naturais, a qual, mercê da exploração intensiva da agricultura, do pastoreio e, em certos casos, da atividade metalúrgica, acabaria por degradar a floresta[31].

O local para a construção de um povoado era uma escolha muito seletiva, havendo inúmeros parâmetros a ponderar e, como tal, a condicionar a decisão[32]. Tal como em grande parte do Noroeste Peninsular, no atual concelho de Paredes de Coura impôs-se o tipo de povoamento em habitats geralmente fortificados, implantados em relevos proeminentes, com boas condições de defesa natural e de visibilidade. Os vinte povoados identificados,[33] atentas as suas características e dimensões, podem ser reconduzidos a quatro tipologias distintas: quanto à sua ocupação, local de implantação e composição do sistema defensivo[34]. Dos locais identificados, atribuíveis à Idade do Ferro, apenas o tríscele (IF21), encontrado nas imediações do povoado da Giesteira (IF8), não se insere neste quadro de povoamento.

[29] Silva, A.C.F. (1986). A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal, Câmara Municipal de Paços de Ferreira: Paços de Ferreira.
[30] Carvalho, H.P.A., op. cit., pp.87-97.
[31] Dinis, A. P. (2001) O povoado da Idade do Ferro do Crastoeiro (Mondim de Basto, Norte de Portugal), monografias. Cadernos de Arqueologia da UAUM, Braga, p. 119.
[32] Martins, M., op. cit., p. 206.
[33] Montuzelo 1 e 2 serão considerados o mesmo povoado neste período.
[34] Silva, M. de F. M. da; Silva, C. A. M. G., op. cit., p. 47.

Figura 5 - Localização dos arqueossítios da Idade do Ferro



O primeiro grupo integra os povoados que se situam em relevos de acentuado pendor, acima dos 350 m. Possuem uma boa área ocupacional, sendo o seu sistema defensivo, em parte natural, complementado por muralhas que podem ter, até três linhas. Estes povoados ter-se-ão implantado no período do Bronze Final e mantidos ocupados, continuamente, até ao início da romanização[35]. Fazem parte deste grupo os povoados de Cossourado, Cristelo, Montuzelo e Giesteira. A ocupação estratégica que ocupam no vale indicia que se dedicavam à atividade agro-pastoril.

[35] *Idem:* pp. 47- 48.

Os povoados do segundo grupo localizam-se em esporões e colinas, entre os 200 e os 350 m de altitude. Com uma área ocupacional menor que os povoados do grupo anterior, possuem um sistema defensivo que pode compreender duas ou três linhas de muralha. Cronologicamente, apresentam sinais evidentes de romanização mas não apresentam vestígios de ocupação no período do Bronze Final[36]. Com uma atividade económica idêntica à do primeiro grupo, integram os povoados de Bustarenga, Madorra e Lousado.

Os povoados do terceiro grupo, cercados por apenas uma muralha, são *habitats* de vale que ocupam pequenos cabeços, abaixo dos 200 m, nas proximidades do rio Coura. Dele fazem parte os povoados de Bruzendes, Crasto, Alto da Madorra e Cividade, os quais não apresentam sinais de romanização, provavelmente, devido ao facto de os romanos terem construído, *ex novo,* diferentes formas de ocupação, nas proximidades do vale[37]. Para além da sua principal actividade ser a agro-pastoril, é possível, tendo em conta a sua proximidade ao rio Coura, que se tenham, também, dedicado à atividade piscícola,

Em Romarigães, apesar da existência de um povoado de vale, numa elevação com cerca de 280 m de altitude, diferencia-se dos restantes pelo seu imponente sistema defensivo e pela espécie de torreão implantado no seu ponto mais elevado. A sua ocupação é semelhante à de Cossourado, ou seja ambos foram ocupados por comunidades a partir dos séculos VII/VI a.C. até ao século II a.C.[38].

Os restantes povoados do concelho: Alto do Crasto/Alto da Pena e Crasto, na freguesia do Bico; Travanca, na freguesia de Cunha; Crasto, na freguesia de Insalde; Crastinho/Campo de Cabanas, na freguesia de Linhares; Crasto, na freguesia de Romarigães e Chela, na freguesia de Bico[39]; apesar de terem boa implantação topográfica, existirem alguns indícios de defesas e esporádicas referências orais e bibliográficas, não foram identificados, até hoje, quaisquer outros vestígios que permitam caracterizá-los.[40].

---

[36] *Idem*: p. 52.
[37] *Idem:* pp. 52-53.
[38] *Idem*: p. 53.
[39] Povoado identificado por Almeida, C. A. B., op. cit., pp. 12-13.
[40] Silva, M. F. M., op. cit., pp.172-173.

A dispersão dos povoados, em termos de implantação topográfica, parece denotar, não só preocupações de carácter estratégico e defensivo mas, também, de índole económica, bem vincadas no aproveitamento agropecuário do território e na exploração dos seus recursos hídricos.

A informação existente, referente à exploração económica que era feita pelas comunidades de cada um destes povoados, é muito desigual. Na verdade, dos vinte identificados, apenas três, Romarigães, Cossourado e Cristelo, foram sujeitos a intervenções arqueológicas. Sem querer extrapolar, para a totalidade dos povoados identificados no território concelhio, os dados conhecidos acerca destes três povoados, importa deixá-los aqui registados, pois eles são indicadores importantes que, genericamente, não contrariam o observado noutros locais alvo de investigação arqueológica.

Todos os povoados concelhios teriam acesso a bons solos, com aptidão agrícola e a locais com vastos recursos minerais, hidrográficos e florestais, dos quais distavam, entre 4 a 6 Km.[41]

As matérias-primas para as construções, nomeadamente o granito, está presente em todas as áreas de implantação destes povoados. As argamassas, utilizadas na construção dos muros e pavimentos, eram facilmente obtidas junto dos afloramentos rochosos, onde abunda a arena granítica, usualmente utilizada, nesta época, como ligante. A arena granítica era, também, importante, para a indústria oleira, visto ser essencial para misturar com a argila, a qual era obtida, por seu turno, nos diversos barreiros da região[42].

Também a floresta tinha um papel preponderante na vida destas comunidades, que dela dependiam. Apesar da desigualdade dos dados disponíveis para cada povoado, as análises, carpológicas e antracológicas,[43] efetuadas nos povoados de Cossourado, Romarigães, nas fases de ocupação mais antigas e Cristelo, na fase mais recente de

[41] Silva, M. de F. M. da; Silva, C. A. M. G., op. cit., p. 63.
[42] *Idem: pp. 45-46.*
[43] Trabalho realizado por: Figueiral, Isabel (1994) A antracologia em Portugal: progressos e perspectivas. Actas do 1º Congresso de Arqueologia Peninsular. Trabalhos de Antropologia e Etnologia, 34 (3-4), 427-444.

ocupação da Idade do Ferro, permitem-nos fazer a reconstituição do coberto vegetal nas suas áreas de implantação.

A vegetação rasteira e arbustiva era composta por tojo, codessos e giestas, que terá servido para a construção de coberturas do edificado, adubo, cama de animais e lenha para as lareiras. O coberto arbóreo seria dominado pelo carvalho, não obstante terem sido identificadas outras espécies, como: pinheiro bravo, amieiro, azevinho, aveleira, freixo, figueira, medronheiro, *cistaceae*, *alnus/carylus*, sobreiro, salgueiro, sabugueiro, urze branca, azinheiro, *quercus sp* e, possivelmente, oliveira; apesar de ser mais provável que esta última, tenha sido uma importação pré-romana.

O carvalho terá sido o material de eleição para a construção de diversas estruturas dos povoados, como, *e. g.,* as armações de cobertos, para além de ser um excelente combustível para as lareiras e, prováveis, fornos. Como combustível seria, ainda, utilizado, o amieiro, o salgueiro, a aveleira e o sabugueiro. Importa salientar a ausência da bétula e dos castanheiros, na amostra, uma vez que são duas espécies, caracterizadoras da paisagem proto-histórica, em outras regiões do noroeste[44].

O povoado de Cossourado é o único de que existem dados de carpologia; havendo, no caso do povoado de Romarigães, uma completa ausência de sementes e frutos no registo arqueológico. E, apesar da amostra, no primeiro caso, ser quantitativamente significativa, é relativamente limitada, quanto à variedade de espécies identificadas, que se cingem a: milho-miúdo, trigo e bolotas. A leitura destes dados admite a existência uma economia mista, onde a recolecção (bolotas) coexistiu com a agricultura de subsistência, com a produção de milho-miúdo, no Verão e de trigo, no Inverno. É admissível que tais produções fossem complementadas por outras culturas, como a aveia ou o centeio e, ainda, outro tipo de produções como a ervilha e a fava[45].

A desflorestação, em consequência da exploração da floresta, nomeadamente, através do corte de tojo, giestas e codessos, terá promovido o arroteamento de novas zonas para a prática agrícola. A bolota seria utilizada na produção de pão e, muito provavelmente, como alimento do gado suíno e, ainda, para a tinturaria. Segundo Estrabão, os povos montanheses alimentavam-se de lande de carvalho, que moíam

[44] Silva, M. F. M., op. cit., pp. 247-253.
[45] *Idem*, 249-250.

para fazer pão e, em vez de azeite, consumiam manteiga. Para além dos cereais e das bolotas, foram identificadas outras espécies comestíveis, como as ervilhacas, as avelãs, os figos e os medronhos[46].

A ausência de restos osteológicos, no registo arqueológico, não permite caracterizar a fauna desta época, apesar de podermos inferir a atrelagem de animais, talvez o cavalo, pela presença de um freio e a ocorrência de gado suíno, que se alimentava de bolotas. Os únicos restos osteológicos identificados foram um osso fossilizado de crânio de animal e um cropólito obtido através de um osso de ovi-caprídeo, contudo, parecem pertencer, a uma fase de ocupação anterior à do povoado do Cossourado[47].

A pesca seria uma atividade, também preponderante, no quotidiano destas comunidades, complementando a pastorícia e a agricultura. No povoado de Cossourado, foram exumados oitenta e cinco pesos de rede de pesca que, é provável, se destinavam a atividades piscatórias no rio Coura.[48] E, à semelhança da pesca, é certo que outras actividades artesanais, tais como a metalurgia, a olaria e a tecelagem, tinham um papel igualmente relevante na vida destas comunidades.

Apesar do ferro ser abundante no território, a utensilagem em ferro, exumada nos povoados escavados, é escassa, prevalecendo os utensílios em bronze. Somente no povoado de Cristelo, foram encontrados restos de fundição do ferro, dos quais se pode inferir ter sido trabalhado este metal. Conforme já atrás referido, o bronze seria o metal mais trabalhado, tal como o atestam os achados arqueológicos: é o caso do povoado de Cossourado, onde foram exumados quatro restos de fundição de cobre e dois restos de escória de bronze [49].

No registo arqueológico destes três povoados foram identificados, também, restos de argila e inúmeros fragmentos de cerâmica, de tipologia diversa, que poderão corresponder a diferentes sítios, onde se produzia cerâmica. Estes fragmentos de barro apareceram, em maior número, no povoado de Romarigães[50] e, apesar do

[46] *Idem*, *ibidem.*
[47] *Idem*, *252.*
[48] *Idem*, *122.*
[49] *Idem, 255-256.*
[50] *Idem, 258.*

número elevado de achados, não foi encontrado qualquer elemento, que fizesse parte do ciclo produtivo da olaria: roda ou fornos, por exemplo.

A atividade têxtil também deveria existir, à época, no vale superior do Coura, tendo em conta a descoberta dos inúmeros cossoiros, alguns pesos de tear e uma agulha em bronze, todos eles, objectos que fazem parte do círculo produtivo têxtil. Apesar destas evidências, porém, não sabemos que tipo de fibras eram trabalhadas neste período: se as fibras de origem vegetal, como o linho ou as fibras de origem animal como é o caso da lã. Estrabão refere-se, apenas, à capacidade destes povos, para trabalharem o linho, contudo, é comummente aceite, que já trabalhariam, também, a lã, que os rebanhos de gado ovino garantia.[51]

2.2 - Romanização

Apesar dos inúmeros trabalhos sobre a romanização do Noroeste peninsular, realizados nas últimas décadas, importa aqui relevar que, parte significativa dos conhecimentos, sobre o tema, assenta nos achados arqueológicos, estudados pela epigrafia e pela numismática. Da informação primária, recolhida no concelho de Paredes de Coura, são poucos os dados novos que se retiram, já que nenhum dos arqueossítios identificados foi alvo de estudos aprofundados, tal como aconteceu para o período anterior. Reconhecemos, na cultura material desta época, excelentes potencialidades informativas, contudo, a maior parte dela está em locais secundários de deposição, e pouco se sabe, acerca das construções com ela conexas. Se analisarmos os três trabalhos de síntese, na matéria, elaborados sobre o concelho,[52] facilmente percepcionamos que o quadro da romanização em Paredes de Coura, é traçado, apenas, pela descrição dos inúmeros vestígios materiais, identificados em ações de prospecção, que proliferam em todo o território.

---

[51] *Idem,* 275.
[52] Almeida, C. A. B. (1996) Povoamento romano do litoral entre Cávado e Minho, Dissertação de Doutoramento (policopiado), Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.
Carvalho, H.P.A. (2008) O povoamento romano na fachada ocidental do *Conventus Bracarensis*,
Silva, F. M. e Silva, C. A. M. G. (2007) Carta Arqueológica de Paredes de Coura. Câmara Municipal de Paredes de Coura.

A ausência de estudos mais alargados impede que se defina um quadro claro do povoamento para este período, apenas permitindo esboçar, de modo sintético e em traços gerais, o quadro caracterizador da ocupação romana e suevo-visigótica.

Não sobram dúvidas, porém, de que, com o advento da ocupação romana, firmada pelas campanhas vitoriosas de Octávio César Augusto, entre os anos 26 e 19 a.C. no Noroeste Peninsular, houve uma significativa mudança, no quadro do povoamento da região.

É entendimento generalizado que, no Noroeste português, muitos foram os povoados fortificados dos nativos, que se mantiveram habitados após a ocupação romana. Terão perdido importância e população, à medida que, a partir dos séculos I e II d.C., foram surgindo inúmeros povoados abertos, tipo *vici*, e se foi assistindo à dispersão de novos *habitats*, tipo *villae* e casais, os quais ajudaram a configurar uma nova paisagem rural. Esta densa rede de povoamento, de cuja hierarquização pouco se sabe, terá desempenhado um papel fulcral na organização sócio económica, da sociedade rural indígena romanizada[53].

No concelho de Paredes de Coura, da vintena de povoados da Idade do Ferro, nove apresentam indícios de romanização, segundo C. A. Brochado de Almeida[54] (R2, R46, R47, R49, R51, R52, R56, R57 e R62), sendo que, com exceção dos povoados de Cristelo (R47 - Cristelo) e da Giesteira (R52 – Ferreira), onde foram identificados alguns fragmentos de cerâmica comum romana, em todos os outros, o único vestígio romano é a presença de *tegullae* à superfície. Maria de Fátima Silva, diversamente, apenas admite que tenham sido romanizados - pelo menos, até ao século I d.C. -, os povoados de Cristelo[55] e da Giesteira,[56].

Carlos A. Brochado de Almeida considera que os povoados de Cossourado, Romarigães e Montuzelo[57] possam ter sido romanizados, pelas seguintes razões: estarem localizados em áreas ricas em estanho e ouro, potenciando a exploração destes territórios em período romano; situarem-se nas proximidades da via XIX

[53] Carvalho, H.P.A., op. cit., pp.161-226.
[54] Almeida, C. A. B., op. cit., pp. 29-30, 34-37, 42-44, 45-46, 81-82 e 83-84.
[55] Silva, M. F. M., op. cit., pp. 234.
[56] Silva, M. de F. M. da; Silva, C. A. M. G., op. cit., pp. 220-221.
[57] Almeida, C. A. B., op. cit., pp. 15-16, 23-25 e 53-57.

(Cossourado e Romarigães) e neles terem sido encontrados materiais de tipologia romana. No povoado de Montuzelo, malgrado não ter sido identificado, qualquer indício de cultura material romana, o autor admite a hipótese do local ter sido, também, romanizado. As escavações efectuadas por Maria de Fátima Silva, em Cossourado e Romarigães, contrariam, porém, a hipótese avançada por Carlos A. Brochado de Almeida, na medida em que permitiram estabelecer, que a fase de abandono, de ambos os povoados, se situa no século II a.C.[58].

O conhecimento da organização do mundo rural romano tem, evidentemente, que ter em conta esta série de estabelecimentos rurais que deverão ser relacionados com a rede viária romana, principal e secundária, bem como com a presença de múltiplos estabelecimentos, de maior ou menor importância, que configuraram uma nova paisagem que, gradualmente, se foi formando e consolidando[59].

O final do séc. III marca uma nova fase, no domínio romano do Noroeste peninsular, com as reformas administrativas operadas por Diocleciano. Estas reformas foram acompanhadas por outras de menor expressão, como a elaboração de novos cadastros e a nova tributação da terra, em função da aptidão agrícola e dos bens produzidos e sobre as pessoas (*iugatio-capitatio*). A renovação e conservação das vias, patentes na quantidade de miliários datados deste período, indicam-nos o seu intenso uso. A atividade agrícola também sofreu, na época, um incremento significativo, com a criação de novos assentamentos de cariz rural e a reocupação de outros, cujas particularidades de implantação favoreciam a agricultura.[60]

Dos sessenta e três arqueossítios atribuíveis à época romana, identificados no concelho, doze foram caracterizados como casais (R1, R4, R5, R13, R21, R24, R29, R33, R34, R36, R41 e R50), dois como *villae* (R14 e R15) e uma como *mutatio* (R45). Há uma necrópole (R31) e um numisma (R42); sete estão relacionados com a rede viária (Via XIX, Ponte – R40, miliários – R8, R9, R37, R38 e R39) e ainda dois

[58] Silva, M. F. M., op. cit., pp. 134 e 197.
[59] Ribeiro, J.M.S. (2014) A villa romana de Via Cova (Póvoa de Lanhoso) no contexto do mundo rural romano no Entre-Douro-e-Minho, in *Evolución de los espacios urbanos y sus territorios en el Noroeste de la Península Ibérica*, Raquel Pénin (coord.), Universidade de León, Léon, p.149.
[60] Moreira, A. B. (2009) *Castellum Madiae* Formação e desenvolvimento de um "aglomerado urbano secundário" no ordenamento do povoamento romano entre Leça e Ave, Tese de Doutoramento, Universidade de Santiago de Compostela – Faculdade de Xeografia e Historia, Santiago de Compostela pp. 348-349.

elementos epigráficos (R12 e R44). Todos os restantes são arqueossítios ou habitats indeterminados, sobre os quais não existem elementos suficientes para os caracterizar.

Figura 6 - Localização dos arqueossítios de época Romana

De entre os novos tipos de assentamentos rurais, introduzidos pelos romanos, a exploração de tipo *villae* foi, amplamente, difundida por todo o império. O significado do termo *villa*, utilizado em contexto rural romano, é controverso e tem suscitado múltiplos debates entre os investigadores. A definição do conceito, mesmo na época clássica, não era unívoca: para Tito Lívio uma *villae* era uma qualquer residência no campo; para Varrão, este tipo de estabelecimentos pressupunha a existência de um *fundus* bem cultivado e de dimensão significativa e Columela definiu-as como sendo compostas por três partes essenciais: uma urbana, uma rústica e uma frutuária[61].

Na ausência de edifícios escavados, a dificuldade da classificar sítios como *villae,* somente através dos vestígios identificados na prospecção arqueológica, é ainda maior. Independentemente dos condicionalismos da sua classificação, no concelho de Paredes de Coura, foram caracterizados dois sítios como potenciais *villae* (R14 – Ferreira e R15 – Formariz).

A *villa* rústica de Sigoelos (R14), em Ferreira, é um caso paradigmático. Localizada a cerca de 3 Km da via XIX, terá sido ocupada entre os séculos III e IV d.C.. Associam-se a esta ocupação, o tesouro monetário e as eventuais necrópoles, identificadas na mesma freguesia [62].

Na alegada *villa,* localizada no Outeiro (R15), nas vertentes próximas da Capela de Nª Sr.ª do Livramento, dominava uma extensa agra virada a Sul/Sudoeste. Aqui foram registados achados de colunas, mós manuais, muros, cerâmica comum romana, *sigillata* e *tegullae*; indícios bastantes para permitir supor a existência de uma *villa* dos inícios da romanização[63].

Importa salientar, que estas infraestruturas do tipo *villa* situavam-se em locais com solos de aptidão agrícola moderada (tipo A2), dispunham de recursos hídricos e eram marginadas por solos com aptidão florestal moderada.

Os casais, da mesma forma que as *villae,* tinham um papel importante na estruturação do mundo rural romano, funcionando, em alguns casos, como explorações artesanais

[61] Carvalho, H.P.A., op. cit., p.45.
[62] Silva, M. de F. M. da; Silva, C. A. M. G., op. cit., pp. 39-40.
[63] Almeida, C. A. B., op. cit., pp. 37-38.

especializadas. Estes últimos tratavam-se de estabelecimentos rurais, de carácter familiar, diferenciando-se das *villae* por não integrarem a *pars* urbana, sendo compostos por construções mais modestas, em dimensão e qualidade. Para além da vocação agrícola abarcavam, por vezes, outras funções, de carácter artesanal ou de exploração florestal[64].

Dos doze arqueossítios classificados como casais, três (R1, R5 e R36) possuem vestígios/indícios de forno, o que permite admitir que tenham sido locais de produção de cerâmica. O casal rural da Rapadoura (R21) é o único que se localiza numa zona de solos com aptidão florestal moderada, muito próximo de solos com aptidão agrícola, o que pode levar a inferir que a sua principal atividade económica seria a exploração florestal.

Sobre o modelo de habitação destes assentamentos rurais, nada se sabe; sendo a maior parte dos vestígios/indícios consentâneos com uma ocupação baixo imperial, com exceção da já referida *villa* do Outeiro (R15), em Formariz, e do casal rural de Lourido (R13), em Ferreira, que são assentamentos do período alto imperial[65].

De uma forma geral, os indícios do período romano, no território das Terras de Coura, configuram um povoamento polarizado, disseminado por áreas com solos de aptidão agrícola e propícios à exploração florestal, que marginam o rio Coura e os seus afluentes de maior caudal.

É comummente aceite, não só, que estas populações viviam segundo um modelo económico de base agro-silvo-pastoril, como também, que os seus espaços agrícolas permanentes se limitavam aos terrenos, imediatamente contíguos, aos espaços habitados, com exceção do Casal da Rapadoura (R21), totalmente integrado, em território com solos de aptidão florestal. Na ausência de dados primários acerca da exploração destes territórios, é crível que eles satisfizessem todas as necessidades do modelo agro-silvo-pastoril que sustentava, economicamente, as comunidades da época designadamente: as produções cerealíferas e agropecuárias, a obtenção de lenha para combustível e de matos, para o gado e a adubação. A caça era, também, um sustento complementar destas comunidades galaico-romana.

---

[64] Carvalho, H.P.A., op. cit., p. 50.
[65] Almeida, C. A. B., op. cit., pp. 32-33 e 37-38.

Quanto à identificação e organização dos espaços de culto, os dados são igualmente escassos, resumindo-se a duas aras votivas, identificadas em Cristelo (R44) e em Cunha (R12). A primeira, encontrada a nascente do Monte de Cristelo, é uma inscrição de leitura difícil, considerada como sendo dedicada a Marte[66]. A segunda, encontrada no adro da capela de Santo Estevão (Cunha), apesar de não deixar claro o nome da divindade a que é dedicada, não deixa margem para dúvidas quanto ao nome do dedicante, *Frontonianus*, que poderá indiciar uma filiação indígena[67].

A estratégia militar romana e a necessidade de exploração dos recursos naturais terão ditado a construção da via XIX do itinerário de Antonino, que atravessa o concelho a oeste, no sentido norte/sul, ultrapassando a barreira natural do rio Coura, em Peorada, com uma ponte de três arcos (R40) que terá sido reaproveitada, com profundas alterações, nos finais da Idade Média[68]. Segundo alguns autores, a via terá sido construída no ano 11 da nossa era, coincidente com a cronologia do miliário de Rubiães (11/12 d.C.), sofrendo, posteriormente, sucessivas obras de construção e reparação, a última das quais, na época do imperador Valentiano (364-375 d.C.), ao qual são dedicados dois miliários presentes no concelho[69].

Coincidente com este período de consolidação do *cursus publicus*, será a eficaz rede de *mansiones* e *mutationes*, ainda que muitos destes locais de apoio viário permaneçam desconhecidos da arqueologia. Essencial para a circulação na extensa rede viária, a *mutatio* correspondia a uma estação viária de menores dimensões, sendo mais frequente ao longo das vias e compreendia acomodações simples, embora pudesse incluir termas[70].

A *mutatio* reconhecida por Carlos A. Brochado de Almeida, em Cossourado, localiza-se na encosta noroeste do povoado da Idade do Ferro. A proximidade da via XIX, os fragmentos de cerâmica e o fragmento de um possível miliário, constituem os indicadores que presidiram à classificação deste sítio[71].

---

[66] *Idem*, pp. 20-21.
[67] *Idem,* pp. 26-28.
[68] *Idem*., pp. 77-79.
[69] Silva, M. de F. M. da; Silva, C. A. M. G., op. cit., p. 40.
[70] Carvalho, H.P.A., op. cit., p. 44.
[71] Almeida, C. A. B., op. cit., p. 17.

Ao longo dos séculos IV e V d.C., à medida que, no território, se foi acentuando a difusão do cristianismo e a presença de povos de origem germânica, o controlo político-administrativo central, de Roma, foi enfraquecendo. E é o assentamento dos Suevos, no noroeste peninsular, durante o século V que, genericamente, é aceite como o marco que inicia uma nova etapa da história. Não obstante, após a sua fixação, a população galaico-romana continuou a viver em cidades, nas *villae* e nos castros, como relatam Idácio de Chaves e Paulo Orósio. Também a economia continuou assente na agricultura e na pecuária - que tinham sido amplamente desenvolvidas pelos romanos - mas, com novos recursos tecnológicos, e com a ocupação de melhores terras nos vales e nas encostas[72].

Dois séculos mais tarde, ficaria a dever-se a Isidoro de Sevilha, a clara distinção dos diferentes tipos de povoamento – *vici*, *castella* e *pagi* – que estavam na dependência das cidades, sedes administrativas; posteriormente, no início do século VIII d.C., os reis Vitiza e Égica estabeleceriam a hierarquização do povoamento em *civitas*, *castellum*, *vicus* e *villa*[73]. Face ao exposto, podemos concluir que, o povoamento existente entre os séculos V e VIII d.C., era composto de estruturas muito diversas, que iam desde as complexas cidades aos simples casais.

A fixação do cristianismo no Noroeste peninsular terá coincidido com uma certa retração urbana e um maior desenvolvimento das *villae*, coincidente com a propagação do priscilianismo, e a sua grande influência, no desenvolvimento e organização do cristianismo no meio rural[74].

O Noroeste peninsular foi ganhando visibilidade, no plano eclesiástico, a partir de finais do século IV d.C., à medida que foram surgindo as várias dioceses, expressão inequívoca da cristianização e do enquadramento dos fiéis, na nova organização administrativa eclesiástica. No concílio provincial de Lugo, em 569[75], o rei Miro dividiria o território em treze dioceses, as quais se subdividiam, por sua vez, em paróquias.

---

[72] Fontes, L.O., op. cit., pp.277-295.
[73] *Idem:* p. 277
[74] *Idem,* p. 280.
[75] Marques, J. (2003) Formas de organização do espaço na Idade Média, Universidade do Porto. Faculdade de Letras. Departamento de Ciências e Técnicas do Património, Porto, p.156.

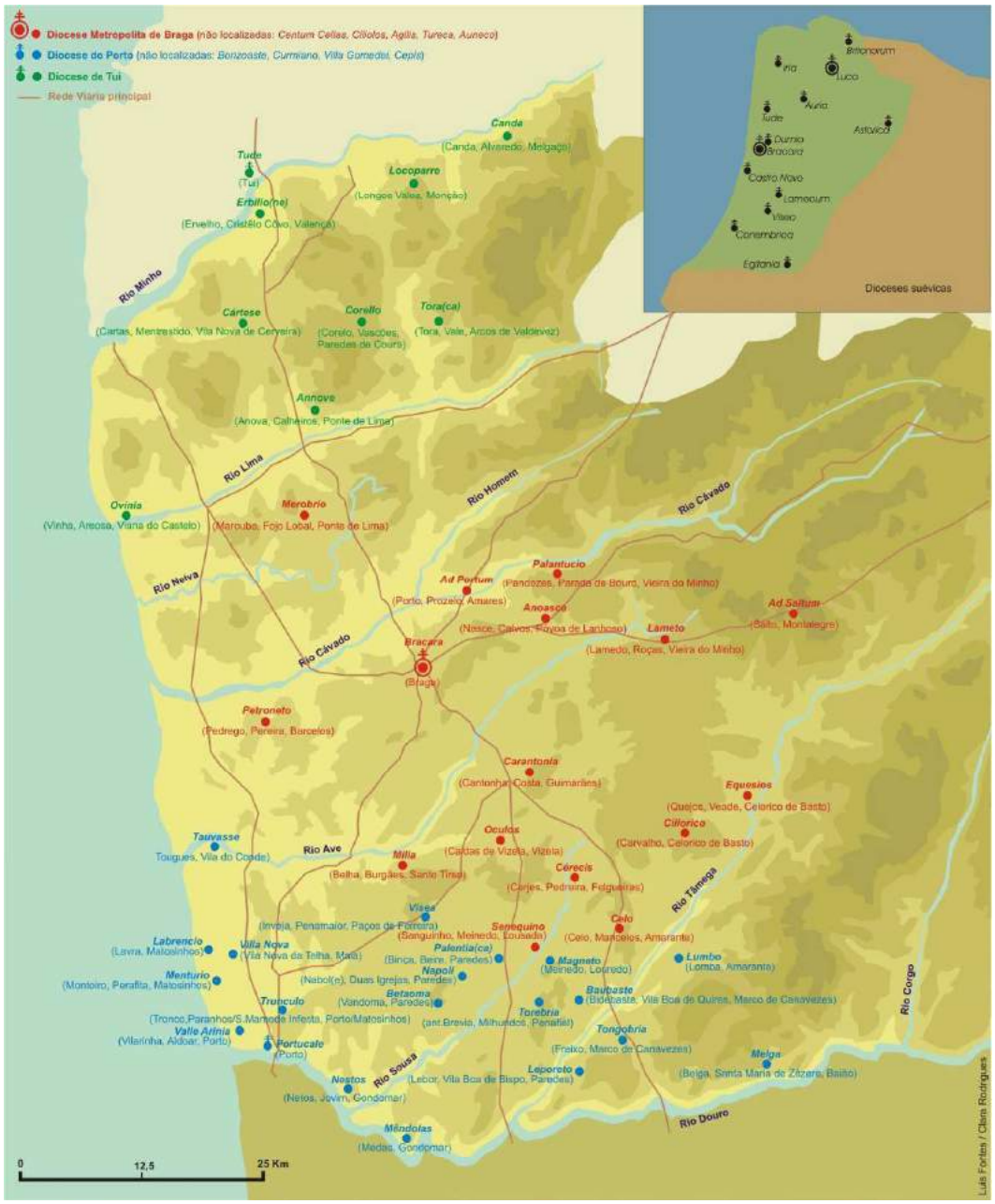
As dioceses que correspondiam ao atual território de Entre-Douro-e-Minho eram as de Braga, Porto e Tui. A diocese de Braga era a que possuía maior número de paróquias (30), seguida pela do Porto (25) e, por último, pela de Tui, com dezassete paróquias. O enraizamento da estrutura organizativa da igreja suévica terá sido suportada pelas diferentes formas de povoamento que lhe conferiram grande solidez.[76].

Parte da diocese de Tui encontrava-se entre o rio Lima e Minho, onde se localizavam oito paróquias suévicas: *Corello* (Paredes de Coura), *Loncoparre* (Monção), *Toraca* (Arcos de Valvevez), *Annove* (Ponte de Lima), *Erbilio(ne)* (Valença), *Canda* (Melgaço), *Ovinia* (Viana do Castelo) e *Cartarse* (Vila Nova de Cerveira)[77] (fig.7).

A generalidade dos estudos do concelho de Paredes de Coura não fornece muitas informações sobre este período, compreendido entre a Antiguidade Tardia e a Alta Idade Média. Para além das fontes documentais, que nos permitem assinalar a presença de uma paróquia suévica no lugar de Corelo (Vascões), as evidências arqueológicas, do período tardo antigo ou de transição para a Alta Idade Média, resumem-se a três locais: o habitat da Igreja do Bico (R3); os vestígios da Igreja em Padornelo (R59), que poderão corresponder a uma necrópole e templo da Alta Idade Média e o habitat do lugar do Paço (Cunha), que poderá situar-se no referido período de transição[78].

[76] Fontes, L.O., op. cit. p.290.
[77] Marques, J., op. cit. p.160.
[78] Almeida, C. A. B., op. cit., pp. 14, 28 e 51.

Figura 7 - Cartografia da *Divisio Theodomiri* ou Paroquial Suevo, no entre Douro e Minho (*in* Fontes, 2009).



2.3 - Idade Média

Apesar de se ter registado uma diminuição populacional nos séculos VII-VIII e das transformações originadas pelo processo de expansão, asturiana e leonesa, nos séculos IX-X e pela definição do Condado Portucalense, no decurso dos séculos X-XI, que induziram no povoamento da região, ritmos e intensidades diferentes,

determinados por contextos militares e socioeconómicos específicos, o Norte do atual território português esteve sempre povoado[79].

Contudo, é genericamente aceite que o território do Entre-Douro-e-Minho terá mantido parte significativa das suas populações, até ao terceiro quartel do século IX, apesar do quadro social e político de ausência de poderes estatais atuantes, já enquadrados nas estruturas de poder galaico-asturiano, leonês e portucalense[80].

A transição do final da Alta Idade Média (século VI-X) para a Plena Idade Média (século XI-XIII) é um período pouco conhecido, neste território. Apesar da existência de conjuntos documentais, como os compilados nos *Portugaliae Monumenta Historica*, que nos oferecem um potencial de estudo de reconhecido valor para a história da economia, da administração territorial, do povoamento e das paisagens que se desenvolveram nesse período, os estudos arqueológicos que nos poderiam fornecer informações primárias, permitindo caracterizar melhor este período, são inexistentes.

É já no século XI que se denotam alterações significativas, como o crescimento da população, a economia sustentada pela agricultura em desenvolvimento, a sociedade organizada em torno dos poderes senhoriais que garantem a defesa dos territórios e a igreja reformada[81].

Após a morte de D. Henrique, em 1112, D. Teresa recebeu autoridade condal, numa altura particularmente delicada. As investidas almorávidas punham em causa a fronteira meridional e a cidade de Coimbra, facto que levou D. Teresa a reforçar o prestígio dos cavaleiros, a sul do Douro, estratégia que, do ponto de vista militar, resultou. Contudo, o foco destes confrontos mudou-se para o Entre-Lima e Minho, conjuntura que favoreceu a instalação de várias famílias de infanções galegos, a sul do rio Minho, criando um conflito de interesses entre os barões portucalenses e os nobres da Galiza[82].

---

[79] Costa, A.J. (1997). O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga, Volume I, Irmandade de S. Bento da Porta Aberta: Braga, p.48-52.
[80] Mattoso, J. (1992). História de Portugal, Antes de Portugal, Volume I, Círculo de Leitores: Lisboa.
[81] *Idem:* 543-562.
[82] Andrade, A.A. (1994). Vilas, Poder Régio e Fronteira: O Exemplo do Entre Lima e Minho Medieval, Tese doutoramento policopiada, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa: Lisboa, pp. 153-154.

É neste contexto de conflitos de interesse, onde também entrou a igreja, que, na tentativa de recuperar a sua autoridade, D. Teresa concedeu importantes doações, o que permitiu a afirmação da mitra tudense no Entre-Lima e Minho.

A 4 de Setembro de 1125, D. Teresa doou uma série de igrejas do Entre-Lima e Minho, bem como seus pertences, à Sé de Tui, nas quais se incluía a "…*ecclesia de Sancte Marie de Colina in Coira…*"[83] (Igreja de Santa Maria de Cunha): é esta a primeira referência conhecida a Coura.

As áreas ocupadas pelas oito antigas paróquias suévicas - nesta época, meros lugares de freguesia -, foram profundamente divididas, como o demonstram as inquirições régias de D. Afonso III[84] e de D. Dinis[85], que nos dão conta de circunscrições mais pequenas, denominadas julgados: as unidades básicas de divisão administrativa civil, substituta da anterior divisão eclesiástica[86].

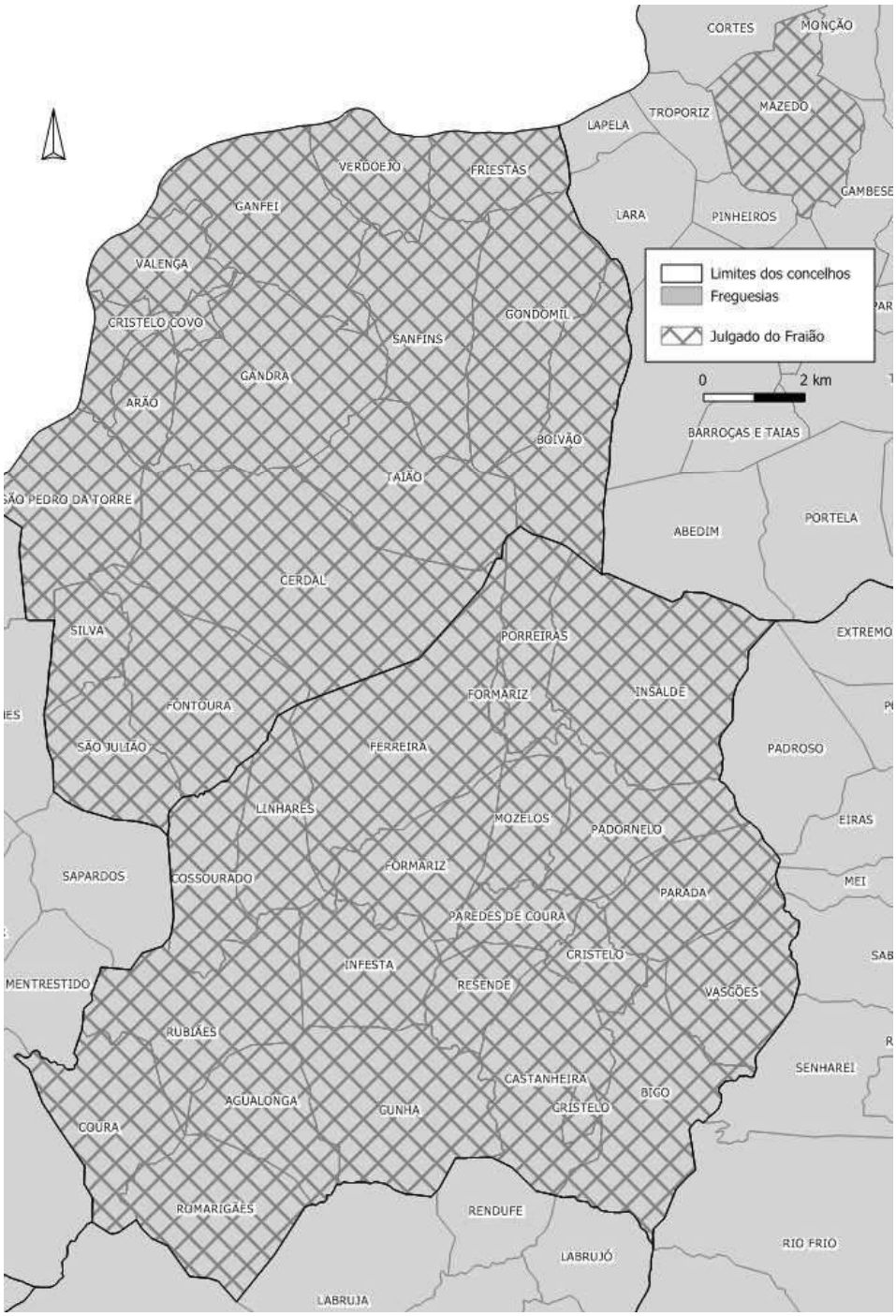
Nas referidas inquisições, datadas do século XIII, o espaço territorial correspondente ao atual concelho de Paredes de Coura encontrava-se adstrito a uma unidade político-administrativa mais vasta: o Julgado de Fraião, que incorporava, também, as freguesias dos atuais concelhos de Valença e de Monção (fig.8).

Os episódios que estiveram na origem do estabelecimento da fronteira luso-galega demonstram que foi um processo longo, que se inicia com a consolidação e divisão do domínio do território e com a atribuição deste a senhorios e mosteiros de acordo com a sua ligação à soberania de um país ou de outro. A hierarquização do território entre o Lima e o Minho faz-se segundo as condicionantes do relevo, a rede hidrográfica e a adaptação à rede viária romana existente, onde os castelos e os mosteiros assumiram um papel preponderante enquanto ordenadores dos núcleos urbanos[87].

---

[83] Azevedo, R. P. ed. lit., op. cit. pp. 88-89.
[84] PMH, Inq., op. cit., pp. 356-369.
[85] Pizarro, J. A. S., op. cit., pp. 79-113.
[86] Marques, J., op. cit., pp.160-161.
[87] Andrade, A. A. (1994) Vilas, Poder Régio e Fronteira: O exemplo do Entre Lima e Minho Medieval, Dissertação de Doutoramento apresentada na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa. pp. 182-185.

Figura 8 - Hipotético limite do julgado de Fraião sobre o mapa administrativo actual (*in* Andrade, A. A., 1994).



A estratégia militar deste período passava pela implantação de fortalezas isoladas e com guarnições muito pequenas que pudessem defender áreas mais ou menos alargadas[88].

[88] *Idem,* p. 186.

Era o caso do castelo de Fraião que, implantado numa zona de relevo pouco pronunciado, tinha como principal objectivo a proteção do troço da via Romana, que ligava os principais núcleos urbanos do Entre-Douro-e-Minho aos grandes centros episcopais, como era o caso de Santiago de Compostela[89].

O Castelo de Fraião situava-se no Alto do Avelão, freguesia de Boivão (Valença), não se sabendo ao certo se seria uma estrutura pétrea, já que não foi detectado qualquer indício de construção. As referências bibliográficas indicam-nos que a estrutura ainda existia em finais do século XVII; hoje, porém, apenas são visíveis uns entalhes na rocha, parte integrante da barreira, feita em materiais perecíveis, à entrada no castelo[90].

O mais antigo conjunto de referências, relativas ao Castelo de Fraião, aparece nas inquirições de 1258, de D. Afonso III, onde surgem elencadas, as diversas contribuições militares a que as populações do Julgado de Fraião estavam sujeitas, nomeadamente: a obrigação da anúduva, a de prestar serviço no castelo, a de dar madeira ou de servir interesses bélicos.

Em tempo de guerra, o reforço das guarnições, de modo a melhorar a sua resistência a ataques inimigos, era feito com os homens das freguesias que lhes estavam adstritas, como é o caso de Insalde, que deviam acorrer ao castelo quando chamados, "*que os d Ansaldi, se se guerra levantar ou encerco veer a esse devandito castello de Froyam, amse meter in esse castello cum seus corpos et cum seus averes; et se o Alcayde desse castello coyta ouver et dele depender, pagar pois esse aver que despender ao partimento da guerra per mao do Joiz*"[91].

O contributo mais frequente, contudo, eram as prestações de anúduva, que consistiam na obrigação de trabalhar nas obras de construção e reparação de todas as edificações militares. Do atual concelho de Paredes de Coura, que fazia parte do Julgado de Fraião, só "*Sancti Mametis de Ferraria*" – atual freguesia de Ferreira - não estava obrigada a prestar este serviço[92]. Estas prestações de anúduva afastavam os homens

---

[89] *Idem,* p. 187.
[90] Almeida, C.A.B.; Soeiro, T.; Barroca, M.J. (1995). Estação arqueológica do castelo de Fraião (Boivão – Valença), Revista Portugália – Nova Série, vol. XVI, Porto, p.313-315.
[91] PMH, Inq., op. cit., p. 363.
[92] *Idem,* pp. 357-369.

dos trabalhos agrícolas por tempo indeterminado, dependendo da morosidade dos trabalhos que eram chamados a realizar.

Para além das anúduvas e dos serviços de carácter bélico, os moradores de algumas freguesias tinham, ainda, a obrigação de entregar madeira ao castelo. As populações que ocupavam a freguesia de Infesta tinham de levar a madeira, já devidamente trabalhada "*… dixerunt que do Casal de Petro Gago de Valinas, et do Casal do Fogioo, et do Casal do Sovereiro de Pelagio Petri, et do Casal de Rua de quintas, et do Casal de Mariola am a talar et a esnoar a madeira porá o Castelo quanta lis mandar o Castellari, assi quomo é in seu uso...*"[93]. Em S. Martinho de Vascões do "…*Casal de Mido Mauro vam ao castello levar a madeira*…", acrescentando que "…*todos desta collatione … metem a madeira no Castello…*"[94], bem como o Casal da Cavaleira em S. João do Bico.

Garantir o fornecimento de água, imprescindível à vida diária do castelo, estava a cargo do Casal do Rego (Insalde), propriedade do rei e do rico homem, a quem incumbia fazer o rego para o castelo, como é referido pelos inquiridores "*et fazem o rego da agua pora o Castello,scillet, da poza do resayo ataes o seixo da porta do castello de Froyam…*", acrescendo que, os "… *filos e netos de Gondemar o tanio am a fazer o rego pora o castelo per que vay a agua*…"[95]. O rego para o castelo deveria descer do morro vizinho às Furnas, designado por Castelo, na carta militar.

O abastecimento do castelo com bens alimentares também era assegurado pelas populações vizinhas; assim acontecia com a *collatione* de Mozelos "*… et dam ao Mayordomo d el Rey et ao Casteleyro senas vezes a comer in cada mes…*"[96], com a vila de Porreiras (Rabe) "… *et dam vida ao Castelario senas vezes in cada mes* …"[97], com o Casal da Lagea e com o já referido Casal do Rego, ambos em Insalde "*…et vida ao Mayordomo et ao casteleiro in cada mes j.ª vez …*"[98].

---

[93] *Idem,* p. 361.
[94] *Idem,* p. 358.
[95] *Idem*: p. 362.
[96] *Idem,* p. 357.
[97] *Idem, ibidem.*
[98] *Idem,* p. 362.

No seio desta organização militar, alguns senhores da Terra de Fraião e Tenentes do Castelo, seriam de origem local, tal como referem os inquiridores de 1258 e como é o caso de D. Paio Guterres. Elemento de uma família da vizinha freguesia de S. Julião da Silva (Valença), que apesar de já ter falecido há mais de um século ainda registavam na freguesia de Mozelos: "… *que a Reyna dona Tarasia deu esta devandita ecclesia a don Pelagio Goterriz in sua vida, et depos morte desse devandito Pelagio Goterriz que a desse a Sancta Maria doya et a Sanctus Salvator de Ganfey por alma dessa Reyna dona Tarasia et de todolos outros Rex que depos ela veessem*…"[99]. Outros senhores são claramente referidos, por terem exercido estas funções no Julgado de Fraião, como é o caso de D. Mendo Dias, que detinha, inclusive, a ermida e herdade de Gontrode (Castanheira)[100]. O mesmo sucede com D. Martim Soares que, em altura desconhecida, deteve a tenência: "… *Martinus Suariz, que tenia a Terra*…"[101] e D. Martim Peres da Maia que estava na tenência entre 1174 e 1211, quando D. Sancho I outorgou a carta de Couto do termo de Valença "… *et virom erger os Coutos in termio de Valentia a Pelagio Gunsalvi Carramondo et a Martino Nuniz portario per mandado d el Rey don Sancio I.º, et a outros moitos omees d el Rey que y andanam: et in aquel tempo tenia a Terra don Martinus Petri, filo de don Petro Pelaiz alferaz*…"[102].

2.3.1 - Territorialidade local

O elenco das circunscrições administrativas do Entre-Lima e Minho, no século XII, pode ser conhecido através de um documento de cariz eclesiástico, dirigido por Afonso VII ao bispo e cabido de Tui, onde são referidas as terras de Valadares, Pena Rainha, Coira, Cerveira, Marítima e de Riba Lima[103].

As fontes medievais são omissas quanto às origens do município de Paredes de Coura, facto que impede a sua inclusão nos municípios medievais. Em 1321, a

---

[99] "… *que da ermida de Gontrode cum sua erdade, que era regaenga, que don Menendo Diaz, que tunc tenia a Terra, filou a et deu a a seu filo; et seu filo testou a á See de Tuy: et todo isto devandito ouvirom dizer a seus avoo et a seus padres* …" *Idem,* p. 357.
[100] *Idem,* p. 363.
[101] *Idem, ibidem.*
[102] Idem: 365.
[103] Costa, A. J. (1983) Comarca eclesiástica de Valença do Minho – Antecedentes da diocese de Viana do Castelo, in Actas do I Colóquio Galaico Minhoto, Ponte de Lima, Vol. I, p. 157.

chancelaria de D. Dinis menciona a localidade de Riba Minho que, em documentos posteriores, se confirma corresponder ao julgado de Fraião. Em 1361, D. Pedro I confirmou ao concelho de Fraião os seus foros, bons usos e costumes, dispensando-o da submissão ao concelho de Valença[104], confirmação que seria reiterada, mais tarde, em 1385, por D. João I.[105]

Num documento de 1399, é referida uma doação de *Fernand Eannes de Lima,* incluindo várias terras, de entre as quais as terras de Fraião e de Coira[106]. Mais tarde, em 1429, o mesmo rei D. João I, expede um documento onde refere, explicitamente, que *Lionel de Lima* tenha as terras de seu irmão *Alvaro Rodriguez de Lima*, nas quais aparecem incluídas, uma vez mais, as terras de Fraião e de Coira[107]. Quatro anos mais tarde, já no reinado de D. Duarte, são confirmadas estas terras, a *Lionel de Lima*[108].

A afirmação da territorialidade da freguesia está vinculada aos direitos e fiscalidade civis, representados pela coroa e realizados plenamente, apenas, no século XIII, época em que os termos *ecclesia* e *collatione* deram lugar, respectivamente, às designações de "paróquia" e "freguesia", vocábulos que, a partir de então, passaram a ter o mesmo significado [109].

Esta concordância da organização territorial eclesiástica com a civil, fixada no decurso do século XIII, parece estar patenteada nas inquirições de 1258, onde aparece sempre, à cabeça dos jurados, a par do *judex* nomeado pelo rei, um *prelatus* ou pároco; exceção feita para as freguesias de Cunha, Romarigães e S. Martinho de Coura[110].

É, pois, apenas a partir de meados do século XIII, que se pode falar, fundamentadamente, de territorialidade local. Em concomitância, é evidente a sobreposição entre as circunscrições territoriais eclesiásticas (*ecclesia*/paróquia) e civis (*collatione*/freguesia), determinada por razões de ordenamento fiscal.

---

[104] Capela, J. V., op. cit., p.15.
[105] Dias, J. J. A., ed. lit. (b), op. cit., p. 256.
[106] Dias, J. J. A., ed. lit. (d), op. cit., p. 123-124.
[107] Dias, J. J. A., ed. lit. (e), op. cit., p. 165-166.
[108] Dias, J. J. A., ed. lit. (f), op. cit., p. 60-61.
[109] Almeida, C.A.F. (1987). Alto Minho, Novos Guias de Portugal, 5, Editorial Presença, Lisboa, p.28.
[110] PMH, Inq.: pp. 356-369.

Desconhece-se, em absoluto, os limites físicos de cada *collatione,* neste período. As fontes disponíveis apenas fornecem, com algum rigor, os limites das propriedades do rei dentro de cada uma das freguesias,[111] permitindo fazer uma descrição, meramente parcial, do território.

As demarcações administrativas divergiam, certamente, dos limites das atuais freguesias, havendo lugares e povoações que, no século XIII, pertenciam a determinada freguesia e, hoje, integram uma outra: é o caso de Belide que pertencia, à época, a Resende e faz, agora, parte de S. Martinho de Vascões[112]. Havia, também, lugares que estariam divididos por duas freguesias: como é o caso de Estevão, que aparece mencionado na freguesia de Cristelo e, também, na de Bico e, actualmente, pertence, apenas, a esta última.[113] Neste caso, pode acontecer que a divergência seja apenas induzida pela ausência dados toponímicos, mas, tal como acontece hoje em dia, não é inviável um lugar pertencer a duas freguesias diferentes.

A demarcação do território é feita, sobretudo, pelos limites naturais, por linhas de festo e linhas de água, o que traduz uma apropriação do espaço ligada às condicionantes geomorfológicas. Raras vezes, surgem referências a marcos construídos, como é o caso do Marco da Senra e da ventosa Marco da Ventosa, que fazem parte dos limites de duas propriedades do rei, em Castanheira,[114] e do Marco da Codeseda, igualmente de uma propriedade do rei, na freguesia de Resende[115].

Às freguesias eram impostas várias obrigações, desde o pagamento de rendas à prestação de serviços, alguns dos quais de aplicação geral à comunidade e, como tal, fomentadores da ideia de identidade territorial, de que é exemplo a obrigação que

---

[111] Efetuamos algumas tentativas de demarcação, no território atual, destas propriedades do rei, trabalho que não foi possível concluir pela falta de identificação/localização de alguns locais/topónimos no terreno.
[112] Na demarcação de uma propriedade do rei na freguesia de Rezende"…*que del a Sebe Pedrina ataes o rio de Belide, quomo parte cum Castineira, é d el Rey de xvj quinoes uno*…" Idem: 363.
[113] Idem: 358. Sottomayor Pizarro, J. A., op. cit., p. 93.
[114] *"… o Monte do carregal et das Maes et do Muro, quomo parte pelo padrom, et inde pela agua de Linares quomo vai entrar no Rio das Cernadas a enfesto, et inde quomo vay pelo Ribeiro que vem do Esporom, et inde ao penedo que parte o Regaengo da erdade dos Cavaleiros, et inde quomo se vem aa fonte do Savogueiro que entra no Carregal, et inde quomo parte pela Cerdeira, et inde ao Marco da Senra, et inde quomo se fiiz pelo padrom in que primeiro divisamos…"; "…do Monte do Espineiro velio, et das Cernadas quomo parte pela fonte do Savugueiro, et inde ao penedo da Gavya, et inde ao Marco da Ventosa…"* PMH, Inq., op. cit., 356.
[115] *"…Monte Fondom, quomo parte pela Ousia, et inde pela Sebe Pedrina, et inde quomo parte pelos cadavaes, et inde pelo marco da Codeseda…"* Idem: p. 363.

recaía sobre "… *os da vila de Castineira sunt monteiros d el Rey et vam a seu monte correr antre Limia et Minio*…"[116].

Quanto aos elementos que fomentam a identidade territorial, a vila destaca-se, de entre as demais unidades de organização social do espaço. A vila designava um território, com dimensões variadas, apropriado por uma comunidade de aldeia, integrando por vezes vários núcleos de povoamento que, em alguns casos, acabavam por se transformar num território destacado, ou numa mera unidade residencial e/ou exploração de modestas dimensões[117]. Da análise documental efectuada, é possível sinalizar dois destes conceitos de vila. A vila, enquanto aldeia, está presente em várias partes das inquirições já citadas, como sejam: "…*que os da vila de Castineira*…", "…*que a vila das Porreiras*…", "…*da vila de Stevayn*…"[118] e "…*logar que chaman Stevayn en Cima de Vila*…"[119].

A outra concepção de vila surge nas mesmas inquirições, a propósito da *Vila d'Antas, que* é referida de forma destacada das restantes freguesias/*collationes*, de que o rei possuía uma parte[120]. Este tratamento diferenciado sugere-nos um território supra local destacado, no qual Rui de Antas deveria ser a principal figura da administração e posse da terra, tal é o destaque que lhe é dado no final da inquirição[121]. Nas inquirições de D. Dinis, este estatuto de território supra local parece desaparecer, já que não é referida a Vila de Antas mas sim o lugar de Antas, pertencente à freguesia de *Sam Petro de Ruvhaes* (S. Pedro de Rubiães) "…*en Antas ha hŭa casa de Roy d' Antas*…"[122].

Aliás, é nas inquirições de D. Dinis onde surge, com mais frequência, a designação de lugar. Dos 79 lugares mencionados no *corpus* documental foi possível localizar,

---

[116] *Idem:* p. 357
[117] Marques, André E. (2012) Paisagem e povoamento: da representação documental à materialidade do espaço no território da diocese de Braga (séculos IX-XI). Dissertação de Doutoramento em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, p. 413.
[118] PMH, op. cit., pp. 356, 357 e 358.
[119] Sottomayor Pizarro, J. A., op. cit., p. 87.
[120] "…*que da vila d Antas há el Rey a meya minus un quarto*…" PMH, op. cit., p. 356.
[121] "…*Martinus Martiniz é conlazo de Roy Martiniz d Antas, et defende se per y de voz et caomia et de anuduva et de loitosa*…"[121] PMH, op. cit., p. 356. Esta vila está isenta ou escusa-se de pagar se chamassem o mordomo do rei para se fazer justiça, de fazer trabalhos de reparação em estruturas militares e de os seus herdeiros pagarem o imposto sucessório ao senhor após a sua morte.
[122] Sottomayor Pizarro, J. A., op. cit., p. 108.

parcialmente, 43 deles (fig.9)[123]. Com base nos elementos recolhidos nestas inquirições pudemos inferir que estes lugares possuíam o mesmo significado que a vila/aldeia, uma vez que é usual, ao nome do lugar acrescer a expressão: "em outra casa"[124]. Ou seja, aqui o vocábulo *lugar* terá o mesmo significado de vila/aldeia, acima referido, apesar de subsistirem algumas dúvidas quanto aos lugares de *João Maçide* (Infesta), *Cas Pero Alvo* e Ganfey (Insalde) que parecem designar propriedades particulares e de instituições religiosas, respectivamente.

Não é claro que o mesmo suceda com a pequena faixa de território entre Porreiras e Ferreira, hoje pertencente a Formariz, onde se evidencia o topónimo Reirigo, na inquirição de Formariz, que nos dá a saber que "…*Petrus de Reirigo criou filho de Petro Johannis de Troite…"*[125], e por isso se escusava ao pagamento de direituras.

No *corpus* documental analisado é também explícito que o Lugar de Espadanal estaria inserido no meio do território pertencente a Castanheira, não tendo qualquer contacto físico com a freguesia de Cristelo, à qual pertencia[126].

---

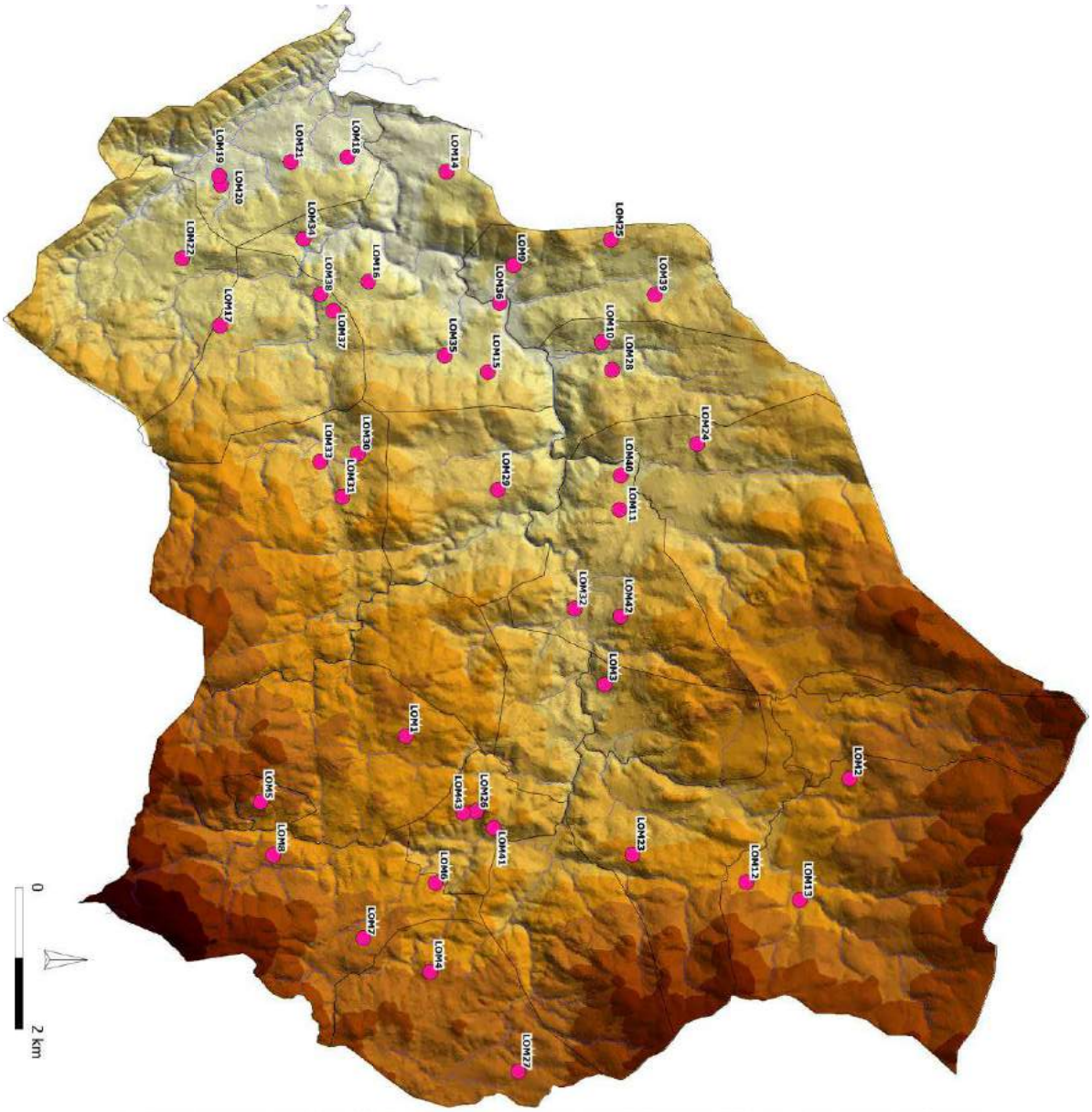
[123] Idem: pp. 79-113. Ficaram por identificar/localizar: Geydo e Alvanes – Castanheira; Souto – Moselos; Eira velha, Velassal – Vascões; Avelançi, Gilhadi, Adega, Bacamhães e Medes – Cossourado; Bouçoo, Cruz, Barrho e Barrho d´alem – Linhares; Quintãs e João Maçide – Infesta; Ribeiro e Chousal – Formariz; Pereiro, Pousa, Cas Pero Alvo, Leyroos, Alvarinho, Quintãs, Carreiro e Ganfey – Insalde; Pedraga-Moreira, Fonte Seca e Valinho – Rubiães; Santiago – Romarigães; Vila Nova e Crescony – S. Martinho de Coura; Quintãs e Além Parte – S. Paio de Agualonga; Casal da Goda e Tatin – Paredes. Quanto as freguesias de Ferreira e Parada não possuímos qualquer informação no corpus documental analisado.

[124] "… *que en esse logar que chamam Pereyro en outra cassa criaron filha de Pero Gonçalviz*…" Sottomayor Pizarro, J. A., op. cit., p. 93.

[125] Sottomayor Pizarro, J. A., op. cit., p. 93. PMH, op. cit., pp. 358.

[126] PMH, op. cit., p. 361.

Figura 9 - Lugares de origem medieval identificados



LOM1	LOM1 - Lugar Salmir (Castanheira)
LOM2	LOM2 - Lugar de Vilarinho (Porreiras)
LOM3	LOM3 - Lugar de Afi (Moselos)
LOM4	LOM4 - Lugar de Belãdi (VascÃµes)
LOM5	LOM5 - Lugar d'Espadanal (Cristelo)
LOM6	LOM6 - Lugar de Stevayn (Cristelo)
LOM7	LOM7 - Lugar de Lussio (Bico)
LOM8	LOM8 - Lugar de Vençemar (Bico)
LOM9	LOM9 - Lugar de Nugeyra (Cossourado)
LOM10	LOM10 - Lugar Eyrroo (Linhares)
LOM11	LOM11 - Vila Meyãa no Outeiro (Formariz)
LOM12	LOM12 - Lugar de Rebordaos (Insalde)
LOM13	LOM13 - Lugar de Cima de Vila (Insalde)
LOM14	LOM14 - Lugar d'Antas (Rubiães)
LOM15	LOM15 - Lugar Rodriçeo (Rubiães)
LOM16	LOM16 - Lugar que chamam de Casal (Rubiães)
LOM17	LOM17 - Lugar de Morgadi (Agualonga)
LOM18	LOM18 - Lugar de Fonte d'Ello (Coura)
LOM19	LOM19 - Lugar da Costa (Coura)
LOM20	LOM20 - Lugar de Ramalhal (Coura)
LOM21	LOM21 - Lugar de Barreyros (Coura)
LOM22	LOM22 - Lugar do Outeyro de Portela (Romariguães)
LOM23	LOM23 - Lugar de Figoo/Fojoo (Padornelo)
LOM24	LOM24 - Lugar da Cruz (Linhares)
LOM25	LOM25 - Lugar de Suadeyro (Cossourado)
LOM26	LOM26 - Lugar do Cortical (Cristelo)
LOM27	LOM27 - Lugar de Fondo do Rio (VascÃµes)
LOM28	LOM28 - Lugar do Barreiro (Linhares)
LOM29	LOM29 - Lugar das Quintaas (Infesta)
LOM30	LOM30 - Lugar de Payções (Infesta)
LOM31	LOM31 - Lugar Outeyro (Infesta)
LOM32	LOM32 - Lugar de Manteiaaes (Formariz)
LOM33	LOM33 - Costa (Cunha)
LOM34	LOM34 - Gondia (Rubiães)
LOM35	LOM35 - Lugar de Savariz (Rubiães)
LOM36	LOM36 - Lugar Vila Chaa (Rubiães)
LOM37	LOM37 - Lugar da Lama (Rubiães)
LOM38	LOM38 - Gandera (Rubiães)
LOM39	LOM39 - Lugar de Peçani (Cossourado)
LOM40	LOM40 - Lugar do Ribeyro (Formariz)
LOM41	LOM41 - Lugar de Clastelo (Cristelo)
LOM42	LOM42 - Lugar Boyamonte (Formariz)
LOM43	LOM43 - Lugar de Quintãs (Cristelo)

No campo eclesiástico a situação é semelhante. Até ao século XIV, desconhece-se a localização exata das igrejas de Paredes de Coura, com exceção da Igreja de Rubiães; das restantes, apenas a partir de 1320,[127] através de um inventário das igrejas do reino, registada no Bispado de Tui e Arcediagado de Cerveira, se conhece a sua localização precisa. Neste documento as igrejas são referidas de forma individualizada; esta individualização, de cariz tributário, tinha igual expressão territorial, pois estava em questão a afectação de rendimentos específicos, provenientes de comunidades bem definidas e diferenciadas economicamente. As taxas a pagar por cada igreja eram sustentadas pelos rendimentos das populações, definidas em função de uma territorialidade precisa e exclusiva (quadro 1).

A topografia cristã deste período não se resumia às igrejas, sabendo-se, através das inquirições de 1258, da existência de duas capelas de génese distinta: a ermida de Gontrode em Castanheira, que parece estar integrada na herdade do mesmo nome, constituindo, assim, um templo particular[128] e, a ermida de S. Tiago[129], que aparece referenciada, dentro dos limites do Monte de *Sancto Jacobo* (S. Tiago), propriedade real, situada na freguesia de Padornelo. Existe, actualmente, neste local, uma capela de S. Tiago, já mencionada nas memórias paroquiais de 1758, como sendo um convento de templários[130]. Inexistem dados primários que permitam afirmar, incontestadamente, que se trata da mesma capela, mas das fontes resulta que a sua origem é, muito provavelmente, de origem medieval.

---

[127] Este inventário surge no âmbito do acordo efectuado entre D. Dinis e o Papa João XXII em que a igreja se comprometia a dar um décimo do rendimento de todas as igrejas do reino para combater os mouros, daí ser importante este inventário com as rendas eclesiásticas que foi executado pelo Bispo de Coimbra, D. Raimundo. (Almeida, F., op. cit., p.90).
[128] "*… que da ermida de Gontrode cum sua erdade…"* PMH, Inq., op. cit., p. 356.
[129] *"… et in este davandito monte stá una ermida que chamam Sanctus Jacobus…"* Idem: 363.
[130] Capela, J. V., op. cit., p. 269.

Quadro 1 - Rendas eclesiásticas de Paredes de Coura em 1320[131]

1320	Libras
Igreja de S. Pedro da Castanheira	60
Igreja de S. Miguel de Rabel	10
Igreja de S. Paio de Moselos	20
Igreja de Santa Maria de Paredes	30
Igreja de S. Pedro de Vascões	30
Igreja de S. Miguel de Crastelo	30
Igreja de S. João do Bico	30
Igreja de Santa Maria de Cossoirado	80
Igreja de Santa Maria de Linhares	25
Igreja de S. Tiago de Infesta	22
Igreja de S. Pedro de Formariz	70
Igreja de S. Mamede de Ferreira	80
Igreja de Santa Maria de Exado (Exaudi)	40
Igreja de S. Salvador de Resende	10
Igreja de Santa Maria de Padornelo	60
Igreja de Santa Maria de Cunha	40
Igreja de S. Pedro de Rubiães	100
Igreja de S. Tiago de Romarigães	40
Igreja de S. Martinho de Coura	60
Igreja de S. Paio de Rubiães	30
S. Felix de Parada	20

A identidade paroquial remetia a igreja para a prática de cobrança de dízimos, da administração do baptismo e do direito a ser sepultado; práticas essas que, pelo facto de serem de aplicação exclusiva à respectiva comunidade paroquial, se consolidaram como poderosos factores de integração territorial.

As evidências arqueológicas, associadas a templos e enterramentos no concelho de Paredes de Coura, são avulsas e pouco significativas, com algum destaque, apenas, para as referentes à Igreja Românica de Rubiães (fig.10).

De facto, o indício mais significativo deste período é a Igreja Românica de S. Pedro de Rubiães. Apesar de não ser um templo geograficamente localizado nas margens do rio Minho, apresenta afinidades estilísticas com o estaleiro da Sé de Tui e demais igrejas da província de Pontevedra. Numa primeira fase, terá sido conotada com o período tardio de influência galega, com base na leitura de uma inscrição, no portão principal, feita em época desconhecida, que apresentaria o ano de 1295 (1257 da nossa era). Inicialmente, esta inscrição, foi interpretada como correspondendo à data de conclusão das obras, mas, mais recentemente, foi reinterpretada como indicando o ano de 1240 (1202 da nossa era) uma vez que o penúltimo caractere da epígrafe não

[131] Almeida, F., op. cit., pp. 113-114.

deve corresponder a um "V", mas sim a um "X" aspado. Na frente da igreja foram detectados dois níveis de sepulturas e lápides, integráveis, também elas, no século XIII[132].

Figura 10 - Igreja de Rubiães.

Das restantes igrejas, que certamente fariam parte do território medieval de Paredes de Coura, pouco ou nada sabemos. Para além das referências documentais à Igreja de Santa Maria de Cunha, que foi doada à Sé de Tui por D. Teresa[133], à Igreja de S. Paio de Moselos, que a mesma rainha doou a D. *Pelagio Goterriz*[134] e à Igreja de S. Martinho de Coura, que o rei D. Sancho I (entre 1185 e 1211) doou ao abade e a *Carvom*[135], apenas subsistem alguns vestígios construtivos desses templos, como é o caso dos cachorros integrados na atual igreja de Santa Maria de Cunha e de dois possíveis cachorros integrados na estrutura da Igreja Velha de Parada. Não é claro se estes templos se encontram no local original de edificação daquelas igrejas, já que não foi obtida qualquer outra fonte primária ou documental que se relacione com estes espaços de culto.

---

[132] Almeida, C.A.F. (1987) História da Arte em Portugal – O Românico, Lisboa, p. 91-92.
[133] Azevedo, R. P. ed. lit., op. cit. pp. 88-89. PMH, Inq., op. cit., 367.
[134] "*…que a Reyna dona Tarasia deu esta devandita ecclesia a don Pelagio Goterriz, et depos morte desse devandito Pelagio Goterriz que a desse a Sancta Maria doya et a Sanctus Salvator de Ganfey por alma dessa Reyna dona Tarasia et de todolos outrps Rex que depos ela veessem*…" PMH, Inq., op. cit., 357.
[135] "*… ouviram dizer que meya desta ecclesia era regaenga, et que el Rey D. Sancio I.º a Abbade et a Carvom*…" Idem: 368.

Figura 11 - Cachorros integrados na actual Igreja de Cunha.

Figura 12 - Possíveis cachorros integrados na estrutura da antiga Igreja de Parada.

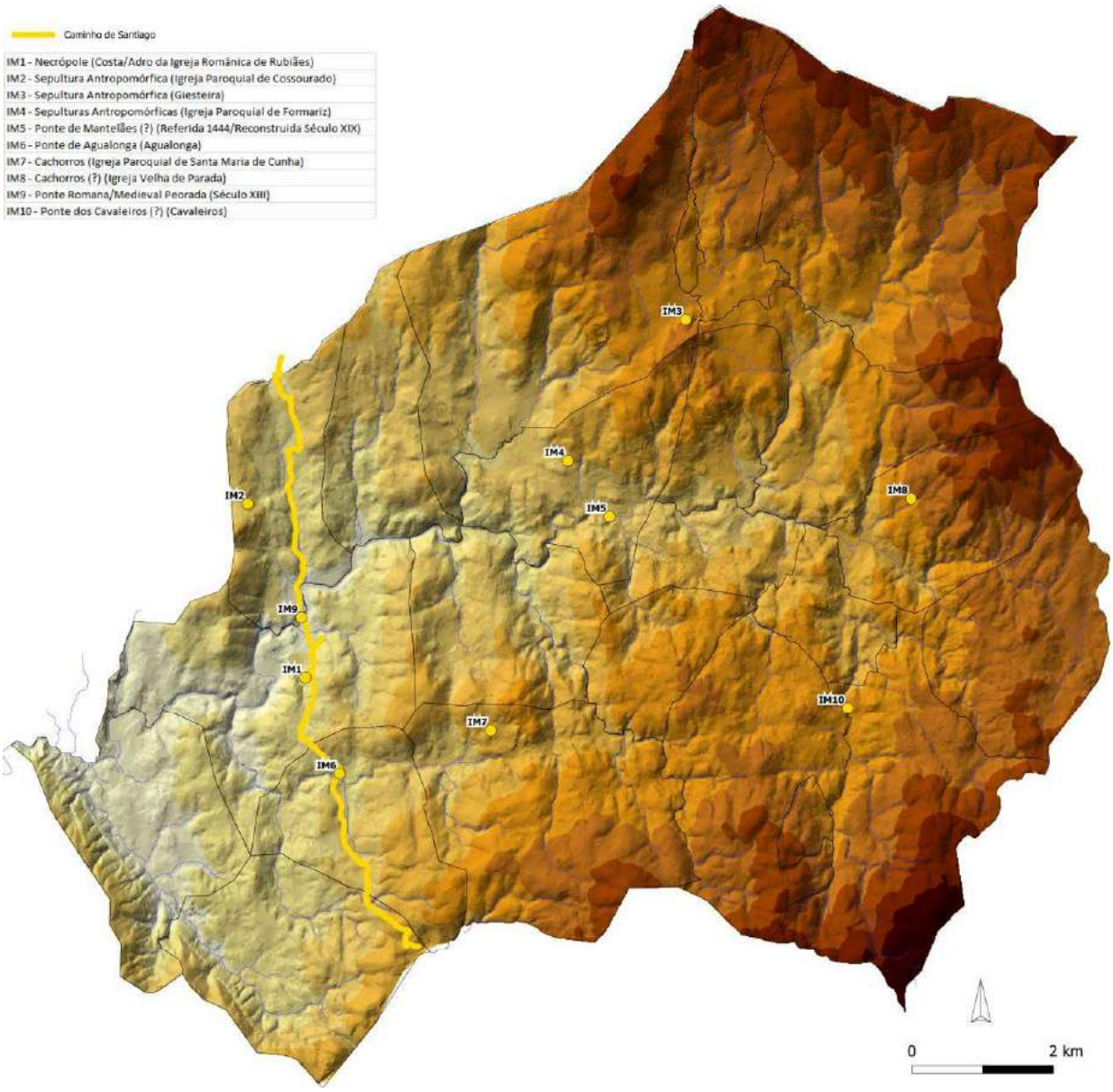
A prática antiga de os paroquianos se fazerem enterrar no adro, ao abrigo do templo, indica que as igrejas paroquiais de Formariz e Cossourado se fundaram, originalmente, no local onde ainda hoje permanecem, apesar de os templos atuais serem de época moderna e contemporânea. A presença de sepulturas antropomórficas (IM2 e IM4) nos adros das atuais igrejas poderá demonstrar a centralização, desde então, do espaço funerário paroquial.

No sopé Norte do Monte da Giesteira, em Venade, encontra-se uma sepultura antropomórfica escavada na rocha e já descrita por Narciso C. Alves da Cunha, na publicação "No Alto Minho"[136].

As sepulturas rupestres, com antropomorfismo, surgem por volta do século IX, e são reveladoras de uma nova preocupação das populações: era evitar qualquer desvio da posição do crânio do defunto, para manter a verticalidade da cabeça olhando o céu. Encontraremos essa mesma preocupação nas sepulturas estruturadas em pedra trabalhada dos séculos XI-XIII e nos sarcófagos antropomórficos, a partir dos séculos XI-XII[137].

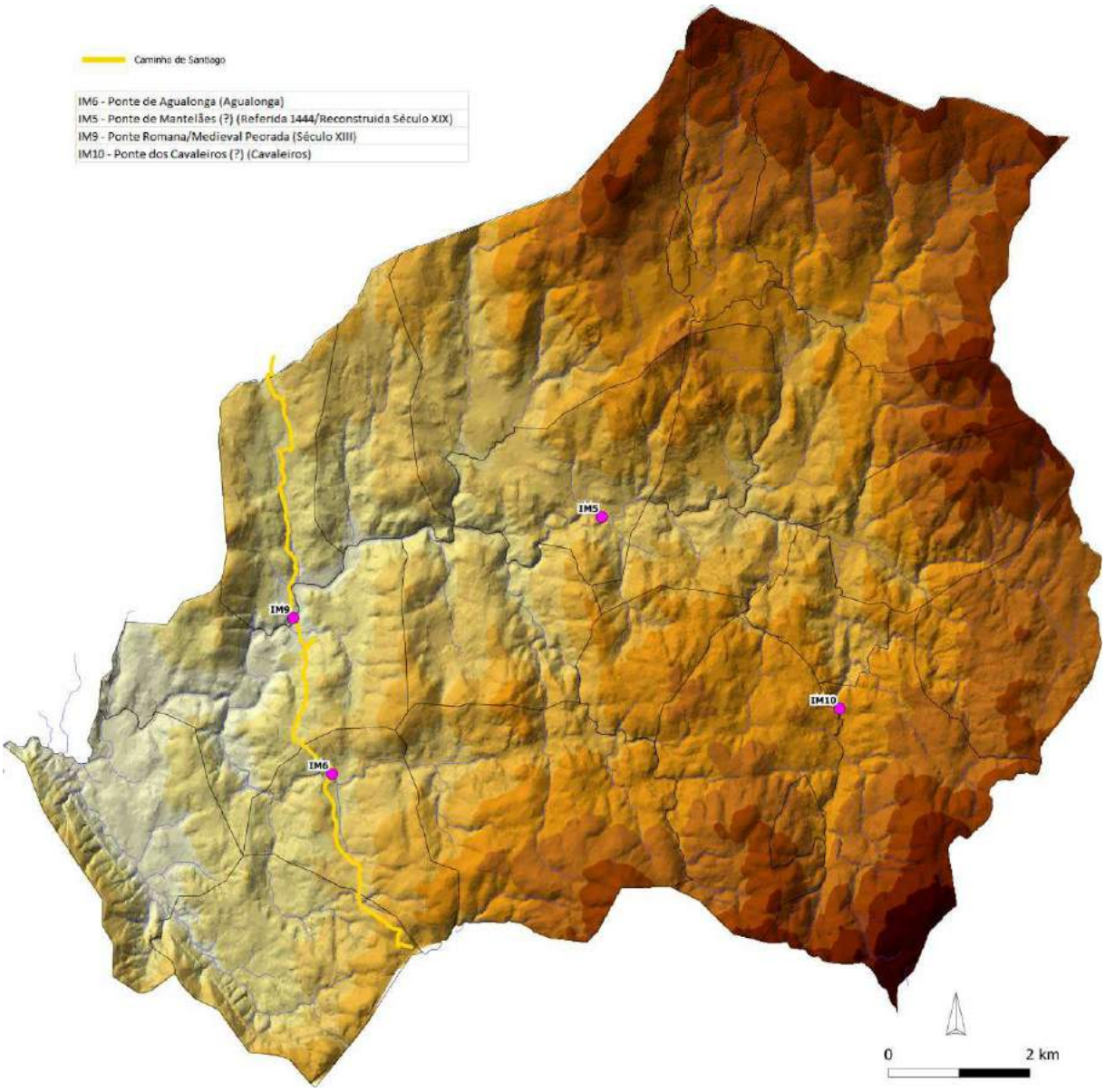
[136] Cunha, N. C. A., op. cit., pp. 124-125.
[137] Barroca, M. J. (2010-2011) Sepulturas escavadas na rocha de Entre Douro e Minho", Portvgalia, nova série, 31-32, DCTP-FLUP, Porto, pp. 138 e 149.

Figura 13 - Localização de arqueossítios da Idade Média



As vias e as pontes eram, também, um elemento importante na afirmação da territorialidade, neste período, já que eram elas que asseguravam a circulação de pessoas, bens e produtos, ajudando à fixação das populações.

Figura 14 - Caminho de Santiago e pontes medievais



Como já referimos anteriormente, a ponte de Rubiães terá origem romana, apesar de não evidenciar as características típicas da construção dessa época. Todavia, a sua localização no contexto viário regional e a circunstância de que, geralmente, os caminhos medievais reaproveitaram e retrilharam os anteriores trajetos romanos, reforçam a hipótese dessa sua origem. O tabuleiro em cavalete poderá confirmar a sua reutilização/reforma na Baixa Idade Média e, apesar de não ser possível precisar a data desta obra, é provável que tenha acontecido nos séculos XIII-XIV[138].

[138] Almeida, Carlos A. F. (1995) As vias medievais no Norte de Portugal, in 'Caminhos Portugueses de peregrinação a Santiago Itinerários portugueses', Ed. Xunta da Galicia/CRAT, pp. 339-356.

Figura 15 - Ponte Romana/Medieval de Peorada - Rubiães.

A ponte de Agualonga demonstra técnicas construtivas, muito similares à ponte de Rubiães. É construída em cantaria de granito, com um arco de volta inteira onde assenta um tabuleiro em cavalete, pouco pronunciado, sem guardas; o tabuleiro possui um pavimento lajeado em granito, semelhante ao da ponte de Rubiães.

Estas duas pontes estão inseridas na via medieval entre Ponte de Lima e Valença, via bem documentada, em todas as épocas pós período romano. A sua importância como ligação entre Ponte de Lima e Tui, não se resumia a facilitar a circulação de peregrinos que se deslocavam a Santiago de Compostela, constituindo, também, uma importante ligação a Ponte de Lima, que possuía uma das feiras mais antigas e concorridas, na qual os galegos eram visitantes habituais, especialmente para a obterem sal[139]. O seu traçado em Paredes de Coura tem início em Ponte de Lima, partindo da Portela da Camboa em direcção a Romarigães e, sucessivamente, Carreira, Agualonga e S. Roque, ponto a partir do qual decalca o traçado da Via XIX, seguindo por Cossourado até Fontoura.

Na Idade Média terá existido, junto à ponte de Mantelães, um edifício que servia de Paços do Concelho, do qual não existe, nos nossos dias, qualquer evidência. Narciso Alves da Cunha terá baseado esta sua afirmação num documento do Rei D. Afonso V,

[139] Almeida, C.A.F., op. cit., 202-204.

de 1444[140]. No séc. XIX, com a construção da estrada entre S. Pedro da Torre e Paredes de Coura, a ponte "foi alargada, sobre os arcos, por meio de um sistema de cachorros, a todo o seu comprimento, com adaptação de novos encontros nas testeiras[141]."

O rio de Cavaleiros corre num leito pedregoso e estreito, sendo atravessado por uma ponte de pequenas dimensões, feita em cantaria, com um tabuleiro plano e sem guardas, que assenta sobre um arco de volta perfeita. A ponte não possui elementos que, por si só, nos permitam integrá-la na época medieval, contudo, este local é referenciado desde o século XIII como sendo uma herdade de Cavaleiros[142], o que nos leva a supor que a ponte tenha tido origem nessa época. É provável, também, que a travessia, neste local, tivesse começado por ser feita, por um pontilhão em pedra ou uma estrutura em madeira que, só mais tarde, tivessem dado lugar à ponte atual, da época moderna. A reforçar esta suposição está a via lajeada em granito (Caminho de Cavaleiros), que, em tudo, parece configurar uma via secundária de época medieval.

Figura 16 - Ponte dos Cavaleiros

Figura 17 - Caminho dos Cavaleiros

Garantindo a acessibilidade aos principais núcleos de povoamento, designadamente aos centros administrativos e económicos regionais, a via constitui um eixo estruturante para a fixação do povoamento, potenciando a aglomeração dos núcleos habitacionais junto ao seu traçado, o que não se verifica em Paredes de Coura. Os

---

140 *"…avia costume de fazerem as audiências de oito em oito dias à ponte de Mantelais e de quinze em quinze dias à ponte de Ruy Vaaz e de mez em mez no ditto Couto de S. Fins dizendo, que depois desto ElRey D. João meu Avo, cuja alma Deos haja mandara fazer paços nos Concelhos, e lugares onde fosse mais convinhavel e comarquam a todo o povo onde fosse edificado, e porque a ponte de Mantelais fosse mais comarquam fizerão um paço de Concelho em que todos ouvessem de ir responder…"* Cunha, N. C. A., op. cit., pp. 146-148.
141 *Idem,* p. 264.
142 PMH, Inq., op. cit., 356.

núcleos localizados a oeste do território, apesar de constituírem pequenos núcleos dispersos, não beneficiaram da principal via deste período, o que leva a supor que existiriam vias secundárias e caminhos, que ligavam, entre si, os vários focos habitacionais e áreas de exploração agrícola e florestal.

Essas antigas vias/caminhos secundários, de ligação entre as zonas povoadas e zonas de exploração económica, ainda são visíveis ao longo de todo o concelho. Apesar de não possuírem elementos suficientes que permitam caracterizá-los, indubitavelmente, como medievais, as suas morfologias, localização e tipologia, indiciam-no. Seja em terra, empedrado ou lajeado de granito, possuem uma largura exígua, apenas suficiente para permitir a circulação das pessoas e dos carros de tração.

Figura 18 - Quelha de Chão da Mó (Parada)

Figura 19 - Caminho do Fundo (Espadanal-Cristelo)

Estes acessos podem ser encontrados em todos os núcleos habitacionais mais antigos, anteriormente referidos, bem como nas parcelas agrícolas e florestais localizadas nas suas imediações.

2.3.2 - Modalidades de povoamento: Apropriação do espaço e população

No atual estado das investigações e com base nos dados disponíveis de natureza arqueológica, não existe qualquer indício que nos indique a continuidade de ocupação dos povoados de fundação romana, pelo que o povoamento medieval é visto como novo, ocupando novos territórios e diferentes locais de implantação das edificações dos núcleos antigos. Contudo, não podemos deixar de referenciar algumas áreas onde poderá ter havido uma continuidade ou, pelo menos, uma reocupação. Segundo as fontes secundárias, dos anos centrais da Idade Média, a Vila Chã, em Rubiães,

poderá ser uma dessas áreas, ainda que, por falta de fontes primárias, seja impossível confirmá-lo.

Acresce que, inexiste qualquer dado, documental ou arqueológico, que permita caracterizar o povoamento concelhio, na Alta Idade Média. Povoamento que a maior parte dos investigadores aceita ter sido definido, generalizadamente, pelo vocábulo *villa*, vocábulo que designa, sempre, núcleo habitado, mas que poderá revestir formas diversas. Segundo Carlos Alberto. F. de Almeida no Entre-Douro-e-Minho "... na sucessiva divisão das *villas*, tende-se a consagrar todos os núcleos vicinais, multiplicando as *ecclesias* ..."[143]. Para este período inicial da Idade Média, em Paredes de Coura, não se sabe quais terão sido as modalidades de apropriação do espaço nem as formas que as mesmas terão assumido.

Por outro lado, nos anos centrais da Idade Média a paisagem agrária das terras de Coura, apresenta-se sobejamente moldada, por força da circunstância de, a partir de meados do século XIII, ter havido um crescimento acentuado do número de casais, os quais, não só ocupavam os solos aráveis, como se apropriavam de novas terras, que vocacionavam à atividade silvícola.

No Entre-Douro-e-Lima, como na generalidade do Noroeste peninsular, o casal é caracterizado por ser uma unidade familiar de povoamento e de exploração. A integração do casal no espaço físico parece indiciar uma implantação preferencial, a baixa altitude e nos vales dos rios, tendo em vista o aproveitamento de terras fundas e bem irrigadas, apesar de, a partir do século XII, este padrão ter sido alterado, por força da expansão deste tipo de assentamentos para zonas de maior altitude[144].

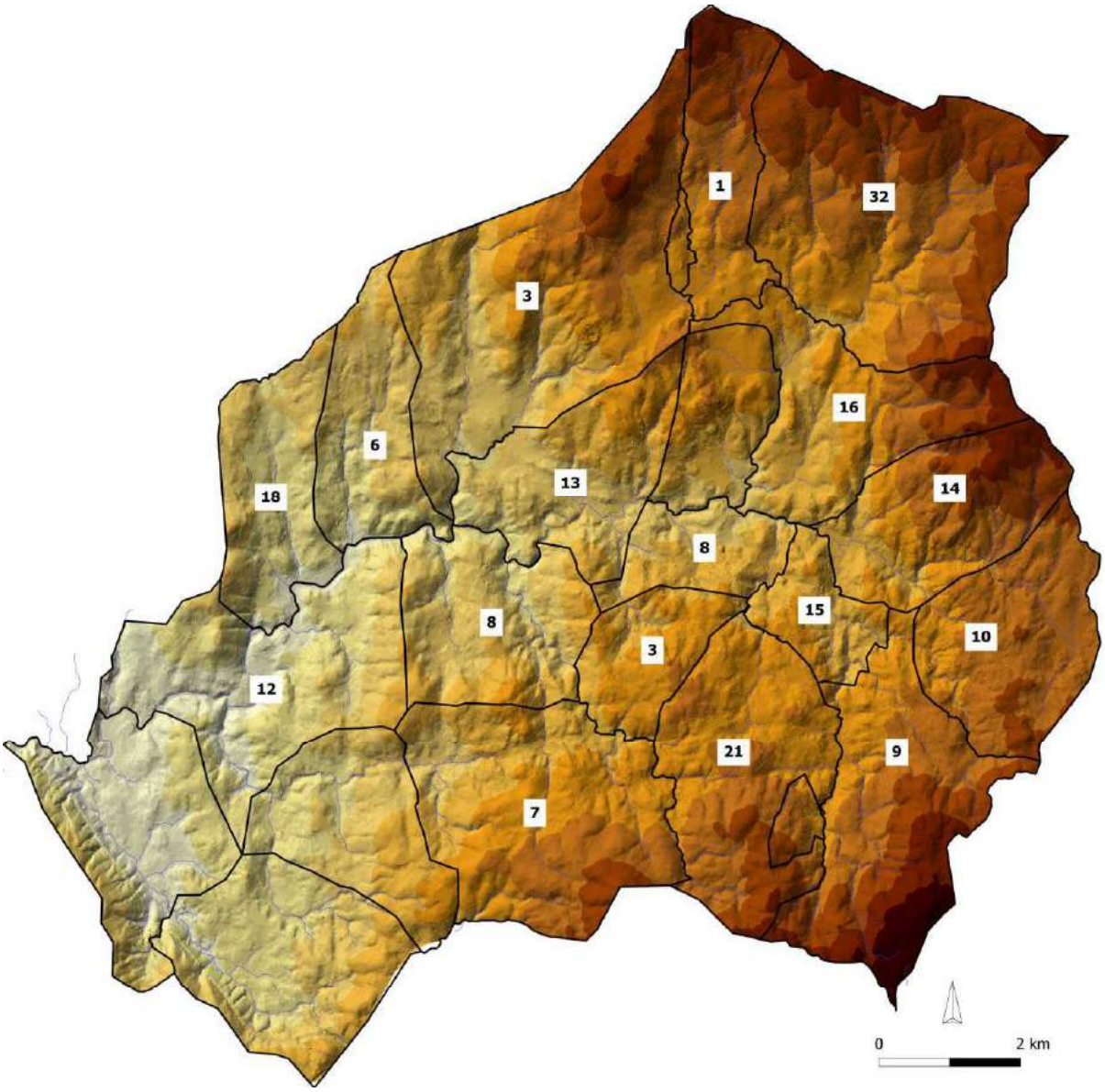
No concelho de Paredes de Coura, no *corpus* documental analisado[145], registaram-se 195 unidades deste tipo, 184 das quais, nas inquirições de D. Afonso III e 11, nas inquirições de D. Dinis.

Com exceção das freguesias de Mozelos, Coura, Romarigães e S. Paio (Agualonga), as demais freguesias identificadas apresentam arrolado o número de casais,

[143] Almeida, C.A.F., op. cit., p. 27.
[144] Marques, A. E. (2008) O casal: uma unidade de organização social do espaço no Entre-Douro-e-Lima (906-1200), Revista Medievalista nº4, online, p.7-8.
[145] PMH, Inq., op. cit., p. 356 e 363. / Sottomayor Pizarro, J. A., op. cit., pp. 79-113.

pertencentes ao respectivo território, pese embora todas as vicissitudes, que poderão justificar a sua pouco provável exactidão.

Figura 20 - Número de casais arrolados nas inquirições de D. Afonso III e D. Dinis.



Para além das doações de propriedades - ou até freguesias - a instituições religiosas, no final da inquirição de cada freguesia, é usual encontrar arrolados, os arrendatários e/ou proprietários que se escusavam do pagamento de foros ou fossadeira, por razões várias, entre as quais, pela concessão da mercê de amádigo.[146]. A maior parte das

[146] "… *excusan se per estes devanditos amadigos que non fazem estes devanditos foros al Rey*…", por morarem em coutos "…*Johannes Gomez mora in Couto de Ferreira et lavra in terra devassa et non faz*

escusas registadas, não descrimina o tipo de propriedade em causa nem tão pouco a sua localização, facto pelo qual os números apresentados no mapa anterior são os referentes aos dados explícitos no rol de inquirições.

Se em Coura, Romarigães e S. Paio (Agualonga), a ausência de referências a casais, nas inquirições, poderá ser justificada pelo facto destas freguesias poderem pertencer a *collatione* de Rubiães, tal como ficou dito pelos inquiridores de 1258 "…*que todos destas devanditas iiij colationes de Ruvyaes dam cada ano al Rey*…"[147], o mesmo já não acontece com Moselos, freguesia onde tal ausência poderá dever-se à circunstância já anteriormente descrita, de D. Teresa ter doado a *ecclelesia* a D. Paio Guterres que, após a sua morte, foi doada a *Santa Maria doya*[148] e *Sanctus Salvator de Ganfey*[149], estando, provavelmente e por isso, isenta do pagamento de qualquer foro ou fossadeira por honra, o que tornaria desnecessário elencar as propriedades da freguesia. Apesar desta ausência no pagamento de foros e fossadeiras, os habitantes de Resende deviam prestar a anúduva, pagar por chamarem o mordomo do rei para fazer justiça, alimentar o mordomo do rei e o casteleiro seis vezes por mês, ir em entroviscada ao Coura e, todos aqueles que fossem herdadores, a *loytosa* (imposto sucessório)[150].

O mesmo parece acontecer com Rabe "… *que a vila das Porreiras deu a el Rey don Sancio I.º ao Moosesteyro de Ganfey* …" sendo apenas referido pelos inquiridores que "…*a montagna que chamam das travessas é regaenga d el Rey*…"[151]. Nas inquirições de D. Dinis, Porreiras ainda aparece integrada no couto de Ganfey "…*das Poreyras couto de Ganfey*…" onde é apenas referido um casal honrado,[152] que isentava todos os outros em seu redor, tendo a sentença proferida mantido a honra do casal, contudo

---

foro al Rey, et defende se pelo couto in que mora…", por ganharem a propriedade a outro "…*Petrus Ramus gaanou meyo casal de Paderni que fazia foro a el Rey, et desde que o gaanou non fez foro al Rey*…" PMH, Inq., op. cit, pp. 361, 363 e 368.

[147] As quatro collationes são Sancti Martini de Coyra (Coura), Sancti Jacobi de Romarigaes (Romarigães), Sancti Petri de Ruivalibus (Rubiães) e Sancti Pelagii (S. Paio – Agualonga), que nas inquirições de 1288 surge como San Payo Rovhães Idem: 368. Sottomayor Pizarro, J. A., op. cit., pp. 110-111.

[148] O mosteiro de Santa Maria de Oia, localizado na Galiza, é um mosteiro pertencente à ordem de Cister (1137-1835).

[149] Mosteiro de monges Beneditinos situado em Valença, edificado no tempo de S. Martimho de Dume ou S. Frutuoso terá sido destruído por Almansor em 997 e reedificado em 1018 por Ganfrido, Ganfredo ou Ganfei.

[150] PMH, Inq., op. cit, p. 357.

[151] *Idem:* 357.

[152] "… *O Couto de Ganffey en'o logar que chaman Porreyras há huum casal que chaman Vilarinho e é ende o quarto de Joham Gonçalvez de Gonderiz e per razon deste quarto faz onra dos outros arredor hy en Vilarinho*…", Sottomayor Pizarro, J. A., op. cit., pp. 101-102.

é ordenado que deixem entrar o mordomo do abade para exigir os seus direitos no resto do couto.

Da análise da distribuição dos casais pode deduzir-se, que algumas freguesias, como Ferreira e Resende, seriam pouco povoadas, contudo, conforme atrás ficou dito, a natureza da informação contida nas inquirições terá de ser avaliada cuidadosamente, uma vez que não é possível atestar qual seja o seu grau de rigor.

Em Ferreira, em 1258,[153] são elencados apenas três casais, *Beruffi* e o campo de *Tuyrei,* não sendo apresentada qualquer escusa, no final da inquirição. O que não é claro quanto ao número de fogos existentes na freguesia, nesta data, e que a inquirição de D. Dinis também não esclarece, já que é dito por uma testemunha, que é tudo de homens filhos de nobres e é couto por carta de reis, o que parece induzir tratar-se de mais uma escusa por amádigo[154].

O mesmo sucede em Resende, onde, em 1258, são arrolados três casais e uma herdade do rei e, na inquirição de D. Dinis apenas são referidos três lugares, deixando por esclarecer a situação daquela herdade, aparente povoamento em desenvolvimento.[155]

O caso da freguesia de Cunha parece-nos ser distinto já que os inquiridores, em 1258, referem apenas sete casais no lugar de Vedro "…*scilicet, de vij casaes de vedro, que y há*…" acrescentando, mais à frente, "…*que quantos fogos y fezerem os moradores que y morarem devem et am a fazer ataes foros cada uno per si*…"[156], o que parece ser indicador de que se tratava de uma área, à época, despovoada. A reforçar esta ideia, no final da inquirição desta freguesia é referido que: "…*Petrus Martiniz erdador et morador arompeu et poboou a Costa*…"[157] e, por esse facto, escusava-se de fazer foro ao rei, bem como os seus filhos e netos, deixando explícito tratar-se de um povoamento muito incipiente.

---

[153] PMH, Inq., op. cit., p. 362.
[154] "…*é provado per hua testemunha que é toda de filhos d'algo e que é couto por carta dos Reis*…" Sottomayor Pizarro, J. A., op. cit., p. 92.
[155] Sottomayor Pizarro, J. A., op. cit., pp. 105-106 / PMH, Inq., op. cit., p. 363.
[156] PMH, Inq., op. cit., p. 368.
[157] *Idem, ibidem.*

As inúmeras referências a casais, contabilizadas no *corpus* documental analisado,[158] demonstra bem, a importância e o papel dinamizador que estas explorações agrícolas, unidades de residência/exploração, assumiam nesta época, no território de Paredes de Coura.

Entre as múltiplas possibilidades de combinação destas unidades de povoamento/exploração, a mais frequente era a que reunia componentes residenciais e produtivas. Ainda que se verifique a distinção entre o "casal-núcleo" (correspondente à parcela que delimita e integra a casa de morada) e o "casal-conjunto" (que engloba esta célula residencial, as terras de cultivo e os direitos de exploração que lhe pertencem), o termo *casal* implica, via de regra, um conjunto de terras e direitos capazes de assegurar o rendimento dos seus titulares[159].

Por norma, os casais eram constituídos por um assento de casas, que podiam ser colmadas ou telhadas, e que serviam para moradia dos caseiros. Os assentos eram distintos uns dos outros, quanto à forma, mas compunham-se, todos, do mesmo tipo de espaços, relacionados com a atividade agrícola, separados por aidos ou quinteiros, possuindo celeiros para armazenamento, palheiros para abrigar os animais e as alfaias agrícolas, lagar e adega para o tratamento e armazenamento de vinho e eiras, para a secagem das colheitas. Em redor dos casais havia um conjunto de campos agregados, que compunham o núcleo contínuo do casal; não obstante, a maior parte dos campos dos casais situavam-se, de forma descontínua, ao longo do lugar ou freguesia a que pertenciam.

O vocábulo *casa* aparece, ainda que pontualmente, nas inquirições, no quadro de enumerações estereotipadas, inseridas num espaço agrário indefinido. O sentido genérico desta palavra aparece vinculado à noção de construção, que tanto pode designar casas de morada, como outros edifícios de menores dimensões e distintas funções, mas todos identificados pelo seu elemento central: a casa.

Na documentação analisada, foram encontradas 23 unidades deste tipo: uma nas inquirições de 1258 e as restantes nas inquirições de D. Dinis, sendo que, em nenhuma delas, é explícito o tipo de casa a que se referem. Na freguesia de Insalde é

[158] Sottomayor Pizarro, J. A., op. cit., pp. 79-113 / PMH, Inq., op. cit., pp. 356-363.
[159] Marques, A. E., op. cit., p.9.

referido que «na casa de Pedro Gonçalves o rei possui uma leira»[160] e, nas inquirições de D. Dinis, é comum aparecerem referências a casas inseridas nos lugares "…*en esse logar de Ganfey criaron filha de Gonçalo Osoriz de Moreyra en outra casa*…"[161], deixando implícita a ideia, já anteriormente referida, de que, em cada lugar, existia mais do que uma casa.

Registam-se, também, neste *corpus* documental, duas unidades que são referidas como *pousa:* o Casal da Lagea, em Insalde e a Eira Vedra, em Cossourado. A definição de *pousa*, segundo Viterbo[162], é uma estância, residência ou aposentadoria, onde o cobrador dos foros reais devia estar, pousar ou residir. Se o Casal da Lagea é referido como "… *pouza d el Rey et do Ricomem, et am no de manter filos et netos Martino Rubrio et Petro Alvo*…"[163], por seu lado Eira Vedra não especifica se é um casal ou o lugar/aldeia que serve de pousa, pois os inquiridores apenas referem "… *que Eira Vedra é pousa de Ricomem. Item, filos e netos Menendo Exemeendiz o pequeno cobrem o paacio da pousa de Ricomem*…"[164]. Certo é, porém, que ambos serviam para acomodar o mordomo do rei e, o Casal da Lagea, para acomodar o próprio rei.

O mordomo do rei percorria as diversas freguesias, ficando os camponeses, das terras por onde passava, sujeitos ao tributo de pousa e comida, ou seja, à obrigação de o receber e alimentar. As freguesias de Rabe (Porreiras), Ferreira, Romarigães, Coura e S. Paio (Agualonga) eram as únicas que não prestavam o tributo de comida. Era também o mordomo que decidia quem ficava com o direito de exploração de certas parcelas agrícolas do rei, conforme ocorreu *e.g.*, num reguengo de Formariz: "...*et dá o o Maydormo d el Rey a quem li mais dá*…"[165]. Muitos arrendatários e/ou proprietários eram, também, obrigados a chamar o mordomo para a debulha e recolha do pão; assim sucedia no caso dos reguengos de Castanheira, das leiras do Bico, do reguengo de Infesta e das leiras, agros e reguengos de Padornelo. Para além da

---

[160] "…*so casa de Petro Gunsalvi jaz j. leira d el Rey*…" PMH, Inq., op. cit., p. 360.
[161] Sottomayor Pizarro, J. A., op. cit., p. 100.
[162] Viterbo, J. S. R. (1744-1822) Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram, 2ª ed. revista, correcta e copiosamente addicionada de novos vocábulos, observações e notas críticas com um índice remissivo. - Lisboa: A. J. Fernandes Lopes, 1865, Vol. II, p. 157.
[163] PMH, Inq., op. cit., p. 362.
[164] *Idem,* p. 360.
[165] *Idem,* p. 361.

recolha do pão, a Vila de Antas era, ainda, obrigada a chamar o mordomo para a recolha do vinho[166].

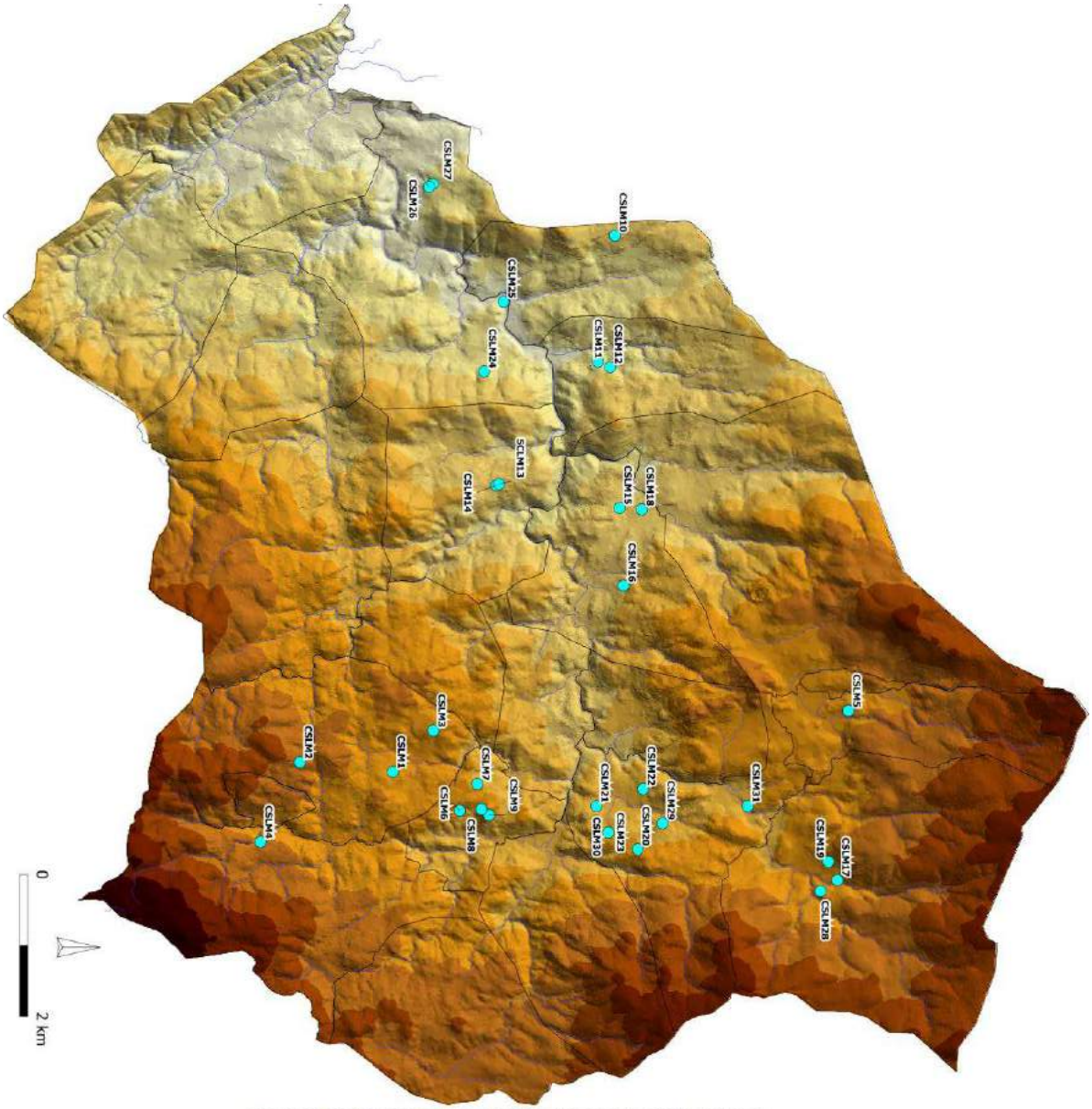
Face à documentação que pudemos confrontar, designadamente aquela que temos vindo a referenciar, não é certo, embora possa ser provável, que os 195 casais, referidos em 1258 e 1288, se distribuíssem já pelos núcleos populacionais atuais de Paredes de Coura.

Na verdade, a partir dos dados fornecidos pelas fontes secundárias, por força da inexistência de evidências primárias, podemos inferir que, muitos dos núcleos populacionais atuais, em Paredes de Coura, poderão ser de origem medieval (fig.9). E, se há casos de exceção, como o do lugar de Fundo de Rio, em Vascões, que, atualmente, não se configura como lugar, outros lugares há, cuja origem em casais medievais deixa poucas dúvidas, como é o caso do Lugar da Pena (Castanheira) ou do Lugar de Cima de Vila (Padornelo).

Acresce que, dos 195 casais identificados, apenas se conseguiu obter a localização relativa de 31, pois, na maior parte dos casos, ou aparecem referenciados pelo nome do seu arrendatário e/ou proprietário ou desapareceu o topónimo, do sítio ou lugar, onde se implantavam.

[166] Idem: pp. 356, 359-360 e 363.

Figura 21 - Localização hipotética dos casais medievais



O número de fogos e de habitantes que este território teria, à época, são meras estimativas, uma vez que as fontes não os referem de forma explícita. Acresce que, como é comummente aceite por todos os investigadores, o termo *casal* poderia aplicar-se a mais do que um fogo e ter um número de habitantes indefinidos. Frequentemente, nas inquirições, alude-se a *meio casal*, *e.g.,* num casal de Formariz*: "… Petrus Ramus gaanou meyo casal de Paderni que fazia foro ao rei…"*[167], deixando a ideia de que existiria mais que um fogo.

Para o apuramento da população e do número de fogos existentes neste período, em Paredes de Coura, apenas se podem apresentar resultados e interpretações, obtidos por estudos realizados sobre o tema, para outras regiões. Generalizando, tanto para Portugal como para o resto da Europa,[168] todos eles apontam para o facto de os valores populacionais de finais do século XV e inícios do século XVI, corresponderem à reposição da população dos séculos XIII-XIV, depois de ultrapassadas as grandes regressões, causadas por pestes, fomes e guerras que, ao longo de todo o século XV, a haviam diminuído drasticamente.

O primeiro registo do número de fogos para o nosso território é o Numeramento de 1527[169], já na época moderna; contudo, os números da população estão também ausentes. Para o cálculo de população abaixo referida, foi utilizado o factor de multiplicação 3, obtido a partir da média simples dos factores de multiplicação, deduzidos dos quatro censos completos seguintes:[170] aqueles em que foram registados, tanto o número de fogos como o número de habitantes.

Como hipótese, é admissível que Paredes de Coura, nesta época, contasse com cerca de 2598 habitantes, distribuídos por 866 fogos. Estes resultados, apesar de meramente estimados, têm a sustentabilidade possível. Assim: sabendo que existem quatro freguesias sem informações, quanto ao número de casais nelas presentes e que, no total das restantes, se contabilizam 195 casais - e apesar das honras -, obtém-

---

[167] *Idem, p.* 361.
[168] Mattoso, J. (1993) História de Portugal, (Segundo Volume), A Monarquia Feudal, (coord. de José Mattoso), Círculo de Leitores: Lisboa. pp. 334-335.
[169] Freire, A.B., op. cit., p. 246.
[170] Memorias Paroquiais de 1758, Censos de 1864, O Minho Pitoresco (1886) e o Censo de 1900. O resultado do número de habitantes por fogo teve como base a divisão do número de habitantes pelo número de fogos, tendo sido obtida uma variação de 3 habitantes (nos mais antigos) a 4 habitantes (em 1900) por fogo. Tendo nós aqui optado pelo valor mais baixo.

se a média de três a quatro fogos por casal. A média de três fogos por casal foi admitida por Luís Oliveira Fontes para a área Lindoso[171].

Como já referido anteriormente, não existem quaisquer indícios ou vestígios, documentais e arqueológicos, acerca do tipo de habitação que compunha o povoamento desta época. Ainda assim, foi possível identificar os três tipos de habitação, (fig. 22) alegadamente mais comuns, no Minho,[172] de meados a final deste período histórico. Inexiste, igualmente, qualquer datação absoluta ou relativa, para estes edifícios, tendo a sua seleção sido feita, a partir das características construtivas apresentadas e da sua aparente antiguidade. A tarefa revela-se particularmente difícil, uma vez que, a casa rural minhota exprime a representação das ideias do povo, resultando da conjugação dos diversos factores, de entre os quais avulta a melhor forma de aproveitar os materiais disponíveis, que o construtor camponês incorpora na sua construção.

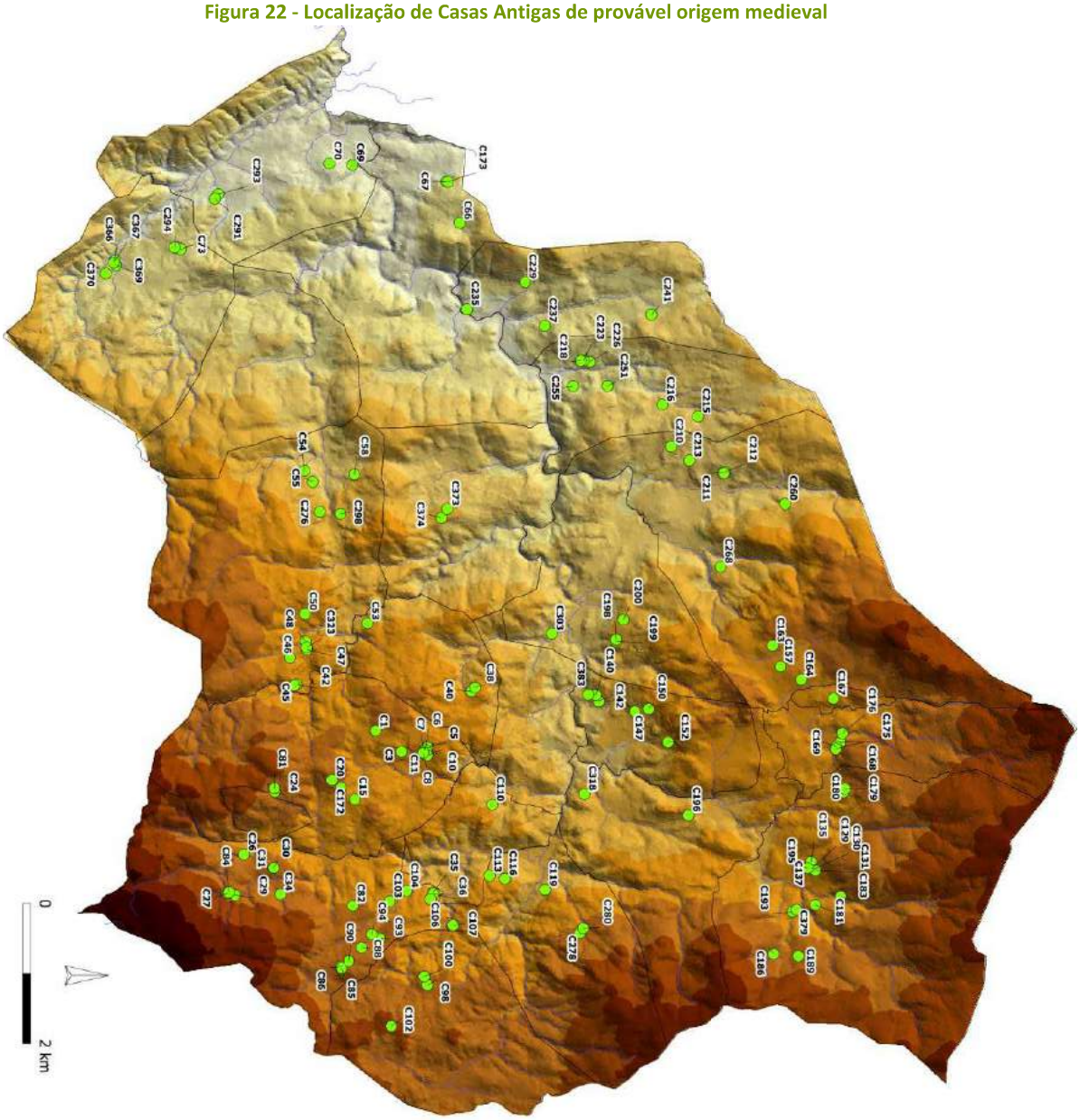
As habitações são valiosos documentos das vidas passadas que incorporam importantes vestígios que vão sedimentando o modo de construir e, desse modo, alimentando a tradição do lugar. De facto, as técnicas, formas e materiais de construção, poucas variações sofreram ao longo dos séculos; foram melhoradas as coberturas e redimensionados os espaços, fruto de uma maior pressão demográfica, mas o desenho arquitectónico não sofreu grandes inovações.

A maior parte das casas antigas, classificadas como tendo provável origem medieval, encontram-se num avançado estado de degradação. Outras foram transformadas em arrecadações e, posteriormente, em cortes, sendo poucas as que ainda se mantêm habitadas, algumas das quais com reformulações e ampliações.

---

[171] Fontes, Luís F. Oliveira (2012) Arqueologia, povoamento e construção de paisagens serranas: o termo de Lindoso, na Serra Amarela. Tese de Doutoramento, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, Braga. p. 263.
[172] Fontes, Luís F. Oliveira, op. cit., 268-273.
Sampaio, A. (1979). *As Vilas do Norte de Portugal*, (Estudos Históricos e Económicos, I), (reedição com prefácio de Maria José Trindade), Editorial Veja, Lisboa. pp. 76-77 e 152-153.

Figura 22 - Localização de Casas Antigas de provável origem medieval



A casa-pátio (tipo 1C), documentada a partir do século X na Galiza[173], corresponde a um modelo que parece ter-se difundido, ao longo dos séculos XII-XIII, e perdurado até às épocas moderna e contemporânea em Paredes de Coura. É um tipo de habitação com dimensões modestas, composta por vários corpos de construção, com funções distintas, em torno de um átrio ou pátio central. As paredes são de alvenaria, mais ou menos aparelhadas e a cobertura, de duas águas, é feita em colmo. Apresenta, normalmente, entradas e janelas exíguas.

No concelho de Paredes de Coura destaca-se um edifício, que poderá ter tido a sua origem numa destas casa-pátio medieval: a Casa de Gonte. Atualmente, constitui um belo exemplar arquitectónico do século XVI, com três corpos sobradados em volta de um pequeno átrio, servido por uma escadaria. Em frente à fachada, possui um portal coroado com ameias, que delimita um átrio na frente da casa. As paredes são em alvenaria de granito, com silhares rectangulares bem trabalhados e é coberta por telhado de duas águas, no corpo central e de três águas, nos corpos laterais.

Figura 23 - Casa-pátio antiga de provável origem medieval - Casa de Gonte (C20)

As suas dimensões exíguas, apesar de não apresentarem qualquer traço medieval e as referências documentais antigas,[174] à herdade de Gonte bem como à sua levada,

[173] Fontes, Luís F. Oliveira, op. cit., 269.
[174] São várias as referências à herdade de Gontrode na inquirição de D. Afonso III *"… et inde quomo parte a erdade de Gontrode…"*, "… *do agro da Sovereira quomo parte pelos valados, et inde quomo vem*

sustentam a probabilidade de ter havido, neste local, uma construção mais antiga e modesta do que a atual, a partir da qual se terá evoluído para uma construção mais compatível com o estatuto social e económico dos seus proprietários, ao longo do século XVI. De supor é ainda que tal estatuto fosse suportado pelo rendimento da propriedade na qual a casa se inseria.

O tipo mais comum, porém, seria a casa – sobradada (tipo 2A), de uma tipologia mais simples, correspondente ao primeiro corpo da casa-pátio. Este tipo de casa assumia a forma de um rectângulo ou de um quadrado, com 6 a 8 metros de comprimento por 4 a 6 metros de largura. Por regra, encontra-se adaptada à topografia, quase sempre na perpendicular de um declive, aproveitando, com frequência, as encostas, os ressaltos e os afloramentos rochosos (penas). As paredes, usualmente, são feitas de uma alvenaria de granito grosseira, apesar de algumas apresentarem um trabalho mais cuidado. A cobertura é de duas águas, em colmo, muito semelhante às velhas habitações, que ainda se veem em muitas aldeias do Minho. No interior, apresenta quase sempre duas divisões, uma térrea semi-escavada, sem qualquer divisão interna, e com uma entrada independente, destinada a albergar os animais. A divisão superior, destinada a habitação, é composta pelo quarto, marcado usualmente por uma pequena janela e pela cozinha, sem qualquer divisão física entre si, ou com uma divisória em madeira. O acesso ao interior é feito através de um porta, localizada na parte da estrutura integrada na encosta ou através de uma escadaria externa. É, também nessa zona, que se localiza a cozinha/lareira, no centro da divisão ou contra uma das paredes laterais, onde a encosta ou um aterro parcial servia de apoio à mesma.

---

a levada que vay pora Gontrode…" e "*…que da ermida de Gontrode cum sua erdade…*" que atestam a importância desta propriedade medieval. PMH, Inq., op. cit., p. 357.

Figura 24 - Casa-sobradada antiga de provável origem medieval – Loureiro (C195)

Figura 25 - Casa-sobradada antiga de provável origem medieval – Esteve (C35).

A casa-térrea (tipo 3) corresponde ao tipo de habitação mais antiga e, provavelmente, mais comum, das vilas e aldeias medievais,[175] uma vez que é a mais documentada de todas ela. Habitação de pequenas dimensões, aproximadamente, com 4m por 3m, tem uma planta rectangular ou quadrangular, um só piso e uma só divisão, que serve de cozinha e de quarto. Tal como a casa-sobradada, aproveitava muitas vezes os declives e afloramentos rochosos que marginam os terrenos agrícolas. As aberturas das janelas são bastante exíguas tal como a porta de acesso e o telhado, em colmo e de duas águas, é idêntico ao da casa-sobradada.

Figura 26 - Casa-térrea antiga de provável origem medieval – Salgueirinho (C1)

Figura 27 - Casa-térrea antiga de provável origem medieval – Costa (C55)

Esta descrição, da diversidade tipológica de casas, evidencia que não existe um padrão único na arquitetura popular do concelho, e revela, por outro lado, uma continuidade nas técnicas, materiais e modo de construção, desde a Idade Média.

[175] Fontes, Luís F. Oliveira, op. cit., 271.

Foram identificados dois núcleos, no concelho, dos quais não se consegue precisar a data exata da construção, mas que podem traduzir bem, a imagem da composição de um casal medieval: o de Corelo (C15) e o do Souto (C66). Ambos possuem duas habitações térreas, precedidas de várias dependências agrícolas; todo o conjunto é delimitado por muros, formando um pequeno pátio ou eido, entre as áreas construídas, ao qual se acede por um portão simples.

Figura 28 - Ortofotomapa do núcleo antigo de Corelo (C15)

Figura 29 - Núcleo antigo do Souto (C66)

Trata-se de uma mera interpretação dos dados do terreno, devidamente articulada com as fontes escritas conhecidas, não passando, por isso, de uma mera hipótese de trabalho, por maior que seja o rigor com que foi delineada.

Os dados disponíveis são, na verdade, tão escassos, que não nos permitem afirmar, que estejamos na presença de um povoamento polinuclear; mas são suficientes para inferir, que estes núcleos de construções estiveram na origem, da formação dos núcleos populacionais dispersos, que o concelho possui hoje.

2.3.3 - Organização do espaço agrário e propriedade

A partir de meados do século XII, as referências aos direitos de uso sobre espaços de cultivo, espaços incultos e outros de aproveitamento silvo-pastoril integrados no *saltus*, são bastante comuns no *corpus* documental estudado. A paisagem agrária medieval conhecia uma expressão complexa com a utilização de termos diversos relativos a unidades de exploração agrária, ao tipo de terras e ao parcelamento.

Tal como ficou dito no ponto anterior, o *casal* era uma unidade de exploração agrária, que englobava, para além das áreas edificadas, as terras de cultivo, montes, pastos,

hortas e cortinhas. A *herdade* poderia integrar, igualmente, a totalidade da propriedade rural, abrangendo, enquanto tal, esse mesmo conjunto de elementos. Segundo Viterbo, o termo *herdade*, entre os séculos IX e XV, significa um casal, vila, propriedade, quinta, celeiro, granja e toda a fazenda que pode ou podia render algum fruto, para quem a cultivasse ou fizesse cultivar[176].

Este sentido lato, do termo *herdade,* aparece bem explícito nas inquirições de D. Afonso III e de D. Dinis, onde são nomeadas 82 herdades, as quais correspondem a diferentes tipos de propriedades A título de exemplo, refira-se a herdade do lugar de *Vençemar* (Vencemal) que Afonso Rodrigues ganhou e que lá meteu um homem numa casa[177].

Os termos Quintas/Quintaas/Quintana podem ter sentidos distintos, pode ser utilizado para identificar uma propriedade rústica, com uma casa localizada, por vezes periférica da vila e do casal ou, simplesmente, para referir o terreno de cultivo que rodeia uma casa[178]. No caso em estudo, este termo aparece associado ao topónimo de lugares, "… *no logar que chamam das Quintaas* …"[179], de ruas "…*et do Casal de Rua de Quintas*…"[180] e como propriedade rústica ou terreno de cultivo "…a quintãa de dona Tareyja e de Roy Novaes…"[181].

Os tipos de parcelas de terreno que podem ser associados a estas unidades de exploração agrária são: a senra, a cortina, a leira e o linar.

O termo *senra* tem dois significados: o de espaço agrário e o de prestação; designando, no primeiro caso, a parcelas dedicadas ao cultivo de cereal[182]. Na documentação analisada, este termo surge uma única vez, a propósito da demarcação de um reguengo na freguesia de Castanheira "… *et inde ao Marco da Senra* …"[183], que possivelmente, confrontaria com uma unidade desse género.

---

[176] Viterbo, J. S. R., op. cit., p. 21.
[177] "… *que no logar que chaman Vençemar na fregeesia de susso dita gaanhou Affonso Rodriguiz hua herdade que era de homeens … e en hua casa que hi stava meteu hi huum homem*…" Sottomayor Pizarro, J. A., op. cit., p. 87.
[178] Marques, André E., op. cit., p. 440.
[179] Sottomayor Pizarro, J. A., op. cit., p. 93.
[180] PMH, Inq., op. cit., p. 361.
[181] Sottomayor Pizarro, J. A., op., cit. p. 90.
[182] Marques, André E., op. cit., p. 488.
[183] PMH, Inq., op. cit., p. 356.

A cortina ou, no plural, cortinas, são pequenas parcelas de cultivo intensivo, normalmente vedadas, e muitas vezes situadas nas imediações de um núcleo ou unidade residencial[184]. Este termo aparece duas vezes, associado a tipos de parcela e de terra diferentes, na freguesia de Vascões "… *na Cortina de dom Salvador j. leira demarcada* …"[185] e na freguesia de Padornelo "… *que as cortinas das Pias ij. Agros* …"[186].

As leiras e o linar são unidades produtivas que também integravam a paisagem agrária, sendo nomeadas várias vezes ao longo do *corpus* documental analisado. As primeiras são, ostensivamente, as mais referenciadas com 48 correspondências, enquanto o *linar* surge apenas uma vez, na freguesia da Castanheira[187]. O facto de o termo *leira* aparecer tantas vezes referenciado, deixa clara a necessidade que havia, de identificar com rigor as parcelas assim designadas, no espaço agrário, agro, campo ou outro, onde estariam integradas[188].

Figura 30 - Parcelas de cultivo em Esteve.

Figura 31 - Parcelas de cultivo na Pena.

Os termos referentes aos tipos de terra são, também, muito utilizados no *corpus* documental e faziam-se constituir por agros, devesas e bouças.

Os vocábulos *agro* e *campo,* aparecem, também, nomeados diversas vezes na documentação analisada e designam, ambos, espaços de cultivo com relativa amplitude e bem delimitados, que tanto podiam ser de apropriação colectiva como

[184] Marques, André E., op. cit., pp. 495-496.
[185] PMH, Inq., op. cit., p. 358.
[186] Idem, p. 363.
[187] Idem: 356-363; 79-113.
[188] Marques, André E., op. cit., pp. 485-486.

individual.[189] A maior parte das vezes é utilizado o termo agro (21 referências) e só pontualmente o vocábulo campo (3 referências).

O território explorado, neste período, era composto, não só por parcelas produtivas como, também, por zonas incultas e não produtivas.

Das cinco unidades de devesas identificadas, quatro aparecem associadas a elementos toponímicos lugar da Devesa - e, uma, a um casal[190]. Este vocábulo identificava um terreno vedado, regra geral inculto, e vocacionado para o aproveitamento florestal e/ou pastoril[191].

O termo *bouça* surge, associado a um elemento toponímico e a unidades de produção agrária: dois casais[192] e um lugar[193]. As bouças eram áreas florestais menos densas, situadas nas proximidades das zonas cultivadas e essenciais para a obtenção de lenha e recolha de mato, para estrume e cama de animais; eram, também, locais onde pastavam as cabras e as ovelhas. Normalmente, eram os primeiros espaços a ser arroteados[194].

Nas terras produtivas, o regadio era especialmente importante, para o aumento da rentabilidade, razão pela qual, eram tão caros aos lavradores da Idade Média, os regos, poças e fontes. No Noroeste, o regadio aparece documentado a partir do século IX e, tal facto, em nada se fica a dever à introdução e proliferação do cultivo do milho grosso que, nas montanhas minhotas, só aconteceria a partir dos séculos XVII-XVIII[195]. As poças ou presas, prática comum neste período, consistiam na técnica de armazenamento de água das chuvas e das nascentes, em reservatórios rudimentares, cavados diretamente na terra e vedados com pedras. Foram, certamente, utilizados no território em estudo, embora não se conheça qualquer fonte documental que o ateste.

---

[189] Idem: 483-484.
[190] PMH, Inq., op. cit., p. 368.
[191] Marques, André E., op. cit., p. 505.
[192] PMH, Inq., op. cit., pp. 357 e 360.
[193] Sottomayor Pizarro, J. A., op. cit., p. 97.
[194] Marques, André E., op. cit., p. 478.
[195] Fontes, Luís F. Oliveira, op. cit., 277.

Figura 32 - Ortofotomapa do Lugar da Pena (Origem Medieval) com as duas poças assinaladas

A comprovar a importância destas estruturas de apoio ao regadio, está o elevado número de menções que lhes são feitas, nas inquirições, com especial enfoque para as fontes,[196] na sua grande maioria, por serem utilizadas como marcos delimitadores de propriedades do rei. De realçar é, ainda, a sua associação à toponímia, *vide:* Lugar de Fonte d' Ello, em S. Martinho de Coura e Fonte Seca, em Rubiães.

Figura 33 - Poça de baixo no Lugar da Pena.

Figura 34 - Fonte da Pedra (Padornelo).

São inúmeras as fontes e poças que se encontram no atual território de Paredes de Coura e, apesar de se encontrarem omissas no *corpus* documental analisado, é grande a probabilidade de que, muitas delas, *e.g.,* a Fonte da Pedra, tenham origens remotas.

[196] Fonte da Lama, Fonte do Longal e Fonte de Cabanas na freguesia de Parada; Fonte do Savugueiro e Fonte de Cima na freguesia de Castanheira; Fonte de Lombo Meyano e Fonte da Figueira na freguesia de Infesta; Fonte de Codeseda, Fonte de don Gomez e Fonte de Curial Longo na freguesia de Insalde. PMH, Inq., op. cit., pp. 356, 359-360 e 362.

Em tempo, relembrem-se apenas duas referências que, no presente texto, foram feitas: uma, à «levada que levava a água para a herdade de Gontrode, em Castanheira» e, outra, ao «rego que levava a água para o castelo de Fraião».

Figura 35 - Levada de Gonte

As inquirições de D. Afonso III e de D. Dinis são reveladoras do modo como a terra é, parcial e distintamente, possuída pelo rei, pela nobreza, pela igreja, pelos mosteiros e pelos lavradores herdadores. Os possessores da terra podiam ter várias parcelas em diferentes locais; não era o facto de terem uma grande propriedade contínua que os tornava ricos, mas sim o facto de serem possuidores de várias parcelas, idóneas para produzir uma variedade de géneros, que lhes permitissem pagar os tributos e adquirir outros. A divisão da propriedade em pequenas parcelas é uma realidade, bem evidenciada no *corpus* documental analisado, de onde se retiram exemplos como: ser possuidor de parte de castanheiros,[197] partilhar com outros uma leira em determinado local[198] ou casais que possuíam parte em determinada propriedade[199].

[197] "… *in Rooriz ha el Rey meyos de viiij. Castineiros* …" PMH, Inq., op. cit., p. 361.
[198] "… *casa de Petro Gunsalvi jaz j. leira d el Rey* …" *Idem, p.* 362.
[199] "… *do rodolio et da eira velia da Agrela dam cada ano al Rey j. capom et j dineiro d ovos. Item, dixerunt que ha y el Rey ij. Casaes* …" *Idem, ibidem.*

Em conclusão, a propriedade era dividida e a terra partilhada, sobretudo pelo rei, a igreja e a nobreza, que se assumiam como os grandes senhores, sem, contudo, deixar de haver lugar, para os lavradores herdadores.

A natureza das inquirições e os propósitos que conduziram à realização das mesmas, levaram os inquiridores a ter particulares cuidados no registo das propriedades e direitos régios. Em contrapartida, há menos precisão e mais omissões, no que concerne aos direitos e bens dos outros proprietários: não se mencionando, por vezes, os titulares de diversas honras e coutos, nem os direitos de que os mesmos beneficiavam, não apenas para com o rei, mas também face aos camponeses que lavraram as suas terras. Muitas das informações registadas são imprecisas ou confusas, impossibilitando a distinção entre os diferentes foros mencionados, a identificação de certos indivíduos e do grupo social a que pertenciam.

No território das terras de Coura, tal como no resto do reino, o rei possuía um vasto património, composto por unidades de exploração agrícola[200], parcelas de terreno agrícola[201] e outras formas de propriedade, sobre as quais exercia o respectivo poder senhorial. O rei surge, também, como padroeiro de parte da Igreja de Resende[202].

Conforme ficou já dito, é provável que a propriedade fundiária do clero fosse maior do que a mencionada nas Inquirições. A omissão de muitas das unidades de exploração agrícola do clero, justifica-se pelo facto de o Rei não ter qualquer direito sobre elas. Encontram-se, ainda assim, algumas menções à existência de propriedades eclesiásticas que estariam isentas de encargos[203], bem como as diversas doações feitas aos mosteiros e à Sé de Tui.

---

[200] "*… dos casaes que forom de Ganfei, de Portuzelo a suso, cada u vam, é meyo d el rey et meio d erdadores…*"; "*… casal do Rego é d el Rey …*" *Idem, ibidem.*
[201] "*… que in Porto de Canes ha el Rei iiij. Agros demarcados …*" *Idem, p.* 363.
[202] "*… que el Rey é padrom de xvj. Quinoes desta devandita ecclesia …*" *Idem,ibidem.*
[203] *"… que os omees do Couto de Fogiacus lavram una erdade devassa in Vila meyana … et lavramna estes omoees do Couto et non fazem ende foro al Rey, mais fazen o foro d el Rey ao abbade de Ganfey …"; "… Pelagio Monaco tem uno casal de Ganfey foreiro d el Rey, et des que o teive non fez foro al Rey …" Idem, p 361.*

O património eclesiástico, discriminado pelos inquiridores, encontrava-se distribuído por uma multiplicidade de detentores, que incluíam dois mosteiros, várias ordens militares, a Sé de Tui e, em menor número, alguns clérigos a título individual[204].

Os mosteiros detentores de propriedades no concelho eram o Mosteiro de Stª Maria de Oia e o Mosteiro de Ganfei. O primeiro teve um papel preponderante nas relações galaico-minhotas, já que possuía várias propriedades no Entre-Douro-e-Minho, de entre as quais se destacava a Granja da Silva, situada na freguesia de Santa Maria da Silva (Valença). Essa grande propriedade fundiária funcionava como cabeça de celeiro, das várias propriedades no Entre-Douro-e-Minho, e afirmava sua importância administrativa neste vasto território[205].

Na documentação consultada, no território de Paredes de Coura, este mosteiro, apenas é referido uma vez, aquando da doação da Igreja de Moselos por D. Teresa a Paio Guterres, que este último testou à Sé de Tui, ao Mosteiro de Stª Maria de Oia e ao Mosteiro de Ganfei[206].

O Mosteiro de Ganfei era um mosteiro de monges beneditinos, fundado, provavelmente no séc. XI e localizado no termo de Valença. Aparece referido pela primeira vez, no séc. XII, na sobredita doação, feita a Paio Guterres, altura em que apresentava já um património considerável. Mosteiro de padroado Real, atestado pelas várias doações reais no início, a elas foram acrescendo generosas dádivas dos fiéis, que viam nos seus monges, bons mediadores na facilitação do acesso ao céu. A sua prosperidade económica teve um papel preponderante no povoamento de Valença e na fundação da igreja de Santa Maria de Cristelo e na igreja dos Anjos. Possuía

---

[204] Casal d Abade (Idem: 362), não sendo claro se pertencia ao clérigo de Insalde, ou Casal de Gomez Abade e o Casal de Petro Abade (Idem: 362-363) na mesma freguesia, que aqui se evidencia serem párocos de fora do território de Paredes de Coura já que em todas as freguesias inquiridas não se identifica os nomes destes párocos.

[205] Marques, J. (1985) O Mosteiro de Oia e a Granja da Silva no contexto das relações luso-castelhanas dos séculos XIV-XV. Universidade do Porto. Centro de História, Porto, pp. 7-8.

[206] *"… que a Reyna dona Tarasia deu esta devandita ecclesia a don Pelagio Goterriz, et depos morte desse devandito Pelagio Goterriz que a desse a Sancta Maria doya et a Sanctus Salvator de Ganfey por alma dessa Reyna dona Tarasia et de todolos outros Rex que depos ela veessem …" PMH, Inq., op. cit., p. 357.*

quatro coutos encabeçados por Ganfei, dos quais faziam parte Rebordãos, Porreiras, e Vilarinho[207].

Em Paredes de Coura o Mosteiro tinha um vasto e diverso património, que incluía, para além da já referida Igreja de Santa Maria de Cristelo[208], vários casais[209] e leiras e a totalidade da vila de Porreiras[210].

As ordens militares instaladas em solo português, a partir do século XII, foram-se fixando, sobretudo no centro e sul do país, onde adquiriram extensos territórios, doados pelos monarcas portugueses, como recompensa pelo auxílio prestado, na defesa da fronteira meridional do reino, face às ofensivas muçulmanas. O seu domínio, apesar de forma menos expressiva, também chegou à região de Entre-Douro-e-Minho, onde a propriedade que detinham se repartia em parcelas, dispersas por toda a região. As origens deste património, umas vezes doado, outras conquistado, não é, porém, totalmente clara.

Nas inquirições são referenciadas duas ordens militares: Espital (ordem do Hospital) e Sepulcro (Ordem do Santo Sepulcro), que possuíam propriedades em Rubiães, Parada, Paredes, Formariz e Cristelo. A Ordem do Hospital, em concreto, possuía herdades foreiras em Parada[211], Paredes[212], Formariz[213] e Cristelo,[214] que estavam, como tal, dispensadas do pagamento do foro ao rei.

A Ordem do Santo Sepulcro, originária de Jerusalém e encarregada de sustentar a atividade e as iniciativas em favor da presença cristã na Terra Santa, tinha como

---

[207] Silva, C. M. T. (1993) O Mosteiro de Ganfei. Propriedade, produção e rendas do Antigo Regime (1629-1683 e 1716-1822). Dissertação de Mestrado (polifotocopiado), Faculdade de Letras do Porto, Porto, pp. 7-8.

[208] "… *et a quarta minus quarta desta devandita ecclesia era regaenga assi como este devandito casal, et esse don Pelagio Vadesci testou a Ganfey por sua alma* …" PMH, Inq., op. cit., pp. 358-359.

[209] "… *que as três partes de uno casal de domna Marina a velia era regaenga, et don Pelagio Vaasquiz teyve a d el Rey in su vida et a sua morte testou a Gangey* …" Idem: 358. Ou ainda na Freguesia de Formariz onde são mencionados vários casais de Ganfei (Idem: 361), na freguesia de Insalde (*Idem, p.* 362), na freguesia de Padornelo (*Idem, p.* 363), na freguesia de parada (*Idem, p.* 359)

[210] "… *que a vila de Porreiras deu a el Rey don Sancio I.º ao Moesteyro de Ganfey* …" *Idem, p.* 357.

[211] "… *Aldonza Christovait trivudou sua erdade foreira ao Espital, et non fazem dessa herdade foro al Rey*…" *Idem, p.* 360.

[212] "…*freires do Espital filarom erdade de Petro Midiz, que era foreira d el Rey assi como estas devanditas, et non fazem foro al Rey* …" *Idem, p.* 358.

[213] "… *Johannes Filo emplazou erdade cum no Espital, et defende se que non faz foro al Rey* …" *Idem, p.* 361:

[214] "… *Martinus Pelaiz deu trivudo ao Espital da erdade foreira et desque a trivudou non fez foro al Rey* …" *Idem, p.* 358.

principal fonte de financiamento as ofertas dos membros da ordem. Viterbo refere que esta ordem foi vista em Portugal e que em muitos documentos das inquirições régias aparecem casais, herdades, vilas, igrejas e terras que se dizem do Sepulcro[215].

No *corpus* documental consultado e no que se refere ao território concelhio, esta ordem só é mencionada uma vez, na freguesia de Rubiães: "… *Domnus Dominicus erdador foy morar in erdade do Sepulcro*[216]…", informação que leva a crer pelo que esta ordem teria aqui uma propriedade.

No século XIII, Entre-Douro-e-Minho era a região onde estavam instalados a maioria dos nobres e cavaleiros de Portugal. O crescimento destas famílias de linhagem, levou a uma maior partilha dos rendimentos e propriedades e, consequentemente, à diminuição das fortunas individuais. Esta conjuntura viria a fomentar actos ilegais, por vezes criminosos, por parte de uma nobreza sedenta de riqueza, na maioria das freguesias deste território. Serve de exemplo, o sucedido na freguesia de Insalde, onde o Senhor da terra de Fraião, Martim Soares, ficou com uma herdade depois de enforcar o seu proprietário[217].

Importa anotar que, com base nas inquirições, se apenas é possível identificar os nobres e os cavaleiros, através das menções de honra das propriedades,[218] quando referenciadas pelos inquiridores[219], é, quase sempre, impossível identificar os ricos-homens, uma vez que os inquiridores omitiram os nomes das respectivas linhagens[220].

Cumpre dizer, por fim, que constam, ainda, das inquirições, os registos da propriedade alodial ou de lavradores herdadores[221] que, à semelhança do que sucedia com as propriedades das restantes classes, também era composta por um conjunto de parcelas pequenas e descontínuas.

---

[215] Viterbo, J. S. R., op. cit., p. 208.
[216] PMH, Inq., op. cit., p. 368.
[217] "… *Martinus Suariz, que tenia a Terra, enforcou esse Godino et filou li a erdade foreira, et teen na seus filos et seus netos …" Idem*: 363.
[218] "… *disse que na quintaa de Deledi foy de cavaleyros e ve[e]rom depoys que ao mhão de lavradores e criaron hi filha de Johan Callaça*…" *Idem,* p. 107.
[219] "… *que na herdade que Chamam Casal criaron filho de Vaasco Fernandiz de Calheyros*…" *Idem, ibidem.*
[220] "… *as casas dos cavaleyros fiquem onrradas per que son filhos d'algo* …" Sottomayor Pizarro, J. A., op. cit., p. 93.
[221] *"…Petrus Pelaiz é erdador de dona Elvira Gil…" ou "…Petrus Martiniz erdador et morador arompeu et poboou a Costa…"* PMH, Inq., op. cit., p. 363 e 368.

2.3.4 - A exploração da terra e do território

O casal, enquanto unidade de exploração agrícola, foi um elemento de primordial importância da administração agrária desta época. Era nele, que os senhorios viam a forma mais segura de obter rendimentos, mediante a cobrança das rendas, pagas em dinheiro e géneros.

Na paisagem rural, do território concelhio de então, avultavam os elementos associados às terras de cultivo. Cultivava-se uma variedade de produtos, indispensáveis à subsistência das populações, com destaque para as diversas espécies de cereais, a partir das quais se fazia o pão, base da alimentação destas comunidades rurais. Outros complementos enriqueciam a dieta dos camponeses, como as leguminosas, os frutos e os produtos de origem animal.

Os registos elaborados pelos inquiridores, no século XIII, referentes aos encargos fiscais exigidos pelo rei, comprovam a diversidade de cereais que, em Paredes de Coura, era produzida. Apesar de, por vezes, estar mencionado, especificamente, o tipo de cereal requerido pelos oficiais régios, em muitas ocasiões, surge, apenas, referido sob a vaga designação de "fogaça[222]" ou "pão", impossibilitando a identificação do cereal cultivado.

[222] Bolas ou pães delgados cozinhados debaixo das cinzas ou rescaldo. Viterbo, J. S. R., op. cit., 331-332.

Quadro 2 - Produtos pagos nas direituras das Inquirições de 1258[223] e na Inquirição de Cunha em 1263[224]

Freguesia	1258-1263												
	Fogaça	Fogaça Centeia	Pão	Aveia	Centeio	Cevada	Bragal	Linho	Vinho	Leite	Manteiga	Legumes	Ovos
Castanheira		x	x		x								
Porreiras													
Moselos													
Paredes							x						
Vascões	x	x											
Cristelo	x												
Bico	x												
Cossourado			x										
Linhares													
Infesta			x										
Formariz													
Ferreira													x
Insalde	x												
Resende													
Padornelo	x	x											
Cunha		x				x				x	x		
Rubiães													
Romarigães			x	x				x	x			x	
Coura													
S. Paio (Agualonga)													
Parada													

O centeio era, à época, a cultura cerealífera mais generalizada no território do Entre-Douro-e-Minho. Essa preferência devia-se, não só ao facto de ser um cereal de fácil panificação e elevado teor nutritivo, como, também, facilmente adaptável a terrenos menos férteis e suficientemente resistente a acentuadas variações de temperatura, para permitir o seu cultivo nas regiões de maior altitude, onde os solos eram mais pobres[225].

De facto, o centeio constitui o cereal mais mencionado na documentação estudada, parecendo estar disseminado por toda a área de estudo. No atual território de Coura exigia-se uma porção variável, por norma de um alqueire, para regularizarem assim a fogaça ou fossadeira pelo S. João. Normalmente não é distintivo a porção de centeio que a fogaça[226] deve possuir, mas, não raras vezes, é acrescentado o distintivo um,

[223] PMH, Inq., op. cit., pp. 356-369.
[224] Ventura, L. e Resende, A. O, op. cit., p. 341.
[225] Gonçalves, I. (1998) "Sobre o pão medieval minhoto: o testemunho das inquirições de 1258", Arqueologia Medieval, vol. 6, Mértola, Câmara Municipal de Mértola, p. 228.
[226] "… *et por Sancto Johanne fogaza de pam centeo de una teeiga regaenga* …" PMH, Inq., op. cit., p. 357.

dois ou mais alqueires que, muitas vezes, se dizia «ser pela medida de Ponte de Lima»[227].

No que diz respeito ao trigo e ao milho, apesar do seu importante valor económico e do facto de terem sido cultivados de forma abundante em todo o reino[228], no período em apreço, não lhe é feita qualquer referência nas inquirições.

O mesmo sucede com os cereais de Verão, o milho-alvo ou milho-painço, que também não são mencionados, não obstante terem sido amplamente cultivados, em todo o território de Entre- Douro-e-Minho,[229]. uma vez que o clima húmido favorecia o seu crescimento e as suas características permitiam-lhes ser conservados, se garantidas determinadas condições, durante vários anos.

Esta omissão nas fontes medievais poderá ficar a dever-se a dois factores: a pouca expressividade das culturas cerealíferas, naquele período em concreto e seu reduzido valor económico, uma vez que era utilizado, essencialmente, como alimento e forragens para os animais.

Também a cevada, não obstante ser produzida generalizadamente, na região minhota[230], para ser aproveitada como forragem para o gado cavalar e muar, é mencionada, apenas, duas vezes: uma nas Inquirições de D. Dinis, na freguesia de Porreiras[231] e outra, num documento de 1263, acerca dos foros da freguesia de Cunha[232].

À aveia, identicamente, só é feita uma menção, na inquirição da Vila de Antas, em Rubiães, onde toda a vila estava obrigada a dar ao rei, pelo S. Miguel, seis alqueires de aveia pela medida de Ponte de Lima[233].

---

[227] "… *da quinatna da Sovereira ij. Fugazas centeas, d uno alqueire e meio a fugaza per medida de Ponte* …" *Idem,* p. 364.
[228] Gonçalves, I., op. cit., p. 229.
[229] *Idem, ibidem.*
[230] *Idem, p.* 231.
[231] "… *o pan e as galinhas e a cevada e perde o abade en esse couto per ele muytos dos seus dereitos* …" Sottomayor Pizarro, J. A., op. cit., p. 102.
[232] "… *et istas fogacias dant proinde quod non filient eis cevadam* …" Ventura, L. e Resende, A. O, op. cit., p. 341.
[233] *"… por Sancto Michael senos alqueires de aveas por fogazas per medida de Ponte de Lima…"* PMH, Inq., op. cit., p. 356.

Depois de semeado, amadurecido e, posteriormente, ceifado, os cereais eram levados para a eira, onde eram debulhados e limpos, seguindo depois para o celeiro e, finalmente, para o moinho. Apesar da sua importância no processo produtivo, apenas se encontram três menções a eiras, nas inquirições em análise. Duas, dizem respeito à localização e propriedade de unidades de produção pertencentes ao rei[234] (Parada), e a terceira refere «quem detinha as eiras da *Terra de Froyam»*[235] (Paredes de Coura).

A escassez de referências às eiras não significa, tal como no caso de alguns dos sobreditos cereais, que não houvesse muitas, como, por certo, haveria, tendo em conta a quantidade de unidades de exploração agrícola onde os camponeses produziam cereais. A razão parece assentar, aqui, no facto de as eiras estarem quase sempre na posse dos camponeses, não havendo, como tal, interesse, por parte dos inquiridores, em registá-las.

O vinho constituía um importante complemento dos cereais, na alimentação dos camponeses da Idade Média. A sua produção teve, nesta época, uma expansão decisiva, sendo, por isso, natural, a presença constante de vinhedos, na paisagem noroeste da Península Ibérica. O cultivo da vinha exigia, no entanto, cuidados constantes, requerendo a proximidade dos camponeses durante dois terços do ano, razão pela qual era, geralmente, plantada em zonas contíguas, aos campos de cultivo de cereais[236].

É provável que esta necessidade constante de cuidados, exigidos pela vinha, a par da pouca aptidão dos solos para a sua produção, tenham sido os obstáculos que impediram uma maior propagação desta cultura que, é de supor, sem tais contingências, teria sido muito mais expressiva. Nas fontes consultadas, apenas encontramos uma referência a vinho: o registo de que «os de Vila de Antas (Rubiães)

---

[234] "… *in agro de Monio j. leira et una eira* …"; "… *nas Eiras a so os casaes de Parada ij. Leiras* …" *Idem, p.* 359.
[235] "… *filos et netos de Gunsalvo Bobarra sum foreiros d el Rey de teerem as eiras da Terra de Froyam* …" *Idem, p.* 358.
[236] Marques, A. H. Oliveira (1986) A Sociedade Medieval Portuguesa: aspectos de vida quotidiana, 5ª ed., Lisboa, p. 15.

pagavam 1/4 da sua produção de vinho ao rei e tinham a obrigação de chamar o seu mordomo para o colher»[237].

A par da cultura cerealífera, a pecuária era uma das principais atividades económicas das populações rurais medievais. Os animais, não só forneciam a carne e o leite (e seus derivados), que integravam a dieta destas comunidades, como eram um imprescindível instrumento para os trabalhos agrícolas, garantindo a força, o transporte e a produção do estrume, para a fertilização dos terrenos cultivados[238].

Quadro 3 - Referências a animais nas Inquirições de 1258[239] e na Inquirição de Cunha em 1263[240]

Freguesia	1258-1263						
	Frango	Galinha	Capões	Leitão	Cordeiro	Cabrito	Vacas
Castanheira	x			x		x	
Porreiras							
Moselos							
Paredes							
Vascões	x			x	x	x	
Cristelo				x		x	
Bico							
Cossourado							
Linhares							
Infesta							
Formariz							
Ferreira			x				
Insalde	x			x		x	
Resende							
Padornelo							
Cunha	x			x		x	x
Rubiães							
Romarigães			x				
Coura							
S. Paio (Agualonga)							
Parada							

A carga fiscal a que os camponeses estavam sujeitos implicava, usualmente, a entrega de animais e de produtos deles derivados, podendo incluir espécies da grande pecuária (gado bovino, ovino, caprino e suíno), e da pequena pecuária (galinhas e capões).

Na grande pecuária destaca-se, pelo maior número de referências, o porco. Estes animais eram de fácil criação, por serem pouco seletivos na alimentação e não

[237] "… *et dam vino quarto al Rey … et chamam o Mayordomo d el Rey pora coler o pam et vino …*" *Idem, p.* 356.
[238] Castro, A. (1984) Pecuária. Dicionário de História de Portugal, dir. Joel Serrão, vol. III, Porto, p. 323.
[239] PMH, Inq., op. cit., pp. 356-369.
[240] Ventura, L. e Resende, A. O, op. cit., p. 341.

necessitarem de muitos cuidados. É crível que a criação de gado suíno fosse uma prática generalizada, em quase todo o território, uma vez que é usual o leitão constar do pagamento das direituras[241].

O gado caprino, criado sobretudo nas terras mais pobres e inóspitas e sempre afastado dos terrenos de cultivo, parecia também estar disseminado por grande parte do território deste concelho. Na verdade, o cabrito ou o cordeiro, integravam os encargos, que eram devidos por todos os casais, anteriormente mencionados, localizados em Cunha, Castanheira, Insalde, Vascões e Cristelo.

Por seu turno, o gado bovino, importante para a produtividade agrícola graças à sua força de tração, que permitia mover os arados dos camponeses e, deste modo, obter "lavras profundas", raramente aparece mencionado no *corpus* documental analisado. Registam-se, apenas, duas menções: uma, num documento de 1263, sobre os foros de Cunha, «que deviam pagar manteiga e leite de vaca por conduto»[242] e outra, na inquirição da freguesia de Insalde, onde consta que «os filhos e netos de *Sevio* guardam as vacas e o gado do senhor da terra»[243].

A criação de galináceos é estimulada pelo facto de estes animais serem, com frequência, auto suficientes na procura de alimento e na criação das ninhadas. Era uma atividade económica relevante na região do Entre-Douro-e-Minho, onde as aves e os ovos integravam, muitas vezes, a dieta de vários sectores da população[244]. Atesta-o o *corpus* documental analisado onde, com alguma frequência, são referenciadas as galinhas, os ovos e os capões. Usualmente no pagamento das direituras eram

---

[241] Todos os casais de Castanheira tinham de entregar um leitão, uns entre o S. Miguel e o Natal *"…et de Sancto Michaele ataes Natal … j. leitom …" enquanto outros entregariam um leitão se houvesse porca parida pelo S. João "… et se ouver porca parida da leitom …"* (PMH, Inq., op. cit., p. 357). A grande maioria dos casais de Insalde também prestavam este pagamento (*Idem* p. 362), tal como todos os casais de Cunha (*Idem* p. 367), Vascões (*Idem* p. 358) e o Casal da Curujeira em Cristelo (*Idem* p. 358).

[242] "… *lactem et manteygam proinde quod non filient eis vaccas pro ad conductum*…" Ventura, L. e Resende, A. O, op. cit., p. 341. O conduto é carne, peixe ou outro manjar que se come com pão. Viterbo, J. S. R., op. cit., p. 208.

[243] "… *et guardam y as vacas e o ganado do Senor da Terra*…", "… *d ouvida que filos et netos do Sevio am a guar(dar) o gado que o Senor da Terra Fila por penora*…" PMH, Inq., op. cit., p. 362.

[244] *Castro, A., op. cit., p. 323.*

utilizados o frango[245], os capões[246] e os ovos, podendo, estes últimos, ser substituídos por dinheiro[247].

Os camponeses desta época possuíam, frequentemente, hortas ou cortinhas, nas quais cultivavam legumes e leguminosas, que serviam de suplemento ao pão. Estes terrenos de cultivo situavam-se, normalmente, junto das habitações, pois necessitavam, por um lado, de mão-de-obra e estrumagem constantes e, por outro, da proximidade de cursos ou locais de armazenamento de água, para que pudessem ser regados com frequência. Apenas na inquirição da Vila de Antas são referidos os legumes como pagamento das direituras[248].

De entre a variedade de árvores de fruto, existentes na região de Entre-Douro-e-Minho, sobressaíam, pela sua quantidade, as árvores de frutos secos, como o castanheiro. A castanha era um alimento importante para as populações rurais, neste tempo e lugar, pois, podendo ser conservada durante muitos meses, permitia aos camponeses utilizá-la em complemento dos cereais, durante metade do ano. A confirmar a sua importância está o facto de serem mencionados 17 castanheiros nas inquirições da freguesia de Infesta[249] e Insalde[250].

A figueira, por seu turno, aparece associada a um elemento toponímico, Fonte da Figueira[251], que indicia uma continuidade na área de estudo desta árvore de fruto desde a proto-história.

As nogueiras, mencionadas enquanto designação de um lugar, na freguesia de Cossourado e de um casal em Padornelo, Nogueira[252] ou *Nugeyra*[253], possuem uma madeira de excelente qualidade e os seus frutos, a par das castanhas e dos figos, completavam a alimentação dos camponeses deste território.

---

245 "… *et se ouver gallina cum frangaos da uno al Rey*…" PMH, Inq., op. cit., p. 362.
246 "… *et dam senos capoes*…" *Idem, p.* 356.
247 "… *et j. dineiro d ovos*…" *Idem, p.* 362.
248 "… *et de legumia* …" *Idem, p.356.*
249 "…*in Roriz há el Rey meyos de viiij. Castineiros*…" *Idem, p.* 361.
250 "…*in Cibram há iij. Castineiros … in Leiroos iiij. Castineiros*…" *Idem, p.* 363.
251 *Idem, p.* 360.
252 Casal de Nogueira de Sancto Croyo *Idem, p.* 363.
253 Lugar de *Nugeyra* Sottomayor Pizarro, J. A., op. cit., p. 96.

Estas fruteiras podiam constituir conjuntos, como é possível verificar através do topónimo Pomar, do qual se regista uma menção, a propósito da referência a um casal em Castanheira, designado Casal de Pomar[254].

No século XIII, a cultura do linho era uma das principais atividades produtivas de Entre-Douro-e-Minho, uma vez que, as temperaturas amenas, conjugadas com a abundância de cursos de água na região, criavam as condições ideais á sua produção. O linho era semeado em locais relativamente próximos das habitações, em conjunto com as demais culturas. Depois de colhido, era transformado em tecidos, de qualidades distintas (basicamente três), que podiam ser comercializadas: a estopa, o bragal, que era mais grosseiro, e o lenço,[255] que era o mais fino.

No território em estudo, o linho apenas aparece referenciado duas vezes, uma na Vila de Antas, em Rubiães e, outra, na freguesia de Paredes. No primeiro caso é mencionado que a Vila de Antas deveria pagar uma décima parte da sua produção de linho de direituras, enquanto que, em Paredes, este pagamento deveria ser efectuado em bragal[256], o que deixa pressupor a existência de uma indústria de transformação.

A cobertura vegetal deste período é também muito importante para o quotidiano das populações. Apoiados pelos topónimos referenciados nos textos das Inquirições, podemos identificar algumas espécies arbóreas, às quais é feita alusão, de forma individualizada ou em conjunto.

Os soutos forneciam aos camponeses a rama para o gado, galhos secos para as lareiras e madeira de qualidade. Existem registos, nas inquirições, de três topónimos designados *Souto*[257]. Do sobreiro, que crescia igualmente em abundância, mesmo em zonas de maior altitude, utilizavam-se as landes, para alimentar o gado suíno. Está presente na toponímia nas formas de *Sovereira* ou *Sovereyro*, designando casais, agros e lugares, nas freguesias de Insalde e Padornelo[258].

---

[254] *PMH, Inq., op. cit., p. 356.*
[255] *Sequeira, M. d'Oliveira (1951)Tecnologia do linho: considerações sobre a maceração, Lisboa, p. 59.*
[256] PMH, Inq., op. cit., pp. 356-357
[257] Dois na freguesia de Moselos (Sottomayor Pizarro, J. A., op. cit., p. 103) e outro na freguesia de Vascões (PMH, Inq., op. cit., p. 358.
[258] *Idem, pp.* 362-363.

As matas existentes deixam adivinhar a presença de várias espécies cinegéticas. Não se sabe qual era a diversidade faunística aqui presente mas, não há razões para duvidar, que a caça seria uma fonte importante de alimento e, ao mesmo tempo, uma prática de defesa - sobretudo, a caça ao lobo e à raposa -, que serviria de proteção aos animais criados na grande e pequena pecuária.

A menção nas obrigações que algumas freguesias/propriedades tinham de prestar ao rei, indica-nos que a caça seria uma prática comum. Para além de estar explícito na freguesia de Castanheira que os da vila eram monteiros do rei e tinham de correr monte entre o Lima e o Minho[259], os casais da freguesia do Bico e Cunha também tinham a obrigação de correr monte com o rei e com o senhor da terra[260].

A ausência de tributação sobre a caça, durante este período, deve ser entendida como um estímulo à prestação de um serviço arriscado que, pese embora interessasse às populações locais, beneficiava sobretudo o rei e os senhores das terras, especialmente tratando-se da caça ao lobo. A defesa dos rebanhos dos predadores selvagens, como o lobo e, eventualmente, a raposa, está apenas patenteada na toponímia. Em Infesta e Padornelo encontra-se a menção ao topónimo fojo, que eram as armadilhas para caçar os lobos, e aos topónimos: Campo do Lobo (Castanheira), Loba Farta (Padornelo) e Campo do Lobo (Paredes).[261]

Da mesma forma que a caça constitui uma atividade recorrente, inseparável do sistema económico vigente, também a pesca é uma atividade de prática frequente, nas terras do concelho. A modalidade praticada era a do lançamento do trovisco ao leito do curso de água que, sobretudo no verão, com caudais baixos, temperatura da água mais elevada e pouco oxigenada, era muito eficaz. Com exceção das freguesias de Porreiras, Romarigães, Agualonga e Coura, todas as restantes eram obrigadas a «ir em entroviscada» que, no caso de Paredes, Moselos e Vascões, deveria ser feita no rio Coura[262]. Apesar de serem conhecidas as técnicas e os lugares onde se

---

[259] "… *que os da vila de Castineira sunt monteiros d el Rey et vam a seu monte correr antre Limia et Minio*…" *Idem, p.* 357.
[260] "… *que desta collatione…et vam correr monte cum no Ricomem da Terra*…"; "…*et vam correr monte cum el Rey ou cum o Ricomem da Terra*…" *Idem, pp.* 359 e 367.
[261] *Idem*: 356-357 e 362- 363.
[262] *Idem*: 356-368.

praticava a pesca, desconhecem-se as espécies que existiriam na época, uma vez que, das fontes conhecidas, não consta nenhuma menção a qualquer tipo de peixe.

2.4 - Idade Moderna e Contemporânea

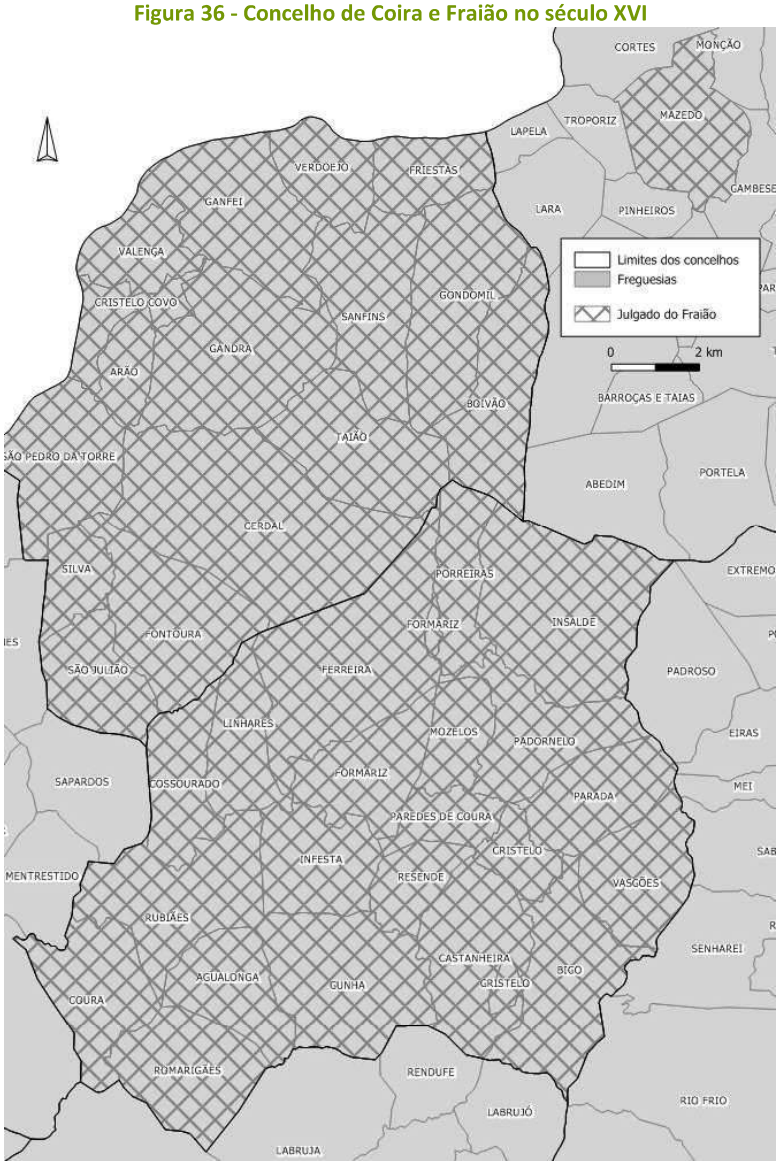
A atribuição do foral, a 13 de Abril de 1515[263], pela mão de D. Manuel I, ao espaço político-administrativo de Paredes de Coura, não lhe conferiu, apenas, a categoria de município de pleno direito, como contribuiu, também - e muito -, para reforçar a identidade territorial.

Apesar da concessão do foral - a par do Numeramento de 1527 - servir uma estratégia de reforço do poder da coroa em relação aos poderes senhoriais regionais, promovendo e incentivando a fixação das populações é, também dele, que decorre este reforço da identidade territorial, que em nada se terá ficado a dever aos poderes locais.

Nestes documentos, as confrontações do território de Coura são pouco rigorosas, sendo feitas, umas vezes, com referência aos limites da unidade concelhia (Coira e Fraião) no seu todo e, outras, estabelecidas por referência aos limites de meras unidades locais (freguesias). Em 1527 fazem parte deste concelho 26 freguesias, que correspondem, actualmente, ao território de Paredes de Coura e a parte do território do concelho de Valença.[264] Cossourado e Porreiras estão ausentes do foral.

[263] Costa, J. E. C., op. cit., p.11.
[264] As freguesias que pertencem a Valença são: Boyvão de Sam Fyz – Boivão; Gondomill – Gondomil; Sam Mamede – Friestas; Monte – S. Fins; Santa Marinha – Verdoejo. Freire, A. B., op. cit., p. 246.

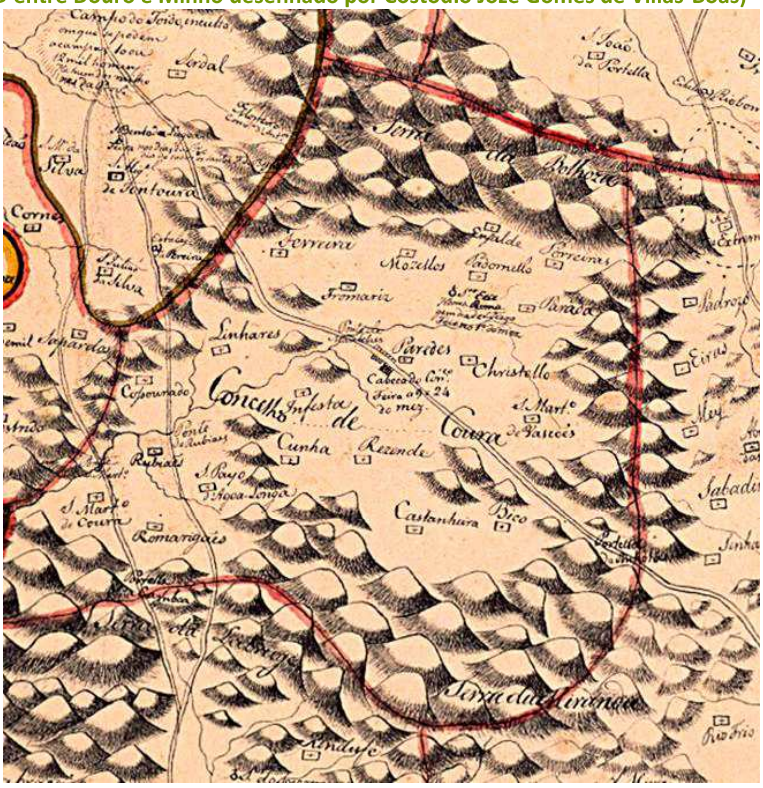
Figura 36 - Concelho de Coira e Fraião no século XVI



Em 1758 fazem parte deste concelho 21 freguesias[265] que se manteriam inalteradas, até à reorganização, operada já neste século. A designação de "Paredes de Coura", porém, surgirá apenas em 15 de Setembro de 1875,[266] com o decreto da criação da comarca.

[265] Capela, J. V., op. cit., pp. 241-281.
[266] Costa, J. E. C., op. cit., p.18.

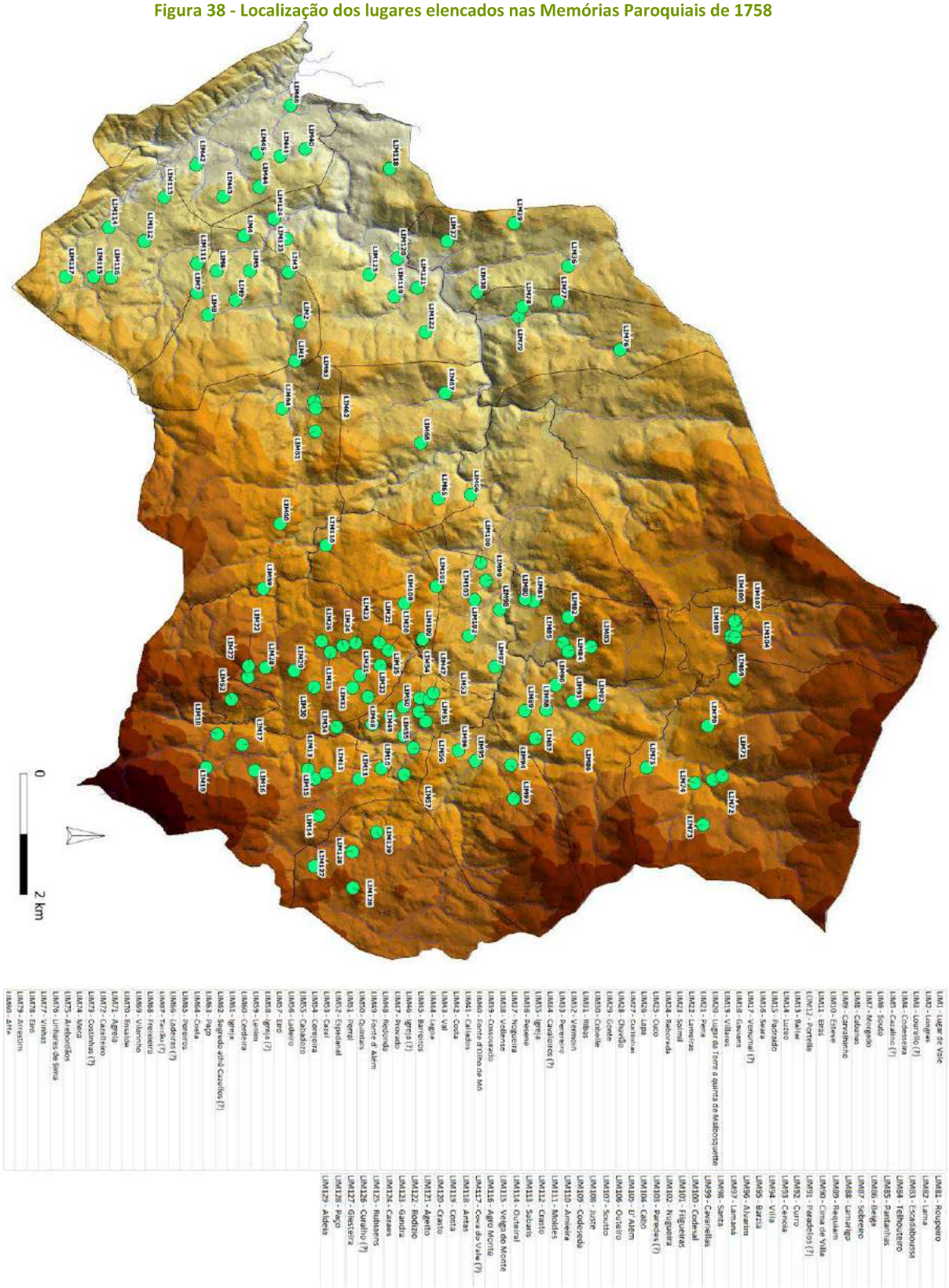
Figura 37 - Freguesias que constituíam o Concelho de Paredes de Coura em 1798 (Extracto do Mappa da Província D'entre Douro e Minho desenhado por Costodio Jozé Gomes de Villas-Boas)[267]



Os lugares referidos no capítulo anterior continuam a aparecer designados como aldeias/lugares mas - com todas as salvaguardas atrás assinalados -, é de referir que novos lugares terão sido, entretanto, fundados. Do mesmo modo, muitas das aldeias/lugares poderão ter evoluído a partir de antigos casais medievais, como parece ser o caso do Lugar da Pena. É de salientar, a propósito, o aumento significativo deste elemento de integração territorial: dos 79 lugares identificados na Idade Média, passamos, para 170 lugares,[268] mencionados nas memórias paroquiais de 1758. Destes, porém, apenas foram localizados 129 (fig.38).

[267] Villas-Boas, Costodio Jozé Gomes, Mappa da Província D'entre Douro e Minho com o quadro da sua população dividida em classes, e outras particularidades económico-politicas [Material cartográfico] / completado no anno de 1798. Direcção Geral do Território, cota CA60.
[268] Capela, J. V., op. cit., pp. 241-281.

Figura 38 - Localização dos lugares elencados nas Memórias Paroquiais de 1758



Uma das razões pela qual, não foi possível localizar todos os lugares referenciados, poderá resultar, desde logo, do facto de alguns deles terem sido abandonados ou extintos, correspondendo a tentativas de expansão territorial mal sucedidas. Outra das razões poderá ter a ver, com a perda de identidade de alguns desses lugares: por se terem reagrupado com outros ou neles sido englobados. Nestes casos, é possível que o topónimo anterior tenha desaparecido ou passado a designar uma, a partir de então, mera parcela agrícola. Importa acrescentar, ainda, que, em duas das freguesias concelhias, Ferreira e Formariz, não é mencionado qualquer lugar, muito provavelmente, por falta de rigor na resposta dada ao inquérito de 1758.

Um exemplo evidente destas tentativas de expansão do povoamento é a fundação da colónia agrícola de Vascões que, fundada em meados do século passado, durante o Estado Novo, foi ocupar uma área, nas imediações do antigo lugar medieval, Fondo de Rio, extinto, entretanto.

Do mesmo modo, é possível exemplificar os casos de continuidade de algumas aldeias/lugares e a forma como evoluíram territorialmente. Veja-se o Lugar de Espadanal, que subsistiu como território destacado da freguesia de Cristelo e o Lugar de Estevão, que continua a ser referenciado, quer na freguesia de Cristelo, quer na freguesia do Bico, tal como sucedia na Idade Média.

O aumento de aldeias/lugares está ligado, de forma indelével, ao aumento populacional registado durante este período. Da análise do quadro abaixo, resulta claro que a população quase triplicou, entre 1527 e 1758. Mais população implica mais habitações e espaço para a sua implantação e, para isso, terá sido, sem dúvida, necessário, fundar novos núcleos e ampliar os antigos.

Quadro 4 - Evolução do povoamento e da população entre 1527 e 1900

Freguesia	1527 (1)		1706 (2)		1758 (3)		1864 (4)		1886 (5)		1900 (6)	
	Fogos	População	Fogos	População	Fogos	População	Fogos	População	Fogos	População	Fogos	População
Castanheira	44	132	112	336	140	400	160	594	257	664	161	689
Porreiras	13	39	40	120	49	180	52	168	57	175	40	184
Moselos	30	90	80	240	95	418	120	429	174	485	117	447
Paredes	48	144	120	360	155	530	180	728	218	717	250	1 137
Vascões	32	96	60	180	58	215	85	334	90	324	88	324
Cristelo	51	153	70	210	69	222	102	374	118	405	104	441
Bico	76	228	140	420	148	507	225	812	295	833	202	855
Cossourado	36	108	90	270	113	373	139	464	180	400	116	455
Linhares	15	45	70	210	63	262	85	284	116	295	76	307
Infesta	41	123	150	450	191	668	229	910	300	877	204	817
Formariz	40	120	150	450	150	445	236	864	308	917	215	914
Ferreira	61	183	200	600	S/D	S/D	254	1 038	326	1 072	241	1 009
Insalde	54	162	150	450	163	493	158	679	214	592	157	636
Resende	12	36	30	90	75	157	94	311	95	370	96	389
Padornelo	54	162	90	270	146	455	723	200	246	764	172	694
Cunha	60	180	140	420	70	320	189	627	204	650	161	599
Rubiães	72	216	140	420	150	456	233	869	297	1 008	250	1 071
Romarigães	33	99	115	345	109	430	136	516	170	502	126	495
Coura	30	90	90	270	130	384	221	662	230	662	180	673
S. Paio (Agualonga)	38	114	70	210	105	354	156	536	142	500	120	481
Parada	26	78	70	210	78	363	123	462	135	448	113	474
Total	866	2 598	2 177	6 531	2 257	7 632	3 900	11 861	4 172	12 660	3 189	13 091

(1) Numeramento de 1527 - População calculada
(2) Corografia Portuguesa (1706) - População calculada
(3) Memórias Paroquiais de 1758
(4) Censos de 1864
(5) Minho Pitoresco (1886)
(6) Censo de 1900

Este crescimento acentuado da população poderá estar associado, não só à introdução e difusão do milho grosso como, também, à fixação de novos moradores, aqui chegados na sequência de movimentos migratórios regionais, fomentados pela estabilização político-militar, posterior à Restauração de 1640.

A evolução populacional no concelho abrandaria, mais tarde, entre meados do século XIX e inícios do século XX, altura em que o crescimento demográfico diminuiu para cerca de metade, em relação aos duzentos anos anteriores. O concelho de Paredes de Coura seguiu, então, a tendência regional de crescimento moderado.[269]

Acompanhando as transformações demográficas foram, no concelho, construídas novas casas e aumentadas outras, já existentes, reedificados templos e criadas as primeiras unidades de transformação.

Considerado globalmente, o parque edificado em 1527 seria ainda modesto, como se pode verificar no Numeramento, produzido nesse mesmo ano, onde é referido que *Coyra* e *Froyam* é "… *terra de montanhas fragaroso, non tem vylla nem castelo nem povoaçam jumta, e tem Portezelo jumto do rio do Mynho em que vyvem oito moradores e todos os mais vyvem per casaes apartados e quyntas e herdades peryo*

[269] Mattoso, J. (dir. de) (1993) História de Portugal, Terceiro Volume, No Alvorecer da Modernidade, (coord. de Joaquim R. Magalhães), Círculo de Leitores, Lisboa, pp. 211-214.

huus dos outros…".[270] Concluindo: à data Paredes de Coura mantinha, ainda, as características da sua génese, do período central e tardio da Idade Média.

A partir do século XVI, e seguindo o crescimento populacional, o número de fogo aumenta significativamente - cerca de 20% até 1886 -; tendo a maior variação sido registada entre 1758 e 1886, quando, em pouco mais de cem anos, se assinalam cerca de 1600 novos fogos. Outra fase expressiva, no que concerne ao crescimento do parque habitacional, ainda que de modo muito mais paulatino, ocorrera entre 1527 e 1758, período durante o qual houve um aumento de cerca 1300 fogos.

A finalizar a análise do quadro 42, relativo à evolução do povoamento e da população entre 1527 e 1900, é de salientar uma diminuição no número de fogos (cerca de 1000) registados no início do século XX, em relação aos dados anteriores, datados de 1886.

Nas memórias paroquiais de 1758 é bem patente que as zonas montanhosas são despovoadas, sendo, frequentemente, dito que «o alto da serra é inculto e despovoado», conforme sucede na inquirição do Bico, Castanheira, Coura, Cristelo e Rubiães[271]. A economia local, assente na agricultura e na vida rural, vai moldar as povoações e influenciar a arquitetura, sóbria e sólida, que caracterizará as construções, desde o século XVII até ao século XIX.

O património arquitectónico inventariado reporta-se, quase na totalidade, a uma época balizada entre os séculos XVI e XIX, altura marcada por um forte incremento no povoamento, particularmente notório a partir do século XVIII, que acompanha a larga difusão e ampla aceitação do cultivo do milho grosso.

Em matéria de construção, releva, ainda, o notório aumento da qualidade construtiva, patente no bem esquadrado aparelho granítico de alvenaria seca, perpianho ou cantaria, que predomina nas novas construções, e que acentua a simplicidade do ordenamento interno dos modelos medievais de casa-pátio (tipo 1B, 1C e 1D)[272] e de

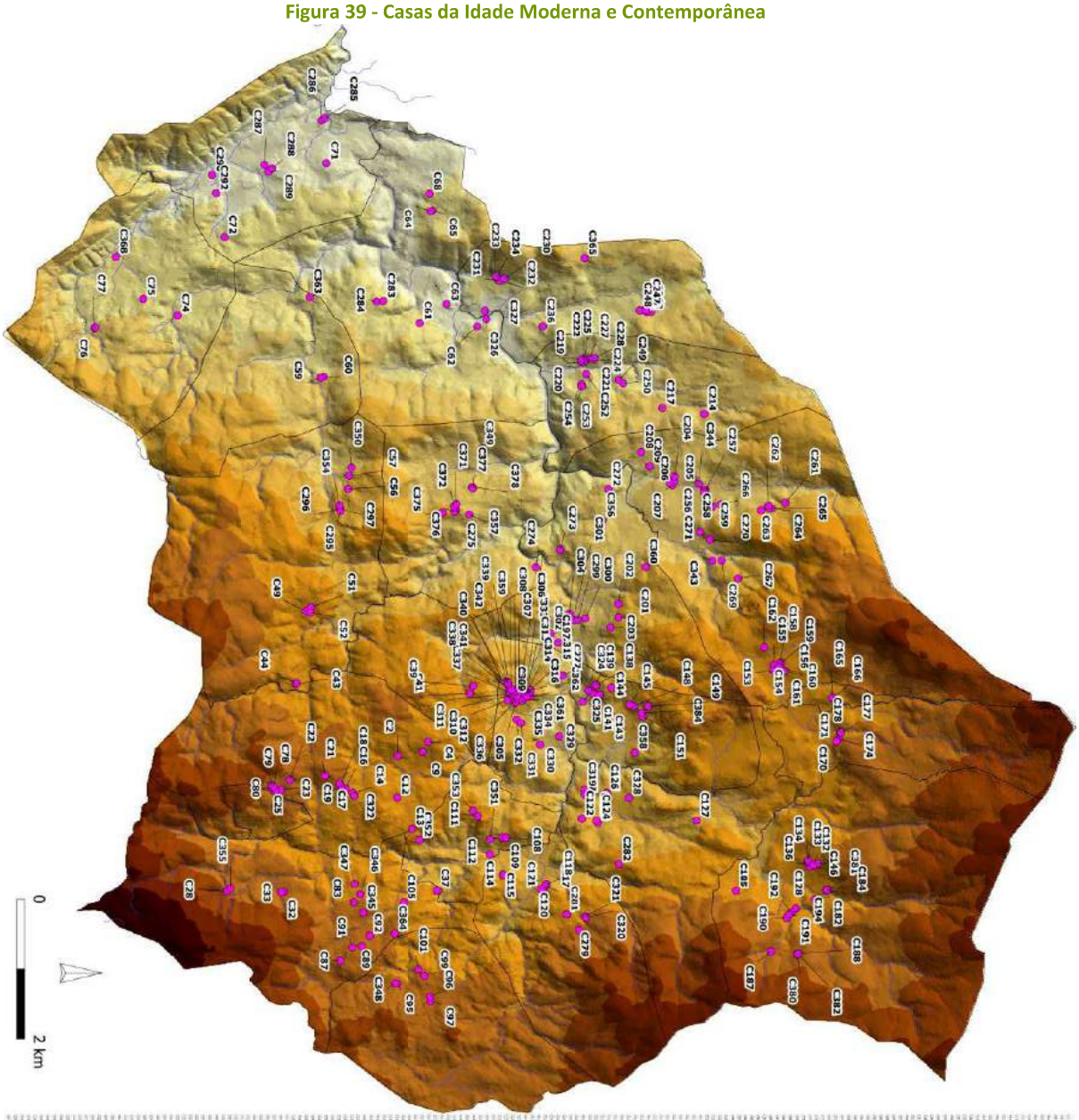
---

[270] Freire, A. B., op. cit., p. 246.
[271] Capela, J. V., op. cit., pp. 243-245, 245-246, 247-248, 248-251 e 279-280.
[272] Esta divisão teve o intuito de tentar reconhecer elementos distintos que nos permitisse estabelecer a sua evolução do século XVII ao XX. Considerando que algumas apresentam data, de construção ou reformulação, queríamos verificar ou reconhecer elementos que permitisse datar aquelas que não possuem indicador cronológico. O que infelizmente não foi possível realizar, por falta de elementos e de análise do interior destas habitações.

casa sobradada (tipo 2B, 2C e 2D),[273] que, aqui, permanecem, como, aliás, em quase todas as zonas do noroeste[274].

[273] Esta divisão, tal como no tipo anterior, teve o intuito de tentar reconhecer elementos distintos que nos permitisse estabelecer a sua evolução do século XVII ao XX.
[274] Sobre a casa rural leia-se: Oliveira, E.V. e Galhano, F. (1994). Arquitectura Tradicional Portuguesa, (2ª ed.), Publicações Dom Quixote, Lisboa.

Figura 39 - Casas da Idade Moderna e Contemporânea



As diferenças mais evidentes, entre as casa-pátio e casa-sobradada e os tipos de casa, típicos do período anterior respeitam, basicamente, às novas dimensões que adquirem, corolário do acentuado aumento demográfico. As novas habitações assumem maiores volumetrias, apesar de manterem a forma; as janelas e as portas aumentam de tamanho e existem mais rasgos, ao longo das fachadas.

Figura 40 - Casa-Sobradada antiga (C122) - Formariz

Figura 41 - Casa-pátio setecentista (C236) - Cossourado

Na casa sobradada (tipo 2B, 2C e 2D) mantém-se o piso térreo para as cortes, podendo integrar, ainda, adega, lagar, palheiro e arrumações diversas, continuando, o piso superior, a destinar-se a habitação, apesar de, em alguns casos, a cozinha estar situada no piso inferior. A escadaria de acesso ao andar de habitação é, normalmente, exterior, em pedra e encostada, na perpendicular, à fachada; tem, por vezes, dois lanços e um patamar alpendrado, na frente da porta ou uma pequena varanda corrida. Raras vezes, possuem uma varanda em pedra ou madeira, ao longo da fachada mais cumprida. A ausência de escadaria exterior, em alguns edifícios, deixa-nos adivinhar a existência de uma escadaria interna única, talvez em madeira, que cumpriria a mesma função.

Figura 42 - Escadaria casa-sobradada antiga (C162) - Ferreira

Figura 43 - Escadaria e varanda casa-pátio antiga (C71) – S. Martinho de Coura

Os telhados são, usualmente, de quatro águas e, por vezes, de duas ou três águas, constituindo, estes últimos, uma alteração mais recente, rareando as chaminés. O velho processo de cobertura em colmo foi sendo substituído pela telha de meia-cana e telha caleira (designada por telha Marselhesa). O telhado assenta diretamente em beirais simples, corridos, por vezes dotados de singelas cornijas, em granito.

Figura 44 - Telhado de quatro águas casa-sobradada antiga (C99) - Vascões

Figura 45 - Cornija em granito casa-sobradada Setecentista (?) (C80) - Castanheira

A chaminé está ausente em muitos casos, sobretudo nos edifícios mais antigos, onde o fumo sairia pelas telhas, ligeiramente levantadas ou pelas janelas e portas. Por oposição, em alguns exemplares de casas rurais mais abastadas, as chaminés ocupam um largo sector da parede do edifício, ocupando, por vezes, toda a parede e afirmando-se como elemento de grande vulto.

Figura 46 - Chaminé casa–pátio Oitocentista (?) (C115) - Parada

Figura 47 - Chaminé casa – sobradada Oitocentista (?) (C117) - Parada

A casa-pátio (tipo 1B, 1C e 1D) é definida por um conjunto de edifícios que compõem a unidade agrícola, dispostos em torno de um pátio ou eido (o exido medieval) central e fechado, que desempenha o papel de terreiro ou quinteiro. É nele que se guardam os matos, as lenhas, o estrume e por onde andam, soltos, os animais domésticos. O acesso ao pátio faz-se a partir de um portal: algumas vezes alpendrado, servindo para guardar os carros e as alfaias agrícolas, outras, sustentando um piso superior.

Figura 48 - Portal alpendrado casa–pátio antiga (C371) – Casa do Padre das Barrias/Infesta

Figura 49 - Portal casa–pátio antiga (C221) com construção no andar superior – Eiró

A casa-sobradada[275] está, normalmente, localizada em frente ao portão, e ladeada pelas várias dependências agrícolas (adega, cortes, galinheiro, etc.), que fecham o pátio na sua totalidade ou em dois ou três lados, casos em que, o restante espaço é fechado por um muro alto. As que ostentam padieira de portal têm nela inscrita a data da sua edificação ou remodelação. Pode ser uma inscrição simples da data, por vezes no interior de uma cartela rectangular ou emoldurada por motivos vegetalistas ou

[275] Igual a anteriormente descrita, sendo o piso superior destinado a habitação e o inferior é destinado aos serviços.

fazer-se acompanhar de motivos de cariz religioso, cruciformes ou o Cristograma IHS (*Iesus Hominum Salvator* – Jesus Salvador dos Homens).

Figura 50 - Portal Casa–pátio Setecentista (C242) – Pecene

Figura 51 - Portal Casa–pátio Oitocentista (C225) – Eiró

Podem encontrar-se exemplares destes tipos de edificações - casa-pátio e casa-sobradada - de arquitetura rural, em praticamente todas as aldeias/lugares do município de Paredes de Coura, excepção feita para a sede do concelho, onde a antiga malha urbana da vila se apresenta muito alterada. É este tipo de arquitetura que define os núcleos populacionais rurais, que ainda conservam a sua estrutura rústica antiga, mantendo a íntima relação com os espaços agrários envolventes e com os pequenos bosques e zonas de matos, que continuam a fornecer material para a cama dos gados ou a funcionar como zonas de pasto. As aldeias/lugares onde melhor preservada se encontra estra estrutura rústica do parque habitacional são: Pecene (Cossourado), Eiró (Linhares), Venade (Ferreira), Loureiro (Insalde), Outeiro, Cabo e Almas (Porreiras), Chavião (Castanheira), Penim, Cerdeira e Outeiro (Cunha), e Roriz (Infesta).

A partir do século XVI surge um outro tipo de construção no concelho, com novas formas e diferentes características. Apresenta novos volumes, de entre os quais sobressaem, usualmente, as frentes tripartidas, com o corpo central mais elevado do que os laterais e outras soluções construtivas mais elaboradas, para além de ornamentos vários São casas de aparência mais urbana, quintas, solares ou paços (tipo 4), que se distinguem das demais habitações e reflectem a elevada condição social e económica do seu proprietário.

A terminologia *solar* é utlizada, via de regra, para designar uma casa originária de uma linhagem da nobreza. No presente trabalho o termo é usado, porém, no seu sentido mais abrangente, podendo designar quaisquer residências ou paços senhoriais, independentemente de se tratarem ou não, de casas que estiveram na origem de uma linhagem nobre.

A casa-forte ou *domus fortis*, constitui um destes novos modelos arquitectónicos, e corresponde a residências fortificadas que terão sido construídas, na região de Entre-Douro-e-Minho, com maior frequência, entre os séculos XIII e XV mas, ainda que mais casuisticamente, também ao longo do século XVI[276].

Em Paredes de Coura não possuímos nenhum conjunto completo, casa e torre, pelo que não nos é possível caracterizar o seu plano construtivo mas há vestígios de um exemplar deste tipo de construção nas ruínas da torre do Antigo Solar dos Cunhas (C354), no lugar do Outeiro, freguesia de Cunha[277]. Outro exemplar conhecido da arquitetura residencial nobre, a Torre do Outeiro, registada em 1951 pela DGEMN, localiza-se na freguesia de Linhares[278]. Não tendo sido possível identificá-la no terreno, desconhece-se o seu atual estado de preservação mas, a julgar pela descrição do registo da DGEMN[279] o mais provável é que esteja em estado de avançada ruína.

É também a partir do século XVI que surgem edifícios imponentes, dotados de fachadas tripartidas, sem grandes variações na tipologia das edificações e que se caracterizam, basicamente, pela disposição de corpos rectangulares em torno de um pátio central, desenhando plantas em "U" ou em "L", tal e qual as grandes casas de lavoura. Os edifícios são construções de grande sobriedade arquitectónica, limitando-se, por vezes, às expressões artísticas barroquizantes, à decoração arquitectónica dos

---

[276] Barroca, Mário J. (1989) Em torno da Residência Senhorial Fortificada. Quatro Torres Medievais na Região de Amares, Sep. de "Revista de História", vol. IX, Porto, Centro de História da FLUP, p. 9-61.
[277] A Torre dos Cunhas já é referenciada nas Memorias Paroquiais de 1758, onde é mencionado o seu estado de ruina a época e que possui a seguinte inscrição "…*Esta hé a caza e torre dos Cunhas, solar edificado pello governador Francisco da Cunha, cavaleiro do hábito de Santiago, senhor della*…", não se deslumbra a existência de outra torre no concelho.
[278] Macedo, F. W. V. P (2012) Protecção e valorização de paisagens associadas às casas-forte medievais. Mestrado em Arquitetura Paisagista Departamento de Geociências, Ambiente e Ordenamento do Território, Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, Porto, p. 105.
[279] http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2104

vãos de portas e de janelas, às empenas, às capelas anexas e, principalmente, aos portais de aparato, onde quase sempre foi mandada colocar a pedra de armas da família proprietária.

A Casa do Paço de Antas (C64), em Rubiães, que recebeu a carta de brasão de armas de D. Sebastião em 1571[280] é o mais antigo exemplar deste estilo arquitectónico, em Paredes de Coura

Figura 52 - Paço de Antas (C64)

A Casa Grande de Paredes de Coura (C308), na sede do concelho, também terá tido origem num edifício do século XVI, cujos vestígios da fachada ainda permanecem[281], constituindo um belo exemplar desta época, inserido em meio urbano.

O uso desta terminologia alargou-se às propriedades dos detentores de patrimónios mais avultados que, na micro esfera territorial onde se implantava a casa, atingiam elevado protagonismo social, originando a evolução de edifícios mais antigos, de que são exemplo a Casa de Gonte, o Paço de Afe ou a Quinta de Mantelães.

[280] Sampaio, J. P., op. cit, p. 9.
[281] *Idem,* p. 11.

A Casa de Gonte (C20), na freguesia da Castanheira, com origem no século XVI ou anterior, possui muros ameados que confrontam o portal, o que representa um traço de continuidade com o espírito da arquitetura militar medieval.

É possível que também as origens do Paço de Afe (C324) remontem à Idade Média. A presença de uma casa sobradada de provável origem medieval (C383), à qual foi cosido o portal do edifício do século XVII, poderá ser um indicador da sua antiguidade. Narciso C. Alves da Cunha, em 1909, referia que a casa de Afe tinha sido construída num outro local, distinto daquele que ocupa na atualidade[282]; não se sabendo, no entanto, se o autor se referia a esta casa, integrada na construção do século XVII ou a outra.

Figura 53 - Casa–sobradada de provável origem medieval (C383) – Paço de Afe

Figura 54 - Casa-sobradada de provável origem medieval (?) (C303) – Quinta de Mantelães

Curiosamente, o mesmo autor refere que a casa antiga de Mantelães se localizaria numa área mais próxima do ribeiro[283]. Ora, nas imediações da atual Casa da Quinta de Mantelães (C302) foi identificada uma casa-sobradada, de provável origem medieval (C303), que poderá ser a casa que se refere o autor, configurando mais um exemplo de propriedades de raiz medieval, que evoluíram em épocas posteriores.

[282] Cunha, N. C. A., op. cit., p. 219.
[283] *Idem, p.* 198.

Figura 55 - Quinta de Mantelães (C302)

Figura 56 - Casa-sobradada de provável origem medieval (?) (C303) – Quinta de Mantelães

Por seu turno, quinta era a denominação aplicada à casa de campo ou de lavoura, o que pressupõe uma residência situada no espaço rural, onde as terras, integrantes da propriedade, podiam ser arrendadas a foreiros, que as cultivavam a troco de pagamentos anteriormente acordados. A Quinta/Casa de Vermoim (C12), na freguesia de Castanheira, vedada por um muro alto, apenas interrompido pelo portão de armas[284], é um bom exemplo deste novo período da arquitetura do concelho.

A renovação da nobreza, após a restauração de 1640, originou a construção de novas casas e a ampliação de outras, fossem urbanas ou agrícolas, onde a respectiva pedra de armas exibe a importância da família que a habita[285]. Estamos perante uma arquitetura civil, símbolo social e económico de uma classe reerguida à qual se juntam, no contexto rural, os burgueses e grandes comerciantes enriquecidos, os militares, os lavradores abastados e os homens do clero.

A fundação de capelas privadas ganhou relevo em Portugal no período pós-tridentino[286], destacando-se como fenómeno da primeira metade do século XVIII[287], como prática devocional e atitude de afirmação de pergaminhos familiares. Fenómeno próprio das elites endinheiradas, impõe-se como um capítulo imprescindível para o estudo da Casa Nobre, na época moderna em Portugal[288].

---

[284] *Idem,* p. 10.
[285] Sampaio, J. P., op. cit, p. 8.
[286] Rocha, M. J. M. (1996) Espaços de Culto Público e Privado nas Margens do Douro: Uma Abordagem, in Separata Revista Poligrafia, n.º 5.
[287] Rocha, Manuel J. M. (2010) Manifestações do barroco português: casas e quintas com capela, *in* Actas do Coloquio A Encomenda. O Artista. A obra: IV Seminário Luso-Brasileiro, Faculdade de Belas Artes do Porto, Porto, p. 337.
[288] *Idem, p.* 337.

A sua construção, comum nas habitações da nobreza, propaga-se às residências permanentes ou sazonais das novas elites da província, compostas por homens da governação local, comerciantes e militares. E, deste modo, a arquitetura civil associa-se à arquitetura religiosa e, não raras vezes, são as fachadas das capelas que se sobrepõem às fachadas das casas, ainda que a capela seja construída ou adossada, num período posterior à fundação da casa.

As casas que ficavam muito distantes dos centros de culto, justificavam, em cumprimento das disposições tridentinas, a criação de pequenas unidades religiosas, nomeadamente capelas privadas, anexas ou nas imediações da casa habitacional. As mesmas tinham, porém, o dever de manter uma função religiosa de natureza pública, razão pela qual, quase todas, possuem fachadas voltadas para o exterior.

Em Romarigães, a Casa e Quinta do Amparo (C74), imortalizada como Casa Grande de Romarigães por Aquilino Ribeiro, é composta por um edifício do século XVII e uma capela do século XVIII (1704), que sofreu várias alterações ao longo do tempo. A capela e o portal de armas fazem parte dos elementos mais antigos do edifício, sendo a fachada *rocaille* da capela o elemento mais rico deste conjunto[289].

São inúmeros os exemplos deste novo domínio da arquitetura (fig. 39), estando a maior parte destes templos arrolados nas inquirições efectuadas em 1758, sob a designação de ermida particular[290].

Figura 57 - Casa dos Anjos (C160)

Figura 58 - Casa do Paço (C197)

[289] Sampaio, J. P., op. cit, pp.11-12.
[290] Capela, J. V., op. cit., pp. 241-281.

De entre elas cumpre destacar a Casa do Crasto (C63), cuja habitação revela uma construção mais antiga, ampliada e/ou reformulada, talvez em 1682[291] e à qual foi, em data posterior, adossada a capela, já referida nas memórias paroquiais de 1758[292]. Tal como a Casa do Crasto, a casa-pátio setecentista da Costa (C290), demonstra uma construção sóbria, e com sinais evidentes de ampliação e/ou reformulação, que nos indicia uma construção anterior, tendo-lhe sido, mais tarde, anexada a capela de Santa Isabel, também referida nas memórias paroquiais[293].

Figura 59 - Casa do Crasto

Figura 60 - Casa setecentista da Costa (C290)

A partir do século XVI, o Brasil começa a ser visto como um país gerador de riqueza para muitas famílias, promovendo a imigração de muita gente do concelho. Este fluxo de imigração irá promover alterações na arquitetura civil e religiosa em meados do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, quando começa a retornar a maior parte desses imigrantes, que facilmente se tornam pessoas distintas da aldeia ou da vila[294].

A Casa de Santa Ana de Seara, na freguesia de Ferreira, constitui um dos mais belos exemplares desta nova arquitetura do início de Oitocentos. É constituída por um corpo central, de onde partem todas as alas da casa e se localiza um jardim barroco. A fachada tripartida, possui um torreão central que a divide, estando a capela destacada do conjunto[295].

---

[291] A datação que possui na padieira do seu portal não nos dá uma leitura muito clara.
[292] Capela, J. V., op. cit., pp. 279-280.
[293] *Idem,* pp. 247-248.
[294] Sampaio, J. P., op. cit, pp.12-14.
[295] *Idem,* p. 14-15.

Outro exemplar da arquitetura dos brasileiros de "torna viagem", é a Casa do Conselheiro Miguel Dantas (C301), palacete construído em alvenaria de granito, rebocada e pintada a branco, à excepção da frontaria e capela, azulejadas e com pedra 'à vista' nas molduras, cunhais, cimalhas e ornamentação. O edifício é constituído por dois corpos arquitectónicos, adossados longitudinalmente e capela lateral, com plantas rectangulares, de um piso elevado e dois pisos e coberturas escalonadas e diferenciadas de três e quatro águas. A fachada é dividida em três panos, separados por pilastras rematados por capitéis compósitos assumindo, os azulejos, o preenchimento do restante paramento. A coroar a fachada está uma platibanda, encimada por duas urnas no pano central e duas estátuas nos vértices dos panos laterais. A pequena capela, adossada à direita do corpo principal, apresenta planta rectangular, cobertura a duas águas e um portal de verga ondulada, com enrolamentos e ombreiras pilastradas, ligado por moldura a óculo quadrilobado.

Este modelo parece replicar-se no concelho, pelo menos uma vez, no edifício de 1892 que fica contiguo à igreja de Infesta (C378), de dimensões mais modestas que o anterior mas do qual, em termos formais, pouco difere. A fachada possui um só pano, rematada também por uma platibanda, mas mais simples; é revestida a azulejos e nela são abertas duas janelas e uma porta, as primeiras rematadas por arcos ogivais trilobados e a segunda, por um arco perfeito simples.

Figura 61 - Casa do Conselheiro Miguel Dantas (C301)

Figura 62 - Casa de 1892 - Infesta (C378)

Da mesma época e com evidentes semelhanças arquitectónicas com o modelo anterior são, ainda, a Casa da Boavista (C312), localizada nas imediações do tecido urbano da vila, e um outro edifício, de menores dimensões, no Lugar de Cascalhal

(Romarigães). As duas possuem corpos elevados na fachada principal e nas laterais, definidas por frontões triangulares, rasgando-se, no segundo piso de cada corpo, uma janela de peitoril com bandeira triangular. No caso da Casa do Cascalhal, ao centro da fachada abre-se uma janela de sacada, também com bandeira triangular. Apesar de a segunda possuir alvenaria em granito aparente, estamos em crer que terá sido, originariamente, rebocada.

Figura 63 - Casa da Boavista (C312)

Figura 64 - Casa do Lugar de Cascalhal (C75)

A localização da vila de Paredes de Coura beneficiava de boas vias de comunicação terrestre, com destaque para a EN 303, antiga estrada real nº 24 que, durante o século XIX, desempenhou um papel preponderante no acesso à fronteira com a Galiza e no acesso ao centro cívico da vila. A sua importância, como eixo de comunicação e rota comercial, influenciou a construção de um núcleo de casas, de arquitetura oitocentista, hoje muito reduzido, devido à pressão da construção dos séculos XX e XXI, que levou ao desaparecimento de muitas, ao mesmo tempo que outras, apesar de subsistirem, deixaram de funcionar como edifícios residenciais. São construções com dois pisos e, geralmente, encontram-se anexadas umas às outras, mantendo entre elas uma largura, às vezes, exígua. Os edifícios deste período estão dispostos ao longo das vias de acesso, para onde se abrem as fachadas, sendo a Rua do Conselheiro Miguel Dantas a que melhor preserva este traçado tipicamente oitocentista. Numa praça, paralela à Rua do Conselheiro Miguel Dantas, junta-se a este conjunto de edifícios, os Paços do Concelho (C361) e a antiga cadeia (C362) de Paredes de Coura.

A antiga cadeia foi construída no final do século XIX (entre 1892 e 1895), durante a gerência do conselheiro Miguel Dantas. É um edifício muito simples, de planta rectangular coberto por telhado de quatro águas. A fachada principal é a mais importante peça do conjunto, com organização tripartida de vãos: porta axial de lintel

recto, ladeada por duas janelas quadrangulares de idêntica moldura. Houve a clara preocupação de dotar a frontaria de maior altura, pelos degraus que antecedem a entrada e, sobretudo, pela linha de coroamento em ameias chanfradas, que percorre todo o alçado e que enquadra o frontão semi-curvo, com as armas de Portugal, a eixo[296]. Trata-se de uma bela peça de arquitetura contemporânea, que contrasta, propositadamente, com as construções oitocentistas, criando um diálogo patrimonial interrogante, a quem visita o local.

Figura 65 - Antiga cadeia de Paredes de Coura

O regime de propriedade, tal como na Idade Média, ´permanece diversificado, com a diferença, porém, da grande perda de influência do clero, na propriedade de quem, para além dos templos de culto, apenas foram identificadas quatro casas (C60, C365, C371 e C377)[297].

Como senhorio rural, o Mosteiro de Ganfei mantinha o seu domínio sobre a região desde a Idade Média, e possuía inúmeras propriedades. Sob o domínio direto do mosteiro estavam a casa de Recibo com terra lavradia e devesa, em Coura, e uma outra casa de Recibo, em Formariz. Tinha um elevado número de bens dispersos por

[296] http://www.patrimoniocultural.pt/en/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/70967

[297] Temos de salientar que os tombos das Igrejas do concelho não foram consultados por motivos operativos e cumprimento de prazos.

várias freguesias do concelho e, entre 1638 e 1641, viu aumentar o seu património com a compra de algumas casas, em Coura[298].

Quadro 5 - Lista dos prazos pertencentes ao Mosteiro de Ganfei entre o século XVII e XIX[299]

Prazos de Cristelo e Mozelos	Parcelas	Prazos S. Mamede e Formariz	Parcelas
Outeiro	9	Brites Enes	4
Gº Quinteira	10	Queimada	1
Gonsalo Affonso	9	Outeiro	10
João Lama	11	Maria Armelo de Lamporta	12
Eira Ignes	10	Maria Cabam	9
Affonso Fradega	5	Pedro Dias	2
Campo	8	Bento Alz	1
João do Quinteiro	6	Pedra	5
Forneiro	6	Rodrigo	26
Souto	18	Agrela	1
Prazos de Insalde e Vilarinho	Parcelas	Outeiros	1
Pedra do Cabo	29	Eirigo	1
2º da Pedra	4	Prazos de Infesta, Pareides e Rezende	Parcelas
P. de Ant° Quint°	6	Antonhas	1
Forneiro prº	6	1° da Peteira	8
Mª do Lour°	1	2º da Peteira	1
Cazal Picoutas	1	Quinta do Outeiro	1
Eira da Rosa	1	1° da Nogueira	3
Cazal Picoutas	4	2º da Nogueira	5
Affonso Casait°	1	Affonso Enes de Lama	2
Fernandº Cazado	5	Campo Aboim	4
P. de João do Outeiro	1	Codeseda	14
Picoutas	2	Agro	4
Dom° Ramos	10	João Lamas	1
Cater Meca	1	Prazos de Padornelo e Parada	Parcelas
Affonso Ramos	1	Souto	11
Affonso Cazado	1	Outava	2
Rebordoeus	1	Pedro Veiga	1
2º Domgº Ramos	1	João Porta	2
Prazos de Porreiras	Parcelas	outeiro	1
1º da Fonte	9	Outava	1
2º da Fonte	22	Fernando Riba	4
3º da Fonte	2	Rodrigo Affonso	1
Cabo	3	João Lourº	6
Correga	8	Deogo Alz	1
Palho	3	Maria Affonso	1
Gonçalo Dias	4		

O crescimento das aldeias e lugares, nos tempos modernos, parece ter conduzido a um reforço dos laços de proximidade locais, evidenciado, *e.g.,* na edificação de capelas nos locais mais afastadas da igreja, conforme já foi referido.

A arquitetura religiosa no concelho, está representada por cerca de uma centena de construções, que se dividem em igrejas paroquiais, capelas públicas e privadas. Para além das capelas e das igrejas há, ainda, um belo conjunto de cruzeiros e alminhas,

[298] Silva, C. M. T. (1993) O Mosteiro de Ganfei: Propriedade, Produção e Rendas no Antigo Regime (1629 - 1683 e 1716 - 1822). Dissertação de Mestrado em História Moderna, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, pp. 64, 71, 73, 82.
[299] *Idem, p*. 154-158.

aqui não inventariados exaustivamente, mas que, indubitavelmente, fazem parte integrante da arquitetura rural de Paredes de Coura[300]. Apesar dos inúmeros exemplos de alminhas e cruzeiros que poderiam ser apontados, apenas será referido um exemplar de cada: as Alminhas da Rua de Penim e o Cruzeiro de Cossourado.

As alminhas, usualmente, estão integradas em muros de divisão de propriedade, onde está inserido o nicho. Em Penim existe um exemplar, construído em granito, assente num plinto que forma um parapeito e com um arco pleno, que encerra um painel de azulejo com a representação de Cristo Crucificado. Tem, no remate uma cruz e, na base do painel, um "peteiro" para recolha das dádivas.

Figura 66 - Alminhas da Rua de Penim

O cruzeiro de Cossourado possui uma grande cruz granítica inserida num plinto paralelepipédico, assente sobre a base quadrangular de dois degraus. Uma das faces do plinto tem uma inscrição, referindo que o cruzeiro foi mandado fazer por João da C. Adam.

Às 64 capelas identificadas no concelho (fig. 67) acrescem 22, de propriedade particular, perfazendo um total de 86 capelas, número que, por si só, atesta bem a importância do culto nas populações rurais. Por diversos motivos, de entre os quais

[300] Silva, C. G. (2007) A Memória dos Templos, Câmara Municipal de Paredes de Coura, Paredes de Coura, p. 7-8.

avultam a destruição e a invisibilidade no terreno, não foram possíveis identificar 24, das 89 capelas[301], que aparecem mencionadas nas memórias paroquiais de 1758.

Foi, portanto, na segunda metade do século XVII e, praticamente, durante todo o século XVIII que, acompanhando o enriquecimento geral do país, em parte consequência dos rendimentos do Brasil, que se registou uma elevação dos padrões arquitectónicos, manifestada na renovação e edificação de muitas capelas, paços e solares rurais.

Os séculos XVII e XVIII foram, ao mesmo tempo, uma época de florescimento do culto mariano, materializado na reconstrução ou edificação nova**,** de santuários de peregrinação dedicados ao culto da Virgem, de quem se esperava uma proteção alargada. Assim aconteceu**,** também**,** em Paredes de Coura, que viu erguer inúmeros santuários marianos, particulares ou públicos, dispersos pelo seu vasto território.

Muitos santuários terão sido mudados do seu local original ou reedificados, como é o caso da Capela de Nossa Senhora de Monserrate (1608) que foi transladada para a Casa de Santa Ana (C351) e a Capela de Nossa Senhora das Angústias (CPL22), outrora localizada no lugar de Portelas, e reedificada no local atual, por ser mais amplo e desafogado[302]. Em 1878, o abade Miguel António da Cunha passou a utilizar como igreja paroquial a Capela de Nossa Senhora das Dores, construída em 1795 e, para a adaptar às novas funções, providenciou a sua reparação, alargamento e reforma[303]. A torre da igreja foi edificada em 1938, pela própria freguesia, em resposta à construção

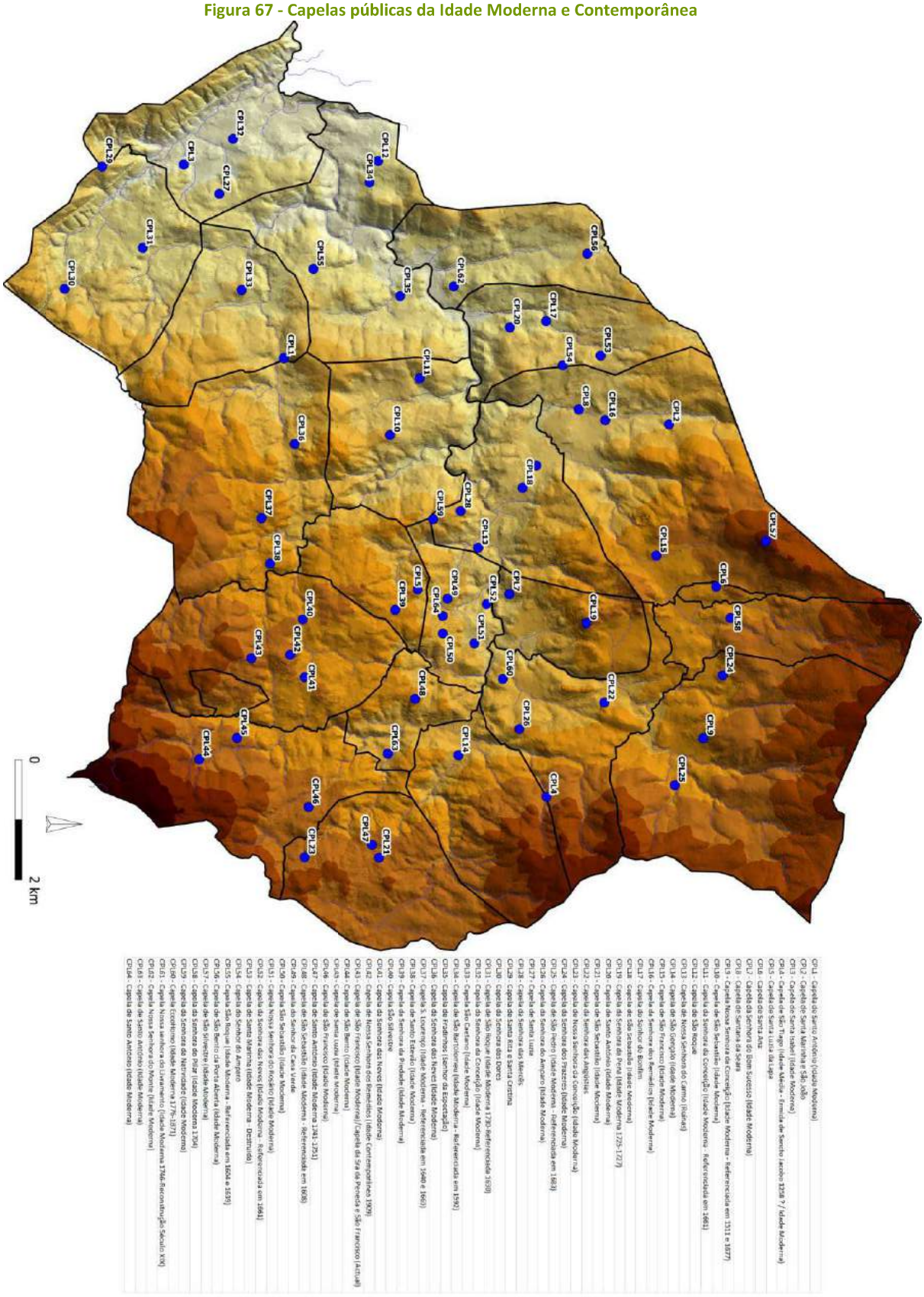
[301] Capelas não identificadas, de entre as mencionadas nas memórias paroquiais de 1758: Capela Nossa Senhora do Rosário (Paço/Quinta Chão do Souto – 1578), Capela da Misericórdia (anexa a igreja) e Capela de Nosso Senhor – **Vascões**; Capela de São Sebastião – Rubiães; Capela de Santo André (Quinta do Redondo) – **Romarigães**; Capela de Nossa Senhora (1661) e Capela de Nossa senhora das Neves – **Resende**; Capela de S. Brás (1688) – **Paredes de Coura**; Capela de S. Tiago de Britelo (segundo a tradição houve no sitio um convento de padres templários nas fraldas do Monte Balhadouro) – **Parada**; Capela de Nossa Senhora do Desterro – **Linhares**; Capela de Santo António (Loureiro) – **Insalde**; Capela de Santo António (Freixieiro) e Capela de S. Bento – **Infesta**; Capela de S. João Batista (Reprega), Capela de Nossa Senhora da Penha de França (Quinta do Souto) e Capela de Nossa Senhora das Neves – **Formariz**; Capela de Nossa Senhora da Conceição (particular) – **Ferreira**; Capela de Santo António (Conhadouro) – **S. Martinho de Coura**; . Capela de S. João – **Cossourado**; Capela de Santa Catarina (junto a igreja) e Capela de Santo António (Chavião e Cortinhas?) – **Castanheira**; Capela de Nossa Senhora das Almas (Eiras) – **Bico**; Capela de S. João Batista (Lourrello), Capela e Capela de Nossa Senhora do Livramento (Lourrello) – **Agualonga**. Capela, J. V., op. cit., pp. 241-281.
[302] Informação do Sr. Fernando Silva.
[303] Cunha, N. C. A., op. cit., p. 192.

da torre da igreja de Romarigães[304]. A reutilização deste santuário, dando-lhe uma nova função no seio da comunidade, é um exemplo claro da aproximação do espaço de culto à população.

Construída num lugar proeminente da serra, e testemunho da definitiva apropriação dos montes pelas populações, sacralizando espaços, até então, dominados por medos e superstições, temos a Capela de S. Silvestre (CPL57).

[304] Silva, C. A. G. (1993) Igrejas Barrocas do Concelho de Paredes de Coura, *in* Cadernos de Arqueologia e Património Monografias, Câmara Municipal de Paredes de Coura, Paredes de Coura, Vol. I, p. 22.

Figura 67 - Capelas públicas da Idade Moderna e Contemporânea

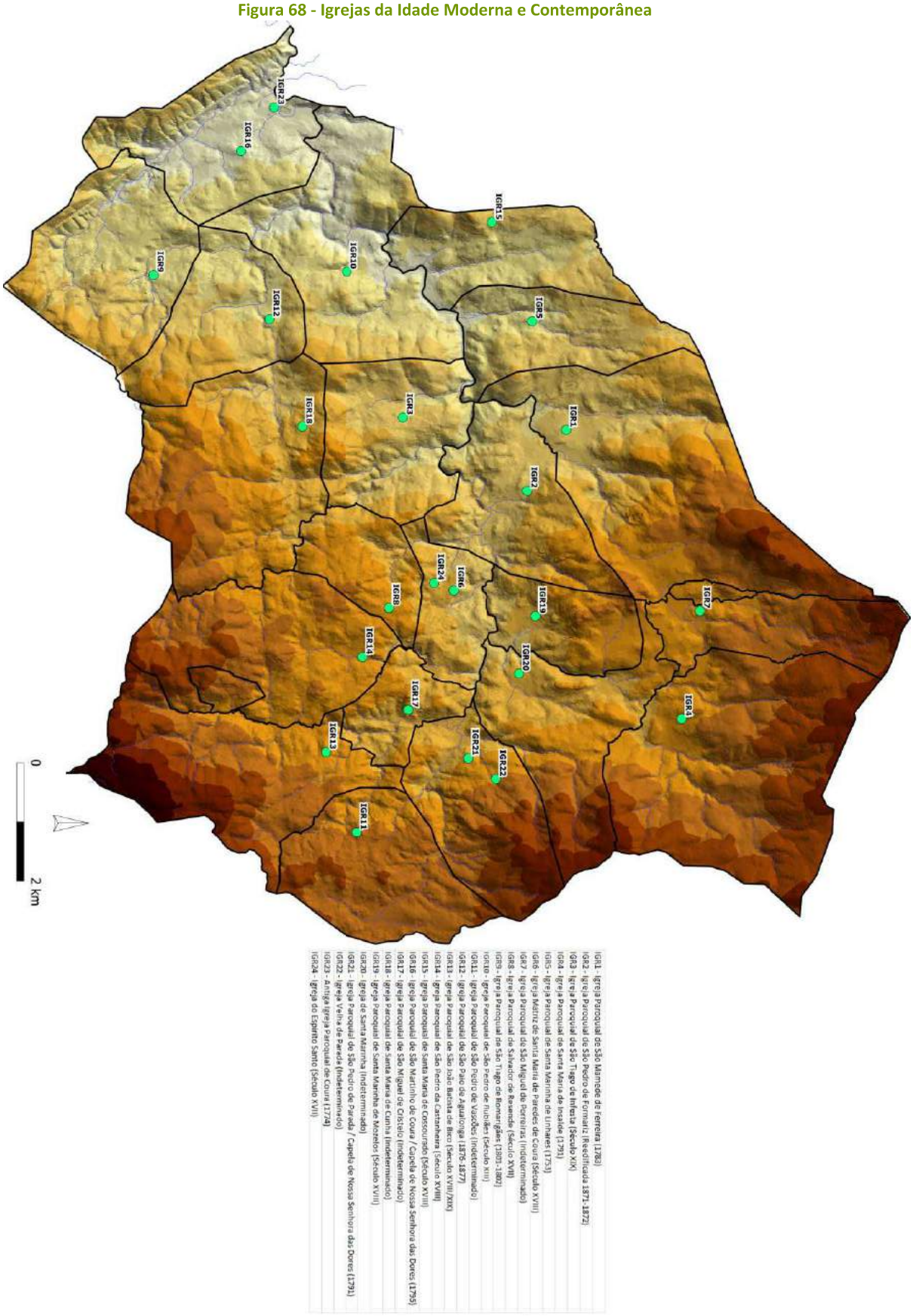


A generalidade das igrejas paroquiais do concelho conheceu remodelações ou mesmo reconstruções, durante os séculos XVII e XVIII, acompanhando os impulsos reformistas pós-tridentinos da Igreja Católica. Foram muito poucas, as que conservaram a igreja medieval ou partes da sua edificação, destacando-se, de entre estas, a Igreja antiga de Parada e a Igreja de Cunha, que conserva pequenas partes reveladoras da igreja românica anterior.

Este território foi desmembrado do bispado de Tui em 1444, pela mão de D. João I, passando a pertencer ao bispado de Ceuta, onde se terá mantido até 1512. Em 1512 D. Diogo de Sousa, arcebispo de Braga, promoveu a troca da comarca eclesiástica de Olivença pela comarca de Valença do Minho, com D. Henrique, bispo de Ceuta, e aprovada pelo Papa Leão X no ano seguinte. Assim, a partir do século XVI, todas as freguesias pertencentes ao julgado de Coira e Fraião[305], à semelhança de todas as outras, de Entre Lima e Minho, foram incorporadas na diocese de Braga.

[305] Portugal, Arquivo Distrital de Viana do Castelo – Concelho de Paredes de Coura: Paróquia de ... [Manuscrito], 1989. Acessível no ADVCT em http://digitarq.advct.dgarq.gov.pt

Figura 68 - Igrejas da Idade Moderna e Contemporânea



A reconstrução ou construção destes templos ocorreu em duas épocas distintas. Na primeira, situada entre a segunda metade do século XVII e o primeiro quartel do século XVIII, os templos assumem todos as mesmas características: são igrejas rurais pequenas, com um portal de linhas rectas, encimado por uma pequena entrada de luz e, no cimo, um frontão triangular, ladeado por pirâmides. Junto à fachada situa-se um pequeno campanário. A Igreja de Santa Marinha de Linhares, Igreja Paroquial de Cristelo e a Igreja Paroquial de Vascões são exemplos dos templos[306] construídos ou reconstruídos, neste período.

Na segunda, que se estende por todo o século XVIII, as construções são definidas pelo barroco de feições rurais, que coexiste, a partir do último quartel do século XVIII, com o chamado Rococó Rural. Os exemplos mais ilustrativos desta fase são a Igreja Paroquial de Ferreira, de uma só nave mas com o portal tripartido e a Igreja Paroquial de Agualonga, edificada em 1786[307]. Foi, também, durante este século, que se relocalizaram alguns templos; para além do caso já mencionada na freguesia de S. Martinho de Coura há a assinalar mais dois casos: um na freguesia de Paredes de Coura e outro na freguesia de Parada.

Em Paredes de Coura, aquando das inquirições de 1758, não é feita nenhuma menção à igreja, estando apenas evidenciada a capela do Espírito Santo[308]. A data da fundação da Confraria do Espírito Santo de Paredes de Coura não está determinada documentalmente, mas sabe-se que, no séc. XVII, passou a reger-se pelos Estatutos que viriam a vigorar até 1735, data em que foram reformulados[309]. É possível, face ao exposto, que este templo tenha desempenhado o papel de igreja paroquial, até finais do século XVIII, altura em que terá sido construída a Igreja de Santa Maria de Paredes de Coura.

A relocalização da Igreja de Parada parece ter tido a mesma motivação que determinou a deslocação da Igreja de S. Martinho de Coura: a aproximação do templo aos lugares/aldeias que concentravam mais população. De facto, apesar de demonstrar sinais de uma provável origem medieval, o templo foi profundamente

[306] Silva, C. G., op. cit., p. 9.
[307] *Idem, p.* 10.
[308] Capela, J. V., op. cit., pp. 272-274.
[309] Cunha, N. C. A., op. cit., p. 291.

ampliado e reformulado, pelo menos, na primeira metade do século XVIII, ficando localizado no lugar de Cenoi, local mais alto a nascente da freguesia. O distanciamento do centro do povoamento determinou que, em 1930, fosse construído um novo templo, no local anteriormente ocupado pela Capela de Nossa Senhora das Dores, edificada, provavelmente, em 1791.

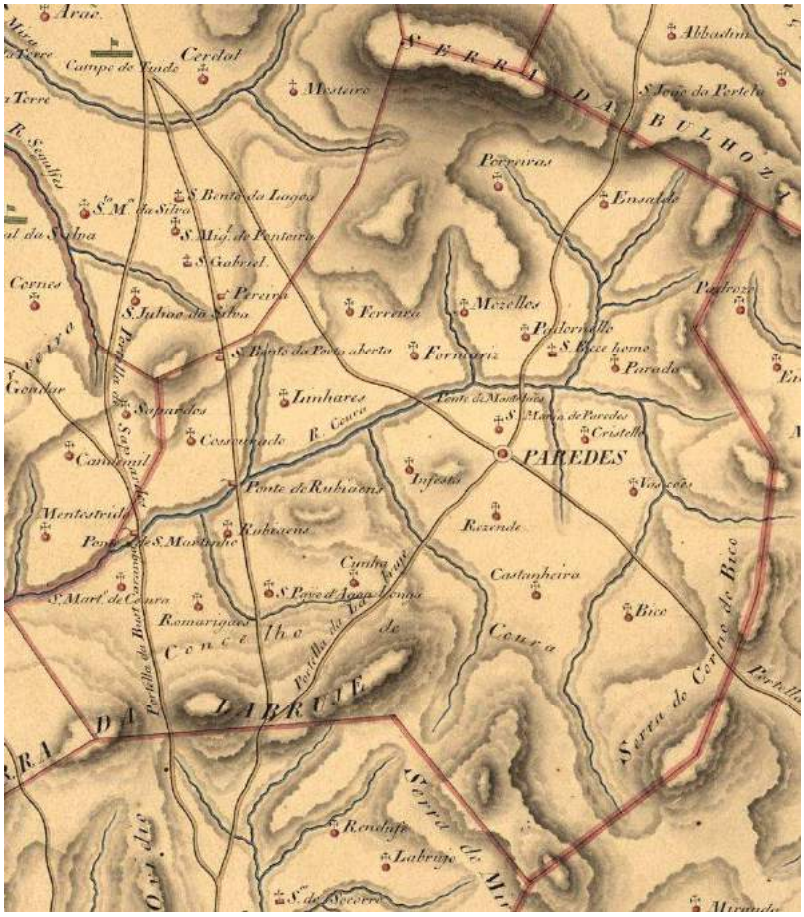
No século XIX ainda são construídos, no concelho, alguns templos de raiz, como é o caso da Igreja Paroquial de Romarigães[310].

A importância dos espaços de culto, neste período, é atestada, não só pelo forte incremento na construção e reconstrução de capelas e igrejas, em todo o concelho, e pela relocalização de algumas delas, tendo em vista a sua aproximação aos aglomerados populacionais mais expressivos mas, também, pela inclusão de algumas capelas e igrejas, na cartografia de finais do século XVIII.

Figura 69 - Igrejas de Rubiaez, Paredes, Parada, Bico e Formariz (Extracto da Carta Geographica da Provincia de Entre Douro Minho e Tras os Montes (…) desenhado por Jozeph Monteiro de Carvalho …)[311]

[310] Silva, C. G., op. cit., p. 10.
[311] Carvalho, José Monteiro de, fl. 1750-1780 Carta Geographica da Provincia de Entre Douro Minho e Tras os Montes Dedicado A Magestade Fidelissima e sempre Augusta de El Rey de Portugal e dos Algarves Dom [...]Nosso Senhor por Jozeph Monteiro de Carvalho, Sargento Mor de Infataria com exercício de Engenheiro. Disponível em http://purl.pt/24999/2/ Cota D-158-R.

Figura 70 - Principais vias, pontes, capelas e igrejas do Concelho de Paredes de Coura em 1794-1795 (Extracto do Mappa da Província D'entre Douro e Minho desenhado por Custódio Jozé Gomes de Villas-Boas)[312]



Conforme é já sabido, as vias de circulação e as pontes foram um elemento importante na afirmação da territorialidade, na medida em que asseguram o acesso de pessoas e bens. No período moderno e contemporâneo, são abertas novas vias e remodeladas algumas das pré-existentes.

Da leitura do mapa anterior (fig. 70) pode concluir-se que a via medieval/caminho de Santiago, que atravessa toda a parte oeste do concelho, entre Romarigães e Cossourado, se manteve como uma das principais do concelho. A travessia do Rio Coura continuava a ser feita pela antiga Ponte de Peorada, no mapa designada por Ponte de *Rubiaens*. Esta conclusão baseia-se nos seguintes factos: por um lado, nas memórias paroquiais de 1758, são referidas, apenas, duas pontes: uma de três arcos,

[312]Villas-Boas, Costodio Jozé Gomes, Mappa da Província D'entre Douro e Minho com o quadro das indagações Economico-Politicas, tudo para servir á Regulação da Comarca da mesma Provincia e outros objectos de Utilidade Publica [Material cartográfico] / completado no anno de 1794-1795. Disponível em http://purl.pt/24999/2/ Cota D-94-R.

que corresponde à Ponte romana/medieval de Peorada e outra, de um só arco, sobre o Regato do Regueiro[313] e, por outro, não existe qualquer elemento, documental ou arquitectónico, da Ponte Nova, que nos permita concluir que tenha sido construída na segunda metade do século XVIII, período que medeia entre as citadas inquirições e o desenho do mapa em apreço.

O mesmo terá sucedido com a Ponte de Agualonga (IM6), que está perfeitamente integrada no caminho de Santiago, apesar de não constar no documento cartográfico acima referenciado.

Não queremos deixar de mencionar que esta interpretação é uma base de trabalho que nos parece a mais plausível, tendo em conta as fontes documentais e primárias que trabalhámos.

Importa acrescentar que, paralelamente à via medieval/caminho Santiago, foi aberta uma nova via, a EN 201, que faz a travessia do rio Coura na Ponte Nova.

Partindo de Labruje, na Portela, saía outra importante via que atravessava, longitudinalmente, S. Martinho de Coura, até à Portela de Sapardos. Tal como na via anteriormente descrita, esta parece decalcar parte do traçado da via romana, que saía da Portela Pequena, passando por Fonte de Olho e, daí, seguia em direcção a Antas, com a diferença, porém, de que a via da Idade Moderna seguia em frente na zona de Cachadas, não inflectindo para Fonte do Olho, continuando em direção a Vale da Cal e vencendo o rio Coura na Ponte de S. Martinho (PIM7). Esta ponte tem muitas semelhanças com a atual Ponte de Mantelães (PIM4), fazendo crer que possa ter sido edificada no século XVIII, e reformulada, posteriormente, nos séculos XIX ou XX.

A construção do C.M.1076-4, por sua vez, terá decalcado parte do traçado da via romana e desta via da Idade Moderna, atravessando o rio Coura na Ponte de S. Martinho, aí ligando à EN515.

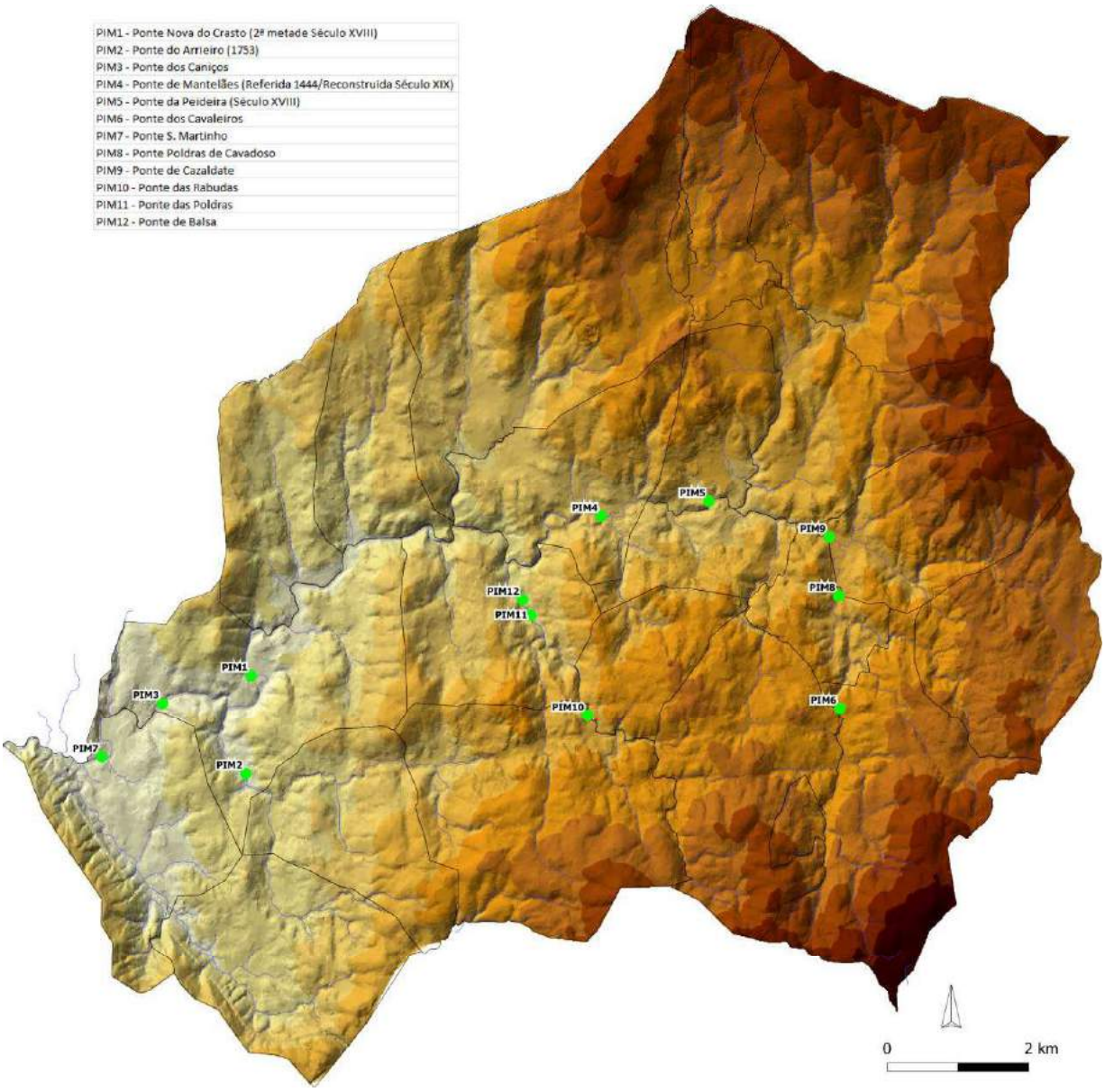
Uma terceira via saía da Portela de Labruje, atravessando Agualonga, Cunha, Infesta e Insalde, até ao centro da vila, seguindo, a partir daí, em direção a S. João da

[313] Capela, J. V., op. cit., pp. 279-280.

Portela, passando por Mozelos, Padornelo e Insalde. A Ponte das Rabudas (PIM10), entre Cunha e Resende, e a Ponte da Peideira (PIM5), em Mozelos, terão tido um papel preponderante na transposição destas linhas de água que, apesar da sua pequena dimensão, em muito dificultariam a circulação. Ambas as pontes aparecem referidas nas memórias paroquiais de 1758: a primeira, na inquirição de Cunha, e a segunda na de Mozelos, sendo certo que, já na altura, funcionava como limite entre essa freguesia e a de Paredes de Coura, conforme resulta do seu texto: "**...** *ponte chamada da Peideira entre os lemites desta freguezia e da de Paredes, esta hé de pedra tosca*…"[314].

[314] *Idem*, p. 251-254 e 266-268.

Figura 71 - Pontes Idade Moderna e Contemporânea



A quarta e última via registada no mapa (fig. 70) aquando da análise das origens da Ponte de Mantelães e da caracterização do núcleo urbano da vila de Paredes de Coura.

Estas quatro vias constituíam, à época, os principais meios de circulação de pessoas e de bens essenciais, representando, portanto, a rede em que assentava o desenvolvimento económico e social da região. Porém, conforme resulta da figura anterior, o concelho possuía um vasto pograma de construção de pontes, indiciando a existência de vias secundárias, de menor importância do ponto de vista regional, mas

de extrema relevância a nível local, na medida em que permitiam ligar, entre si, as várias aldeias/lugares e os núcleos populacionais, aos campos agrícolas e florestas. Seguramente, muito destes caminhos/vias terão sido construídos durante a Idade Média, podendo neles estar integrada a, acima referida, Ponte dos Cavaleiros (PIM6) e a via a ela associada. Contudo, outros haveria, de construção nova, a garantir circuitos e acessos, idóneos para responder às necessidades quotidianas, nascidas de novos contextos do povoamento.

Das pontes elencadas, muitas delas mencionadas nas inquirições de 1758, algumas foram impossíveis de localizar. É o caso das várias pontes, que são mencionadas na inquirição de Bico, mas sem fazer referência à sua localização e o caso de Infesta, cuja inquirição apenas faz alusão a algumas pontes de pedra[315]. Acresce que, algumas delas, construídos em materiais perecíveis, não terão chegado aos nossos dias, conforme resulta da resposta do pároco de Padornelo, que identifica dois pontilhões na freguesia, um de pedra, para passar para Porreiras e outro, em madeira, para passar para Mozelos[316].

2.4.1 - A exploração da terra e do território

A paisagem agrária moderna de Paredes de Coura, composta pelas áreas consagradas à exploração agrícola e pelo *saltus* (monte e devesa), parece ter-se mantido inalterada até hoje, havendo apenas alguns indícios de transformação, marcados pelo rompimento de novas vias de comunicação, e consequente aumento do povoamento.

Tal como no período precedente, a agricultura de subsistência caracteriza o modo de vida das populações. Cultiva-se uma variedade de produtos indispensáveis, sobretudo as diversas espécies de cereais, a partir das quais se fazia o pão e que, juntamente com o vinho e outros complementos, compunham a base alimentar das populações camponesas.

---

[315] Para além destes casos também são mencionadas estruturas deste género, e que não conseguimos localizar: **Parada** - Ponte de pedra de quatro canais; **Porreiras** – Pontilhões; **Resende** – pontilhão; **Romarigães** - Ponte de Pedra Moldes (não a conseguimos identificar no trabalho de campo); **Rubiães** – Ponte de um arco sobre o Regato do Regueiro (não a conseguimos identificar no trabalho de campo). *Idem*, p. 243-245, 256-262, 271-272 e 274-280.
[316] *Idem,* p. 270.

Quadro 6 - Produtos agrícolas no concelho de Paredes de Coura mencionados no foral de 1515[317] e nas memórias paroquiais de 1758[318]

Freguesia	1515			1758													
	Pão (Trigo/Centeio)	Milho miúdo	Bragal	Milho miúdo	Milho grosso	Centeio	Trigo	Vinho	Linho	Linho galego	Linho mourisco	Leite	Natas	Manteigas	Feijão	Legumes	Fruta
Castanheira	x	x			x	x	x		x								
Porreiras				x	x	x			x						x		
Moselos	x	x		x	x	x	x			x					x		
Paredes	x	x	x	x	x	x	x		x						x		
Vascões	x			x		x	x										
Cristelo	x	x			x	x	x	x									
Bico		x		x	x		x										
Cossourado				x		x											
Linhares				x	x	x	x		x						x		
Infesta	x	x			x	x	x	x		x					x		
Formariz	x			x	x	x	x	x	x							x	x
Ferreira				x	x	x	x	x	x						x		
Insalde	x	x		x	x	x	x			x							
Resende	x	x		x	x	x	x	x	x			x	x	x	x		
Padornelo	x			x	x	x	x			x					x		
Cunha	x			x	x	x	x		x								
Rubiães	x			x		x	x	x	x							x	x
Romarigães	x			x	x	x	x	x	x								
Coura				x	x		x	x									x
S. Paio (Agualonga)	x			x	x		x			x	x				x		
Parada	x			x		x	x	x	x						x		

O centeio continua a assumir um papel preponderante nas culturas cerealíferas do concelho, sendo consumido sob a forma de pão meado, ao qual pode, ou não, ser misturado trigo, este cultivado de forma abundante. O milho-miúdo aparece mencionado, pela primeira vez, no foral de 1515, encontrando-se generalizado por todo o território em 1758 e, em meados do século XVIII, assiste-se à expansão do milho grosso, pelo concelho.

A par dos cereais, o feijão é o produto mais mencionado nas inquirições de 1758, facto a que não será alheio o aumento da produção de milho e a prática ancestral, ainda hoje praticada em muitas zonas do Entre-Douro-e-Minho, de semear o feijão nos intervalos do milho.

A produção de vinho teve, nesta época, uma aparente expansão, sendo por isso natural que a presença de vinhedos fosse uma constante na paisagem agrária do concelho, apesar de nas freguesias de Cristelo, Ferreira, Formariz, Parada, Paredes de Coura, Resende, Rubiães e Romarigães ser mencionado que «era pouco» ou que «apenas havia algum»[319]. A sua qualidade, pelo menos em algumas zonas, também

[317] Costa, J. E. C., op. cit., 70-94.
[318] Capela, J. V., op. cit., pp. 241-281.
[319] *Idem*, p. 248-251, 254-256, 271-274 e 276-280.

não seria muita, a ela fazendo referência o pároco de Infesta, que dele diz, ser muito fraco[320].

A cultura do linho, que nos séculos XIII e XVI é apenas referenciado na freguesia de Paredes de Coura, sob a forma de bragal, sofre um aparente incremento em meados do século XVIII. Em 1758, o linho é, genericamente, assim designado, apesar de, em algumas freguesias, aparecerem mencionadas as duas variedades tradicionais mais cultivadas no concelho: o Linho Galego, que é um linho de Primavera, e o Linho Mourisco, que é um linho de Inverno.

O leite e os seus derivados (natas e manteigas) apenas são mencionados na freguesia de Resende[321] e inexistem quaisquer referências aos legumes e à fruta, no *corpus* documental analisado. A razão de ser destas omissões poderá dever-se, simplesmente, ao facto de serem produtos destinados ao consumo caseiro.

Para além dos espaços bem definidos e conhecidos, em que se desenrolavam as actividades do quotidiano: o *ager,* dominado pelas casas e os campos e o *saltus* (o bosque imediatamente contíguo), ficava o monte, domínio dos pastores, da floresta e do inculto.

[320] *Idem*, p. 256-262.
[321] *Idem*, p. 276-277.

Quadro 7 - Pecuária no concelho de Paredes de Coura mencionados no foral de 1515[322] e nas memórias paroquiais de 1758[323]

Freguesia	1515				1758						
	Frango	Galinhas	Leitão	Cabrito	Vacas	Bois	Éguas	Cavalos	Jumentos	Ovelhas	Cabras
Castanheira			x	x	x				x		
Porreiras					x			x	x		
Moselos					x				x	x	
Paredes											
Vascões							x				
Cristelo	x		x	x					x		
Bico							x		x		
Cossourado											
Linhares											
Infesta	x				x		x		x		
Formariz					x		x		x		
Ferreira											
Insalde	x		x	x	x				x	x	x
Resende		x			x		x	x	x		
Padornelo	x				x				x	x	
Cunha					x			x	x		
Rubiães		x									
Romarigães		x									
Coura										x	
S. Paio (Agualonga)		x			x	x				x	x
Parada											

A criação de animais, de grande e pequeno porte, continua a ser uma actividade importante, para as populações rurais da região, talvez, nesta época, com um maior incremento na criação de gado graúdo. Da análise do quadro *supra,* parece resultar o aumento dos animais de apoio ao trabalho agrícola e de carga, usualmente designados por bestas, como sejam: cavalos, éguas, vacas, bois e jumentos. É de salientar que, nas inquirições de Castanheira e Resende, são referidos bons pastos, pelo que aqui a criação de gado seria facilitada.

A área de monte é igualmente notável, pela diversidade faunística referida (lobo, javali, raposa, perdizes, coelho e lebres), permitindo presumir que a caça seria uma actividade com alguma relevância, no sistema socioeconómico, apesar de o seu regime não ser referido, explicitamente, nas inquirições de 1758.[324] No coberto arbóreo deste período, conseguimos identificar mais espécies que anteriormente, o carvalho tem maior destaque e o castanheiro, ao qual não é feita qualquer menção nas fontes, parece ter perdido a relevância que tinha na Idade Média e que agora parece perder relevância, pelo menos nas fontes consultadas.

[322] Costa, J. E. C., op. cit., 70-94.
[323] Capela, J. V., op. cit., pp. 241-281.
[324] *Idem, ibidem.*

Quadro 8 - Coberto vegetal do concelho nas memórias paroquiais de 1758[325]

Freguesia	1758																
	Arvoredo silvestre	Amieiros	Salgueiros	Carvalhos	Freixos	Castanheiros	Sobreiros	Oliveira	Pinheiro	Aveleiras	Laranjeira	Limoeiro	Tojo	Silvas	Giesta	Carqueija	Carrasca
Castanheira													x		x		
Porreiras																	
Moselos				x													
Paredes																	
Vascões																	
Cristelo	x		x										x	x			
Bico	Poucas árvores																
Cossourado																	
Linhares																	
Infesta		x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x					
Formariz																	
Ferreira																	
Insalde																	
Resende																	
Padornelo																	
Cunha	x			x													
Rubiães																	
Romarigães																	
Coura	x																
S. Paio (Agualonga)		x	x	x									x			x	x
Parada																	

São de evidenciar, ainda, as referências ao mato, que ocupava as áreas incultas de monte, e continua a ser essencial, para a cama dos animais e para a adubação.

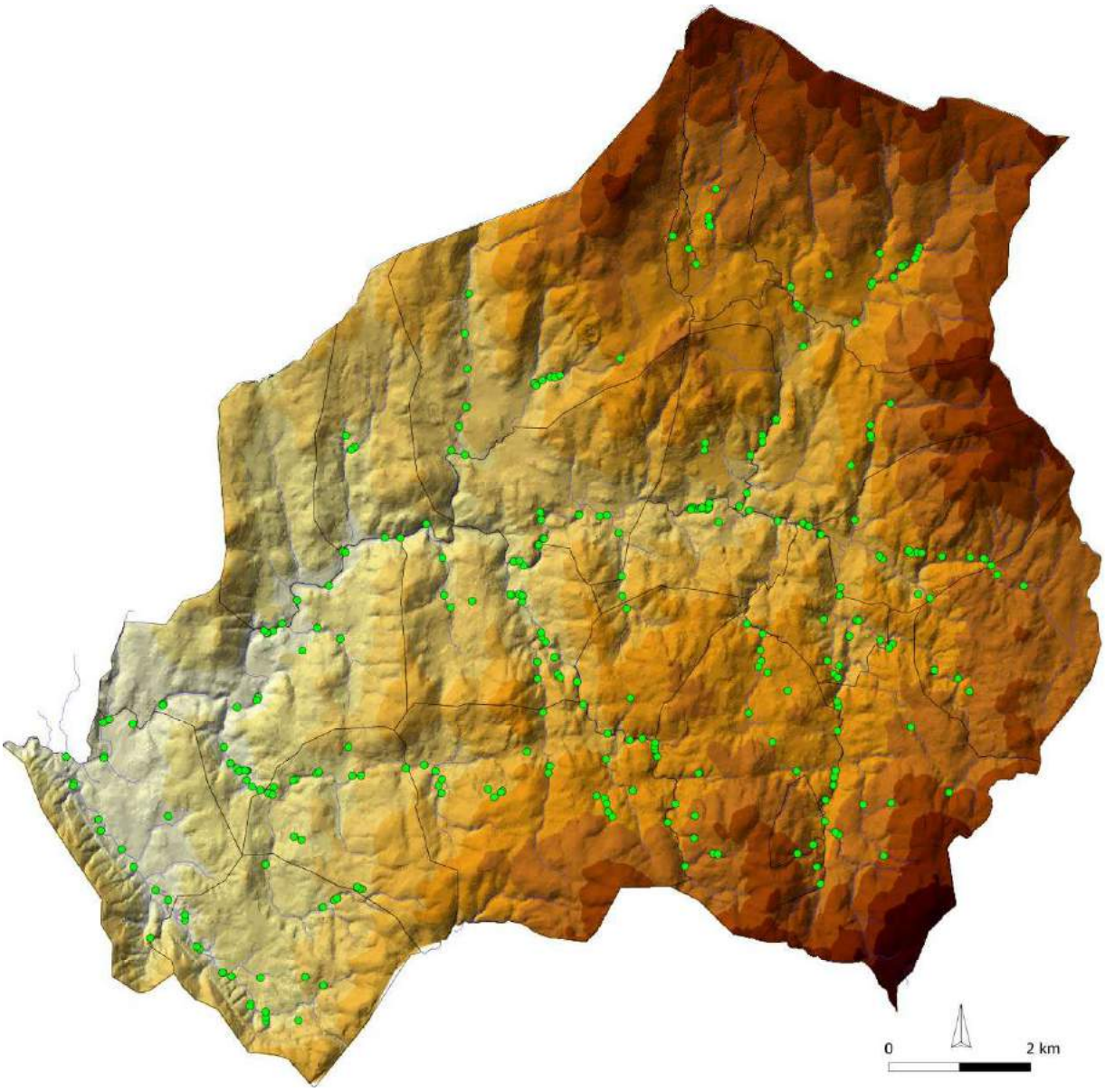
A pesca é, pelo menos, mencionada em oito freguesias (Cristelo, Insalde, Mozelos, Padornelo, Parada, Paredes de Coura, Porreiras e Vascões), onde abundam as bogas e as trutas, sendo, em Paredes de Coura, referenciadas as enguias[326]. A freguesia onde são mencionadas mais espécies piscícolas é Insalde, pese embora não ser feita qualquer referência directa à pesca. Para além das bogas, trutas e enguias, as lampreias, o sável e o salmão também fazem parte das espécies arroladas[327].

2.4.2 - Unidades de transformação, produção e armazenamento

O elemento revelador de alterações operadas na agricultura e na exploração da floresta, neste período, está magistralmente materializado na proliferação de moinhos e de espigueiros e, de forma menos expressiva, nas azenhas, engenhos de serração e num pisão.

[325] *Idem*, p. 241-281.
[326] *Idem, ibidem.*
[327] *Idem*, p. 256-262.

Figura 72 - Distribuição dos moinhos, casas moinho, serrações, serrações moinho e pisão no concelho



Dos 262 moinhos, 19 casas moinho e 721 espigueiros inventariados[328], quase todos deveriam existir já em finais do século XIX, não havendo dados disponíveis que permitam fixar uma data mais precisa. Em 1758[329] assinalam-se vários engenhos, mas as informações genéricas, fornecidas pelos párocos, referindo que existem inúmeros ou vários moinhos, impede a contagem exacta de moinhos, casas moinho e pisões ou folão.

[328] As unidades de transformação e produção identificadas no mapa (fig. 72) são fruto da conjugação dos dados obtidos no campo, dos levantamentos preconizados pela Câmara Municipal de Paredes de Coura e das informações orais, tal como já foi referido na introdução deste trabalho.
[329] Capela, J. V., op. cit., pp. 241-281.

O moinho do Lodeiro (M100), de entre todos os mencionados nas inquirições de 1758, é o único que se consegue fazer, com certeza, corresponder à localização obtida no levantamento do terreno. Contudo, saliente-se, muitos outros, dos que dele constam, poderão ser seus coevos, não obstante, a vaguidade das informações, contidas nas memórias paroquiais, tornarem impossível assegurá-lo.

Quadro 9 - Moinhos, Casas Moinho, azenhas e Pisões nas Memorias Paroquiais de 1758

Freguesias	Moinhos	Casa.Moinho	Azenhas	Pisão/Folão
Castanheira	3	18		
Porreiras	Sem dados			
Moselos	Vários			
Paredes	Sem dados			
Vascões	Sem dados			
Cristelo	Vários			
Bico	Vários		2	1
Cossourado	Vários			
Linhares	Sem dados			
Infesta	Vários			
Formariz	Vários			
Ferreira	Sem dados			
Insalde	Vários			
Resende	Sem dados			
Padornelo	Sem dados			
Cunha	Vários			
Rubiães	11			1
Romarigães	Sem dados			
Coura	6		2	1
S. Paio (Agualonga)	13			1
Parada	Vários		1	
Total	**33**	**18**	**5**	**4**

O tipo mais comum de moinho, na zona de estudo, é o moinho de rodízio à pela. São construções em pedra, de pequenas dimensões e dotadas de dois pisos: o inferior onde, normalmente, fica o rodízio - um, a maioria das vezes, ou dois - e o superior, onde se encontra a moenda. O telhado é de duas águas, com telha de meia cana ou marselhesa. Localizam-se, usualmente, junto a pequenos e médios cursos de água ou a levadas de caudal rápido[330].

[330] Oliveira, E.V., Galhano, F. e Pereira, B. (1983) Tecnologia Tradicional Portuguesa. Sistemas de Moagem, (Etnologia-2), Instituto Nacional de Investigação Científica, Lisboa, pp.112-117.

Figura 73 - Moinho (M7)

Figura 74 - Rodízio moinho (M 110)

A água é o elemento fundamental, para acionar o mecanismo (motor e seus elementos) devendo, entre a sua entrada e a sua saída, existir o desnível suficiente para criar a força necessária para pôr o sistema a funcionar. Os vários cursos de água pedregosos, permitem criar açudes, retendo a água e promovendo a sua acumulação.

Figura 75 - Açude Ponte dos Cavaleiros

Essa água é, depois, conduzida por um canal, levada ou rego, que permitem regular o caudal, através de uma pequena comporta, e criar as condições ideais ao funcionamento de cada tipo de roda. Nas zonas mais planas, os moinhos podem localizar-se nas proximidades do açude ou, mesmo, na margem do curso de água, prescindindo da levada ou rego. Nos moinhos de roda horizontal, os canais terminam junto ao moinho, num cubo ou cale, de forma a encaminhar melhor a água para a roda motriz. A cale é uma simples caleira descoberta, feita em granito ou madeira, que acaba sobre a roda ou um pouco acima dela, caso em que são necessários caudais

mais abundantes. O cubo, usualmente em granito, é uma construção vertical, de vários anéis, de secção quadrada ou circular, sobrepostos e que tem no fundo, a seteira (corte vertical na base do último anel) de saída da água, contra o rodízio[331].

Figura 76 - Levada e moinho (M78)

Figura 77 - Moinho de cubo (M175)

As casas moinho, assim designadas por albergarem, no interior, um pequeno comodo para o moleiro, são idênticos aos demais, no que respeita à estrutura e funcionamento, apenas diferindo, por vezes, nas dimensões. As casas moinho são mais usuais nas zonas mais distantes das áreas de povoamento, onde era normal o moleiro viver, sazonalmente.

As azenhas podem ser de propulsão superior ou inferior mas, em qualquer uma das variantes, o eixo da roda entra no edifício, através de um postigo aberto na parede, onde existe, colocada na posição vertical, uma roda dentada, feita em madeira. A água faz mover esta roda que, por estar engrenada no eixo vertical da própria mó, a faz mover. A lubrificação do mecanismo é feita com água recolhida no local[332]. Das três azenhas identificadas no trabalho de campo, duas localizam-se em Formariz (AZ1 e AZ2) e outra em Parada (AZ3). Esta última parece corresponder a azenha mencionada nas inquirições de 1758, podendo, assim, remontar à primeira metade do século XVIII[333]. Das restantes azenhas mencionadas nas inquirições de 1758, duas em Coura e duas no Bico, nada se sabe.

[331] *Idem*, p. 120-149.
[332] *Idem,* p. 169-170.
[333] Capela, J. V., op. cit., pp. 271-272.

Os engenhos de serração hidráulica, tal como os pisões,[334] estão documentados em Portugal, desde o início do século XV. São pequenas explorações familiares, frequentemente ligadas a instalações de moagem, localizadas junto aos rios e ribeiros, e contíguas ou muito próximas, da casa do seu proprietário[335]. Implantados em terrenos de franco declive, são geralmente construções rectangulares, de granito, com dois pisos. A roda poderá ficar na parede exterior, voltada para o rio ou no piso inferior (cabouco ou inferno), ligada ao sistema de propulsão da serra. A alça superior é fixa ao sobrado, para aguentar o movimento da serra, que é montada em vigas de madeira aprumadas, também elas fixas ao soalho e impulsionada por mecanismo elementar, que se localiza no cabouco[336].

Figura 78 - Serração e moinho (SM7)[337]

Figura 79 - Pormenor da serra (SM14)

O modelo comum de pisão também possui uma roda hidráulica exterior, impulsionada pela água, com um eixo quadrangular em carvalho ou castanho, que termina num espeque ou pilar interior, através do qual se liga ao martelo, que está fixado ao tecto. É este martelão que vai bater o tecido, disposto numa larga e espaçosa prateleira (gasgalha), onde foi colocado a apisoar. Usualmente, este tipo de engenho encontra-se associado a moinhos ou engenhos de serrar, com os quais partilham o edifício.

O incremento agrícola verificado neste período, especialmente da cultura do milho, e ao consequente aumento de produção, tornou necessária a construção de estruturas que permitissem guardar e preservar os cereais, tais como canastros, espigueiros e

[334] Pereira, B., op. cit., p. 61.
[335] *Idem*, p. 66.
[336] *Idem*, p. 67-75.
[337] Este engenho encontra-se exaustivamente descrito em: Pereira, B., op. cit., pp. 112-125.

tulhas. Os canastros, apesar de não ter sido possível identificar, no terreno, nenhum exemplar, estão amplamente documentados em Paredes de Coura[338].

Os canastros de verga, como são localmente conhecidos, são estruturas de corpo de varedo, construídos com a mesma técnica da cestaria, entre varas que são espetadas diretamente no solo, erguendo-se de uma grade de traves em madeira ou de uma base de pedras assentes em pés baixos, onde são entrelaçadas as vergas[339].

Quanto à planta, podem assumir uma base redonda, de onde sai o corpo, ligeiramente inclinado para o exterior, possuindo um coberto cónico, em colmo ou palha milha. Sobre pequenos pilares de madeira, a cerca de meio metro do chão, coloca-se o soalho redondo, de onde sai o *teçume* em varas de carvalho. O corpo mede cerca de 2,5 m de altura, sendo cozido na parte superior com uma verga. Este tipo de canastros dá continuidade a uma antiga técnica neolítica, que estava associada a cultivos diferentes do milho[340].

Mais raros, são os canastros de planta rectangular, muito semelhantes aos espigueiros, propriamente ditos. A técnica que preside à sua construção é idêntica à anterior, mas uma vez que o entrelaçado não permite tecer esquinas vincadas, assumem uma tendencial forma arredondada, tanto mais acentuada, quanto menor for a largura e o comprimento da base[341]. A atestar o desaparecimento e a raridade deste tipo de construções, está a nota que Fernando Galhano e Ernesto V. Oliveira fazem, acerca de um inquérito a uma senhora idosa de Vascões, onde ficou esclarecido que o ultimo canastro que existia no lugar da Branda tinha sido destruído em 1958 e que "antigamente eles eram a eito"[342].

Os espigueiros são pequenos edifícios de planta rectangular, feitos de pedra, madeira, ou ambos e com as paredes ripadas, para arejamento da câmara. A base assenta sobre colunas, esteios e pilares em granito, dispostos aos pares e encimados por pedras mais salientes (mós ou mesas), que impedem a entrada dos roedores.

---

[338] Oliveira, E.V., Galhano, F. e Pereira, B., op. cit., pp. 38-53.
[339] *Idem*, p. 38.
[340] *Idem*, p. 38, 45-50.
[341] *Idem*, p. 52-53.
[342] *Idem*, p. 53.

Figura 80 - Espigueiro com mós (E16)

Figura 81 - Espigueiro com mesas (E454)

O lastro dos espigueiros é composto por vigas de madeira ou padieiras laterais, com soleiras de topo em pedra, sobre as quais se erguem os prumos em madeira ou colunas em pedra, que formam a armação do corpo, onde se inserem os painéis de ripado vertical (raras vezes horizontal), em madeira. Nos espigueiros, integralmente feitos de madeira, são colocadas escoras oblíquas, entre as mesas e os prumos, para lhe conferirem maior solidez, evitando que se desmontem.

Figura 82 - Espigueiro com estrutura em pedra (E652)

Figura 83 - Espigueiro totalmente em madeira (E712)

Os telhados são usualmente de duas águas, persistindo alguns exemplares de quatro águas, rematados com uma tábua na testeira, mais ou menos recortada, com ondulados. Alguns espigueiros possuem telhados de cápeas e guarda ventos, replicando elementos utilizados em algumas casas, especialmente nas zonas mais elevadas do concelho[343].

[343] *Idem*, p. 39-41.

Figura 84 - Testeira em madeira trabalhada (E582)

Figura 85 - Espigueiro com cápeas (E643)

Atualmente, começam a surgir espigueiros construídos com tijolos ou blocos de cimento, principalmente no preenchimento das paredes laterais.

Figura 86 - Espigueiro com tijolos (E109)

Em suma, no concelho de Paredes de Coura, estão identificados dois tipos de espigueiros: os espigueiros totalmente construídos em madeira e os espigueiros com a armação em pedra e ripado vertical ou horizontal, em madeira. Em ambos os tipos detectam-se algumas variantes no que concerne às dimensões, mesas e telhados. Sempre localizados nas imediações das habitações ou aglomerados populacionais, são, por vezes, contíguos às eiras, onde se efetuava a debulha. Na ausência de eira a debulha era feita à porta do espigueiro, batendo-se com uma espiga na outra e recolhendo os grãos para a fornada.

Em Porreiras pode observar-se um bom exemplo de eira comunitária. Fica situada em terreno um pouco declivoso, em parte pavimentado, por lajes de granito e o núcleo é delimitado por um muro baixo, em pedra seca. Os espigueiros, com as características usuais da região, apresentam corpo estreito, mais ou menos longo, com estrutura e cápeas em pedra, cobertura de duas águas e com telha de meia cana. Têm paredes laterais, em ripado vertical de madeira com cinta, assentes em bases maciças, pilaretes com largos 'capitéis' ou mesas com pés transversais, dependendo a altura, do declive do terreno. Junto aos espigueiros encontram-se as tulhas, feitas em pedra seca e com cobertura de duas águas, que servem de palheiros.

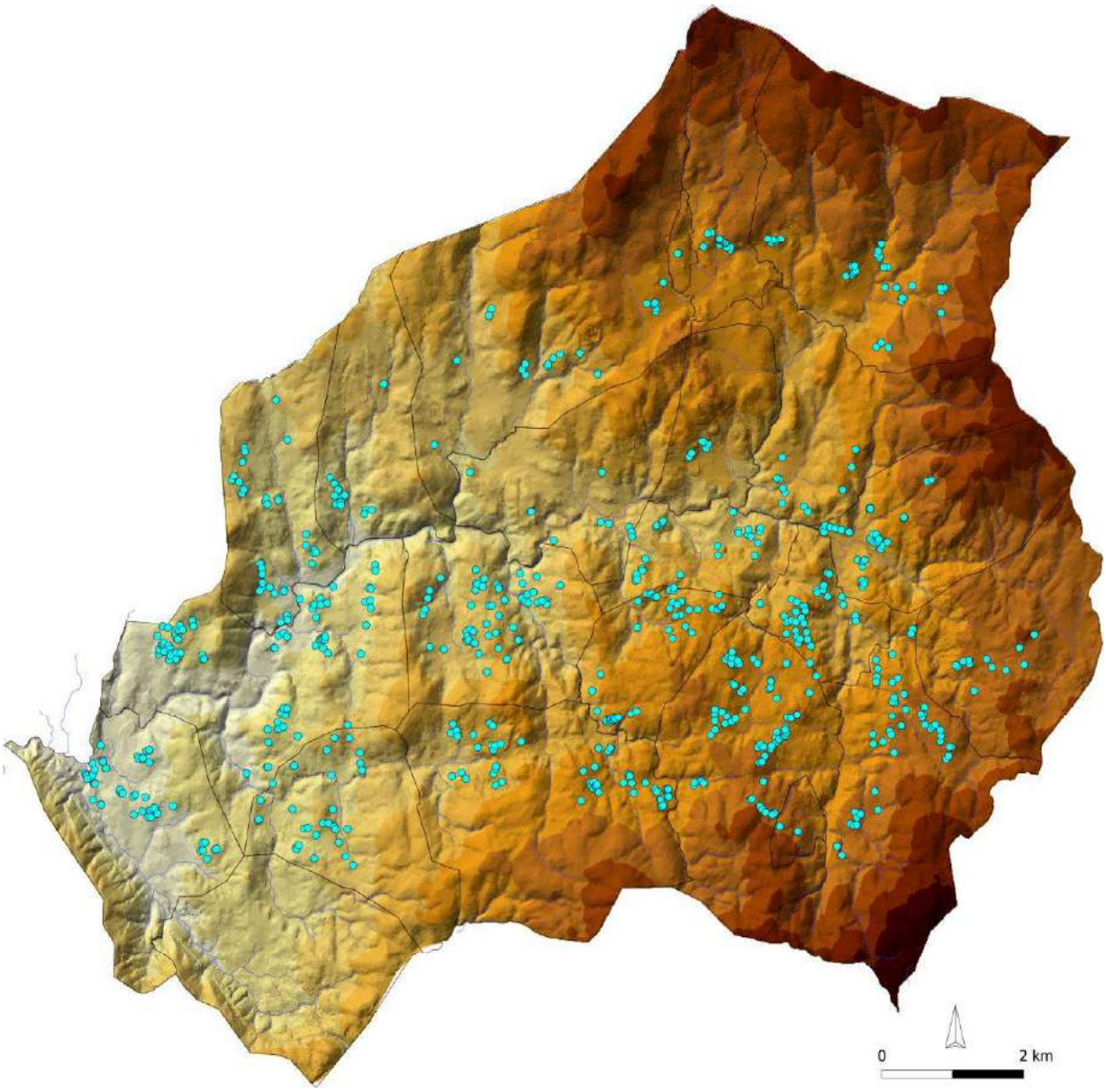
Por vezes surgem dois espigueiros que partilham a mesma eira, sendo esta composta por um lajeado de granito.

Figura 87 - Eira Comunitária de Porreira (E684) a (E691)

Figura 88 - Eira e dois espigueiros (E683) a (E708).

A cronologia destas construções é bastante difícil de precisar, pois as fontes escritas são omissas e, dos 721 espigueiros identificados no terreno, apenas foi possível verificar o ano de construção de um (E144), que parece ter, gravado no tímpano da entrada, a data de 1888.

Figura 89 - Distribuição dos espigueiros no concelho



A única diferença de vulto, entre as várias épocas de construção, é a largura das construções: enquanto as mais antigas, apresentam larguras nunca inferiores a 1,20 m, as mais recentes não excedem os 80 cm. A razão de ser dessa redução justifica-se, essencialmente, com o aperfeiçoamento da técnica de secagem.[344]

Se, de algum modo, se pode associar a generalização do cultivo do milho grosso à construção dos espigueiros e moinhos, então, importa assinalar que, no território

[344] *Idem*, p. 161.

concelhio, a vulgarização desta cultura é tardia, tendo tido início na segunda metade do século XVIII e ganhado expressão, sobretudo, na segunda metade do século XIX.

A "industrialização" chega ao concelho em finais do século XIX pela mão do Conselheiro Miguel Dantas. Foi dele, a iniciativa de estabelecer, nas margens do Coura, uma fábrica de lacticínios, em 8 de Maio de 1891. Instalada, primeiro, a título provisório, numa dependência da casa de residência do Dr. Manuel de Azevedo Araújo e Gama, ocuparia, um ano mais tarde, as novas instalações, junto à Ponte de Mantelães,[345] inauguradas em 17 de Fevereiro de 1892.

[345] Cunha, N. C. A., op. cit., p. 293.

3 - Bibliografia

- ALMEIDA, C. A. B. (1996). "*Povoamento romano do litoral entre Cávado e Minho*", Dissertação de Doutoramento (policopiado), Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.

- ALMEIDA, C.A.B.; SOEIRO, T.; BARROCA, M.J. (1995). "*Estação arqueológica do castelo de Fraião (Boivão – Valença)*", Revista Portugália – Nova Série, vol. XVI, Porto.

- ALMEIDA, C.A.F. (1968). "*Vias Medievais de Entre Douro e Minho*", Dissertação de Licenciatura (policopiada), Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.

- ALMEIDA, C.A.F. (1995). "*As vias medievais no Norte de Portugal*", *in* 'Caminhos Portugueses de Peregrinação a Santiago Itinerários Portugueses', Ed. Xunta da Galicia/CRAT

- ALMEIDA, F. (1971). "*História da Igreja em Portugal*", (ed. prep. e dir. por Damião Peres), Livraria Civilização-Editora: Porto/Lisboa.

- ANDRADE, A. A. (1994). "*Vilas, Poder Régio e Fronteira: O exemplo do Entre Lima e Minho Medieval*", Dissertação de Doutoramento apresentada na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.

- AZEVEDO, R. P. ed. lit. (1962). "*Documentos Medievais Portugueses, Documentos Régios*" Volume I (A.D. 1095-1185), Academia Portuguesa da História, Lisboa.

- BARROCA, M. J. (2010-2011). "*Sepulturas escavadas na rocha de Entre Douro e Minho*" Portvgalia, Nova Série, vol. 31-32, Porto, DCTP-FLUP.

- BARROCA, M. J. (1989). "*Em torno da Residência Senhorial Fortificada. Quatro Torres Medievais na Região de Amares*", Sep. de "Revista de História", vol. IX, Porto, Centro de História da FLUP.

- BETTENCOURT, A. M. S. (2000). "*O vale do Cávado (Norte de Portugal) dos finais do III milénio aos meados do I milénio AC: sequências cronológico-culturais*", *in* Actas 3.º Congresso de Arqueologia Peninsular, coordenação editorial geral de V.Oliveira Jorge), vol. I, ADECAP: Porto.

- BETTENCOURT, A. M. S. (2009). "*A Pré-História do Minho: do Neolítico à Idade do Bronze*", *in* Paulo Pereira (coord.) Minho. Traços de Identidade, Conselho Cultural da Universidade do Minho: Braga.

- BETTENCOURT, A. M. S. (2010). "*La Edad del Bronce en el Noroeste de la Peninsula Ibérica: análisis a partir de las prácticas funerarias, Trabajos de Prehistoria",* 67, n. º 1, Consejo Superior de Investigaciones Científicas: Madrid.

- CAPELA, J. V. (2005). "*As freguesias do concelho de Paredes de Coura nas Memorias Paroquiais de 1758 – Alto Minho: Memoria, História e Património*",

Separata das Freguesias do distrito de Viana do Castelo nas Memorias Paroquiais de 1758, Câmara Municipal de Paredes de Coura.

- CARVALHO, H.P.A. (2008). "*O povoamento romano na fachada ocidental do Conventus Bracarensis"*, Universidade do Minho: Braga, Tese Doutoramento apresentada ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, Braga.

- CARVALHO, J. M. de, fl. (1750-1780). "*Carta Geographica da Provincia de Entre Douro Minho e Tras os Montes Dedicado A Magestade Fidelissima e sempre Augusta de El Rey de Portugal e dos Algarves Dom [...]Nosso Senhor por Jozeph Monteiro de Carvalho, Sargento Mor de Infataria com exercício de Engenheiro*". Disponível em http://purl.pt/24999/2/ Cota D-158-R.

- CASTRO, A. (1984). "*Pecuária*". Dicionário de História de Portugal, dir. Joel Serrão, vol. III, Porto.

- COSTA, A. J. (1983). "*Comarca eclesiástica de Valença do Minho – Antecedentes da diocese de Viana do Castelo*", *in* Actas do I Colóquio Galaico Minhoto, Ponte de Lima, Vol. I.

- COSTA, A. C. (1866). "*Corografia Portugueza*", I, 2ª ed., [1ª ed., Lisboa, 1706], Braga.

- COSTA, A. J. (1997). "*O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga*", Volume I, Irmandade de S. Bento da Porta Aberta: Braga.

- COSTA, J. E. C. (1987). "*Foral da Terra de Coura*", Câmara Municipal de Paredes de Coura.

- CUNHA, N. C. A. (2010). "*No Alto Minho, Paredes de Coura*", 2ª Edição, Câmara Municipal de Paredes de Coura, Paredes de Coura.

- DIAS, J. J. A., ed. lit. (1998f). "*Chancelarias Portuguesas: D. Duarte (1433-1438)*", Vol. I, Tomo 1. Centro de Estudos Históricos. Univ. Nova de Lisboa, Lisboa.

- DIAS, J. J. A., ed. lit. (2004a). "*Chancelarias Portuguesas: D. João I (1384-1385)*", vol. I, Tomo 1. Centro de Estudos Históricos. Univ. Nova de Lisboa, Lisboa.

- DIAS, J. J. A., ed. lit. (2005b). "*Chancelarias Portuguesas: D. João I (1385)*", vol. I, Tomo 2.. Centro de Estudos Históricos. Univ. Nova de Lisboa, Lisboa.

- DIAS, J. J. A., ed. lit. (2005c). "*Chancelarias Portuguesas: D. João I (1384-1388)*", vol. I, Tomo 3. Centro de Estudos Históricos. Univ. Nova de Lisboa, Lisboa.

- DIAS, J. J. A., ed. lit. (2005d). "*Chancelarias Portuguesas: D. João I*", vol. II, Tomo 3. Centro de Estudos Históricos. Univ. Nova de Lisboa, Lisboa.

- DIAS, J. J. A., ed. lit. (2006e). "*Chancelarias Portuguesas: D. João I*", vol. IV, Tomo 2. Centro de Estudos Históricos. Univ. Nova de Lisboa, Lisboa.

- DINIS, A. P. (2001). "*O povoado da Idade do Ferro do Crastoeiro (Mondim de Basto, Norte de Portugal)*", monografias. Cadernos de Arqueologia da UAUM, Braga, p. 119.

- FIGUEIRAL, I. (1994). "*A antracologia em Portugal: progressos e perspectivas*". Actas do 1º Congresso de Arqueologia Peninsular. Trabalhos de Antropologia e Etnologia, 34 (3-4).

- FONTES, L.O. (2009). "*O Período Suévico e Visigótico e o Papel da Igreja na Organização do Território*", *in* Paulo Pereira (coord.) Minho. Traços de Identidade, Conselho Cultural da Universidade do Minho: Braga.

- FONTES, L. F. O. (2012). "*Arqueologia, povoamento e construção de paisagens serranas: o termo de Lindoso, na Serra Amarela*". Tese de Doutoramento, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, Braga.

- FREIRE, A. B. (1905). "*Povoação do Entre Doiro e Minho do XVI. Seculo*", *in* Archivo Historico Portuguez, Vol. II. Calçada da Cabra, Lisboa.

- GOJDA M, (2004). "*Landscape Archaeology. In Knowledge For Sustainable Development An Insight into the Encyclopedia of Life Support Systems*", Volume I, (4), UNESCO Publishing-Eolss Publishers: Oxford.

- GONÇALVES, I. (1998). "*Sobre o pão medieval minhoto: o testemunho das inquirições de 1258*", Arqueologia Medieval, vol. 6, Mértola, Câmara Municipal de Mértola.

- GONZÁLEZ R. A. (2008). "*Los Pueblos del Noroeste, in De Iberia a Hispania",* (coord de Gracia Alonso, F.), Editorial Ariel: Barcelona.

- INGOLD, T. (2011). "*Being Alive Essays on Movement, Knowledge and Description*". Londres e Nova Iorque: Routledge.

- JORGE, S.O. (2000). "*Introdução: breve evolução da Pré-História Recente do Norte de Portugal (do VI.º ao II.ª milénio A.C.)*", *in* Actas 3.º Congresso de Arqueologia Peninsular, (coord. ed. V.O.Jorge), Vol. 4 (Pré-História Recente da Península Ibérica), (UTAD, Vila Real, Portugal – Setembro 1999), ADECAP: Porto.

- JORGE, V.O. (2002). "*Megalitismo Europeu e Português: breves considerações históricas em jeito de balanço*", *in* Arqueologia & História, n.º 54, [Actas das VI Jornadas da Associação dos Arqueólogos Portugueses. "Arqueologia 2000: Balanço de um Século de Investigação Arqueológica em Portugal", (25 a 27 Maio 2000)], Associação dos Arqueólogos Portugueses: Lisboa.

- JORGE, V.O. e JORGE, S.O. (2000). "*A "monumentalização" das paisagens durante a pré-história: alguns contributos para um debate*", Era Arqueologia, Edições Colibri e Era Arqueologia: Lisboa.

- MACEDO, F. W. V. P (2012). "*Protecção e valorização de paisagens associadas às casas-forte medievais*". Mestrado em Arquitetura Paisagista Departamento de Geociências, Ambiente e Ordenamento do Território, Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, Porto.

- MARQUES, A. E. (2008). "*O casal: uma unidade de organização social do espaço no Entre-Douro-e-Lima (906-1200)*", Revista Medievalista nº4, online.

- MARQUES, A. H. O., ed. lit. (1984). "*Chancelarias Portuguesas: D. Pedro I (1357-1367). "* Instituto Nacional de Investigação Científica", Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.

- MARQUES, A. H. O. (1986). "*A Sociedade Medieval Portuguesa: aspectos de vida quotidiana*", 5ª ed., Lisboa.

- MARQUES, André E. (2012). "*Paisagem e povoamento: da representação documental à materialidade do espaço no território da diocese de Braga (séculos IX-XI)*". Dissertação de Doutoramento em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.

- MARQUES, J. (1985). "*O Mosteiro de Oia e a Granja da Silva no contexto das relações luso-castelhanas dos séculos XIV-XV*". Universidade do Porto. Centro de História, Porto.

- MARQUES, J. (2003). "*Formas de organização do espaço na Idade Média*", Universidade do Porto. Faculdade de Letras. Departamento de Ciências e Técnicas do Património, Porto.

- MARTINS, M. (1990). "*O Povoamento Proto-histórico e a Romanização da bacia do curso médio do Cávado*", (Cadernos de Arqueologia, Monografias 5), Braga.

- MATTOSO, J. (1992). "*História de Portugal, Antes de Portugal*", Volume I, Círculo de Leitores: Lisboa.

- MATTOSO, J. (1993). "*História de Portugal", A Monarquia Feudal*", Volume II, (coord. de José Mattoso), Círculo de Leitores: Lisboa.

- MATTOSO, J. (dir. de) (1993). "*História de Portugal, No Alvorecer da Modernidade*", Volume III, (coord. de Joaquim R. Magalhães), Círculo de Leitores, Lisboa.

- MOREIRA, A. B. (2009). "*Castellum Madiae. Formação e desenvolvimento de um "aglomerado urbano secundário*" no ordenamento do povoamento romano entre Leça e Ave", Tese de Doutoramento, Universidade de Santiago de Compostela – Faculdade de Xeografia e Historia, Santiago de Compostela.

- OLIVEIRA, E.V. e GALHANO, F. (1994). "*Arquitectura Tradicional Portuguesa*", (2ª ed.), Publicações Dom Quixote, Lisboa.

- OLIVEIRA, E.V., GALHANO, F. e PEREIRA, B. (1983). "*Tecnologia Tradicional Portuguesa. Sistemas de Moagem*", (Etnologia-2), Instituto Nacional de Investigação Científica, Lisboa.

- OLIVEIRA, E.V., GALHANO, F. e PEREIRA, B. (1994). "*Espigueiros Portugueses*", Publicações Dom Quixote, Lisboa.

- PEREIRA, B. (1990). "*Tecnologia Tradicional Portuguesa. Sistemas de Serração de Madeiras*". (Etnologia-5), Instituto Nacional de Investigação Científica, Lisboa.

- PIZARRO, J. A. S. (2010). "*Portugaliae Monumenta Historica".* Nova Série. Volume IV/2 - *Inquisitiones*: Inquirições Gerais de D. Dinis de 1288, Sentenças de 1290 e Execuções de 1291, Lisboa.

- RIBEIRO, J. M. S. (2014). "*A villa romana de Via Cova (Póvoa de Lanhoso) no contexto do mundo rural romano no Entre-Douro-e-Minho*", *in Evolución de los espacios urbanos y sus territorios en el Noroeste de la Península Ibérica*, Raquel Pénin (coord.), Universidade de León, Léon.

- ROCHA, M. J. M. (1996). "*Espaços de Culto Público e Privado nas Margens do Douro: Uma Abordagem*", *in* Separata Revista Poligrafia, n.º 5.

- ROCHA, M. J. M. (2010). "*Manifestações do barroco português: casas e quintas com capela*", *in* Actas do Coloquio A Encomenda. O Artista. A obra: IV Seminário Luso-Brasileiro, Faculdade de Belas Artes do Porto, Porto.

- SAMPAIO, A. (1979). "*As Vilas do Norte de Portugal*", (Estudos Históricos e Económicos, I), (reedição com prefácio de Maria José Trindade), Editorial Veja, Lisboa.
- SAMPAIO, J. P. (2007). "*A sombra das casas*", Câmara Municipal de Paredes de Coura, Paredes de Coura.

- SEQUEIRA, M. O. (1951). "*Tecnologia do linho: considerações sobre a maceração*", Lisboa.

- SILVA, A.C.F. (1986). "*A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*", Câmara Municipal de Paços de Ferreira: Paços de Ferreira.

- SILVA, C. A. G. (1993). "*Igrejas Barrocas do Concelho de Paredes de Coura*", *in* Cadernos de Arqueologia e Património Monografias, Câmara Municipal de Paredes de Coura, Paredes de Coura, Vol. I.

- SILVA, C. G. (2007). "*A Memória dos Templos*", Câmara Municipal de Paredes de Coura, Paredes de Coura

- SILVA, C. M. T. (1993). "*O Mosteiro de Ganfei: Propriedade, Produção e Rendas no Antigo Regime (1629 - 1683 e 1716 - 1822)*". Dissertação de Mestrado em História Moderna, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.

- SILVA, F. M. (2015). "*Montes, Pedras e Gente – A ocupação Proto-histórica do Vale Superior do Coura*". Idioteque.

- SILVA, F. M. e SILVA, C. A. M. G. (2007). "*Carta Arqueológica de Paredes de Coura*". Câmara Municipal de Paredes de Coura.

- VENTURA, L. e RESENDE, A. O. (2006) "*Chancelaria de D. Afonso III: Livro 1*". Vol. I. Coimbra.

- VIEIRA, J. A. (1886-1887). "*O Minho Pitoresco*". Livraria de António Maria Pereira, Lisboa, Vol. 1.

- VILLAS-BOAS, C. J. G. "*Mappa da Província D'entre Douro e Minho com o quadro da sua população dividida em classes, e outras particularidades económico-politicas [Material cartográfico] / completado no anno de 1798*". Direcção Geral do Território, cota CA60

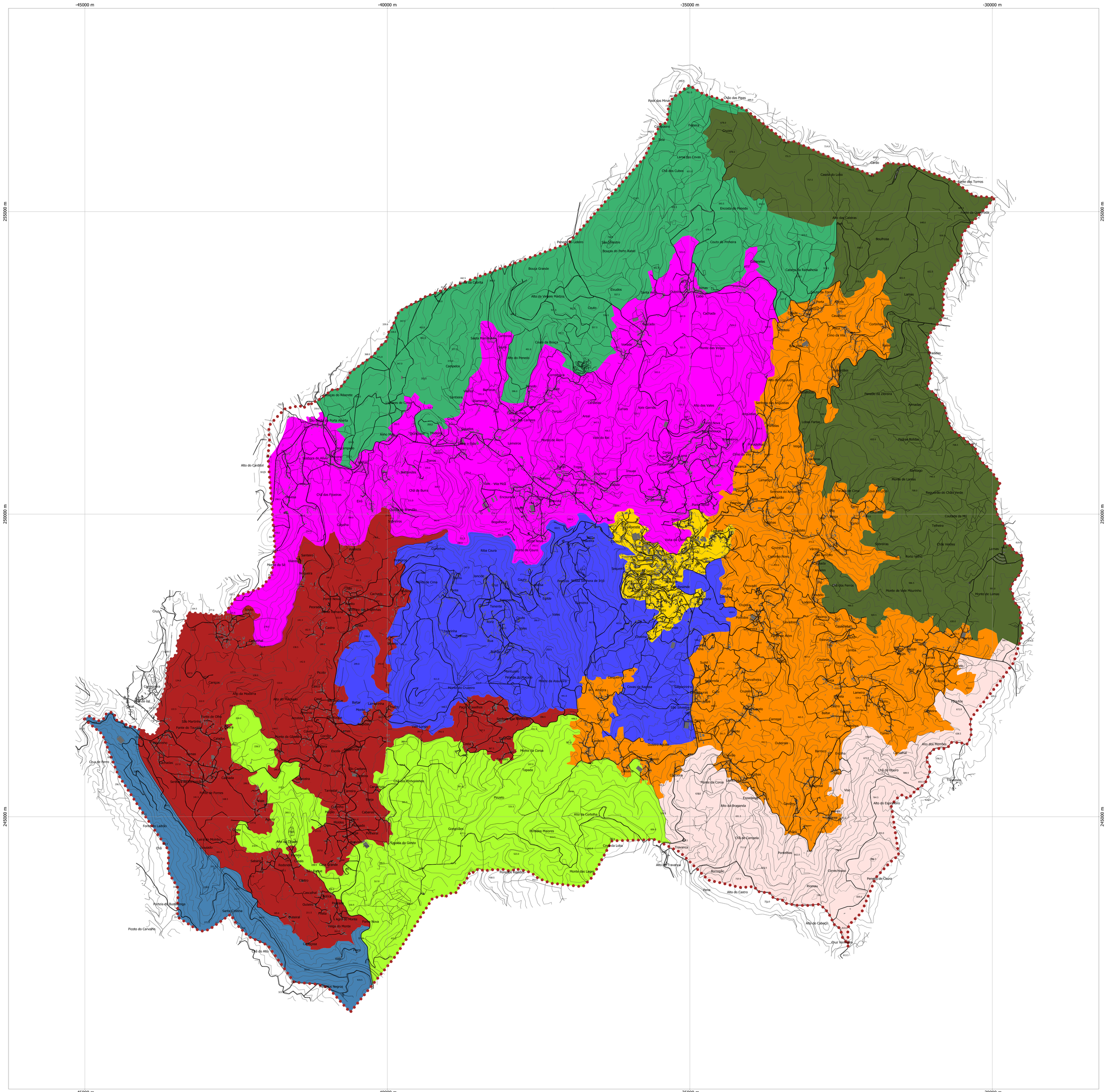
- VILLAS-BOAS, C. J. G. "*Mappa da Província D'entre Douro e Minho com o quadro das indagações Economico-Politicas, tudo para servir á Regulação da Comarca da mesma Provincia e outros objectos de Utilidade Publica [Material cartográfico] / completado no anno de 1794-1795*". Disponível em http://purl.pt/24999/2/ Cota D-94-R.

- VITERBO, J. S. R. (1744-1822). "*Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram, 2ª ed. revista, correcta e copiosamente addicionada de novos vocábulos, observações e notas críticas com um índice remissivo*". - Lisboa: A. J. Fernandes Lopes, 1865, Vol. II.

Anexo 2 – Cartografia temática

1 – Planta de Identificação das Subunidades de Paisagem

2 – Planta da Evolução do Povoamento



Subunidades de Paisagem

- 1 - Serras do Lousado e do Formigoso
- 2 - Várzea do Coura e Rib.ª da Codeceira
- 3 - Montes de Travanca
- 4 - Encostas Sul do Vale do Coura
- 5 - Encostas Norte do Vale do Coura
- 6 - Granitos de S. Silvestre
- 7 - Montes da Boalhosa e Planalto de Lamas
- 8 - Lameiros do Coura
- 9 - Vila de Paredes de Coura
- 10 - Encostas da Serra do Corno de Bico

Limite administrativo do concelho - CAOP2016

Entidade proprietária: Comunidade Intermunicipal do Vale do Minho
Entidade produtora e data de edição: Consórcio Geometral & Carbrumo, 2000
Data e Número de Homologação e Entidade Responsável: Março de 2007, Processo Nº 44, IGIP
Sistema de referência e projecção cartográfica: Projecção de Gauss - Elipsóide de Hayford - Datum Planimétrico: 73
Exactidão Posicional. Planimétrica – 2,20 m
Exactidão Posicional. Altimétrica – 1,67 m
Exactidão Temática = 90%
Precisão Posicional Nominal – 2,78 m

ESCALA: 1/25 000

Fonte: PDM de Paredes de Coura

Maio 2017

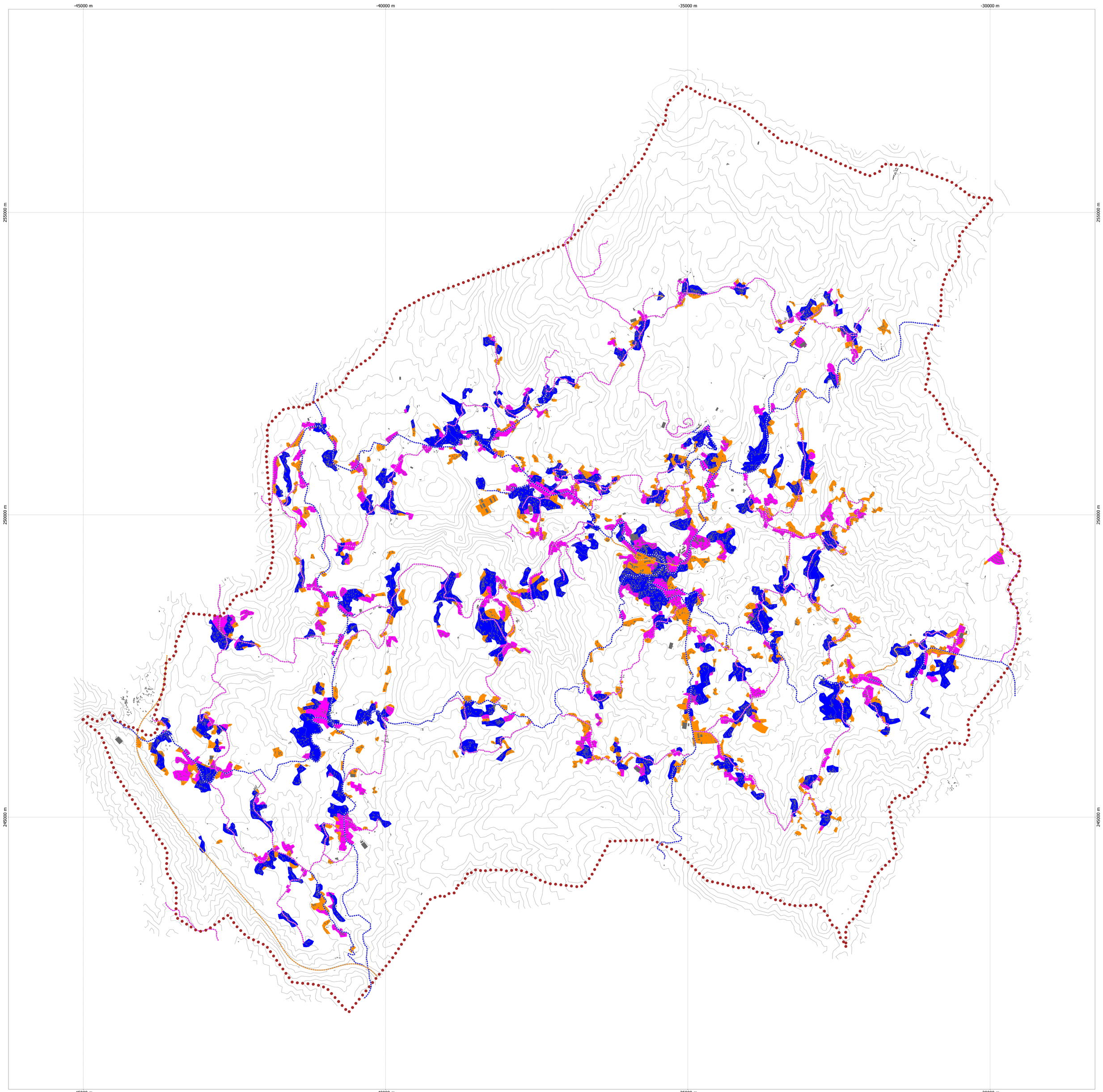
CÂMARA MUNICIPAL DE PAREDES DE COURA

PLANO DE PAISAGEM das TERRAS DE COURA

3ª Fase - Diagnóstico da Paisagem

1 - Planta de Identificação Subunidades de Paisagem

Plano de Paisagem Terras de Coura



Povoamento em 1949
Vias existentes em 1949

Povoamento em 1996
Vias existentes 1996

Povoamento em 2015
Vias existentes em 2015

Limite administrativo do concelho - CAOP2016

Entidade proprietária: Comunidade Intermunicipal do Vale do Minho
Entidade produtora e data de edição: Consórcio Geonetral & Cartorumo, 2000
Data e Número de Homologação e Entidade Responsável: Março de 2007, Processo Nº 44, IGP
Sistema de referência e projecção cartográfica: Projecção de Gauss - Elipsóide de Hayford - Datum Planimétrico: 73
Exactidão Posicional. Planimétrica – 2,20 m
Exactidão Posicional. Altimétrica – 1,67 m
Exactidão Temática = 90%
Precisão Posicional Nominal – 2,78 m

Informação complementar a partir das Cartas Militares Nº 7, 8, 15, 16, Série M888 – 1/25.000, IGP

ESCALA: 1/25 000

Abril 2017

CÂMARA MUNICIPAL DE PAREDES DE COURA

PLANO DE PAISAGEM das TERRAS DE COURA

Subunidades de Paisagem

2 - Planta da Evolução do Povoamento

Plano de Paisagem das Terras de Coura